









# HISTORIA DO BRASIL

3.º TOMO

## LIVROS DO MESMO AUTOR

### LITERATURA HISTÓRICA

- Pedras d'armas* (contos) — Monteiro Lobato & Cia., S. Paulo, 1923.  
*Anchieta, o Santo do Brasil* — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.  
*O Tesouro de Belchior* (novela — 1.º premio da Academia Brasileira) — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.  
*Os Malês* (novela) — Pro Luce, Petropolis, 1933.  
*O Marquês de Abrantes* — Guanabara Editora, Rio de Janeiro, 1933.  
*Gomes Carneiro — O General da República* — Guanabara Editora, Rio de Janeiro, 1933.  
*O Crime de Antonio Vieira* — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.  
*Vida e amores de Castro Alves* (2.a Edição) — Editora "A Noite", Rio, 1937.  
*Figuras de Azulejo* — Editora "A Noite", Rio, 1939.  
*A Historia do Brasil na Poesia do Povo* — Editora "A Noite", Rio 1943.

### TRILOGIAS

- O Rei Cavaleiro* — Vida de D. Pedro I — (2.a edição), Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1943.  
*O Rei do Brasil* — Vida de D. João VI — (2.a edição), Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1943.  
*O Rei Filosofo* — Vida de D. Pedro II (2.a edição), Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1940.  
*Historia Social do Brasil — O Espirito da Sociedade Colonial* (Col. "Brasilliana", vol. 40, 3.a edição).  
*Historia Social do Brasil — O Espirito da Sociedade Imperial* (Col. "Brasilliana", vol. 83.º, 2.a edição).  
*Historia Social do Brasil* — Brasilliana, vol. A *Epoca Republicana*.

### HISTORIA

- Historia da Independencia do Brasil* — Imprensa Nacional, 1928.  
*Historia da Bahia* (2.a edição) — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.  
*Historia das Bendeiras Bahianas* (esgotada), Imprensa Nacional, 1929.  
*Historia da Civilização Brasileira* (Col. "Brasilliana", 4.a edição).  
*Pequena Historia da Civilização Brasileira* (Col. "Pedagogica", 5.a edição).  
*Gregorio de Mattos* (Biografia, Obras, vol. VI, edição da Academia Brasileira).  
*Por Brasil e Portugal* (Sermões do padre Antonio Vieira, comentados). (Col. "Brasilliana", vol. 108).  
*Historia da Casa da Torre* — Editora José Olympio, Rio, 1939.  
*Historia do Brasil* — 1.º volume, 1500-1600 — 2.º volume, 1600-1700 — 3.º volume, 1700-1800.

### DIREITO

- Difetto de Propriedade* (A' margem dos problemas) — Imprensa Nacional, 1926.  
*A Reforma Constitucional da Bahia* — Imprensa Oficial do Estado, 1929.  
*A Federação e o Brasil* — Rumos constitucionais — Rio, 1933.  
*A Intervenção Federal* — Livr. Freitas Bastos, Rio, 1936.  
*Curso de Direito Constitucional Brasileiro* — Livr. Freitas Bastos, Rio, 1937.  
*Curso de Direito Público* — Livr. Freitas Bastos, 2.a ed., 1942.  
*O Estado e o Direito* — "Os Lusitadas". Livros de Portugal, Rio, 1943.

Série 5.ª

BRASILIANA  
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

Vol. 176-B

PEDRO CALMON  
DA ACADEMIA BRASILEIRA



# HISTORIA DO BRASIL

3.º VOLUME  
A ORGANIZAÇÃO  
(1700 - 1800)

Ed. Centra



COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
SÃO PAULO — RIO DE JANEIRO — RECIFE — PORTO ALEGRE

1943

BIBLIOTECA CENTRAL	UNIV. DE BRASIL
	SE
ANO	1959 N. 209



# INDICE

---

EXPLICAÇÃO . . . . . 13

## 1. HISTORIA DO BRASIL

- I — “EMBOABAS” E PAULISTAS.  
O imposto del-Rei — Contrastes — Luta inevitável — O caminho novo — O conflito e seus chefes — Processos de mineração — Nunes Vianna — Intervenção e recuo — Reação Paulista — Capitania de São Paulo e Minas . . . . . 17
- II — OS FRANCESES ATACAM O RIO DE JANEIRO.  
A aliança Inglesa — A aventura de Duclerc — Estudantes — A morte do corsario — Duguay Trouin — A surpreendente invasão — A cidade salva e resgatada — Repercussão na Baía . . . . . 37
- III — PRIMEIRAS REVOLTAS.  
Governadores gerais — Primeiro motim — O segundo levante — Aristocratas e negociantes — A vila de Recife — Antes da República... — Reação dos mercadores — A luta — O castigo. 55
- IV — CAPITANIA DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS.  
Pacificação — As tres comarcas — D. Braz Baltazar — Cobrança dos Quintos — O conde de Assumar — Os dragões das minas — O levante de 1720 — Onde se fala em República — D. Lourenço de Almeida — Moéda falsa — Capitação — Quantos milhões? — Descobrimto de diamantes — Os contratos do Tijuco — Resultados. 75
- V — VICE REIS NA BAÍA.  
O marquês de Angêla — Conde de Vimieiro — Conde de Sabugosa — A Academia Brasileira dos Esquecidos — O donativo de 1727 — Conde das Galvêas — Atouguia — Conde dos Arcos — O 1.º marquês de Lavradio . . . . . 99
- VI — GOVERNADORES DO RIO.  
Praça forte — Francisco de Távora — O santo officio. — Fim da Inquisição — O “Onça” . . . . . 112

- VII — NO TEMPO DE GOMES FREIRE.  
Concentração de poder — Rio de Janeiro — O caso da Sévisão de conjunto — O Brigadeiro Alpoim — A Relação no Rio de Janeiro . . . . . 119
- VIII — FRONTEIRAS DE NORTE E SUL.  
Utrecht — O Amazonas — A perda da nova Colonia em 1705 — Devolução da Praça — Fortificação da Colonia . . . . . 127
- IX — A GRANDE EXPANSÃO.  
Linhas gerais — O caminho das Minas Novas — Tietê e Paraná — O roteiro de Mato Grosso — Fronteira inesperada — Cuiabá e seus fundadores — Governo de Rodrigo Cesar — Os Irmãos Leme — Ouro de Cuiabá — O descobrimento de Goiaz — A viagem de Rodrigo Cesar — Paiaguás e guaicurus — O território em aumento — Duas novas capitanias . . . . . 136
- X — O DOMINIO EQUATORIAL.  
De Cuiabá ao Amazonas — Missões — Explorações — Reconhecimento — O limite do Oiapock — O café! . . . . . 161
- XI — A CONQUISTA DO SUL.  
A questão como d'antes — Mapas e coordenadas — O incidente de 1735 — José da Silva Paes — O caminho dos "Conventos" — O Forte do Rio Grande — O continente! — Santa Catarina. 171
- XII — O TRATADO DE 1750.  
Alexandre de Gusmão — A necessidade do tratado — Influencia da Rainha — O "Utī Possidetis" — Afinal, os limites... . . . . . 189
- XIII — O GRANDE REINADO DE D. JOÃO V. . . . . 198
- XIV — O CASO DAS MISSÕES.  
Sebastião José — A Comissão Portuguesa — Revolta dos Tapes — A hecatombe — Conquista dos "Póvos" . . . . . 203
- XV — OS JESUITAS E POMBAL.  
Fronteiras Amazônicas — Começo da luta — Companhia do Pará — Poder absoluto — Liberdade do Gentio — Outros monopólios — O terremoto de Lisboa — Terror geral — Guerra dos Jesuitas — atentado contra o Rei . . . . . 217

- XVI — A EXPULSÃO DOS JESUITAS.  
 José Mascarenhas — Um castigo misterioso —  
 O grande golpe — Reforma do ensino — Os colé-  
 gios fechados — As aldeias — Obscurantismo —  
 A Universidade . . . . . 230
- XVII — PERDA E RETOMADA DO RIO GRANDE.  
 O tratado de 1762 — Restituição dos “7 Póvos”  
 — Cae a Colonia — A morte de Bobadela — In-  
 vasão do Rio Grande — Em Mato Grosso — O  
 erro de Pombal — Observação anti-jesuitica —  
 Reconquista de S. José do Norte — Duplicidade  
 — Vantagens da situação — A incursão de Vertiz  
 — Organização militar — O exercito do General  
 Böhn — Ação decisiva — Suspensão de hostili-  
 dades . . . . . 245
- XVIII — REPRESALIAS DE ESPANHA.  
 Tempo perdido — A expedição de Cevalos —  
 Ocupação de Santa Catarina — As hesitações do  
 invasor — O fim da Colonia — Epilogo . . . . . 270
- XIX — A PAZ DE 1777.  
 D. Maria — Tambem Iguatemi — O tratado de  
 Santo Ildefonso — Devolução da Ilha — A de-  
 marcação — Expedições ciêntificas — Duas Ilhas  
 distantes . . . . . 279
- XX — VICE REIS NO RIO DE JANEIRO.  
 A mudança da Capital — Conde de Cunha —  
 D. Antonio Rolim — Lavradio — Luiz de Vas-  
 concelos — Conde de Rezende . . . . . 290
- XXI — A CRESCENTE RIQUEZA.  
 Rendas do Brasil — Alfandega — Contratos —  
 Dizimos — Comercio — Açucar — As frotas —  
 Extinção das Industrias — Escravos — Algodão  
 — Colônia e Metropole . . . . . 298
- XXII — LETRAS, ARTES E CIENCIAS.  
 Cultura — Imprensa — Academias do Rio —  
 Renascidos — O simbolo Indianista — Uruguai  
 — Caramurú — Os Mineiros — Gonzaga — Bra-  
 sileiros no Reino — O Judeu — A “Sociedade  
 Literária” — Teatro — Naturalistas — Economistas  
 — Artes plasticas — Aula militar — Nas minas —  
 O Aleijadinho — Escultores e Pintores . . . . . 304

- XXIII — ORGANIZAÇÃO DA COLÔNIA.  
Códigos e Leis — Regimentos — Fim das Capitã-  
nias — O governador Geral — As Camaras —  
Corregedôres — Alternativa — Mistêres — A  
Justiça — Direitos — As Juntas . . . . . 242
- XXIV — HISTÓRIA REGIONAL: O NORTE.  
O Pará — Rio Negro — Maranhão — Piauí —  
Ceará — Rio Grande do Norte — Paraíba —  
Pernambuco — Alagôas — Sergipe — Baía —  
Ilhéos e Porto Seguro . . . . . 356
- XXV — HISTÓRIA REGIONAL: CENTRO E SUL.  
Espírito Santo — Campo de Goitacazes — Mi-  
nas Gerais — Igrejas e Confrarias — Freguezias  
das Minas — Falta de Colégios — Bispo de Ma-  
riana — Em 1752 — A suntuosa Vila Rica —  
Governadores — São Paulo — Goiaz — Mato  
Grosso — Santa Catarina — Rio Grande do  
Sul . . . . . 382
- XXVI — INCONFIDENCIA MINEIRA.  
O ambiente — Joaquim Silvério — A prisão dos  
conspiradores — O caso de Nimes . . . . . 404
- XXVII — INQUIETAÇÕES NATIVISTAS.  
Literatos perseguidos — Jacobinos... — Incon-  
fidência . . . . . 418
- XXVIII — A REGENCIA DE D. JOÃO.  
Crise geral — Guerra com a França — O Imperio,  
como consequencial . . . . . 425

## EXPLICAÇÃO

**A**BRANGE o presente volume a história do Brasil de 1700 a 1800 — a que chamamos período de “organização”. Primeiramente, demarcação da área nacional, descoberta, povoada no seculo I (“As origens”); defendida, dilatada, conhecida no seculo II (“A formação”); agora integrada na soberania portuguesa por uma firme politica de legitimação dos acrescidos, de fixação do contorno territorial, de sua preservação valorosa. Depois, a concentração administrativa, o vice-reinado, a incorporação ao dominio público das capitancias hereditárias, multiplicação dos órgãos de justiça e governo, criação do exercífo, sem diferença das armas da metropole, e a transformação das cidades mercê das nóvas luzes, da prosperidade economica, do bom gosto de capitães-generais vindos do esplendôr da côrte de D. João V (o Rei mais opulento do seu tempo, cujas arcas transbordaram de ouro e diamantes das Minas Gerais) e de Lisbôa reedificada após o terremoto. Organização prudente e vagarosa do Estado, que ao findar o seculo XVIII ostentava os elementos essenciaes para a independencia, que reivindicaria em seguida; estruturação, complexidade de serviços, civilização que se distribuia pelos sertões, cultura intensiva, por fim as primeiras revoltas ou antes, os primeiros sacrificios, dos precurssores, a anteciparem a luta pela separação, o Brasil dono de si mesmo, a autonomia ou a liberdade...

Obedecemos ao programa inicial, de reduzir a um tomo a história — tão vária e dispersiva — de cem anos. Daí a síntese, que comprime a matéria vasta, relegando às notas de pé de pagina os informes bibliográficos, os problemas incidentes, mesmo os assuntos mal delineados pela documentação encontrada, a modo d'um inventário (diríamos melhor, duma consolidação) das fontes a que recorreremos, e têm de ser frequentadas, por quantos tentem semelhante balanço.

Seria inútil insistir nas dificuldades crescentes d'um trabalho de conjunto, qual o que empreendemos, procurando refazer nas suas linhas típicas a história brasileira, graças á contribuição dos arquivos que acabam de abrir-se, ás monografias mais recentes, ás análises mais severas, ás retificações mais oportunas e sérias, abundante material de pesquisa e estudo de que careceram os especialistas de outr'ora. Mas é necessário considerar que esse esforço tinha de ser tentado, não podia tardar, e ocorre em prazo próprio, a menos que não deixássemos em circulação tantas inverdades agazalhadas nos manuais de ensino, e, á falta d'uma uniformidade razoavel de critérios, continuássemos a debater, nos compendios de uso forçado, os capitulos fundamentais da nossa evolução.

Este proposito — do reexame das origens, da formação, da organização do Brasil — se justifica portanto, e excusa-se, pela conveniencia didáctica que o inspirou. E' modesta, naturalmente despretençiosa, e patriótica.

O tomo seguinte, se Deus nos permitir que até lá se estenda esta revisão, compreenderá o seculo XIX: o "Imperio".

P. C.

Rio de Janeiro, julho de 1943.

I PARTE

HISTORIA DO BRASIL





## “EMBOABAS” E PAULISTAS

O rápido povoamento das Minas Gerais — á noticia de muito outro achado no Tripuhí e no Ribeirão do Carmo — desequilibrou subitamente a economia e a vida espiritual da colonia. Experimentou ela um chôque, que lhe enervou todas as manifestações de atividade; sobressaltou-se como se tivesse começado, para o Brasil e Portugal, uma éra de inesgotavel riqueza; e se preocupou excessivamente com a aventura e o sonho da fortuna fácil.

Formou-se a mentalidade “mineira”, em substituição da rotina agricola do litoral e da mania sertanista de São Paulo. Avolumou-se a imigração — impetuosa, irresistivel, heterogenea — para as montanhas centrais. Os proprietários da costa foram compelidos — pelos altos preços que lhes ofereciam — a vender os escravos, que acompanhassem os mineiros: e assim decaiu a produção de açúcar, a gente dos engenhos, em Pernambuco e na Baía, se ressentiu d’um desânimo sem precedentes, e os caminhos multiplos, que iam ao rio das Velhas, pelo São Francisco, e a Ouro Preto, pela Mantiqueira, se encheram de homens armados, escravatura e muares carregados de ferragens e mercadorias — encarreirados para a mesma febril exploração.

E’ um periodo novo de história, que se inaugura. Não mais a guerra ao indio, dos *mamaluco*s, ou a paciente lavoura, do Reconcavo; porem a imitação do que ocorrêra no Perú e no Mexico, a invasão, o desloca-

mento maciço, a improvisação de arraiais (1), a violência e o delírio da procura dos ribeirões auríferos, do esbulho dos incautos, do predomínio dos poderosos — através do vasto território já pequeno para tanto povo. 4 mil pessoas havia no Caeté por 1697, dissêra o governador Artur de Sá e Menezes (2). Felipe de Barros Pereira, amanuense do guarda-mór Garcia Rodrigues Paes, em carta de 1705 orçava em cinquenta mil os “mineiros” (3). E’ do ano anterior a estimativa de Antonil: “. . .dificultosamente se poderá dar conta do numero das pessoas, que atualmente lá estão. Comtudo os que assitirão nelas nestes ultimos anos por largo tempo, e as correrão todas, dizem, que mais de trinta mil almas se occupão, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros de ouro; e outras em negociar, vendendo e comprando o que se ha mistér não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos de mar” (4). O choque, portanto, entre a multidão de forasteiros, ávidos de fortuna, e os sertanistas de São Paulo, pouco dispostos a largar os seus descobertos, era inevitavel. E foi terrivel.

Ao periodo inorganico da occupação das Gerais (1698-1709) se seguiria a pacificação (1710) e a composição municipal (1714), num desenvolvimento prudente de forças disciplinares que, em 1717-20, assumiriam afinal a feição autoritária, propria de duas

---

(1) O nome, *arraial* ou acampamento, ficou na terra, designativo das povoações que não eram vilas ou cabeças de município. “O nome de arraial, que ainda hoje têm as povoações das Minas, não significam senão acampamentos”. AUGUSTO SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Provincias de Rio de Janeiro e Minas*, I, 270 (trad. de Clado Ribeiro Lessa, S. Paulo, 1938). “Note-se que na provincia de Santa Catarina não se usa como em Minas o termo arraial. . .”, SAINT-HILAIRE, *Viagem à Provincia de Santa Catarina*, p. 50, trad. de C. da Costa Pereira, S. Paulo, 1936.

(2) Doc. no *Arg. Hist. Col.*, cf. MANUEL SILVEIRA CARDOSO, *Ocidente* (Lisbôa), n. 2, p. 258 Junho, 1938).

(3) CARDOSO, *ibid.* (Doc. no A. H. C., Lisbôa).

(4) *Cultura e Opulencia do Brasil* (ed. de A. Taunay), p. 213.

preeminências: do capitão general, que mantinha a ordem, e do fisco, que exigia o tributo devido á Corôa.

Foi progressiva a quietação, crescente a influencia do governo forte, da organização triangulada pelo Concêlho, pela igreja e pela tropa (Dragões del-rei) que garantia a circulação do ouro liberado e impedia o contrabando do ouro bruto.

### O IMPOSTO DEL-REI

De começo, sem soldados para assegurarem a ordem, nem chefe que respondesse por ela, habitual a evasão do ouro não “quintado” — as Minas renderam tão pouco que o rei em Lisbôa não poderia avaliar-lhes bem a importancia (1). Sabia delas mais pela perturbação, que causavam, do que pelos lucros contados. A fuga do produto tornou-se a regra; e irrisorio o imposto arrecadado nos primeiros anos.

Nisto, paulistas e forasteiros (apelidados de “emboabas” (2) pelos primeiros) se juntaram: para não pagar.

Se o cálculo do jesuita fôr exáto, temos que o imposto devido orçava em 60 arrôbas anuais. Jamais os

---

(1) Exemplos: em 1700 o governador Artur de Sá informou, que o rendimento das Minas, pela sua incerteza, não podia custear a fragata guarda costa, *Inventario dos Documentos...* no Arquivo de Marinha e Ultramar, Bibl. Nac., VI, 258. Rio 1921.

(2) *Emboaba* vem de *mboab*, ave de pernas cobertas de penas, alusão depreciativa dos mamalucos, ás botas que os portugueses (e bahianos) calçavam. Os homens de pés descalços ridicularizavam os calçados... BARBOSA DE SÁ, *Relação das povoações de Culabá*, etc., *Anais da Bibl. Nac.*, XXIII, 5: “...européus chamados Emboabas, nome derivado das galinhas calçadas por não largarem as meias e sapatos em todo o serviço...” Santa Rita Durão limitou-se a registrar: “Imboava. Nome que dão aqueles Bárbaros aos nossos Européus”, *Caramurú*, p. 140, Lisboa 1836. Pedro Leolino Mariz, em 1759: “emboaba se chamava quem não era paulista”. CAPISTRANO DE ABREU, *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, p. 86, Rio 1930. Saint-Hilaire, abonando aquela etimologia, ainda encontrou o nome nos campos gerais, *Viagem no Interior do Brasil, Paraná*, trad. de David Carneiro, p. 166, Curitiba, 1931.

mineiros, entretanto, quizéram pagar tal quantia. Em 1713, encontrando o governador, D. Braz Baltazar, graves embaraços á cobrança dos quintos, combinou a finta global de 30 arrôbas. Em 1718 o limite foi fixado em 25; em 1719, elevado a 37; em 1732, parava em cem arrôbas! (1). Quer dizer que a evasão — somando o metal contrabandeado desde o inicio — assumia proporções enormes. E o vivo interesse dos mineiros (*emboabas* e paulistas) consistia em opôr-se a qualquer modificação do sistêma de livre trânsito para o ouro em pó (sujeito a uma guia, indicativa, da quitação com o fisco, para ser mostrada nos “registos”, das estradas do Rio, São Paulo, Baía e Pernambuco) consoante a ordem do governador Artur de Sá, de Abril de 1701. Unidos, os dous tipos de “mineiros” não deixariam que prevalecesse a autoridade forasteira: dividiram-se, na sua luta cruél, e graças ao tumulto a autoridade surgiu, apaziguou e permaneceu.

## CONTRASTES

O livro 1.º da receita do Serro do Frio, por exemplo, iniciado em 1702, acusa até 1706 um resultado mesquinho: 2.565 oitavas de quintos del-Rei (2). Em 1708 não houve lançamentos. Recomeçaram em 1709... O ouro em pó (depois de separados os 20% del-rei) era devolvido aos dônos, “por não haver ainda fundição nestas minas”. Observou Antonil: “...Tirando-se cada ano mais de 100 arrôbas de ouro, a 15 tostões a oitava, preço corrente na Baía, e no Rio de Janeiro, sendo *quintado*, vem a importar cada ano

---

(1) Vd. ROBERTO SIMONSEN, *Historia Economica do Brasil*, II, 64, S. Paulo, 1937.

(2) *Revista do Arq. Publ. Mineiro*, ano VII, fasc. III e IV, 955. Vd. carta de D. Rodrigo, *Doc. Hist.*, XL, 354.

em um milhão 536 cruzados. Das quais cem arrobas, se se quintarem, como é justo, cabem a Sua Magestade 20 arrôbas, que importam em 307.200 cruzados, mas é certo, que cada ano retiram mais de trezentas arrôbas”. E personaliza: “Tem-se por certo que Baltazar de Godói, de roças e catas, ajuntou 20 arrôbas de ouro. De vários ribeiros e da negociação com roças, negros e mantimentos, fez Francisco do Amaral mais de 50 arrôbas. Pouco menos Manuel Nunes Vianna e Manuel Borba Gato: e com bastante cabedal se recolheu para São Paulo José Góes de Almeida (1) e para o caminho novo Garcia Rodrigues Paes e João Lopes de Lima tiraram do seu ribeiro cinco arrôbas. . .”

## LUTA INEVITAVEL

O afluxo de portugueses, com escravos negros que levavam do Rio de Janeiro, da Baía e de Pernambuco, tornou a luta inevitavel — entre os descobridôres das minas e os adventicios. Precisavam estes de um comando, para dominar os adversarios dispersos: Manuel Nunes Vianna foi o chefe providencial.

Aliás a fome de 1699-1700 os advertira. Na ansiosa procura do ouro os pioneiros abandonaram o velho cos-

---

(1) Aliás José de Góes e Moraes, corrige Afonso Taunay, que propoz ao marquês de Cascaes a compra da capitania de S. Vicente, ocasião em que el-rei preferiu incorporá-la á coroa. ANTONIL, *Cultura e Opulencia do Brasil*, ed. de A. Taunay, ps. 222-23.

Em 1702, D. Rodrigo da Costa avisou “ir mais ouro este ano na frota que em nenhuma das passadas... todo quintado”, *Doc. Hist.*, XXXIV, 213. Em 1705 o governo da Baía deu ordem aos capitães dos distritos de Cachoeira e Jacobina para impedirem a ida de quaisquer combolos. Em 1708 afinal, foi mandada suspender a lavra das minas pertencentes ao distritos da Baía (Serro do Frio), *Doc. Hist.*, XLI, 227. Mas era impossivel impedir a comunicação com as minas pelo rio de S. Francisco, mostrou o autor da *Noticia das minas*, in *An. da Bibl. Nac.*, LVII, 178.

tume paulista do plantio das rôças, ou não esperaram pelas colheitas: e o resultado foi terrível. Voltaram muitos para os “currais da Baía” (vale do S. Francisco), para Taubaté e Guaratinguetá; morreram outros tantos; e os ribeirões sem dônô ficaram á mercê das lévas seguintes (1).

Debalde mandou el-rei proibir toda comunicação com os sertões da Baía, e que se declarasse perdido o que fôsse (de generos de comercio) introduzindo nas Minas Gerais (2). A abundancia de ouro em pó e a proximidade daqueles *currais* ensejaram a descida dos rebanhos e as primeiras feiras de gado. Não valeu também a fixação d’um limite de duzentos negros por ano, para a entrada nas minas (3): ou antes, serviu para dificultar aos paulistas o seu trabalho, emquanto os “emboabas”, que subiam o S. Francisco, conduziam ás escondidas os escravos que queriam. (4)

Indignado, ordenára D. Rodrigo da Costa (Fevereiro de 1703) a prisão de tres aventureiros (“Joseph Corrêa, o alferes João de Araujo da Costa e Estevão Ferreira, vão para as ditas minas com combois consideráveis, assim de negros, fazendas sêcas e outros generos comestiveis; e esta inobediencia se deve castigar asperamente...”) (5) — como um exemplo. Temia se per-

(1) Vd. carta do governador geral para Artur de Sá, 14 de maio, de 1701, *Documentos Históricas* (Bibl. Nac.), XI, 283.

(2) Carta de D. Rodrigo da Costa, 20 de Outubro de 1702, *Doc. Hist.*, XI, 296.

(3) *Doc. Hist.*, XI, 308. Reiterado em 1706, *Documentos Interessantes*, LIV, 97. Em 1703, em Loanda, ninguem queria embarcar escravos para a Baía, pois os negociantes do Rio de Janeiro ofereciam alto preço, e o antecipavam, com ouro em pó, *Doc. Hist.*, XXXIV, 249.

(4) Carta régia de 27 de Fevereiro de 1711 concedeu ampla liberdade para a introdução de escravos uas Minas, pagando de saída os angolas 6\$ e os negros minas 3\$. *Doc. Interessantes*, XLIX, 8.

(5) *Doc. Hist.*, XI, 314. Um exemplo do exôdo para as Minas: O “governador do Rio de Janeiro me escreveu que a maior parte dos soldados do Terço daquea praça haviam fugido para essa Capitania (Espírito Santo)...”, 1703, *Doc. Hist.*, XI, XI, 317.

Vd. ROCHA PITTA, *História da América Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> ed., p. 376.

desse “de todo no nosso tempo o Estado do Brasil pela falta de escravos, que se experimenta a respeito das lavouras, que muitos lavradôres largam, por subirem ao galarim em preço os escravos; estes são os lucros que Sua Majestade tirou das minas...” (1). Sabia da “assistencia que hoje fazem nas Minas de ouro muitos estrangeiros de varias nações”, traficando o minerando (2); reparava na deserção geral: “aqueles povos (das capitanias do sul) tratam só de ir buscar ouro, sem atenderem outro algum particular, esquecendo-se totalmente da conservação das proprias vidas, e segurança dos seus mesmos dominios...” (3). Antonil avaliou-lhes o numero em 30 mil — dos que corriam as minas “por largo tempo”, sem falar nos recém-chegados, nos que entravam e saíam, tropeiros, boiadeiros, “mascates”. (4).

## O CAMINHO NOVO

O “caminho novo” de Garcia Rodrigues, se facilitou a ligação das Minas com o Rio de Janeiro, também as desvendou para os imigrantes portugueses, que não precisavam mais atravessar a região paulista

---

(1) *Doc. Hist.*, 358. Insistia, na “falta de gente que tem estas Capitanias para a sua defesa pela muita que tem concorrido para as mesmas Minas, sem que bastem diligencias para impedir a cega ambição com que nos precipitam”, *ibid.*, XI, 370. “...Todas as capitanias do sul (quasi desertas de seus habitadores...), “*Doc. Hist.*, XXXIV, 248.

(2) Carta a el-rei, 23 de Setembro de 1702, *Doc. Hist.* 215. Os estrangeiros foram mandados sair do Brasil por carta-régia de 28 de Fevereiro de 1707, *Doc. Hist.*, XXXIV, 291.

Vd. carta de D. Rodrigo, 1706. *Inventário dos documentos do Arq. de Mar e Ultramar, Bibl. Nac.*, Rio de Janeiro, VI, 303.

(3) *Doc. Hist.*, XXXIV, 248.

(4) ANTONIL, *op. cit.*, p. 214.

de Taubaté, subindo de Paratí (1) a Guaratinguetá pelo caminho antigo (2). Abri-a Garcia Rodrigues por ordem expressa do governador Artur de Sá ("pelo obrigar o governador Artur de Sá e Menezes a abrir o caminho novo para as Minas em que gastou muitos anos") (3) — e dele já tinha noticia el-rei por carta do pioneiro, de 16 de Novembro de 1700 (4). Tinha a vantagem de evitar a róta marítima; permitiu o socôrro pronto que ao Rio de Janeiro levou Antonio de Albuquerque em 1711. Igualmente mostrou a desnecessidade do primitivo "registo" de Taubaté. Toda a conveniencia estava em localizá-lo nas tres saídas obrigatórias: Santos, Paratí, Rio de Janeiro. Pela carta-regia de 9 de Maio de 1703 foram mandadas fundar Casas de quintos nos dous primeiros portos (a do Rio nessa ocasião foi elevada a Casa de Moeda) e, ato continuo, fechada a oficina de Taubaté, que antecederá a grande invasão das Gerais. Carlos Pedroso da Silveira, provedor deste registo, desceu a administrar o de Paratí (7 de Fevereiro de 1704) (5)

(1) O governador do Rio em 1703 lembrara "uma trincheira na vila de Paratí para obstar a essa passagem e aos descaminhos do ouro", *Inventário dos Documentos...* no Arq. de Mar e Ultr., VI, 279. Em 1704: Paratí e Santos, "os dous pontos adonde vem embarcar todo o ouro para vir para o Rio de Janeiro". Nesse ano foi mandada abrir casa de quintos no Rio para o que passasse "pelo caminho novo que abre Garcia Rodrigues Paes..." *Inv.*, *ibid.*, VI, 289.

(2) O caminho novo foi "descoberto" por Garcia Rodrigues Paes, que começou a abri-lo, sem contudo o concluir. E' de 2 de Outubro de 1699 a mercê que lhe fez Artur de Sá, para "só ele poder utilizar-se do caminho novamente descoberto para os campos gerais". *Inventário dos Documentos do Arq. de Mar e Ultr.*, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, VI, 267. Em 1704 estava o caminho aberto *ibid.*, p. 304.

O itinerário do "caminho novo" nó-lo dá ANTONIL, *Cultura e Opulencia*, p. 243: Rio, Irajá, Pilar, pé da serra, Paralba, Paralbuna (a fazenda de Garcia Rodrigues ficava perto da atual Paralba do Sul), Matias Barbosa, rio das Mortes, Congonhas, Ouro Preto...

(3) Consulta do Cons. Ultram., 1715, *Documentos Interessantes*, LIII, 117.

(4) *Doc. Interes.*, LIII, 68.

(5) *Doc. Interes.*, LIV, 95. Note-se que em 1 de Novembro de 1708 os moradores de Pindamonhangaba, insurgindo-se, fundaram a vila deste nome, separada de Taubaté. Al logo o conflito entre reinões e paulistas foi um dos pródomos da luta que vamos narrar.



— onde os moradôres concorreram para que se fizessem fortificações de emergencia, próprias de sítio tão importante para a segurança e abastecimento das Minas Gerais.

## O CONFLITO E SEUS CHEFES

Os primeiros conflitos entre antigos e nòvos mineiros explodiram no rio das Mortes. Aquietou-os o governador do Rio de Janeiro, dando a guarda-mória do distrito a Pedro de Moraes Raposo, digno paulista (1703). Mas, assim em Ouro Preto como em Sabará, Domingos da Silva Bueno e Manuel de Borba Gato não lograram contê-los: mais forte do que eles foi a fatalidade de interesses e ódios.

Avultou em Ouro Preto um forasteiro inteligente, Pascoal da Silva Guimarães, que, aproveitando-se da retirada de muitos paulistas, em 1704, ficára a explorar, com numerosos escravos, as mais ricas minas da região: o morro (fronteiro ao arraial do padre Faria e de Antonio Dias) do “Ouro Pôdre”, depois da “Queimada” (1). Antigo caixeiro no Rio, sócio de negociantes de grosso trato, recebia deles a escravatura e o armamento de que precisava; extraíu abundante ouro; e se tornou em pouco tempo um potentado. A sua aliança com Manuel Nunes Vianna, os Gurgéis e

---

(1) “Este é o afamado morro de Ouro Preto chamado de Pascoal da Silva, porque tem a maior parte dele que comprou a um paulista: ha muitos mais moradores, e se tem tirado muita quantidade de ouro, desde que foi descoberto; e ainda hoje se está tirando; porém não em todo o tempo: como não ha agua nele, é necessário esperar pelas chuvas, e só então é que logram a felicidade de tirar ouro os seus moradores”. (*Diario da jornada que fez o exm. sr. Dom Pedro de Almeida desde o Rio de Janeiro até cidade de São Paulo, e desta até as Minas, ano de 1717*, publ. por Luiz Camillo de Oliveira Neto, *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico*, n. 3, p. 316, Rio, 1940).

frei Francisco de Menezes formou, entre 1707 e 1708, a definitiva resistencia dos "emboabas"; e assegurou-lhes o dominio da terra disputada.

## PROCESSOS DE MINERAÇÃO

Ganharam tambem o cobiçado tesouro, porque melhoraram a técnica do seu trabalho, dêram-lhe maior rendimento, extraíram portanto mais ouro, puderam comprar mais numerosa escravatura e, armando-a, superar naquelas montanhas os paulistas, que não tinham tais recursos nem, para compensá-los, uma união resoluta em frente do adversário.

Preferiam os paulistas tirar o ouro de lavagem, com as bateias peneirando o cascalho dos ribeirões, ou, com as picarêtas ou almocrafes, arrebatá-lo aos filões superficiais. Os forasteiros, porque unidos e dispendo de abundante mão de obra, usaram o sistêma de desmonte hidraulico (1), desviando para isto os cursos d'água, ou a canalização deles para os logares sêcos e intransitáveis. Abriam tambem nòvos leitos aos rios para explorar os ricos depositos, d'outra forma inacessíveis; e eram capazes de rasgar minas profundas, empregando na construção dos tuneis e pôços uma arte delicada e audaz.

---

(1) Instruções dadas por D. Braz Baltazar da Silveira, em 1714, ao brigadeiro Lobo de Macedo: "Fará muito porque os Paulistas fação trabalhos minerais na forma em que se fazem nestas Minas com serviços de agua, porque este será o caminho de estarem mais permanentes, e de não andarem sempre divagando pelos matos, para o que será bom ver se se podem associar com os Reínoes...", FEO DE CARVALHO, *Anals do Museu Paulista*, IV, 603.

Dos trabalhos de agua já falava ANTONIL, *Cultura e Opulencia do Brasil*, ed. Taunay, p. 248-251. O conde de Assumar notou em 1719: "...Só os Reínoes como mais ativos podiam animar-se a empreender trabalhos grandes...". *An. do Mus. Paul.*, IX, 655.

## NUNES VIANNA

Nunes Vianna entrára no principio do seculo pelo S. Francisco, a mascatear bugigangas, como tantos outros aventureiros, reinões, baianos, pernambucanos, atraídos pelas minas; porem, fino e energico, lograra a confiança de D. Isabel Maria, senhora dos currais que tinham sido de seu pae, o mestre de campo Antonio Guedes de Brito, e passára a administrá-los como procurador, que vendia os gados e vigiava os caminhos (1). Deduz-se disto que metia nas minas os produtos oriundos do Reino e da Baía em troca de ouro em pó, como um privilegiado contrabandista que tinha a impunidade e a serventia de mantenedor da ordem, entre o rio das Velhas e o médio São Francisco. Borba Gato intimou-o a retirar-se pondo editais á porta da igreja do Caeté (2). Replicou-lhe, alegando que obedecia a el-rei e assegurava a paz na sua capitania do S. Francisco (13 de Outubro de 1708). "...Não tem mais exercicio no rio de São Francisco (denunciou Borba Gato em carta ao governador do Rio de Janeiro, a 29 de Novembro) que esperar combois da Baía de uma grossa sociedade que tem naquela cidade e tanto que lhe chegam não se contenta com marchar com estes para as Minas senão com vir servindo de capitania aos mais combois para que nenhum seja tomado do inimigo que

---

(1) D. Isabel Maria Guedes de Brito, diz fr. Jaboatão, era bastarda do mestre de campo e de D. Serafina de Souza, *Catálogo Genealógico*, tit. Pimentel. Enviuvára de Antonio da Silva Pimentel (2.º de nome) e faleceu em 1733, data que se vê na pedra tumular da capéla de Sant'Ana no colégio da Bahia (Catedral). Vd. nossa *História da Casa da Torre*, p. 74, Rio, 1939. Foi quem construiu o Paço do Saldanha (hoje do Liceu de Artes e Offícios), a mais bela casa da Bahia, assim chamada pelo segundo marido de sua filha unica D. Joana, Manuel de Saldanha da Gama.

(2) Vd. J. SOARES DE MELLO, *A Guerra dos Emboabas*, p. 74, S. Paulo, 1929.

nesta conta tem a quem trata da arrecadação da Fazenda de S. Majestade que Deus guarde” (1).

A vasta briga — assim iminente — achou o seu pretexto no caso dos açougues. Sobrevindo, em 1707, a “grande fome”, como uma das providencias que a remediassem foi posto em arrematação, no Rio, o contrato para todos os córtes de carne nas Minas, obrigando-se o arrematante a provê-las dos gados necessários. O negocio, odioso pelo monopolio, prometia fartos lucros, tal o preço das vitualhas, alem disto entregue ao arbitrio do fornecedor exclusivo. O sargento-mór Francisco do Amaral Gurgel, um dos mais opulentos moradores do litoral (com fazendas em Paratí e na Ilha Grande) se associou a frei Francisco de Menezes para obter o contrato. O frade trino tinha pouco de religioso e bastante de soldado. Fôra estabelecido em Sabará, puzêra-se a minerar, tomára o partido dos forasteiros contra os mamalucos e se constituiu afinal chefe de grupos armados. Enfureceram-se os paulistas ao saber do contrato, e se opuzeram por força. Gurgel não insistiu; mas frei Francisco aceitou corajosamente a luta, de mãos dadas a Nunes Vianna. Em carta de 16 de Janeiro de 1709, Bento do Amaral Coutinho (o do “Capão da Traição”) acusou o paulista Domingos da Silva Monteiro: “não era fiél a seu Rei pois foi um dos que resistiu e impugnou o contrato das carnes nestas Minas” (2).

Esta queixa sitúa o monopolio entre os motivos próximos da contenda, que, aliás, os dispensava, na evolução inevitavel dos desentendimentos. Ocorreu o mais grave em Caeté, ao quererem dous paulistas desarmar um portuguez, em cujo socôrro foi Nunes Vianna, cruzando então a espada com Hieronimo Pe-

---

(1) SOARES DE MELLO, *op. cit.*, p. 233 (docs. em Apêndice).

(2) SOARES DE MELLO, *op. cit.*, p. 244.

droso de Barros (1). Este e o irmão, Valentim Pedroso de Barros, correram a juntar os seus parciais, em fórma d'um grande motim, de que resultou correrem os forasteiros á presença de Nunes Vianna e, por sua vez, improvizarem um exercito respeitavel. Aclamaram-no Regente ou Governador das Minas, para delas expulsarem os paulistas... (2). Em 20 de Dezembro (1708) a sublevação se generalizou, porque mãos criminosas atearam fogo ao arraial de Pascoal da Silva, em Ouro Preto (atribuiu-se a insidia a Fernando Paes), e o poderoso mineiro, julgando-se dirétamente ameaçado, uniu as suas forças ás de Nunes Vianna e fr'á Francisco (3). O antigo soldado Antonio Francisco da Silva assumiu a chefia do exercito (4). Foi-lhes fácil desalojar os paulistas do rio das Velhas. N'uma "abalroadá", em Cachoeira do Campo, cederam eles, e houve ali missa de ação de graças, seguida de juramento, de como os "emboabas" obedeceriam em tudo a seu governador (5). Assentou Nunes Vianna os seus quartéis ao lado da gente de Pascoal da Silva, em Ouro Preto, e mandou o sargento-mór de batalha (cargo que outorgou) Bento do Amaral Coutinho, dispersar os adversários que se aglomeravam no Rio das Mortes. Sucedeu então o episódio abominavel do Capão da Traição. Renderam-se os paulistas, ali cercados, com a promessa de que nada sofreriam se largassem as armas, e apenas os pilharam indefêsos, os "emboabas" correram sobre eles e os

---

(1) SOARES DE MELLO, *op. cit.* p. 232 (carta de Borba Gato ao governador).

(2) Memória Histórica da Capitania das Minas, ano II, fasc. 3.º da *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*.

(3) SOARES DE MELLO, *op. cit.*, p. 240 (carta de Coutinho ao governador).

(4) DIOGO DE VASCONCELLOS, *História Antiga de Minas Gerais*, p. 384. Chegou a brigadeiro e morreu em 1730, *Inv. dos Doc.*, VII, 66.

(5) ROCHA PITTA, *Hist. da Amer. Port.*, ps. 389-91.

mataram cobardemente (1). Esse frio crime deu a medida do odio que havia entre as duas parcialidades. Ultrapassou as peiores previsões. Conta-se que as mulheres de São Paulo fecharam as portas aos maridos que, derrotados, lhes apareceram, obrigando-os a voltar, para a vingança e o desagravo. Nunes Vianna não se lembrou tambem de punir os algózes. Ufano de sua autoridade e comandando tres mil homens, esperou com firmêza a batalha. Foi quando D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, governador do Rio de Janeiro, decidiu ir encontrá-lo nas Minas (2), de mêdo a que a briga degenerasse em insurreição geral.

### INTERVENÇÃO E RECÚO

A viagem do governador não resolveu o problema. Resolveria, se favoravel a Nunes Vianna, e pudêsse com boas palavras dissolver-lhe o "exercito". Não era. Ao contrário, estranhára que o "governador intruso" lhe não tivesse escrito, como fizera Coutinho, e queria que embainhasse a espada, retirando-se das Minas. Entrou nelas D. Fernando com pouca gente, sem intenção de reprimir por força, tudo esperando de sua presença. Não deixaram que ele passasse de Congonhas, ou "rodeio de Itatiaia", sendo a de São João del-Rei a unica

---

(1) ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 392, atribúe a culpa a Bento do Amaral Coutinho, chefe da "partida" de emboabas, que não devemos confundir com Bento do Amaral, irmão do sangento-mór Francisco do Amaral Gurgel, como aparece em tantos textos de História. O governador D. Fernando Martins Mascarenhas, em carta de 16 de Fevereiro de 1709, para el-rei, diz: "Bento do Amaral Coutinho... que increpa o procedimento dos Paulistas é o mesmo que ha dous anos velu das Minas ao termo desta Cidade e matou com sessenta e tantas feridas a um filho de Pedro Gago da Câmara e um seu escravo, lançou fogo ás fazendas e com os que o associavam roubaram o que lhe pareceu, e hoje os condena..." SOARES DE MELLO, *ibid.*, p. 255.

(2) A junta que se fez no Rio decidiu a viagem do governador — tambem a ela movido pela carta de Bento do Amaral Coutinho — 16 de Janeiro de 1709, *Inventário dos docs., Bibl. Nac.*, V., 322. Devia

localidade que mostrou obedecer-lhe (1). Nunes Vianna saiu-lhe ao encontro, levando por séquito a sua numerosa e desordenada soldadesca. Conversaram em tom pacifico. Certificou-se o governador da decisão daquela gente de não ceder, de não dispersar, de não lhe respeitar as ordens, e antes que fosse tarde regressou ao Rio, dando por inutil a jornada. Terminára aliás o seu periodo de governo. O sucessôr, Antonio de Albuquerque, que procurasse desarmar os rebeldes...

Vencia o "intruso". O recúo do governador do Rio dava-lhe uma autoridade sem limites. Ficava ao seu alcance a propria capitania de São Paulo, onde, entretanto, os parentes das vitimas do Capão da Traição preparavam a desforra. Poderia desatinar-se. Mas foi comedido, sensato e tímido. A sua moderação — de modo a não se desmandar no orgulho do seu exito, sem lei nem tropa que o castigasse, chefe absoluto de milhares de guerrilheiros — foi então benéfica. Dar-lhe-ia direito não só á indulgencia como aos prêmios que, dez anos depois, iria buscar a Lisbôa.

Isto mesmo havia de alegar a el-rei, vinte anos depois: que "o obrigaram a aceitar o Governo delas (Minas); e o mando do exercito que se formou contra aqueles Povos (Paulistas), e pelo castigo das armas os

---

expulsar o "principal incitador", Vianna, *ibid.* Em carta de 16 de Fevereiro, comunicando a el-rei a viagem, o governador sugeria que se puzesse nas Minas "Governador com presidio e Ministro de Letras". Note-se que D. Fernando já tinha sucessor nomeado, Antonio de Albuquerque, não importando, pois, esta nomeação, em castigo do seu fracasso.

A carta régia de 31 de Janeiro de 1702 determinou que os governadores do Rio não passassem ás Minas sem licença. (*Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 159). Decorreu sem dúvida dos abusos cometidos por Artur de Sá, que lá enriquecera...

(1) Papel da Camara de S. João del-Rei, 1749, *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, fasc. III e IV, p. 814. Julião Rangel de Souza Coutinho completa: "os tais moradores do rio das Mortes e seu distrito os unicos que achou o mesmo Governador...", sendo ele um dos três procuradores encarregados de compôr a discordia, *doc. in An. da Bibl. Nac.*, L, 14. O mesmo depoente retirou-se para o Rio com o governador. Estimava em 4 mil o exercito *emboaba*.

reduzir á obediência das Leis de S. Maj. e das suas Reais Ordens, gastando nas campanhas uma larga fazenda, e receber em uma delas tres balas, conseguindo-se por meio de seu valor, e do respeito que tinha conciliado entre aqueles Povos, o beneficio da paz, e a intradução dos Ministros para a administração da justiça, e com a noticia que teve da chegada de Antonio de Albuquerque Coelho ao Rio de Janeiro, que ia provido no governo das ditas Minas, e mandar avisar do estado delas, insinuando-lhe se não detivesse, para lhe entregar o governo com a paz e socêgo, que muitos dos moradores não esperavam, e lhe pedir licença para retirar-se ao rio de São Francisco, onde tinha a sua casa, para onde com efeito se recolheu como occulto, por não querer o Povo consentir que ele largasse as Minas. . .” (1). Renunciou em hora oportuna.

### REAÇÃO PAULISTA

Os paulistas repetiram, em 1709, a bravia conduta dos avós, de 1641.

Promoveram (em 1 de Abril daquele ano) tumultuosa junta do povo e Camara, e juraram: “nomeavam e elegiam por cabo universal para qualquer invasão e defesa da patria e bem comum dela e em prol de todo

---

(1) Nunes Vianna retirou-se em 1710 ou 11 para os currais do S. Francisco, onde até 1724 exerceu a autoridade de mestre de campo e pessoa de confiança dos governadores gerais. Em 1717 o vice-rel marquês de Angeja se correspondia cordialmente com ele (*Doc. Hist.*, XLIII, 55). Então, “com ter a Vossa Mercê nesse distrito se me segue todo o socego. . .”, *ibid.*, p. 64. Foi até a barra do Rio Grande a “embaraçar os insultos do gentio”, *ibid.*, p. 65, com regimento que se lhe dêra para guerreá-los, *ibid.*, p. 80 e *Doc. Hist.*, VI, 288. Sobre a repressão dos índios o vice-rei conde de Vimieiro quiz ouvi-lo na Baía, carta de 6 de Fevereiro de 1719, *ibid.* p. 198. Em 18 de Outubro de 1718 esteve na villa do Ribeirão do Carmo com o governador das Minas D. Pedro de Almeida, para se comprometer a não cobrar fôros, por D. Isabel Maria Guedes de Brito, aos moradores da barra do Rio das Velhas, ocasião em que “deciarava que nunca concorreu por si nem por outrem, em tempo algum. . . de sorte que dêsse motivo a se cuidar dele nem



o bem e conservação da patria ao capitão Bartolomeu Bueno da Veiga, a quem dissêram haviam de obedecer como seu cabo maior em tudo o que fôsse em prol do que acima fica dito, porque assim achavam que convinha, e como aos impulsos do povo não ha quem resista. . .” (1). Que era a revolução, provam as assinaturas de pessôas respeitaveis por sua lealdade a el-Rei, como Pedro Taques de Almeida (“assino constrangido”) e Manuel Bueno da Fonseca, cuja descendencia, de Amadeu Bueno, fôra lembrada com muita finura politica por Artur de Sá e Menezes (“assino constrangido e molestado”) . . . A 22 de Agosto o “cabo maior” estava em vespêras da partida (“queria em tom pacifico ir e levar a gente que podesse, para que vendo a força se não facilitassem aqueles temerarios com a sua costumada ousadia a vexar os nossos naturais como até agora fizêram; e que havia ele dito cabo maior buscar todos os meios licitos para introduzir a estes moradores naquelas Minas, aonde a maior parte deles tinham suas fazendas, dividas e escravos, e que não havia de permitir houvessem hostilidades. . .”) (2). No dia 24 foi chamado á Camara (presidida pelo velho mestre de

---

do seu procedimento”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, fasc. II, Ouro Preto 1897, p. 393. O vice-rei Vasco Fernandes Cesar mandou prendê-lo em 1724. Acusou-o: “o titulo de Mestre de Campo, com que injustamente se valida. . .”, 3 Mar. 1722, XLIV, 232. Teve a cidade da Bahia por menagem. Nesta ocasião Nuno Marques Pereira lhe dedicou “*O Peregrino da América*”, com prefácio laudatório, vd. edição da Academia Brasileira, notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon. Obteve del-rei vários prêmios, como carta de padraão de tença, 17 de Abril de 1227, mercê para as filhas serem aceitas no convento das dominicas de Santarem e de tença para seu filho Miguel Nunes de Souza, a alcaidaria-mór de Maragogi (sic), a propriedade do rendoso officio de escrivão da ouvidoria do Rio das Velhas (*Rev. do Arq. Publ. Min.*, fasc. II, p. 304 e segs.). Faleceu na Bahia em 1735, cf. carta do vice-rei conde das Galveas, que divulgamos de primeira mão in *Figuras de Azulêjo*, p. , Rio 1940. Destruê-se com isto a lenda de que morreu obscuramente no Reino. Longe de ter sido punido, foi recompensado largamente.

(1) *Atas da Câmara de S. Paulo*, VIII, 190-1 (S. Paulo 1916). Na página seguinte vem o adendo: que a nomeação de Bartolomeu Bueno era só para a defesa da vila de S. Paulo, *ibid.*, p. 192.

(2) *Atas*, VIII, 197.

campo Domingos da Silva Bueno) e intimado a não cometer excessos, limitando-se, nas Minas, á “natural defesa”, responsável de tudo perante o Tribunal divino; “e que naquelas Minas existia o Senhor Governador e capitão general desta repartição, a cuja obediencia estivesse com toda a sua gente, e cumprisse e guardasse suas ordens...” (1). Este governador era Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

### CAPITANIA DE SÃO PAULO E MINAS

A nomeação de Antonio de Albuquerque precedeu a criação da capitania de São Paulo e Minas Gerais, separada do Rio de Janeiro e “somente subordinada ao Governador Geral do Estado” (carta-regia de 23 de Novembro de 1709 (2)). Veiu para substituir D. Fernando Martins Mascarenhas (provisão de 7 de Março, posse no Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1709) (3). Era “brasileiro”, experimentado no governo do Maranhão, hábil e ativo, condições preciosas na emergencia. Deixou por governador interino do Rio o mestre de campo Gregorio de Castro Moraes, enquanto não chegava o efetivo, irmão deste, que acabava de administrar Pernambuco, Francisco de Castro Moraes (4). E, “incognito”, entrou as Minas, para aperceber-se pessoalmente da situação. Foi-lhe fácil pacificar os levantados, cujos propositos cordatos fr. Miguel Ribeiro lhe comunicara no Rio, ao tempo em que fr. Fran-

(1) *Atas*, VIII, 201.

(2) Vd. R. GARCIA, nota a Varnhagen,, V, 321.

(3) *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 246. Medida complementar, foi a exigencia estabelecida pelo governo português, de passaporte para toda gente que embarcasse para o Brasil. Começou a vigorar para a frota que saiu de Lisboa, com 97 navios, a 30 de Junho de 1709.

(4) Governara Pernambuco, de 13 de Set. de 1703 a 9 de Junho de 1707. Nomeado para o Rio em 27 de Nov. de 1709, empossou-se em 30 de Abril seguinte. Gregorio foi morto na invasão de Duclerc.

cisco de Menezes, seu procurador, andava em Lisboa a pleitear para todos o indulto geral, que de fato não demorou (1). Acharam conveniente ter a seu lado Antonio de Albuquerque, contra o "exercito paulista", que se anunciava. Consta que o cabecilha Antonio Francisco — antigo soldado na Colonia — conheceu o capitão José de Souza, que acompanhava o general, e tratando-se com familiaridade, serviu de intermediário entre este e Nunes Viana, de modo que ficou logo combinado que os chefes "emboabas" se ausentariam para o rio de S. Francisco e os moradores armados voltariam para o seu trabalho (2). Contento com a acomodação, foi Albuquerque ao encontro de Bartolomeu Bueno da Veiga, a quem achou em Guaratinguetá, de caminho para a invasão das Minas (3). Não se entenderam. Albuquerque voltou ao Rio, por Paratí, e mandou prevenir os emboabas, que se defendessem, pondo de novo em pé de guerra as suas forças (4). E disse dos paulistas: "Não são merecedores de nenhuma compaixão e benignidade... Abusaram tão mal como se experimentou no rio das Mortes... cujos

---

(1) O indulto, com exclusão de Viana e Bento de Amaral, foi comunicado a Albuquerque por carta de 22 de Agosto de 1709.

(2) Memórias sobre a Capitania de Minas, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano VI, fasc. I, 130.

(3) Ambrosio Caldeira Brant escreveu do Rio das Mortes, 19 de Nov. de 1709: "Como o Snr. General Antonio de Albuquerque nos avisasse do exercito de paulistas que achou em Guaratinguetá vinha infalivelmente a estas minas estamos em todas ellas, nao só prontos para os receber em batalha, senao tambem para os buscarmos...", *Registro Geral da Câmara de S. Paulo*, IV, 3. A carta apela para a qualidade de "legitimo português" do destinatário, Domingos Gonçalves Candido.

(4) Outro documento de 1710: "...Nos avisou e ordenou aos cabos destas minas atalhassem o que convinha ruina tão grande com cuja noticia se alvoroçaram os moradores de Ouro Preto e seu distrito e se juntaram na Cachoeira...", pedindo a Rafael da Silva e Souza fosse detender o rio das Mortes, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XVII, 332.

A concentração emboaba foi em Cachoeira. Esciurece o P. Manuel da Ronseca, *Vida do ven. P. Belchior de Pontes*, p. 214, ed. Tournay, que o governador desistiu de ir então a S. Paulo, dada a attitude intransigente de Bueno. O mesmo A. descreve a escaramuça que em seguida se feriu no rio das Mortes, *ibid.*, p. 218.

motivos me obrigaram a suspender a publicação do indulto geral que V. Maj. concedia aos levantados... porque se não quizessem os paulistas também aproveitar dele, ou queixarem-se quando esperaram e lhes parecia que V. Maj. mandasse castigar os forasteiros expulsando-os das minas em que só eles queriam habitar como senhores absolutos que se mostram delas" (1).

Limitaram-se os paulistas a uma escaramuça no rio das Mortes, como protesto contra o apaziguamento representado por Albuquerque. Perceberam que a luta seria desvantajosa. Recuaram finalmente. Outras cartas-régias, que davam a S. Paulo a dignidade de cabeça da capitania e mandavam que se fizesse a conciliação, com o respeito comum da lei, serenaram devagar os animos enfurecidos. A sagacidade do governador completou essas medidas oportunas, aquiétando ambos os lados. O seu exito pessoal serviu de penhôr á pacificação energética, que se seguiu.

---

(1) A. TAUNAY, Hist. da villa de S. Paulo, *Anais do Museu Paulista*, V, 148.

## II

# OS FRANCESES ATACAM O RIO DE JANEIRO

As lutas nas Minas podiam não inquiétar el-rei em Lisbôa, mas interessaram os franceses (1) — em guerra com Portugal — e lhes dêram a idéa d'uma aventura rendosa: a tomada do Rio de Janeiro, com a pilhagem, subsequente, dos tesouros que aqui devia haver.

Não ha duvida que muitos estrangeiros, judeus em grande numero e francêses, tinham entrado o territorio das Minas em 1700 ou 1703, e de lá volviam bem informados, ocultando o ouro de contrabando, e empenhados em exportá-lo para o norte da Europa. Seguiram-se formais proibições, mas tardias, e já provocantes. O conflito, que se feriu entre as duas côrtes, explica o resto.

## ACONTECIMENTOS DA EUROPA

Aceitara Portugal a inclusão da Espanha na “zona de influencia” de Luiz XIV, com a coroação de Felipe V, seu neto (tratado de 17 de Junho de 1701). Deixava assim a tradicional amizade inglesa para cõncordar com o “fáto consumado”, da liga franco-espanhola, que lhe

---

(1) Em 1725 o governador Vahia Monteiro dizia constar quê os franceses se animaram com esperanças de levantamento nas Minas, *Anais do Arquivo Nacional*, XV, 47. Sobre a opinião corrente em 1708, Cap. Woodes Rogers, *Voyage autour du monde*, p. 92, Amsterdam 1716.

tranquilizava as fronteiras. Mas o governo de Londres não se conformara, e, com o Império (Austria) e a Holanda, fizera outra liga (7 de Setembro do mesmo ano), destinada a dar o trôno de Espanha ao arquiduque Carlos. El-rei D. Pedro II sentiu que mais perderia mantendo-se afastado da coalisão, e, para evitar a represália inglesa nos dominios de ultra-mar, rompeu com o aliado da vespera e tornou a juntar-se á Inglaterra (tratado de 16 de Maio de 1703), desta feita para participar da guerra e auferir-lhe proveitos territoriais consideráveis. Fôra algumas cidades espanholas, queria as “terras situadas na margem septentional do rio da Prata”, limite definitivo entre as duas colonias na America... (1).

Serviu Portugal de base para a invasão de Espanha. O exercito do marquês das Minas chegou a entrar em Madrid (1706). Mas teve de retornar, para não ser batido. Em 9 de Dezembro daquele ano faleceu, em Alcantara, D. Pedro II. Subiu ao trôno o mais feliz de todos os monarcas da familia de Bragança, seu filho, D. João V. Para a segurança, a prosperidade e a gloria do Estado só precisava continuar a politica externa do reinado anterior; que para o esplendor suntuoso de sua côrte tinha os fartos subsidios do Brasil.

## A ALIANÇA INGLESA

Na aparente improvização do tratado de 1703 concorriam fatôres permanentes, sabiamente coordenados pelo velho rei: erigira a aliança inglesa num axio-

---

(1) Art. 2.º dos Artigos secretos e separados. O negociador inglês foi John Metven (donde citar-se “tratado de Metven” o de 1703). Vd. EDUARDO BRAZÃO, *Relações Externas de Portugal, Reinado de D. João V*, 1, 71, Lisboa 1939. Este tratado é sobretudo notável pela

ma de paz; fizera depender dessa tradição a unidade do império, isto é, dos vastos domínios ultramarinos, que d'outro jeito não poderia conservar e defender; apoiado aos seus interesses, sacrificando-lhes a industria rudimentar do país, em troca do auxilio poderoso da marinha, já irresistível, da antiga aliada, de fâto arrostava a terrível animosidade do continente — Espanha e França — mas salvava o oceano... A idéa de salvar o oceano, de desassombrá-lo, de não perder o contacto do "império", do comércio do Brasil, do oriente, empolgára o governo atilado de D. Pedro II: e, com o tempo, os progressos coloniais, as dificuldades diplomaticas na península, se lhe tornou util e desenganada obsessão. Havia de sobrepôr-se ás proprias considerações da metropole: se devia pezar-se, Portugal e as colonias, antes largar aquele, e não elas... Porque a fronteira ibérica sempre fôra penosa e ameaçante, tanto que se coligassem as ambições vizinhas: emquanto que além do mar se desdobravam as áreas infindas onde cabiam várias nações opulentas e soberanas! Dependia da lealdade do pacto de 1703. Acertou Portugal cumprindo-o resolutamente. Ia formar-se no seculo XVIII o imenso império britânico: graças à atitude decisiva de D. Pedro II, em 1703, não se formou a expensas dos descobrimentos e conquistas dos portuguezes, senão por conta de França e Espanha.

As expedições temerárias de Duclerc e Duguay-Trouin representam o risco indispensavel a toda aliança militar.

O Brasil pagou o seu quinhão de sacrificios à feliz diplomacia da côrte de Lisbôa: bem modesto, se as vantagens eram tamanhas!

---

dependencia economica a que sujeitou Portugal em favor das industrias inglesas. Sobre as negociações politicas de Metwen, vd. DAMIÃO PERES, *A Diplomacia Portuguesa e a Sucessão de Espanha*, cap. IV, Barcelos 1931.

## A AVENTURA DE DUCLERC

Soube-se em Lisboa dos aprestos que se faziam em Brest e Rochefort, de sete navios (1), por Luiz XIV concedidos a uma companhia (Chatelain-de-Neuville) para a guerra de corso no Brasil: comandava-os Jean François Duclerc (2). Ordens imediatas foram expedidas ao governador Francisco de Castro Moraes, para que se apercesse para combatê-los (2): e com as devidas precauções se pôz a gente d'armas do Rio de Janeiro à espera da agressão iminente. Tinha-se por certa, a qualquer hora... E foi assim.

Em 16 de Agosto (1710) um pescador de barra a fóra deu o aviso, de que seis navios demandavam o porto. Era noite. Sem perda de tempo, o governador postou nas praias quantos homens armados pôde juntar e preveniu as guarnições dos fortes. Na manhã seguinte, de fáto, os navios — com bandeiras inglêsas — apareceram à entrada da barra, apresaram uma sumaca da Baía e desistiram de penetrar no porto pelos tiros que de várias baluartes lhes defecharam. Velejaram para o sul; dir-se-ia terem abandonado o plano de ataque; tanto que o governador dispensou auxiliares e ordenanças, lembrando-lhes, após móstra geral, o devêr de acudir com mais presteza ao primeiro chamado.

---

(1) EDUARDO BRAZÃO, *O Conde de Tarouca em Londres*, p. 153, Lisboa 1936.

(2) Antigo major em São Domingos, depois capitão de brulote e, para comandar a expedição, capitão de fragata e comendador de São Luiz (HENRI MALO, *Du Clerc à Rio de Janeiro*, cit. por E. BRAZÃO na sua monografia, *As Expedições de Duclerc e de Duguay Trouin ao Rio de Janeiro*, Lisboa 1940.

(3) Francisco de Castro Moraes fóra primeiramente mestre de campo general no Rio de Janeiro em 1700, vd. *Inventário dos documentos do Arq. de Mar. e Ultram.*, VI, 270; e se encarregara de melhorar a fortificação da praça. Era cunhado de Duarte Teixeira Chaves, *op. cit.*, VI, 272, que requereu, por ele, maior ordenado como governador, que foi nomeado, da Colônia do Sacramento, 7 de Janeiro de 1701.



Foi apenas no dia 29 que chegou ao Rio a noticia de estarem barcos inimigos na ilha Grande, com bandeira francêsa, em preparativos talvez de desembarque. Alguma força foi expedida para cortar-lhes os caminhos, às possiveis partidas que quizessem saquear as fazendas próximas. Em 9 de Setembro outro rebate alarmou a cidade: tinham sido avistados tres navios ao norte da barra.

Já não havia duvida de que os francêses experimentavam as defêsas de terra, para uma sortida. Mas bastaram duas ou tres descargas de mosquetaria para que se afastassem (10 de Setembro): o verdadeiro desembarque se deu em Guaratiba — a 4 léguas — no dia 15. Enquanto uma bôa força, ao mando de Duclerc — um milhar de soldados — rompia pelos matos, os navios tinham ordem para distrair e conter os portuguezes, bordejando, perto do litoral, desde a ilha Grande até a barra do Rio de Janeiro. Francisco de Castro Moraes tratou de fortificar-se com uma trincheira “que amanheceu feita desde o pé do outeiro de N. S. da Conceição (1) até o pé do outeiro do Convento de Santo Antonio com 6 peças de artilharia” (2), protegendo, de ponta a ponta, a retaguarda das tropas distribuidas pela orla do golfo. Mandou em seguida um destacamento, pelas praias, a inquietar a marcha aos francêses que prosseguiam “rompendo o mato por dentro da serra guiados de quatro negros de Bento do Amaral que haviam fugido de seu senhor na

---

(1) O hospício da Conceição acabava de ser adaptado para palacio episcopal (onde, de fâto, moraram os bispos, depois os arcebispos do Rio de Janeiro, até o século XX). Disse o prelado em 14 de Janeiro de 1706: “Uma tarde que saí a encomendar á Senhora da Conceição, Hospício dos Barbadinhos franceses, que se compunha de uma capelinha ou ermida, 5 celas, refeitório e cozinha, a vizinhança desta milagrosa imagem, a bondade do sítio e o cheirar-me ainda a convento, poderosamente me levaram o animo a edificar nele casas para os bispos...”, *Inventário dos doc., Bibl. Nac.*, VI, 309.

(2) Doc. da Ajuda, até agora inédito, publ. por EDUARDO BRAZÃO no opusculo, *As Expedições de Duclerc e de Duguay-Trouin*, p. 19.

ilha Grande (1) para os navios do inimigo e de lá os trouxeram para sua guia...” (2). Esses negros informaram aos franceses sobre as prevenções e os recursos da cidade e os conduziram pelas escarpas do Des-

(1) Parece tratar-se do Irmão de Francisco Gurgel do Amaral, o magnate da ilha Grande, e que se chamava *Bento do Amaral*.

Tem-se feito insistente confusão deste com o valoroso chefe dos estudantes, herói da primeira e vítima da segunda invasão francesa, Bento do Amaral Coutinho.

Que Bento do Amaral Coutinho (nunca “do Amaral Gurgel”) foi aquele destemido Cabo, positavam todos os documentos, a começar pela carta publicada por PIZARRO, *Mem. Hist. do Rio de Janeiro*, I, 81, e a terminar pelos que relacionou ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Históricas*, p. 148, e após os quais não ha direito de volver á dúvida.. Subsiste apenas quanto á identidade do sujeito que, no Capão da Traição, autorizou o covarde morticínio dos paulistas e que se chamava exatamente Bento do Amaral Coutinho, como escreve Rocha Pitta. Este fôra processado por anteriores malefícios, cf. carta de 26 de Novembro de 1709, *Documentos Interessantes*, LIV, 99, e escrevia ao governador do Rio, 16 de Janeiro de 1709, do arraial de Ouro Preto, *Inventário dos docs.*, *Bibl. Nac.*, VI, 317. Era um dos chefes dos “emboabas”, notável pela petuância, pelas violencias inauditas... O dos estudantes era “uma das principais pessoas desta cidade, que sustentava á sua custa na Bica dos Marinheiros...” (doc. de A. LAMEGO, *ibid.*, p. 151).

Havia dous com igual nome?

Queremos crer que não. Para nós, o do Capão da Traição foi o mesmo das proezas contra os franceses. Estaria no Rio, como outros veteranos da briga das Minas, a exemplo de frei Francisco de Menezes. Morreu gloriosamente, pelejando com a gente de Duguay-Trouin: a carta régia de 7 de Abril de 1712 ordenou “se communicasse aos herdeiros de Bento do Amaral que ficava na real lembrança o honrado procedimento com que se houve aquele seu parente...”, *Doc. Interessantes*, LIV, 103. BENTO DO AMARAL COUTINHO, cf. A. LAMEGO, *op. cit.*, p. 151.

O Irmão de Francisco do Amaral Gurgel era Bento do Amaral, como elucida a carta de Garcia Rodrigues Paes, *Invent. do docs.*, VI, 308: “fr. Antonio de Santa Clara, frade capucho, irmão de Francisco e Bento do Amaral, residentes nas minas”... (Rio, 8 de Janeiro de 1708). Mas não se chamava “Amaral Gurgel”. Não houve Bento do Amaral Gurgel. Sim, Bento do Amaral da Silva, informa Silva Leme (copiando aliás Pedro Taques, *Nobiliarquia*, in *Rev. do Inst. Hist.*, XVIII, 202): “Sargento-mór Bento do Amaral da Silva, irmão de frei Antonio de Santa Clara, religioso franciscano...; Irmão tambem de Francisco do Amaral Gurgel, capitão-mór e governador da capitania de S. Vicente e S. Paulo em successão ao capitão-mór José de Góes e Moraes...” (*Nobiliarquia Paulistana*, V, 121, S. Paulo, 1905). Foi sargento-mór no Rio de Janeiro; mas, acrescenta Pedro Taques, faleceu em 21 de Junho de 1719. Nada tem de comum com o official morto em 1711, ás mãos do inimigo.

Que não se fale mais, portanto, em Bento do Amaral Gurgel, com o propósito ingénuo de desunir dos feitos brilhantes de 1710 e 11 o nome ligado á atrocidade do Rio das Mortes!

(2) O mesmo *documento da Ajuda*, que nos dá Eduardo Brazão, menciona a prisão de pessoas suspeitas, entre estas dous franceses, um deles procedente das Minas.

O itinerário da invasão pôde ser examinado nos mapas atuais de Rio de Janeiro: morro do Desterro (que de 1750 em diante se chamou

têrro (môrro de Santa Tereza, coberto de matas) onde quiz tomá-lhes o passo frei Francisco de Menezes com alguns escopeteiros. O frade trino, conhecido pelo destemôr, que o notabilizára nas Minas, dificultou quanto poudê o avanço aos francêses, e impediu que saíssem de surprêsa, através do caminho que levava à ermida do Destêrro — na praia da Ajuda. (1) Aí as balas do forte de São Sebastião (Castello) os colheram de flanco, e começaram os tiroteios intermitentes, que os castigaram ao longo da praia de Santa Luiza e quando enveredaram pela rua de São José e pela rua Direita. O soldados de Castro Moraes e os moradôres armados tomaram a bôca das ruas e passaram a abater com tiros certos o inimigo, compelido a abrigar-se nas casas, a tentar o assalto do paço do governador e, por fim, do trapiche que lhe ficava próximo. “Guarnecia o palacio uma companhia de estudantes que pelejaram valorosamente e avançando o inimigo às lojas subiram 8 ou dez as escadas, subi-

---

*Santa Tereza*, pois a ermida daquela invocação ficava no lugar do convento fundado por Gomes Freire de Andrada, ainda existente), *Ajuda* (cerca do convento das clarissas mais tarde), praia de *Santa Luiza*, rua de *S. José*, rua *Direita*, trapiche ao lado da igreja da *Cruz* (dos militares)... A trincheira de Castro Moraes corria paralela à *Vala* (hoje rua Urugualana). Note-se que narração de Rocha Pitta, tanto da primeira como da segunda invasão, coincide com as informações dos dous documentos ora divulgados por Eduardo Brazão. Para os pormenores, vd. cartas reproduzidas por Monsenhor Pizarro, no 1.º tomo das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*.

(1) Frei Francisco de Menezes merece referencia particular. Entrára em Minas Geraes em 1704 ou 1705. Emparceirára-se com Francisco do Amaral Gurgel no monopolio dos açouguez, que fundou em 1706, e contra o qual os paulistas tanto protestaram. Foi ao Rio de Janeiro tratar ad prorrogação do contrato, sem resultado (DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga*, p. 219); voltou em seguida ás Minas e cheflou uma ala das forças de Manuel Nunes Viana. Participou de vários combates (ou escaramuças) naquella “guerra”, e, com a chegada de Antonio de Albuquerque, se recolheu ao Rio. *Carta régia* de 12 de Outubro de 1710 ordenou o seu embarque para Portugal (*Documentos Interessantes*, Arq. do Est. de S. Paulo, LIV, 101, S. Paulo 1932).

Outro “emboaba” que se distinguiu contra os franceses foi Manuel Dias de Menezes,, mais tarde domiciliado em Parati, *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 153.

ram os estudantes nas suas costas e fecharam as portas e amarrando os que lá acharam das janelas lhe fizeram muito dâno aos que na rua estavam de posse das lojas do palacio”. Bento do Amaral Coutinho comandava os estudantes, a quem os padres da Companhia estimulavam com o habitual entusiasmo (1). A este exemplo os milicianos, puxados pelo mestre de campo Gregorio de Castro Moraes, se animaram a caçarem os francêses e os lançaram para o trapiche de Luiz da Mota. Morreu na refrega o mestre de campo irmão do governador. Começou aí a fase mais dramatica da batalha: o exterminio. Oitenta, desgarrados do grupo que Duclerc comandava, foram abatidos à espada. Caiu o capitão Antonio Dultra, que os investiu no canto da igreja da Cruz, mas os seus soldados cercaram o trapiche, ultimo reduto, a que se recolheram os demais. Peças de artilharia rodearam-no, com os artilheiros prontos a fazer saltar o barracão, varios barris de pulvera foram atulhados à porta, iria tudo pelos ares se Duclerc não se rendesse. Poupou a catastrophe oferecendo capitular, com seiscentos homens, dos quais 220 feridos. Perdêra 450 companheiros. Terminou assim o desastroso episódio (2).

---

(1) Tomaz Pinto Brandão acusou de fraca a milícia: “A’ primeira invasão, que os franceses fizeram no Rio de Janeiro, aonde bastaram os estudantes e os pretos a destruí-los; porque o Terço de Infantaria, que lá se achava, estava no campo a pé quedo, no tempo em que o inimigo entrava pela Cidade: nesta função obraram os Padres da Companhia como sempre; e as mais Reifigiões fugiram com o Bispo”. *Pinto Renascido, empenado e desempenado, etc.*, p. 135, Lisboa 1732).

(2) O *documento d’Ajuda* estima a perda dos portugueses em apenas 30 mortos de bala e 20 de desastres, avallando o exército que defendeu a cidade em 4.500 pessoas, que, com os moradores armados, formára uma força conjunta de 15.300.

O bravo mestre de campo Gregorio de Castro Moraes foi sepultado no convento de Santo Antonio, cf. MOREIRA DE AZEVEDO, *Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, 2.<sup>a</sup> parte, p. 271.

Quanto aos franceses, outra conta os avalia em 650 prisioneiros e 280 mortos, RIO BRANCO, *Ejem. Bras.*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 523.

## ESTUDANTES

Estudantes, inermes moradores, a escravatura, jesuitas, oficiais resolutos, tinham feito maravilhas. Principalmente os primeiros, com o seu capitão Bento do Amaral — como reparou o poeta:

Os Estudantes provaram  
em como soldados erm,  
e a conclusão defenderam  
das armas, que não curaram...

.....

Enfim podem pôr escola  
e ensinar pontos de guerra,  
os tigres filhos da terra  
e os leões filhos de Angola. (1).

A derrota dos invasôres fôra completa, irremediável.

O proprio Duclerc avisou à sua esquadra, por carta entregue por um mensageiro português, do seu infortunio e prisão. Os navios trocaram balas com as fortalezas, mas, para não peoraram a situação dos cativos, se fizeram afinal de véla para a Europa. E nume-

(1) TOMAZ PINTO BRANDÃO, *Pinto Renascido*, etc., ps. 128-9.

Os vencedores foram generosos. No Colégio da Companhia ficaram prisioneiros numerosos franceses, bem tratados dos padres. Quando Duguay Trouin tomou a praça, atendeu aos jesuitas, reconhecendo aquela clemencia; hospedou-se, tambem ele, no seu Colégio; e por intermedio deles negociou a restituição do Rio de Janeiro.

Porque os estudantes não fizeram na segunda invasão como na primeira, atacando furiosamente o inimigo? Explica-se, pela surpresa da investida de Duguay Trouin; e talvez pela incúria do governador em pedir-lhes o auxilio, fiando apenas do Terço, que tivera papel secundário no episódio de Duclerc. Ciúmes e estímulos? A versalhada do *Pinto Renascido* diz alguma cousa.

rosas festas religiosas comemoraram na cidade, depois em toda a colônia e no reino, o grande triunfo. (1).

Antonio de Albuquerque, em Minas Gerais, ao ter notícia do ataque se preparára para socorrer o Rio, e o faria, se logo não recebesse o aviso da vitória. Descêra porém a Guaratinguetá, e mandára guarnecer os portos de Paratí e Santos, afim de obstar a qualquer incursão por esses lados. Parecia definitivamente afastado o perigo d'uma invasão, mórmente quando se completavam, na Europa, os arranjos da paz entre as duas monarquias. A expedição vingadôra de Duguay-Trouin (2) foi uma surprêsa: e a tornou irresistível a experiencia colhida no desastre de Duclerc.

### A MORTE DO CORSARIO

A segurança dos prisioneiros no Rio de Janeiro não podia ser satisfatoria. A população odiava-os; e, fóra essa hostilidade latente, havia as naturais pre-

(1) "Neste dia (1 de Novembro de 1710, no Rio) se celebrou a procissão de graças que saiu da Sé e se recolheu na Igreja de S. José, principiava com 8 cavaleiros vestidos de grandiosas galas guarnecidas de muito ouro e preciosas joias, levava o primeiro cavaleiro o estandarte português arvorado e debaixo dele os seguiam os mais cavaleiros com as sete bandeiras de França arriadas, que os valorosos portugueses haviam ganhado na batalha que venceram ao inimigo, seguia-se logo dous carros triunfantes mui grandiosos tanto no tamanho como no custo, no primeiro la Santo Antonio no segundo São Sebastião, seguia-se logo todas as irmandades com suas charólas de muita variedade guarnecidas com muito ouro e preciosas joias, e muita variedade de danças vestidas de grandes galas guarnecidas de muito ouro e prata, seguia-se mais os Religiosos de todos os Conventos, o cabido da Sé, e o Santíssimo Sacramento que o levava o Snr. Bispo, atraz o Senhor Governador e seguiam-se os terços de infantaria, que dêram muitas cargas de moesquetaria ao recolher da procissão e ao sair dêram todas as fortalezas e fortins salva Real com toda artilharia, o mesmo fizeram os navios e sumações que neste porto se achavam" (EDUARDO BRAZÃO, *op. cit.*, ps. 35-6). Os dous negros de Bento do Amaral, apriacionados, foram enforcados e esquartejados.

(2) A Iniciativa foi pessoal, de Duguay Trouin, que levantou os fundos necessários (1.200.000 libras). O Estado francês deu-lhe os navios e os homens, JEAN LANORE, *Le Valqueur de Rio, Duguay Trouin*, p. 122, Paris.

venções, contra estrangeiros de outros costumes, espiados com desconfiança pelos moradores ciosos de seu recato... Dizem que por ciumes dois deles, embuçados, penetraram na casa de Duclerc à rua da Candelaria e o mataram a punhadadas. Ignora-se a razão certa e a autoria do crime, que causou na cidade, e em Portugal, penosa impressão (1). Jamais foram descobertos os assassinos. Improficua a devassa, que se abriu, irritou também a côrte francesa. Vingou-o o famoso René Duguay Trouin, com uma esquadra poderosa.

### DUGUAY TROUIN

O governo português não pecou por omissão. Tanto que soube do malogro de Duclerc mandou uma frota de quatro náos (de 56 a 74 peças) e tres fragatas de 40, ao mando de Gaspar da Costa de Ataíde, o Maquinez, com cinco batalhões, a fortalecer as defesas do Rio de Janeiro... (2).

Quizeram também os inglêses "engarrafar" no porto de Brest a expedição de Duguay-Trouin — sete

(1) Duclerc foi morto á noite de 18 de Março de 1711 e sepultado na Candelaria, vd. of. do gov. do Rio e consulta do Cons. Ultram., R. GARCIA, nota a *Varnhagen*, III,, 382-4; também mons. PIZARRO, *Mem. Hist. do Rio de Janeiro*, I, 110, Rio, 1820; VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.* vol. 142, p. 40. Habitava a casa do ajudante do tenente Tomaz Gomes da Silva, que foi preso como cúmplice, reintegrado no seu posto em 12 de Fevereiro de 1716, *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 234 (vd. carta de 1729, *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 401). Este official commandou, em 1736, a expedição de seis navios que socorreu a Colonia do Sacramento; era sargento-mór. Faleceu em 1745, *Invent. aos Docs.*, VII, 390.

(2) VARNHAGEN, *Hist. Geral*, III, 365. NUNO MARQUES PEREIRA, *Peregrino da America*, ed. da Acad. Bras., I, 195, descreve a tomada do Rio por Duguay Trouin, narrada por um tripulante da armada do Maquinez. Este, reputado um dos melhores almirantes do Reino, commandára a esquadra portuguesa que, aliada á inglesa, derrotou a francesa, de De Pointis, que ajudava os espanhoes no cerco de Gibraltar, por isso levantado (1705). Com o posto de General de batalha do mar, partiu para o Rio na frota que largou de Lisboa em 30 de Junho de 1709 (oito navios de guerra), vd. *Os Portugueses em Africa, Asia, América e Oceania* (obra clássica), VII, 148, Lisboa 1850.

navios de linha, seis fragatas, uma galeóta e tres transportes: mas chegaram dois dias depois de partida...

Tinha o corsário por lêma que “a fortuna ajuda sempre o valôr um tanto temérario” (1). Vencêra até aí, em brilhantes combates, adversarios poderosos: sentia-se capaz de afrontar as fortalêzas do Rio de Janeiro com uma tática opôsta à do infeliz Duclerc. Este temêra os canhões de Santa Cruz e de São João e transformára o seu ataque naval n’uma aventura militar, por terra desconhecida, que o perdêra. Agora, em vez d’um desembarque nos arredores, acometeria a propria cidade, entrando-lhe a barra a despeito das baterias que a fechavam... Podia ser desastroso; mas era surpreendente. E na surprêsa punha ele a sua melhor esperança. Assim fez.

## A SURPREENDENTE INVASÃO

Desta feita a imprevidencia de Castro Moraes anulou as vantaens do porto e de sua defêsa.

Contava com um desembarque ao jeito da aventura precedente; e todavia os navios francêses, uns atraz dos outros, forçaram a barra, inquietados ligeiramente

---

(1) Vd. CH. DE LA RONCIERE et S. CLERC-RAMPAL, *Histoire de la Marine Française*, p. 140, ed. Larousse (aí um retrato colorido de Duguay-Trouin, vendo-se ao fundo o Rio de Janeiro em chamas). Afirma o autor anônimo de *Mémoires instructifs par un voyageur dans les divers États de l’Europe*, I, 45, Amsterdam 1738, que De Fourbin e Duguay-Trouin ofereceram uma feita a Luiz XIV entrar o Tejo, apezar das fortalezas, e queimar o paiaçio del-rei de Portugal.

Em 1694 esteve de fáto o segundo em Lisbôa, como diz na sua auto-biografia, e, por sinal, que a pedido do embaixador de França deu asilo a bordo a dous fidalgos que tinham cometido um crime atrôz. Vd. RODRIGUES CAVALLEIRO, *Occidente*, Lisbôa, n. 37, p. 329. Trata-se do assassinato do corregedor do Bairro Alto, em S. Roque, de que trata Júlio de Castilho, em *Lisbôa Antiga*, e narrado, com inexactidão de datas, pelo cavaleiro d’Oliveira, *Amusement Périodique*, 1751: os autores eram o conde do Prado e o conde de Atalaia. CAMILLO, *O Judeu*, ps. 112-4, vol. 1.º (5.ª ed.) reproduz o episódio com o mesmo engano, dando-o como ao tempo de D. João V; mas o com-



pelas fortalezas quasi desguarnecidas, e uma vez no interior da Guanabara — franqueadas as baterias, que eram barreira e escudo da cidade — concluíram facilmente a conquista.

Um documento da bibliotéca real da Ajuda pormenoriza: à noticia, vinda de Cabo Frio, da aproximação da frota inimiga, o governador mandou prevenir as fortalezas e Maquinez se postou à entrada do porto com quatro náos de guerra e “outras quatro mercantes capazes de pelejar...”. Passados tres dias, porém, julgaram que a noticia fôra precipitada, e tanto as baterias de terra voltaram ao quasi abandono em que se achavam (1), como retirou Maquinez os seus navios para o fundeadouro, onde os encalhou.

Em 12 de Setembro, auxiliados pela neblina, os navios francêses aprobeijaram para a baía, afrontando os tiros cruzados de Santa Cruz (onde havia apenas 30 soldados) e S. João (com 5 sómente). “Em o mesmo dia mandou o capitão da fortaleza da ilha das Cobras, que fica defronte da cidade, pedir gente ao governador que estava só com 7 homens em a dita fortaleza, a qual lhe não mandou e vendo o dito Capitão que a não podia defender se retirou para a praça deixando a artilharia bem mal encravada, cousa que os francêses estimaram e a guarneceram no dia seguinte 13 do dito mez...” Um desastre aumentou a confusão: explodiu o paiol do forte de Villegagnon. Uma das

---

pleta, com a morte do marquês das Minas e conde do Prado ás mãos d'um official espanhol. “Na jurisprudencia divina a justiça mais seguida é a pena de Talião”.

Sobre o saque do Rio de Janeiro, DU PLESSIS-PARSEAU, trad. do com. Adalberto Rechstelner, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 17, f. 109 e segs. Dá a iniciativa de forçar a entrada da Guanabara ao segundo comandante, M. de Treville, que a conhecia, e convenceu Duguay-Trouin, *op. cit.*

(1) Enfraquecia a cidade a absurda Carta-régla de 28 de Março de 1711, que, para prevenir deserções, concedia tres mezes de licença “para que possa ir a quarta parte da Infantaria desses terços ás minas a fazer algum negocio...”, *Doc. Hist.*, XLIX, 21. Muitos soldados estavam negociando nas minas!

nãos de Maquinez (a N. S. da Barroquinha) foi logo tomada na praia, onde enfiára; e para evitar que as outras tres, ali immobilizadas, tivessem igual sorte, o almirante mandou pôr-lhes fogo. Esse incêndio, após a explosão de Villegagnon e o silencio da ilha das Cobras, encheu de terrôr a cidade. Debalde o mestre de campo Gil Le Doux du Bocage (1) tratou de assentar varias peças de artilharia no môro de S. Bento, levando-as mesmo para as janelas do convento, donde batiam dirétamente a ilha das Cobras, em poder dos francêses: Duguay-Trouuin tinha à sua mercê o litoral, e meteu em terra a tropa que trouxéra (perto de 4 mil homens). "...Ao dia 18 mandáram da ilha embaixador que lhe dêsse 3 milhões e a sua gente prisioneira, licença para aguada e a barra livre. Respondeu-lhe que não 3 milhões mas 4 de polvora e bala, os prisioneiros tinha sua duvida, aguada se a pudessem fazer, a barra se a entrada esteve livre a saída havia de estar fechada. Em este tempo tiveram tempo de cavalgarem artilharia e fortificarem-se bem ao dia 19 e 20. Começaram a bombear a cidade novamente e com a artilharia a atirar para S. Bento porque já a este tempo tinha o Bocage levado a artilharia para os dormitorios de onde lhe fez muito mal: em todo este tempo se andou oferecendo Bento de Amaral (2) com muita gente que o queria acompanhar para alcançar a ilha das Cobras e a S. Diogo, aonde eles estavam acampados, sem nunca lho concederem: ao dia 21,

---

(1) Francês, entrou em 1704 para a marinha portugueza, como capitão de mar e guerra; participou da expedição de 1717, contra os turcos, no Mediterraneo, depois de relevantes serviços prestados no Brasil. Uma sua filha casou-se com o ouvidor José Luiz Soares de Barbosa. Foram estes os pais de Manuel Maria Barbosa du Bocage, o grande poeta. Vd. L. A. REBELLO DA SILVA, *Poesias* de M. M. de B. du Bocage, I, XVIII, Lisboa 1853.

(2) Bento do Amaral Coutinho, "com 150 homens que sustentava à sua custa...", officio da Camara do Rio, 28 de Nov. de 1711, cf. bispo AZEREDO COUTINHO, *Coleção de alguns manuscritos*, etc., p. 97, Londres 1819.

pela meia noite, se retirou o governador com a gente da cidade e foi parar cada qual aonde lhe pareceu, não sei se por contemporizar, se por considerar o mal que tinha feito começou a ajuntar alguma gente e com ela se poz em o Engenho dos padres da Companhia. . .” (1).

Desabára naquela noite terrífico temporal. Fugiram os moradôres, com os havêres que poderam transportar. Os francêses fartaram-se com um saque abundante; libertaram os patricios prisioneiros, da expedição de Duclerc, agora seus guias e informantes; e talvez não se retirassem tão cêdo da praça se, para retomá-la, não viesse de Minas Gerais a toda préssa, Antonio de Albuquerque, seguido de 4 ou 5 mil “assim forasteiros como paulistas”.

À iminencia do contra-ataque, Duguay-Trouin julgou preferivel aceitar o resgate, abarrotar os navios e zarpar em segurança. Francisco de Castro Moraes, aconselhado pelos religiosos, que temiam a destruição das igrejas, e dos moradôres abastados, que previam o arrasamento da cidade, cedeu frouxamente. O preço foi alto: 610 mil cruzados em dinheiro (246:500\$464), 200 bois, cem caixas de açúcar; fóra a pilhagem, calculada em doze milhões de cruzados. (2).

## A CIDADE SALVA E RESGATADA

A interferencia dos jesuitas facilitou a composição. “Devo fazer a esses padres (escreveria o corsario) a justiça de dizer que muito contribuíram para

---

(1) EDUARDO BRAZÃO, *op. cit.*, p. 38. Em carta ao governador geral, de 13 de Dezembro de 1711, disse o Maquinez, “se o inimigo não achára a opposição que se lhe fez, no campo, ainda hoje havia de estar nesta cidade. . .”.

(2) DUGUAY-TROUIN, *Mémoires*, cujo capitulo, relativo á invasão do Rio, foi traduzido por Tristão de Alencar Araripe, *Rev. do Inst.*

salvar esta florescente colonia, induzindo o governador a resgatar a sua cidade, sem o que a teria arrazado completamente. . .” Tres semanas durou o trabalho de embarcar as riquezas arrecadadas, o grosso espolio em que entravam os objéto roubados, o dinheiro com que os antigos dônos tinham comprado as suas cousas, “a troco de ouro”, as mercadorias tiradas das lojas, preciosidades dos conventos, tudo o que a avides dos marinheiros e a cobiça de Duguay Trouin arrebatára ao Rio de Janeiro. Antonio de Albuquerque chegou a tempo de informar-se da capitulação e dos apêstos da partida do inimigo. Ficou a quatro légoas, à espera dessa partida; e quando entrou na cidade, achou a desolação, os lamentos, as queixas e a geral pobreza, onde, mezes antes, estalava ainda o entusiasmo pelas façanhas de 1710. (1).

Os habitantes (e a Camara) acusavam Castro Moraes. Déra-se por doido o Maquínez. Cogitou o governo português d’um rigoroso processo, que apurasse responsabilidades; e para agravar a situação dos culpados — de inércia, imprevidencia ou cobardia — um motim se declarou na Baía — onde se temia golpe analogo. E com razão. Conta Duguay-Trouin que a teria assaltado, na ida e na volta, se achasse a oportunidade

---

*Hist.*, XLVII; e Varnhagen (notas de R. Garcia), III, 374. Recusára o corsario a primeira oferta de capitulação, apresentada pelo presidente da Camara; mas cedeu á segunda, trazida pelo padre Antonio Cordeiro, que lhe fez vêr a inutilidade de suas exigencias (a mais dos 610 mil cruzados) pois não havia no Rio maior quantia. Temeu, além disto, a chegada de Antonio de Albuquerque; e fez o negocio atroz, de revender aos donos todas as cousas que apreendêra, na cidade. Vd. as cartas dos moradores transcritas por Mons. Pizarro, *op. cit.*

(1) A 21 de Setembro soube Albuquerque da invasão; a 28 partiu das Minas com 6 mil homens; e depois de dezeseite dias de marcha teve noticia da capitulação. Entrou na cidade após o abandono dela pelos francêses e tomou o governo, como autorizava a ordem régia de 6 de Novembro de 1709. Conservou-se governando o Rio até 7 de Junho de 1713, cf. Catalogo, *Rev. do Inst. Hist.*, II, 88. Vd. sua carta de 26 de Novembro de 1711, *Doc. Hist.*, XLIX, 44 — 8.

favoravel. Desistiu do ataque, na fda, porque não quiz perder tempo; e no regresso, em virtude dos ventos contrários, que não o deixaram acercar-se da praça (1).

## REPERCUSSÃO NA BAÍA

A agitação que ocorreu na Baía, em 1711, e a luta que em Pernambuco se declarou, entre Olinda e Recife, revelaram uma inquietação profunda e perigosa. O mal estar economico, resultante da debilitação da lavoura com o exodo para as minas; a carestia das utilidades importadas, como uma consequencia da guerra dos mares; por ultimo, a emoção causada pela fácil e original invasão do Rio de Janeiro, estenderam ao resto do Brasil

---

(1) O processo contra os culpados pela queda do Rio foi ordenado por carta-régia de 29 de Agosto de 1713 e dirigido pelo chanceler da Relação da Bahia, Luiz de Mello e Silva (a provisão do meirinho para a diligencia tem a data de 24 de Outubro do mesmo ano, na Bahia, *Doc. Hist.*, L, 99), com os desembargadores Manuel de Azevedo Soares e André Leitão de Mello, juntamente com o ouvidor e o juiz de fóra do Rio, Roberto Car Ribeiro e Luiz Fortes Bustamante, o ouvidor de S. Vicente Sebastião Galvão Rasquinho e o juiz de fóra de Santos Luiz de Siqueira da Gama. Foram condenados a degredo perpetuo Francisco de Castro Moraes, seu sobrinho Francisco Xavier de Castro Moraes (filho de Gregorio), e o comandante da fortaleza de S. João, sargento-mór Antonio Soares, condenado á morte por ter entregue a dita praça: mas fugiu, escapando á pena. Os demais officiaes foram absolvidos. Depois de longa prisão o infeliz Francisco de Castro Moraes foi declarado inocente, em 1730, restituído ao posto, reintegrado nos seus bens, e pago dos rendimentos em atraso, ALBERTO LAMEGO, doc. pbl. no *Jornal do Comércio*, de 31 de Dezembro de 1933.

O preço do resgate foi distribuido, carta-régia de 31 de Março de 1713 (*Inventário dos docs.*, Bibl. Nac., VI, 338): 210 mil cruzados para a fazenda real, 100 mil para os culpados, 300 mil para os moradores que os pagariam em quatro anuidades de 75 mil cruzados.

Quanto ao Maquinez, escreveu a citada carta de 13 de Dezembro de 1711 e retirou-se para a Bahia (carta de Manuel de Vasconcellos Velho, cf. Pizarro, *Mem.*, I, 74). Foi julgado culpado, com perda dos bens e prisão, cf. doc. de A. Lamego, *Jorn. do Com.*, cit. Diz Rocha Pitta que enlouqueceu, *op. cit.* "...A 27 do mez passado (Maio) chegou do Rio de Janeiro o sargento-mór de batalha Gaspar da Costa, bastante molestando, e com pouca saude", carta do governador Pedro de Vasconcellos, 6 de Junho de 1712, *Doc. Hist.*, XXXIX, 332.

Os nomes dos juizes da devassa já vêm em LORETO COUTO, *Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco*, An. da *Bibl. Nac.*, XXV, 53.

um desgosto vivo (1). Complicou-se na Baía com o velho abuso do monopólio do sal; e tomou em Pernambuco a fôrma d'um duélo de classes, senhores de engenho contra mercadores, filhos da terra contra portugueses, a aristocratica vila de Olinda contra Recife, que era a povoação dos negociantes.

---

(1) Vd. *Doc. Hist.*, XXXIV, 319 — 21. Em 1712 voltou-se a temer na Bahia uma invasão: "...sendo a sua primeira direção vir á Bahia e se tem por infalivel ser brevemente acometida dos ditos francêses pelas noticias que vieram do mesmo Rio...", *patente* de cap. concedida a Manoel de Almeida Mar, 27 de Fevereiro de 1712, *Doc. Hist.*, XXXIV, 473. D. Lourenço de Almada fizera fortificar Itaparica, a praia da Preguiça, S. Pedro e Rio Vermelho, *i b d.*, p. 321.

### III

## PRIMEIRAS REVOLTAS

### GOVERNADORES GERAIS

A D. Rodrigo da Costa sucedera no governo geral Luiz Cesar de Menezes, que já governara o Rio de Janeiro e Angola (1). Assumiu-o em 8 de Setembro de 1708 e nele esteve até 3 de Maio de 1710, data da posse de D. Lourenço de Almada (2), que não completou o período, por ir presidir em Lisboa à Junta do Comercio. Empenharam-se ambos em melhor as fortalezas (Itaparica, Conceição da Praia, S. Pedro, Rio Vermelho, (3), pois era tempo de guerra, e as riquezas da colonia de-

---

(1) A Luiz Cesar, governador do Rio (vd. P. CARVALHO COSTA, *Corografia Portuguesa*, III, 57, dedicou Tomaz Pinto Brandão alguns sonetos, *Pinto Renascido*, etc., ps. 28-9, e depois, em Lisboa, uma poesia, *op. cit.*, p. 410, graças á qual sabemos que o fidalgo morava em Santo Amaro, onde ainda se conserva o paço dos Sabugosas (título do filho, o vice-rei Vasco Fernandes Cesar). Faleceu em 1720, Afonso Dornellas, *O Conde de Sabugosa*, In *Memórias*, p. 19, Lisboa, 1924.

(2) "Morreu D. Lourenço d'Almada pobrissimo, não só pelas sangrias que lhe deu, com ordem de El-rei, D. Diogo de Mendonça, na veia d'arca; mas porque fiou ao judeu Liz de Holanda o seu vastissimo cabedal para que o metesse no banco. O Liz fez um palacio, deu frequentes concertos de musica, banquetes, damas, etc. "Male parta, male dilabuntur". Bispo do Pará, *Memórias Inéditas*, ed. de Camillo, p. 150. Chefe da casa do "restaurador" D. Antão de Almada, de sua galhardia e opulencia fala a narração das touradas de 1687 (pelo casamento de D. Pedro II), quando D. Lourenço de Almada se apresentou com 50 lacaios, ANTONIO RODOVALHO DURO, *Historia do Toureio em Portugal*, p. 54, Lisboa 1907. Mas exagerou o bispo do Pará, dizendo que morreu pobrissimo. Deixou as suas propriedades de familia, entre as quais o palacio do Rocio, reconstruido por ele, como nos informa S. Ex. o sr. conde de Almada.

(3) O engenheiro foi o tenente-general Miguel Pereira da Costa, *Doc. Hist.*, XLI, 289, embora o governador não o considerasse muito capaz, "sem mais experiencia que a especulativa que aprendeu na aula...", *Doc. Hist.*, XXXIV, 321.

viam ser defendidas. Graves acontecimentos punham então à prova o zelo dos representantes del-rei: o conflito nas minas, a luta de olindenses e “mascates” em Pernambuco, a repressão do contrabando do ouro, logo, na Baía, a irritação perigosa do povo contra os impostos, a alta dos generos.

Em 14 de Outubro de 1711 entrou a governar Pedro de Vasconcellos de Souza (1), que viêra para substituir a D. Lourenço: mas este ainda se achava na Baía quando estalou o motim.

### PRIMEIRO MOTIM

Lembra a insurreição do tempo de Matias da Cunha: valeu-se d’uma mudança de governadores, e juntou no mesmo tumulto, de arruaças e pilhagem, a plêbe e soldados indisciplinados.

Já os negociantes se queixavam da taxa de 6 e 3 cruzadas sobre os escravos da costa da Mina e Angola. Indignou-os a brusca elevação do preço do sal, de 480 para 720 réis o alqueire, a beneficio do monopolista, Manuel Dias Filgueiras, unico importador, então na côrte a tratar do próspero negocio. Debalde o Juiz do Povo e o de Mistêres, que na Camara falavam pela gente humilde, tinham pedido que se sustasse o aumento (2), enquanto subiam a el-rei os seus protestos. Não foram

---

(1) Neto do conde de Castel Melhor, que governara o Brasil. ROCHA PITTA, op. cit., p. 420, ganhara fama de bom soldado: mas não revelou especiais virtudes na Bahia.

(2) Na sessão de 17 de Maio de 1710 o juiz do povo Cristovão de Sá e o “mistêr” (de officios) Domingos Vaz Fernandes, vendo a provisão real em “favor de Manuel Dias Filgueira, sobre vender o sal que veiu na presente frota por mais 320 além do cruzado por que se vendia, que faz tudo 720 réis cada um alqueire de sal”, pediram não dêsse a Camara cimprimento, ao que os vereadores objetaram ser ordem del-rei, a que deviam obediencia. Recusaram-se a suspender a execução da dita ordem (*Livr. de Atas da Camara da Bahia*, 1710, ms no respectivo arq.).



atendidos. Ficaram, entretanto, como cabeças da revolta prevista, inevitavel.

As ocurcencias de Pernambuco — adiante narradas — concorriam, certo, para inquietar os espiritos. Qualquer fato novo os decidiria ao motim e á vingança. Mais doeu a dizima da alfandega (10% sobre as mercadorias importadas, mandados cobrar pela carta regia de 4 de Fevereiro de 1711), para cobrir as despesas com os navios guarda-costa, indispensaveis ao policiamento das aguas territoriais. Evidentemente, sem esses navios os corsários fariam grande dâno às frotas, principalmente atraídos pelo ouro que levavam das Minas. Mas na Baía o problema da proteção das frotas (o ouro saía sobretudo do Rio de Janeiro, onde desde 1700 se cobrava aquele tributo...) não parecia assim premente; e o povo declarava intoleraveis os impostos. O Juiz do Povo com as suas queixas assumira naturalmente a posição de chefe d'um partido temivel: todos os desgostos, a começar pelos mercadôres, muito contrariados com o monopolio de Manuel Dias Filgueiras. Estourou o motim, no sabado, 19 de Outubro, quando, ao ruido das primeiras manifestações, o governador chamou o Juiz e lhe disse nada saber de impostos novos. Na segunda-feira, 19, a agitação se alastrou: “porque tumultuosamente se juntou na praça desta cidade o povo e alguma gente da frota e, o que é mais, soldados e officiais destes Terços, clamando a gritos que não queriam tributos...” (1). A frente deles estavam o mesmo Juiz e o negociante João de Figueiredo Costa, apelidado o “Manêta”. Predominavam — explicou Rocha Pitta — os naturais de Portugal. Senhores da situação, correram às casas de tres homens de negocio (Filgueiras e sócios) e as depreda-

---

(1) Doc. cit. por A. LAMEGO, *Mentras Históricas*, p. 95, Rio.

ram, lançando pelas janelas alfaías e valôres, destruindo móveis e mercadorias, numa pilhagem feroz. Impotente para contê-los, Pedro de Vasconcelos recorreu a D. Lourenço de Almada, que mandou dizer-lhes nenhum novo imposto seria lançado e o sal voltaria ao preço antigo de um cruzado. Neste sentido despachou ordem, no mesmo dia, para o Provedor da Alfandega e a Camara, reforçando-a com o público perdão antecipado aos revoltosos (1). Diz Rocha Pitta (2) que acabou o tumulto quando, afinal, o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide — prelado energico (3) — se apresentou com o Santissimo expôsto e um séquito de conegos e irmãos do Sacramento da Sé. A aparição do arcebispo paramentado e a âmbula erguida, acalmou, venceu os amotinados (4). Recolheram-se, arrogantes e impunes; facilmente voltariam à rua para outras exigencias. Voltaram — para compelir o governador fraco o socorrer, com uma expedição eficaz, o Rio de Janeiro tomado pelos francêses (5).

---

(1) A. LAMEGO, *op. cit.*, p. 96; e *Doc. Hist.*, LIII, 102.

(2) *Hist. da Amer. Port.*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 423.

(3) Foi D. Sebastião um dos maiores arcebispos do Brasil. Empossara-se em 22 de Maio de 1702. Do Sínodo realizado em 1707 diremos adiante. Construiu o actual palacio da mitra, que lhe conserva as armas sobre o dintél da porta (solicitando, em 1704, o terreno, antes reservado para o Seminário, *Doc. Hist.*, XXXIV, 231). E' autor da *biografia* de Soror Vitoria da Encarnação (1722). Faleceu a 7 de Setembro de 1722. Na Sé via-se a sua grande pedra tumular.

(4) O "Maneta" não foi o único chefe das arruaças. Filgueiras "representou querer intentar uma causa civil contra João Lopes Fluzá e o escrívão da fazenda real Francisco Dias do Amaral de serem os autores ou incitadores do tumulto que houve nesta Praça em que se lhe ocasionaram grandes perdas...", carta régia de 2 de Novembro de 1714, B. DO AMARAL, notas a ACCIOLI, *Mem. Hist.*, II, 315.

(5) A Bahia festejára em 3 de Janeiro de 1711 a derrota de Duclerc com luminárias e cerimoniaes religiosas, *Livr. de Atas da Camara*, arq. cit. (Faltam as datas de 7 de Março de 1711 por diante, até 1716). Em 31 de Outubro do mesmo ano, se sabia aí da volta dos francêses sobre o Rio, e mandava o governador expedir aviso a el-rei *Doc. Hist.*, LIII, 105-7. Em 6 de Novembro, respondia a Antonio de Albuquerque, por terra, a mensagem que lhe enviara, *Doc. Hist.*, *ibid.*, p. 111.

## O SEGUNDO LEVANTE

Foi em 2 de Dezembro de 1711. Viam-se à testa da multidão Domingos da Costa Guimarães, Luiz Chafet e Domingos Gomes. Intimaram o governador a armar quanto antes uma esquadra e reconquistar o Rio! Excúsou-se, com a falta de recursos. Replica-ram: empregasse o dinheiro dos particulares guardado nos conventos; abrisse uma subscrição entre os negociantes; apelasse para todos. Pedro de Vasconcelos anuiu à idéia; mandou aparelhar as náos surtas no porto, "para irem de socôrro na armada que hei de mandar..." (1) e que no dia imediato a Camara iniciasse a coléta de contribuições. Chegou a escrever para o Reconcavo — "como toda a nobreza desta cidade assiste no Reconcavo desta cidade, e os gastos da dita Armada (que se está preparando para ir restaurar a Praça do Rio de Janeiro) excedem a possibilidade dos moradores dela, e é preciso que os de fóra concorram tambem para esta emprêsa"... (2). Desvaneceu-se com a noticia da partida de Duguay Trouin, que, se tentasse investir a capital da colonia, 'como pensára, a encontraria em preparativos de guerra, reclamados pelo povo.

Acalmou-se a patulêa. Tornaram às suas lojas os negociantes irritadiços. Mas o governador não se es-

---

(1) Portaria de 2 de Dezembro de 1711, *Doc. Hist.*, LIII, 116.

(2) Carta de 10 de Dezembro de 1711, *Doc. Hist.*, 347. Em 24 de zembro de 1711, com a noticia da retirada dos francêses, docs. divulnão ficára inativo. Em 30 de Outubro escreveu ao Maquinez, a pedir-lhe discriminasse o socorro necessario, carta respondida em 31 de Dezembro de 1711, com a noticia da retirada dos francêses, do cs. divulgados por Alberto Lamego. Naquela carta, D. Pedro se mostrava cauteloso: "Pondere com toda atênção... se é conveniente mandar debaixo de todo o risco as quatro náos de guerra que neste porto se acham..." Temia perdê-las n'uma aventura escusavel. O proprio "monsieur de Bocage", a bordo d'uma balandra, informára sobre a partida do inimigo, 31 de dezembro, *Doc. Hist.*, LIII, 122.

queceu de castiga-los — quando menos o esperavam. Agiu como Camara Coutinho em 1690. E agiu mal — enfurecido contra os culpados do segundo motim, esquecido (pois os perdoára d'ante-mão) dos responsaveis pelo primeiro. A el-rei escreveu em 9 de Setembro de 1712: (1). "...Mandei pelo Ouvidor do Crime tirar devassa do segundo motim que houve nesta cidade, que o dito ministro executou, prendendo os tres principais motores, constou pela devassa serem Domingos da Costa Guimarães, Luiz Chafet e Domingos Gomes, os quais se sentenciaram agora, o primeiro para toda a vida para Benguela, açoites e 3.000 cruzados para a Relação, o segundo por toda a vida para Angola, açoites e 1:000\$000 para as despesas e o terceiro por 10 anos para Angola, baração e pregão e 800\$000 para as despesas e se fica continuando os processos dos mais presos".

O Conselho Ultramarino é que não esteve pelos autos. Achou que o governador não mostrára conveniente energia em ambas as conjunturas; que devêra ter mandado prender e enforcar os amotinados logo em 17 de Outubro, ante-vesperas da revolta; nem se justificava o rigôr com que punira os tres implicados no segundo episódio, exactamente porque — impondo a remessa d'um socôrro urgente a restaurar o Rio — tinham revelado amôr ao Estado e zêlo público... "Entendeu tambem o Conselho que devia mandar novo governador para que tratasse desse negocio, por se achar Pedro de Vasconcelos e Souza incompatibilizado com os moradores, e este governador devia ter todos

(1) Já a 10 de Junho o governador escrevia para Pernambuco: "As noticias que o mestre da Balandra deu a V.S., de eu ter mandado prender os cabeças do segundo motim, foram certas, e deles mandei devassar, para serem castigados como merecer a sua culpa". (*Doc. Hist.*, XXXIX, 332). Em 20 de Abril de 1712, em portaria para o Ouvidor, ordenára o sequestro dos bens "de Domingos da Costa Guimarães e Antonio da Rocha Branco, presos na cadeia desta cidade pelo segundo motim que nela houve..." (*Doc. Hist.*, LIII, 160).

os requisitos de autoridade, prudencia e industria, e podesse ser agradavel áqueles póvos..." (1).

Serenou definitivamente o Estado um vice-rei de alto titulo: D. Pedro Antonio de Noronha, marquês de Angeja (2).

Foi extinto o lugar de Juiz do Povo. As nomeações de vereadôres continuaram a vir de Lisboa, de acôrdo com a pauta organizada pela Relação — caíndo assim em desuso o velho estilo das eleições comunais (3). Mandou el-rei que, em 1713, se podesse livre-

---

(1) Doc. in A. LAMEGO, *op. cit.*, p. 101. D. Pedro de Vasconcelos falára em pasquins, afixados pelos agitadores, *ameaçando acettar outro príncipe*, caso continuassem oprimidos... Esta idéa de outro príncipe — sugerida pela recente invasão, de Duclerc, no Rio de Janeiro — contrasta com a aguda fidelidade do segundo motim, causado pela conquista do mesmo Rio por Duguay-Trouin. No primeiro, como acentuou o Conselho Ultramarino, entrára apenas a plêbe ("*o povo humilde e ignorante*, incitado por pessôas de qualidade). Já aí poderá descobrir-se o descontentamento social — que em Pernambuco se manifestára em 1709 — contra a classe dos portugueses ricos, os "mascates", prevenção que em 1798 tomaria, na Bahia, o aspecto d'uma vasta conspiração "jacobina". El-rei, de acordo com o Conselho ultramarino, confirmou o perdão do governador e mandou libertar os tres moradores condenados pelo Ouvidor do crime. Domingos de Costa Guimarães foi honrado com empregos superiores á sua condição, ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 429.

(2) Fora general de cavalaria no exercito do marquês das Minas que chegára a Madrid, governador do Alentejo, vaizoroso soldado da guerra da Secessão de Espanha. Fez na India bom governo, ROCHA PITTA, *ibid.*, tradição de tolerancia e cultura que continuou aqui. Estivera aliás no Brasil ao tempo de D. João de Lencastro, voltando do oriente. Da ida falou o padre Antonio Vieira em carta de 21 de Julho de 1692: "Do novo vice-rei da India, conde de Vila Verde, de que V. Mcê é tão particular amigo...", *Cartas*, ed. de 1886, II, 350. Vifaverde subiu a marquês de Angeja. Reparára outrosim Vieira, escrevendo a Antonio Paes de Sande: "Quem tal imaginara?" como éco de tão notavel resolução; e mais quando no mesmo tempo chegou a nova de outra tão encontrada, como ir por vice-rei da India com tão poucos anos quem nunca poz o pé no mar nem na campanha, e para o Rio de Janeiro com tantos quem tinha governado a mesma India...", *ibid.*, II, 343-4. Chegou o vice-rei á Bahia a 7 e empossou-se a 13 de Junho de 1714, MIRALLES, *Hist. Mil. do Bras.*, p. 163.

(3) Encontramos no *Livr. de Atas da Camara da Bahia*, ms. inéd., a carta regia de 29 de Dez. de 1708, comunicando o alv. do Desembargo do Paço que mandara servir como vereadores Pedro Fernandes Aranha, João Alvares Soares da Franca e José Pires de Carvalho e Albuquerque, e Procurador, o licenciado Manuel Ferreira da Luz. Pelo mesmo sistema (nomeações aprovadas e indicadas pelo dito Desembargo) continuaram a servir os vereadores nos anos seguintes, sem mais eleição local (*Livr. de Atas*, 1708-1711, 1716-1717, no arquivo Municipal da Bahia).

mente transportar sal para o Brasil (1): equivalia a um desagravo, a uma satisfação dada aos rebeldes. E não mais se poz em dúvida a cobrança da dizima da Alfandega, destinada a ser a principal parcela da receita pública (2).

### ARISTOCRATAS E NEGOCIANTES

Repercutira intensamente na economia do litoral o descobrimento das minas.

Em Pernambuco esse transtôrno tinha de ser mais profundo: exatamente porque a riqueza local se limitava ao açúcar, dependia da escravatura e oscilava com o preço do produto no porto de embarque. O alto custo dos negros da lavoura e a avidez com que eram agora procurados para a mineração do ouro; a escassez das safras, consequencia da diminuição do numero de braços; a baixa do açúcar ocasionada pela desorganização dos transportes a partir de 1702, com a guerra nos mares (aumento das taxas para o custeio das armadas guarda-costas, perturbações dos mercados, perda de navios assaltados pelos corsarios francêses, subsequente especulação dos importadôres) — empobreceram ou desorientaram os ricos senhores da Várzea. Olinda, sua vila renascida das ruinas, florescente de casas-nobres, de igrejas restauradas, de conventos opulentos, ressentira-se dessa crise; entretanto, pros-

---

(1) Carta regia de 18 de Março de 1713, comunicando a encampação do contrato de Manuel Dias Filgueiras, que o propuzera: "que por este ano somente se possa carregar livremente para todo o Estado do Brasil o sal que estava contratado...", *Documentos Historicos*, 1, 38.

(2) Portaria de 1 de Outubro de 1714, do vice-rei Angeja, *Doc. Hist.*, LIII, 294. A partir dessa data começou a cobrar a alfandega da Bahia o imposto de importação, de 10%, que os negociantes do Rio de Janeiro tinham sugerido a el-rei em 1699 e aqui em vigor desde 1700.

perava Recife, apesar da sua condição subalterna de povoado, sem dignidade de séde de municipio, méro "bairro comercial" infectado de reminiscencias holandêsas. Aqui moravam os negociantes portugueses; ali, os aristocratas agricultôres.

Olinda era o centro nativista, que Vidal de Negreiros reedificára: continuava a tradição pernambucana de 1645, da reação cavalheiresca contra o marchante hereje que se estabelecera nas lojas de Recife sombrias e repletas. Mas o bairro do porto não deixava de ser o reduto do comercio — como fôra ao tempo dos judeus flamengos: onde se arbitrava o valor das mercadorias, onde os fornecedores dos engenhos (ou comissarios) acumulavam créditos contra os fidalgos arruinados, e onde os forasteiros afortunados tinham nas mãos, ou melhor, nos cofres, a sorte das velhas propriedades do Capibaribe e do Cabo. O conflito entre os dous grupos sociais antagônicos assim se explica: antes de tudo a rivalidade de "classes", de interesses opostos, envenenada pela carestia dos gêneros, pela execução das dividas, pela contrariedade econômica, naquela fase anormal da vida luso-americana. Os "explorados" tiveram odio aos "exploradores". Julgaram-se lesados pelos nóvos *judeus* do bairro suspeito (1). E quizéram preservar o seu patrimonio politico (a superioridade de Olinda, séde do municipio, donde, portanto, partia a "lei") já que a arrogancia dos "mascates" — como apelidavam os homens de negocio — crescêra com o dinheiro e a importancia da gente de Recife.

---

(1) Mascates, os mercadores... Desde o fim do outro seculo.

No Recife ha mil *mascates*

Sobreposse mercadores...

(GREGORIO DE MATTÔS, *Obras*, IV, 312).

## A VILA DE RECIFE

Agravára-se a desinteligência com o tempo. Mas o governador Sebastião de Castro Caldas (1) lhe precipitou o desfêcho. Ofendeu os olindenses, querendo obriga-los a ir a Recife ajustar o preço do açúcar. Deu el-rei razão áqueles (“sendo tão fácil o irem os mercadores do Recife à cidade de Olinda...”, carta de 18 de Maio de 1709), com o que se regozijaram; porém, em 19 de Novembro do mesmo ano, decretou — como para acabar com o mal entendido, a separação de Recife, em fórma de vila, com a jurisdição que fosse demarcada pelo governador e pelo ouvidor. Este, Dr. José Inácio de Arouche, favorecia Olinda (foi substituído, em 3 de Junho de 1710, pelo Dr. Luiz de Valenzuela Ortiz). Para cortar-lhe as reclamações se antecipou Sebastião de Castro, e na noite de 14 para 15 de Fevereiro mandou levantar o pelourinho, símbolo da vila, assim inaugurada, e logo eleger as suas autoridades.

Passado o primeiro espanto, os senhores de engenho concentraram a sua oposição, crescente e exasperada, no caso dos limites. Que a vila ficasse sendo o que fôra o bairro de Recife. Não passasse dos seus arredores (a antiga freguezia do porto, mais Santo

---

(1) Sebastião de Castro, depois de seu bom governo no Rio de Janeiro, se empossou do cargo, em Pernambuco, em 9 de Junho de 1707: substituiu a Francisco de Castro Moraes, nomeado para aquela cidade (Vd. VARNHAGEN, *Hist. Geral*, III, 394 e segs.; e Garcla, notas que o corrigem). Governára interinamente o Rio, de 19 de Abril a 2 de Julho de 1697, desempenhando-se corretamente, ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 400. Tivera a dita, nesse governo, de mandar para o Reino a primeira amostra de ouro das Minas Gerais, cf. *Catálogo de Governadores, Rev. do Inst. Hist.*, II, 74. Vd. a fé de ofício, justificativa da designação para Pernambuco, doc. no Arq. Hist. Col., in MARIO MELO, *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista*, p. 22, Recife 1941.



Antonio, Bôa Vista e Afogados, que eram os logares dominados pelos mercadores). O ouvidor naturalmente concordava com esses escassos limites; mas o governador insistia em alargá-los, para abranger as freguezias do Cabo, Ipojuca e Moribeca... Declarou-se pela opinião do Dr. Arouche a bôa gente rural; não faltou ao governador o apoio dos negociantes. Exaltados os animos, falou-se em atentado, de que foi prevenido Sebastião de Castro: de fáto — em 10 de Outubro de 1710 — escapou de morrer, de um tiro que lhe dispararam quando passava pela rua das Aguas Verdes (depois S. Pedro). (1). A bala não tirou a vida ao governador, ferido levemente; mas o desvairou. Expediu soldados atraz do ouvidor, que ia para a Paraíba, com o bispo, a diligencias do officio (fugiu o magistrado, depois de se acolher a uma igreja, onde não ousaram prendê-lo). Mandou agarrar os capitães André Dias de Figueiredo e Lourenço Cavalcanti Uchôa, a quem, aliás, depredaram as casas. E a mesma sorte teria o capitão-mór Pedro Ribeiro, se não prendesse por sua vez o capitão João da Mota, que o procurára da parte do governador: prendeu-o, e proclamou a revolta armada. Prontamente aderiram a ela os principais sujeitos de Olinda e dos engenhos, como Bernardo Vieira de Melo e os filhos, Leandro Bezerra, os Cavalcantis, os Barros Rego, e, agrupando forças, marcharam sobre Recife. Não os esperou Sebastião de Castro: meteu-se n'uma sumaca, com alguns fieis

---

(1) Em Junho já se conspirava para prender o governador, e aclamar em seu logar Felipe de Moura, alcaide-mór de Olinda: este faleceu em viagem, o que frustrou a intentona, carta do governador, de 10 de Janeiro de 1711, para o rei, agora pbl. por MARIO MELO, *A Guerra dos Mascates*, p. 26. Sobre o atentado: "Sr., eu fui bem avisado por religiosos que o souberam por meio da confissão, que me acautelasse e segurasse dentro em casa..."

e os livros de sua Secretaria, e, na madrugada de 7 de Novembro, seguiu para a Baía, como à procura de auxilio e justiça (1).

### ANTES REPUBLICA...

Senhores da situação assim de repente, os olin-denses trataram de demolir, n'um acinte, o pelourinho de Recife, e muito discutiram em Camara a sucessão, mesmo a fórmula do governo. "... Chegaram ao infiel extremo (denunciaria o capitão João da Mota, chefe militar dos "mascates") de pôr em consulta o darem ou não darem o Governo ao Rev. Bispo, a quem em tal caso V. Maj. mandava nele suceder, e que se levantasse republica nestas capitanias de Pernambuco; que governassem os naturais dela absoluta e isenta da jurisdição de V. Maj.; ainda que sujeita ou tributária a Rei estrangeiro, e que, para sustentarem a guerra, que podiam recejar na conquista que o poder de V. Maj. lhes podia fazer se preveniriam com o saque geral desta Praça, onde haveriam em ouro, prata e fazendas mais de oito milhões..." (2).

Sebastião de Castro reforçou a acusação: "Que dilataram alguns dias a entrega do governo ao Bispo, por dizer concorrera, intentando reduzir o governo a republica, e por se dividirem em ranchos, e os votos ultimamente se resolveram aceitar o Bispo com condições execrandas e sacrilegas... André Vieira, foi um dos amotinadores, tomando armas com os levantados,

---

(1) Sobre a chegada do governador à Bahia, carta de D. Lourenço de Almada, *Doc. Hist.*, XXXIV, 324. Veja-se também Garcia, nota a Varnhagen, III, 396. A narrativa de LORETO COUTO, *Desagravos do Brasil*, tem sido geralmente seguida, quanto ao levante dos mascates. Em 9 de Novembro o pelourinho foi derrubado, VICENTE THEMUDO LESSA, in *Rev. do Inst. Arqueol. Pernambuco*, XXIX, 311 (1930).

(2) Carta de 30 de Novembro de 1711, MARIO MELO, op. cit., 32.

e extranhando-se-lhe por ser compadre e obrigado a ele Governador, respondeu publicamente que nem por El-Rei nem pelo Governador devia de faltar e ser traidor aos seus naturais" (1). "...Que o bispo não havia de ser governador, porque queriam capitular com el-rei com as armas na mão..." (2). Disse-se que Bernardo Vieira de Melo sustentou a conveniencia d'um governo republicano, semelhante ao de Veneza. Seria completar o golpe, tirando-lhe as consequencias extremas. Outras vòzes afinavam com essa definição de independencia, de repúdio à metropole, de insurreição desabalada que lembrasse a de seus avós contra os holandêses. Por vezes esse precedente foi alegado, dos "antepassados que à sua custa tiraram estas Capitánias do poder do holandez..." (3). Não falam os testemunhos, isto sim, do exemplo dos "emboabas", a lançaram impunemente das Minas o governo legitimo e fraco, e da influencia que teria ele em todo o Brasil: a débil reacção, a arrogancia dos amotinados, o espirito de violencia e autonomia que se seguira à luta pelas minas... (4). Prevaleceu, entretanto, o senso conservador dos conjurados. De resto a solução se lhes apresentava providencial. Sebastião de Castro não estimava o bispo, que, para não lhe vêr os desatinos, se passára à Paraíba, donde voltára apressadamente para

---

(1) Carta de 10 de Janeiro de 1711, MARIO MELO, *ibid.*, p. 33.

(2) Doc. in MARIO MELO, *op. cit.*, p. 35.

(3) Carta do bispo, in MARIO MELO, *ibid.*, p. 72.

(4) Já o cirurgião MANUEL DOS SANTOS, *Narração histórica das Calamidades de Pernambuco*, de 1709 a 1715, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 53, parte 2.<sup>a</sup>, diz que o irmão de André Dias, num banquete, ao lhe perguntarem se havia quem passasse sem rei, respondera: Ha, os pernambucanos, muito capazes de se governarem a si mesmos.

A tése, de que a guerra dos Mascates ante-data, para 1710, a primeira declaração formal de independencia, foi sustentada por José Domingues Codeceira, com o proposito — logo depois da Republica — de opôr á comemoração de Tiradentes, o martir de 1792, a de Bernardo Vieira de Melo. Combateu-a Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo, *Guerra dos Mascates*, Lisboa, 1915. Em favôr da opinião de Codeceira

moderar os animos, conciliar os espiritos. Abertas as vias de sucessão verificava-se que, na falta do mestre de campo, falecido tempos antes, devia ele assumir o poder. Tinha a confiança dos habitantes de Olinda; e ninguém ali mais indicado para ganhar igualmente a dos "mascates". Cinco dias depois da fuga de Sebastião de Castro se empossou o prelado como governador da capitania e — quasi prodigiosamente — a pacificou. Logo lhe deu mão forte o governador geral D. Lourenço de Almada (congratulou-se com a quietação que conseguira, em carta de 4 de Fevereiro de 1711), impedindo que, Sebastião de Castro saísse da Baía para reocupar o pôsto. Não sómente lhe negou o auxilio pedido e a viagem, que andava tramando, (1) como, para melhor segurança, o deteve n'uma fortaleza — de castigo à pusitanimidade, com que abandonára o cargo, e ao gosto da intriga, com que procurava reavê-lo (2).

---

aduz MARIO MELO, *op. cit.*, novos argumentos, que citamos, inéditos no *Arq. Hist. Colonial*, de Lisboa. Se bem que provenientes dos inimigos dos olindenses, interessados em agravar-lhes, até a inconfidência, a revolta contra o governador, concordam em definir a "vontade nacionalista", ou regionalista, dos rebeldes, ufanos de sua tradição militar, e contrários aos portugueses mercadores. O Bispo ajudou a metropole a dominá-los, atenuando as suas manifestações anti-lusitanas. Se não fosse o prelado, prudente e moderador, o levante assumiria logicamente as proporções d'um rompimento com a corôa, d'uma guerra difficil e extensa. Evitou-a a simpatia do bispo pelos olindenses, que o aceitaram.

(1) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 403. "Confesso a Vossa Senhoria (escreveu D. Lourenço ao bispo, em Junho de 1711) que me não posso capacitar a que chegue a orgulhosa astucia do governador Sebastião de Castro e Caldas a não lembrar de cousa nenhuma que tocasse a Pernambuco, pelos máos successos que teve nesse Governo". "Ingenuamente confesso a V.S., que me não passou pela memória dar infantaria a Sebastião de Castro e Caldas para se restituir a um governo que havia deixado sem ser constrangido da ultima violencia, a que podia chegar com ele a desesperação de um povo amotinado..." (*Doc. Hist.*, XXXIX, 275-6).

(2) Foi preso, incomunicavel, na fortaleza de Santo Antonio alem do Carmo, a 28 de Setembro de 1711 (*Doc. Hist.*, LIII, 96). O governador Pedro de Vasconcelos teve ordem del-rei, de 8 de Junho, de conservá-lo preso (*Doc. Hist.*, *ibid.*, p. 100).

## REAÇÃO DOS MERCADORES

Os moradores de Recife é que não concordaram com a vitória de Olinda, encoberta pela indulgencia do bispo e do governador geral. Espalharam a noticia de que voltaria Sebastião de Castro, com muita gente. Quotizaram-se para a desforra, levantando cousa de 70 mil cruzados, necessários ao estipêndio ou subôrno de parte da tropa e autoridades vizinhas. E para o exito dos seus projetos contaram sobretudo com o capitão-mór da Paraíba João da Maia da Gama (“cabeça de semelhante levantamento”, acusou D. Lourenço de Almada) (1) que não poupou esforços para servir-lhes. Certos deste apoio, e mais, do *Terço* de Camarão, da gente do Cabo, de Goiana e outras povoações — se rebelaram a 18 de Junho.

Serviu de pretexto uma rusga entre soldados do *Terço* de Palmares (que obedeciam a Bernardo Vieira de Melo) e portugueses. O bispo tomára o partido daqueles, mandando deportar alguns “reinões”, que se asilaram no covento do Carmo e dali, juntos aos companheiros d’armas que foram buscá-los, saíram em gritos de “viva el-rei”, “morte aos traidôres”. Ato

---

(1) Em carta á Camara de Olinda, 8 de Agosto de 1711, disse D. Lourenço de Almada: “...Não sei verdadeiramente como o capitão-mór da Paraíba João da Maia se resolveu a cometer o absurdo de se fazer cabeça de semelhante levantamento, por ser parcial de quem foi, e é o principall instrumento dos danos...”, *Doc. Hist.*, XXXIX, 287. “...Não fiquei menos admirado quando vi a copia da carta que ele escreveu ao Senado da Camara de Olinda, sem reparar que por nenhuma circumstancia o devia fazer...”, *ibid.*, p. 289. Na mesma data escreveu ao capitão-mór, censurando-o: “quíz infamar de traidôres aos mais nobres e fiéis vassallos que S. M. tem nas suas Capitánias...” *ibid.*, p. 291.

A’ “*memoria*” do padre Antonio Gonçalves Leitão (pbl. por Fernandes Gama) devemos saber que os 70 mil cruzados dos negociantes de Recife foram distribuidos entre João da Maia da Gama, o mestre de campo dos “Henriques” (400\$), Camarão (3 mil cruzados), o capitão mór do Cabo (quitação de dividas), os moradores de Goiana (14 mil cruzados)... — João da Maia distinguiu-se depois no Maranhão. Do Diário do conde de Ericeira, 13 de Nov. de 1731 (*Biblos*, XVII, 113, Lisboa): “Morreu João da Maia governador que foi do Maranhão... tinha servido na India valorosamente...”

continuo, assumiu a chefia do movimento João da Mota, o bispo foi detido no Colégio dos jesuitas, Bernardo Vieira atirado à enxovia. Do prelado obtiveram carta circular, em que justificava o ocorrido e determinava que os capitães do interior seguissem o governo "restaurado" em Recife. Assinou constrangido, disposto a iludir os amotinados com uma falsa aquiescencia à causa de Sebastião de Castro, que eles continuavam a sustentar: logo que pôde, tres dias depois, fugiu num escaler, com o ouvidor, para Olinda, onde se poz a salvo. Caracterizou assim a rebelião dos negociantes, e tentou reduzi-la por palavras. João da Mota tomou o titulo de "capitão mandante". Constituiu o bispo uma junta, para fazer-lhe frente: com o mestre de campo Cristovão de Mendonça Arraes, o ouvidor e a Camara. Levantou um pequeno exercito. E, sem demora, mandou sitiar Recife, com a idéa de vencer pela fome os recalcitrantes "mascates".

Este projéto era inexequivel, porque o mar continuava livre e, sem a obstrução do porto, os alimentos ali entrariam; (1) nem era realizavel uma campanha longa, se de Portugal se esperava novo governador.

## A LUTA

Mas correu a luta como entre bandeiras inimigas. Formaram os de Olinda tres arraiais poderosos diante de Recife (Afogados, Bôa Vista e Olinda) e desta-

---

(1) E' curiosa a attitude do governador geral na emergencia. Deu ordem ás autoridades (Alagôas, Penedo, Paraíba) para não se envolverem na luta, impedindo apenas a invasão de suas jurisdicções, mandou que o bispo annunciasse o perdão dos amotinados, para aquiêta-los, censurou o prelado pela ordem que dêra da dispersão dos soldados de Recife, como se queixava o "mandante" João da Mota, e enviou uma semana de mantimentos á praça sitiada (cartas de 31 de Agosto, *Doc. Hist.*, XXXIX, 306), "por se estarem sustentando os moradores e infantaria dela com açúcar e alguns mariscos, por causa do sitio que lhes puzeram os de Olinda..." (*Doc. Hist.*, LIII, 95).

caram uma força para bater a coluna que saíra de Serinhaen em socôrro dos sitiados. Deu-se o encontro junto aos Guararapes. A coluna, de oitocentos homens, iludiu os olindenses, com a noticia de que se destinava, não a Recife, mas, exatamente, contra Recife, e ao se retirarem aqueles, contentes com a adesão, continuou ela o seu caminho, entrando na praça. Este primeiro revéz obrigou Cristovão de Mendonça a correr sobre os adversarios que se agrupavam no Cabo e em Tamandaré (guiados por D. Sebastião Pínhairo Camarão), mas tão mal o fez que em lugar de dispersá-los caiu prisioneiro — na ação do Sebiró, perto de Serinhaen — e foi mandado, amarrado, para Recife.. Vingou-o um exercito chefiado pelo sargento-mór Cristovão de Holanda Cavalcanti, que surpreendeu Camarão (1) e a sua tropa ao pé da lagôa do Garapú e, após combate rápido, o derrotou. Não havia até então uma vitória decisiva. Arrastar-se-ia a contenda muito tempo, as forças equilibradas, os de Recife ganhando com a demora, pois a metropole não permitiria que a arrogancia “nativista” alimentasse impunemente o seu espirito de revolta pelo norte do Brasil com tais exemplos e extremos, ambos os lados, entretanto, sem vêr um meio de remediar a situação — quando, em 6 de Outubro de 1711 — aportou a Recife a esquadra vinda do Reino com o novo governador, que trazia um perdão geral: Felix José Machado de Mendonça (2)..

---

(1) Filho de Diogo, primo do famoso Camarão, da guerra holandesa, governador geral dos indios, em 1675 atacara os Palmares, que voltou a combater em 1681. LORETO COUTO, *Desagravos, S. da B. N.*, XXV, 99.

(2) Empossou-se em 10 de Outubro de 1711; governou até 1 de Junho de 1715, Garcia, nota a Varnhagen, V, 313. FERNANDES GAMA, *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco*, IV, 179 e segs. Do Diário do conde de Ericelra, 17 de Julho de 1731 (*Biblos*, XVII, 27, Lisboa): “No dia antecedente morreu Felix Machado dizem que deixou dinheiro que se não supunha...”

Mostrava-se el-rei compreensivo e benévolo (carta de 2 de Junho de 1711), dizendo que considerára “as justas causas que o bispo teve para conceder aos moradores dessa capitania, em meu nome, um perdão do crime, que confessaram ter cometido da sublevação contra o governador Sebastião de Castro e Caldas, obrigado das vexações em que os tinha posto com seu governo, de que se livraram com a sua retirada para a Baía, rogando ao bispo que na fórma das minhas ordens entrasse a governa-los, perdoando-lhes o tal delito, houve por bem de confirmar, como por esta confirmo, o perdão que em meu nome deu o bispo a esses póvos...” (1).

## O CASTIGO

A “nobreza de Pernambuco” (como aos sublevados chamou o governador geral) desarmou-se, fatigada; os “mascates” depuzeram as armas, confiantes. E epilougou-se o episódio com a perseguição metódica que aos cabeças da revolta de Olinda fez Felix José Machado, sem mais respeito ao perdão régio e resolvido a abatê-los definitivamente. Dando por descoberta uma conspiração contra a sua vida, agiu, unido a dous magistrados de grande energia, o ouvidor João Marque Bacalháo (2) e o juiz de fóra Paulo de Carvalho, que aliás faleceu pouco depois. Aliou-se aos

(1) FERNANDES GAMA, *Mem. Hist.*, IV, 171.

(2) O Implacavel ouvidor Bacalháo celebrou-se, na colonia e no Reino, pela sua severidade. De prêmio aos serviços feltos no Brasil subiu a desembargador, e, como sujeito de confiança del-rei, funcionou no famoso inquérito sobre bruxarias e feitiços que envolveu várias damas de Lisbõa e o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão. (Vd. AFONSO D'E. TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, VIII, 380. No Conselho Ultramarino foi figura de pról. Que sabia ser moderado e justo nos diz o bispo do Pará, FR. JOÃO DE S. JOSEPH, *Memórias Inéditas*, ed. de Camillo, p. 85, Porto 1868. Os pernambucanos, porem, o detestaram, e com razão. Vd. FERNANDES GAMA, *op. cit.*, IV, 202.



negociantes de Recife, e não perdeu tempo (3). Continuou a devassa o desembargador Cristovão Soares Reimão.

Prendeu, desterrou, puniu. Muitos moradores influentes se retiraram para os sertões. Varios deles acabaram nas cadeias de Lisboa (2). Um grande desgosto se estendeu pela capitania. Foi preciso que a Camara de Olinda reclamasse de el-rei — usando linguagem viva e magoada — o cumprimento da palavra de Sua Majestade, do perdão tres vezes dado, para que a provisão de 7 de Abril de 1714 puzesse fim às violencias. Mandou que Felix José Machado suspendesse as devassas feitas. Por esse tempo o novo vice-rei, marquês de Angeja, que viêra com poderes para moderar o governador de Pernambuco, escreveu em favor dos olinhenses. Estranhou as denominações de “naturais e mascateiros”. Que “só se denominem todos portuguezes... porque o nascimento não o dá a terra, senão a ori-

---

(1) A' noticia da devassa instaurada muitos senhores de engenho fugiram de suas casas. O des. Cristovão Soares Reimão prosseguiu o processo em seguida ao ouvidor, como representou a Camara de Olinda, motivando a reclamação a *prov. real* de 7 de Abril de 1714, que mandou suspendê-lo. O governador Pedro de Vasconcelos, em carta de 7 de Abril de 12 para Felix José, acusou: “Recebo a carta de V. S., em que vejo o que V.S. obrou, mandando prender aos cabeças das inouieações... e o motivo que teve para o fazer...”, *Doc. Hist.*, XXXIX, 330. Quanto a Sebastião de Castro e Caldas, “ordena Sua Maj. que Deus guarde, se remeta preso com segurança para Portugal...”, carta de 11 de Abril de 12, *Doc. Hist.*, XLII, 38. Faleceu este em Lisboa, aos 76 anos, em 1726, Garcia, nota a Varnhagen, *op. cit.*, V, 313.

(2) Cerca de cincoenta foram os enviados para a prisão de Limoeiro, em Lisboa na frota de 1713, cf. o padre GONCALVES LEITÃO. Bernardo Vieira de Mello e seu filho André Vieira de Mello morreram ali, cf. BORGES DA FONSECA, *Nobiliarquia, An. da Bibl. Nac.*, XLVII, p. 68. Leandro Bezerra Cavalcanti, desterrado com os filhos Manuel e Cosme, um dos quais faleceu na India, acabou cego e pobre na Bahia, B. DA FONSECA, *ibid.*, p. 41. Matias Vidal de Negreiros andou fugido e depois, fiado do perdão, foi preso e igualmente maltratado, FERNANDES GAMA, *op. cit.*, IV, 199. Os pernambucanos pediram a intercessão de vários personagens de pról: Fernandes Gama trancreveu esses documentos, que explicam a provisão de 7 de Abril de 1714.

O bispo D. Manuel Alvares da Cunha foi chamado ao Reino, 1715, e nomeado bispo de Angra, 1720, LORETO COUTO, *ibid.*, A. da B. N., XXIV, 195.

gem..." (1). Reprovou a mudança da séde do governo: "Por esta embarcação que veio soube que V. S. se tinha mudado para o Recife e como seu servidor lhe que quanto V. S. puder estar menos no Recife o faça, pois bem sabe que as ordens e regimentos mandam que os Governadores assistam em Olinda..." (2). E pediu, olhasse as "fábricas de açúcar, cujo genero foi e deve ser sempre o mais importante deste Brasil, e de se por nele todo o cuidado para a conservação e aumento da sua produção" (3) — não consentindo fossem levadas à praça (4).

Devéras Felix José esmagára com férreo punho a arrogante nobreza hostil aos "mascates" e deixou Pernambuco (substituído em 1 de Junho de 1715 por D. Lourenço de Almeida (5), governador tolerante e justo) temido como um algoz, detestado como um perjuro.

---

(1) *Doc. Hist.*, XXXIX, 369.

(2) *Doc. Hist.*, XXXIX, 360. E para a Camara de Olinda: "...como cabeça de toda a capitania haja de comunicar a toda ela..." *Doc. Hist.*, XL, 24.

(3) *Doc. Hist.*, XXXIX, 362 (carta de 26 de Set. de 1714).

(4) *Doc. Hist.*, XLII, 214.

(5) O marquês de Angeja elogiou-o: "...Foi na Indla meu companheiro, sei, e conheço a sua grande prudencia..." *Doc. Hist.*, XL, 25 (carta de 30 de Maio de 1715). Era filho do conde de Avintes e irmão de D. Tomaz de Almeida, bispo de Porto e 1.º Patriarca de Lisboa em 1717, TEODORO JOSÉ DA SILVA, *Miscelanea Historico-Biográfica*, p. 180, Lisboa 1788. Este, não Félix José, foi o 1.º governador de Pernambuco que teve tratamento de Excelencia, contra o qual se insurgiu el-rei, carta de 25 de Setembro de 1716, a proposito de licença que concedeu ao cap. João da Mata, FERNANDES GAMA, *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco*, IV, 176. O engano deste cronista consistiu em não reparar na data.

Foi na Sé de Olinda que D. Lourenço deu posse ao sucessor, Manuel de Souza Tavares, 23 de Julho de 1718, *Livro 1.º em que se lançam os termos da posse que se faz destas Capitancias*, na Secretaria do Palacio do Governo, Recife.

## IV

# CAPITANIA DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS

## PACIFICAÇÃO

Creada a capitania de São Paulo e Minas Gerais (1709), Antonio de Albuquerque, seu governador, cuidou de empossar-se na vila de São Paulo, logo elevada à categoria de cidade (carta-régia de 24 de Junho de 1711) (1). Escreveu primeiro para os principais moradores da vila, a certificar-se de suas intenções leais (2), e, com a promessa de que o receberiam com agrado, lá entrou pelo caminho de Santos e se empossou no cargo em 18 de Junho de 1710.

A rebelião contra os “emboabas” extinguiu-se com esse ato formal. Os mais inquietos e recalcitrantes deixaram-se convencer pela austeridade de Albuquerque; ou, em silencioso desgosto, tomaram outros rumos no sertão onde a riqueza de novas minas lhes sorria. Domingos da Silva Bueno (confirmando o apaziguamento local) aceitou o posto de capitão-mór para reger a vila na ausência do governador, e este, após várias providencias de boa ordem (3), saiu a organizar a administração nas terras mineiras.

---

(1) Albuquerque foi confirmado como capitão da nova capitania, em 16 de Dezembro de 1711. El-rei agradeceu-lhe a pacificação em carta de 20 de Fevereiro de 1711, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XX, p. 422.

(2) *Registo Geral da Camara de S. Paulo*, IV. 6.

(3) De S. Paulo, 10 de Julho de 1710, proibiu o uso de armas a mamaiucos e mulatos, carijós e negros, salvo se acompanhados dos

Em Ribeirão do Carmo os chefes “emboabas” se reuniram sob a presidência de Albuquerque (10 de Novembro de 1710) e convieram no pagamento dos quintos que a el-rei deviam, na proporção de 8 a 10 oitavas por batéia. No Caeté e em Sabará proveu as autoridades que podiam manter a ordem (sem esquecer de dar o posto de mestre de campo de auxiliares, em Ouro Preto, a Pascoal da Silva Guimarães) e tratou de fundar as tres primeiras vilas (1): Ribeirão do Carmo (8 de Abril de 1711), Vila Rica de Ouro Preto (8 de Julho) e Sabará (17 do mesmo mez e ano) (2). Concedeu ao mesmo tempo sesmarias a *emboabas* e paulistas, premiando, confirmando pösses antigas (por exemplo, de João Leite da Silva, desde 1701 no Rio das Velhas, ao pé do serro de Congonhas) (3), documentando o direito de propriedade, até al duvidoso. Designados officiais de confiança para os

---

senhores, *Registo*, IV, 13. Organizou um Terço de infantaria pago, com 3 companhias, para a cidade, cujo comando deu ao cap. Manuel Carvalho da Silva Bueno e Aguiar, filho de Domingos da Silva Bueno, 2 de Agosto de 1710. Apoiou-se portanto á facção “lealista”, para conter os exaltados e intransigentes. Recompensou-a, pleiteando a elevação da vila a cidade e bispado, como reconhecia a carta del-rei, de 14 de Março de 1711, *Rev do Arq. Publ. Min.*, ano XX, p. 463.

(1) CLAUDIO MANUEL DA COSTA, *Vila Rica, Obras*, II, 244:

Do Carmo a vila, e a vila de Ouro Preto  
Formarão das conquistas o projeto;  
Junto ao rio, a que as velhas deram o nome,  
A tercejra erguerá, que farol tome.

(2) Vd. P. MANUEL DA FONSECA, *Vida do Veneravel Padre Belchior de Pontes*, p. 212., ed. de A. Taunay (em complemento á narrativa de Rocha Pitta). *Documentos e minúcias*, cf. DIOGO DE VASCONCELOS, *História Antiga das Minas Gerais*, p. 267 e segs., Belo Horizonte 1904. As nomeações feitas por Albuquerque em Janeiro de 1711, *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, ano II, fasc. IV, ps. 777 e segs. Vê-se que o governador aproveitou logo paulistas e *emboabas*, num hábil equilibrio de forças.

(3) *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, ano XXI, p. 289 (1927). Aí o rol de sesmarias de 1710-11.

arraiais populosos (4), trocava por uma espécie de feudalismo militar a antiga anarquia: e apoiado a essa tranquilidade, podia castigar os delinquentes e policiar as saídas, coibindo a fuga do ouro em pó.

## AS TRES COMARCAS

Data também de 1711 o provimento de tres comarcas nas Minas, Vila Rica, Rio das Mortes e Rio das Velhas (1). Em 1709, realmente, tinham sido nomeados ouvidôres das duas primeiras os drs. João de Moraes e Manuel da Costa Amorim. Morreu aquele em viagem, razão porque o governador designou o dr. Gonçalo de Freitas Baracho, despachado para o Rio das Mortes, a ocupar interinamente a ouvidoria do Rio das Velhas, ficando em Vila Rica o dr. Amorim.

## D. BRAZ BALTAZAR

Sucedeu a Albuquerque no governo de São Paulo e Minas Gerais D. Braz Baltazar da Silveira (31 de

---

(4) Exemplo: governador do distrito do Serro do Frio, Manuel Alves de Moraes Navarro (6 de Fev. de 1711), para o Ribelrão, Domingos Fernandes Pinto (7 de Julho de 1711), para o Rio das Velhas, Sebastião Pereira de Aguiar, Ouro Preto, Pascoal da Silva Guimarães, Pitangui, Borba Gato, Guarapiranga, João Amaro Maciel Parente, Taubaté, Salvador Fernandes Furtado (com exercício nas Minas), *Rev. cit.*, ano XXI, ps. 312 e segs.

(1) FEO DE CARVALHO, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 1.º, p. 31 (refutando a noticia de terem sido creadas as tres comarcas por D. Braz Baltazar, em 1714. Já então funcionavam nos seus cargos os tres ouvidores). O 2.º ouvidor de Villa Rica, 1715, foi o Dr. Manuel Mosqueira da Rosa, substituído pelo Dr. Martinho Vieira: ambos apparecem nos acontecimentos de 1720. Vd., FEO DE CARVALHO, *Rev. cit.*, p. 419.

A villa de S. José do Rio das Mortes é de 28 de Janeiro de 1718, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, VI, fasc. 1.º, 133. Gonçalo de Freitas Baracho nasceu em Recife e foi juiz austero e honrado, LORETO COUTO, *Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco, An. da Bibl. Nac.*, XXV, 53.

Agosto de 1713) (1). Em Setembro desse ano passou às minas. Fundou as novas vilas de Príncipe do Serro do Frio, São João del-Rei, Caeté (Vila Nova da Rainha) e Pitangui (2). Aumentando o numero de corpos municipais (3), prevenia as inquietações dos povos disseminados pelos arraiais; consolidava a vida civil, estabelecida pelo antecessor; punha termo às ultimas desordens. Ajustou outrosim uma nova forma de cobrança dos quintos, que cortou temporariamente as desavenças que a este respeito ocorriam. Aliás, estava nisto o permanente desgosto dos mineiros. Acomodou-os D. Braz em 1713; não teve a mesma habilidade o conde de Assumar em 1720, quando o problema se transformou n'um conflito grave.

### COBRANÇA DOS QUINTOS

De fáto, os 20 % do ouro que à corôa cabiam (quintos del-Rei) deviam ser cobrados mediante a apresentação do metal extraído; mas, como fosse difficil exigi-lo, se chegára à conclusão de que era preferivel "calculá-los" pelo numero de escravos (ou "bateias", à razão de 10 oitavas por unidade) ou pela arrematação oferecida pelas Camaras (por exemplo,

(1) Memória histórica, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XIII, p. 534. Era D. Braz parente dos marqueses das Minas, P. ANTONIO CARVALHO DA COSTA, *Corografia Portuguesa*, II, 117. Vd. a sua brilhante fé de officio, de veterano da guerra de 1703-9, patente de governador, *Registro da Camara de S. Paulo*, IV, 59. Chegou a Vila Rica em 15 de Dezembro de 1713, FEO DE CARVALHO, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 1.º, p. 17.

(2) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano II, fasc. 1, ps. 88 e segs. Sobre a villa do Serro, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XVIII, p. 599 e segs. A villa de Caeté é de 29 de Jan. de 1714, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, VI, fasc. 1.º, 132; Pitangui, de 1715.

(3) Recomendou D. Braz que se comprisse a ordem régia (cuja origem remonta á luta, em S. Paulo, de Pires e Camargos) para que, nas Camaras, "entre sempre Iguual numero de Reínões que de Portuguezes havendo-os capazes...", doc. in *An. do Museu Paulista*, IV, 604.

trinta arrôbas anuais prometidas pelas varias localidades). Aprovou inicialmente D. João V o sistema de "bateias" (carta-regia de 24 de Julho de 1711). Como se mostrasse falho e prejudicial, reclamou contra ele o governador, eolveu el-rei a autorizá-lo a fazer a cobrança como achasse mais prático (1 e 10 de Abril de 1713). D. Braz acertou com as Camaras a suspensão do metodo até então utilizado, para contentar-se com as 30 arrobas distribuidas entre elas (12 arrobas para Vila Rica, 10 arrôbas e 22 libras de ouro para a de Sabará, 5 arrobas e 10 libras para a de São João del-Rei). Em compensação, dava livre transito para o ouro em pó, permitia-lhe a saída, sem a habitual revisão dos "registros", e nada mais pedia aos mineiros (1). A côrte de Lisbôa opoz-se ao conchavo, insistindo pela cobrança das "bateias" (12 ou 10 oitavas sobre cada uma). Com relutancia a aceitaram Vila Rica e Sabará, porem não assim os moradores de Morro Vermelho, que se insurgiram, e, vendo o governador que o protesto poderia generalizar-se, voltou à combinação anterior, das 30 arrôbas, com assentimento posterior del-Rei, e entregou ao seu substituto o cargo com a questão do imposto reduzida a esse ajuste, precário e forçado.

Evidentemente, quando dispuzesse o governo de elementos suficientes para assegurar a ordem, constringendo os recalcitrantes e moderando os seus cabos e potentados, petulantes com os exitos e prêmios de que se vangloriavam, a situação mudaria como por encanto.

Mudou em virtude da energia astuta do conde de Assumar e... do regimento de dragões que foi aju-

---

(1) *Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais* (do dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos), *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano VI, fasc. III e IV, 858.

dá-lo a fazer-se respeitado. Respeitado e temido. Sem essa milícia ágil, de cavalaria bem armada, não lo-graria o governador conter e pacificar os mineiros insubmissos, obrigando-os afinal a cumprir os seus decretos.

### O CONDE DE ASSUMAR

Continuou D. João V a escolher fidalgos das grandes casas para o governo das Minas. Para suceder a D. Braz, mandou D. Pedro de Almeida, depois conde de Assumar (1). Nomeado em 22 de Dezembro de 1716, chegou em Julho ao Rio, assumiu o cargo em São Paulo, em 4 de Setembro, e em Dezembro de 1717 entrou em Vila Rica. Da jornada ha interessante diário, descritivo do trajeto, dos pousos, dos costumes,

---

(1) Nasceu D. Pedro de Almeida em 1686. Serviu distintamente na guerra de 1703, vd. TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição geral das Moedas*, etc., III, 303. Teve em 1718 o titulo de conde de Assumar, cf. carta sua de 25 de Abril desse ano á Camara de Pitangui; e mais tarde os titulos de marquês de Castelo Novo e marquês de Alorna, este pelo seu vice-reinado na India, 1744-50. Ornava-o fina intelligencia, culta e delicada, em aparente contraste (pelo menos no Brasil), com a sua energia inclemente. "Savant et curieux dont il redoutait le génie et la habilité..." — é o cumprimento que lhe faz o autor de *Mémoires instructifs par un voyageur dans les divers États de l'Europe*, (talvez CH F. DE MERVEILLEUX), I, 94, Amsterdam 1738. O mesmo escritor: "Dom Diogo de Mendonça... me conseilla de voir le jeune Comte d'Assumar, que a été Gouverneur aux Mines, les Comtes d'Ericeira père et fils, et le jeune marquis d'Alegrete, quatre Seigneurs attachés aux Belles Lettres", *ibid.* I, 94.

Faleceu em 1756, o que o livrou de assistir á ruina da familia, no processo dos Tavoras, dous anos depois. Seu filho, o 2.º marquês, casou-se com D. Leonor de Lorena, 4.ª filha dos marqueses de Tavora: foram pais de D. Leonor de Almeida Portugal e Lencastre, marquesa de Alorna, condessa d'Assumar e d'Oyenhansen, a "Alcipe", seu pseudonimo literário, uma das mulheres mais illustres de seu tempo. O 4.º marquês de Alorns, irmão de "Alcipe", comandante da legião portuguesa, morreu em 1813, em Koenigsberg. João Carlos de Oyenhansen, depois marquês Aracati, governador de Mato Grosso e S. Paulo, era filho natural do conde de Oyenhansen, marido de "Alcipe", *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*, I, 133, Coimbra 1928.

E' curioso ver a omissão que em geral cometem os biografos de Assumar do seu governo no Brasil, assim TEIXEIRA DE ARAGÃO, *op. cit.*, e MARIA AMALIA VAZ DE CARVALHO, *Cênas do Seculo XVIII em Portugal*, Lisboa 1920. Conta o bispo do Pará a sua bela reflexão ácerca do marechal de Villars, que rebate as acusações de ter muito lucrado na India, *Memórias Inéditas*, ed. de Camillo, ps. 117-8.



das festas que se fizeram ao jôven governador (1). Estas não duraram. Porque a providencia capital que lhe encomendára a côrte foi o estabelecimento de casas de fundição nas Minas, onde, sob pena de exemplares castigos, seria apresentado todo o ouro extraído, para circular sómente depois de descontados os "quintos" del rei... (2).

Começou D. Pedro, é certo, a dar execução ao acôrdo sobre a finta das 30 arrôbas, regularizando-o como lhe pareceu melhor. Teve a habilidade de obter que as Camaras largassem em favor da real fazenda os direitos de entrada, compensando-os com o abatimento de cinco arrôbas da anuidade prometida (3). Mas a carta regia de 11 de Fevereiro de 1719 não o deixou demorar a grande medida. Proibía (anulando os acordes anteriores) a saída do ouro não *quintado*, mandava crear casas de fundição para a carimbagem e consequente desconto dos *quintos*, e de modo a só poderem ser negociadas as barras cunhadas com as armas del-Rei... (4). As oficinas ficaram em Vila Rica, Sabará, São João del-Rei e Vila do Principe (5).

Os agitadores, em 1714 vitoriosos, desta feita se descomediram. Era tarde, entretanto: o conde de Assumar tinha à mão os dragões! (6).

---

(1) Publicou-o LUIZ CAMILLO DE OLIVEIRA NETO, in *Rev. do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, III, 295-316.

(2) ROCHA PITTA, *Hist. da Amer. Port.*, p. 447.

(3) Vd. JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino*, nova edição, p. 11 (Rio 1924).

(4) SEVERINO SOMBRA, *Historia Monetaria do Brasil*, p. 144. Logo a carta régia de 19 de Março de 1720 proibiu a circulação interna do ouro em pó.

(5) *Memórias cit.*, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano VI, p. 864. A criação das Casas de fundição em tais logares foi decidida em assembléa dos procuradores de Vila Rica, Sabará e S. João del-Rei. O bando de 18 de Julho de 1719 fixou em 23 de Julho de 1720 a data para o começo dos trabalhos.

(6) Assumar, em 1 de Junho de 1720: "... Sem essas forças, não sabe como conseguiria manter a ordem e o principio da autoridade". *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 2.º, p. 674.

## OS DRAGÕES DAS MINAS

Vendo a turbulencia que infestava as Minas, pedira o conde à côrte de Lisbôa um regimento de soldados regulares para a *reprimir* em qualquer eventualidade. Mandaram-lhe de Portugal uma companhia de Dragões, em 1719 (1). O primeiro contingente saiu de Lisbôa com quarenta soldados (2), e, ao mando do capitão José Rodrigues de Oliveira (3), reduzido a 23 praças, chegou a Ribeirão do Carmo na ocasião em que os moradores de Pitanguí encabeçados por Domingos Rodrigues do Prado (genro de Bartolomeu Bueno, o moço) cometiam tumultos e tropelias sem respeito aos avisos do governador. Expediu este, de surpresa, os Dragões, que tomaram de assalto uma trincheira, dispersaram a gente de Domingos do Prado e restabeleceram em Pitanguí a sua autoridade (4).

(1) Vd. *Anals do Museu Paullsta*, IV, 697. Os Dragões aquartelaram em Ribeirão do Carmo, sua séde, de 1720 a 1779. Eram soldados portuguezes; não havia nenhum da America, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 2.º, p. 609.

(2) *Documentos Interessantes*, XLIX, 263. Segunda companhia veio no mesmo ano, mas a terceira, creada em 1729, A. LIMA JUNIOR, *A Capitania das Minas Gerais*, p. 102, somente chegou em 1735, *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 178. Assumar deu aos Dragões uma insignia, em que havia um braço irrompendo das nuvens, na mão um raio, e o lema: "Cedere aut Caedi", recuar ou ser morto, DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. Antiga de Minas Gerais*, p. 338. Para as tres companhias construiu o capitão general D. António de Noronha o excelente Quartel de Cachoeira do Campo, em 1779, um dos melhores da colonia. Aí, sob o escudo portuguez, a lápide: "Esta obra a mandou fazer o Illm. Ex. senhor D. Antonio de Noronha Gov. e cap. gen. desta Capitania. Ano de 1779". Conserva-o o Colégio Salesiano instalado na antiga caserna. O efetivo dos Dragões era de 240 praças em 1778, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano II, 495, quando se chamava Regimento de Linha.

(3) Chegou a mestre de campo de Dragões, a quem, em 1733, o conde das Galvêas deu uma sesmaria, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano IV, p. 863, e foi governador de Santos em 1738, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 2.º, p. 241. Do cap. José Rodrigues de Oliveira ha uma planta de quartel para a vila do Ribeirão, 1722, no Arq. Hist. Col., Lisbôa. (ROBERT C. SMITH, *Rev. do Serv. do Patrimonio Historico*, n.º 4, p. 210.

(4) FEO DE CARVALHO, *An. do Museu Paullsta*, IV, 65617. Domingos retirou-se para S. Paulo e foi promover com o sogro e o cunhado

## O LEVANTE DE 1720

Em Vila Rica, porém, os interesses eram mais fundos. Acabava-se de golpe com a circulação do ouro em pó; matava-se o contrabando, obstava-se ao commercio livre... Incidentes pessoais alvoroçaram os descontentes: as inimizades feitas pelo ouvidor Martinho Vieira, o despeito do mestre de campo, outr'ora onipotente, Pascoal da Silva (1), o desatino d'um heróe decadente, Sebastião da Veiga Cabral, que depois de tantos serviços andava pelas Minas a refazer fortuna (2). O conde estava em Ribeirão do Carmo. Às 11 da noite de 28 de Junho de 1720, sete mascarados, com muitos pretos armados, desceram do morro de Pascoal, depredaram na vila várias casas, varejaram a do ouvidor, e declararam em vozes sediciosas que o governador ficava intimado a não abrir as Casas de fundição (3).

De tropel, mais de mil sujeitos, com armas e disposições de luta, correram ao Ribeirão do Carmo, em

---

o descobrimento de Golaz, que era, desde o 1.º Anhangüera, uma empresa da familia.

Antes de acometer os rebeldes de Pitangui, Assumar reduziu os de Rio das Velhas, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 2.º, p. 518. Para tanto, quiz garantir-se com o fornecimento de gado de Curitiba, afim de não soffrer com a falta dos rebanhos de Piauí, que entravam pelo Rio das Velhas.

Domíngos Prado era acusado da morte do vereador Manuel de Figueiredo Mascarenhas, *Rev. cit.*, p. 638. Vd. sobre as suas aventuras, SILVA LEME, *Gen. Paul.*, III, 317.

(1) Em carta de 25 de Junho para o ouvidor da comarca, o conde de Assumar acusou Pascoal e seu filho João da Silva Guimarães, de intintos sediciosos, e escrevendo a este, falou nos mascarados, que o davam por um dos cabeças de levante, e preveniu: evitassem o pezar "de botar alguma cabeça fóra do corpo...", *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 2.º, ps. 680-2. Mas ainda a 27 de Junho, escrevendo ao ouvidor, não acreditava na existencia dos tais mascarados, *ibid.*, p. 683.

(2) DIOGO DE VASCONCELLOS, *Hist. Antiga*, p. 336.

(3) A. Camara, em 30 de Junho, tomou conhecimento da carta de Assumar, em que recusava atender aos rebeldes, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 2.º, p. 133. Mas pelo bando de 1 de Julho annunciou o governador que adiara por um ano a fundação das Casas.

2 de Julho, e obtiveram que o conde promettesse, além do perdão prévio do motim, a satisfação de todas as suas queixas. Não mais criaria as Casas de fundição! (1).

Não esmoreceram os rebeldes, cujo chefe oculto era Pascoal da Silva, representado nas atoardas de Ouro Preto pelo impetuoso Felipe dos Santos, cabeçilha aí da revolta. O provedor Manuel Mosqueira Rosa queria o lugar do ouvidor, seu inimigo, e Sebastião da Veiga Cabral, imaginára pacificá-los arrebatando o governo ao conde de Assumar (2). Fingiu este concordar com os mandões, seus emissários e amigos; disse que lhes atenderia nos justos desejos; deixou que cada um, prelibando a vitória, definisse a sua ambição e descobrisse a parte que tomava no motim; e, rodeando-se da força indispensável, vibrou o seu golpe na noite de 14 de Julho. Prendeu logo Sebastião da Veiga Cabral, e, separadamente, mandou deter Pascoal da Silva, o Dr. Rosa, Felipe dos Santos e outros conspiradores. No dia 15 entraram eles no

---

(1) Em 2 de Julho o governador deferiu a exigência, de não mais crear as Casas de fundição. Explicou, a 6 de Julho, que o tributo de 30 arrobas de ouro seria pago por todas as Minas, não só por Vila Rica, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, vol. cit., p. 686, conveyiu em tirar ouvidor geral Martinho Vieira, pediu ao Dr. Manuel Mosqueira da Rosa, antigo ouvidor, para que ficasse em Ouro Preto, no dia 10 ratificou o perdão... Mas no dia 13 autorizou o povo a atirar contra os mascarados que lhe perturbassem o socego, dando o premio de cem oitavas a quem matasse qualquer deles (referia-se a nova descida dos conjurados, na noite de 12); deitou Bando, em 14, concitando ao castigo dos rebeldes. Então, acabou com a desordem. Sobre os acontecimentos de 2 e 6 de Julho, P. MANUEL DA FONSECA, *Vida do Ven. Padre Belchor de Pontes*, ps. 251-2.

(2) Carta de 21 de Julho de 1720, do governador, vd. *Mem. cit. Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano VI, p. 867. A parte que tomou na revolta Sebastião da Veiga alude ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 448 Os presos Pascoal da Silva, Rosa, Sebastião da Veiga, Antonio Rodrigues, José Peixoto da Silva, José Ribeiro Dias, João Ferreira Diniz, Antonio de Figueiredo Botelho, Manuel Moreira da Silva e Antonio Ferrão Alencar, foram enviados para o Reino, como autorizou a carta-régia de 7 de Abril de 1722, *Documentos Interessantes*, L. 16. Note-se que Sebastião da Veiga já era dado em 1705, quando se recolheu ao Rio de Janeiro, como inspirador de impacências e inquietações de seus subordinados, Garcia, nota a Varnhagen, *op. cit.*, III, 380.

Carmo; no seguinte, 16, à testa de 1.500 homens desta vila o conde ocupava Ouro Preto (1), exhibia os prêso, ordenava a destruição sumária, pelo fogo, do arraial de Pascoal da Silva, no morro do Ouro Pôdre (2), onde se abrigavam os mascarados e seus negros; e encomendava ao ouvidor interino a condição de Felipe dos Santos que, para exemplo de todos, devia ser justificado de modo terrível.

### ONDE SE FALA EM REPÚBLICA

Assim foi feito. Não houve em Minas mais cruel execução (3). Enforcado e esquartejado Felipe dos Santos (4), Vila Rica voltou à tranquilidade anterior, oprimida, silenciosa, com o môrro do Ouro Pôdre semelhante a um Calvario, tal o seu aspecto de tristeza e ruina, chamado já “da Queimada”, imagem permanente daquela justiça inexorável... Folgaram porventura os paulistas, que não esqueciam os agravos e as perseguições de 1708, com a brusca extinção dos potentados mais representativos do predomínio “emboaba”. Sabiam, porém, que o governador não os favoreceria, mais que aos reinões insolentes. Outra fase da história das Minas começára com a chegada dos Dragões, com

---

(1) Vd. os termos de vereação, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 2.º, p. 135 e segs.

(2) O fogo foi ateado às casas dos culpados e seus cúmplices, cf. MANUEL DA FONSECA, *Vida do Ven. Padre Belchior de Pontes*, p. 255.

(3) Já em 20 de Julho de 1720 o conde prevenia o ouvidor Martinho Vieira: “Felipe dos Santos fica esquartejado pelas maquinas que ia levantando...”, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, vol. citado, p. 689, “depois de o sumariar, e de ouvir lhe a confissão do crime”.

(4) Vd. DIOGO DE VASCONCELLOS, *op. cit.*, ps. 360-1. CLAUDIO MANUEL, *Vila Rica, Obras*, II, 246, chama a Felipe dos Santos “vassalo infiel”: “Será o campo teatro, e em sangue escrito — chorarão sem remedio, o seu delicto”.

a submissão de Vila Rica, com a morte atroz de Felipe dos Santos: a fase do policiamento rigoroso (1).

A devassa, subseqüente ao levante, justificou-o.

“...Porque, segundo o que se vai averiguando, a República que os cabeças queriam formar de 24 pessoas era com o fim de se dar as mãos e com essa cidade (Rio de Janeiro) e levantarem-se para fazerem porto franco aos estrangeiros, para que el-rei os não castigasse, evitando-lhe os portos de mar e o commercio. Só na America se vêm tão levantados pensamentos e queira Deus que fiquem escarmentados...” (2).

#### D. LOURENÇO DE ALMEIDA

Apezar do seu exito, não quiz o conde de Assumar abrir as Casas de fundição contra os votos do povo. Foi pouco depois substituído por D. Lourenço de Almeida, nomeado em seguida à separação das capitanias, a 6 de Abril de 1721. Pelo alvará de 22 de Março do mesmo

---

(1) Carta de Assumar ao governador do Rio, Aires de Saldanha, retabulo que vimos na igreja de Nossa Senhora do O', de Sabará, com a seguinte escrita: “Mercê que fez N.S. do O' ao capitão maior Lucas Ribeiro de Almeida regente desta vila Real de N.S. da Conceição o qual vindo de fazer a festa á dita Senhora de que era Juiz o acometeram temerariamente quatro soldados dos Dragões e depois todos os mais da Companhia com desejo de o matarem mas nem com as espadas nem com varios tiros que lhe deram foi possivel que conseguissem o intento porque a Mãe de Deus deu forças ao seu devoto para que de tudo se defendesse sem receber o menor perigo nem em si nem em os escravos que o acompanhavam e em sinal de agradecimento mandou fazer esta memória que succedeu em os 29 de Dezembro de 1720”.

(2) Ainda em 1720 as tropelias continuavam, como demonstra um 30 de Agosto de 1720, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 2.º, p. 699-700. Dava como um dos perigosos Tomé Afonso, que não mandára á pena de morte por ter ordens menores, *ibid.*, p. 698. O motim lhe dera mais apreensões do que as guerras em que estivera em Portugal, *ibid.*, p. 701. Em 1721 voltou a temer outra revolta, e pediu ao Rio 150 soldados, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, VI, 208. Em carta de 25 de Março de 21, para o novo governador D. Lourenço de Almeida, El-rei mandava devassar pelo ouvidor Rafael Pires Pardinho dos motins de 1720, mas, ao mesmo tempo, confirmava o perdão, caso os moradores o exigissem, *Rev. cit.*, p. 214.

ano aprovou el-rei o perdão, que aos rebeldes de Vila Rica concedera o seu governador. Empossou-se o novo a 18 de Agosto, e administrou por onze anos, de prosperidade e calma (1).

Aceitou D. Lourenço a proposta que lhe fizeram, de desistir das Casas de fundição em troca do pagamento fixo de 37 arrôbas anuais (junta de 25 de Outubro de 22). Mas el-rei não concordou e, em termos imperativos, mandou que estabelecesse as tais oficinas. Marcada a data de 1 de Fevereiro de 1725 para o inicio de seus trabalhos, desta vez se cumpriu a palavra, e cessou o giro do ouro em pó (2). Cessou até 1734. Sem ordem del-rei, com o parecer dos quatro ouvidores, D. Lourenço abateu o quinto (20 %) para 12 % (3).

Nenhuma frota chegou à Lisbôa mais rica que a de 1731: "... 149 arrôbas de ouro, 1.180 mil cruzados em dinheiro, 120 mil de tomadias... e como de todo o ouro que vem por lavar tira El-rei 300 réis de cada moeda não falta quem estime o que vem a Sua Majestade em mais de 5 milhões porque às partes vem segundo a lista 24 milhões em ouro fóra os diamantes; a tudo se acrescenta o valor dos generos de que a frota vem abundante, e se estima em

(1) Governou D. Lourenço de Almeida até 1 de Setembro de 1732. Vinha do governo de Pernambuco, 1715-18. Faleceu em Lisbôa a 17 de Outubro de 1750, Garcia, nota a Varnhagen, *op. cit.*, V, 359.

"Cáe a sublevação, e restabelece  
Outro Almeida o real decóro; cresce

A opulencia do Estado..." (*Vila Rica*, Obras, II, 246).

(2) SEVERINO SOMBRA, *ibid.*, p. 152. Em 1790 mandou el-rei grande quantidade de moedas de cobre para correr na capitania, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XVII, p. 335. A despeito disto, "a forma de explicar os preços dos generos em todas as Minas é de oitava, meia oitava, quarto e meio", reconhecia-se em 1752, razão porque foram lavradas moedas com aqueles valores, carta regia de 13 de Março, *Rev. cit.*, p. 344.

(3) Diário do conde de Ericeira, 1731, *Biblos*, XVII, 87 (Lisbôa). O rei não aprovou o rebate e mandou restabelecer o quinto.

perto de 50 milhões, ainda que uma lista também diz que são só sete milhões de ouro os registos de que se averiguará a certeza" (1).

### MOÉDA FALSA

Mas era fácil a falsificação da moéda, grosso negocio em que apareceram envolvidos importantes sujeitos, parecendo que começou a descobrir-se com o fáto do contratador de São Paulo, Sebastião Fernandes do Rego, ter uma chave que abria duas fechaduras do cofre dos cunhos, cujas tres chaves andavam em mãos diferentes como era de preceito (2). O infiel depositário correspondia-se com os falsários das Minas Gerais, ou era por estes imitado na sua industria, que assumiu, em 1731, proporções vastas. Foram igualmente presos Inácio de Souza Ferreira, "fundador da casa da moeda falsa do Brasil", como lhe chama, no seu Diário, o conde da Ericeira (3) e alguns comparsas, todos transferidos para o Reino, processados e condenados (13 de Maio de 1732) (4).

(1) *Diário do 4.º conde da Ericeira*, 11 de Dez. de 1731, in *Biblos*, vol. XVII, t. II, 574, Coimbra 1941. Corrige-se em 18 de Dez.: 3 arrobas de diamantes, seja 15 milhões de cruzados, calculados a 6\$ o quilate, e 11 milhões de meio de ouro, dos quais 8 pertencentes a particulares. "D. Lourenço entende que os diamantes se vão acabando, outros dizem que o contrario...", *ibid.*, p. 577.

(2) Vd. A. TAUNAY, *An. Mus. Paul.* I, 497.

(3) *Biblos*, v. XVII, t. II, p. 580. Carta-régia de 12 de Agosto de 1732, ordenava a prisão dos implicados "no crime de moeda falsa fabricada no Rio, e depois mandada para Paraupeba, e depois para a casa do guarda-mór Luiz Teixeira...", *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVI, 425.

(4) A 13 de Maio de 1732 foi, em Lisboa, proferida sentença contra Inácio de Souza Ferrelra, Francisco Tinoco, José de Souza Salgado, José Gomes da Silva, Antonio de Souza Ferreira, Miguel de Torres, Damião Gomes do Valle e Antonio Pereira, "que tentaram cunhar moeda falsa no lugar de Boa Vista de Paraupeba, comarca do Rio das Velhas...", *Catalogo de Manuscritos*, cod. 556-630, *Bol. da Univ. de Coimbra*, p. 119. Diz ERICEIRA (Diário cit., *Biblos*, vol. cit., p. 580) que Inácio chegou a oferecer "a El-Rei 300 mil cruzados por que lhe dê a vida e perdão os quais tem em parte que se não hão de saber



Patenteára-se a extensão da trama, a que não faltava a cumplicidade de sócios estrangeiros, talvez na Inglaterra. Neste caso, propuzeram os procuradores das vilas mineiras e o governador, conde das Galvêas (1), seria melhor voltar ao pagamento fixo em arrôbas, com a consequente liberdade de circulação de ouro em pó, dado que a cunhagem monetária se prestava àquela fraude.

### CAPITAÇÃO

Foi preferido o rude sistema de *capitação* (a despeito de terem os povos oferecido cem arrôbas anuais de ouro, em 24 de Março de 1734) — em junta das Camaras a 30 de Junho de 35.

Cada mineiro (minerador ou não) pagaria, por escravo que possuísse, 4 oitavas e  $\frac{3}{4}$ ; a mesma quantia dariam os fôrros e os mecânicos; lojas, vendas e boticas, de 8 a 24 oitavas. Vigorou essa fôrma de imposto de 1 de Julho de 35 (2) a 31 de Julho de 51, quando voltou a cobrança dos *quintos*. Nestes deze-

---

se ele os não declarar”. “Belchior do Rego tem feito perguntas a Inácio de Souza, que responde por escrito, e dizem que está convencido, e que havia mais casas da moeda”. *Ibd.*, p. 584. “Inácio de Souza tem escrito cinco mãos de papel, descobrira-se as leis que tinha estabelecido na sua Republica Monetaria as quais principiaram derogando as que El-Rei tem feito contra moeda falsa e impondo pena de morte aos que falarem em segredo, bebessem vinho ou contradissem aqúelle santo Estabelecimento, e ha quem recele por alguns indicios que tivessem comunicação com alguma nação estrangeira...”, *Ibd.*, p. 593. Tinha cumplice na Inglaterra, *Ibd.*, p. 598...

(1) Governou Galvêas de 1 de Set. de 32 a 26 de Março de 35. Ordem régia de 27 de Fev. de 31 mandara dissimular, quanto aos cunhos falsos, e outra, 12 de Ag. de 32, perseguir os culpados, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVI, 425. Fez-se devassa cf. ordem de 15 de Maio de 1733.

(2) Carta régia de 31 de Janeiro de 1736 (para Gomes Frelre), creou cinco intendencias da fazenda para o efeito da capitação nas Minas (Vila Rica, Ribeirão, Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio); quatro em S. Paulo (Goiaz, Cuiabá, Paranaguá e Paranapanema); duas na Bahia (Arassuahy e Fanado), *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVI, 435.

seis anos rendeu 2.066 arrôbas (isto é, mais 466 do que no regimen da anuidade de cem arrôbas propôsta pelos mineiros) (1). Obrigavam-se as Camaras a entrar com o que faltasse para as cem arrôbas por ano, no regimen dos quintos. Em 1759, rendeu ainda 116 arrôbas. Mas as lavras se esgotaram, o trabalho tornou-se difficil, diminuiu, a olhos vistos, a riqueza das minas, e teve o governo de condescender com a québra do compromisso, recebendo 70 arrôbas em 1777 (2), 60 em 1791 (3), apenas 33 em 1799 (4).

### QUANTOS MILHÕES?

Quanto valeu para a corôa portugûesa a sua "idade de ouro" — representada pelos quintos das Minas Geraes?

A produçôo toda anda estimada em 65 mil arrôbas (5). Das receitas que à corôa couberam, computamos as seguintes parcelas: de 1700 a 1713, 25

(1) Joaquim Felicio dos Santos, *Mem. do Distr. Diam.*, ps. 90-1. Vila Rica, 1.874.184 oitavas; Mariana, 2.123.055; Sabará, 1.998.105; Rio das Mortes, 1.277.173; Serro Frio, 686.955... As reclamações contra a forma vexatória e a injustiça da cobrança, que abrangia escravos de mineradores e de inumeros habitantes da capitania que não lavravam ouro, inspiraram a lei de 3 de Dezembro de 1750, que restabeleceu os quintos pagos nas casas de fundição das quatro comarcas das Minas. Mas Alexandre de Gusmão escreveu, 18 de Dez. de 1750, "*Discurso a favor da antiga capitação* mostrando os inconvenientes que resultam da nova lei..." Prevaleceu o parecer do conselheiro Tomé Gomes Moreira, autor, em 1749, do "*Papel...* em que mostra ser mais util o quintarse o ouro..."

(2) ROBERTO SIMONSEN, *op. cit.*, II, 65. Sobre as razões de decadência e seus remedios, memorial da Camara de Mariana, Junho de 1789, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, VI, 143-151.

(3) Parecer da junta de fazenda, *Rev. cit.*, VI, 16.

(4) JOSÉ VIEIRA COUTO, *Mem. sobre as Minas*, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, X, 79.

(5) Calculo de Calogeras, cf. R. SIMONSEN, *Hist. Econ.*, II, 75. Humboldt, Miguel Chevalier, apresentam cifras aproximadas, que dão £ 190 milhões para a produção de ouro do Brasil, até o principio do seculo XIX. Cf. Iord Anson, a Europa recebia do Brasil, todos os anos, 2 milhões esterlinos, MONTESQUIEU, *E'Esprit des Loits*, p. 348, nota, livr. XXI, ch. XXII (Edição Garnier).

arrôbas; de 1713 a 18, contribuição fixa de 30 arrôbas anuais; de 1718 a 22, anuidade de 25 arrôbas; de 1722 a 25, de 37 arrôbas, somando, no periodo de 1713-25, 321  $\frac{1}{2}$  arrôbas, que, juntas às 25 da fase inicial, dão 346  $\frac{1}{2}$ . Entre 1726 a 50, a média foi de 100 arrôbas. Em 1740, por exemplo, Gomes Freire despachou 200 (1). Em numeros redondos: 2.400 (2). De 1751 a 79, subiu a renda a 2.526 arrôbas. Mas o declinio se acentuou. De 1780 a 87, apuraram-se 465 arrôbas (3). Temos aí o total de 5.737 arrôbas (4).

Pombal resumiria: "as minas de ouro no Brasil produziam anualmente 24 milhões de cruzados". "Depois do descobrimento das minas, isto é, há sessenta anos, saíram do Brasil quasi mil milhões de cruzados. Isto é fáto verdadeiro, os manifestos de cada frota, que trouxeram ouro para a Europa, desde o reinado do sr. D. Pedro II, andam em Portugal entre as mãos de todos" (5). "...269 milhões de cruzados em trinta e tres anos; 8 milhões e pouco ao todo, cada ano, para particulares e para o rei. E como teoricamente pertencia a este o quinto do ouro e diamantes, tocar-lhe-iam menos de 54 milhões, um ano por outro cerca de 655 contoš" (6). "51 milhões para a corôa, 79 para os particulares e 137 sem designação... Mas há pouca

---

(1) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XXII, 333. Em 1731: 1.077 contos; 1733, 1.055 contos, *Rev. cit.*, XII, 607.

(2) Vd. taboas in *Mem. Hist.*, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano II, p. 488.

(3) *Mem. Hist.*, *Rev. cit.*, p. 490. Vd. outros numeros in memoria de 1828, pbl. na *Rev. do Arq. Publ. Min.*, IX, 356-7.

(4) Em preços de hoje, esse ouro valeria causa de dous milhões de contos de réis.

Entre 1703 e 1833 foram cunhadas moedas de ouro no valor de 216.275:989\$928, AZEREDO COUTINHO, *Aprec. dos juizos emitidos sobre a moeda do Brasil*, Rio 1876.

(5) J. LUCIO D'AZEVEDO, *Epocas de Portugal Economico*, p. 382. AFRANIO PEIXOTO, *História do Brasil*, ps. 140-1.

(6) *Cartas e outras obras do marquês de Pombal*, IV, 112; e Calcula este autor em 107 milhões a receita no reinado de D. João V, o que importa estimar a produção de ouro em 535 milhões de cruzados.

aparência de exceder muito o total os 55 milhões, em que o quinto podia importar”.

Diz bem J. Lúcio d’Azevedo: “quantia de vulto para o tempo, mas de nenhum modo proporções fabulosas”.

E’ ver as despêsas de D. João V. Se gastou 48 milhões de cruzados na construção do convento-palacio de Mafra e arrecadou das minas, em todo o seu reinado, 107 milhões, estes cabedais não chegariam para as esplendidas loucuras que lhe atribuem. Por outro lado, a súbita entrada do ouro do Brasil nos mercados inglêses e holandêses (graças às remessas lícitas, muito mais ao contrabando invisível, cujo valôr será sempre um mistério) determinára — inevitavel — a falta das utilidades, a desvalorização dos padrões monetários. Barateando o ouro, as industrias melhoraram, e preso Portugal às estipulações do tratado de 1703, logo o trocou pelos tecidos, pelas manufacturas, pelas ferramentas, pelo luxo, até pelos generos de primeira necessidade, de que carecia, na sua economia desorientada pela prosperidade, tributária das fábricas estrangeiras, explorada pelos privilegiados fornecedôres, afinal donos e usufrutuários daquela riqueza metálica. Para que esta fôsse útil ao Reino, devia pagar a sua produção industrial, remunerar a sua lavoura, comprar a abundancia do seu solo, custear-lhe o trabalho rotineiro . Mas appareceu no instante em que a Inglaterra começava a derramar na península os seus artefactos, e se limitou a transitar, dos importadores portuguezes para os vendedôres inglêses, indo encher as arcas de Londres o ouro que se transformou, na metropole e na colonia, em linhos, sêdas, baixélas e pão. Creou s’multaneamente o novo capitalismo, pelas disponibilidades que proporcionou aos banqueiros do norte da Europa; e em Portugal, uma opulencia de-

corativa — os edificios, as obras suntuosas do periodo de D. João V — que serviria de contraste à decadencia subsequente.

Como no seculo XVI, o dinheiro de Portugal alimentou, deu nova vida às industrias inglêsas. Retiveram elas o ouro amoadado, os rutilantes cruzados com a effigie del-Rei. E ficou Portugal com as terras descobertas, conquistadas, bem suas. O territorio das Minas Gerais, neste caso, valia os engôdos e decepções da fortuna desvanecida...

Em 1754 tinha D. José I em caixa 750 mil libras; e devia 3.150.000... (1).

## DESCOBRIMENTO DE DIAMANTES

Em 1729, o descobrimento de diamantes no Serro do Frio chamou para as Minas Nôvas uma população de aventureiros, de escravos, de negociantes, a exemplo das lévas que, no primeiro periodo das lavras de Ouro Preto, ocuparam montes e vales das Gerais:

A primeira noticia de pedras que podiam ser diamantes grossos data de 1714. Mas foi no sitio dos Morrinhos que Bernardo da Fonseca Lobo e outros mineiros acharam os primeiros diamantes de verdade. A gloria disso pertence ao mesmo pioneiro, e a outros sujeitos que na sua vizinhança revolviam o cascalho dos ribeirões, como Nicoláo Gonçalves Fiuza (2), Manuel Nogueira Passos. Em 1727, honradamente, Bernardo da Fonseca Lobo informou o governador D. Lourenço de Almeida sobre o descoberto, e foi a Vila

---

(1) *Cartas apologeticas* do marquês de Pombal, 5.<sup>a</sup> ms. na Bibl. Nac. (Rio).

(2) Da Bahia, devia ser parente de Nicoláo Lopes Fiuza, a quem alude fr. JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, p. 373, sesmeiro no Piauí PEREIRA DA COSTA, *Cron. Hist do Est. do Piauí*, p. 23, Recife 1909, natural de Viana (cf. registro de 1702, em *Livr. de Irm.*, ms. da Misericórdia da Bahia).

Rica com muitas amostras (1). Por esse tempo entrou o Serro do Frio o ouvidor Antonio Ferreira do Valle, que percebeu a importancia do negocio e autorizou os primeiros trabalhos a parentes e protegidos seus. O Dr. Antonio Xavier de Souza, em fins de Abril de 1729, seguiu viagem para Lisbôa com muitas pedras, dizendo que ia prevenir el-rei sôbre o seu valôr. Só então se animou D. Lourenço de Almeida a comunicar a D. João V o achado, porém considerando-o de pouca monta, ainda incerto (carta de 22 de Julho de 29 (2)). Em Lisbôa, parece que se sabia melhor do que em Ouro Preto, pois ordenou el-rei rigorosa administração do terreno diamantino, de que lhe deu conta o governador em 30 de Junho seguinte. Alvitrou-se a cobrança dos quintos em fôrma de capitação, pagando cada escravo 5\$000. Era irrisório, tal o lucro dos faiscadôres, mergulhados nas mais fartas jazidas de que havia memória. Foi melhor (7 de Janeiro de 32) mandar expulsar delas todos os trabalhadores; mas, dada a dificuldade da medida, se conveiu (22 de Abril) em elevar para 20\$000 a taxa sôbre cada negro, levantada, no ano seguinte, para duas dobras (ou 48\$000).

“Nos fins do ano de 1733 em que se tiraram tantos diamante, se começou a conhecer que estava já

---

(1) Vd. *Memoria sobre o descobrimento dos diamantes*, enviada por Martinho de Mendonça de Pina e de Proença ao conde de Sabugosa, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano VII, p. 255. Contam mais ou menos uniformemente a história dos diamantes PIZARRO, SOUTHEY, SAINT-HILAIRE (Vd. deste, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Littoral do Brasil*, trad. de Leonam de Azevedo Pena, p. 2, S. Paulo 1941).

(2) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano VII, p. 264. A resposta del-Rei, estranhando a demora da comunicação, foi de 8 de Fev. de 1730. *Rev. do Arq. Publ. Min.*, VI, 142. Comentou o 4.º conde da Ericeira, *Diario*, 18 de Dez. de 1731: “...Que D. Lourenço prometera que os Diamantes ficariam livres a quem dêsse 5\$ por cada negro, tributo que rende tão pouco que não passou em um ano para El-rei de 160 lhos (contos), dizem que na frota da Bahia será maior o numero dessas pedras...”, *Biblos*, XVIII, t. II, p. 578.

tudo exausto..." (1). Somavam então os mineiros do Serro do Frio e do Jequitinhonha dezenas de milhares, com a escravatura, os traficantes, comissários, e quantos adventícios lhes rondavam as faisqueiras.

## OS CONTRATOS DO TIJUCO

A "Intendencia dos diamantes" é de 1734. O primeiro intendente foi o desembargador da casa da Suplicação, Rafael Pires Pardiniho, cujos serviços na ouvidoria de São Paulo lhe tinham dado grandes créditos de severidade e senso administrativo. Veiu com ele Martinho de Mendonça de Pina e Proença, encarregado de demarcar as terras diamantinas e informar sobre o melhor sistema de arrecadação (2). A zona reservada, que se chamou *Distrito Diamantino*, em volta do de 17 de Julho de 34), medida preparatória para por sete de largo. Foi aí proibida a mineração (bando de 17 de Julho de 34), medida preparatória para o regimen do contrato, que em 1739 arremataram João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva, pelo prazo de quatro anos, com a obrigação de limitarem a 600 o numero dos escravos, que passavam a pagar 230\$000 de capitação anual. Esse contrato foi renovado para o quadriênio de 1743-47. João Fernandes de Oliveira ganhou grossa fortuna com o seu negocio, mas é presumivel o seu temor de comprometê-la em terceiro periodo, porque para o de 1748-51 entrou outro arrematante, Felisberto Caldeira Brant (3).

(1) *Memória* de MARTINHO DE MENDONÇA, *Rev. do Arg. Publ. Min.*, VI, 261.

(2) JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS, *Memorias do Distrito Diamantino*, p. 26.

(3) Particularmente era associado com os irmãos Sebastião, Joaquim e Conrado Caldeira Brant, J. Felicio dos Santos, *op. cit.*, p. 63; filhos do coronel Ambrosio Caldeira Brant, um dos chefes "emboabas" de 1709.

Começára este a enriquecer nas minas de Goiaz, em 1735, juntara muito ouro nos n6vos descobertos de Paracatú (de 1744), e podia oferecer-se para pagar 220\$000 anuais de cada um de seus seiscentos negros, sendo que 400 trabalhariam no Tijuco e duzentos nas lavras goianas. Comportou-se como um gr6o senhor, suntuoso, arrogante e pr6digo; e arruinou-se por uma s6rie de infortunios, alguns misteriosos, como o roubo do cofre da intendencia, em 1752, outros eventuais, como a escassez de pedras finas nos "garimpos" de Pil6es e rio Claro. O f6to 6 que Felisberto Caldeira sacou uma letra de 700 mil cruzados s6bre os seus correspondentes em Lisb6a; e como n6o tivesse mandado os diamantes esperados, n6o lha aceitaram. Aberta a falencia do contratador, a acautelar o prejuizo da fazenda real veiu t6m ordem para prend6-lo. Seguiu, em ferros, para o Reino. Estava nos carceres do Limoeiro quando do terremoto de 1.º de Novembro de 1755. Esvaziou-se a pris6o. Mas o orgulhoso Caldeira se apresentou a Sebast6o Jos6 de Carvalho e Melo, para que lhe d6sse outra masmorra. Comovido por essa atitude, o ministro o deixou em liberdade, de que n6o gozou, porque pouco depois faleceu nas Caldas da Rainha (1).

Retomou o contrato Jo6o Fernandes de Oliveira, cujo procurador foi Jos6 Alves Maciel (depois capit6o-m6r de Vila Rica). No segundo ano do contrato entrou em sua administraç6o o filho do capitalista, desembargador Jo6o Fernandes de Oliveira, que tomou a responsabilidade do prazo imediato, 1759-60, me-

(1) Felisberto Caldeira perdeu no terremoto o filho mais velho. Seu segundo filho, Gregorio Brant, voltou ao Brasil depois de sua morte. T6m n6o lhe sobreviveu muito tempo. Este foi pae de d6s distintos brasileiros: o marquez de Barbacena (hom6nimo do av6) e o visc6nde de Gericin6, vd. *Genealogia das familias Bolelho, Arrud6 et c.* (p6o visc6nde de NOGUEIRA DA GAMA), *Rev. do Arq. Publ. Mln.*, ano XII, 313.



diante o pagamento de 240\$000 pelos 600 escravos (144:000\$000). Pae e filho voltaram a associar-se em 1761. E trabalharam até o fim de 1771, quando a propria Fazenda real encetou a exploração diréta (1). A esta fase se chamou da Real Extração, pautada pelo regulamento de 2 de Agosto de 71, que vigorou até a Constituição do Império: o "Livro da capa verde". Principiou os serviços com 3.610 escravos, sob a direção de um intendente e um fiscal, n'um regimen de monopolio intolerante, que transformou o Distrito em presidio, onde nenhuma atividade suspeita aos interesses do erario poderia exercer-se, e prevalecia a mais minuciosa vigilancia.

E os resultados?

## RESULTADOS

A extração de pedras foi tamanha que logo, nos mercados da Europa, baixou de 75 % o valor do quilate. Depois de 1730 o rei de Portugal passou a gastar liberalmente diamantes do Brasil, distribuindo-os, em presentes nababescos, sobretudo na côrte de Roma (2). Estima-se a exportação do periodo de livre trabalho, 1729 a 34, em 300 mil quilates (3). Sabe-se que na fase dos contratos, 1740 a 71, montou a 1.666.569 quilates. Eram quantias imensas, para a terra e para o

---

(1) Excelente administrador, João Fernandes o 2.º, fez imensa fortuna, morou em casas opulentas, sustentou o caprichoso luxo de Chica da Silva, antiga escrava, mãe do Dr. Simão Pires Sardinha, em cuja educação o contratador gastou muito dinheiro, J. FELICIO, *op. cit.*, p. 130. Ficou celebre no Tijuco a chacara de Chica da Silva, talvez a mais rica residencia das Minas, ou pelo menos a mais ostentosa. O morgado de Grijó foi instituido em 1775 pelo velho João Fernandes em favor do filho desembargador. Este faleceu em Lisboa em 1799.

(2) Até D. João VI, sustentou o rei de Portugal a reputação de ser "o homem dos diamantes".

(3) J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Epocas de Portugal Económico*, p. 374; H. SIMONSEN, *op. cit.*, II, 82.

tipo (1). Dessa produção teria a corôa, em contos de réis, 250 em 1730-34; 1.104 nos oito primeiros anos do contrato, à razão de 138 contos anuais; 528 no período seguinte, de quatro anos, a 132 contos; por fim, 1.296 no de nove anos, a 144 (1753-71), que precedeu à exploração pela fazenda real. Até 1800, recebeu portanto o erário régio 5.040 contos dos diamantes brasileiros (2).

---

(1) Avalia Simonsen em 10 milhões a exportação de diamantes, no período colonial, *op. cit.*, II, 82.

(2) SIMONSEN, *ibid.* II, 83. De 1772 a 1747 a extração oficial foi de 1.354.770 quilates, variando os preços entre 9\$200 a 6\$600, J. FELICIO, *op. cit.*, p. 184, ou mais de 7 mil contos.

## V

### VICE REIS NA BAÍA

O titulo de vice-rei (que tivera no seculo anterior o marquês de Montalvão) foi restabelecido em 1714, para o marquês de Angeja, e persistiu, pelo resto do periodo colonial. O Brasil merecia-o! Depois de Angeja, igualmente, se esmerou o rei em escolher para governá-lo fidalgos das maiores casas, Vimieiro, Sabugosa, Galvêas, Atouguia, Arcos, Lavradio... Este cuidado, aquela qualidade honorifica, indicam a crescente importancia da colonia na vida portuguesa: um Estado que se organiza, cresce, enriquece; e diferencia-se.

### O MARQUÊS DE ANGÊJA

Com a experiencia da India, Angêja fez na Baía um governo bemfazejo.

Como D. João de Lencastro (cujas atividades continuou) não esqueceu as fortalezas. O brigadeiro João Massé, calvinista francês, "un homme savant, plein d'erudition" (louva-o Mr. de la Barbinnaï) (1) — auxiliou-o, desenhando e dirigindo as construções de

---

(1) L. G. BARBINNAIS *Nouveau Voyage autour du monde*, Paris, 1728. O nauta francês chegou á Bahia em 16 de Novembro de 1716. A sua descrição da terra, sua gente e costumes pitorescos, é a mais saborosa do tempo. Conta, com algum exagero, a festa de Natal a que assistiu no Desterro, espetaculo illustrado por uma gravura maliciosa e documental.

estilo Vauban (1). Esse engenheiro (pelas obras da Baía, de Pernambuco, do Rio de Janeiro) foi o melhor que nos mandou Portugal na primeira metade do século XVIII. Fez a planta geral da cidade e de suas obras de defesa. Deu seguimento à edificação do forte de São Pedro, chave da cidade a meio caminho da Barra (2), ampliou o do Mar (3), reformou o do Barbalho com a solidez atual (4), o de São Bartolomeu da barra de Pirajá... (5). Ativou Angeja as construções navais, com o propósito de fabricar pelo menos uma não todo ano (6). Cumpriu a lei que mandou reabrir a Casa da Moeda, para bater numerário de ouro, tanto para o Brasil como para a metropole: principiou a funcionar em 14 de Novembro de 1714 (7). Visitou o Recôncavo, para ver os engenhos, a nobreza que aí vivia re-

(1) O engenheiro Miguel Pimentel, em Lisboa, 6 de Novembro de 1714, aprovou as suas idéias quanto às fortalezas de Lage e ilha das Cobras, *Doc. Hist.*, VI, 333. Foi ainda incumbido do forte de Santos, 15 de Jan. de 1714, *Doc. Hist.*, VI, 332.

Escreveu Angêja, em 1716: "O dito Brigadeiro Massé tem sido meu companheiro em a maior parte das campanhas que temos feito, e nesta terra, em todo o tempo que ha que aqui estou: o seu procedimento e experiencia...", *Doc. Hist.*, XL, 89. Na Bahia em 1715, opinou sobre as plantas das fortificações de Pernambuco, *Doc. Hist.*, XL, 34, 45. Com o engenheiro, mestre de campo Miguel Pereira da Costa, desenhou a planta da marinha, na Bahia, *Inventário dos Documentos (Bibi. Nac.)* II, 387. Foi ao Rio e Santos, *Doc. Hist.*, I, 319.

(2) Na lapide, sobre a porta da fortaleza de S. Pedro, se lê que a concluiu Vasco Fernandes Cesar de Menezes em 1723. Os que acabavam tinham a gloria... Trabalhava-se nessa fortaleza em 1710, *Doc. Hist.*, XXXIV, 321. Em 1717 o mestre pedreiro era Domingos Gonçalves, *Doc. Hist.*, LIV, 272.

(3) De inscrição na mesma fortaleza: completou-lhe a obra o vice-rei Vasco Fernandes Cesar, em 1728.

(4) Concluiu-a Galvêas, em 1723, como se lê na pedra lavrada sobre o portão do Barbalho.

(5) Engenheiro: Miguel Pereira da Costa, *Doc. Hist.*, LIV, 261.

(6) As náos feitas nesse periodo foram, Padre Eterno, N. S. da Palma e S. Pedro e Madre de Deus e S. Francisco, ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 439.

(7) ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 435. A planta geral de Massé vem in LUIZ DOS SANTOS VILHENA, *Cartas Soteropolitanas*, ed. de Braz do Amaral, vol. I, Bahia, 1922.

galada, lavoura e sobrados fidalgos (1). Este passeio ficou memoravel. Exultaram os aristocratas porque os lisonjeou o vice-rei, hospedando-se nas suas grandes casas; e voltou contente com as cortezias que lhe fizeram (2).

Na cidade, promoveu melhoramentos notaveis: augmentou a Sé ("para complemento e perfeição daquela suntuosa Matriz e da Casa do Cabido") (3); construiu os armazens da Ribeira, inaugurou o Recolhimento da Mizericordia, graças aos 80 mil cruzados legados por João de Mattos, verdadeiro palacio, a que não faltou belo mirante sobre a baía (4), ao tempo em que se concluía o paço do Arcebispo e os moradores ricos levantavam a casaria de portadas imponentes entre as portas de São Bento, a "rua de baixo", São Pedro. Propôz finalmente que se fizesse no alto da Palma cidadela ou caserna, que, de fáto, foi ali instalada mais tarde (5).

---

(1) Partiu em 16 de Jan. de 1716, *Doc. Hist.*, XLIII, 314, depois de avisar aos coroneis de ordenança e ás Camaras para lhe prepararem oito casas, pois levava "engenheiros e mestres para as fortificar...", ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 439. Estendeu a viagem ao morro de S. Paulo e Cairú, onde estabeleceu duas feitorias de madeiras para a ribeira das náos, de Lisboa, chamadas Maricoaba e Mapendipe, MIRALLES, *Hist. Mil.*, p. 165, aliás de acordo com ordem régia e o carpinteiro que veiu para isto do Reino.

(2) A alguns dos senhores de engenho podia chamar parentes. Vieira, a dizer do noivado do sobrinho com uma Moniz, explicou, em 1692: "são descendentes do antiquissimo Egas Moniz, como se chamava o avô da noiva, reconhecido pelo senhor de Angêja, quando cá veiu no ano de 38". (*Cartas*, II, 345). Da marquesa de Angêja e seu temperamento de matrona enérgica diz o bispo do Pará, *Memórias Inéditas*, ed. de Camilo, p. 99, Porto 1868. Faleceu o marquês em 1731, *Biblos*, XVII, 87, Lisboa.

(3) ROCHA PITTA, *ibid.* p. 439. Em 1717 era mestre pedreiro da Sé Domingos Ferreira Silva, *Doc. Hist.*, LIV., 198. E mestre carpinteiro, Gabriel Ribeiro, *ibid.*, p. 222. O cabido distinguia-se pela esplendida obra de talha desaparecida com a demolição — imperdoavel — da Sé, em 1933.

(4) ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 437.

(5) B. DO AMARAL, nota a Accioli, *op. cit.*, II, 322. Sobre as obras militares deixadas por Angêja e sucessores, vd. JOÃO DA SILVA CAMPOS, *Fortificações da Baía*, ps. 38 e segs., Rio 1940 (*Publ. do Serv. do Patr.*, n. 7). A idéia da cidadela, mais de prevenção contra os naturais do que para opposição ao estrangeiro, não agradára a Angêja. Era ordem de

Por esse tempo La Barbinnaís visitou a Baía, de traçado irregular, ruas tortas (“chacun fit battre la maison à la fantaisie, tout est irrégulier...”), igrejas ricas, o povo devoto e indolente (1). Um guindaste ou balança suspendia as cargas da praia para a montanha (2). Os materiais nobres das casas, o seu aspecto grandioso, impressionavam os viajantes, admirados de encontrar aí portadas de pedra de Lisboa (reparou La Barbinnaís), sobrados de tres andares (notou Dampier), templos que rivalizavam com os melhores da Europa (no dizer d’um oficial francês que em 1703 esteve na Baía) (3).

### CONDE DE VIMIEIRO

Sucedeu a Angêja o conde de Vimieiro (D. Sancho de Faro) (4), que tomou posse em 21 de Agosto de 1718. Viêra doente de sezões (5) e morreu na Baía, um ano depois, da molestia que se lhe agravou: mas, no seu curto governo, foi inexorável, a perseguir delinquentes, e grande disciplindor das tropas. Celebri-

---

Lisbôa, cf. *Doc. Hist.*, XL, 89. Foi riscá-la em Pernambuco o brigadeiro Massé em 1716. O paço de Vila Rica teria a forma d’um bauarte, mixto de forte e palácio, ou cidadela, a exemplo do que se costumava na América espanhola (ex.: Buenos Aires, Sanuago, Montevidéo).

(1) *Nouveau voyage autour du monde* par L. G. DE LA BARBINNAIS, III, 181, Paris 1728. “...Desorte qu’il parâit que la Place principale ne se trouve là que par hazard”. A melhor descrição dessa praça principal é a de NUNO MARQUES PEREIRA, *Peregrino da América*, I. Aliás a Camara tinha arruador e medidor, sarg. môr engenheiro Gaspar de Abreu, em 1717, *Doc. Hist.*, LIV, 258.

(2) Ficou o nome: guindaste dos Padres, a uma rua da cidade-baixa. PYRARD DE LAVAL refere-se á “máquina de alar as mercadorias”, *Voyage*, Paris 1615, mencionada por William Dampier, 1699 (A. Taunay. Na Bahia Colonial, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 144, p. 312). Tambem o nosso ensaio “A Conquista”, p. 115, Rio 1929.

(3) TAUNAY, *Rev. cit.*, vol. 144, p. 328.

(4) Vd. MIRALLES, op. cit., p. 166. Era 4.º neto de Martim Afonso de Souza, e de seu palácio faía JULIO DE CASTILHO, *Lisbôa Antiga*, VIII, 125, Lisbôa, 1937.

(5) Carta de 21 de Nov. de 1718 para o arcebispo do Rio de Janeiro, *Doc. Hist.*, XLIII, 173.

zou-se com o castigo dos piratas inglêses, cujo barco dera à costa em Macaé, e pelo governador do Rio de Janeiro remetidos a julgamento na Baía. Eram quarenta e oito, dos quais treze fugiram do forte de Santo Antonio além do Carmo (1): os demais, condenados à morte, foram enforcados, 22 num dia, n'outro dia cinco, apesar de se terem convertido ao Catholicismo, assistidos, até o final, pelos jesuitas (2).

Faleceu o conde vice-rei em 13 de Outubro de 1719. Aberta a via de sucessão, que se guardava no Colégio da Companhia, verificou-se caber ao arcebispo (D. Sebastião Monteiro da Vide), ao chanceler (desembargador Caetano de Brito de Figueiredo) e ao mestre de campo mais antigo (João de Araujo e Azevedo). Empossou-se a junta no dia seguinte, e administrou até 23 de Novembro de 1720. A demora em vir sucessor titulado explicava-se, tanto pela dificuldade da nomeação, que afinal recaiu n'um fidalgo de talentos e virtudes notáveis, como pelo preço que a D. João V mereceram os governadôres interinos. Não teve prêssa em despedi-los (3).

## CONDE DE SABUGOSA

Filho de Luiz Cesar de Menezes, fôra Vasco Fernandes Cesar de Menezes vice-rei da India (com exce-

---

(1) Fugiram na noite de 24 de Fevereiro de 1719: "...Achando dormindo a guarnição do mesmo Forte acutilaram alguns dos soldados e fugiram dez dos ditos Piratas aproveitando-se de uma lancha...", *Doc. Hist.*, XLIII, 216'. Jamais foram encontrados.

(2) O bispo do Rio avisára o vice-rei sobre a conversão dos piratas. *Doc. Hist.* XLIII, p. 173. Sobre o episódio, ROCHA PITTA *op. cit.* p. 442

(3) Faleceu o arcebispo dous anos depois. Lia-se na sua pedra tumular na Sé: "Brasiliae leges, templis augmenta paravit, venturis magnam praesulibusque domum. Obdormiuit, in Domine, VII Septembris, Anno MDCCXXII". Durante a sua prelatura, que foi de vinte anos, erigiu 20 igrejas paroquiais, o Palacio arquiiepiscopal, e autorizou a construção da igreja de S. Pedro dos Clérigos.

lente reputação militar, pela conquista do Reino de Canará, em 1713) (1): trazia experiência, predisposição afetiva e conhecimento de homens e cousas, essenciais a um governo extenso. Realmente, esteve nele entre 23 de Novembro de 1720, sua posse, até 11 de Maio de 1735, quando, fatigado, o passou enfim ao sucessor, o conde das Galvêas (2).

Completo ou melhorou as fortalezas em construção, em que tanto se tinham empenhado os precedentes governadores: do morro de São Paulo (4), São Pedro

(1) NUNO MARQUES PEREIRA, *O Peregrino da América*, 1, 280 (ed. da Academia Brasileira). E ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 451.

Sobrinho de D. João de Lencastro, (vd. P. CARVALHO COSTA, *Corografia Portuguesa*, V, 404, Braga 1862), filho de Luiz Cesar, o novo vice-rei já conhecia, de passagem, o Brasil, cujo clima lhe foi propício à saúde que trouxera abalada do Oriente, como diz ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 452. Pagou a esta felicidade dedicando-se com sincera afeição à nossa terra, de que é documento, ainda hoje, a sala de jantar do seu palácio em Lisboa (de propriedade da senhora condessa de Sabugosa, viuva do grande homem de letras e fidalgo português). Revimos (em 1937) a pintura que Vasco Fernandes Cesar mandara fazer, reproduzindo a mata brasileira com as árvores características, as flores e os pássaros. Constitue, essa paisagem, o mais largo painel "brasileiro" existente em Portugal.

(2) MIRALLES, *op. cit.*, p. 168.

Nasceria em 16 de Outubro de 1763 AFONSO DORNELLAS, *Conde de Sabugosa, In Memoriam*, p. 20, Lisboa 1924; serviu na guerra de 1703 MIRALLES, *op. cit.*, p. 168; foi vice-rei da Índia, 1712-17, vd. TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição Geral e Histórica das Moedas*, etc., III, 278, Lisboa 1880. Teve o título de conde de Sabugosa em 1729. Faleceu em Lisboa a 23 de Outubro de 1741, GARCIA, nota a Varnhagen, V, 307. Lembrou CAMILLO CASTELLO BRANCO: "Os odios da família de Mascarenhas e Cesares terminou eu Outubro de 1728, depois d'um século de luta: um filho de Luiz Cesar, chamado Vasco Fernandes Cesar de Menezes, depois de ter sido nomeado conde de Sabugosa, casou um filho, também Luiz, com D. Ana de Mascarenhas, filha mais velha do conde meirinho-mór, D. Fernão Martins Mascarenhas, e irmã do 3.º conde de Obidos..." (*Luta de Gigantes*, 5.ª ed., p. 247).

(3) Vd. MIRALLES, *op. cit.*, p. 169. Subsiste a pedra, no portão do forte, datada de 1730, dando-o por obra de Sabugosa. Vd. SILVA CAMPOS, *Fortificações da Bahia*, p. 194, Publ. do Ser. do Patrim. Hist., n. 7, Rio 1940.

(4) A lápide existente nessa fortaleza diz que a concluiu Vasco Fernandes Cesar em 1733. É a principal da cidade.



São Marcelo (1), Barbalho (2). Imitou o tio, D. João de Lencastro, na visita ao Reconcavo e, em seguida, às vilas do sul, até Cairú (3). Creou as de Maragogipe (4) e — com o povoamento rápido das regiões auríferas — Rio das Contas e Jacobina (5). Austéro e mesmo, n'alguns casos, implacavel, castigou o motim dos dous "terços" da guarnição da Baía, em 10 de Maio de 1728, à copia do que houvera no ultimo dia do governo de Matias da Cunha. Na sublevação não entraram officiaes, apenas soldados, que, depois de pacificados, foram submetidos a processo e sete condenados à morte. Executou-se a sentença com grande alarido: enforcados os sete, dous, tidos por cabeça do motim, foram ainda esartejados, e os pedaços pendurados das duas portas da cidade, para excarmento e exemplo da populaça... (6). Mas a mão que punia era tambem dadivosa. Creou o conde de Sabugosa a primeira academia literária que houve na colonia. A "Brasilica dos Esquecidos".

## A ACADEMIA BRASICICA DOS ESQUECIDOS

Fundára D. João V em 1720 a Academia Real da História Portugêsa, e em 31 de Março de 22 escrevia

(1) A pedra comemorativa da conclusão da obra é de 1728, quando se tornou a "chave do porto", "em maior circunferencia de recinto, de terrapleno e de torrão, sendo o Santelmo da Bahla...", na linguagem de ROCHA PITTA.

(2) As obras foram completadas no governo seguinte, como se vê da inscrição, sobre a porta do forte: "O muito alto e poderoso rei D. João V mandou edificar este forte e se completou sendo vice-rei deste Estado o conde das Galvêas".

(3) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 470.

(4) ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 472.

(6) MIRALLES, *op. cit.*, p. 170. Houve empate de votos, que o vice-rei desempatou, para condenar à morte os sete soldados. Reprimiu tambem as festas delirantes que se faziam a S. Gonçalo, os abusos do entrudo, os excessivos fôgos de S. João, diz NUNO MARQUES PEREIRA, *O Peregrino da América*, II, 114. Carta régia de 1729 mandou devassar sobre o motim, B. DO AMARAL, nota a Accioli, *Mem. Hist.*, II, 376.

ao vice-rei, pedindo coligisse os informes precisos “para a composição da história Portuguêsa que encarreguei à Academia Real”, no que se referisse ao Brasil (1). Para ter esse material necessitava ouvir os letrados da terra; e afim de estimular-lhes o trabalho conjunto reuniu no seu proprio palacio sete deles — em 7 de Março de 1724. Comunicou-lhes “a vontade em que se achava de erigir e estabelecer a Academia, cuja resolução abraçaram uniformes os sete convocados, como filha de tão excelente e generoso espirito, e com o seu beneplacito escolheram por emprêsa o sol com letra — “sol oriens in occidus” — assentando entre si com louvavel modestia intitulem-se os Esquecidos...” (2).

Funcionou a Academia até 4 de Fevereiro de 1725 e se reuniu dezoito vezes, sendo notavel o numero de poesias, orações, dissertações, e exercicios que em menos de um ano produziu. Talvez fôsse uma surpresa para todos deparar na Baía tantos intellectuais. De 44, pelo menos, ficaram os escritos (3). O autor do “Peregrnio da America” não aparece nesse meio; mas reparou: “No nosso Estado do Brasil (falo dos Nacionais da cidade da Baía e seu reconcavo) foram, e são tantos os poetas, que bem pudêra eu dizer, que nele estava aquele decantado monte Parnaso, onde disseram os antigos existiam as Musas; porque verdadeiramente, apenas se acharam, entre cem filhos do

(1) Doc. in BRAZ DO AMARAL, nota a Accioli, *op. cit.*, II, 375.

(2) Auto de instalação, B. DO AMARAL, *ibid.*, II, 375; P. CALMON, nota a *Peregrino da América*, ed. da Acad. Bras., II, 64.

Os sete convocados foram o Padre Gonçalo Soares de Faria, o des. Caetano de Brito e Figueiredo, o coronel Sebastião da Rocha Pitta, o capitão João de Brito e Lima, todos naturais da Bahia; o juiz de fóra Dr. Inácio Barbosa Machado e José da Cunha Cardoso.

Vd. sobre eles, o cap. referente á cultura.

(3) Os *codices* em três volumes da Academia Brasileira dos Esquecidos, manuscritos originaes, pertencem ao Inst. Hist. e Geogr. Bras. onde os consultamos.

Brasil que versaram e versam os estudos, dez que não sejam poetas, porque os 90 todos fazem versos latinos e vulgares..." (1). O melhor foi em prosa, se bem que em estilo gongórico e nebuloso: a "História da America Portuguesa", de Rocha Pitta — que se imprimiu em Lisboa em 1731.

### O DONATIVO DE 1727

O Brasil estava opulento. Quiz D. João V que contribuisse para o dote da infanta D. Maria Barbara, que ia casar-se com o principe das Asturias (o futuro Fernando VI), ao mesmo tempo que D. José, principe do Brasil, se casava com a infanta espanhola D. Mariana Vitória. O vice-rei recebeu ordem para lançar o tributo especial, do Donativo, por carta-regia de 6 de Abril de 1727. A' Baía coube entrar com 3 milhões, Pernambuco, 1 milhão e 250 mil, Rio de Janeiro, incluindo as Minas e capitánias do sul, 3 milhões e 750 mil, num total de 7 milhões de cruzados — pagos em vinte e cinco anos, mediante impostos locais então creados (2).

---

(1) NUNO MARQUES PEREIRA, *op. cit.*, II, 53 (parte inédita, publ. na coleção Afânio Peixoto, da Acad. Bras. notas de Afrânio, R. Garcia e P. Calmon). Aos codices cit. na nota anterior se refere o "Peregrino": "...para prova... vejam-se as obras poéticas, que se fizeram nas Academias, que mandou fazer o conde de Sabugosa, no tempo do seu governo...", *ibid.*, p. 54. E ROCHA PITTA, *Hist. da Amer. Port.*, p. 474: "...esperando que em tão grande proteção (do conde) se dem ao prélo os seus escritos, em premio das suas fadigas".

E' do plano da Academia Brasileira publicar aqueles inéditos, na sua coleção, já extensa, de documentos para a nossa história literária.

(2) J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Epocas de Portugal Económico*, p. 383. Em 1738 cessou o pagamento de 800 mil cruzados a que se obrigou o Rio, *Invent. dos Docs.*, VII, 294.

## CONDE DAS GALVÊAS

O conde das Galvêas, André de Mello e Castro (1), subiu de capitão general das Minas Gerais a vice-rei: empossou-se em 11 de Maio de 1735, e governou, com "Iouvaveis acertos", até 17 de Dezembro de 1749 (2).

Creou de novo os postos de capitães-môres das vilas (1739), para subordiná-las a pessoas de sua confiança; socorreu repetidamente, e com pontualidade, à Colonia do Sacramento; favoreceu os acréscimos da cidade, zelando e promovendo construções esplendidas. No seu governo ganhou ela tres conventos de freiras: das concepcionistas da Lapa, amplo e primoroso, com a capêla de sóbria e bôa arte (3); das Mercês, igualmente

---

(1) Era filho de Dintz de Mello, conde das Galvêas, e como embaixador á corte de Roma (Vd. P. JOSÉ DE CASTRO, *Portugal em Roma*, 1, 99, Lisboa 1939) imortalizou o seu nome, pois o ligou á mais faustosa e importante missão portuguesa que ainda fôra ali recebida, em 1718, vd. EDUARDO BRAZÃO, *D. João V e a Santa Sé*, p. 2, Coimbra, 1937. Os coches que serviram para o grande espetaculo, da entrada do embaixador na côrte pontificia, foram de tal ordem soberbos, que alguns se conservam no Museu deles em Lisboa, vd. LUCIANO FREIRE, *Catálogo do Museu Nacional dos Coches*, p. VIII. MIRALLES, *Hist. Mil. do Bras.*, p. 171, diz que el-rei "movido da sua incomparavel grandeza se dignou conferir-lhe a mercê do titulo de Conde e a de Governador Geral das Minas Gerais". Daí se passou á Bahia, e em ambos os lugares honrou as suas tradições.

...um Melo e Castro

Da esfêra Lusitana feliz astro  
 Já succede ao bastão, que Almelda empunha;  
 Deste herôe as virtudes testemunha  
 Itália toda e as suas glorias soma  
 Cheias de tanto nome a ilustre Roma".

(CLAUDIO MANUEL DA COSTA, *Vita-Rica, Obras*, II; 246).

(2) MIRALLES, *op. cit.*, p. 171.

(3) Fundado em 1744, sob os auspícios do arcebispo D. José Botelho de Mattos, a expensas de João de Miranda Ribeiro e Manuel Antunes de Lima, o convento de freiras de Nossa Senhora da Conceição da Lapa foi o segundo da cidade, depois do Desterro (Vd. CRISTIANO MULLER, *Mem. Hist. sobre a Religião na Bahia*, ps. 142-3, Bahia, 1923).

vasto e perfeito (1) e da Soledade, fundado a esforços d'um místico ardente — o jesuita Gabriel Malagrida (2).

Viéra Malagrida pelos sertões, do Maranhão à Baía, prégando à gente devota o Evangelho, n'uma linguagem inflamada e convincente, que lhe deu créditos de santo missionário. Chegou em Dezembro de 1736 à Baía, recebido com profundo respeito, e gran-geou tal autoridade que, durante os cinco anos em que ai esteve, nenhum outro dominou, como ele, as consciencias e as multidões. Quiz fundar um recolhimento para mulheres desamparadas. Pediu licença para Roma. Teve-a, mas para um convento de donzelas dotadas: levantou a casa das Ursulinas da Soledade (3).

### ATOUGUIA

Sucedeu a Galvêas o conde de Atouguia, bisneto do homônimo que governára o Brasil no seculo anterior — D. Luiz Pedro Peregrino de Carvalho de Menezes e Ataíde (4). Cumpriu a ordem régia de 26 de

(1) Foi o ouro do sertão que pagou o ardente voto de D. Ursula Luiza de Monserrate, primeira bemeifeitora das Mercês da Bahia. Filha do coronel Pedro Barbosa Leal, solteira e rica, obteve licença, em 1735, para fazer á sua custa um convento de freiras, que, em 24 de Setembro de 1744, asilou as ursulinas, ainda hoje suas reclusas. (Vd. MULLER, *op. cit.*, p. 143).

(2) Deu origem ao convento da Soledade (tambem das ursulinas) o recolhimento que, no alto do Queimado, começou o padre Malagrida, no seu esforço heróico para melhorar os costumes, corrigir a sociedade, depurá-la... A primeira pedra lançada em 15 de Agosto de 38, e a 29 de Outubro de 39 se inaugurou, com 16 recolhidas, o pio estabelecimento, transformado em 1753, pelo mesmo padre fundador, em convento de ursulinas. (O atual Colégio de Nossa Senhora da Soledade comemorou dignamente o bi-centenário, e a respeito, no seu jornalzinho *Arco Iris*, Bahia, Outubro de 1939, a aluna Marta Dantas publicou uma evocação).

(3) P. PAULO MURY, *Historia de Gabriel Malagrida*, trad. e pref. de Camilo Castello Branco, p. 74, Lisboa 1875. Serviu de base á obra a do P. Matias Rodrigues, escrita em Roma em 1762. Menos os trabalhos apostólicos, infelizmente, do que o martírio, dêram nome universal ao Padre Malagrida. "Em 1747 já tinha fundado, alem do da Bahia, outras (seminário) na Paraíba..." P. Serafim Leite, *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*, III, 225, Rio 1943.

O alv. de 2 de Março de 1751 autorizou o P. Malagrida a "fundar os Seminarios da Paraíba, S. Luiz do Maranhão, Belem do Grão Pará

Fevereiro de 1741, para vender a serventia dos officos e cargos (1) a quem mais dêsse. Regularizou a navegação para a costa d'Africa, afim de que a fizessem vários armadores, queixosos de exclusão injusta. Eri-giu em vila a povoação da Barra do Rio Grande (2).

### CONDE DOS ARCOS

Retirando-se para o Reino o conde de Atouguia, ficou o governo com o arcebispo D. José Botelho de Matos (3), o desembargador chanceler da Relação Manuel Antonio da Cunha Sotto Maior e o coronel Lourenço Monteiro (17 de Agosto de 54 a 23 de Dezembro de 55). O 6.º conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, nomeado vice-rei, depois de ter dado bôa conta de si nos governos de Pernambuco e Goiaz, assumiu o cargo naquella data (4). Atravessou os sertões e desceu o São Francisco, para chegar à Baía. Ha várias cartas topográficas que lhe comemoram a viagem (5). Reedi-

---

e Camutã é os Recolhimentos de Igarassú com os Estatutos das Ursulinas; e estabelecer semelhantes fundações m qualquer parte d'América", *Publ. do Arq. Naz.*, XXI, 155.

(1) Tomou posse em 17 de Dezembro de 1749; governou até 17 de Agosto de 54 MIRALLES, *op. cit.*, p. 174. Sucedeu-lhe na casa o filho D. Jerônimo de Atalde, envolvido na conspiração dos Tavares, de quem era cunhado, e com elles decapitado na grande execução de 1750. Desapareceu com o 12.º conde de Atouguia esse illustre titulo, vd. JÚLIO DE CASTILHO, *Lisbôa Antiga*, VIII, 159.

(2) ACCIOLI, *Mem. Hist.*, II, 179.

(3) E' uma nobre figura eclesiástica, distinta pelo sentimento cristão e pela dignidade de sua conduta quando da expulsão dos jesuítas. Chegara à Bahia em 1741, já septuagenário. Alegou aliás, em 1758, os seus oitenta anos de idade, para renunciar a Mitra.

(4) MIRALLES, *op. cit.*, p. 177. Governara Pernambuco, 1746-49, LORETO COUTO, *op. cit.*, A. da B. N. XXIV, 214, e Goiaz. A primeira mulher do marquês de Pombal foi sua sobrinha. Herdou-lhe o título o genro, filho do marquês de Marialva, que morreu em 1779 n'uma tourada em Salvaterra (narrada em página famosa de Rebello da Silva). Este o 7.º conde. O 8.º, neto do vice-rei, occupa maior espaço na história do Brasil: tinha o mesmo cargo do avô quando a corte para cá se transferiu, em 1807 (SANCHES DE BAENA, *Familias Titulares e Grandes de Portugal*, I, 121).

(5) Docs, no *Arq. Hist. Col.*, Lisbôa.

ficou o fortim do Rio Vermelho, mandou ver de novo as nitreiras de Montes Altos (pelo lente da Aula militar, sargento-mór Saldanha) e contentou a côrte, tanto pelo subsidio que impôz aos pòvos, para a reconstrução de Lisbôa a meio derrubada pelo terremoto de 1755, como pela execução que deu às ordens para prender e expulsar os jesuitas, em 1759.

### O 1.º MARQUÊS DE LAVRADIO

O marquês de Lavradio, que veio incumbido de desterrar os jesuitas, foi o ultimo vice-rei instalado na Baía. Empossou-se em 9 de Janeiro de 1760, mas, gravemente enfermo, faleceu logo em 4 de Julho (1). E como as vias de sucessão não podiam ser utilizadas, por faltar o arcebispo, que faria parte do triumvirato, assumiu sózinho o governo o chanceler Tomaz Ruby de Barros Barreto, revelando nisto muita ambição, que desagradou os militares, como o coronel Barros e Alvim, e, por fim, a côrte em Lisbôa. Esta não lhe aprovou a nomeação e mandou substituí-lo por novo chanceler, José de Carvalho de Andrade, e pelo coronel Barros e Alvim.

Foi Tomaz Ruby quem autorizou as festas magnificentes que na Baía se celebraram em 1760, de regozijo pelo casamento da princêsa herdeira do trôno, D. Maria, com o principe D. Pedro, seu tio — e que custaram 200 mil cruzados (2).

---

(1) D. Antonio de Almeida Soares e Portugal, 3.º conde de Avintes e 1.º marquês de Lavradio pelos serviços de D. Tomaz de Almeida, 1.º Patriarca de Lisbôa, seu tio, fôra governador de Angola de 1749 a 53, ACCIOLI, *op. cit.*, II, 210; ELIAS ALEXANDRE, *História de Angola*, II, 7-9. Lisbôa, 1937. Foi em seguida governador de Elvas e sargento mór de batalha.

(2) Foram as festas mais ruidosas que houve na cidade durante esse período, e vêm descritas no *Invent. dos Docs.*, I, 408 e segs.

Tomaz Ruby, retirando-se para Lisbôa, construiu duas casas às Portas de Santa Catarina, GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, *O Carmo e Trindade*, III, 36 e 49.

## VI

# GOVERNADORES DO RIO

## PRAÇA FORTE

Valeu a invasão de Duguay-Trouin para apressar e completar as sobras de defêsa — em breve as mais perfeitas do Brasil — à volta do Rio de Janeiro. Entre os dous ataques francêses o engenheiro Pedro Gomes Chaves apontára a conveniencia de melhorar o forte da ilha das Cobras (adivinhára a importancia estrategica desse ponto). Cogitava-se de fazer o da Lage, à entrada da barra, de aperfeiçoar Santa Cruz e São João, com Villegagnon, a ilha das Cobras e São Sebastião do Castelo (1). Mais de um milhão de cruzados consumiram estas obras em quinze anos — declarou o governador Vahia Monteiro. Obedeceram aos conselhos do brigadeiro João Massé (“que no Rio de Janeiro se achava fortificando` aquela Praça” (2), donde passou à Baía).

---

(1) Informação do cosmógrafo MANUEL PIMENTEL, Lisboa, 7 de Março de 1712, *Inventário dos Documentos*, VI, 331. Que as obras do Castêlo se adiantavam, prova a data sobre a porta do forte, 1713 (pedra hoje no Museu Histórico Nacional). Francisco do Amaral Gurgel ofereceu-se para fazer a fortaleza da ilha das Cobras em 1714, *Inv. dos Docs.*, VI, 333. Ai Antonio de Albuquerque “depois da entrada dos franceses”, levantou bateria e trincheiras, cf. carta de Vahia Monteiro, 1725, *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 49. Em 1727 mandou el-rei que se dêsse preferencia á conclusão da Lage e ao forte da ilha das Cobras, segundo as indicações do engenheiro-mór do Reino Manuel de Azevedo Fortes, *Publ. cit.*, XV, 216. Os engenheiros que então havia no Rio, Pedro Gomes Chaves e Manuel de Mello, não pareciam suficientes, *Publ. cit.*, XV, 217.

(2) Carta do vice-rei, 31 de Julho de 1714, B. DO AMARAL, nota a Accioli, *op. cit.*, II, 323.



## FRANCISCO DE TÁVORA

Para suceder a Antonio de Albuquerque, veio governar o Rio de Janeiro Francisco de Távora, que aliava à nobreza de sangue (irmão do Marquês de Távora, a experiencia de muitas comissões (1). Visitou as localidades da costa, prevenindo-lhes a defêsa; e deu inicio ao forte da Lage, que melhoraria consideravelmente a segurança do porto (2).

De acôrdo com as instruções del-rei, assumiu interinamente o governo, quando, em 1716, o deixou Francisco de Távora, o mestre de campo mais antigo, Manuel de Almeida Castelo Branco. Entregou-o no ano seguinte a Antonio de Brito de Menezes (3), que não completou o periodo, porque faleceu em 1719. Novamente o exerceu o mestre de campo, para cedê-lo, em 17 de Maio de 1719, a Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha, que governou até 1725 (4).

---

(1) Tomou posse em 7 de Junho de 1713. Desgostando-se com a Camara, pediu a el-rei para deixar o governo, o que lhe foi consentido em 10 de Março de 1716, Catalogo, in *Rev. do Inst. Hist.*, II, 88-9. Voltou a Portugal em Novembro, vd. Garcia, nota a Varnhagen, V, 321. Foi governador de Angola com apenas 23 anos, em 1669; depois vice-rei da India, primeiro conde de Alvor, Governador das Armas do Alentejo, grande soldado da guerra de Espanha, que continuou algum tempo, apesar de já nomeado para o Brasil, doc. in *An. da Bibl. Nac.*, L, 432, etc. Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola*, I, 295. O 3.º conde de Alvor e ultimo marquez de Távora foi seu neto.

(2) O mestre de obras da Lage foi Domingos Francisco de Araujo, disse em 1725 o governador Vahia Monteiro, *Publ. do Arg. Nac.*, XV, 49. Ele teve ordem del-rei, em 1727, para concluir os trabalhos.

(3) Tomou posse a 27 de Junho de 1716 e faleceu a 15 de Maio de 1719, depois de longa doença, vd. Garcia, nota a Varnhagen, op. cit. II, 322.

(4) Vd. Garcia, nota a Varnhagen, op. cit. V, 322. Sobre a luta que houve em 1716, no governo de Manoel de Almeida Castelo Branco, com os vereadores do Rio, vd. doc. in *An. da Bibl. Nac.*, L, 14. Aires de Saldanha foi pai do 1.º conde da Ega, vice-rei da India, Manuel de Albuquerque, vd. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral* etc., III, 313.

## O SANTO OFICIO

O súbito interesse da Inquisição pelo Brasil coincide com os tumultos das Minas Gerais e o “perigo francês”.

No seculo precedente o Santo Officio se limitára à “visitação” de 1618. Fechára os olhos, complacente, para a situação especial da colonia, refúgio de cristãos-nóvos — que se confundiam com o grosso da população católica — e de mercadôres suspeitos de parentescos ou aliança judaica. O padre Antonio Vieira, saído desse meio, advogára a tolerancia, a assimilação suave dos “convertidos”, dos que tinham renunciado a “lei velha” e, à capa de corrétos costumes religiosos, possuíam aqui engenho, loja ou terras de criar. A Restauração, em 1640, observou essa politica discreta. Interrompeu-a apenas, ao começar o reinado de D. João V, o fator novo — das minas, para onde acorriam estrangeiros, homens de todos os crédos, muitos perniciosos e inadaptaveis. A coincidência das datas autoriza a ilação. “Neste tempo principia a ser notavel o contingente do Brasil nas condemnações. Em 1713, 32 homens e 40 mulheres do Rio de Janeiro, e a afluencia não pára nos autos seguintes” (1). D. Luiz da Cunha, no seu “testamento politico”, diria que as denuncias visavam muita vez à fazenda dos réos... (2). Esquecia-se do ambiente produzido pela mineração do ouro, pelas duas incursões francêsas. Entre a de

---

(1) LÚCIO DE AZEVEDO, *História dos Cristãos Nóvos Portugueses*, p. 333, Lisboa 1922. “Só em 1709 figuram em auto delinquentes transportados do Brasil: cinco da Bahia e sete do Rio de Janeiro, uns naturais da colonia, outros do Reino, todos porem acusados por testemunhas residentes em Portugal...”, J. LÚCIO D’AZEVEDO, *Novas Epanáforas*, p. 144, Lisboa 1932. Em 1700, porem, houve na Bahia a primeira festa do patrono da Inquisição, S. Pedro Martim, feita pelos familiares do Santo Officio, LORETO COUTO, *op. cit.*, A. da B. N., XXV, 9.

(2) Testamento politico, 54, e J. LÚCIO, *ibid.*

Duclerc e a de Duguay Trouin, o governador do Rio de Janeiro prendeu numerosas pessoas, suspeitas de "inconfidencia" e judaismo. Algumas pediram auxilio aos francêses, e se foram com eles (1). A devassa que se seguiu abrangeu muitas e ricas familias, entre estas a do senhor de engenho Baltazar Rodrigues Coutinho, cuja filha, Lourença Coutinho (mãe de Antonio José da Silva) deu entrada nos carceres da Inquisição, em Lisbôa, a 11 de Outubro de 1712 (2). Casou-se Lourença com o advogado João Mendes da Silva. Em 1726 voltou à prisão, com o filho adolescente. Por fim, em 1737, foi este segunda vez detido, identificado como judeu remisso, e condenado à fogueira (*auto de fé* de 18 de Outubro de 39) (3). A execução do poeta e comediografo, sem duvida o mais popular daquele tempo, foi o episodio culminante dessa fase crepuscular da Inquisição em Portugal. Da condenação, em 1726, do Padre, natural da Baía, Manuel Lopes de Carvalho ("queimado vivo por impenitente partidario da lei mosaica") (4) nos diz o autor de "*Mémoires instructifs pour un voyageur*", esmiuçando a respeito os impulsos generosos do rei. Habituará-se D. João V a falar aos sambenitados para convencê-los do erro (5), atenuar-lhes o padecimento pela retratação, pela conversão pública, e o mesmo fez, com grande interesse, quando ia ser relaxado ao braço secular "un Prêtre du Brésil, ancien Chrétien, qui avait embrassé le judais-

---

(1) VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, III, 408. Carta de Manuel de Vasconcelos Velho: "...Esquecia-me dizer-lhe a quantidade de gente que se havia presa pelo Santo Officio, que cuida passam de cem pessoas..." PIZARRO, *Mem.*, I, 74-5.

(2) ANTONIO BAIÃO, *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*, II, 178, ed. do Anuário do Brasil.

(3) BAIÃO, *op. cit.*, II, 206. Comenta e critica a descrição de Camilo n' *O Judeu*, que citamos a propósito do papel de Antonio José na literatura do seu tempo.

(4) J. LÚCIO, *op. cit.*, p. 333.

(5) *Mémoires instructifs pour un voyageur dans les divers États de l'Europe*, I, 189, Amsterdam 1738.

me" (1), sujeito de 60 anos, irreductível na sua negativa... Réos extraídos do Rio de Janeiro, da Baía, de Pernambuco, figuraram nos autos-de-fé de 1720, 1726, 1729, 1731, 1739 (2).

Na America Portuguesa a Inquisição não teve tribunal proprio. Os processos corriam no Reino; não se instauravam nem cumpriam na colonia. Detidos os judaizantes, eram mandados a justificar-se em Lisboa, donde difficilmente voltavam. Não medrou no Brasil, como no Perú ou no Mexico, o Santo Officio, com o seu rito judiciario, os segrêdos, as depurações, as procições dos penitentes, o fogaréo em que ardiam os sentenciados à morte.

### FIM DA INQUISIÇÃO

No reinado de D. José I (que o começou decretando que as sentenças de morte da Inquisição não se cumprissem teriam a sua regia aprovação) — o temido tribunal decaiu de importancia, quasi se extinguiu (3). O marquês de Pombal — amigo dos "iluministas", um tanto incrédulo, logo adversário furioso dos jesuitas — considerou-o contrário aos interesses do rei. Serviu-se dele, é certo, para mandar queimar, no auto de 20 de Setembro de 1761, o ultimo desse periodo, o venerando padre Gabriel Malagrida — por sacrilego, sedicioso, herético... Logo, o ministro e a Inquisição se defrontaram n'um incidente pitoresco. O intendente de po-

(1) *Mémoires* cit., I, 189. Tinha o padre 44 anos, *Rev. do Inst. Hist.*, IV, 331.

(2) Vd. VARNHAGEN (e notas de R. Garcia), *op. cit.*, IV, 19-22.

(3) VOLTAIRE, *Candide ou l'optimisme* (1759), fantasiou a morte de Pangloss no auto de fé que se seguiu ao terremoto de Lisboa, em 1755. Essa ironia repercutiu fundamentalmente na Europa. Situa-se entre as sátiras feitas aos costumes ibéricos e assinala a campanha "iluminista" contra eles, a que deu alento em 1751, o cavaleiro de Oliveira, *Recreação Periodica* (trád. de AQUILINO RIBEIRO, I, 102, Lisboa, 1922).

lícia, João Inácio Ferreira Souto, escreveu em 1761 o livro "De potestate régia", em que salientava a preeminencia do poder real sobre o eclesiastico. Descontente com a doutrina, o inquisidor geral D. José de Bragança (aliás bastardo de D. João V, um dos "meninos de Palhavã") mandou que dous Familiares do Santo Officio, o conde de S. Lourenço e o visconde de Vila Nova de Cerveira, apreendessem os papeis do intendente. Este, surpreendido, entregou tudo o que lhe exigiram, mas invocou os segredos do rei, que estavam entre os seus manuscritos. Quizeram prendê-lo. Ciênte Pombal desse excesso, queixou-se ao rei, que logo deteminou fossem presos os dous agentes e admoestado o inquisidor. Altercaram, Pombal e D. José de Bragança. Parece mesmo que o marquês teve de retirar-se para não ser agredido. Indignou-se mais o rei com a insolencia do inquisidor, ordenou que se recolhesse, com o irmão D. Antonio, ao convento do Bussaco (donde só saíram em 1777) (1) e relegou ao esquecimento a instituição, cuja séde, o famoso palacio dos Estãos, ao Rocio, desaparecera no terremoto de 1755. Em 25 de Maio de 1773, afinal, baixou a lei que acabava com a distincção entre cristãos velhos e novos, igualando-os para os póstos e honras; proibiu que se usasse em publico, depreciativamente, a referencia à origem judaica dos que a tivessem, isto com graves penas. A lei de 15 de Dezembro de 74 aboliu a infamia em que incorriam os apóstatas. E sofreu a Inquisição completa reforma, que a transformou n'um tribunal régio (alv. de 1 de Setembro de 74), sem a autonomia e a importancia de outr'ora: as sentenças capitais passavam a depender da aprovação do Paço... (2).

---

(1) JOSÉ MARIA ANTONIO RODRIGUES, *Esparços* (Notas interessantes sobre o marquês de Pombal), p. 454. Coimbra 1934.

(2) Vd. J. LÚCIO, *op. cit.*, p. 353-5.

## “O ONÇA”

Mais extenso foi o governo do mestre de campo Luiz Vahia Monteiro, “O Onça”, energico, honrado, caprichoso, de quem o povo guardou o apelido. No “tempo do Onça...” (1). Nesse periodo pelo menos duas fortalezas, Lage e ilha das Cobras, ficaram em condições de servir; as ordens régias foram cumpridas com severa exatidão. As originalidades de Vahia Monteiro, porem, faziam prever a desordem mental, em que por fim caiu. Sempre em conflito com a Camara, valeu-se ela, em 1732, de sua doença, para declará-lo incapaz, ocasião em que assumiu o governo o mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca (2), para o transmitir, em 26 de Junho de 1733, a Gomes Freire de Andrada.

---

(1) Locução popular, espalhada no país, significa hoje tempo remoto, bizarro, como em Portugal (e ainda no Brasil), tempo dos afonsos, ou afonsinhos... Empossou-se Vahia Monteiro em 10 de Maio de 1725, vd. *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 11. Deposto por incapaz de governar, a sua mulher requereu se lhe desse curador, nomeado por c. r. de 22 de Abril de 1732, *An. da Bibl. Nac.*, XLVI, 177. Mas, a mesma senhora (D. Antonia Basília Vilas-Bôas) se referiu ao cruel e tirano gênero da morte que seu marido Luiz Vahia Monteiro governador que foi do Rio de Janeiro padeceu”, devido a opôr-se ao cunho falso da moeda e outras irregularidades, *Catálogo de Manuscritos, Boletim da Universidade de Coimbra, códices 556-630*, p. 11, Coimbra 1935. Os conflitos com a Camara teriam a sua raiz nos interesses inconfessáveis, dos especuladores do ouro clandestino?

Fôra Vahia um bravo na guerra de 1703, como se vê de carta sua, de 1728, *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 292. Sobrinho do Prior de Chaves, o visconde de Assêca tivera razões para não querer que viesse governar o Rio, *Pub. cit.*, XV, 410. Bemfeitor da igreja de N. S. de Rosário dos homens de côr, aí se conserva o seu retrato.

(2) Carta de 24 de Outubro de 32, disse o mestre de campo: “Haverá nove dias que o nosso Governador Luiz Vahia Monteiro se acha delirando e por mais remedios que se lhe têm feito..., *Documentos Interessantes*, L, 261.

## VII

### NO TEMPO DE GOMES FREIRE

Poucas figuras do Brasil colonial têm a importância histórica — e a massa de serviços — de Gomes Freire de Andrada, nomeado a 25 de Abril de 1733 capitão general e governador do Rio de Janeiro, cargo em que morreu trinta anos depois (1).

(1) Empossou-se a 10 de Agosto seguinte, Garcia, nota a Varnhagen, *op. cit.*, V, 322-3. Nasceu Gomes Freire em Jurumenha por volta de 1688, Varnhagen, *ibid.*, IV, 232. Acabou Mestre de Campo General "em cujo cargo completaram felicissimos dias seus Ilm. Pae, o Snr. Bernardim Freire de Andrada, e seu Ilm. Tio o Snr. Gomes Freire de Andrada", *Jubilos da America*, Lisboa 1754, este ultimo o governador que pacificou o Maranhão depois do levante de Beckiman. "Versando a Universidade de Coimbra, e ouvindo o estrondo da guerra, que principiou em 704... passou logo ao Alemtejo em 707, e militou 23 anos naquela provincia em praça de soldado e capitão de cavalos..." "Achou-se presente em todas as batalhas, choques e revoluções desta guerra, em que se distinguiu o seu valor com as ultimas provas de ser ferido, e prisioneiro". Elogiou-o André Ribeiro Coutinho: "...Servia no pequeno posto de Sargento-mór de cavalaria da Córte, e proveu dele (S.Maj.) para o de Capitão General, para dar a conhecer a capacidade de V.Ex. pelo seu mais proprio caracter..." (Vd. FELIX PACHECO, *Duas Charadas Bibliográficas*, p. 283, Rio 1931).

E' uma pagina autobiografica, a carta de Gomes Freire, de 1751, a Diogo de Mendonça, expondo os seus serviços, *Anais da Bibl. Nac.*, L, 173-4. Nenhum documento diz melhor do seu espirito do que a *carta-instrução* para o irmão que ia substitui-lo no governo das Minas, em 1752. De religião, franqueza e compostura fala a sintese de ações nobilitantes incluída in *Jubilos da America* e transcrita na *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XXI, 515-8.

Foram seus irmãos, ligados á historia do Brasil, Henrique Luis Freire de Andrada, cujo bom governo em Pernambuco diremos, e José Antonio, a quem deu o governo das Minas na sua ausencia, e que lhe herdou o titulo (2.º conde de Bobadella), e o morgado, que em seu favor instituiu em 1761, vd. SANCHES DE BAENA, *Familias Titulares e Grandes de Portugal*, I, 279, Lisboa 1883. Outro irmão, Ambrosio Freire, foi o ascendente do general Gomes Freire, o proto-mártir da revolução liberal, executado em 1817. O titulo de conde de Bobadella é de 20 de Dezembro de 1758, renovado em 9 de Maio de 1763, na pessoa de José Antonio (que fal. em 1791) e cujo ultimo portador foi Gomes Freire, 3.º conde, 1774-1831. Passou á condessa de Camarilde, SANCHES DE BAENA, *op. cit.*, I, 344.

## CONCENTRAÇÃO DE PODER

Porque sobreviesse a ameaça de guerra com Espanha e fosse conveniente dar uniformidade às administrações convizinhas, el-rei concentrou nas suas mãos os governos de Minas Gerais (25 de Março de 1735) (1) e de São Paulo, (1 de Dezembro de 1737) (2), de modo a fazê-lo, temporariamente, governador do sul (a modo de Salvador Corrêa ou de D. Francisco de Souza no passado). Nas suas ausencias, regeram o Rio José da Silva Paes, Matias Coelho de Souza, José Antonio Freire de Andrada e Patricio Manuel de Figueiredo.

Essa virtual separação do Brasil em dous governos — o vice-rei ao norte, Gomes Freire no Rio, em Vila Rica ou em São Paulo — importava já o deslocamento do centro de direcção do Estado, de sua séde historica (a região do açúcar) para a vizinhança das lavras de oiro e das fronteiras que deviam ser defendidas.

## RIO DE JANEIRO

Nenhuma cidade na colonia cresceu com a rapidez e a opudencia do Rio de Janeiro.

---

(1) Nomeado por carta regia de 4 de Janeiro de 1735, governou de Março desse ano até 15 de Maio de 1736, quando o substituiu interinamente Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Voltou Gomes Freire a governar as Minas, de 26 de Dezembro de 1737 a 17 de Fevereiro de 52, quando passou o cargo ao irmão, José Antonio, que neie ficou, de 17 de Fevereiro de 52 a 28 de Abril de 58. Reassumiu-o o conde de Bodabela em 28 de Abril de 58 e o conservou até morrer, no 1.º de Janeiro de 63. (R. Garcia, nota a Varnhagen, *op. cit.*, V, 360.

(2) Carta-regia de 29 de Outubro de 1733, nomeára Gomes Freire eventual sucessor do conde de Sarzedas, que faleceu em 28 de Agosto de 37. Entregou o logar a D. Luiz de Mascarenhas, governador de S. Paulo, em 12 de Fevereiro de 39. Voltando para o Reino, a carta-regia de 9 de Maio de 48 subordinou de novo a capitania á do Rio de Janeiro, e nessa condição continuou, até a vinda do morgado de Mateus, Julho de 1765.



Em 1726, reconheceu Vahia Monteiro: “Esta terra é hoje um império, donde carrega todo o trafico a America e descarrega todo o peso e aviamento dos governos das Minas Gerais e São Paulo, que importa muito que os ministros que viêrem para esta Cidade sejam homens de grande inteireza e talento...” (1). Até 1766, quando o vice-rei conde da Cunha mandou pavimentar a rua da Vala, esta era o limite, correndo ao longo do muro que o brigadeiro Massé fizera entre os morros da Conceição e de Santo António — extenso e inútil, a defendê-la d’outra invasão, como a de Duclerc (2). Beirando o mar, já as casas dos negociantes rompiam pela praia, n’uma invasão desordenada, que começára em 1716 (3). No perimetro urbano — entre a igreja do Rosário dos pretos, na Vala, (4) e os trapiches da rua Direita, sobre a maré — grandes edificios testemunhavam a opulencia da praça. Igrejas artisticas — surgiram a Gloria do Outeiro (5), Santa Rita (6), Carmo, São Pedro (7), Lapa do Desterro (8)

---

(1) *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 145.

(2) Gastou-se no muro cerca de 70 mil cruzados, *Publ. cit.*, XV, 214; mas na opinião de Vahia Monteiro era inutil, *ibid.*, XV, 116.

(3) *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 73. Começou a construir-se em 1714.

(4) Gomes Freire: “esgotou a cidade por meio de uma vaia, de todas as aguas que faziam a sua habitação menos saudavel...” *Jubilos da America*, cit.

(5) A data gravada no pórtico é 1726. Foi doada a Mitra em 1753. Antonio de Caminha, seu ermitão, esculpiu em 1708 a imagem que, enviada para Portugal, foi ter a Lagos (Fr. Antonio de Santa Maria, *Santuário Mariano*, VI, 449, Lisboa, 1719).

(6) O hospital do Carmo é de 1733, a igreja da Ordem 3.<sup>a</sup> começou a ser feita em 1752.

(7) Principada em 1733, é notavel pela planta redonda, de que se tornou o primeiro modelo no Rio, talvez na colonia. Em 1739 o bispo Fr. Antonio de Guadalupe fundou ao lado o Seminario dos orfãos, *MACEDO, Um Passelo*, II, 6.

(8) O Seminario da Lapa foi creado por prov. de 2 de Fevereiro de 1751. Fundou-o o P. Angelo de Siqueira, a quem se deve o Asilo de N. S. da Lapa, de Campos, destinado inicialmente a Seminario, 1750, A. LAMEGO, *op. cit.*, III, 39.

Novos conventos: — Santa Tereza, da devoção do governador, que de fato o fundou (1), clarissas da Ajuda, filhas do Desterro da Bahia (2), hospício de Jerusalem, dos capuchinhos (3). Remonstruira-se o de Santo Antonio (4), O paço do governo levou a data de 1743, decente e amplo, digno de ser real e imperial (5). “Reparou (Gomes Freire) o Aqueduto, donde bebe a Cidade, fazendo outro de maior magnificencia, e duração”: os Arcos, sem duvida a mais vistosa obra de engenharia do tempo (1744-50) (6). Edificou a “fortaleza da Ilha das Cobras” (7) e deixou o nome na inscrição da fachada da Casa do Trem (1762) (8).

(1) “Tem fundado o Convento de N. S. do Desterro, para as Religiosas de Santa Tereza, no qual emprega o que lhe resta dos gastos ordinarios da sua casa, alem das mesadas, com que assiste ha muitos anos...”, *Jubilos da America*. — As irmãs Jacinta de S. José e Francisca de Jesus Maria fundaram primeiro a capela do Menino Deus, 1742, ainda existente; e Jacinta, com a proteção de Gomes Freire e do bispo, obteve se fizesse o convento no local da ermida antiga, em 1750, MOREIRA DE AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, 1, 119. Faleceu essa irmã em 1768. Teve inicio a clausura canonica de Santa Tereza em 1780..

(2) Autorizada a criação em 1705, a pedra fundamental foi posta em 1745, pelo bispo D. fr. João da Cruz. As quatro irmãs professoras da Bahia deram começo ao noviciado em 3 de Maio de 1750, MOREIRA DE AZEVEDO, *op. cit.*, I, 107. O convento da Ajuda abrigou os tumulos provisórios de D. Maria I, da infanta D. Mariana, da imperatriz Leopoldina. Foi demolido em 1919. Em 1928 surgiu nesse local o bairro da Cinelandia.

(3) A arquitetura é de Alpoim, 1740, *Invent. dos Docs.*, VII, 328. Gomes Freire mandou fazer o Hospício para os capuchinhos italianos em 1739-42. A rua chamou-se dos Barbonos. Na sua horta o des. Castelo Branco plantou os primeiros pés de café no Rio, 1771, MOREIRA DE AZEVEDO, *ibid.*, I, 129.

(4) A remonstrução total começou em 1750, Frei BASILIO ROWER, *O Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro*, p. 144, Rio 1937.

(5) O arquiteto foi Alpoim, como diremos. 1743 é a data que se conserva no dístico sobre a porta principal do Paço da Cidade (nome que teve no reinado de D. João VI e no Imperio, para distingui-lo de S. Cristovão, residencia do soberano fóra da cidade propriamente dita).

(6) Lápides no local confirmam as datas, vd. NORONHA SANTOS, *Rev. do Serv. de Patr. Hist.*, n. 4, 23. Parte da pedraria velu de Lisboa, já em 1741, *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 102. A planta do Aqueduto foi influenciada pelo das Aguas Livres, de Lisboa, gloria do reinado de D. João V.

(7) *Jubilos da America*, *cit.*

(8) Inscricão na portada — hoje Museu Historico Nacional: “*Lustadum primo Josepho scepra tenente, qui regum exemplum est, maximus orbis honor, et Bobadeila comite imperitante ubi auras hae est millitibus confabricata Domus. Ano Dni. MDCCLXII*”.

## O CASO DA SÉ'

Até 1749 dividia-se a cidade em duas freguezias, Sé e Candelaria. Teve mais duas, Santa Rita e S. José, por alvarás de 5 e 30 de Maio de 1753 (1). A necessidade de mudar a Sé do morro do Castelo para a praia induziu o cabido — em 1734 — a transferir de surpresa a imagem de S. Sebastião para a igreja da Santa Cruz dos Militaes, com os protestos da Irmandade respectiva (2). Mas a igreja ameaçava ruína, e o corpo capitular passou para a de Nossa Senhora do Rosario (1 de Agosto de 37), mais espaçosa, embora incompleta, onde ficou, sempre à espera de tectos próprios, até 1808 (3). De fáto se cuidou de fazer catedral condigna, no largo de S. Francisco de Paula. Lançou-lhe a primeira pedra Gomes Freire, em 20 de Janeiro de 1749. Interrompeu as obras em 1752, premido pelas despesas militares, e parece que só as retomou o conde de Rezende, em 1796, para abando-

---

(1) Até 1809, quando foi creada a de S. João Batista da Lagôa, persistiram as quatro freguezias. Vd. F. B. MARQUES PINHEIRO, *Irmandade do Santissimo Sacramento da Rreguezia de N. S. da Gloria*, p. 8, Rio 1899.

(2) C. R. de 27 de Out. de 1733 autorizou a transferencia, *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 302, mas a de 11 de Agosto de 39 mandou indicar outra Igreja.

Data a irmandade militar de Santa Vera Cruz de 12 de Julho de 1700. MACEDO, *Um Passelo* etc., II, 253. O templo actual começou a ser feito em 1 de Setembro de 1780, pelo risco (não direcção) do brigadeiro José Custodio de Sá e Faria; e foi sagrado em 1811, com a assistencia do Principe Regente. As obras de falha são ai de mestre Valentim, MACEDO, *ibid.*, II, 261.

(3) Planta de Carlos Mardel, 1747, *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 103.

Em 1808 a Sé foi instalada na Igreja do convento dos carmelitas, que teve o nome de *capela real* (depois *imperial*), e continúa com aquella dignidade: a Catedral do Rio de Janeiro. Para o Rosario se mudou, tomando o logar do capitulo, o Senado da Camara da cidade, e dall salu, em 9 de Janeiro de 1822, para pedir ao principe D. Pedro que "ficasse" no Brasil.

ná-las no ano imediato. Foram aproveitadas em 1811 para a real academia militar (1).

### VISÃO DE CONJUNTO

Não faltou a Gomes Freire a indispensável visão de conjunto, que desse à cidade melhor, ou aceiado aspecto, em contraste com o desalinhado e o imprevisito do seu crescimento impetuoso. “Procura e persuade à ereção dos Templos e simetria dos edificios para estabelecer igualmente o Culto Divino, e formosura da Cidade” (louvaram-no os acadêmicos, nos “*Júbilos*”, de 1752). Impoz ao desenvolvimento das ruas o traçado, que as retificou, da praia à Vala, e abriu o terreiro da Polé (largo do Paço) em quadrilatero ornado de casas nobres, chafariz ao centro (2), ao fundo o convento e as duas igrejas carmelitas, que lhe dariam alguma semelhança com o Terreiro do Paço, de Lisboa, posterior ao terremoto.

### O BRIGADEIRO ALPOIM

O braço direito de Gomes Freire nas obras que empreendeu foi José Fernandes Pinto Alpoim, engenheiro e matemático, que, além das construções que dirigiu,

(1) Depois palacio da exposição de 1874 e Escola Politécnica. Muitas pedras das obras da Sé foram empregadas na construção do Teatro de S. João, depois de S. Pedro de Alcantara, que ardeu em 1853.

(2) Cf. Carta-régia de 2 de Maio de 1747. De “*chacaras* ou quintas”, em que vivia a gente abastada, falou Vahia Monteiro, 1728, *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 251. O espanholismo *chácara* indica o trato dos vizinhos do sul, que não influenciou igualmente o norte, donde, na Bahia, *quintas*, roças...

No largo do Paço — obras dirigidas pelo architecto Alpoim — se fez um chafariz artistico (autorizado em 3 de Maio de 47), substituído mais tarde por melhor obra, José Mariano Filho, *Os três chafarizes de Mestre Valentim*, p. 35, Rio, 1943.

Subsiste do primeiro plano o *arco do Telles*, uma das reliquias desse *urbanismo*.

fez na terra discipulos hábeis, que lhe continuaram a influencia. Em 1749 declarou ter de serviço 25 anos, ufanando-se de “Mestre da aula e creação do Terço da Artilharia, sendo igualmente ciênte (o que raramente se encontra) na profissão de Artilharia, de que ha dado ao prélo dous tomos, um de Artilharia, outro de Bombeiros, obras muito ciêntes e de grande utilidade: é o primeiro official destas Provincias nesta importante profissão...” (1). Aqui estava, pois, desde 1724. Sargento-mór de artilharia, foi quem inaugurou aquella aula, ou *Academia militar do Rio de Janeiro*, como lhe chamava. Para os alunos escreveu o “Exame de Artilheiros” (impresso em Lisbôa, 1744) e o “Exame de Bombeiros” (em Madrid, 1748), os primeiros que, no gênero, se publicaram em português (2).

Honram a ciência de Alpoim — perpetuam-lhe o nome — o palacio de Ouro Preto, o do Rio. cujos salões iluminados lembravam os da Europa (3), os conventos da Ajuda, e de Santa Tereza, dos capuchinhos,

---

(1) Informação de Gomes Freire, Rio, 8 de Março de 1749, *An. da Bibl. Nac.*, L, 114. Crê-se que nasceu na Colonia do Sacramento em 1695, vd. Garcia, nota a *O Uruguai*, ed. da Acad. Bras., p. 120, filho do mestre de embarcação Manuel Fernandes, um dos naufragos da expedição de Jorge Soares de Macedo, em 1680, e d'uma senhora Alpoim, de Buenos Aires. Estudou no Reino, talvez com o grande engenheiro Azevedo Fortes, a quem, nos seus dous livros, chama “meu mestre”. Depois de relevantes serviços prestados no Rio de Janeiro e nas Minas, acompanhou ao sr. Gomes Freire, em 1752. Faleceu em 1770. Vd. VIEIRA FAZENDA, *Rev. do Inst. Hist.*, v. 93, p. 348. José Basilio da Gama dedica-lhe respeitosos louvôres, lembrando aliás a amizade que o ligava a seu filho Vasco, que chegou a tenente-coronel e morreu no mar, indo para a Colonia, depois da guerra das Missões.

(2) Coube a FELIX PACHECO, *Duas Charadas Bibliográficas*, Rio 1930, desfazer a lenda, de terem sido impressos no Rio de Janeiro os livros de Alpoim, na “segunda officina de Antonio Isidoro da Fonseca”. Provou que de fâto existiam as tipografias de José Antonio Plates, em Lisbôa, e de Francisco Martinez Abad, de Madrid, indicadas no frontispicio da obra. Até a cabal demonstração de FELIX PACHECO se julgára supostos aquelles nomes, a occultarem o editor clandestino, cuja fábrica foi mandada destruir em 1748. Antonio Isidoro pouco trabalhou no Brasil.

Sobre a Academia militar, vd. o cap. XXII.

(3) Ao sr. de la Flotte a cidade pareceu opulenta, em 1757, e o palacio agradou, na festa oferecida aos officiais francêses, bizarra pela falta de senhoras, A. TAUNAY, *Viajantes do Brasil Colonial*, p. 112, S. Paulo 1938.

o Aqueduto, a Casa do Trem. E a harmonia, a dignidade dos seus projéto de conjunto, como o largo do Paço.

### A RELAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

A requerimento dos moradores das Minas, que queriam os processos despachados com rapidez em tribunal próximo, creou El-rei, em 16 de Março de 1751, a Relação do Rio de Janeiro, tirando à da Baía as comarcas do sul (1). Essa divisão de jurisdições importava a virtual transferencia do governo da Baía, para o lugar donde as Minas, São Paulo e a fronteira meridional já eram administradas e socorridas, o Rio de Janeiro. O ato completar, que se praticou aliás sem maiores explicações, consistiria na mudança da capital, doze anos depois. Instalou-se a Relação em 15 de Julho de 52 (2), com oito desembargadores do Reino e dous da Baía.

---

(1) Doc. in *An. da Bibl. Nac.*, L, 272. Desde 1734 se tratava dessa criação, lembrada de novo, em 1740, pelo Guarda mór Pedro Dias Paes Leme.

(2) Carta do chanceler João Francisco Pereira de Vasconcelos, *An. da Bibl. Nac.*, L, 247.

## VIII

### FRONTEIRAS DE NORTE E SUL

A pilhagem do Rio de Janeiro por Duguay-Trouin não foi a única consequência da intervenção de Portugal na guerra a Luiz XIV. O tratado de Utrecht compensou-lhe fartamente os prejuízos.

#### UTRECHT

Frágil, bem se viu, era o poder marítimo de Portugal então: n'um congresso de paz (qual o que, em Utrecht, pôz fim à guerra de tantos anos) grandes diplomatas valiam por várias esquadras. O conde de Tarouca e D. Luiz da Cunha souberam encaminhar as negociações para um ajuste de limites na America razoavel e sagaz: ganharam com a sua habilidade o que, por força das armas, custaria um preço incalculavel. E ganharam duplamente: assim a demarcação de direito que a justificava. Esse principio era dação que propuzeram, como a preliminar, do principio posse efetiva e pacifica anterior à guerra, que devia prevalecer sobre a conquista, sobre a usurpação e a violencia: embora ainda não se chamasse o de "uti possidetis" (designação que teve depois), já era a doutrina do tratado de 1750, estabelecida em linguagem simples e clara. O tratado geral de paz levou a data de 11 de Abril de 1713; e o de paz e amizade entre Portugal e Espanha, que lhe foi complementar,

6 de Fevereiro de 1715 (1). Neste se estabelecia: praças e territorios “se restituirão sem reserva alguma; de sorte que os limites e confins das duas monarchias ficarão no mesmo estado que tinham antes da presente guerra” (Artigo 5.º) (2). Tal “statu quo ante bellum” consagrava a mesma teoria do tratado de 1668 (igualmente inspirado pela idéa do “uti possidetis”) e completava-se com a devolução imediata da Colonia do Sacramento aos portuguezes.

### O AMAZONAS

Quanto aos francêses, cederam tudo o que os dous felizes plenipotenciários reivindicavam. Regozijaram-se eles: “Tudo o que pretendiamos de França a respeito do Maranhão, era a desistencia das terras do cabo Norte, e não se esperavam d’antes mais que aquelas em que se achavam os fortes de Araguari e Camaú: mas agora nos ficam cedidas sem alguma limitação, antes com grande aumento de nos darem em propriedade toda a margem septentrional do rio das Amazonas; e na verdade que, se quizermos intentar o commercio por este rio, como já se mostrou que era fácil, chegando as tropas portuguezas até Quito e vizinhança do mar do Sul, podemos julgar de suma importancia ter esta porta franqueada no Perú, a qual El-Rei de França reconhece que nos tóca, e lha fechamos a ele supôsto que nem para uma, nem para outra circumstancia tivessesmos ordens” (3).

---

(1) O tratado de suspensão de armas foi mandado publicar no Brasil em 9 de Março de 1713, *Doc. Hist.*, XLII, 113; e as festas comemorando a paz, em 16 de Novembro, *ibid.*, p. 305.

(2) Vd. CORRÊA LUNA, *Campaña del Brasil*, I, 445.

(3) EDUARDO BRAZÃO, *Relações Externas de Portugal, Reinado de D. João V*, I, 267. — Note-se que pelo tratado de 1703, contra a França, impuzera el-rei de Portugal: “Que não se poderia fazer a paz... sem



Não podia ser maior o exito diplomático. Fixava a fronteira norte na barra do Oiapock (art. 8.º), com a declaração solene de que o rei de França desistia “de toda a pretensão sobre a *navegação e uso* do rio das Amazonas...” (art. 11.º...) (1). Coroava de golpe o sonho antigo do padre Figueira e de António Vieira, d’um dominio amazônico livre de intrusos, e o esforço metódico de missionários e capitães que o tinham defendido até aí, descoberto e desbravado. Triunfo perfeito e imenso — confinava os francêses da Guiana no seu núcleo de Caiena e impedia-lhes definitivamente a expansão para o sul!

Se a mesma vitória de firmeza e persuasão desse a Portugal a posse dos campos adjacentes a Colonia do Sacramento, o Brasil estaria nitidamente delimitado, da zona equinocial às margens do Prata.

Era um cruel episódio, que continuava... Continuaria mais de um século!

## A PERDA DA NOVA COLONIA EM 1705

Restaurada, como vimos, a “Nova Colonia” em 1683, prosperava com bôa lavoura de trigo e exportação de couros (além de alguma carne salgada) (2) quando sobreveiu a guerra da “sucessão de Espanha”.

Governava-a um soldado enérgico e inteligente, Sebastião da Veiga Cabral. Pressentira o perigo d’uma

---

que ele cedesse qualquer direito que pretendesse ter ás terras do Cabo do Norte, as quais pertenciam ao Estado do Maranhão”, não obstante o tratado provisional, de 1700.

(1) Vd. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, *Fronteiras do Brasil*, ps. 115-6.

(2) Veiga Cabral enviou varias pipas com carnes salgadas para a Bahia, numa tentativa de iniciar esse commercio, só devêras interessante quando se descobrisse o sistema de “xarquear”, introduzido no Rio Grande por um cearense, no segundo quartel do século XVIII, como diremos.

luta desigual e pedira auxílios ao Rio de Janeiro e à Baía. Desta lhe mandou o governador geral 600 homens em 1703 (capitães Luiz Tenorio de Molina e Manuel de Moura da Camara) (1) e um navio carregado de farinhas. Pouco teve do Rio de Janeiro (2). Em Buenos Aires, porém, os moradores queriam a guerra, para livrar-se do pequeno comércio português, defronte; e os jesuítas espanhóis, receiosos de que lhes desencaminhassem os índios das "reduções". Foi com alegria que o governador Valdez Inclán cumpriu a ordem para atacar a Colonia. Por terra e água a investiu 4 de Outubro de 1704), com 480 espanhóis e mais de 4 mil índios. Mas, por seis mezes, debalde tentou ganhar a fortificação e esmagar-lhe a defesa. Veiga Cabral e os seus soldados bateram-se com admirável tenacidade, embora sem esperança de melhor sucesso, pois, com o apertado cerco em que estavam, teriam de optar entre a capitulação pela fome ou a morte em campo aberto. Salvou-os uma esquadra de quatro navios do Rio de Janeiro, que repeliu os barcos espanhóis de bloqueio e transportou para aquela praça o bravo governador e todos os portugueses (4 de Março de 1705) (1). Acolhidos aqui com honras e festas, van-

(1) ROCHA PITTA, *Hist. da Amer. Port.*, p. 365. E MIRALLES, *Hist. Mil. do Brasil*, ps. 160-1.

(2) E' de 1703 o roteiro, por terra, da Colonia a Laguna, beirando o mar, de Domingos da Filgueira, cf. AUGUSTO PORTO ALEGRE, *A Fundação de Porto Alegre*, e FERNANDES BASTOS, *Anais do II Congr. Sul-Riograndense*, 1, 298.

(3) Vd., sobre o episodio e bibliografia, JONATAS DO REGO MONTEIRO, *A Colonia do Sacramento*, I, cap. IV e V, Porto Alegre 1937. O governador do Rio esclareceu, o exito da retirada se devia á fragata guarda-costa, que dispersou os navios inimigos, *Invent. dos Docs.*, Bibl. Nac., VI, 299 (Rio 1921). Ha na Bibliotéca d'Ajuda (Lisbôa) um codice inédito, *Representação estudiosa e util para as Maj., grandeza e vassallos de Portugal. Dedicado a Seren. Maj. do Snr. Rei D. João o V. Feita por ordem do Snr. Rei D. Pedro o 2.º. Composta pelo sargento mór de batalha Sebastião da Veiga'*.

Era irmão de dous outros militares, Francisco Xavier da Veiga Cabral, General de batalha, que serviu 60 anos, e Francisco da Veiga Cabral, também general, que morreu governador de Traz os Montes. Foi seu herdeiro Francisco Xavier, como disse o sobrinho, ajudante

gloriaram-se de não ter deixado aos vencedores pedra sobre pedra, na Colonia arrazada (1). Valdéz Inclán completou-lhes o trabalho, acabando com os ultimos vestigios da occupação portugueza: e voltou Prata ainda uma vez, ao exclusivo dominio de Espanha.

Patenteara-se o erro da edificação da Colonia em terreno desfavoravel, plano e escasso, impossivel de defender-se sem o auxilio d'uma frota poderosa, que lhe protegesse o porto, a linha de abastecimentos e a retirada. Sem esquadra, valeria pouco

A praça, que avassala, e que domina

O gigante das aguas, e com ela

Toda a navegação do largo rio... (2).

Pensára-se, é certo, n'outro estabelecimento, mas em Montevidéo, logar defensavel, em face do oceano, junto ao sêrro onde um castelo seria amparo eficiente e soberbo. Assim propuzéra D. Francisco Naper de Alencastre, e em 1702 se lhe aprovára a idéa (3). Não se executou logo por ter reventado, no ano seguinte, a guerra "de sucessão da Espanha". Tal demóra a

---

do marquês de Lavradio, Francisco Antonio da Veiga Cabral, em 1768, *Invent. dos Docs.*, II, 206. Em 1717 requerera o senhorio da ilha de Santa Catarina, *Documentos Históricos*, XLIX, 218. Contamos como se envolveu no levante de Ouro Preto, sufocado pelo conde de Assumar, que o remeteu preso para o Reino, onde faleceu, no Castelo, em 1730. Isto nos diz CAMILLO CASTELLO BRANCO, *Sentimentalismo e Historia*, p. 154 nota, Porto 1897, dando-lhe o nome de João e perpetrando outros equívocos a respeito do nosso heróe.

(1) Um dos companheiros de Veiga Cabral era o capitão de cavalos Leonel da Gama Belles, (prisioneiro na expedição de Jorge Soares de Macedo, capitão em 1700, doc. ns. no arq. do Autor). bisavô do poeta José Basílio da Gama, cujo poema *Uruguai*, 1769, celebrizou a contestada região limitrofe. O bastão de comando de Veiga Cabral está no convento de Santo Antonio, por doação e ex-voto do general.

(2) O *Uruguai*, canto II, p. 27 (Vd. edição da Academia Brasileira, Rio 1941).

(3) "...D. Francisco Naper de Alencastre foi o que inculcou a povoação nas terras de Montevidéo..." parecer do Conselho Ultramarino, 1703, *Invent. dos Documentos*, VI, 275.

prejudicou sem remédio. Retomada em 1724, frustrara-se-ia por inoportuna, ou temerária... (1).

A obsessão da Colonia do Sacramento entrara os espiritos; e projetou-se no tratado de Utrecht como um desagravo.

## DEVOLUÇÃO DA PRAÇA

Os diplomatas portugueses obtiveram que do Tratado contasse a devolução de "territorio e colonia do Sacramento", que se daria sem demora ou subterfugio. De fáto, o capitão mór de Santos, Manuel Gomes Barbosa (soldado da guerra passada, naquele governo desde 1709) foi nomeado — em 20 de Setembro de 1715 — governador da praça a ser restaurada; organizou no Rio de Janeiro uma expedição, com duas companhias de infantaria; e tomou posse de suas funções, sobre as ruínas da Colonia, em 16 de Novembro de 1716.

Governava Buenos Aires o mesmo Baltazar Garcia Rós, que a conquistara dez anos antes. Á primeira notícia da restituição, pactuada em Utrecht, opuzêra os seus reparos, achando-a nefasta para os dominios de Espanha; e esta mesma opinião manifestaram os moradores de Buenos Aires. Sem poder anular o tratado, Garcia Rós lembrou a maneira há-

---

(1) LUIS ENRIQUE AZAROLA GIL, *História de Colonia del Sacramento*, p. 84, Montevidéo, 1940. E' curioso que o Conselho Ultramarino, em 1703, sem atinar com a vantagem geográfica de Montevidéo, insistia: "por ora trate só de fortificar a Nova Colonia do Sacramento..." Sebastião da Veiga Cabral opuzêra-se ao estabelecimento de Montevidéo, carta de 16 de Maio de 1702, dizendo: "não se deve edificar para se perder..." De fáto, sem o dominio do mar, e isoladas do continente por uma vasta região deserta, ou infestada de indios hostis, nenhuma das duas praças se poderia manter.

Ao ser concluído, entretanto, o pacto de Utrecht, o governo português pensava em ocupar Montevidéo. Preferiu a Colonia, "e para a sua guarnição e defesa o terço que foi destinado para Montevidéo...", *Inventario dos Doc.*, VI, 369.

bil de neutralizá-lo, que era ceder apenas o que “possuíam” os portugueses em 1705, isto é, a fortaleza com o território que alcançasse uma bala de canhão...

(1). Sensível aos embargos vindos do governador e do povo de Buenos Aires, a côrte de Madrid começou a atender-lhes, mandando protelar a entrega da praça (ordem que chegou fóra de tempo) (2), e, em seguida, aceitando a interpretação, do “alcance do tiro de canhão”, que devia ser sustentada a todo custo. Portanto, desde 1717, o auspicioso tratado de Utrecht deixou de prevalecer nas suas pacíficas intenções, quanto ao rio da Prata: reabriu-se o problema da guerra latente, da guerra virtual, insolúvel.

Lisbôa e Madrid não se entenderam mais na definição do “território” cedido. Para Portugal, era toda a margem direita do Prata (3); para Espanha, limitava-se à faixa coberta pelos tiros disparados da Colonia,ilhada no seu baluarte, sem campos de abastecimento, sem lavouras que a alimetnassem, sem gados de que se valesse para o açougue e o commercio...

Repôsta a questão nestes termos, quiz o governo português prevenir a occupação da costa, alem da Colonia, tomando, antes dos espanhóes, a enseada de Montevidéo. O mestre de campo Freitas da Fonseca ali se instalou, com uma pequena força expedicionaria, em 1723 (4). -Ato continuo, o governador de Buenos Aires, Don Bruno de Zabala, que, de longa data, tinha

---

(1) Carta de Buenos Aires, de 7 de Dezembro de 1715, in CORRÊA LUNA, *Campaña del Brasil*, I, 453.

(2) Real cédula de 11 de Outubro de 1716, aceitando a interpretação do “alcance da bala”, CORRÊA LUNA, *op. cit.*, I, 461, e de 26 do mesmo mez e ano, mandando retardar a entrega da Colonia, *ibid.*, I, 463. A prêssa com que se houve o governo português obstou a que esta tivesse feito.

(3) Já o governador do Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1703: “... a dita posse deve estender a todas as mais terras que se seguem que ficam da parte da margem do rio da Prata oriental...”, *Inv. dos Docs.*, VI, 279.

(4) AZAROLA GIL, *Hist. de Colonia del Sacramento*, p. 84.

instruções para fortificar aquela posição, saiu com muita gente para desalojá-los (1). A luta assumiria proporções extensas. Terminaria em todo caso desfavorável aos portugueses (2), em menor numero, e distantes d'uma base de suprimentos — o Rio de Janeiro. Em face da resolução de Zabala, que, por terra e mar, se lançou sobre Montevidéo, resolvido a reavê-la de qualquer modo, Freitas da Fonseca preferiu retirar-se sem combater. Evitava um assédio, semelhante ao que sofrêra Veiga Cabral, ou um desastre analogo ao de D. Manuel Lobo. Em 19 de Janeiro de 1725 (chegára em 22 de Novembro anterior) reembarcou a sua gente. Abandonou ao competidôr a coibida península (3).

Não se contentou Zabala com a posse do terreno: fundou ali um posto militar, convocou várias familias rurais, de Buenos Aires, para colonizá-lo, e lançou enfim os fundamentos de uma praça forte. Montevidéo não seria mais inquietada pelos portuguezes, que perderam em 1724, simultaneamente, a banda oriental do rio da Prata e a possibilidade de conservar muito tempo a sua Colonia do Sacramento, solitária em frente a Buenos Aires, de fáto separada definitivamente do "conjunto" brasideiro.

---

(1) Nota escrita pelo filho de Zabala, e apósta ao seu Dario: que o rei de Espanha lhe dera ordem, em 1716, para povoar e fortificar Montevidéo, vd. PEREIRA PINTO, Limites do Brasil, *Rev. do Inst. Hist.*, XXX, 2.<sup>a</sup> parte, p. 203. Em 1716, Real cedula de 11 de Outubro, CORREA LUNA, *op. cit.*, I, 461, mandou o rei a Garcia de Rós impedir qualquer desembarque portuguez em Montevidéo ou Maldonado. A autorização para povoar e fortificar, pediu-a Zabala, e velu em cedula real de 13 de Novembro de 1717, CORREA LUNA, *ibid.*, I, 466, o que cumpriu o governador. Vd. tambem FALCÃO ESPALTER, in *Hist. de la Nacion Argentina*, III, 576.

(2) Os espanhões "lhe arrebataram o gado, pondo-se tambem em termos de lhe embarçar á agua, o que visto pelo comandante se resolveu a retirar-se...", *An. da Bibl. Nac.*, L, 444.

(3) L. E. AZAROLA GIL, *Los Origenes de Montevidéo*, p. 84, Buenos Aires 1933. O governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha, mandou prender Freitas da Fonseca e os seus officais; mas foram soltos por carta de 30 de Março de 1725, *An. da Bibl. Nac.*, L, 445.

A doutrina de Utrecht (o limite natural do rio da Prata) teria de ser revista em 1750 (tratado de Madrid: em vez do "limite natural", o "uti possidetis"...). Não mais o Prata, porém o rio Uruguai e os seus sete povos...

### FORTIFICAÇÃO DA COLONIA

Mudou contudo el-rei — em 1718 — levantar na "nova Colonia" fortaleza de quatro baluartes traçada por um dos engenheiros do Rio de Janeiro e guarnecida por um terço de 500 homens (1). Em 1721 entrou a governá-la Antonio Pedro de Vasconcellos, que por vinte e oito anos exerceu com valôr inexcêdível o comando e a administração da praça (2). Tres lévas de imigrantes portuguezes, 60 casais em 1717, 60 em 1718, 60 em 1719 (3), déram-lhe animação e prosperidade. A exportação de couros, o contrabando de Buenos Aires, de que se tornou o fácil entreposto, o commercio com os espanhões, apesar de proibido do lado de lá, enriqueceram a pequena população da Colonia até 1736. Já em 1722 abrangia 18 ruas, quatro terreiros, 327 casas (4). Por isso mesmo os vizinhos, preocupados, impacientes, quizéram destrui-la; acabaram destruindo...

---

(1) *Inventário dos Docs.*, VI, 369. Em 1735, porém, eram "quatro montões de terra que aqui se acham já arruinados...", confessou o padre Diogo Soares, *Inv. dos Docs.*, VII, 135.

(2) Em 1749, pobre e enfermo, o honrado governador requereu a el-rei não lhe fossem emhargados os soldos, *Inv. dos Docs.*, in *An. da Bibl. Nac.*, L, 60. Depois, contra o tratado de 1750, pleiteou a conservação da Colonia, respondendo-lhe Alexandre de Gusmão.

(3) *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 350-1.

(4) Vd. FRANCISCO CAPURRO, *La Colonia del Sacramento*, p. 28.

## IX

# A GRANDE EXPANSÃO

O “período do ouro” podia chamar-se também — da ocupação sistemática do território.

### LINHAS GERAIS

O equilíbrio anterior rompêra-se. O litoral, com as lavouras, a vida estável e os portos de comércio, perdêra a sua função de deter, de fixar uma população resignada a imitar ali os costumes portugueses. O interior passára a valer mais do que a costa, os campos mais do que as vilas, a busca das minas mais do que o açúcar, o tabaco, o gado e a mandioca. Antes, fóra os paulistas e vaqueiros do nordeste, os missionários e préadores de índios, ninguém queria aventurar-se pelos sertões. Os pioneiros escasseavam. Para a guerra ao gentio eram recrutados, em São Paulo, sertanistas ferózes e práticos. A bôa gente, dos engenhos, continuava, enraizada nas suas propriedades, o trabalho e os hábitos dos avós. Agora, era diferente, porque ambicionavam todos o ouro fácil: e havia proibir a entrada, a saída, a evasão de braços úteis, as tropelias na região mineira, crimes, contrabando, revoltas de “régulos”, desatinos de toda sorte.

O desbravamento orientou-se sobretudo da Baía, do Rio de Janeiro e de São Paulo, para o sul e o oeste, atraído por quantos rios corriam entre o São Francisco (limite e caminho das explorações auríferas) e os “ge-



rais" de Curitiba, e entre o massiço florestal de Porto Seguro e os "goiazes". Partiu da Baía, em fôrma de leque, para o Salitre e os rumos do Piauí (roteiro da Casa da Torre na conquista do médio São Francisco, em 1674) donde, por este rio, alcançava as cabeceiras do rio das Velhas, (1) Sabará, e as Minas. Aí Manuel Nunes Vianna estabelecera, de 1703 a 1709, a concentração "emboaba" opôsta aos paulistas que entravam por Taubaté, a Mantiqueira, o rio das Mortes. O itinerário do São Francisco ficou sendo o dos "baiânos" (homens de negocio de Pernambuco e da Baía, portugueses que preferiam a longa viagem, mais segura, do que a travessia dos desertos, retirantes das Minas, que passavam, devotos, pela gruta de Bom Jesus da Lapa). Em 1700, porém, sobrelevou o de Cachoeira, vila de João Amaro, rio das Contas, rio Pardo, que levava às ricas *minas novas*.

A estrada aberta por Garcia Rodrigues Paes através do Paraíbuna facilitou, como vimos, a penetração dos "emboabas" do Rio de Janeiro, que antes subiam por Parati, Cunha, Guaratinguetá, para os rios Verde e das Mortes — encontrando-se nas mesmas montanhas com os aventureiros procedentes de léste e norte.

De São Paulo saíram as "bandeiras" descobri-dôras — após a luta das Minas — para Goiaz e Mato Grosso, que elas integraram no "conjunto" brasileiro.

## O CAMINHO DAS MINAS NOVAS

Adquiriu súbita importancia a expansão de Cachoeira para os rios das Contas, Pardo e Jequitinhonha,

---

(1) Exemplo: carta do bispo do Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 1703: "As Minas chegaram uns religiosos da Ordem do Patriarca de S. Bento e outros do Carmo, entrados do sertão da Bahia ao Ribeiro, chamado das Velhas...", *Inventario dos Documentos*, VI, 282.

que, dous seculos depois do descobrimento do Brasil, recalrava enfim tupís e tapuias, errantes por matas e serras, para o vale do rio Dôce. A Baía chegára — foi em 1700 — um sujeito com amostras de ouro recolhido no distrito de Jacobina (ou no rio das Contas) (1). Logo, para averiguar tais jazidas, o governador geral mandou o capitão Antonio Alvares da Silva com um frade do Carmo, que era paulista, experiente de metais, e dez soldados. O capitão não achou, de fáto, as minas propaladas, porém outras, que não puderam ser exploradas pela proibição constante da carta régia de 9 de Junho de 1703. Não queria el-rei que se abrissem nóvos veios de oiro, quando tanto transtorno — além das ambições estrangeiras — causavam os conhecidos, e trabalhados... As minas ficavam já espalhadas por uma vasta área, como informou D. Rodrigo da Costa em carta de 21 de Abril de 1705: “mandei logo aos exploradores das minas da capitania do Espirito Santo, aos de Jacobina e do Serro do frio e Itacambira, não continuassem mais com tais trabalhos; nas primeiras, assim se executou, mas nas do Serro do frio os seus descobridôres e mais encarregados, ou fosse pela ambição do ouro, que iam descobrindo em abundancia, ou... extraviadas as minhas cartas... continuou-se nas suas lavras, com muita gente que tem concorrido...” (2).

---

(1) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 434, não precisa a data. No *codice Sabugosa* ms. no Inst. Hist. (vd. P. CALMON, *História das Bandeiras Bahianas*, p. 126), se fala de uma esmeralda, da zona do rio de Contas, que Antonio Guedes de Brito ostentava no chapéo.

(2) INÁCIO ACCICLI, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, VI, 17 (anot. de Braz do Amaral), Bahia 1940.

Note-se que é de 18 de Março de 1705 a patente confirmando a Antonio Soares Ferreira a capitania-mór do Serro do Frio e Itacambira, *Anais do Arquivo Publico da Bahia*, IV, 217.

## TIETÊ E PARANA

A expansão paulista, para Mato Grosso, derivou de muitos ataques feitos às missões jesuíticas no decurso de todo o seculo XVII. Pondo as suas canôas no Tietê e ganhando o Paraná, portugueses e paulistas obtinham, de logo, a apropriação de um meio de guerra e viagem — as frotas ou “monções”, e os rios que lh’as levariam aos confins do Paraguai — extremamente favoravel para a sua audacia sertanista e a sua pericia de navegadôres eximios. Vários açorianos ou reinôes, provindos dos portos portugueses, homens do mar, antigos embarcadiços, figuram naquelas expedições. A inclusão do imenso territorio a oéste do Paraná na colonização brasileira pertence à sua iniciativa, de “marinheiros do sertão”: os batelões de Arariaguaba (Porto Feliz) representam, na sua aventura, o papel das caravélas no ciclo dos descobrimentos. Enquanto as Minas Gerais, a penetração do nordéste, o deslocamento para os “campos gerais” de Curitiba, e depois, a ligação destes com os da Vararia, representam a conquista terrestre, “mamaluca”, gradual, dos espaços reclamados pela cobiça dos “bandeirantes”, o apossamento de Mato Grosso corresponde ao dominio das comunicações fluviaes, à superioridade “portuguêsa” do navegante, sobre o espanhol, mais propenso à cavalaria e à luta em terra firme (1), vantagem de técnica e espirito nautico que se exerceu assim na bacia amazônica como no povoamento de Cuiabá (2).

---

(1) Vd. DOMINGO F. SARMIENTO, *Facundo*, cap. 1, p. 3. “...Porque todos montam a cavallo”, os de Assunção, diz um documento de 1695, *Inv. dos Docs. de Marinha e Ultramar*.

(2) Note-se que muitas denominações, comuns ao mar e ao sertão, abonam a tésese expôsta. “Armação” era como se chamava o aviaamento das “bandeiras”, com o mesmo sistema de empréstimos e risco das armações maritimas (ALCANTARA MACHADO, *Vida e Morte do Ban-*

## O ROTEIRO DE MATO GROSSO

Documentos castelhanos de 1680-90 aludem a um campo entrincheirado de paulistas no Mboteteú (ou Miranda), perto da antiga povoação de Xerez, por eles destruída. Esse aldeamento, que ameaçava, não apenas as missões do Paraguai, mas a própria Santa Cruz de la Sierra, com os caminhos do alto Perú, lhes serviu de ponto de partida para a ocupação de Mato Grosso (1).

Pascoal Moreira Cabral Leme, filho e neto de sertanistas práticos dos itinerários do Tietê, Paraná e Paraguai, (2) com parentes e sócios ali se estabeleceu. Teve porventura a prioridade da fixação, no Alboteteú ou às margens do Aquidauana: mas foi outro paulista, Antonio Pires de Campos (segundo José Barbosa de Sá, na "Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso"), que primeiro, perseguindo índios coxiponés, e lembrado d'uma "serra de Martirios", que seu pae descobrira — alcançou a chapada cuiabana. Parece que nos pantanais de Xaraés, a lagôa lendária (3), se encontraram os dous "bandeirantes". Em 1719 — um ano depois da expedição de Pires de Campos — Pascoal, informado por ele, navegou o rio Cuiabá, depois o Coxipó, atraz dos índios, cuja resistencia, entretanto,

---

*delrante*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 249). O capitalista era armador. Frota e monção, dizia-se da "bandeira" fluvial... Os índios, porém, canoieiros hábeis, tinham boa parte naquela superioridade: eram os práticos da navegação, como no Solimões viu o autor do "Tesouro Descoberto no Rio Amazonas", *Rev. do Inst. Hist.*, n.º 9, 42 (1841).

(1) AFONSO D'E. TAUNAY, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, VI, 50 (S. Paulo 1930).

(2) Vd. o doc. de 1695, sobre o território de Vacaria, e a navegação desses rios, n. 1981, *Inventário dos Docs. de Marinha e Ultramar*.

(3) Vd. ENRIQUE DE GANDIA, *História crítica de los mitos de la conquista americana*, p. 201, Madrid 1935.

o forçou a desistir da perseguição (1). Na volta reparou nas margens dos ribeiros, verificou que havia ouro, tanto no terreno como em poder dos nativos, que misturavam aos seus ornatos objéto desse metal, e a 8 de Abril (1719) mandou lavrar o termo do descobrimento das minas.

### FRONTEIRA INESPERADA

As explorações de Pires de Campos parece referir-se o ouvidor de São Paulo, na carta de 4 de Janeiro de 1719 ao conde de Assumar, que foi presente a el-rei e motivou a provisão de 12 de Agosto do ano seguinte. Convinha incentivar o povoamento daqueles confins, pois a “campanha circumvizinha diziam os praticos fora sempre frequentada da nossa gente”, e com isto os espanhóes não se estenderiam “para a nossa parte estreitando-nos o terreno”... Estabelecia-se uma fronteira viva; viva e inesperada (2). Tinha de ser mantida!

### CUIABÁ E SEUS FUNDADORES

A Pascoal Moreira não aproveitou o bom successo. Colheu escasso ouro, e, logo no ano immediato, acharam os paulistas que não era capaz de dirigi-los (sem le-

---

(1) V. CORRÊA FILHO, *As Ratas de Mato Grosso*, III, 54, S. Paulo 1925; CARVALHO FRANCO, *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, p. 187, S. Paulo 1940.

(2) *Doc. Interessantes*, XLIX, 275-8. Reconhecia el-rei “que os padres da Companhia tinham situado havia poucos anos (uma aldeia) em um sitio chamado a Lagoa grande que fica da outra parte de Paraguai, onde mandam bandeiras a recolher gentio e que com uma destas é que agora tinham falado (os paulistas) e que já o ano passado uns paulistas que se recolhiam encontraram em Paraguai uma lancha de coberta com suas roqueiras...” — A lagôa era a Xaraés.

tras e de espirito simples) e para seu capitão-mór elegeram o rico e experiente Fernando Dias Falcão. Este, antigo capitão-mór de Sorocaba e fundador da vila de Pitangui, chegára áquele logar logo depois de Antonio Antunes Maciel, a quem Pascoal Moreira mandou a São Paulo, com as amostras de ouro e as noticias do descoberto. Comandando uma forte bandeira, vingára os paulistas, da expedição do Coxiponé, batendo os indios nas adjacencias de Cuiabá, e, graças a esse triunfo, consolidou a incipiente mineração na chapada. Ao anuncio desses exitos muitos outros aventureiros ali se juntaram ao grupo inicial, entre eles os famigerados irmãos Leme, João e Lourenço Leme da Silva, que tomaram a iniciativa de substituir na chefia geral o velho pioneiro por Fernando Dias Falcão (1). Lavrou-se o termo da eleição em 6 de Janeiro de 1721 (2). Ficou aquele como guarda-mór das minas, cargo em que foi confirmado em 1725, no mesmo ano em que morreu, pobre, aos 70 anos de idade, no arraial que fundára (3).

A mudança de Cuiabá para o sitio atual se deve ao sorocabano Miguel Sutil de Oliveira, que em Outubro de 1722 achou abundante ouro de lavagem á beira-rio, no local dito "lavras do Sutil", onde a capela do Senhor Bom Jesus assinalou a definitiva séde da capitania futura.

A falta de aguas para os desmontes, como se usavam nas Gerais, e, por isso, a extração apenas do ouro de lavagem, que prontamente se esgotava, não auguravam, em todo caso, uma prosperidade dilatada. "... Queixando-se todos (avisou o governador do

---

(1) WASHINGTON LUIS, *Capitania de S. Paulo*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 90. João Leme da Silva vangloriou-se: "havla feito regente... a Fernando Dias...", *ibid.*, p. 127.

(2) WASHINGTON LUIS, *op. cit.*, p. 93.

(3) ROCHA PITTA, *Hist. da Amer. Port.*, p. 464.

Rio de Janeiro em 1726) que por falta de aguas para lavar, que se não tira muito ouro, que não choveu em seis mezes, e os dilatados campos em que o tiram com mais profundidade de cinco palmas não tem rios, diz-me um mineiro que andavam na diligencia de trazer agua de sete légoas, e que, conseguindo-o, sairá muito ouro". (1).

Os deslocamentos de população, súbitos e desorientados, completaram o destroço.

O nome de Mato Grosso é posterior. Provem da expedição dos Paes de Barros que, em 1734, saiu de Cuiabá para reduzir os Parecis, e, trasmontando campos e serras, para o oeste, "toparam com matos virgens de arvoredo muito elevado e corpulento, que entrando a penetrá-lo, o foram apelidando Mato Grosso: e este é o nome, que ainda hoje conserva todo aquele distrito (2)".

Em São Paulo, a bôa nova, de que foi mensageiro Antonio Antunes Maciel, alegrou e seduziu muita gente. Não houve mais deter os impacientes sertanistas. Afluiram às centenas para as nascentes do Paraguai, enfiando pelos vários itinerários que os seus avós exploraram e conheceram. Não temeram, como os primitivos, os selvagens, a extenuante viagem, os rios correntosos e a faina de transportarem pelos espigões, entre as corredeiras, canôas e cargas. Já o desembocar do Tietê no Paraná lhes consumia muitos dias, tal o encachoeirado e tormentoso do rio. Desciam até o Pa-

---

(1) *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 170.

(2) JOSÉ GONÇALVES DA FONSECA, Notícia da situação de Mato Grosso e Cuiabá, *Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, parte 1.<sup>a</sup>, p. 354. Chefiavam a expedição Artur e Fernando Paes de Barros, de Sorocaba. Vd. AFONSO TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, X, 8-9, que nos dá interessante memoria descritiva de Mato Grosso, de 1734 a 54. Era então regente de Cuiabá Antonio de Almeida Lara, paulista magnanimo, enteado de Sebastião Pinheiro Raposo, o das Minas do Rio de Contas, TAUNAY, *Ibd.*, p. 14. O primeiro documento onde aparece o nome "Mato Grosso" é de 1735, A. MARQUES, *Mato Grosso*, p. 12, Rio 1923.

raná, e, pelo Prado, também de navegação difícil, chegavam ao Sanguessuga, donde, por terra, galgavam o divisor de águas (do Paraguai e Paraná), até o Coxim, e o Taquarí, que rompia pela planície pantanosa largando-os na região de Xaraés. Tomavam então o S. Lourenço e, em seguida, o Cuiabá, até o arraial, onde as monções chegavam com tanto atrazo e sacrificios que as utilidades, que traziam, valiam ali preços inverosímeis. O alqueire de sal, que custava 2\$200 no Rio de Janeiro, vendia-se por 30\$940 em Cuiabá! (1).

Foi providencial — a esse tempo — a elevação de São Paulo a capitania, separada das Minas Gerais: porque o capitão-general, que lhe inaugurou o governo, Rodrigo Cesar de Menezes, deu às atoardas do oiro de Cuiabá a mesma atenção que o vulgo, e tomou a si averiguá-las pessoalmente, n'uma excursão famosa.

### GOVERNO DE RODRIGO CESAR

De fáto, o alvará de 2 de Dezembro de 1720 separou a capitania de Minas Gerais da de São Paulo, discreminando-lhe os limites (que era o das ouvidoras de S. Paulo e do Rio das Mortes) e anexando a esta as vilas do litoral, Paratí, Ubatuba, São Sebastião, Santos, que desde 1709 estavam na jurisdição do Rio de Janeiro. Tal desmembramento coincidia com a prosperidade das Gerais; não enriquecia ou melhorava São Paulo, que atravessava um periodo melancólico de decadencia e pobreza, de um lado, sem os seus distritos auríferos além da Mantiqueira, do outro, sem a animação da vida pastoril que lhe daria, mais tarde, a abertura dos caminhos do sul (com a concentração, em Sorocaba, das feiras de gado). A Rodrigo Cesar se afigurou in-

---

(1) JOSÉ GONÇALVES DA FONSECA, *Rev. cit.*, XXIX, 357.



dispensavel o aumento das minas de Mato Grosso: e vivamente se interessou por elas.

O primeiro governador de São Paulo tomou posse do cargo em 6 de Setembro de 1721. Segundo filho de Luiz Cesar e irmão do vice-rei Vasco Fernandes Cesar, era de uma familia de administradores coloniais e soldados, que florescia em grandes exemplos de dedicação à corôa: não desmereceu dos seus parentes (1).

### OS IRMÃOS LEME

Antes do mais, combateu os “régulos” ou chefes de malta que punham em terror os sertões. Os irmãos Leme eram os mais temidos. Em 1723 passaram de Cuiabá (afazendavam-se no veradouro de Camapuam) para Sorocaba, descontentes com Fernando Dias Falcão e dispostos a armar poderosa bandeira, cujos objetivos não eram conhecidos. O governador chamou-os a S. Paulo com palavras amáveis, perdoando-lhes d’ante-mão os crimes — abominaveis e numerosos — que lhes imputavam. Sabia que os dous Lemes tinham assassinado muitas pessôas, depredado as fazendas dos adversários, oprimido o povo das localidades onde apareciam como ferôzes mandões, seguidos de indios e mamalucos escopeteiros. Mas pre-

---

(1) Rodrigo Cesar de Menezes tinha então 45 anos. Fôra brigadeiro de um dos regimentos de Lisboa, cf. WASHINGTON LUIS (que largamente o estudou), *Capitania de S. Paulo*, Governo de Rodrigo Cesar de Menezes, p. 37. Participou da armada que em 1717 foi bater os turcos. Portou-se distintamente. “Rodrigo Cesar, filho de Luiz Cesar que vem na Fiscal demonstrou na ocasião como sempre...”, doc. cit. por EDUARDO BRAZÃO, *D. João V e a Santa Sé*, p. 161, 1937. Vd. tambem a patente de governador, *Doc. Int.*, XXXVIII., Elevado a sargento-mór de batalha quando no governo de S. Paulo, depois deste exerceu o de Angola, 1733-37, e morreu no mar, de viagem para o Rio de Janeiro. Conservado em sal o seu corpo, teve sepultura nessa cidade, ELIAS ALEXANDRE DA SILVA CORRÊA, *História de Angola*, I, 361, Lisboa 1937.

feriu transigir, nomeando-os provedor dos quintos del-rei e sargento-mór das minas de Cuiabá. Recusaram — em Itú — ambas as mercês, com a alegação de que só lhes servia o mais alto posto, pois Fernando Dias o desempenhava mal, e devia ser destituído. Rodrigo Cesar cedeu, e designou Lourenço Leme para cabo regente de Cuiabá: porem logo, em Setembro (1723), ordenou ao ouvidor Godinho Manso que os processasse, pelas culpas que tinham, e à viva força os prendesse. O ouvidor, destemido, reuniu suficiente tropa (de Santos, Sorocaba e outros logares) e os investiu na casa em que se hospedavam, em Itú: mas, apesar da surpresa, romperam o cerco e fugiram para Ararituaba, em cujas matas João Leme foi agarrado e morto Lourenço Leme da Silva (1). Aquele, remetido para a Bahia, condenado à morte pela Relação, foi degolado sem mais delongas (2).

### OURO DE CUIABA'

A ação energica de Rodrigo Cesar aquietou a capitania. Mandou instalar Casa de Registo para apurar o ouro devido à corôa no Rio Grande (Paraná) (3); e, de acôrdo com o Senado da Camara de

(1) WASHINGTON LUIS, *op. cit.*, p. 167. PAULO SETUBAL, em *Irmãos Leme*, S. Paulo 1934, deu a essa terrível história todo o seu realce dramático.

(2) ROCHA PITTA, *op. cit.*, p. 468. O processo correu sumário, "não alegando o réo cousa relevante em sua defesa..."

O ouvidor Godinho entrou depois em luta com o governador. Os "moradores requereram ao governador não fosse para o Cuiabá, deixando-os expostos á tirania do ouvidor...", avisou a el-rei Vahia Monteiro, razão por que o ouvidor do Rio de Janeiro saiu a "tirar residência daquele Ministro", carta de 10 de Julho de 1725, *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 24, mandado por el-rei voltar para Portugal, em 18 de Dezembro de 1726, *Publ. cit.*, XV, 193.

(3) ROCHA PITTA, *ibid.*, p. 465. Os paulistas chamavam de Rio Grande o Paraná, vd. JOSÉ GONÇALVES DA FONSECA, *Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, 385. O doc. de 1695, citado: "Fica um país chamado hoje dos

S. Paulo, fixou o pagamento dos quintos por batéas, "lançando-se a tantas oitavas por escravo", como parecera mais razoável e fácil. Anos houve em que "cincoenta mil oitavas daquele precioso metal, em capitação, dizimos, ausentes e mais pagamentos de partes" (2) saíram de Cuiabá. Os impotos de capitação renderam, em 1724, 3.805 oitavas; em 1725, 8.953; em 1726, 16.727 (3).

### O DESCOBRIMENTO DE GOIAZ

O descobrimento de Goiaz ocorreu por essa ocasião.

Prometeram realizá-lo Bartolomeu Bueno da Silva, filho do "Anhangüera", que visitára, criança, os sertões do Araguaia, e conservava, com Antonio Pires de Campos, a crença n'uma serra dos Martirios refulgente de minas opulentas; e seus genros João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado. Recebeu el-rei com agrado o oferecimento (4), e Rodrigo Cesar lhe deu todo o apoio. Partira a bandeira

---

Paulistas, vacaria, entre o Rio Grande e o Rio de Paraguai, que ambos juntos formam o celebrado rio da Prata...". Como chamavam de Anhembi o Tietê, fica esclarecida a referencia: "...navegando deste povoado pelo rio Anhembi abaixo até dar no Rio Grande e depois subindo por outro até a Vacaria. Este caminho tem suas cachoeiras onde varam canoas". (Doc. de 1695, cit.). Não confundir, pois, com o Rio Grande que deu o nome ao Estado.

(1) ROCHA PITTA, *ibid.*, p. cit.

(2) JOSÉ GONÇALVES DA FONSECA, *Rev. cit.*, XXIX, 356. Os dizimos de Cuiabá foram arrematados em 1722, por tres anos, pelo cap. Bartolomeu Paes de Abreu, que deu por eles 45 mil cruzados, *Doc. Hist.*, I, 210. Mas abriu falencia.

(3) ROBERTO SIMONSEN, *História Economica do Brasil*, II, 70. Note-se que a produção aurífera de Mato Grosso está avallada, por Calogeras, em 13 mil arrobas, sendo a de Minas Gerais de 47.500 (período de 1700-1801). Vale dizer que entre 1720-1801 Mato Grosso produziu mais ouro do que Minas Gerais nos períodos de 1700-25 (7.500) e 1725-35 (6.500 arrobas), vd. SIMONSEN, *op. cit.*, II, 95.

(4) O oferecimento foi aceito por carta-régia de 14 de Fevereiro de 1721, *An. do Mus. Paul.*, IV, 753.

de São Paulo — após o cerimonial religioso e as solenidades de estilo — em 30 de Junho de 1722. Compunha-se de 300 homens, farto material, dous capelães e sujeitos práticos, assim dos rios, que passariam primeiro, como do trato com os índios que iam encontrar. O roteiro fôra bem estudado: os rios Atibaia, Jaguari, Mogí, Pardo, Sapucahí, até o Grande, e o Parnaíba, que conduzia ao Meia Ponte, extrema da viagem fluvial. Internou-se então a bandeira pelo novo Mato Grosso (densas florestas, logo a região das Palmeiras, que conserva o nome, e as faldas da Serra geral, que, de levante a poente, divide as aguas tributárias do Paraná e do Araguaia). A idéa-fixa de Bartolomeu Bueno era a serra de Martirios. Resistiu, repetindo a história de Fernão Dias Paes Leme, à incredulidade e à fadiga dos companheiros; exigiu deles mais de dous anos de privações, doenças e desenganos no sertão ignoto; reconheceu seis ribeiros auríferos, que pagavam essas tribulações; e, com menos de um terço de sua gente, se recolheu a São Paulo em 21 de Outubro de 1725 (1). Descobriria o amplo território de Goiás.

Não foi feliz o pioneiro — depois de sua grande aventura. O capitão general que sucedeu a Rodrigo Cesar, Caldeira Pimental, quiz negar-lhe os privilegios prometidos. Foi el-rei que o nomeou, e ao genro Ortiz, superintendente e guarda-mór das minas de Goiás (provisão de 8 de Agosto de 1728), e, mandando anular a arrematação que se fizera em São Paulo de varias passagens de rios, lhas concedeu, e aos herdeiros até a terceira geração (cartá-régia de 14 de Março de 1736) (2). Ortiz seguiu para a metropole, a queixar-

---

(1) Vd. WASHINGTON LUIS, *op. cit.*, p. 205; *Americano do Brasil, Sumula de História de Goiás*, p. 38, Goiás, 1932.

(2) *Doc. Hist.*, 1, 179.

-se do governador: mas morreu em Recife. Perdeu Bartolomeu Bueno a superintendencia em 1734; e seis anos depois faleceu, no arraial da Barra, o primeiro daquele territorio, retraído e descontente (1). Agitações, correrias de indios, desordem na cobrança dos quintos (2), resistencias às ordens do governo de São Paulo, conflitos de forasteiros e antigos povoadores, fizeram necessaria a viagem do conde de Sarzedas (que substituiu a Caldeira) para aquieta-los, crear uma vila, os registros de saída e o serviço de "capitação", imposto que recaía sobre os vários arraiais (cartas régias de 12 de Fevereiro e 11 de Março de 1736). A morte o surpreendeu em plena jornada, no arraial de Traíras, a 28 de Agosto de 37 (3). No mesmo ano foi creada a comarca de Goiaz, sendo o primeiro ouvidor Agostinho Pacheco Telles (4). A interinidade do governo cabia ao do Rio de Janeiro, Gomes Freire. Exerceu-as até 12 de Fevereiro de 39, quando se empossou o novo governador de São Paulo D. Luiz Mascarenhas (5). Completou o trabalho iniciado pelo antecessor. Meteu-se

---

(1) Dizem que morreu envenenado, em Pernambuco, a instigações do governador paulista, que queria desembaraçar-se d'um acusador temível. Em 1733 Sarzedas repreendeu vivamente Bartolomeu Bueno por suas omissões, *Doc. Interessantes*, XLI, 114. D. Luiz Mascarenhas achou-o retirado e em tal penuria que, condoldo, lhe ofereceu uma arrôba de ouro, a título de indenização, o que não lhe aprovou el-rei, e a familia do bandeirante teve de devolver, depois de morto Bartolomeu, em 19 de Setembro de 1740. Vd. A. TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, X, 156.

Foi o ouvidor de S. Paulo Dr. Gregório Dias da Silva seu successor na superintendencia, *Doc. Interes.* XLI, 156.

(2) Em 1732 mandou Sarzedas "extinguir toda planta de canas que houver nessas minas..." *Doc. Interes.*, XLI, 6. Era obrigatória a passagem pelo registo de Jaguarí, e crime a comunicação com as Minas Geraes e a Bahia. A despeito disso, muitas boiadas passavam da-queles confins para Goiaz, *Doc. Interes.*, vol. cit., p. 148.

(3) De 1737, a viagem de Cuiabá a Goiaz, provavelmente a primeira, de Antonio de Pinho e Azevedo, cf. *An. da Bibl. Nac.*, LI, 406.

(4) *Rev. do Inst. Hist.*, 38, parte 1.<sup>a</sup>, p. 70.

(5) Era D. Luiz filho do 2.<sup>o</sup> marquês da Fronteira (da casa dos condes da Torre); e foi conde de Alva e vice-rei da Índia, 1754-56, onde morreu, varado de balas, no fracassado ataque à praça de Pondá,

pelo sertão, a ver as minas, fundou Vila Boa — a 25 de Julho daquele ano —, destinada a exercer a mesma influencia disciplinar e civil que tinha Cuiabá nos descobertos de Mato Grosso; e estendeu os beneficios de sua inspecção aos principais povoados.

### A VIAGEM DE RODRIGO CESAR

Quiz el-rei que Rodrigo Cesar fôsse visitar as minas de Cuiabá e erigir, para seu melhor governo, uma Vila, à maneira das que fundára nas Gerais Antonio de Albuquerque (1). Desde 1723 se preparou o capitão-general para realizá-la. Mas só lhe foi possível partir em 6 de Julho de 26. Formou grossa expedição apetrechada como convinha à larguêza e aos riscos do trajêto. Acompanharam-no um magistrado, o ouvidor de Paranaguá Antonio Alves Lanhas Peixoto, que devia acabar nas selvas da nova conquista (2); um sacerdote, nomeado pelo bispo do Rio de Janeiro visitador e vigário de Cuiabá, padre Lourenço de Toledo Taques; o secretario Gervasio Leite Rebello, o ajudante de tenente João Rodrigues do Valle, a sua guarda, 28 negros e 8 indios, enchendo esse pessoal, e a

---

vd. TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição geral e história das moedas*, etc., III, 310. Era primo do conde de Assumar. Uma elegante frase sua refere o bispo do Pará, *Memorias Inéditas*, p. 117. Camillo Castello Branco resume em nota a este livro o fim lamentavel do vice-rei, em cuja companhia morreu D. Joaquim de Noronha, filho do conde dos Arcos, com 180 soldados.

(1) Isto lembrou ele em 1731: "Diz Rodrigo Cesar de Menezes, que achando-se governando a capitania de S. Paulo foi Vossa Magestade servido ordenar-lhe passasse ao Cuiabá, não sómente a estabelecer aquele novo descobrimento, mas a crear Vila, o que executou, sem reparar nos riscos de vida...". *Doc. Hist.*, I, 201-2.

(2) Teve ajuda de custo para vir ao Brasil em 19 de Fevereiro de 1724, *Doc. Hist.*, I, 99. Foi designado para acompanhar o governador a Culabá, o que muito contrariou o ouvidor de S. Paulo, Francisco da Cunha Lobo, como disse o governador do Rio, 1728, *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 54.

matalotagem, 23 canôas em Araritaguaba. Proibira (bando de 17 de Março) que na mesma monção antes dele seguisse para as minas qualquer pessôa. Revogou-o depois. Mas, prontos para fazer-lhe séquito, achou naquele porto do Tietê cerca de 3 mil brancos e negros e um comboio de 285 canôas (cada uma das quais levava carga de 40 a 60 arrôbas), o maior de quantos tinham subido o rio (1). Porventura concorria para essa união — a modo de um exercito, para enfrentar as insidias da jornada incerta — a noticia recente de que os indios paiaguás começavam a surpreender e assaltar os viajantes, entre o varadouro de Camapuan, dominio dos desgraçados irmãos Leme, e a barra do Xanés, onde, no ano anterior, da bandeira de Diogo de Souza, de 20 canôas e seiscentos homens, apenas dous lograram escapar... (2). Os paulistas não fugiram ao repto desses selvagens; mas, em 1726, ignoravam a extensão de sua ameaça.

A expedição teve feliz transcurso pelo encachoeirado Tietê, o Paraná, o Pardo acima, à sirga, até o seu extremo navegavel, donde, pelo varadouro do Camapuan —, zona infestada dos *Caiapós* indomaveis, ganhou o ribeirão deste nome, até o Coxim e o Taquarí, região dilatada e plana, dos *paiaguás*. As dificuldades, o esforço dos canoeiros para contornar saltos e corredeiras, a habilidade em fugir aos remoinhos, às quédas d'agua, às pedras e troncos d'árvores que embaraçam a navegação; o transporte dos batelões, à força de

---

(1) WASHINGTON LUIS, *op. cit.*, p. 217.

(2) CARVALHO FRANCO, *Bandeiras e Bandeirantes de S. Paulo*, p. 208. Em 1726, no alto Paraguai, os paiaguás investiram a bandeira de Miguel Antunes Maciel e Antonio Antunes Lobo, e quasi a aniquillaram. Os dous cabos morreram das feridas recebidas. Note-se que a perseguição aos Leme não incompatibilizára Rodrigo Cesar com os paulistas. Vahia Monteiro contou, em 1726: "...em S. Paulo tomou corpo estas parcialidades, dizendo o Ouvidor que o seu intento é favorecer os filhos do Reino, que andam por cá degredados, e que o Governador não favorece senão os filhos de S. Paulo...", *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 54.

pulso, rolando sobre páos, d'um a outro caudal, as intempéries, as febres, a vizinhança da mata desconhecida e o seu habitante feroz tocaiando as monções no mistério da terra inexplorada — consumiram quatro mezes a fio. Foi em 16 de Novembro que o arraial de Cuiabá recebeu entre festas e clamôres alegres o governador de São Paulo — que lhe levava a lei, o imposto, a disciplina administrativa e a soberania portuguesa.

Creou ele, com a solenidade devida, a vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em 1.º de Janeiro de 1727. Mandou instalar a Camara, presidindo à primeira eleição o ouvidor Lanhas Peixoto. O regente Fernando Dias Falcão levantou o pelourinho, em meio de altos aplausos. Por escudo da vila lhe deu Rodrigo Cesar armas: em campo verde, um monte, com a sua arvore folhada d'ouro e a fenix, que simbolizava a revivescencia da emprêsa. Não faltariam cronistas lisonjeiros que atribuíssem ao governador o exito e a iniciativa de tudo, como se Cuiabá fosse seu descobrimento... (1). Em seguida expediu várias bandeiras de castigo ao genito, com a de Antonio Preto (logo em 3 de Janeiro), e de Antonio Borrvalho de Almeida (17 do mesmo mez). Aliviados por este lado os moradores, acoçou-os com impiedosa cobrança da capitação (seis oitavas por bateia, entretanto pagas por quantos lá estivessem), cuidou de recolher a maior renda possivel, para dest'arte afiançar o zêlo de seu governo, puniu com rigôr excessivo as desobediencias e fraudes, que se lhe opuzeram, e sujeitou a povoação, por mais de um ano, a um regimen intolerante e brutal. O ouvidor, excomungado aliás pelo padre-visitador (por se ter atrevido a soltar o vigário Manuel Rabelo,

---

(1) Aludimos a Rocha Pitta, por lisonja, evidentemente, ao vice-rei, irmão de D. Rodrigo.



que este mandára prender), abandonou a função, incompatível com D. Rodrigo. Minguaram, outrosim, as minas, trabalhadas com avidez e cêdo esgotadas. Para não aturar o fisco del-rei e a prepotencia de seu representante, muitos bandeirantes, arruinados, deixaram a vila. Em 1726, de fáto, aquele rendimento se limitára a 8.912 oitavas; e em 1727 subiu a 51.589, para baixar, no ano immediato, a 28.672... (1). Vale dizer que o governador extraíu, arrecadou, fintou o que poude!

Na ausencia de Rodrigo Cesar tomára posse, em São Paulo, o governador que viêra suceder-lhe, Antonio Caldeira da Silva Pimentel, em 15 de Agosto de 1727 (2). Em Fevereiro de 28 foi que se soube em Mato Grosso dessa mudança, e da instituição, em São Paulo, de casa de fundição do ouro, que substituiu o sistema de capitação, considerado oppressôr e injusto, pela velha fórmula de "quintação" do metal apresentado.

Em 5 de Junho, tambem de 1728, saíu afinal de Cuiabá Rodrigo Cesar. Fez sem novidade a viagem de regresso, e estava em Lisbôa no fim do ano seguinte. A nomeação que teve, em 1733, para capitão-general de Angola, cargo inferior ao que exercêra no Brasil, indica que os seus serviços não foram muito do agrado del-rei, ou então não lhe desculpou ele o episódio singular do extravio de sete arrôbas de ouro, um dos mais famosos furtos desse tempo (3).

---

(1) WASHINGTON LUIS, *op. cit.*, p. 252.

(2) O novo governador vinha sem o carater de capitão general, "com declaração de não ter jurisdição nas Minas de Cuiabá, e nas de Goiazes, enquanto se não recolhesse destas Minas o General Cesar, que com efeito chegou a esta cidade em 1728", PEDRO TAQUES, *Informação sobre as Minas de S. Paulo*, ed. de A. Taunay, p. 157. Recebeu o adiantamento de 4 mil cruzados para fazer a viagem em 18 de Fevereiro de 1727, *Doc. Hist.*, I, 128.

(3) Em 1728 o padre André dos Santos Queiroz recebeu em Cuiabá e transportou para S. Paulo caixões com as sete arrôbas de ouro del-rei, recebidos do provedor dos quintos, Jacinto Barbosa Lopes, e

As costas de Rodrigo Cesar logo decaíram, exaustas, desacreditadas, as minas de Cuiabá. Lamentou o governador do Rio de Janeiro, em 1729: ali "se perderam mais de tres milhões de fazenda, e os muitos negros que se applicaram para aquella parte teriam feito grandes serviços nas Minas Gerais, e o mesmo succederá com o muito concurso que agora vai para os Goiazes, adonde todo mundo concorre abandonando o trafico de Cuiabá e as minas de Panampanema, que me dizem, que estão desamparadas" (1).

### PAIAGUÁS E GUAICURÚS

Mais infeliz foi o ouvidor Lanhas Peixoto, pois, saindo de Cuiabá em 1730, com numerosos companheiros e carga valiosa (sessenta arrôbas de ouro de particulares e del-Rei, topou a monção, em aguas ainda do Paraguai, com ferózes indios que a assaltaram, vindo Paraguai, com ferózes indios que assaltaram, venceram e destruíram. Morreram quasi todos os brancos, entre estes o ouvidor. Umas quatrocentas vitimas, e a perda total da carregação, conseguiram os selvagens

---

do provedor da Fazenda, Fernando Dias Falção. O provedor dos quintos em S. Paulo era Sebastião Fernandes do Rego, o famigerado arrematante dos dizimos e de outros impostos, cobiçoso de riquezas, accusado de se ter locupletado com a morte dos irmãos Leme, e de muita lábia e expertise. Ao chegarem a Lisboa os caixotes, verificou-se que desaparecera o ouro: estavam cheios de chumbo de munição! Não se soube jamais onde houve a troca, se na viagem, em S. Paulo, ou no Reino. Foram presos Jacinto Lopes e Sebastião Fernandes, e a este confiscados os bens, na importância, enorme, de 800 mil cruzados. Removido da fortaleza de Santos para a prisão do Limoeiro, em Lisboa, conseguiu justificar-se; voltou, livre de culpa, para S. Paulo Cumpriu o voto de construir uma igreja á Nossa Senhora dos Remedios, se lograsse provar a inocencia: a igreja, por ele mandada levantar, rica e espaçosa, subsiste, no largo da Assembléia (hoje praça João Mendes), em S. Paulo, onde faleceu Sebastião Fernandes, em 1732. (Vd. *Doc. Hist.*, II, 122: reclamação de seus credores). A. Taunay resume a historia desse deshonesto negociante, *An. do Mus. Paulista*, X, 139-166, e nos dá noticia do seu inventário aberto em 22 de Abril de 1741.

(1) Carta 16 de Dezembro de 1728, *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 299.

no maior dos seus combates. Eram os paiaguás, que tinham tratos com espanhóis, de cujo comércio recebiam armas e provisões (1), e seus aliados guaicurús, ou cavaleiros, tapuias belicosos, indomáveis e astutos (2). Sem a união dessas tribus os mineiros de Cuiabá teriam facilmente repellido os remanescentes do gentio que lhes disputava a navegação, e tomava o passo, do varadouro de Camapuan às cabeceiras do Paraguai. Juntas, porém, dominavam este rio. Desde 1725 cometiam depredações espantosas. Pelo menos tres monções tinham aniquilado antes daquela, em que pereceu o ouvidor: em 1725, com a morte de seiscentas pessoas, em 1726, surpreendendo um grupo de negociantes que iam para Cuiabá, em 1728, dando numa bandeira de portugueses e indios parecís. Mas, até a chacina de 1730, fizeram impunemente os seus ataques. Impressionou-se o governo em São Paulo. Alarmaram-se os moradores daquele sertão. Correu o brigadeiro regente de Cuiabá, Antonio de Almeida Lara — um dos primeiros povoadores dessa terra — a castigá-los com muita gente e vivo desêjo de desfórta, e de fáto dispersou e matou quantos lhe apareceram, pelo Paraguai abaixo, até perto de Assunção (1731). O governador de São Paulo, conde de Sarzedas, mandou uma força consideravel exterminar guaicurús e paiaguás, sob a chefia do tenente general Manuel Rodrigues de Carvalho, a cujas ordens iam o capitão-

---

(1) Pertenciam os paiaguás ao grupo guaicurú, apesar de sua distincção dos guaicurús cavaleiros (e m'baiás), pois de preferencia eram canoieiros. Formavam o tipo guicurú (ou seja "inimigos dos guaranis"), "lengua, paiaguá, mbayá...", ANTONIO PARTNOY, *Estado Actual del estudio de las lenguas indigenas*, p. 17, Buenos Aires, Institución Mitre, 1936. Sá Carvalho (*O Estado de S. Paulo*, 7 de Fevereiro de 1943) resumiu em interessante artigo "a guerra contra os indios paiaguás", segundo as fontes cuiabanas.

(2) Vd. FRANCISCO RODRIGUES DO PRADO, *Hist. dos indios cavaleiros* (1795), in *Rev. do Inst. Hist.*, tomo I, p. 34, Rio 1839.

Os guaicurús têm hoje hoje zona demarcada, onde vivem, entre o rio de Nabilêque e a serra de Bodoquena, ao sul de Porto Esperança, vd. EMÍLIO RIVASSAU, *A Vida dos Indios Guaicurús*, p. 55, S. Paulo, 1941.

mór Gabriel Antunes Maciel (1), e os cabos Felipe de Campos Bicudo, Antonio Antunes Maciel e Antonio Pires Campos, experimentados paulistas. Figuravam na *monção* muitos dos veteranos das expedições precedentes, filhos e netos dos conquistadores de Goiaz, das Minas Gerais e de Cuiabá. As proporções do cometimento foram superiores aos resultados. Andou mal e irresoluto Manuel Rodrigues de Carvalho dividindo a tropa em reinões e paulistas; e errou Gabriel Antunes, afastando-se tanto dos outros que o surpreendeu o inimigo com pouca gente, “matando no primeiro (assalto) ao Cabo, que era um paulista valoroso, como também a 60 e tantas pessoas...” Sempre os remanescentes puzeram em fuga os índios retomando-lhes parte da prêsa; mas estes dêram num trôço de bandeirantes que por terra evitava as suas canôas, e os chacinaram. Manuel Rodrigues de Carvalho chegou, desanimado e sem planos certos, a Cuiabá. A noticia do desastre, porém, alvoroçou de tal sorte aquele povo, que logo se formou mais grossa expedição, com “tres balsas, nas quais se montaram duas peças de artilharia e quatro pedreiros de bronze reforçadas com 200 canôas e 800 pessoas armadas em guerra”, que saiu a rastrear os paiaguás “nos pantanais do rio Paraguai”. De fáto os apanhou sem que esperassem por tão pronta desforra, e a consequencia da abalroada foi a prisão de 250 deles, morte de muitos mais, e duzentas canôas

---

(1) Este sorocabano requerera licença para procurar ouro na Vacaria de Mato Grosso, e teve provisão para ir á guerra dos palaguás, 1 de Março de 1733, *Doc. Interessantes*, XLI, 39. O conde de Sarzedas fez um verdadeiro recrutamento de sertanistas valorosos. Gabriel Antunes morreu na luta, como dizemos.

Fontes espanholas (relatos dos comissários de limites Flores e Aguirre, cf. AFONSO TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, X, 57-8) nos informam do destino que teve o ouro roubado pelos selvagens. O principal comprador em Assunção chamava-se D. Luiz de Torquemada. Ficou com uma arrôba, comprada por um quinto do seu valor. O cacique dos palaguás, autor do morticínio, Cuatiguassú, morreu em Assunção, muito velho, em 1785.

capturadas com muito armamento, com “alguma prata adquirida do commercio que têm com os Padres da Companhia das Missões de El-Rei Católico e muitas armas polidas, como lanças, garrotes e outras semelhantes, feitas nas oficinas dos mesmos Padres...” (1).

A repressão fôra importante, não decisiva, pois em 1736 volveram os paiaguás a atacar, nas margens do Cuiabá, a monção que tornava a São Paulo, assassinando vários paulistas, como o capitão Pedro de Moraes Siqueira, seu irmão Bartolomeu Bueno de Siqueira, o franciscano frei Antonio Nascentes. Sobreviventes dessa sortida recompuzeram-se, obedecendo ao commando do capitão de mato Manuel Rodrigues do Prado, e, cheios de bravura, castigaram ali mesmo os selvagens (2).

## O TERRITÓRIO EM AUMENTO

O ouro não era tudo. Tratava-se tambem de alargar a terra. Ou antes: os particulares enriqueciam-se; mas o governo cuidava de definir nos nóvos confins da America portugûesa os seus remotos limites. Na sua carta aos vereadores de São Paulo, notificando-os da partida para Cuiabá, positivou Rodrigo Cesar: “espero que por meio de tão importante serviço se dilatem os dominios da Real Corôa e se descubram novos ribeiros, que as enriqueçam...” (3). A sua viagem e o ano em que ali ficou, contribuíram fartamente para o deslocamento dos núcleos vanguardeiros na triplice direção — tendo por centro o arraial fundado por Pascoal Moreira

---

(1) Carta de Sarzedas ao vice-rei, 20 de Fevereiro de 1735, *Doc. Inter.*, XLI, 210. E de Sarzedas a Manuel Rodrigues de Carvalho, *Doc. Int.*, vol. cit., p. 232.

(2) CARVALHO FRANCO, *op. cit.*, p. 214.

(3) Cf. PEDRO TAQUES, *Informação sobre as Mtnas de S. Paulo*, p. 156.

— dos pantanos de Xaraés ao sul, do Guaporé ao oeste, e do Arinos ao norte. Na década precedente (1710-20) a comunicação entre o Paraná e o Paraguai fôra descoberta com o varadouro de Camapuan, onde os indios irmãos Leme instalaram as suas rôças de mantimentos. Nos dez anos seguintes (1720-30) fez-se a ligação entre o Cuiabá e aqueles dous rios, (1) incluídos dest'arte na zona paulista de expansão. A década subsequente (1730-40) compreende o avanço para o ocidente, até a linha definitiva do Guaporé, e enfim a penetração, através do Madeira, do Arinos e do Tapajos, na bacia amazônica. Já no seculo anterior os paulistas tinham achado, subindo o Araguaia, o caminho do Pará, gastando na extensa aventura vários anos de inauditos trabalhos. Agora era diferente: porque se completava, com a nitidez de roteiros exátos, um mapa, cujos traços essenciaes perfaziam a unidade geral do territorio. Succediam-se, no esboço continuamente aprimorado, as minúcias, que o caracterizavam. Não fazia muito, o padre Betendorf desmanchára a lenda de que o Amazonas nascia na mesma lagôa misteriosa donde brotava o Paraguai. Agora, esclarecera-se a origem deste ultimo. A bandeira de 1734 — como foi dito — transpondo os campos dos Parecís, entrára pelo Mato Grosso e cabeceiras do Guaporé. O topônimo estendeu-se a toda a região. Luiz Rodrigues Villar ali fundou o arraial de S. Francisco Xavier, que logo se encheu de pioneiros, atraídos pela abundancia das minas rastreadas nos ribeiros vizinhos (2). Floresciam, a

---

(1) A primeira pescaria no Guaporé fê-la Salvador de Espinha, 1738, cf. o novo doc. publ. por Afonso Taunay, *An. do Museu Paul.*, X, 24. O "caminho novo" do rio Jaurú ao Guaporé, foi aberto em 1745, por Antonio Francisco de Silveira, TAUNAY, *ibid.*, p. 27.

(2) JOSÉ GONÇALVES DA FONSECA, *Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, 354. E' de 1737 a capela de taipa de S. Francisco Xavier, "a segunda capela que teve nestas minas", doc. in A. TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, X, 23.

este tempo, os arraiais de Sant'Ana e do Pilar. Caíra a Vila de Cuiabá em grande pobreza. Muitos de seus moradores se arriscavam a temerárias excursões procurando outras manchas auríferas. À falta de metais, imitavam os avoengos, caçadores de índios, e batiam os matos, para apresá-los. Assim, em 1739, Antonio Pinheiro de Faria com a sua bandeira. Dobrou a Chapada, atingindo o Arinos, e descobriu ouro, de que houve noticia, com os exageros habituais, em Cuiabá e Mato Grosso. Daí foi Pascoal de Arruda, com bastante gente, para averiguar as minas, e de pronto alguns cuiabanos, que com aqueles se chocaram, logo se desiludindo todos quanto ao valôr das jazidas. A mudança em massa, porém, golpeou fundo o progresso de Cuiabá. Depõe o autor dos Anais de Bela Vista, 1734-54: "Foi esta mudança para o descoberto dos Arinos um total destrôço destas minas pelo muito que perderam os que para lá foram e pelas muitas vidas que lá ficaram com a morte, e daqui começaram a ir estas minas do Mato Grosso em decadencia, principalmente na diminuição dos moradores. Acresceu a isto neste (1745) uma grande esterilidade e fome neste País, parte dela procedida de fogo dos matos e paiões, e a maior parte por falta de planta e praga que deu no que se fez" (1).

## DUAS NÓVAS CAPITANIAS

Provisão régia de 9 de Maio de 1749 — atendendo ao voto do Conselho Ultramarino — separou de

---

(1) Doc. in A. TAUNAY, *Anais do Mus. Paul.*, X, 28. "...E saindo fóra do rio Guaporé foi este o primeiro em que se foram situar em forma de arraial na Ilha Comprida de onde uns saíram á pesca, que sêca ou salgada, traziam a vender a estas minas, e outros tornavam aos

São Paulo os territórios de Goiaz e Mato Grosso, para que constituíssem capitánias à parte.

As longas viagens de Rodrigo Cesar, do conde de Sarzedas (1) e de D. Luiz Mascarenhas tinham mostrado a dificuldade de fiscalizar e administrar tão extensas regiões sem o conseqüente abandono da primitiva capitania, cujos interesses exigiam também zelo e assistencia.

---

sertões á conquista do gentio, e ao mesmo tempo entravam os padres missionários das Indias de Espanha a fundar as aldeias que fizeram na margem oriental deste rio ajudados para isso dos mesmos portugueses, a quem pediram várias vezes ajuda para domar o gentio”.

(1) Em 1735 o proprio Sarzedas dizia: “...aquelas minas se não podem conservar já sem pessoa que as governe e nelas duas casas, ou pelo menos uma, de fundição...”, *Doc. Int.*, XLI, 213. As duas oficinas foram fundadas em 1752 e 1754, em Vila Boa e em S. Felix.



## O DOMINIO EQUATORIAL

## DE CUIABÁ AO AMAZONAS

Em Julho de 1747 chegou a Belém do Pará um audaz aventureiro, João de Souza de Azevedo. Depois de comerciar nas lavras do Arinos, subiu o Tapajós, encontrou pintas de ouro no riacho que chamou de Tres Barras, e saiu na missão de S. José, dos jesuitas, que bem o agasalharam. Daí até Belém a viagem não tinha dificuldades. Manifestou o descobrimento, mostrou meia libra de metal apanhado em Tres Barras, comprou o necessário para a volta, mas, induzido pelo paulista João Leme do Prado, que acabava de chegar subindo o Madeira, abandonou a navegação do Tapajós para alcançar Mato Grosso por aquele afluente (1), reconhecido e explorado em 1722-23 por Mello Palheta. O cronista cuiabano registou: Em 10 de Junho de 1749 "chegou a estas minas João de Souza de Azevedo, vindo do Pará por este acima com a primeira carregação de negocio que nestas minas entrou vinda do Pará" (2).

---

(1) JOSÉ GONÇALVES DA FONSECA, *Rev. cit.*, vol. cit., p. 370-1. Nove mezes durou a viagem de Belem a Mato Grosso pelo Madeira. De novo João de Souza tornou ao Pará por esse rio. Mas os mineiros cuiabanos não acreditaram na historia do ouro de Tres Barras, attribuindo-a a um estratagemma... O itinerario do Madeira ficou, consagrado. Diria no fim do século D. Francisco de Souza Coutinho: "...A comunicação do Pará para Mato Grosso só se efetua pela navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé..." *Rev. do Inst. Hist.*, II, 283.

(2) Doc. in AFONSO TAUNAY, *Anais do Museu Paulista*, X, 30.

Devéras, a prioridade da viagem diréta de Cuiabá à foz do Amazonas pertence a Manuel Felix de Lima (1). Negociante, arruinado nos tratos de Cuiabá, com tres companheiros dali partiu em 1742, à busca de nova fortuna: do Guaporé passou ao Mamoré, deste ao Madeira, e após as longas vicissitudes d'uma viagem penosa desceu o Amazonas, até Belém, onde foi logo preso, e mandado para o Reino. Desrespeitára o alvará de 27 de Outubro de 1733 (baixado em consequencia da expedição de Mello Palheta, a que adiante aludiremos) que proibia a nevegação do Madeira!

A seguinte viagem de Belém a Mato Grosso foi em 1749: guiou-a António Nunes de Souza (2). Em 1750 José Leme do Prado pilotava a expedição destinada a examinar detidamente a ligação pelo Madeira, com o comissário José Gonçalves da Fonseca e o sargento-mór Luiz Fagundes Machado (3). Revogado então o alvará de 1733, ficou o Madeira "inteiramente aberto ao comercio do Pará e Mato Grosso" (4).

Graças a tais empreendimentos a ação dos bandeirantes, confinada nas cabeceiras do Paraguai, se arti-

(1) Sustentou ROBERT SOUTHEY, *Hist. do Bras.*, V, esta prioridade. Não tem razão quanto ao descobrimento do Madeira, que cabe a Mello Palheta, comentou Basilio de Magalhães. Mas acertou, referindo-se á viagem de Cuiabá-Belem, pois Palheta subiu e desceu o Mamoré, sem passar a Mato Grosso. "Foram estes quatro (Manuel Felix de Lima, Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira e Tristão da Cunha Gago) os primeiros que destas Minas fizeram esta navegação até o Pará...", doc. in A. TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, X, 26.

(2) Cf. *ms.* existente na Biblioteca Publica do Porto: "Por ordem do Illm. e Exm. sr. Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, capitam general do Estado do Maranhão, derrota desta cidade de Santa Maria de Belem do Grão Gará para as minas de Mato Grosso, arraial de São Francisco Xavier, de que foi cabo o sargento mór Luiz Fagundes Machado feita por mim Antonio Nunes de Souza, piloto e mestre aprovado, feita em 24 de Julho de 1749, que pode servir para outra qualquer monção indo passar as cachoeiras estando o rio Madeira de meio barranco para cima que tinha agua para passarem canoas..."

(3) Em Abril de 1750 chegou a Mato Grosso a escolta do comissário e do sargento mór, guiada por José Leme do Prado, TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, ps. 31-2.

(4) Provisão de 14 de Novembro de 1752. A. C. FERREIRA REIS, *Hist. do Amazonas*, p. 61.

culou com o povoamento do vale do Amazonas, descrevendo um amplo arco de fronteiras remotas. Só em 1772 delas se apercebeu Espanha (1).

### MISSÕES

Vimos que, em 1693, inteligentemente, dividiu o governo português em “zonas de catequese” o vale do Amazonas, afim de que não se atropelassem, no progresso das missões, as várias ordens religiosas. Os jesuitas ficaram com o Madeira, um trêcho do Solimões (perto da bôca do Javari fundaram, em 1752, por mandado del-rei, a aldeia de São José) e afinal, afastando-se da região dos ferôzes indios Muras, se estabeleceram na confluencia do Abacaxis. Transportado o seu povoado para a margem esquerda do Amazonas, em 1757, deu origem à cidade Itaquatiara (2). Os padres das Mercês instalaram-se entre o Jamundá e o Negro: de suas quatro aldeias sobrelevou a de Saracá, hoje vila de Silves. Mais consideravel foi a ação dos carmelitas, chegados em 1695 ao rio Negro, em 1710 fixados no Solimões, em 1725 destacados no Rio Branco. A maioria dos aldeamentos do rio Negro foram o fruto de sua constancia. Reanimaram também, no Solimões, os que tinham deixado os missionários Samuel Fritz e João Batista Sana (3). “Em Mariuá, instalaram a primeira casa de ensino no Amazonas, um seminário, onde as crianças indigenas recebiam educação” (1727 (4)).

(1) Só em 1772 el-rei de Espanha, pelo Conselho de Indias, verificou: “los confines de Mato Grosso, de que injustamente se hallan apoderados los portugueses, como también de las grandes y ricas minas de Cuyabá...” fazia preciso “otros pueblos de españoles” nas cabeceiras do Paragua. ENRIQUE DE GANDIA, *Historia de Santa Cruz de la Sierra*, p. 120, Buenos Aires, 1935.

(2) A. C. FERREIRA REIS, *Historia do Amazonas*, p. 53; P. SERAFIM LEITE, *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*, III, 389.

(3) A. C. FERREIRA REIS, *op. cit.*, p. 54.

(4) A. C. FERREIRA REIS, *ibid.*, p. 55.

## EXPLORAÇÕES

A par dos “trabalhos de Hercules” das *missões*, os sertanistas, autorizados pelo governador do Pará, ou de iniciativa própria, exploraram os principais afluentes do rio-mar. Ainda nisto se anteciparam aos espanhóis, franceses, holandeses, assim das Guianas como do Perú e Santa Cruz de la Sierra, e definiram com suficiente clareza a topografia do “novo império”.

Governava o Pará, em 1722, João da Maia da Gama, que, na Paraíba, tanto ajudára os “mascates”. Soube do movimento paulista, lançado para o oriente com as bandeiras de Pires de Campos e Pascoal Moreira. A noticia do ouro, que se achára nas nascentes do Paraguai, presumiu que os castelhanas iriam disputá-lo aos nossos pioneiros. E mandou para conhecer o que por lá faziam, o sargento-mór Francisco de Mello Palheta (do Pará, excelente soldado e rijo sertanista). (1). Com “dez galeotas armadas em guerra”, navegou Palheta pelo Madeira, descobriu a bôca do Mamoré, topou com a aldeia de Santa Cruz de Cajuvavas, perto de Santa Cruz de la Sierra, realmente mantida pelos frades espanhóis. Safu de Belém em Novembro de 1722; voltou em Setembro do ano seguinte. O relatório de sua viagem (2) desvendou, por aquele lado,

---

(1) Francisco de Mello Palheta imortalizou-se, não pela viagem ao Madeira-Mamoré, que acentuou um dos traços limitrofes do contorno do país, mas pela introdução, no Brasil, do cafeeiro, que trouxe em 1727 da Guiana Francesa, como diremos. Segundo Manuel Barata, era paraense nato. Faltam, porém, outros documentos que o afirmam (vd. BASILIO DE MAGALHÃES, “*O Jornal*”, 1927 (edição do bi-centenario do café) e AFONSO D’E. TAUNAY, *História do café no Brasil*, I, 289, Rio, 1939.

(2) “Narração de viagem e descobrimento, etc.”, publ. por CAPISTRANO DE ABREU, *Gazeta Literária*, 1884, e A. TAUNAY, *Hist. do Café no Brasil*, I, 296 e segs. Conta o bom acolhimento que lhe fizeram os missionários espanhóis na sua própria localidade. Intimou-lhes Palheta “não passassem para baixo da boca dos rios Mamoré e Itenis, nem interessassem daí para baixo gentildade alguma...”

E’ importante o contraste entre a prosperidade das “missões” portuguesas e a pobreza das espanholas, a que alude La Condamine, em 1743.

a linha natural da fronteira, que correria pelo Madeira-Mamoré, encontrando, na barra do Mamoré, as direções opostas da expansão portuguesa, do Pará para o noroeste (“rush” amazônico), de Cuiabá para o oriente (deslocamento paulista). Para evitar uma inconveniente comunicação com aqueles vizinhos, o alvará de 10 de Janeiro de 1730 proibiu a navegação do Tocantins (1), e o de 27 de Outubro de 1733, a do Madeira. (2).

### RECONHECIMENTO

Pelo Negro acima, desde 1725 enfiaram varios sertanistas, cujos arraiais serviram de ponto de partida para mais largas explorações. Francisco Xavier de Moraes, em 1744, entrando o Cassiquiri, achou a comunicação entre o Negro e o Orenoco (3) Voltou pelo Parauá, com o jesuita espanhol P. Manuel Román, a quem demonstrou o descobrimento (4). Francisco Pereira tinha fôros de patriarca da navegação do Rio Branco, em 1755, quando fez uma “Noticia do rio Branco”, dando-se por homem de 80 anos, dos quais cincoenta na navegação do dito rio (5). O melhor pratico então do Japurá era Eugenio Ribeiro (5). Pereira

---

(1) A. C. FERREIRA REIS, *Anals do 3.º Congr. de Hist. Naclonal*, IV, 6 (1941).

(2) Vd., para a descrição do Madeira de 1700-50, P. JOÃO DANIEL, *Tesouro Descoberto, Rev. do Inst. Hist.*, III, 140 e segs.

(3) LA CONDAMINE, *Voyage de la Rivière des Amazones*, p. 116.

(4) A. C. FERREIRA REIS, *Hist. do Amazonas*, p. 57. A comunicação já era conhecida desde o sec. XVII, P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp. de Jesús no Brasil*, III, 379.

(5) Ms. na Biblioteca Publica do Porto. Pereira e não Ferreira, como se lê, v. gr., JOAQUIM NABUCO, *O Dretto do Brasil*, p. 89, S. Paulo 1941. Diogo Rodrigues Pereira, aliás, mandado pelo governador Bernardo Pereira Berredo, passa por ter entrado primeiro o vale do Rio Branco, 1718-21.

(6) Ms. na Bibl. Publ. do Porto.

e Cristovão Aires Botelho reconheceram o vale do Rio Branco, até a serra Pacaraima (1736); e à serra Parima foi Francisco Xavier de Andrade (1740) com tropa de resgate, a cativar numerosa indiada para as fazendas do Maranhão... Se dissermos que o Napo, não mais o Javari, era considerado no Pará a fronteira com os castelhanos (quiz afirmar, em 1731, o sargento-mór Belchior Mendes de Moraes, desprezando os protestos do padre Juan Bautista Julian), teremos delineada a área da *capitania do Rio Negro*, com os limites próximos dos atuais. Cada um daqueles viajantes os levava mais além. Uma nomenclatura confusa e abundante começava a ajustar-se à perturbadôra geografia da Amazonia. Rios sobre rios, era a maior porção da bacia imensa que se encartava, incontestada, no domínio de Portugal. Fôra um crescer sem pausas, conquista metódica, que, sem se esgotar n'um itinerário fixo — qual o vale principal, que Pedro Teixeira abria à nevegação paráense — se derramára por toda a planície irrigada por incontáveis cursos d'água, sem obstáculos para os canoeiros mamalucos, povoada de gentio dócil, e dominada em parte pelas *missões*, que o protegiam e agrupavam. A viagem do sábio La Condamine em 1743 deu-lhe fama universal (1).

A reação opôsta pelos índios *Manós*, do rio Negro, chefialos por Ajuricaba, foi a mais séria de quantas os portugueses debelaram: dizia-se que sofriam a influencia dos holandêses de Surinan, e os ajudavam a embarçar o avanço de seus rivais, do forte de S. José

---

(1) Foi La Condamine quem divulgou na Europa o uso da borraça, que viu entre os Omaguas. MIGUEL CALMON, *Fatos Economicos*, p. 194, Rio, 1912. Vd. CARLOS MARIA DE LA CONDAMINE, *Viaje a la America Meridional*, trad. de F. Ruiz Morcuende, p. 53, Buenos Aires, 1942.

para o Orenoco e o Branco (1). A primeira agressão em massa dos *Manãos* data de 1723, quando se lançaram sobre a tropa de resgates de Manuel Braga. Poderosa expedição, armada contra essa tribo, destruiu-a em 1727, ocasião em que Ajuricaba e várias centenas de súditos seus caíram em poder da bandeira de João Paes de Amaral e Belchior Mendes de Moraes. O valente morubichaba tentou ainda rebelar-se, quando, em ferros, seguia viagem com os vencedores: e, para escapar-lhes se atirou ao rio, e afogou-se. O nome dos altivos selvagens ligou-se definitivamente à localidade da barra do rio Negro, onde o forte de S. José substituiu as suas ocaras e as suas palissadas.

### O LIMITE DO OIAPOCK

Com os francêses a questão do Oiapock prometia ainda graves atritos. Apesar do tratado de Utrecht, queria o governador de Caiena que a fronteira corresse pelo Cassiporé, paralelo e abaixo do Oiapock. Para dirimir a contenda e expulsar da zona litigiosa negociantes estrangeiros, saiu em 1723 o capitão João Paes do Amaral. Viu a costa até o cabo Orange, com várias canôas e gente d'armas; e voltou, informando sobre o padrão, com o escudo português, que estava no dito extremo. Atribuiu Claude d'Orvilliers, governador da Guiana, esse padrão, declaratório de soberania, ao proprio Paes do Amaral, e mandou derrubá-lo

---

(1) Contesta a aliança dos Manãos com os holandeses, A. C. FERREIRA REIS, *op. cit.*, p. 86. Mas é certo que "os índios da nação Manãos, Xapuenos e Matinenos tem grande numero de armas de fogo...", preveniu em 1716 o governador Costa Freire, Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diario da Viagem Filosófica, Rev. do Inst. Hist.*, LI, 6. Negociava com os holandeses, vd. P. SERAPIM LEITE, *Hist. da Companhia de Jesus no Brasil*, III, 379.

(1). Para apurar a violencia, e persuadir ao fiel cumprimento do tratado o vizinho irritado, expediu o governador João da Maia ao sargento-mór Francisco de Mello Palheta, que tão bem se desempenhára da missão ao Madeira-Mamoré. Deu-lhe minuciosas instruções em Belém, a 20 de Fevereiro de 1727 (2): policiar o litoral, entender-se com o governador de Caiena, assegurar a delimitação pelo Oiapock... E espiasse tambem as fortificações, levantadas entre este rio e Caiena, sem esquecer o que muito importava... “E se acaso entrar em quintal, ou jardim ou roça aonde houver café, com pretexto de provar alguma fruta, verá se pôde esconder algum par de grãos com todo o disfarce e com toda a cautéla, e recomendará ao dito Cabo que volte com toda a brevidade e que não tome cousa nenhuma fiada aos francêses nem trate com eles negocio” (3).

Andou bem inspirado João da Maia da Gama com esta lembrança.

Já se sabia no Pará das plantações de café, primeiro em Surinan, depois (1719 ou 21) na Guiana Francêsa, onde florescia e frutificavam com grandes esperanças de lavoura privilegiada. Na Europa o café, vulgarizado depois do cerco de Viêna pelos turcos, que o não dispensavam (4), empolgára os costumes, os espiritos, as côrtes. Entrára em Portugal. Nuno Marques Pereira escreveu no segundo tomo do “Peregrino da America”: “. . .queriam ir comer gos-

---

(1) AFONSO TAUNAY, *Hist. do Café no Brasil*, I, 321, resume as fontes conhecidas, inclusive a documentação recolhida pelo barão do Rio Branco para a defesa da nossa fronteira com a Guiana.

(2) A. TAUNAY, *op. cit.*, I, 326-331. Publ. inicialmente (1827) por Teodoro Braga.

(3) E' o cap. 10 do *regimento que levou Palheta*, omitido na publicação do barão do Rio Branco e divulgado por Teodoro Braga em 1927, na sua monografia sobre o café. Vd. tambem A. TAUNAY, *op. cit.*, I, 332.

(4) H. E. JACOB, *Biografia del Caffé*, p. 50, Milano 1936.



tosos manjares, e beber varios sorvetes, e chocolates, chá, café..." (1). Bebida famosa e rara, vinda, com outras esencias, do Islam, especiária destinada a glorioso futuro, cumpria aclimatá-la no Brasil. Caiena — contra a vontade dos seus donos — serviria assim de horto experimental, para as culturas do Pará. E serviu (2).

### O CAFÉ !

Desincumbiu-se Palheta de sua embaixada notificando aos francêses o proposito em que estava o seu governo de não tolerar qualquer invasão ao sul do Oiapock; e visitou Caiena, recebido cortezmente por eles. "E vendo o suplicante (é o teôr da petição que mais tarde fez a el-rei reclamando favôres) que o governador de Caiena deitava um bando à sua chegada que ninguem dêsse café aos Portuguezes capaz de nascer, se informou o Suplicante do valor daquela droga, e vendo o que era, fez diligencias por trazer algumas sementes com algum dispendio de sua fazenda, zeloso dos aumentos das Reais rendas de Vossa Majestade, e não só trouxe mil e tantas frutas que entregou aos officiais do Senado para que repartissem com os moradores, como também cinco plantas, de que já hoje ha muito no Estado, e como o Suplicante se acha muito falto de servos e tem mil e tantos pés de café, e

---

(1) Isto em 1733. "*O Peregrino da América*", vol. 2.º, p. 37 (edição da Academia Brasileira, notas de Afranio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon). Em 1711 frei Rafael Bluteau consagrara a palavra "café" no seu dicionário.

(2) Depois do café, a cana de Caiena (abrasileirada, como "caiana") foi o precioso mimo proveniente daquela Guiana.

3 mil pés de cacáó. . . lhe faça mercê conceder por seu Alvará cem casais de escravos do sertão do Rio Negro. . .” (1).

Mais do que um limite avivado, resultou da sagaz politica de João da Maia a introdução, no país, d'uma riqueza de incomparáveis possibilidades: conteve o estrangeiro fronteiriço, e usurpou-lhe o produto, regalo e tesouro de suas rôças.

Acentuára-se convenientemente a divisória septentrional; e lucrava o Pará um elemento economico capaz de segurá-la para sempre.

---

(1) Foi atendido com cincoenta indios, carta-régia de 16 de Fevereiro de 1734, A. TAUNAY, op. cit., ps. 356-7. Palheta oculta a recomendação que lhe fez no regimento o governador João da Maia, a quem, segundo o bispo do Pará, D. João de S. José Queiroz, se deve a introdução dos cafeeiros. Aliás a noticia dada pelo bispo serviu de orientação para os estudos a respeito. Carece de fundamento, pelo que diz Palheta, a tradição, de ter a mulher do governador da Guiana oferecido e posto no seu bolso um punhado de pevides. Transportou várias plantas vivas. “Dos cafeeiros de Palheta partiram para o Sul as mudas, de onde se originaria a quasi totalidade do imenso cafezal brasileiro”. TAUNAY, *ibid.*, I, 360.

## XI

### A CONQUISTA DO SUL

O cumprimento do tratado de Utrecht impelira as bandeiras, que asseguravam e esclareciam a posse portuguesa, para o oeste e para o norte. Exigia analogia discriminação ao sul, onde contendiam a brados d'armas tres vizinhos poderosos: portugueses da Colonia do Sacramento; espanhões de Buenos Aires; e jesuitas das missões do Uruguai e do Paraguai. A ocupação de Montevideo condenára a Colonia a uma defêsa precária, isolada do Brasil, socorrida pelo mar, à mercê d'um ataque envolvente, que lhe cortasse os suprimentos, sitiando-a, destruindo-a na sua mesquinha península da beira do rio. Mas o governo de Lisboa não se dispuzera a abandoná-la; menos se desinteressou dela o de Madrid. Praticamente, a questão continuára como de inicio.

### A QUESTÃO COMO D'ANTES

A curiosa interpretação castelhana da clausula de Utrecht relativamente à "Colonia e seu territorio", reduzido este ao que alcançasse uma bala de canhão, importava preliminarmente a revogação do pacto no que tinha de substancial: pois largando uma parte, que era a fortaleza, lhe tirava a outra, principal, a campina, da qual a fortaleza viveria.

D. João V definira com transparente bom senso o seu direito: exigia que se lhe reconhecesse a Co-

lonia por “limite e confim dos dominios desta Corôa por aquela parte”, condição que impôz (tanto valôr lhe dava!) para entrar na liga com Espanha em 1725 (1).

Intransigente nesta politica — de debruçar sobre as aguas do Prata os marcos da fronteira brasileira — sacrificou-lhe D. João V trinta anos de atenções sollicitas.

Aparelhou-se a Colonia para suportar o pêso d’uma agressão iminente. Não bastava: cuidou-se de ligá-la às praças do litoral, de Laguna para o norte, tanto por um caminho terrestre como pela instalação de casas-fortes e feitorias no trecho deserto da costa, entre o Tramandaí e Maldonado.

A tésse do “limite e confim” do Prata justificou esse laborioso sistêma de povoamento e ocupação, que recrutou em pouco tempo uma elite de militares inteligentes, de cartografos hábeis, de marinheiros práticos, de administradôres lúcidos.

## MAPAS E COORDENADAS

D. João V propiciou essas providencias.

Era tempo de esclarecer-se a geographia dos seus dominios. De fazer-lhes as cartas, de marcar-lhes as coordenadas, retomando estudos dispersos ou esquecidos. Principalmente para vêr a costa de Paranaguá para o sul (2). Mandou el-rei, em 1729, os jesuítas

(1) Vd. carta do ministro Corte Real aos plenipotenciarios portuguezes em Espanha, 10 de Junho de 1725, EDUARDO BRAZÃO, *Relações Externas de Portugal, Reinado de D. João V*, I, 439, Lisboa, 1939; e instruções dadas ao des. Cunha Brochado, CAETANO BEIRÃO, *Cartas de D. Mariana Victoria*, I, LXXIII, Lisboa, 1936.

(2) Em 1726 o governador Vahia Monteiro mandou fazer a carta da costa pelo jesuita Luiz de Albuquerque, “o sujeito mais capaz que hoje tem a America de escrever a carta dela mais exata...; e algumas (noticias) modernas que por lá correm dele se adquiriram”, *Publ. do*

Domingo Capacci e Diogo Soares — astrónomos e cartógrafos para executarem tais trabalhos (1). Desempenharam-se primorosamente, determinando coordenadas, levantando os mapas, explorando o litoral, do Espírito Santo à fôz do Prata.

## O INCIDENTE DE 1735

O incidente que provocou o rompimento de hostilidades no Prata foi aparentemente fútil. De fato, em 1729 as côrtes de Madrid e Lisbôa se tinham unido pelos “casamentos recíprocos” de grande alcance político: o príncipe das Astúrias, depois Fer-

---

*Arq. Nac.*, XV, 166. “O mapa corre da ilha de Santa Catarina até a bôca do rio a Prata feito pelo P. Luiz de Albuquerque da Companhia de Jesus, que pisou a praia de Santa Catarina até a Laguna...”, *Publ. cit.*, XV, 227.

Já outro jesuíta, o P. Jacob Cocleo, fizêra o mapa da Bahia em tempo de D. João de Lencastro, *Doc. Hist.*, XXXIV, 257. D. Rodrigo da Costa, em 1704, encomendou ao engenheiro Antonio Rodrigues Ribeiro plantas das vilas do Reconcavo. É ao P. Cocleo: “... pela descrição, que havia feito, de todos as Capitâneas deste Estado, me dará Vossa Paternidade, com a brevidade possível, a tal noticia...”, *Doc. Hist.*, XLI, 138. A esta se referiu VILHENA, *Cartas*, II, 1788.

(1) Os astrónomos P. João Batista Carbône (o confidente de D. João V) e P. Domingo Capacci foram de Nápoles para Lisbôa em 1722, a chamado do rei. Ambos se destinavam ao Brasil. Com o P. Francisco Mussara, que ficou ensinando matematicas em Évora, faziam o grupo de sábios italianos atraídos em 1722 pelo “magnanimo”. Devo-mos a Capacci — o unico que atravessou o oceano — “as observações astronómicas, de que mandou exatíssimas notas, que depois se partici-param às Academias de França e Inglaterra; e quanto à geografia, fez uma carta muito pontual da capitania do Rio de Janeiro, que mandou á côrte, não acabando a que principiára desde aquela capitania até as Minas Gerais, por lhe sobrevir a morte em S. Paulo em 1740”, FRANCISCO XAVIER DA SILVA, *Elogio funebre e histórico do muito alto... Senhor D. João V*, 1756, e FIDELINO DE FIGUEIREDO, *Estudos de História Americana*, p. 97, S. Paulo. No *Arq. Hist. Col.*, Lisbôa, guardam-se dele as cartas da costa de Marambaia a Cabo Frío, de Marambaia a Tramandaí, de S. Francisco do Sul, de Santos a Marambaia, de Bertio-ga a Guaratuba, etc., *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, Agência Geral das Colônias, I, 52-3, Lisbôa 1937.

O padre Soares trabalhou outro tanto: “fez outras cartas muito boas do Rio da Prata e do sítio da Nova Colônia, e continuando as mais daquele vasto dominio, forma ao mesmo tempo uma história natural dos rios, montes, arvores, ervas, frutas, animais e passaros que

nando VI, com a princesa D. Maria Barbara, filha de D. João V, e o príncipe do Brasil D. José com a infanta D. Mariana Vitória, filha de Felipe V. Graças ao duplo enlace as desavenças formais entre os dois países desapareciam e fazia-se a política, que durou um século, do íntimo entendimento entre eles, como um protesto de definitiva paz peninsular. O "pacio de familia", patrocinado depois por Luiz XV, a juntar os Bourbons dos reinos aliados, antecipou-se na Espanha com aquelas nupcias: e subsistiu (1). Mas uma cousa era a tranquilidade nas fronteiras européas, outra os

---

ha no Brasil..." (XAVIER DA SILVA, *ibid.*). Numerosos mapas desse autor estão no Arq. Militar do Rio de Janeiro (principalmente dos fortes da cidade). No Arq. Hist. Col., vimos: cartas de Laguna, 1738; caminhos do sul; Minas Gerais; Serro Frio, etc. (ms.).

Desentenderam-se os dois sábios. "O P. Diogo Soares aqui fica bom, mas tão desunido com Domingos Capassy, como estarão sempre... e agora partiu o P. Capassy só a demarcar esta costa daqui para o Norte... e por este modo vão a desfazer ambos o que fez El-rei em os mandar juntos..."", carta de Vahia Monteiro, 9 de Dezembro de 1731, *Doc. Interessantes*, 1, 242.

Da Colonia do Sacramento — onde fôra a pedido do governador desta — escreveu P. Soares, em 27 de Junho de 31, curiosas reflexões, *Invent. dos Docs.*, VII, 136. O mapa que al fez serviu nas primeiras negociações do tratado de 1750, *An. da Bibl. Nac.*, LII, vol. 1.º, p. 17; FERNANDO CAPURRO, *La Colonia del Sacramento*, plano n. 7. O do Rio da Prata, original no Arq. Mil. do Rio de Janeiro, reproduz o P. Guillermo Furlong Cardiff, *Cartografia Jesuttica del Rio de la Plata*, 1, 51 (e grav. 22) Buenos Aires 1936. Sua carta da Colonia, 27 de Junho de 1731, *An. da Bibl. Nac.*, XLVI, 135-6.

E' de justiça não esquecer os trabalhos precedentes, ou preparatorios, como os a que alludimos, do missionario P. Cocleo, allás Jacques Cocle, natural dos arredores de Reims, na França, onde nasceu a 17 de Abril de 1628, distinto pelo apostolado nos sertões do Brasil e extenso conhecimento da terra, como revelou em numerosas cartas. Falleceu a 17 de Abril de 1710 (cf. P. SERAFIM LEITE, in *Journal do Comercio*, Rio, 14 de Junho de 1942). Destinava-se á provincia do Maranhão, mas se occupou sobretudo nas aldeias do Ceará e da Bahia, diz-nos o mesmo illustre historiador da Companhia de Jesus no Brasil.

(1) Os casamentos entre príncipes portugueses e espanhóes uniram sucessivamente as côrtes de D. João V, de D. José I, de D. Maria I e de D. João VI. Em 1727, excluiu-se dos contratos nupciais a questão da Colonia do Sacramento, vd. EDUARDO BRAZÃO, *op. cit.*, 1, 440. Allás a proposta para os casamentos partira de Espanha, CAETANO BEIRÃO, *Cartas de D. Mariana Victoria*, 1, LXVII. D. Mariana Victoria fôra casada, criança, com Luiz XV, e depois, devolvida á côrte de seus paes, pela necessidade que houvera de dar ao jovem rei esposa nubil... A afronta induziu Felipe V a consorciar a infanta com um futuro soberano: escolheu D. José.

interesses coloniais. Em 1735, a 22 de Fevereiro, porque os criados do embaixador português em Madrid tentassem tomar a uma escolta o preso que levava, tirado, ao que se dizia, d'uma igreja, os soldados invadiram o palacio da embaixada e detiveram os turbulentos. Ao saber dessa violencia D. João V, que zelava, com grande dignidade, os melindres de sua soberania, mandou prender os lacaios do embaixador espanhol em Lisbôa e, ato continuo, despediu a este e cortou relações diplomaticas com o rei seu primo. Correram vózes de guerra, sem seguimento; mas, em 18 de Abril de 1735, expediu o primeiro ministro espanhol ordem para o governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo y Sierraalta, surpreender e expulsar a guarnição da Colonia do Sacramento... (1). Em vão procurára Salcedo convencer Antonio Pedro de Vasconcelos da conveniencia de demarcar a Colonia segundo a tése castelhana, do tiro de canhão. Amparado à letra do tratado de Utrecht o governador português insistia, que era do seu rei todo o territorio adjacente. Certo de que a querela acabaria em choque armado, preparára ativamente a praça para resistir-lhe. Em 2 de Julho estalou a luta, com o apresamento, pelos espanhóes, d'uma embarcação que da Colonia saía, para os portos do Brasil (2). Bloquearam-na dous navios, do comando de Francisco de Alzaybar; e para sitiá-la reuniu Salcedo uns mil soldados brancos e 4 mil indios das missões jesuíticas, que pessoalmente conduziu ao assédio em 1 de Outubro. Em 10 de Dezembro recebeu Vasconcelos a intimação para render-se. Respondeu com sutileza e superioridade, perguntando se lhe faziam guerra em nome del-rei de Espanha. Sal-

---

(1) JUAN P. MONFERINI, in *História de La Naclon Argentina*, IV, 349.

(2) LUIZ ENRIQUE AZAROLA GIL, *História de Colonia del Sacramento*, p. 86.

cedo não podia dizer que sim. Treplicou evasivamente, mas sem se animar a aproximar-se mais das muralhas, vigiados por oitenta bôcas de fogo e mais de novecentos homens bem armados. A estes dirigia o heroísmo tranquilo do general, que, durante o aperto do cêrco e das escaramuças, jamais pensou em capitular. Faltava outrossim ao adversário a temeridade de seus antecessôres, quando, à viva força, assaltaram a praça. Entibiava-o, certo, a posição falsa em que estava, de fazer a campanha sem poder publicar as instruções do seu governo, contrárias à paz existente na metropole. Desencorajou-o enfim a chegada de socôrros importantes, do Rio, da Baía e de Pernambuco (1). Vendo que seis lanchas portuguesas metiam na Colonia material e gente, levantou o bloqueio (2) em 28 de Fevereiro de 36, e logo se recolheu a Buenos Aires. Retirou-se já preocupado com a propria segurança dessa cidade, pois os recursos bélicos acumulados pelos sitiados, e a sua disposição combativa, faziam prevêr mais extensas e graves operações, represalias consideráveis...

Não se enganou.

---

(1) Vd. as cartas de Vasconcelos, em que pedia reforços, GARCIA, nota a Varnhagen, *Hist. Geral do Brasil*, IV, 52 e segs. O primeiro reforço chegado á Colonia foi em 6 de Dezembro: dous navios com 830 homens ao mando do sargento-mór Tomaz Gomes da Silva. Este auxilio desvaneceu o bloqueio fluvial e induziu os sitiados a varias sortidas felizes. Em Abril de 36 chegou-lhes outro contingente de 300 homens, com Cipriano Mateus Monteiro. Por fim, a esquadilha de José da Silva Paes forçou a retirada a Salcedo e seu exercito. Note-se que a fortaleza fôra reduzida á ultima extremidade, "comendo já animais imundos eervas desusadas", quando Antonio de Freitas conseguiu trazer algum gado, doc. in *An. da Bibl. Nac.*, L, 65-6.

(2) Póde dizer-se que, de 1735 por diante, o bloqueio terrestre da Colonia — reduzida a uma escassa faixa de territorio — não mais se interrompeu. Em 1746 lembrou Antonio Pedro de Vasconcelos: Silva Paes suspendera o socorro de farinhas, sem o qual as familias ali encerradas não se manteriam... *An. da Bibl. Nac.*, L, 112



## JOSÉ DA SILVA PAES

Governava o Rio de Janeiro Gomes Freire. Cumprindo as instruções que tinha da côrte, mandou o brigadeiro José da Silva Paes, o famoso engenheiro, apoderar-se de Montevidéo (18 de Junho de 1736), com forças respeitáveis de mar e desembarque (1).

Enquanto Gomes Freire administrava as Minas Gerais, de cujo governo fôra também encarregado, ficára no do Rio de Janeiro Silva Paes (2), e a ele se devia a pronta remessa de socôrros que salvou a Co-

---

(1) Ordenou a expedição a carta-regia de 7 de Abril de 1736, *Rev. do Inst. Hist.*, XXXII, parte 1.<sup>a</sup>, ps. 42-5. Vd. correspondencia de GOMES FREIRE, *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, XVI, 2.<sup>o</sup> vol., p. 240.

(2) José da Silva Paes fez as primeiras armas na guerra da successão de Espanha. Era tenente coronel de engenheiros quando ela acabou. O governador do Rio de Janeiro, Vahia Monteiro, lembrou o seu nome, em 1727, para vir delinear as obras da cidade: "...mandando a ela o engenheiro-mór do Reino Manuel de Azevedo Fortes ou o Coronel Joseph da Silva Paes, que podem voltar na mesma frota...", *Publ. do Arq. Nac.*, XV. Desempenhou em Portugal importantes comissões, inclusive a de superintendente das obras do convento de Mafra, vd. CAETANO BEIRÃO, *Cartas da Rainha D. Mariana Vitoria*, CXXXIX, nota — e trabalhos para o abastecimento d'agua de Lisboa, *Catalogo da Exposição Cultural relativa ao Aquetudo das Aguas Livres*, VII, Lisboa 1940, que lhe valeram a autoridade que desfrutava em 1735, quando foi promovido a brigadeiro de infantaria e mandado para o Rio, a substituir nas impedimentos Gomes Freire, com a incumbencia tambem de vêr e melhorar as fortalezas, vd. EDGAR FONTOURA, *An. do 2.<sup>o</sup> Congr. Sul Rio Grandense*, III, 166. Exerceu proficuamente o governo interino. Teve mesmo tempo para ser Mecenas d'uma Academia presunçosa... Saiu do governo para comandar a expedição de 1736, sobre Montevidéo, Maldonado e, por fim, o Rio Grande. Não tem razão o seu citado biografo, quando diz que discordou do *conselho de guerra* de 5 de Janeiro de 37, a bordo de sua capitânia, contrário ao ataque a Montevidéo. O termo então lavrado é claro: "o que ouvido pelo dito brigadeiro, não quiz tomar sobre si o atacar a Não inimiga, e se sujeitou ao parecer dos mais...", GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, IV, 65. Depois de fundar o presídio do Rio Grande, em 11 de Dezembro de 37 voltou ao Rio de Janeiro. Em 1738 a sua administração continuou, fértil de realizações applaudidas. Creou a repartição da Caridade na Irmandade da Candelaria, a 25 de Dezembro de 38, que subsiste, cf. F. B. MARQUES PINHEIRO, *Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de Nossa Senhora da Candelaria*, II, 301, Rio 1930. Ha nesta igreja um seu retrato fantasista e recente. Foi ainda o primeiro governador de Santa Catarina (7 de Março de 39). Deixou o cargo a 2 de Fevereiro de 49; regressou para Lisboa a 20 de Março seguinte, cf. EDGAR FONTOURA, *ibid.*, II, 174.

lonia. Na mesma ocasião, “mando esta lancha para o padre Capacci poder continuar as suas observações, e vae armada de sorte que pode ser para ao menos se livrar de algum insulto, bom será que tenhamos do Rio Grande todas aquelas individuações, que nos podem ser precisas e úteis para qualquer determinação ou operação”. (1). Imbuíra-se da idéa de que “pelo Rio Grande, buscando alguns *paulistas* aquele sertão, e os *Alagunistas* hostilizarem aquela campanha”, não sómente se aliviaria o cêrco da Colonia, como se lhe daria definitiva ajuda.

A expedição de Silva Paes malogrou-se no intento de tomar Montevidéo. Em 19 de Setembro (1736) fez o brigadeiro uma reunião a bordo de sua capitânia, em que se declarou a inconveniencia do ataque, dadas as forças e trincheiras que havia em terra. Outro conselho de officiais se realizou em 5 de Janeiro, manifestando a maioria a opinião de que seria perigosa e incerta a operação de desembarque, (2) e achou melhor Silva Paes ocupar o porto de Maldonado (3). Também este não se lhe afigurou aproveitavel. Tinha ordem para fundar uma praça forte na costa, logo acima da ultima posição castelhana, cumpindo assim os desejos de muitos particulares, que queriam aí estabelecer-se, do Conselho Ultramarino e de Gomes Frei-

---

(1) Carta de Silva Paes, 5 de Janeiro de 1736, para o governador de S. Paulo, *Doc. Inter.*, L, 278.

E' desse tempo — 6 de Maio de 1736 — a reunião, no Rio de Janeiro, da fugaz *Academia dos Felizes*, em que figuram o fisico-mór Mateus Saraiva, o bacharel Simão Pereira de Sá, *Rev. do Inst. Hist.*, VI, 365-9, R. GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, IV, 72.

Gomes Freire elogiou-o: “é José da Silva homem dos raros que eu tenho visto...”, carta de 30 de Maio de 1736, *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, XVI, vol. 2.º, p. 239.

(2) Doc. transcrito por R. GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, IV, 64.

(3) Carta ao governador da Colonia do Sacramento, de 15 de Janeiro de 1737, GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, IV, 62.

re, que reputavam urgente esse povoamento (1). Fez o que foi mais fácil e útil, indo estabelecer-se na barra do Rio Grande.

A abertura d'uma comunicação, por terra, dos campos de Vacaria, ou sertão de Tramandaí, (2) com os gerais de Curitiba, e a invasão do litoral, até a lagôa dos Patos, por gente de Laguna, (3) atraída pelos gados bravos que se dispersavam por toda a região, tornavam imperiosa e indispensavel uma fortaleza que a defendesse, que protegesse da banda do mar a penetração portugêsa. O padre Diogo Soares avisára, em 1731: "desamparada aquela barra e abertos os dous caminhos novos, que se abriram agora nela", temia "tenha Espanha e os padres das Missões uma porta para se introduzirem nos nossos sertões e Minas: além de que, fortificado aquele Rio, terá esta Praça (a Colonia) mais prontos e mais à mão os subsidios, crescerá com a comunicação o comercio, etc." (4).

---

(1) O Conselho Ultramarino votou pela necessidade do povoamento do Rio Grande em 15 de Junho de 1717, SOUSA DOCCA, *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*, II, 654. Em 1725 os lagunenses empreenderam a primeira tentativa de colonização até o Tramandaí. Em 1732 o governador de S. Paulo concedeu ai uma sesmaria ao cap. Manuel Gonçalves Ribeiro, de Laguna, que "povoára os chamados Tramandaí com gados vacuns e cavalos por estarem desertos...". WALTER SPALDING, *An. do III Congr. Sul-Riograndense de Hist. e Geogr.*, II, 175. O Conselho Ultramarino, parecer de 28 de janeiro de 1736, opinou pelo pronto povoamento, dando-se para isto os recursos necessários, *An. cit.*, II, 179. Já em 24 de Março de 1723, mandando ajudar o pároco de Santa Catarina, frei Agostinho da Trindade, avisára D. João V, "a respeito da Colonia que tenho resolutu se funde naqueles Distritos...", *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 267. Seria "uma colonia no Rio Grande", e para ela o governador Vahia Monteiro pediu toda a brevidade.

(2) Vd. FERNANDES BASTOS, *Anais do I Congr. Sul-Riograndense*, I, 143 e segs.

(3) Carta de Vahia Monteiro, 3 de Agosto de 1728: "...nesta (campanha do Rio Grande) andavam já cousa de trinta portugueses e sessenta castelhanos, e o suposto diz que estes são gente criminosa...", *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 268.

(4) *Inventário dos Documentos*, VII, 136.

## O CAMINHO DOS "CONVENTOS"

De resto, muitos moradores de Laguna — depois que, em 1715, o seu capitão-mór, Francisco de Brito Peixoto (1), reconheceu o território até a serra de Butucarei, a meio caminho das missões do Uruguai (2) — se iam estabelecendo na Vacaria do Mar, e entre o Tramandaí e a lagôa dos Patos, de início caçadores de gado, em seguida, com as suas estancias, currais e redutos, nucleos esparsos da gradual conquista daqueles campos (3). No dia em que se comunicasse com o planalto central, encontrando as verêdes que rompem a serra maritima, atalhos e vales que os carijós palmilhavam outr'ora, para descer dos *gerais* de Curitiba para as missões dos Tapes, poderiam abas-

(1) Vd. relação dos seus serviços até 1714, *Doc. Interessantes*, XLIX, 128. Teve em 1721 o posto de capitão mór da ilha de Santa Catarina, Laguna e Rio Grande, de premio a ter facilitado "os caminhos daqueles sertões para o Rio Grande de S. Pedro...", *Doc. Interessantes*, XXXVIII, 22. O capitão Manuel Gonçalves de Aguiar, que reconheceu o litoral em 1711-14, informou: "No tocante ao Rio Grande, consta por vários moradores desta povoação (Laguna) como pelo povoador dela o capitão mór Francisco de Brito Peixoto, que cursaram toda essa campanha do Rio Grande... ser... a melhor terra de toda a America do Brasil para se povoar", AFONSO D'E. TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, VII, 610. Uma sua filha casou com o ajudante José Pinto Bandeira: foram os avós de Rafael Pinto Bandeira, cf. MARIO TEIXEIRA DE CARVALHO, *An. do 3.º Congr. Sul Rio Grandense*, IV, 246-7. Sobre a importancia da viagem de Manuel Gonçalves de Aguiar, vd. TAUNAY, *Anais cit.*, VII, 625-638.

(2) A conveniencia de levar a fronteira ao rio Uruguai, onde estavam as missões, fôra encarecida em 1715 pelo cons. Antonio Rodrigues da Costa, do Conselho Ultramarino: "Toda a industria e arte ha de ser procurar com dissimulação e sem estrondo apoderar-se ou empossar-se da terra que vai do sitio da Nova Colonia até o rio Uruguai, porque este terreno é o mais fertil e de maiores esperanças...", *Invent. dos Doc.*, VII, 112. Nesta sugestão estava, implicita, a politica que seguiu Alexandre de Gusmão com o tratado de 1750.

(3) A exploração de 1715 propiciou a entrada de 1725, a que se seguiu, em 32, a fundação das "primelras estancias em Viamão e nos arredores de seu porto natural", hoje Porto Alegre, PARANHOS ANTUNES, *An. do 3.º Congr. Sul Riograndense*, III, 1039.

tecer de cavalos e bois São Paulo (1) ( e as Minas, onde valiam preços exorbitantes.

Bartolomeu Paes de Abreu (que em 1722 contratou os dizimos de Cuiabá pediu em 1720 licença para abrir o "caminho de terra, que, pela costa, não permitem as serranais, matas e baías de mar", de "Laguna até a Colonia" (2). O governador de São Paulo, Caldeira Pimentel, mandou que o fizesse, em 1727, o sargente-mor Francisco de Souza Faria (3).

Chamou-se "dos Conventos" eses caminho, pela configuração arquitetural que, no Araranguá, apresentam os contrafortes da serra marítima, beirando a praia (4). Souza Faria, ajudado de trabalhadores das várias vilas do litoral, partiu trinta legoas abaixo de Laguna, em Junho de 1729 (5), e passando o rio das Pelotas, os campos da Bôa Vista, as gargantas da cordilheira e os pinhais do rio Negro, encontrou os desbravadores que iam de Curitiba auxiliá-lo nesse duro trabalho (6). Em 1730 os primeiros rebanhos

(1) O caminho de Curitiba a S. Paulo, passando em Itararé, já tinha sido aberto, como em 1721 se declarou, *Boletim do Arq. Municipal de Curitiba*, VIII, 9.

(2) PEDRO TAQUES, *Nobiltarquia*, parte 1, 78-80. Fez a biografia de Bartolomeu Paes de Abreu, AFONSO TAUNAY, *Anals do Museu Paulista*, I, 424 e segs. Oferecera-se em 1720 para abrir o caminho terrestre de S. Paulo a Cuiabá, de que desistiu; animou o descobrimento de Goiaz, em que entrava seu irmão, genro de Bartolomeu Bueno, João Leite da Silva Ortiz; e sofreu inclemente perseguição do governador Caldeira Pimentel, TAUNAY, *ibid.*, I, 481-514. Foi seu filho o linhagista Pedro Taques.

(3) O P. Diogo Soares fez a carta "do caminho do 1.º descobrimento de João de Faria e Souza" (sic), ms. no Arq. Hist. Col.

(4) Vd. LINDOLFO COLLOR, *Garibaldi, e a Guerra dos Farrapos*, p. 324, Rio 1938.

(5) Requerimento do sarg. mór Manuel Gonçalves de Aguiar, 1730: "...o mez de junho do ano passado partiram dos campos da serra o sargento mór Francisco de Souza e mais officiais e soldados e gente com a factura do principio do caminho o qual principiará trinta legoas abaixo da Laguna perto as cabeceiras do Rio Grande de São Pedro do Sul vindo conforme o aviso e proprio que se mandaram campos e pinheirais a demandar a esta vila de Curitiba pelo dito caminho...", *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, IX, 51.

(6) Vd. docs. publ. no mesmo Boletim, citado. ... "Persuadiu (o governador Caldeira Pimental) a que este Povo rompesse o grande ser-

transitavam, tangidos dos campos de Tramandaí e do Viamão, pelo escabroso caminho no rumo de São Paulo — início de comércio, que avultou logo, a ponto de ser vinte anos depois um dos mais lucrativos e importantes do país: o comércio de gado chucro cuja feira anual e imensa se localizou em Sorocaba.

Em 1736, outrossim, o paulista Manuel Dias da Silva, um dos primeiros povoadores de Cuiabá, com o designio de inquietar os espanhóis no Paraguai, distraíndo-os do cêrco da Colonia do Sacramento, saiu de Goiaz, onde morava, para o varadouro de Camapuan, e, por terra, em tres mezes, cobriu a distancia entre os ultimos núcleos portuguezes e as serras (possivelmente Bodoquena e Maracajú), só retrocedendo quando achou fortes destacamentos adversários (1).

José da Silva Paes, creando à barra do Rio Grande uma fortaleza, dava a essa série de movimentos coordenação definitiva. Estendia o dominio portuguez aos campos marginaes da lagôa dos Patos e cobria, contra as sortidas de espanhóis e Tapes, as recentes estancias de Viamão.

## O FORTE DO RIO GRANDE

Em 19 de Fevereiro de 1737 varou Silva Paes o Rio Grande de São Pedro ( que assim se chamava o

---

tão de matos, serras e rios perigosos abrindo caminho para cima da serra do Rio Grande de S. Pedro do Sul, por onde até hoje estão vindo anualmente as indizivets tropas...”, em 1728 ou 30, Carta de Lourenço Ribeiro de Andrade, 1797, in RÔMARIO MARTINS, *Curitiba de hoje e de outr’ora*, p. 212, Curitiba 1922. Para a toponímia do vasto roteiro, vd. *Documentos Interessantes*, XXXV, 56-60.

Em 1733 mandava el-rei que se pagasse parte da despesa com “o caminho do Rio grande de S. Pedro para a vila de Curitiba”, com os “direitos dos gados e cavalgaduras que pelo dito caminho viessem...”, *Doc. Hist.* 1, 221. E’ de 1732, finalmente, o pedido de Custodio da Silva Pereira, para que podesse passar livremente o gado da Colonia do Sacramento para S. Paulo, *Inv. dos Docs.*, VI, f16.

(1) PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, Rev. do Inst. Hist., XVIII, 220.

canal que sangra a lagôa dos Patos) e, tres milhas além da barra, poz na praia parte de sua gente (1). Sem perda de tempo, levantou aí o reduto de Jesus Maria José — fundamento da vila do Rio Grande — e acomodou, como foi possível, infantaria e Dragões que deviam guarnecê-lo (2). Prodigiosa foi então a sua atividade, animada de entusiasmo profético: “pois ainda não se sabe lá (em Lisbôa) dos grandes e fertilissimos campos que Sua Majestade tem debaixo dos seus dominios desde o Rio Grande até a serra de São Miguel e passo do Xueú (de que hoje os castelhanos dizem têm perdido mais de vinte Montevidéos, e que aquele brevemente o virão a perder)”... “país tão pingue e abundante, não só para os seus vassallos, senão que promete mais vantagens que a Colonia e Montevidéo”... (3). E acentuava a vantagem estratégica: “só deste continente, e sem tão grossas despesas, unindo-se as forças que aqui se podem juntar com as de São Paulo se pode desassombrar a Còlonia, caso seja segunda vez invadida; o ponto é crear gente de cavallo, e que saiba fazer o serviço como cá se cos-

---

(1) Vd. CARLOS TESCHAUER, *História do Rio Grande do Sul nos dous primeiros séculos*, II, 119, Porto Alegre 1921; General BORGES FORTES, *O Brigadiero José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*, Porto Alegre, 1933.

(2) *Infantaria e dragões*, confirma o mestre de campo André Ribeiro Coutinho, doc. in *An. da Bibl. Nac.*, L, 328, que se dá por creador do famoso regimento de Dragões do Rio Grande: “Com as lévas que V. Ex. (Gomes Freire) ao mesmo tempo mandou das Minas, Rio de Janeiro, S. Paulo e Santos; com alguns presos da Bahia, e com um destacamento da Colonia e todos os que se achavam das Praças do Brasil naquele Dominio formei o casco do Regimento de Dragões, a que a 5 de Janeiro de 1739 vieram guarnecer os officiais com o seu coronel Diogo Osorio Cardoso”. Este substituiria Ribeiro Coutinho no governo do Rio Grande (1749) e aí faleceu em 1753. Que chegara em 1738, diz o doc. in *An. cit.*, p. 116. O seu braço direito foi o capitão Tomaz Luis Osorio, a quem, em 1749, propoz para tambor-mór, *An. cit.*, p. 77. Outro official distinto, Francisco Pinto Bandeira, *An. cit.*, p. 80.

(3) EDGAR FONTOURA, *An. do II Congr. Sul-Riograndense*, II, 87-8. *Cartas de Silva Paes a Gomes Freire*, de 7 e 14 de Março de 1738.

tuma, que daqui pode ser socorrida aquela praça...” (1).

Adivinhára o destino nacional do Rio Grande do Sul; também o papel que desempanharia para a conquista, o povoamento, a defesa, a “gente de a cavalo” que se creasse ali...

Por outro lado, acertou na solução que teria o problema dos limites meridionais, considerando: “se nos ficar o passo de Xueú (Chuí) pelo mesmo tratado (de paz com Espanha) seguro a V. Ex. direi que ficamos com muito melhor barreira que a Colonia e Montevidéo destacados...” (2). Assim parecia ao vice-rei conde das Galvêas (3). Gomes Freire pensava diferentemente. Que a manutenção de tantas praças, fôra a Colonia, constituia encargo superior aos beneficios que prometiam; receiava que a ocupação do Rio Grande custasse demasiado ao real erário; e apoiava a clássica política de Lisboa, de não largar por nenhum pretexto a sua margem do rio da Prata. Silva Paes, no interesse que dedicou à fundação do Rio Grande, viu que seria mais fácil e útil arredondar com o rio Uruguai e o Chuí o domínio português: prefixou a tese de Alexandre de Gusmão, incluída, treze anos mais tarde, no tratado de Madrid. Descobrira, à primeira vista, o remédio para o velho litigio, compensando a perda da Colonia, de difícil conservação, pelo “continente” (4) de risonhos prados,

(1) Carta de Silva Paes, 12 de Abril de 1737.

(2) EDGAR FONTOURA, *An. do II Congr. Sul-Riograndense*, II, 123.

(3) “...Porque me parece que será muito mais fácil no tratado que se espera para a demarcação dos limites entre as duas nações, que os castelhanos nos cedam o Rio Grande do que Montevidéo...” carta de Galvêas a Martinho de Mendonça, Bahia, 27 de Julho de 1737, *Ms. Códice Galvêas* (ou “Minas de Prata”, na Bibl. Nac., Rio).

(4) Desde os primeiros documentos é dado o nome de *continente* ao atual território do Rio Grande do Sul. O vice-rei explica, carta de 27 de Julho de 1737: “...Ocupamos o Rio Grande que na minha opinião nos é de muito maiores conveniencias, não só pela vantagem dos



de colonização suave, de riqueza variada e apetecida, (1) de clima ideal para os europeus, de chão fértil, de aguas abundantes, resguardado das agressões marítimas pela angusta barra do Rio Grande, unido agora às capitanias do norte pelo "caminho dos Conventos"...

### O CONTINENTE!

Sabendo, outrossim, que se tratava da paz entre as duas corôas, e que esta respeitaria a "efetiva pòsse" portugêsa, Silva Paes não se contentou com a barra do Rio Grande. Plantou na serra de São Miguel o seu baluarte austral, iniciando ali, em 17 de Outubro de 37, a construção de um forte, que deixou com seis canhões e cincoenta infantas. A data é importante (2). Pois a 1.º de Novembro chegou ao Rio Grande a noticia do armistício, que precedia à reconciliação luso-espanhola, e já então não seria licita aquela obra (3). Silva Paes passou o governo ao mestre de campo André Ribeiro Coutinho, official letrado e exemplar (4), e recolheu-se ao Rio de Ja-

---

sílios e por formarmos um *continente* sem interrupção até a Laguna, mas..." *Códice* cit., ms. na Bibl. Nac. A palavra tinha duplo sentido, pois, distinguía da Ilha (Santa Catarina) e indicava "região" ou "área". Exemplo: "...na Vila de S. Joseph do Continente desta Ilha de Santa Catarina...", doc. de 1752, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XXIII, 436.

(1) O primeiro trigo para o Rio Grande foi enviado de Curitiba, em 1738, *Boletim Municipal*, vol. 4, n. 8, p. 316, Porto Alegre 1941.

(2) Vd. BUENAVENTURA CAVIGLIA (hijo), *El Fuerte de San Miguel*, p. 11, Montevideo 1935.

(3) Vd. informes de um official espanhol que visitou então o Rio Grande, 27 de Fevereiro de 1738, in CORREA LUNA, *Campaña del Brasil*, I, 527-8.

(4) Carta de 30 de Outubro de 1737, *Publ. do Arq. Nac.*, VIII, 87. ANDRÉ RIBEIRO COUTINHO é o autor do estimável livro, em dois tomos,

neiro em 11 de Dezembro (1). Cumprira do melhor modo a sua alta missão. A praça do Rio Grande consistia em "pentagono regular com 28 canhões montados"; à distancia de tres legoas outra bateria fechava o canal; e, na extrema da lagôa Mirim, um destacamento vigiava a terra deserta. Mas o Rio Grande tinha dono!

### SANTA CATARINA

A ocupação do Rio Grande exigia que se fortificasse também a ilha de Santa Catarina, para resguardar-lhe as comunicações com Santos e Rio de Janeiro. Foi a ilha, com o Rio Grande, erigida em capitania (Ordem régia de 11 de Fevereiro de 1738, (2) e designado José da Silva Paes para seu governador, afim de desenhar e construir fortalezas indispensaveis: Ponta Grossa, São Caetano, Ratoes (3). Gomes Freire forneceu-lhe várias peças tiradas dos baluartes da Baía (4). Um ano depois, o famoso almi-

---

o *Capitão de infantaria Português*, dedicado a Gomes Freire, Lisboa 1751, ano de seu falecimento, cf. FELIX PACHECO, *Duas Charadas Bibliograficas*, p. 128.

Em 1738 houve noticia de um exercito de espanhóes e Tapeas que viria desalojar os lusos, do "serro de S. Miguel e Passo de Chuy do Rio Grande", cf. doc. in *In. da Bibl. Nac.*, L, 66.

(1) Rebelro Coutinho rompera por terra de Santa Catarina ao Rio Grande, onde chegou a 18 de Abril de 1737, doc. in *An. da Bibl. Nac.*, L, 328.

(2) Não se deve considerar que Silva Paes fosse destacado para Santa Catarina em virtude de desavenças com Gomes Freire, OSVALDO R. CABRAL, *Santa Catarina*, p. 92, S. Paulo 1937. Chegou á ilha em 19 de Março de 1739, Garcia, nota a Varnhagen, *op. cit.*, IV, 96. Achou uma população passante de novecentas pessoas, mas sem cirurgião ou botica, carta de 30 de Abril de 39, *Invent. dos Docs.*, VII, 360. El-rei mandou crear no Desterro um Colégio de jesuitas. Contentaram-se com um hospicio, OSVALDO R. CABRAL, *Os Jesuitas em Santa Catarina*, p. 10, Florianopolis 1940.

(3) Foi engenheiro ajudante André Vaz Ferreira, discipulo de Alpoim, *An. da Bibl. Nac.*, L, 68; e arquiteto auxiliar, Roque da Silva Paes, *An. cit.*, p. 71.

(4) Carta de Galvêas, 27 de Julho de 1737, *Códice Galvêas*, ms. na *Bibl. Nac.*, Rio.

rante inglês George Anson aí o encontrou em plena faina (1): e em 1741 já o viram no Rio Grande os naufragos da "Wager", uma das fragatas da mesma expedição, que se perdêra no Pacifico (2). O Brigadeiro era então uma espécie de inspector das guarnições da costa, ocupado ao mesmo tempo em defender os portos e disciplinar a tropa irritada com o atrazo dos sôldos, a solidão de seus quartéis de fronteira. Do levante dos Dragões do Rio Grande em 1741, aliás sem consequencias, de protesto contra a miséria em que andavam, temos a noticia pitoresca dos dous marujos britânicos (3).

Cumpria ter em Santa Catarina um regimento completo, pediu o governador (4). Pouco seria sem o povoamento sistemático. Casais de ilhéos, da Madeira e dos Açores, bem podiam instalar-se na ilha e no continente, para aproveitar-lhes a fertilidade, os arraiais já creados. a segurança que lhes forneceria a ocupação militar. Preencheriam os claros deixados entre os quartéis na linha limítrofe; e não permitiriam que na terra, de lavoura e pastoreio, viéssem estabelecer-se os espanhóes. Já pensava nisto el-rei em 1736, e o autorizou o Conselho Ultramarino em 1746. O governo forneceu transporte a homens de até 40 e

---

(1) Vd. Lord GEORGE ANSON, *A Voyage round the world in 1740-44*, London 1756; JOHN PHILIPS, *Authentic Journal of the last expedition under the command of Commodore Anson, etc.*, London 1744. Deu relevo literário á expedição Jean Jacques Rousseau, pondo nela o amante de Julie, de sua *Nouvelle Heloise*, II, 156 (*Oeuvres Complètes*, Paris 1824). John Byron, outro náufrago da "Wager": "*The Narrative...*", London 1778.

(2) J. BULKELEY e J. CUMMINGS, *Uma Viagem aos mares do sul*, 1740-41, trad. de J. de Carvalho, p. 148, Rio 1936.

(3) J. BULKELEY e J. CUMMINGS, *ob. cit.*, p. 160. Vd. docs. sobre a sublevação, *Invent. dos Docs.*, XII, 421-2. O perdão aos rebeldes foi resolvido no Rio, 14 de Fev. de 1742. Representaram ao Governador Diogo Osorio Cardoso, queixando-se das insolencias que sofriram dos officiaes maiores, *Catálogo de man.*, 556-630, *Bol. da Univ. de Coimbra*, p. 120.

(4) Parecer favoravel dos Cons. Ultram., 11 de Março de 1744, *Invent. dos Docs.*, VII, 450.

mulheres de até 30 anos, com pequena ajuda de custo, ferramentas, duas vacas e uma egua, farinha por um ano, sem falar na terra, que lhes concederia (1). Previa-se um deslocamento de 4 mil casais (2). E o cálculo era razoável. Em 1747 chegou a Santa Catarina a primeira léva, de 461 pessoas. A segunda, em Março de 49, com 600. A terceira em Dezembro, com 1.066. A quarta em 20 de Janeiro de 1750, a última em fins de 1753 com 500 ilhéos (3). Outros apontamentos dão o total de 1.178 casais (6.492 pessoas) para essa preciosa imigração, entre 1748 e 53 (4). Foi com ela que o governador Manuel Escudeiro Ferreira de Souza (que sucedeu ao Brigadeiro) fundou duas povoações na ilha (5).

Pelas armas fôra confirmada a posse. Os açorinhos robustos, sóbrios e tenazes encarregavam-se do resto: formariam o povo (6).

---

(1) Edital in Gen. BORGES FORTES, *Casais*, p. 42, Rio 1932.

(2) *Carta régia* de 9 de Agosto de 1747, com a chancela de Rafael Pires Pardiniho, com as instruções sobre a instalação desses imigrantes. Até 17 de Setembro de 1747 inscreveram-se nos Açores 2.585 pessoas; em S. Miguel 141 casais (706 pessoas), Graciosa, 373, S. Jorge, 1433.

(3) Até 1750 tres remessas de casais tinham sido feitas, sendo a última de 686 pessoas, das quais muitas morreram de doenças contraídas a bordo, *An. da Bibl. Nac.*, L, 105. Em carta de Ferreira de Souza, substituto de Paes, para Diogo de Mendonça, se vê que os numeros foram: 451 em 1748, 509 em 1749, 1.555 em 1750, 1.342 em 1731, 1.379 em 1754, dos quais foram para Laguna 80 casais, para o Rio Grande 278, ficando na ilha e outras povoações do continente 720, com 4.442 pessoas. (BORGES FORTES, *ibid.*, p. 58).

(4) BORGES FORTES, *ibid.*, p. 59.

(5) *An. da Bibl. Nac.*, I, 106. A planta da matriz de Desterro é de 1748, no *Arq. Hist. Col.*, Lisboa, ms.

(6) "Núcleo básico do seu povoamento", OSVALDO R. CABRAL, *A Vitória da Colonização Açoriana em Santa Catarina*, p. 18, Florianópolis 1941.

## O TRATADO DE 1750

O problema das fronteiras mudou substancialmente com o tratado que se fez em Madrid em 1750.

Esse diploma não foi sómente o mais importante da chancelaria portuguesa no século XVIII (e, porque não o dizer? um dos principais da história diplomática da Europa): reconheceu afinal a configuração do Brasil, ratificou-lhe o crescimento, legalizou as suas conquistas recentes, revolucionou os "critérios" políticos, relacionados com a America, e cordou a expansão lenta e sistemática da colonia com uma aprovação definitiva e solêne.

## ALEXANDRE DE GUSMÃO

Para inspirar tal documento necessitava-se conhecimento e amôr do Brasil. Foi devêras o seu autor — que o pensou, que o delineou, que o negociou, que o defendeu — um filho do Brasil. O primeiro brasileiro que subiu a um logar de confiança junto do rei e o serviu como secretário: o ilustre Alexandre de Gusmão. Sem ele não se agenciaria semelhante composição; não teria o entusiasmo e a nitidez que apresentou; sobretudo a sua geografia, a sua providencia, a sua perspicácia.

Gusmão tem um lugar distinto entre os literatos e pensadores do seu tempo, e gozou da fama de espirito independente e lúcido que desdenhava as mesquinhas praxes de sua côrte para gravitar em volta das idéas e dos exemplos estrangeiros. Entrára môço para a carreira diplomática (1). O irmão irriquiéto, e genial, o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, depois de assombrar o país com a promessa de fazer voar uma máquina, dominando com ela os espaços, precursor infeliz, desmandára-se, deacira, e fôra morrer obscuramente no exilio em Toledo (2). Sem a originalidade e as violencias do padre-voador, Alexandre soube instruir-se nas suas missões de Paris e Roma; não alienou as suas inquiétações pela sorte da America; e, valendo-se da complacencia de D. João V, aproveitou a excelente oportunidade do ano de 1747 para ajustar o tratado que daria ao Brasil fronteiras permanentes.

---

(1) Filho de Francisco Lourenço, cirurgião mór em Santos, aí nasceu Alexandre Gusmão, 1696-1753. Tomou o nome do padrinho, o veneravel jesuita fundador do Seminário de Belem, na Bahia, onde estudaram pelo menos dous irmãos seus. Entrou jóven para a carreira diplomática. Mandado para Paris, 1714-19, estudou na Universidade e graduou-se em leis. Sete anos serviu em Roma, onde fora auxiliar o irmão, P. Bartolomeu Lourenço, incumbido de obter duas bulas de beneficio da Patriarca de Lisboa. Em 1730 entrou no gabinete real como secretário para negocios externos e logo, para os trabalhos de maior sutileza e finura, e tão bem os desempenhou que foi nomeado escrivão da puridade. Figurou na Academia Real da História Portuguesa (a que pertencia o "Voador"); e exerceu consideravel influencia politica, sobretudo nos dous últimos anos do reinado de D. João V. Teve a propriedade dos officos de Escrivão e Tabellão de Ouro Preto "em recompensa dos seus serviços e de seu irmão" Bartolomeu Lourenço de Gusmão", *An. da Bibl. Nac.*, L. 481. Faleceu em 1753.

(2) Estudou em todas as minúcias, magistralmente, a biografia do padre-voador, APONSO D'E. TAUNAY, *An. do Mus. Paul.* Vol. IX, Aí a defesa dos títulos, méritos e vida do inventor do aerostato.

A lápide comemorativa de Bartolomeu Lourenço lê-se ainda na "Posada de la Hermandad" (ANTERO DE FIGUEIREDO, *Toledo*, p. 192, Lisboa 1932). A cidade de Santos erigiu-lhe monumento condigno.

## A NECESSIDADE DO TRATADO

Pode-se dizer, a urgencia d'um tratado definitivo de limites surgiu em 1739-41, quando se renovou a guerra entre Inglaterra e Espanha. Saiu então, para atacar as possessões castelhanas da America, e conquistá-las, o almirante Vernon. Ao clamor que empolgara Londres, "mar livre ou guerra", se seguiu essa expedição célebre que encheu Portugal de justos receios. "Os ingleses esperavam então tomar a America espanhola", disse Voltaire (1); pelo menos, abrir-lhe os portos (2). O ministro português em Londres, Sebastião José de Carvalho e Melo (o futuro Pombal) indicou o seu roteiro: era o istmo de Panamá, com o que "ficam os ingleses metendo na sua algibeira as chaves das duas portas da America espanhola..." Depois, atacariam Buenos Aires, que imaginavam prêsã facil e valiosa (3). Sucedeu o piór para Vernon, que se apoderou de Portobelo, mas fracassou no assalto de Cartagena. Desvaneceu-se então aquele vasto projéto. A diplomacia de Lisbôa entendeu que convinha evitar de futuro um conflito colonial susceptivel de transformar-se em apêlo à Inglaterra, para que nele interferisse; e assim tambem se pensou em Madrid. Um documento de 1754 reporta-se a este temôr: "Convendrá que los portugueses se pongan en terminos de no ne-

---

(1) VOLTAIRE, *Précis du Siècle de Louis XV*, ed. Garnier, p. 65, Paris, 1919.

(2) Vd. RICARDO LEVENE, *Investigaciones acerca de la Historia Economica de Virreinato del Plata*, 1, 306, La Plata, 1927.

(3) Carta de Sebastião José, 8 de Julho de 1741, in *Publicações do Arquivo Nacional*, IV, 15-20, Rio 1903; vd. tambem J. LÚCIO D'AZEVEDO, *O Marquês de Pombal e a sua Epoca*, p. 12 Lisbôa, 1909.

cessitar unos aliados que no pueden menos de ser gravosos y que entiendan los ingleses que Portugal no tiene con quin reñir" (1). Que se resolvesse em familia!

### INFLUENCIA DA RAINHA

Reinava em Espanha (desde 1746) Fernando VI, casado com a infanta D. Maria Barbara, filha de D. João V. O amôr que uniu à rainha aquele rei dócil foi de grande alcance politico. D. Maria Barbara dominou-o, exercendo sobre o seu fraco espirito uma influencia ilimitada: (2) mas teve o bom senso de emprega-la em favor da paz, da paz definitiva na península, e na America. Quiz que se fizesse um Tratado resolvendo de vez todas as questões pendentes; e impedindo que se renovassem. Do outro lado, em Lisboa, estava Alexandre de Gusmão, que adquirira igualmente uma alta situação com a doença de D. João V, e a subida ao governo de frei Gaspar da Encarnação, que sucedera em Outubro de 47 ao cardeal Mota e Silva na secretária do rei. O Papa Bento XIV notou, na sua Correspondencia: "...le gouvernement restera sans difficulté au Père Gaspar" (3). Este deu mão forte a Gusmão (havia de cair com ele, quando

(1) *Anals da Biblioteca Nacional*, LIII, vol. 1.º, p. 34 (ed. de R. Garcia). O partido anti-ingles de Madrid favoreceu o tratado, vd. PIO ZABALA y LERA, *Espanha bajo los Borbones*, p. 43, Barcelona 1926. A preocupação referida é que explica o art. XXV do *Tratado de 1750*, "obrigando-se cada um a auxiliar o outro contra ataque ou invasão..." Voltou-se depois contra os jesuitas.

(2) Vd. DOCTEUR CABANÈS, *Le Mal Heréditaire*, 2ème. série, p. 241, Paris. ... "Hizo el informe (o governador de Montevidéo, consultado sobre o Tratado) a gusto de la Reyna y del Partido que favorecia la pretensión del Rey de Gotugal...", ENRIQUE M. BARBA, *Don Pedro de Cevallos*, p. 26 nota, La Plata, 1937. GONZALO DE REPARAZ (hijo), *Los Borbones de España*, cap. V, Madrid 1921, reproduz outros informes sobre Fernando VI e sua mulher.

(3) Cit. de ALFREDO PIMENTA, *Subsidios para a história de Portugal*, p. 256, Lisboa 1937.



morreu o rei: “o monge, despedido do governo, era natural arrastar na quêda o subordinado...” (1), que se obstinou em negociar o Tratado segundo as conveniências portuguesas. O principal artigo era a permuta da Colonia do Sacramento pelos “sete póvos” jesuiticos” do Uruguai. Desde 1748, souberam os jesuitas da transação em curso (2).

Para Gusmão (que seguia nisto a corrente de Cunha Brochado (3), de Silva Paes, desfavoravel à conservação da Colonia do Sacramento) — a troca era providencial: dava todo o rio da Prata, é certo; mas fixava no Uruguai o limite definitivo e, no mesmo ato, o que valia mais, legalizava os avanços e conquistas do oeste, com a demarcação do resto do territorio. Liquidava-se o antigo problema: em vez do baluarte precário do Prata, o Rio Grande; e, apagando-se a linha de Tordesilhas, o que se confirmava era toda a área nova, de Cuiabá, de Goiás, do Amazonas, dominada de fato pelos portugueses.

## O “UTI POSSIDETIS”

Desse raciocínio prático partiu Gusmão para ajustar o tratado com algumas clausulas de maior interesse

---

(1) J. LÚCIO D'AZEVEDO, *O Marquês de Pombal — A sua epoca*, p. 114. Em 1747 a côrte portuguesa tomou a iniciativa, reabrindo a questão das fronteiras segundo as idéas expostas em 1725, Doc. in *An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º, 31. A insistência era a preliminar da transação audaz, que livrava Portugal do encargo de defender a custosa Colonia, em troca do rico espólio da banda oriental do Uruguai e do “uti possidetis” do resto do Brasil.

(2) ENRIQUE M. BARBA, in *Humanidades*, tomo XXI (homenaje a Ricardo Levene), 231, La Plata, 1936.

(3) Brochado, embaixador de D. João V, previra em 1725: “Não temos mais remedio que largar a Colonia...”, CAETANO BEIRÃO, *Cartas da Rainha D. Marlana Vitória*, LXXXVIII.

politico (1). “El primero (gabou um diplomata espanhol) que aúñque por desgracia tenian guerra en Europa se han de mantener en paz los vassalos de allá (2); y el segundo contiene una garantía de aquellos dominios” (3).

Em definitivo, dava-se à ocupação real da terra (como no direito civil) o valor de propriedade justa.

(1) Em 1756, o advogado Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, em carta acusando a Sebastião José de Carvalho e Melo, atribuía a Gusmão a ideologia do Tratado: “A rara capacidade deste homem era inimitável, a sua benigna intenção era a mais sincera em tudo, o maior trabalhador do nosso século em tudo quanto foi conveniente à Monarquia, vencendo as maiores dificuldades com os seus estudos e com a sua prudencia; foi insuperavel na isenção, tanto que, tendo grande renda, morreu pobre, não chegando todo o seu espólio à metade do pagamento das suas dividas. A este verdadeiro homem tomou Sebastião José tal aversão, que quiz fazer duvidosa a sua fidelidade, escolhendo para assunto a mesma negociação, que ha de ser credito seu enquanto houver Portugal. . . O ajuste da demarcação dos confins da America e subrogação da nova colonia do Sacramento, cuja dependencia tão venturosamente manejou a beneficio de Portugal e Castella, foi certamente o mais avultado beneficio, que se podia fazer a estas suas Côrtes, porque ficando ambas utilizadas, veiu a tirar-lhe aquele fomento de discórdia. E para ser imortal a de Alexandre de Gusmão, bastara sempre conseguir dar a estes dous Reinos um tão autorizado titulo, como são aqueles dous ultimos Tratados, para se evitarem as suas controversias para o futuro”. (Doc. cm. pelo marqués de Lavradio, *Ocidente*, n.º 30, ps. 47-8, Lisboa 1941).

(2) A idéa não era original. Durante a guerra da Restauração, no século anterior, se conseguira evitar a luta na América, embora rolasse, renhida, na metropole. A França tambem a propoz, mas sem resultado, à Inglaterra: no caso de se ferirem hostilidades na Europa, não se comunicariam às possessões...

RODRIGO OTÁVIO, *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale*, p. 21, Paris 1930, com razão observou que a fórmula de 1750 é o substrato da doutrina de Monroe, no que tem ela de essencial: que as contendidas da Europa não passassem à América: “Et bien! trois quarts de siècle avant Monroe, ce que Gusmão a mis dans son traité n'était pas autre chose. On ne peut donc pas reconnaître que, des termes du traité de 1750, se dégagent les principes fondamentaux de la politique américaine, que Monroe a condensés dans son Message de 1823...”

(3) A garantia reciproca das fronteiras assim combinadas, correspondia ao receio a que já aludimos, da interferencia de terceira nação nos assuntos entre Portugal e Espanha no Prata. Ajustava-se, porém, ao pensamento central, de que as lutas europeas não deviam transportar-se para a América. Espanha, aliada da França, poderia facilitar a expansão francesa partindo da Guiana; Portugal, aliado da Inglaterra, poderia facultar os seus portos a uma agressão dirigida a Buenos Aires. Comprometendo-se a defender as fronteiras de 1750, uniam-se os ibéricos na América, separando os destinos desta do que ocorresse altures... Já era o pensamento d'uma autonomia de ação, que infelizmente cessou com a idéa inspiradora do tratado, a influen-

Este principio teve a alcunha de “uti possidétis” (1). Prevaleceria como o mais razoavel e necessário a fundamentar a delimitação dos países do continente (2).

## AFINAL, OS LIMITES...

O Tratado subscrito em Madrid em 13 de Janeiro de 1750, punha a linha limitrofe no regato ao pé do monte de Castilhos Grande, equidistante do cabo de Santa Maria e da barra do Chuí, e a levava às cabeceiras do rio Negro, pelo Ibicuí acima, até a sua con-

---

cia realista e profética de Gusmão. Confirmou-a o tratado de 1778, que se seguiu ao de Santo Ildefonso, concorrendo então Portugal para que os ingleses não atacassem o Perú, vd. nota de Garcia a Vernhagen, *op. cit.*, IV, 349.

Joaquim Nabuco não menciona esse “sistema”. Por isso lhe pareceu esporádica a proposta de Espanha a Portugal, em 1753, para lançarem fóra da Guiana os holandeses, dividindo esse territorio entre eles; “lo debidamos amigablemente con limites que señalemos de conformidad”. J. NABUCO, *O Direito do Brasil*, p. 100, Rio 1941.

(1) “Uti possidetis... ita possideatis...” Ou seja: como possuis.... Foi o principio que em 1810 se applicou á divisão territorial Americana, DANIEL ANTOLETZ, *Tratado de Derecho Internacional Publico en tiempo de paz*, II, 287, Buenos Aires 1928, reconhecido como postulado juridico americano no Congresso de Lima de 1847 (LUCIO M. MORENO QUINTANA, *El Sistema Internacional Americano*, II, 34, Buenos Aires 1926; e definido ainda uma vez pelo Brasil em 1887, CLOVIS BEVILAQUA, *Direito Publico Internacional*, p. 288, Rio 1939.. Contingencia de ordem histórica, não dogmática... ROBERT REDSLOB, *Les principes du Droit des Gens Moderne*, p. 12, Paris 1937. “La línea divisoria no hace más que cortar justamente por aquel mismo terreno que hoy poseeden los portugueses...” carta de Valdelirios, 1752, *Anais da Biblioteca Nacional*, III, vol. 1.º, p. 17.

(2) Não devemos dizer que o “uti possidetis” foi introduzido na diplomacia luso-brasileira por Gusmão, que teve o merito de fazer dele a definitiva fórmula pacificadora.

O principio do “uti possidetis”, ou reconhecimento da posse civil, foi applicado pela primeira vez no congresso de Breda, entre a Inglaterra e Holanda, em 1667 (Vd. VICENTE G. QUESADA, *História Diplomática Latino-Americana*, I, 57, Buenos Aires 1918). Aliás omite este autor os precedentes portugueses. Na paz de 1668, realmente, entre Portugal e Espanha, como mostramos, *História do Brasil*, II, 330, se estabeleceu a restituição das praças tomadas “durante a guerra”, o que vaila: 1.º, pela revogação da linha de Tordesilhas; 2.º, pela applicação do “uti possidetis”. O tratado de *Utrecht* manteve a doutrina, que seria a preliminar da paz perpetua, sonhada pelo abade de Saint Pierre em 1740... O tratado de Aix-la-Chapelle, de 1748, mandára repôr no “statu quo ante” a situação dos beligerantes europeus.

fluencia no Uruguai, cujo alveo acompanhava (tomando as *missões*, ou “sete póvos”) para deixá-lo apenas no Pequiri. Daí subia ao Iguassú, desaguava no Paraná, comunicava-se, pelo Igurei-Corrientes, com o Paraguai e o remontava, à lagoa Xeraés, partida ao meio, para que a fronteira portuguesa declinasse da fóz do Jaurú para o Madeira-Mamoré, a ligar-se com o Amazonas na região das aldeias de carmelitas portuguesas, ao sul, e pelo curso do Japurá, ao norte... (1).

Demarcadores “inteligentes” fariam a necessária demarcação no terreno, complementar do ajuste. Repudiavam-se os tratados e pretensões anteriores, a começar pelo de Tordesilhas, votado afinal à perpetuo silencio. Ficavam os espanhóis com a Colonia do Sacramento, o que nela houvesse, e o territorio até o Chuí, o Ibicuí e o Uruguai. Os jesuitas das missões cedidas a Portugal delas saíam, com os indios e os bens móveis, para localizar-se n’outros dominios de Espanha. Em caso de guerra entre as duas coroas, “se mantenhiam em paz os vassallos de ambas, estabelecidos em toda a America Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os Soberanos...” Obrigavam-se a não ajudar os inimigos reciprocos

---

(1) Elucida inteiramente o traçado, o mapa português que o acompanhou, e pela primeira vez publicado (o exemplar pertencente à corte de Madrid) por Rodolfo Garcia, *An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º vol. O mapa espanhol vem in JOSÉ TORRE REVELLO, *Mapas y Planos referentes al Virreinato del Plata*, p. 12, Buenos Aires 1938.

De modo geral, o Brasil ficava com os seus limites característicos. Retificações locais, de detalhe, seriam obra do tempo. Assim, em vez de ser o Ibicuí a fronteira do sul, esta tomou, mais abaixo, a barra do Quarahim (no terreno intermedio, sobre o Uruguai, está Uruguaiana); em compensação, a lagoa Mirim, que em 1750 cabia inteiramente ao Brasil, passou a separá-lo da vizinha Republica Oriental. O mapa de 1749, citado, não indica o rio Guaporé senão como uma das fontes do Madeira; mas, estendendo a este demasiadamente para o sul, consagra a fronteira que subsiste. Na Amazonia, o contorno observado quasi coincide com o atual, atenta a imprecisão da carta de 1749. Tudo isto nos leva a dizer que, salvo o pormenor, minimo em face da vastidão do país demarcado, os limites do Brasil se fixaram naquele Tratado. É de maneira definitiva.

mesmo na vigencia de guerra, concedendo-lhes os seus portos ou o transito por suas terras. (A dita continuação de perpetua paz e boa vizinhança não terá só logar nas terras e ilhas da America Meridional, entre os suditos confinantes das duas monarquias, senão tambem nos rios, portos e costas e no mar oceano”, desde o arquipelago do Cabo Verde às aguas litoraneas (art. XXI) (1).

---

(1) JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, *Fronteiras do Brasil no regimen colonial*, p. 145.

### XIII

## O GRANDE REINADO DE D. JOÃO V

Em 1750, quando, depois de quarenta e quatro anos de reinado pacífico e suntuoso, morreu D. João V, o balanço que se fizesse de suas despesas, dos seus desperdícios, de sua “magnanimidade” daria uma idéa exáta dos lucros que o Brasil lhe déra.

O ouro e os diamantes da colonia alteraram fundamentalmente os costumes da côrte, outr’ora sóbrios e graves; coincidiram tambem com o estilo absolutista, a imitação de Luiz XIV, o esplendor “oriental” do governo mais despótico que houve em Lisbôa. D. João V jamais reuniu Côrtes, para ouvir-lhes o conselho; exerceu sem freios o poder pessoal; encaprichou-se quanto quiz em todos os seus projétos, alguns delirantes; construiu as obras imensas que seduziram a sua imaginação grandiosa; e foi irresistivel, pela firmeza que emprestou às suas resoluções. Costumava dizer, comparando-se aos antecessôres, que não ousaram tanto: “Meu avô deveu e temeu; meu pae deveu; eu não devo nem temo”.

Esta arrogancia exprimia o desafôgo financeiro — não devia! — e a quiétação interna — não temia!

Os fidalgos, donos do Reino ao tempo de D. João IV, ainda intranquilos com D. Pedro II, em consequencia do destronamento de Afonso VI, não perturbaram o longo reinado de D. João V, a quem sobrou dinheiro para pagar fartamente os emprêgos, distribuir mercês e prêmios, e espalhar o bem estar a seus servidôres, dominados pela sua autoridade e pela sua magnificen-

cia. Igualmente para zelar as novas fontes de riqueza, do Brasil, suprimiu, onde conveiu, as tradições de autonomia das Camaras, de protestos do povo, de isenções e regalias individuais, para recomendar aos governadores mão forte, fiscalização severa, repressão exemplar. O seculo XVIII era ele, na confusão do principio monárquico com os dogmas sagrados, na ignorancia dos velhos privilegios de seus súditos, no sentimento da pompa, do esplendor, do luxo, que substituíam as antigas fórmulas de prosperidade pública... As crueldades de Pernambuco em 1712, as punições infligidas aos régulos e rebeldes pelo conde de Assumar, Rodrigo Cesar de Menezes e o conde de Sabugosa, participam do "sistêma" do seu reinado. Uma cousa fôra o Brasil sem tesouros à superficie, sem ouro à mão de semear, sem as pedras do Tijuco: outra, o acúmulo desses cabedais nas montanhas remotas. O administrador impiedoso, o regimento de Dragões das Minas, as instruções dadas aos ouvidôres, guarda-móres e contratadôres, o aumento da magistratura e das forças às suas ordens, correspondiam à situação recente, eram a sua resultante, o seu "clima".

A despeito dessa diferença dos reis passados — que não tinham Dragões nas Minas, nem ouro que os sustentasse — D. João V foi um soberano lúcido, cheio de dignidade, e desejo de acertar.

E' um erro julgá-lo pelas apparencias, de megalômano, perdulário, espantoso nos gastos e nas excentricidades (1). Ao contrário, prezou a cultura, amparou as letras, estimulou as artes, resolveu problemas essen-

---

(1) E' de observar-se que a historia no seculo XIX (cujo expoente a respeito foi Oliveira Martins) carregou as côres ao julgamento de D. João V e o converteu n'um futil dissipador de riquezas. Reivindicam-lhe os méritos os modernos historiadores portuguezes, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão, Manuel Murias, Eduardo Brazão, João Ameal, Rodrigues Cavalheiro. Vd., destes dous, *Erratas á História de Portugal*, Porto 1939.

ciais do Estado, deixou construções úteis, fez-se respeitado no estrangeiro e elevou a um nível apenas alcançado no principio do seculo XVI a reputação portugueza no mundo. Porque não abusou da intolerancia, que estava na moda, nem do poder irrestrito, como outros principes de sua epoca. Em contraste com esse poder, era devoto, tinha confesores jesuitas, enriquecia o clero e a Igreja de muitos mimos: e no mesmo compasso de magnificencia e altivez, queria ser o exemplo dos reis católicos, o mais atentado, o mais obsequiado da Santa Sé. . . Em duas audiencias por semana ouvia todas as queixas (1). Como podessem procurá-lo os humildes, os oprimidos, acusando de viva voz os administradores, os abusos desapareciam, sumiam-se os déspotas que antes floresciaam nas provincias, nas colonias. Temiam todos a irritação, o castigo del-Rei. Esse principio de justica imanente ajudava a fazer-se, no Reino, um ambiente próspero, jovial, amavel. “Em quanto à alegria, jamais houve tanta na côrte”, escreveu um contemporaneo (2) — deslumbrado com as seis mil carruagens, os tres mil músicos de Lisbôa. “Aqui não se faz outra cousa mais que divertir, tanger e bailar” . . . Apesar do Santo Officio, dos autos-de-fé, dos processos que se epilovavam na fogueira, com o povo arrumado ao pé do patibulo. Porque até essas lúgubres cerimoniaes entravam na animação geral.

O ouro brasileiro chegava para tudo. D. João V gastou em demasia. Mas de bom gosto, suntuosamente, esplendidamente. Converteu o ouro nas embaixadas incomparaveis, como as de Roma, Utrecht, Paris. No formidavel convento-palacio de Mafra, cumprimento de ex-voto, se a rainha lhe dêsse herdeiros, e

---

(1) Doc. in AMEAL e CAVALHEIRO, op. cit., 19.

(2) FRANCISCO DE CASTRO, *Ronda de Lisbôa (1751)* p. 145, ed. de Lisbôa 1925.



que construiu, de 1717 a 30, pondo no terreno sáfaro, perto do mar, uma réplica do Escurial, que custou 48 milhões de cruzados (quasi o produto integral dos quintos que recolheu do Brasil no seu vasto reinado!) (1). No aqueduto das Aguas Livres, de 109 vãos, em pedra de lioz, melhoramento essencial, que ainda hoje abastece Lisbôa (2). No hospital das Caldas, na bibliotéca da Universidade de Coimbra, de insuperavel belêza (3). Na criação da Patriacal de Lisbôa (1716), a cujo prelado Clemente XII concedeu o barrête cardinalicio (1737) e cujos conegos tiveram honras excepcionais (4). Na obtenção em Roma do titulo de "Majestade Fidelissima", equiparado ao dos maiores reis da cristandade (5). Na capela de S. João Batista, da igreja de São Roque, joia italiana de lavôr maravilhoso (6).

E' certo que se desmandou em amôres escandalosos e deixou vários bastardos reconhecidos, a quem dotou com a habitual generosidade (7). Estava isto

---

(1) Vd. JOÃO PAULO FREIRE e CARLOS DE PASSOS, *Maфра*, p. 33, Porto 1933.

(2) Sem o aqueduto, "Lisbôa iamais passaria dos limites do bairro de Alfama...", frei CLAUDIO DA CONCEIÇÃO, Gabinete Histórico, cit. por AMEAL e CAVALHEIRO, *ibid.*, p. 32.

(3) Foi feita em dezeseis anos e custou mais de 80 contos, cf. BARRETO FEIO, *Memoria*, cit. por AMEAL e CAVALHEIRO, *op. cit.*, p. 35, e MARIO BRANDÃO e M. LOPES D'ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra*, p. 60-1, Coimbra 1987.

(4) Vd. comentário irônico do Papa, doc. in ALFREDO PIMENTA, *Subsidios para a História de Portugal*, p. 259.

(5) Sua Majestade Catolica (Espanha), Cristã (França), Apostolica (Austria), Fidelissima (Portugal)... "Se o sr. rei D. João V não gastará em Roma cento e quatro milhões na sua vida...", Bispo do Pará, *Memórias Inéditas*, p. 183.

(6) REYNALDO DOS SANTOS, *A Arquitetura em Portugal*, p. 37, Exposição Portuguesa em Sevilha, 1929.

(7) Os "meninos de Palhavã" (assim chamados pela quinta onde moraram, em Lisbôa) eram o inquisidor-mór D. José, o arcebispo de Braga D. Gaspar, D. Antonio, D. Maria Rita, que foi monja — filhos reconhecidos de D. João V. Indigitavam-se as favoritas madre Paula, de Odivelas, D. Madalena Máxima de Miranda, D. Luiza Clara de Portugal (a "Flor da murta"), uma atriz italiana, uma francesa...

nas normas do tempo e do meio. Os outros reis faziam o mesmo. Na península (reparou Montesquieu), “são os homens mais dispóstos que no mundo há para morrerem derretidos de amôr...” (1) D. João V era o primeiro em tudo...

Daí o elogio — “magnânimo” —, que se lhe ajustou, como outro título, além de Fidelíssimo.

---

(1) *Cartas Persas* (ed. de Mario Barreto, Rio 1923), p. 168.

## XIV

# O CASO DAS MISSÕES

A morte de D. João V, meses depois da assinatura do tratado de Madrid, afastou do governo Alexandre de Gusmão; e alterou por completo o ambiente diplomatico da península.

O novo rei, D. José I, chamou para secretario de estrangeiros e da guerra Sebastião José de Carvalho e Mello (conde de Oeiras, depois marquês de Pombal), a quem incumbia com a execução do acôrdo, o grave negocio de adaptá-lo às realidades americanas.

Duas palavras sobre este personagem que enche um quarto de seculo da história euporéa.

## SEBASTIÃO JOSÉ

Descendia de magistrados, ligados alguns à história do Brasil; e tivera, em 1738, a primeira comissão, de ministro em Londres, graças ao parentesco do secretario de estrangeiros Marco Antonio de Azevedo Coutinho. Em 1744 ocupou-se, em Viena, da mediação entre a rainha da Hungria e a Santa Sé. Casou-se ali com Leonor Daun, senhora da nobreza austriaca, que trouxe para Lisbôa, onde entrou na côrte, muito estimada de sua patricia a rainha D. Mariana d'Austria. O velho embaixador D. Luiz da Cunha, no *Testamento* ou *carta politica ao principe D. José* (1), lembrára o

---

(1) Vd. RODRIGUES CAVALHEIRO, *Temas de História*, p. 184, Porto.

modesto diplomata para ministro no futuro reinado, recomendando-lhe os talentos e o temperamento. Por certo a rainha mãe também o apoiou (1). Não parecia talhado para cousas excepcionais: até 1750 soubera acomodar-se à serenidade d'uma vida sem inquietações e sem tumultos... (2). Ninguém julgou que nesse tranquilo perfil de homem simples houvesse a vocação de "déspota iluminado", o caracter do ministro omnipotente, que a seguir revelou: uma das figuras dominantes do século XVIII.

Não mostrou, de inicio, bôa vontade ao tratado de que se orgulhára Gusmão. Quiz anulá-lo; chegou a dar os primeiros passos para isto (3). Portuguezes da reputação de Antonio Pedro de Vasconcelos, o defensor da Colonia em 1735, achavam a "permuta", do baluarte do Prata pelas aldeias jesuíticas, erro enorme (4). Espanhóes, versados em cousas americanas, diziam, ao contrário, que seria funesta a entrega dos "póvos" do rio Uruguai, com a consequente invasão de ricas terras, que até aí os vizinhos não lhes disputavam.

Os jesuitas, principalmente, estranharam que tivessem de pagar o preço do ajuste, pois perdiam

---

(1) LÚCIO D'AZEVEDO, *Os Jesuítas no Grão Pará*, p. 276. O P. José Caieiro disse ter provas da não intervenção da rainha mãe na escolha. Lança ao cardeal de Coimbra a responsabilidade da indicação, vd. RODRIGUES CAVALHEIRO, in *Ocidente*, n. 29, p. 436 (Lisbôa).

(2) LÚCIO D'AZEVEDO, *O Marquês de Pombal — A sua Epoca*, cap. I, Lisbôa 1909.

(3) P. JOSÉ CAIEIRO, *Apologia da Companhia*, in *Ocidente*, n. 35, p. 405, Lisbôa, diz que era publica a opposição de Carvalho ao tratado, e a propósito se abriu com os jesuítas do Paço. Valdelirios ouviu, na Colonia do Sacramento: "...el Ministro de Estado no quiere que se entregue la Colonia, y que Alejandro Guzman aconseja el Rey que sí..." (*An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º, p. 245). Fernando V, em 30 de Março de 1758: que propuzera Carvalho a anulação do tratado, objectando o rei que seria "cosa fea...", ENRIQUE M. BARBA, *Don Pedro de Cevallos*, p. 56 nota. No *elogio de Pombal*, Napotes 1776: "Dopo la morte del Ré... il sentimento de Carvaglio fú che si dovesse sospendere il Trattato..."

(4) Alexandre de Gusmão respondeu a Vasconcelos n'uma carta notavel.

as suas formosas *missões*, parte da invejavel provincia onde os indios viviam prósperos e disciplinados.

Fazia-se aliás na Europa uma propaganda desigual desse "cristianismo felice" (como lhe chamára Muratori) (1). Montesquieu (2), Buffon (3), anteciparam-se à sátira de Voltaire — resumo das intrigas correntes e de seu combate ao "fanatismo religioso" (4) do *Candide* (5) — elogiando o que podia denominar-se "socialismo cristão" (6)... Porque os padres preservaram, na vasta região, a lingua "geral", ou guaraní (7), não deixando que se perdesse, como no Brasil, dando-lhe uma literatura, imprimindo nela os livros devotos, cultivando-a por idioma *nacional, exclusivo?* (8) Para impedir que portuguezes e espanhóis destruíssem a "ordem ideal" das *missões*, aquele

---

(1) "*Cristianismo Felice nelle Missioni della Compagnia di Gesù nel Paraguay etc.*", Veneza 1749. Vd. tambem GIOVANNI BEZZI, *Il Pensiero Sociale di L. A. Muratori*, p. 30, Torino 1922.

(2) *De l'Esprit des Loix*, livr. IV, ch. VI: "On a voulu en faire un crime à la société, qui regarde (au Paragual) le plaisir de commander comme de seul bien de la vie; mais il sera toujours beau de gouverner les hommes en les rendant heureux". Montesquieu compara a organização dos jesuitas á republica de Platão.

(3) *Hist. Na.*, III, 306-7, cit. do P. JOSÉ CAIEIRO, *Ocidente*, 35, 411.

(4) Vd. DANIEL MORNET, *Les Origines Intellectuelles de la Révolution Française*, p. 88, Paris 1934.

(5) *Candide* é de 1759. Um de seus personagens é o melo indio Camambo, que José Basílio tomou para heróe d'O *Uruguay* (Machado de Assis pensou que Voltaire tirára ao nosso poeta o nome; Afranio Peixoto mostrou o contrario, pois o poema é dez anos mais novo do que a novela francesa, vd. edição da Acad. Bras., nota preliminar, XXXV).

(6) LUIGI STURZI, *L'Eglise et l'Etat*, p. 397, Paris 1937. "Republica cristã" refere CHATEAUBRIAND, *O Genio do Cristianismo*, trad. de Camillo, II, 197, Porto 1874.

(7) Sustentou José Toribio de Medina que só se chamou guaraní a lingua *geral* com o P. Montoya, 1639. Quem primeiro a apelidou foi Anchieta: lingua do Brasil, portanto, com mais razão, seu nome legitimo. Contestou a tésse E. de Gandia, em *ensalo* pub. em 1931.

(8) Vd. JUAN PROBST, *Documentos para la História Argentina*, tomo XVIII, p. XXXIII. José Basílio da Gama, nota ao *Uruguay*, p. 24, insiste na proibição de usarem os indios outra lingua. E Chateaubriand: "... para afastar intimidade que podesse empeçonhar os costumes dos cristãos noviços, era defeso aprender a falar a lingua espanhola; mas os neofitos sabiam lê-la e escrevê-la corretamente", *op. cit.*, II, 194.

admirável agrupamento de povos dóceis e neófitos (1)

Sebastião José de Carvalho e Melo não as cobiçou em 1751; desprezou-as em 1757, ao contrario do que se imagina.

Achava que o gabinete de Madrid usara de falsa-fé, a querer a Colonia, dando em troca as missões, de occupação difficil, onde os Tapes, fiéis aos padres, não permitiriam por certo que os portuguezes se instalassem (2). Acreditou que Espanha, uma vez satisfeita com a Colonia, se desinteressaria do Tratado, neste caso um ardil, para pôr fóra do rio da Prata o vizinho incômodo; e logo escreveu as desconfianças e suspeitas, em fórma de aviso, para Gomes Freire, nomeado chefe supremo da comissão demarcadora, (3) que sem tardança, devia unir-se aos delegados espanhóes em Castilhos Grande.

### A COMISSÃO PORTUGUÊSA

A indicação de Gomes Freire — para delimitar o territorio e permutar a Colonia pelos “sete povos” — era uma garantia de que as ordens de Lisboa se cumpririam.

Nomeado em 23 de Agosto de 1751 (4), passou o governo das Minas ao irmão, José Antonio Freire

(1) Veja-se a descrição das missões feita em 1784 por D. FRANCISCO BRUNO DE ZAVALA, *Boletín de Investigaciones Historicas*, ns. 85-88, p. 159 e segs., Buenos Aires 1941.

(2) Carta de Carvalho a Gomes Freire, 21 de Setembro de 1751, GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, IV, 183, e que desmente as supostas “*Mémoires de Sebastien José etc.*”, Paris, 1787, quando dizem que queria dar a Colonia em troca dos tesouros das Missões, sonhados no delirio anti-jesuitico, que sofria. O delirio houve; mas depois de 1753. Quanto ao boato do ouro, vinha do inicio das missões, vd. P. TESCHAUER, *Rev. do Inst. Hist. do Ceará*, XXV, 33. (Portaleza 1911).

(3) “*Jubilos da America*”, tal o nome dado á coletanea de louvores feitos pela Academia dos Selectos, no Rio, a Gomes Freire — 30 de Janeiro de 1752, pela alta missão em que fóra investido. Foram distribuidas aos sócios cinco máximas cristãs, cinco politicas, cinco militares, e “regras acerca do metro e lingua que se prescreviam”.

(4) Doc. in GARCIA, nota a Varnhagen, *ibid.*, IV, 199.

de Andrada (1), com instruções minuciosas para bem desempenhá-lo (2), o do Rio ao velho brigadeiro Matias Coelho de Souza, e, a 19 de Fevereiro seguinte, partiu desta cidade com um *luzido grupo* de oficiais e homens de ciência (3), sem duvida o mais valioso estado maior

(1) Doc. in *An. da Bibl. Nac.*, L, 236.

(2) Instr. de 7 de Fevereiro de 1752, in *Rev. do Inst. Hist.*, XVI, 366-376. Comentou-as, entre outros, João Ribeiro, *Obras Poeticas* de Claudio Manuel da Costa, I, 24-5, Rio 1903.

(3) Foram seus companheiros o inseparavel Alpoim, o coronel genovês Miguel Angelo Blasco, que Gomes Freire reputou o melhor geografo, entre todos, o Dr. Tomaz Ruby, futuro chanceler da Relação da Bahia, tres padres italianos matematicos, Panigai, Pinceti e Ciera; ajudante Gregorio de Moraes e Castro, neto do homônimo, morto na invasão de Duclerc; alferes de dragões das Minas Antonio Pinto Carneiro, secretario Manuel da Silva Neves, piloto Joaquim Pereira, cirurgião Teodosio Fernandes..., cf. GARCIA, nota a Varnhagen, *ibid.*, IV, 164. "De todos os officiaes estrangeiros que vieram os mais capazes são o coronel Blasco, genovês, o capitão Havelli, suiso, o capitão Reverend, alemão, e o desenhador Ponzone, milânês: os mais, excêto Bazines, não duvido hajam visto a guerra e sejam capazes de servir nela, porem nenhum deles risca com propriedade, nem sabe de geografia cousa alguma...", carta de Gomes Freire, 15 de Fevereiro de 53, *An. da Bibl. Nac.*, L, 274. Logo em junho de 52 Blasco fez uma *planta do Rio Grande*, *An. cit.*, p. 243. José Custodio de Sá e Faria e ele, desenharam ambos o *mapa da marcha* das forças de Gomes Freire sobre as missões, que é descritivo do territorio entre o rio Uruguai e o mar, JOSÉ TORRE REVELLO, *Mapas y Planos referentes al Virreynato del Plata conservados en el Arch. Gen. de Simancas*, n. XII, Buenos Aires 1938. JOSÉ BASILIO DA GAMA trata-o de "Blasco insigne...", Uruguai, p. 70. O seu trabalho, *Reparos sobre a defesa do Rio Grande*, serviu em 1774, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 35.

Já na frota de 1753 enviou Gomes Freire de regresso os tres padres astrónomos, que achava mediocres (c. de 1752, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XXII, 204) atemorizados pela luta em perspectiva, e os demais estrangeiros, menos Blasco, Ciera e o ajudante Piton, *An. da Bibl. Nac.*, L, 280, *Rev. cit.*, XXII, 248.

O conde de Oeiras aproveitou no Colégio dos Nobres, creado em 1761, os astrónomos Brunelli e Ciera e o desenhador Ponzone, vd. HERNANI CIDADE, *Lições de Cultura e Literatura Portuguezas*, II, 150, Coimbra 1940, e TEÓFILO BRAGA, *Historia da Universidade de Coimbra*, III, 353. "Trabalhos de membros desta expedição só restam talvez os de Blasco, Schwebel e Galluzzi, que aparece aporтуguesado em Galusio", FIDELINO DE FIGUEIREDO, *Estudos de História Americana*, p. 100. "De Miguel Antonio Ciera (continúa Fidelino), que foi o segundo signatário do *Diario da Terceira Partida da Demarcação da America Meridional* (1753-1754) ha muitas noticias, porque de regresso ensinou matematicas no Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra e publicou, em Lisboa, uma tradução do tratado *De officiis*, de Cicero. As suas obras sobre geografia brasileira, em português e latim, ilustradas e aguareladas, guardavam-se na Biblioteca Nacional e no Arquivo Militar do Rio de Janeiro. De Ponzoni falou Cirillo Volkmar Machado, ao dar o mesmo Ponzoni como mestre de desenho do arquiteto português Jose da Costa e Silva". — Enganou-se Volkmar, dizendo que "Ponzoni ficou

que ainda viéra ao Brasil. Precedeu-o o comissário castelhano marquês de Valdelirios, que a 27 de Janeiro — cheio de boa vontade, que mostrou até o fim — chegára a Montevidéu, com o jesuita Padre Luiz Altamirano, encarregado de tratar com os missionários do rio Uruguai a mudança das aldeias e a entrega da “banda oriental” aos portugueses. Encontraram-se os altos comissários (1) em Castilhos Grande, onde acamparam, junto à linha fronteira; e com boas disposições iniciaram os trabalhos, divididos os técnicos em partidas (2).

---

na Bahia”. Vimos a referencia que lhe fez Gomes Freire no Rio Grande. “De Angelo Brunelli, que em Lisboa publicou uma tradução de Euclides, existem manuscritos, desenhos, pinturas e moldes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que em 1818 os comprou a José Costa e Silva”.

O capitão engenheiro Carlos Inácio Reverend, o alemão, fôra nomeado em 8 de Outubro de 1750 para “tirar cartas geográficas... no espaço de cinco anos”, *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 250.

Miguel Angel Blasco trabalhou largamente em Portugal depois de sua comissão na America: vd. projeto de fonte-monumento de D. João V, e obras do aqueduto, cf. *Catálogo da Exposição Cultural relativa ao Aqueduto das Aguas Livres*, ps. VII e 28, Lisboa 1940.

Note-se que Francisco Ciera, filho do matematico Ciera, em 1784 iniciou a triangulação do Reino, *Historia de Portugal* (dirigida por Damião Peres), VI, 541. Era lente da Academia Real de Marinha.

(1) Vd. correspondencia de Gomes Freire, *An. da Bibl. Nac.*, L, 274 e segs., em que narra as peripecias de sua ação. Completa o material abundante dos codices copiados por Varnhagen e pbl. in *An. da Bibl. Nac.*, LIV, 1.º e 2.º volumes (por iniciativa de Rodolfo Garcia).

(2) A 1.a, chefiada pelo coronel Blasco, com o astronomico P. Panigai, tinha de incumbencia demarcar a fronteira de Castilhos á foz do Ibutuí. Acompanhavam-na Gomes Freire e Valdelirios, pois o problema era aí decisivo: a resistencia dos guaranis (Tapes) dos “sete povos”.

A 2.a partida, do Ibutuí ao discutido Iguaré (no Paraná) seria dirigida por Alpoim, astronomico P. Ciera, geografo, Bazines, etc.

Na 3.a distinguiram-se os dous chefes, portuguez, coronel José Custodio de Sá e Faria, espanhol, Manuel Antonio de Flores, mais tarde vice-rei de Nova Granada e do Mexico, A. TAUNAY, *An. do Mus. Paul.*, X, 52. Deles ha o mapa de 1754, vd. HILDEBRANDO ACCIOLI, *A Fronteira com o Paraguai*, p. 22. E esplendido Atlas de 35 fis. do astronomico Ciera, 1758, dedicado a D. José I, VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, IV, 169. Tão bom desenhista como o genovês Blasco, fez José Custodio o *mapa da marcha de Gomes Freire* sobre as Missões, que possui ALBERTO LAMEGO, *Revista do Serv. do Patrimonio Historico*, n. 4, p. 81, Rio 1940. Deve ser comparado com o de Blasco, publ. por Torre Revello, e que já mencionamos.

A 3.a partida assinaçou a fronteira até o Jaurú adiante de Cutabá, mas não achou o Iguaré: “não achamos na memoria das gentes cous rios com tais nomes”. Por isso Gomes Freire mandou uma expedição de S. Paulo a ver o Paraná até o salto grande, doc. in *An. da Bibl. Nac.*, L, 361. Chefiou a bandeira paulista o mestre de campo Antonio



Obstou-lhes o prosseguimento, no trêcho da costa até as Missões, a opposição dos indios. Sómente a terceira partida pode cumprir, de modo geral, a sua incumbencia (1).

## REVOLTA DOS TAPES

De fáto, esbarrou a primeira partida, perto de Santa Tecla, na resistencia armada dos Tapes, e teve de retroceder. Em conferencia, na ilha de Martim Garcia (15 de Julho de 53), as autoridades espanholas e Gomes Freire combinaram atacar as Missões, indo pelo Uruguai o governador de Buenos Aires, D. José de Andonaegui, e pelas cabeceiras do Rio Negro os portuguezes, para se encontrarem em São Borja. Fracassou o movimento envolvente porque Andonaegui achou no seu caminho as aldeias jesuíticas revoltadas,

---

de Almeida Falcão, cuja viagem Pedro Taques noticiou, SILVA LEME, *Geneal. Paul.*, II, 314. Na demarcação seguinte (tratado de Santo Ildefonso) outra bandeira procurou o Igureí, chefiada por João Alves Ferreira, veterano do presidio de iguatemí, e capitão Candido Xavier de Almeida Souza, que relatou os seus trabalhos, 22 de Setembro de 1783, *Rev. do Inst. Hist.*, VIII, e V. CORRÊA FILHO, *As Raias de Mato Grosso*, III, 104, S. Paulo 1925. Reconheceu a barra do Igureí, mostrando não ser esse rio uma ficção geográfica, o que era importante, pois Instruções de 6 de Julho de 1778 mandavam que, na hipotese de não haver o dito caudal, se tomasse em seu lugar o Iguatemí, acima do salto grande. Azara (demarcador do segundo Tratado) propoz a identificação do Igureí com o Iaguareí ou Monici (Invinhêma), de maior conveniencia para a sua causa. A apresentação dessa variante tornou insoavel o problema. Resolveu-o afinal de "motu proprio" o Brasil, aceitando, em 1872, o limite pelo salto grande, ou da sete quedas, como ponto de partida ou conexão fóra de qualquer debate.

Quanto a José Custodio, ótimo engenheiro, irla sacrificar a carreira pela pusilanimidade revelada na perda de Santa Catarina, em 1777. E' "autor da igreja da Cruz dos Militares, da reforma da planta do convento de S. Francisco de Buenos Aires e da Cathedral de Montevideó", ADOLFO MORALES DE LOS RIOS F.º, *Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira*, p. 217, Rio 1942. Estes ultimos trabalhos correspondem ao exilio voluntario no Prata, onde se fez mentor dos engenheiros espanhóes encarregados da demarcação de 1784.

(1) Vd. V. CORRÊA FILHO, *As Raias de Mato Grosso*, III, 65 e segs.

a começar por sua capital, Yapeyú (1), e recebeu ter as comunicações cortadas: voltou para Buenos Aires (2), deixando Gomes Freire e o seu pequeno exercito exposto à reação concentrada dos Tapes, nos campos de Jacuí (3). Várias, sangrentas escaramuças se refirram, já então os Tapes aliados a seus velhos inimigos Goanoas (ou Minuanos) (4); e para não sustentar todo o peso da guerra, que pertencia às duas corôas, não sómente a Portugal, conveiu Gomes Freire em assinar uma trégoa, ou suspensão d'armas, em 14 de Novembro de 54 (5), retirando-se para os seus quartéis do rio Pardo.

Como explicar a resistencia magnifica dos indios?

(1) Vd. HERNAN F. GÓMEZ, *Yapeyú y San Martín*, p. 39, Buenos Aires 1923. — Decidiu da conferencia de Martín Garcia a refrega no Rio Pardo, entre 60 homens, do mando do tenente Francisco Pinto, e mil indios, vd. REGO MONTEIRO, *A Colonia do Sacramento*, II, 154.

(2) Valdelirios acusa Andonaegui de "fascinado por los Padres, ya por su viejez...", *An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º vol., p. 267. Excessiva é a accusação que Gomes Freire lhe faz, de subornado e perplexo.

(3) Levavam os portuguezes alguma artilharia, peças de amiudar (ou metralha) que pela primeira vez passavam á America, cf. JOSÉ BASILIO, *Uruguai*, p. 7.

Surge assim a "tranqueira do Rio Pardo", posição avançada sobre o oeste, que entre 1754 e 67 representou a inabalavel decisão portuguesa de opôr-se ai aos espanhões das Missões e da Banda Oriental. O tenente coronel de dragões Tomaz Luis Osorio aquartelou em Rio Pardo depois da ação de 23 de Fevereiro de 1754, em que o capitão Francisco Pinto Bandeira com 20 homens desbaratou naquele sitio mais de mil indios. AURELIO PORTO, *Anais do Itamarati*, II, X, Rio 1938.

(4) A aliança succedeu em Janeiro de 1754, cf. *diário do padre Henis*, *An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º, 474. Se bem que os padres distingam, Goanoas e Minuanos, estes, parentes dos bravios charrúas, outr'ora grandes inimigos dos indios de lingua geral, ou Tapes, formavam a mesma familia, cf. FRANCISCO BAUZA, *História de la Dominación Española en el Uruguay*, I, 75, Montevideo 1929. Os minuanos aliaram-se aos Tapes depois da sortida em que os portuguezes os destroçaram, começo da demarcação, carta de Gomes Freire, 20 de Fevereiro de 1755, *An. da Bibl. Nac.*, L, 456.

(5) Diário do padre Henis, *An. da Bibl. Nac.*, vol. cit., p. 514. Doc. in *An. da Bibl. Nac.*, L, 483 e segs. Foi no passo de Jacuí que se deu o episodio da enchente, *An. cit.*, p. 399, narrado por José Basilio no seu poema. Ai ficou o forte do rio Pardo.

Em nome do geral da Companhia de Jesus, o padre Luiz Altamirano intimára os seus irmãos de hábito a deixarem as missões com os catecúmenos, que somavam trinta mil (1). A palavra dos superiores era terminante e clara. Tinham de obedecer. Logo tres dos *sete póvos* concordaram: São Borja, S. Luiz, S. Lourenço. Os outros recusaram. O padre Altamirano instalou-se em São Tomé, defronte de São Borja, para conversar com os missionários :mas estes o avisaram, de que expunha a vida, se se atrevesse a insistir com os indios... (2). Alegavam, para dificultar a mudança em massa, o proprio interesse de Espanha, as antigas regalias concedidas à provincia jesuitica do Paraguai, tantos indios convertidos, que aí viviam em bôa ordem, e os hervais, cuja perda seria irreparavel. Diziam que os portugueses "já se jactavam de que lhes venderiam ao preço que quizessem a herva *caamini*", ou hervamate, que das missões do Uruguai, então o seu principal centro produtor, ia em grande quantidade para o Chile, para o Perú, para Buenos Aires... (3). Não lhes parecia suportavel tal usurpação: e que se fizésse à custa dos padres benemeritos, com a exploração, subsequente, de suas lavouras, invejaveis, da herva (*yerba*) do seu gentio, da laboriosa riqueza deste (4). Argumentavam tambem com a importancia, o estado florescente dos "póvos", dotados de igrejas suntuosas, cons-

---

(1) Os sete póvos orçavam em 29.191 almas, cf. doc. de 1752, *An. da Bibl. Nac.*, vol. cit., p. 128. Destes 6.500 eram "ginetes ejercitados en las guerras con otros indios infideles...", *An. cit.*, p. 156.

(2) *Carta* do P. Altamirano, 18 de Outubro de 52, *An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º vol., p. 76.

(3) *Carta* do bispo de Buenos Aires, 1752, *An. da Bibl. Nac.*, LII, vol. 1.º, p. 159.

(4) A mania da herva tornára-se irredutível entre os guaranis: "de la yerba caamini tan desatinadamente amada de dichos indios", que produziam nas missões 20 mil arrôbas anuais, doc. in *An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º vol., p. 121.

truidos com decencia e gosto (1). Não diziam, mas era manifesto, que temiam os portugueses e os mamalucos, pelas tropelias do seculo anterior; e conservavam a tradição da vitória sobre os invasores, no Jacuí, em 1641... (2) Queixou-se o padre Altamirano, que os companheiros de religião "me han desayudado positivamente...", convencidos de que o tratado se anularia, nem estavam obrigados a obedecer nisto ao seu Geral, dada a "notoria injusticia, cual juzgan y dicen que es el grave prejuicio que padecerian los indios en su mudanza, y en la perdida de sus iglesias y pueblos..." (3).

A retirada de Don José de Andonaegui e a trégua a que se submeteu Gomes Freire repercutiram, na Europa, como uma vitória dos guaraní. Correu o boato de que se formára ali uma monarquia, coroando-se um índio rei do Paraguai (4). Alvorotou-se o espirito

---

(1) Para saber-se o que eram as missões, sua organização e desenvolvimento, vd. *Cartas anuas, Documentos para la História Argentina (Inst. de Inv. Hist.)*, tomos XIX e XX, Buenos Aires 1927-29. Numerosos padres e irmãos artífices eram alemães, austríacos, suecos, flamengos, italianos: concorreram para a transformação das aldeias em colonias de trabalho, que se bastavam a si mesmas, com oficinas modelares. A mão de obra desses "técnicos" é patente, na ordem rígida, algo militar, de imensas casernas, dos "pueblos", á que presidiam, porem, a devoção, o entusiasmo religioso, o espirito, dos padres espanhóes. Sobre a proveniência dos jesuitas e sua nominata, vd. P. CARLOS LEONHARDT, *Doc. para la Hist. Argentina*, XIX, ps. LXII-LXV, Buenos Aires 1927. A sua prosperidade: P. GUILLERMO FURLONG, *Los Jesuitas y la Cultura Rioplatense*, p. 100, Montevideo 1933.

As ruínas das missões atestam ainda a sua grandeza e prosperidade do seculo XVIII: vd. P. GUILLERMO FURLONG, in *História de la Nación Argentina*, III, 620, Buenos Aires 1937. Mapa inédito da região, vem no *Bojetin del Inst. de Invest. Hist.*, tomo XXIV, Buenos Aires 1940 (cm. de Julio Cesar Gonzáles). Outro nos dá o P. FURLONG, *op. cit.* Excelente síntese é a de JULIO E. PAYRÓ, *Las Ruinas de San Ignacio*, Buenos Aires 1937.

(2) Vd. nossa *Hist. do Bras.*, vol. 11, p. 152.

(3) Carta para o padre Pedro Céspedes, 1753, *An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º, 210.

(4) Ao "cacique" Nicoláo Nenguirú foi atribuída a fantasia de fazer-se Nicoláo I.

Seria o "premeditado oculto Imperio" de que "vagamente na Europa se falava", JOSÉ BASILIO DA GAMA, *Uruguai*, p. 11. O poeta informa-nos, que começou a pensar no seu poema em Roma, tal a curiosidade dos italianos pelo que se passára na America, *ibid.*, p. 12. No *Candide*, VOLTAIRE lantaziára aquela região misteriosa...

anti-jesuitico, que se acentuára, por ultimo, em França, Italia, Espanha e Portugal. As côrtes de Lisboa e Madrid irritaram-se contra os padres. E por fim, afastou o rei de Espanha, o seu confessor, que passava por advogado poderoso da Companhia, o padre Rábago (1), cuja demissão foi como o sinal para a luta de morte, que se feriu em seguida, e havia de abater então a ordem de Santo Inácio.

### A HECATOMBE

Ató continuo, foram instruções para que Gomes Freire e Valdelirios tomassem de assalto as missões e cumprissem nessa parte o tratado. Juntaram-se os dous exercitos no campo de Santo Antonio, ao pé do arroio Jaguarí, em 1 de Fevereiro de 1756: 2.500 homens, dirigidos por Gomes Freire, Andonaegui, o governador de Montevidéo D. José Joaquim de Viana, o coronel de dragões do Rio Grande, Tomaz Luiz Osorio. O primeiro encontro travou-se no dia 7, junto ao rio Vacacaí. N'uma sortida, o governador de Montevidéo matou o bravo indio Sepé, que era um dos melhores guerreiros Tapes, e diléto auxiliar de Nenguirú, o principal dessa nação (2). No sêrro de Caaibaté pretendeu Nenguirú

(1) Vd. sobre a demissão do confessor, docs. in *An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º, 231 passim.

(2) Sepé é o mais famoso dos guerreiros das missões, equiparado aos santos pelo sacrificio, São Sepé, nome, deduzido da tradição popular, que conserva uma cidade do Rio Grande do Sul... Colheu J. Simões Lopes Neto nesse Estado importante material *folk-lorico* sobre Sepé: uma poesia de excelente estilo, dedicada ao "lunar", ou signo sobrenatural, que distingue o indio... Sobre a ação de 7 de Fevereiro de 1756, vd. *An. da Bibl. Nac.*, LII, 1.º, 427. JOSÉ BASILIO acertou, no poema:

Não quiz deixar o vencimento incerto  
Por mais tempo o Espanhol, e arreatado  
Com a pistola lhe fez tiro aos peltos.

Morto o grande Sepé, já não resistem  
As timidas esquadras.

(Uruguay, c. II, 44-5, edição da Academia Brasileira, Rio 1941).

— tres dias depois — vingar a morte de Sepé. Mas não foi assim, que a arremetida do invasor os atropelou e desbaratou, ficando no terreno 1.200 índios mortos e 154 prisioneiros. Os brancos tiveram apenas quatro mortos e 41 feridos (1) Tal hecatombe pôz fim praticamente à campanha.

### CONQUISTA DOS “PÓVOS”

Ainda em 3 de Março muitos índios, ao que se dizia mandados pelo padre Lourenço Balda, tentaram resistir num fortim, ao lado do arroio Chuniebi (2). Portugueses e espanhóis levaram diante de si, no ímpeto da marcha, também essa última reação.

A 17 de Maio de 56 entrou Gomes Freire no “povo de S. Miguel”.

Entra no povo, e ao Templo se encaminha  
O invicto Andrade; e generoso em tanto  
Reprime a militar licença, e a todos  
Co'a grande sombra ampara; alegre, e brando  
No meio da vitória... (3)

Logo, os demais povos da banda oriental do Uruguai se submeteram. Desertou para os matos a maio-

---

(1) Vê. H. D., *Ensayo de Historia Patria*, p. 183, Montevideo 1923. Acompanhavam os índios de Sepé e Nenguirú os padres Miguel de Soto, Lourenço Balda (transformado por José Basilio da Gama no principal “caudillo”) e Tadeo Henis. O Padre Charlet “dió la industria de que hiciesen los cañones de taquara...”, *An. da Bibl. Nac.*, vol. cit., p. 426, rudimentar artilharia dos guaranis. — Entre os feridos do dia 10 estava Tomaz Lu's Osorio, vd. diário cit. por GARCIA, nota a Varnhagen, *ibid.*, IV, 211. Bibliografía do episodio, P. GUILLERMO FURLONG, in *Hist. de la Nación Argentina*, III, 619.

(2) Sobre o P. Balda, vd. GARCIA, nota ao poema de José Basilio, ed. da Acad. Bras., p. 136. Sobre o combate final, *An. da Bibl. Nac.*, vol. cit., p. 430.

(3) *Uruguai*, p. 100.

ria do gentio. Cessou por toda parte a luta. Foi quando chegou a Buenos Aires o novo governador, D. Pedro de Cevallos, encarregado de concluir as operações necessárias e de substituir na sua chefia ao velho Ando-naegui. Com Valdelirios, chegou ele às missões em 2 de Abril de 57. Inteirou-se da situação singular que se seguira à derrota dos guaraníes. Gomes Freire não queria tomar conta dos sete povos, abrindo mão da Colonia do Sacramento (1). E não queria por temer que os indios voltassem a reclamá-los, em numero esmagador; por lhe parecer conveniente demorar a entrega da Colonia, chave da navegação do Prata; e, talvez, pela convicção de que o tratado de 1750 ia ser anulado. Obedecia naquela protelação, naquelas reservas, às instruções do seu ministro; e mais persistiu nessa malícia ao encontrar-se com Cevallos, favoravel aos missionários, resolvido a repovoar-lhes as missões, inimigo do Tratado, e disposto a fazer guerra aos portuguezes na primeira ocasião (2). A atitude de Cevallos — mandando que os indios regressassem aos sete povos e prometendo aos jesuítas franca proteção (3) — acabou por induzir Gomes Freire a retirar-se para o Rio de Janeiro, o que fez discretamente. Estava de volta à séde do seu governo em 20 de Abril de 1759, depois de sete anos de co-

---

(1) Que algum tempo se dispôs a entregar a Colonia, prova a carta do governador desta, Luiz Garcia de Bivar, 18 de Abril de 1754: "O Mestre de campo general Gomes Freire... me ordenou fosse remetendo para o Rio de Janeiro algumas peças de artilharia que se achavam incapazes... para estar mais desembaraçado na ocasião de receber a ordem para evacuar esta Praça...", *An. da Bibl. Nac.*, L, 365.

(2) ENRIQUE M. BARBA, *Don Pedro de Cevallos*, p. 53 passim, La Plata 1937. O correio regular que estabeleceu entre as missões e Buenos Aires prova tambem que não pensava abandoná-las, vd. WALTER B. L. BOSE, *Centro de Estudios Historicos* (Universidad de la Plata), p. 51, La Plata 1941.

(3) Em 1760 foram retumbantes as festas de S. Borja, presididas por Cevallos, no dia de S. Carlos, cf. ALBERTO LAMEGO, *Rev. do Serv. de Patr. Hist.*, n. 4, 56.

missão árdua e arriscada na fronteira do sul, antes deserta ou indecisa, agora em alvorôtos de grande conflito (1).

Acontecimentos relevantes desviavam as duas metrópoles do caminho pacífico que lhes encarecêra Alexandre de Gusmão. O terremoto de Lisboa fôra um golpe rude na prosperidade portuguesa; e a Fernando VI, suave e conciliador, sucedeu em 1759 Carlos III, imbuído das idéas grandiosas e guerreiras dos antigos reis de Espanha. D. Pedro de Cevallos previra com admirável agudêza o rompimento próximo. Não se enganou, quando se uniu aos povos "missioneiros" contra os portugueses. Preparou habilmente uma ampla conquista, que, se bem sucedida, daria aos espanhóis o Rio Grande e Santa Catarina.

---

(1) Em 8 de Outubro de 1758 recebeu Gomes Freire o título de conde de Bobadela, de prêmio aos serviços feitos. Vd. VARNHAGEN, *Hist. Geral do Brasil*, IV, 169. Em seu lugar, ficou no sul o brigadeiro José Custodio, *Rev. do Inst. Hist.*, XXXI, P. 1.<sup>a</sup>, p. 283.



## OS JESUITAS E POMBAL

## FRONTEIRAS AMAZÔNICAS

A demarcação no Amazonas não teve siquer início.

Para reproduzir no norte o que Gomes Freire fizera no sul, nomeou Sebastião José a seu proprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça (1). Em 2 de Outubro de 54, com os astrónomos João Angelo Brunelli e Miguel Antonio Ciera, engenheiros Gronfeld, Galluzzi (2), Sambucetti, o desenhista Landi (3), 200 soldados e vários funcionários, partiu para o Rio Negro (4). Esperou dous anos na aldeia de Mariuá (5),

(1) Nomeado a 30 de Abril de 1752, chegou Mendonça ao Pará em Setembro. Chefiava a comissão espanhola D. José de Iturriga. Integravam-na engenheiros e astrónomos de nomeada, vd. ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 49, p. 256-9. Da "viagem que fez o Ilm. e Exm. sr. Francisco Xavier de Mendonça de Belem para Macapá" (24 de Fevereiro de 1754), escreveu ANTONIO NUNES DE SOUZA, ms. na Bibl. Publ. do Porto, onde o consultamos.

(2) Mantuano, construiu em 1769 o forte de Gurupá.

(3) Polonez, Antonio José Landi casou-se no Pará com uma filha do sarg. mór João de Souza de Azevedo. Ali ficou, capitão de infantaria auxiliar, e muito trabalhou, desenhando importantes obras, como o palácio do governo, a igreja de Santa Ana, GARCIA, nota a Varnhagen, IV, 306, MANUEL BARATA, *Apont. para as Efem. Paraenses*, ps. 48-9. Dele, datado de 1773, ha em Lisboa um projecto para as casas da Companhia Geral de Pernambuco, ROBERT SMITH, *Rev. do Serv. do Patr. Hist.*, n. 4, p. 246. Ms. na Bibliotheca do Porto, vimos a sua "*Descrizione de varie piante... Orção Pará*", dedicada ao governador Luiz Pinto de Souza, de Mato Grosso. (ms. inéd.)

(4) GARCIA, nota a Varnhagen, *ibid.*, IV, 171; e *An. da Bibl. Nac.*, L, 205. Como no sul, os demarcadores se dividiram em tres partidas, sargentos-móres José Gonçalves da Fonseca, Sebastião José da Silva e cap. Gregorio Rebelo Guerreiro Camacho.

(5) Depois Barcelos, vd. Fr. ANDRÉ PRAT, *Notas historicas sobre as missões carmelitas no extremo norte do Brasil*, p. 45, Recife 1941.

dos carmelitas, sem que a comissão espanhola, que devia vir pelo Orenoco e Cassiquiari, lá se apresentasse.

Os jesuitas — temerosos de que a viagem das duas comissões de limites redundasse na ocupação de suas aldeias, na dispersão dos catecúmenos — crearam-lhe todas as dificuldades, assim em transportes, em víveres, em informações, de que o governador se queixou para o Reino. As desinteligências do Rio Negro exacerbaram, em Lisboa, o ministro poderoso, que se vingou sem demora. A sua principal arma contra os missionários do Pará era a libertação dos índios de qualquer cativeiro ou dependência, tirando-os do poder dos padres que os aldeavam. Mendonça transformou a missão de Trocano, no Madeira, em vila, com o nome de Borba a Nova; expulsou tres padres, os mais influentes do Maranhão (1) e pôz em execução a carta regia de 1755, que creou a capitania de S. José do Rio Negro. Esta, e as outras que desmantelaram a obra apostolica dos jesuitas no Grão Pará.

Mas a luta se prolongou em muitos episódios.

## COMEÇO DA LUTA

O fracasso da demarcação não era de pórte a affligr a côrte portugêsa, indisposta com o Tratado de 1750: mas exacerbou Sebastião José contra os jesuitas, acusados pelo irmão de rebeldes e inimigos do governo.

Somados os fátos do Pará, aos do Rio Grande, desencadearam as prevenções, logo o odio, que o ministro teve aos padres. Mendonça pôs nas suas informações paixão e cólera. Adotou uma fórmula:

---

(1) P. JOSÉ CAEIRO, A Expulsão dos Jesuitas, trad. do P. Julio Moraes, *Ocidente*, n. 31, p. 247.

que os jesuitas comprometiam a segurança do Estado. “Os regulares (escreveu) são o inimigo mais poderoso do Estado...” “Eles têm o senhorio universal de todos os indios deste Estado” (1). Para que o Estado lograsse os seus fins — concluía — era preciso destruí-los. Começára a luta — que terminou com a extinção da Companhia — ao anunciar o governador as instruções que trouxera para emancipar os indios da tutela dos missionários. Não podiam eles concordar com a simplicidade da medida, que seria a debandada do seu rebanho, o fim de suas florescentes aldeias. Escravizava-os a Companhia — redarguiram Sebastião José e o irmão, pretendendo vêr na resistencia dos jesuitas o egoismo de proprietários, agarrados à sua ganancia (2). Chamavam escravidão o aldeamento e o trabalho, a cuja lei obedeciam os indios naquelas *missões* prósperas, que La Condamine tanto apreciára. Os padres retribuiam a esse julgamento, opondo os embargos possíveis à politica do governador.

### COMPANHIA DO PARÁ

Para acabar com a servidão dos indios imaginou Mendonça uma companhia de commercio, que introduzisse no Pará escravos negros. Mas a terra era pobre, e só pudéra levantar uns 12 contos de réis para o negocio. Sebastião José apoderou-se da idéa. Colhêra em Londres, outr’ora, o gosto dos inglêses por essas

---

(1) Officio de 30 de Janeiro de 1752, J. LUCIO, *Os Jesuitas no Grão Pará*, p. 286.

(2) O jesuita diz J. LUCIO D’AZEVEDO, “clama contra a extinção dos cativêros, pelos quais é agora, desde que se fez grande proprietário. Opõe-se a deixar o dominio dos indigenas de que depende o seu poder e o commercio que tem no Estado”, *Os Jesuitas no Grão Pará*, p. 285.

empresas gróssas. Achava melhor dar o monopólio de comércio e da navegação a mercadores, que os desenvolvessem, entrando logo para os cofres públicos com avultados subsídios.

A companhia da Índia e China, incorporada por Feliciano Velho Oldemberg, faliu, com grande prejuízo del-Rei (1). A do Pará e Maranhão teve maior êxito. Sebastião José respondeu ao irmão, que no Reino lhe ofereciam um milhão e 200 mil cruzados de capital para a formação dessa companhia. E logo a autorizou, (6 e 7 de Junho de 1755) com “o exclusivo de navegação, tráfico de negros, introdução de gêneros da Europa, compra e venda de produtos da colônia, cujos preços ela taxava. À sua disposição estavam duas fragatas de guerra, para comboio das frotas. Seus empregados tinham categoria de oficiais de justiça; os administradores e caixeiros fôro especial...” (2)

### PODER ABSOLUTO

Comerciantes lesados pelo monopólio, obtiveram ainda que a “Mesa do Bem Comum” (seu grêmio defensivo) representasse em Lisboa contra a novidade — que os poetas louvaram (3). Também um jesuíta, do pulpito, a atacou, com ironia ferina. A “Mesa” ousou lembrar a revolta de Beckiman contra a outra companhia, de 1684... Furioso, Sebastião José prendeu os queixosos, desterrou o pregador imprudente e o padre Bento da Fonseca, procurador do Colégio do Mara-

(1) J. LUCIO, *O Marquês de Pombal*, p. 122.

(2) J. LUCIO, *op. cit.*, p. 165.

(3) Reis Quita, por exemplo:

Novo assunto dareis á larga historia,  
Se render tanto fruto este projéto  
Quanto ao seu Fundador rende de gloria.

(*Obras Poeticas*, p. 14, Lisboa 1781).

nhão, e preveniu para o Pará, “é crime de lesa-majestade dizer mal das leis de El-Rei, malquistando-as no conceito do povo ignorante” (1). A diferença das épocas — comparando-se as hesitações de 1684 com o absolutismo de 1755 — resumia-se na doutrina, de que ofendia a El-rei “dizer mal das leis”, mesmo quando beneficiavam negociantes aváros de lucros privilegiados. “O espirito protetivo florescia a pleno” (2). A mão forte do ministro pesou, esmagadora, sobre a economia, a sociedade, a vida portugêsa. Derrubaria todos os obstaculos. E derrubou. A “Mesa do Bem Comum” foi extinta. Assim em Lisbôa, no Pará, na Baía e no Rio de Janeiro, onde os mercadores tinham instituido tambem esse esbôço de “associação comercial”. A carta régia de 3 de Março de 1755 criou a capitania de S. José do Rio Negro, e veiu governá-la um sobrinho de Sebastião José, Joaquim de Mello e Povoas (3). Em 1757, Francisco Xavier de Mendonça desterrou do Pará para Lisbôa o padre João Daniel (4), mais vinte jesuitas... (5).

## LIBERDADE DO GENTIO

Mas os indios foram declarados livres!

---

(1) Doc. in J. LUCIO, *Os Jesuitas no Grão Pará*, p. 301.

(2) RUY BARBOSA, *Orações do Apostolo*, O Marquês de Pombal, p. 21, Rio 1923.

(3) J. FRANCISCO LISBÔA, *Obras*, III, 354.

(4) Vd. P. SERAFIM LEITE, *Jornal do Comercio*, 19 de Abril de 1942. O P. João Daniel, 1722-1776, escreveu na prisão o “*Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*”, em seis partes, das quais tres já foram publicadas, um dos mais vastos estudos da região onde missionou dezeseite anos.

(5) “*Coleção dos crimes e decretos pelos quais 21 jesuitas foram mandados sair do Estado do Grão Pará e Maranhão antes do extermínio geral de toda a Companhia...*”, *Cat. de Man.*, cod. 556-630, p. 62, Univ. de Coimbra.

Não se limitou el-rei a subtraí-los ao cativoiro. Declarou (carta régia de 4 de Abril de 1755) o seu agrado pelo casamento de portugueses e indias (“não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos da minha real atenção”, “preferidos para aqueles logares e occupações que couberem na gradação de suas pessoas”); proibiu que os descendentes mestiços neste caso fossem tratados de caboclos, como pejorativamente se lhes dizia; e pediu que nos requerimentos fizessem constar a qualidade, recomendavel... Via com igual apazimento o consorcio de indios e portuguesas.

Correspondia essa providencia aos recentes critérios filosoficos, sobre a bondade natural, as virtudes do homem primitivo; e dos indios, “felizes” na selva, na inocencia de seus costumes. . . (1). Reconhecia igualdade de direitos, aos mestiços de indios e brancos e aos europeus; exortava-os à comunhão social.

## OUTROS MONOPOLIOS

Insistiu Carvalho nos monopolios. Em 1756 creou a Real Companhia das Vinhas do Alto Douro — a quem atribuiu toda a exportação dos vinhos do Porto para o Brasil e o estrangeiro — alegando que melhorava com isto os preços, muito baixos então, pelas manobras e ganancia dos ingleses (2). Estes, preju-

(1) Exemplo: D. DOMINGOS DE LORETO COUTO, *Desagravos do Brasil*, An. da *Bibl. Nac.*, XXIV, 56 (comentando, em 1757, a carta-régia citada). O mesmo elogio consta dos trabalhos da Academia Brasileira dos Renascidos, 1759, e dos árcades (o mito do “bon sauvage”) recapitulados na parte que dedicámos á cultura no sec. XVIII: José Basílio, Durão, Claudio, Antonio Diniz, Alvarenga...

(2) E' o que louvava Quita nestes versos, *Obras Poeticas*, p. 90.

Já não virão as gentes estrangeiras

A fazer tão frequentes sementeiras.

judicados pelo privilegio, apelaram para a sua diplomacia. Em 1760 lord Kinnoul foi a Lisbôa. Conseguiu quanto queria. "...Os negociantes ingleses estabelecidos na cidade do Porto poderão comprar todo o vinho que quizerem sem permissão da companhia".

Pelo alvará de 13 de Agosto de 1759 confirmou a fundação da companhia de Pernambuco e Paraíba — moldada nos estatutos da congênere, do Pará. Falharam ambas nos seus objetivos economicos, retardaram a prosperidade das regiões a que pretendiam servir e liquidaram-se com prejuizos notórios: caíu o trafico para o Maranhão e Pará, de dezeseis para quatro e cinco navios, e os negociantes de Lisbôa festejaram com um "Te Deum" a sua extinção (1). A de Pernambuco encerrou-se em 1779, já insolvente (2).

## O TERREMOTO DE LISBÔA

Até 1755 Sebastião José de Carvalho e Melo foi o principal ministro de D. José I. Depois de 1755, até a morte do rei, praticamente o ministro unico. O terremoto, que arrasou parte de Lisbôa em 1.º de Novembro daquele ano, foi o caso fortuito que o tornou onnipotente.

Na manhã serena de todos os Santos, às 9 e meia, sem que algum prenuncio indicasse a catastrophe iminente, as igrejas de Lisbôa regorgitavam de fiéis. Subitamente, tres vezes tremeu a terra. Durou tudo oito minutos (3). Tanto bastou para que abatessem as

---

(1) CAETANO BAIRÃO, *D. Maria I*, p. 24, Lisbôa 1934. Foi extinta por decr. de 5 de Janeiro de 1778.

(2) J. LUCIO, *Epocas de Portugal Economico*, p. 453. Acabou pelo decr. de 8 de Maio de 1780.

(3) Doc. in ALFREDO PIMENTA, *Elem. de Hist. de Portugal*, ps. 408-9. Sobre a catastrophe, vd. GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade*, III, 7, Lisbôa 1941.

casas da baixa, da Sé a Belem, incluindo, na área destruída, o terreiro do Paço com os armazéns da Índia, o Rocio com o palácio da Inquisição, igrejas, conventos, os quarteirões comerciais onde os mercadores, na maioria ingleses, perderam 1.200 milhões, casas nobres (1), oito a dez mil mortos, inúmeros feridos, contusos, estropiados: uma desgraça incomparável.

O terremoto subverteu a Nação econômica, política, moralmente: porque lhe transtornou os negócios, deu ao governo força nova, para remediar o imenso infortúnio, encheu de terror e submissão os espíritos (2).

Em proveito do poder real, confundiu e abalou a aristocracia; suscitou, consequência imediata, reformas fundamentais e atrevidas; e elevou, sobre a perplexidade geral, a figura dominante do ministro que tirou do terrôr de uns, da inércia de outros, da intranquilidade geral, o melhor partido para as suas idéas, as suas ambições e a sua autoridade. Sem o cataclismo, dificilmente poderia ir tão longe como foi, na perseguição aos jesuítas, no combate aos fidalgos que o detestavam, no seu "iluminado" despotismo de vinte anos.

Mostrou-se, logo após o desastre, d'uma calma soberba. "Enterrar os mortos e cuidar dos vivos" (frase atribuída ao velho marquês de Alorna) foi a sua fórmula. Não tardou em planejar — ajudado por grandes

---

(1) Cf. Carta de Teixeira de Mendonça, publ. pelo marquês de Lavradio, *Ocidente*, n. 30, p. 46. É anedótica a sóbria da "Gazeta de Lisboa", a noticiar o acontecido, em 3 de Novembro: "O dia 1.º do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terremotos e incêndios que arruinaram grande parte desta cidade, mas tem havido a felicidade de se acharem entre as ruínas os cofres da Fazenda Real e da maior parte dos particulares".

(2) Conta Giuseppe Gorani, que foi valido de Pombal, Carta a Poesi, cf. visconde de Carnaxide, *O Brasil na administração pombalina*, p. 46, S. Paulo 1940 — que a perturbação do rei foi tamanha que só a socorreu a ascendência, "o dom da palavra" do ministro, que impoz então a sua autoridade, com o seu optimismo, a sua presença de espirito.



arquitectos como Eugenio dos Santos, Carlos Mardel e Manuel da Maia — a reconstrução da cidade com ruas direitas, o terreiro retangular rodeado de arcadas, as fachadas uniformes e imponentes, transformando Lisboa, ajeitando-a à estética, à engenharia do tempo (1). Pediu para isto ao Brasil uma contribuição consideravel. Deu-lha o Brasil prontamente (2).

A Baía (7 de abril de 56) entrou com tres milhões de cruzados. A capitania das Minas Gerais contribuiu com 1.030:708\$366. Como em 1727, entrou o Brasil com sete milhões para a reconstrução de Lisboa.

## TERROR GERAL

O terrôr coletivo assumiu em Lisboa fórmias espantosas. Predominou a idéa do castigo divino, contra os costumes e os pecados d'uma sociedade sem virtudes. O proprio conde dos Arcos, vice-rei do Brasil, adepto de Sebastião José, falou (no *Bando* que fez publicar) nos "estragos gerais, que permitiu a Omnipotencia

---

(1) A ação do ministro foi sábia, mas prudente e lenta, tanto que em 1759 ainda se cogitava de desapropriar o casario sacrificado com o plano das ruas novas. Vinte anos depois as obras de conjunto, segundo o projeto de Eugenio dos Santos, estavam apenas iniciadas. Conta a duquesa de Abrantes, Laura Junot, *Mémoires d'une ambassade*, que para apressá-las Pombal mandava fazer logo as fachadas uniformes, deixando o fundo das casas para depois, de modo que essas frontarias tinham algo de lantásticas, de illusórias... Também CAETANO BEIRÃO, *D. Maria I*, p. 22, Lisboa 1934.

Prevaleceu (1759) o projeto de Eugenio dos Santos, para que se desprezasse a antiga planta das ruas, refazendo tudo, em traçados retilíneos. (Vd. G. DE MATOS SEQUEIRA, *O Carmo e Trindade*, III, 32).

(2) Carta régia de 16 de Dezembro de 55 noticiou o terremoto e pediu ás Camaras um donativo a seu arbitrio, ACCIOLI, *Mem. Hist. e Pol. da Prov. da Bahia*, II, 182. O da Bahia foi de 875 contos, pagos á razão de 20:166\$666 anualmente. Naquele total entravam 325 contos de Sergipe e outras capitanias subordinadas, ACCIOLI, *ibid.*, II, 185, saindo o dinheiro do aumento geral de impóstos.

A Inglaterra enviou 270 mil cruzados e abundantes viveres, socorrendo com generosa presteza o velho aliado. (Vd. RODRIGUES CAVALHEIRO, in *Ocidente*, n. 7, p. 133).

Divina em castigo das ofensas, que se têm feito . . ." (1) O padre Malagrida saú-se com o "Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a côrte de Lisbôa no 1.º de Novembro de 1755" (impresso no ano immediato), acusando as culpas morais de Lisbôa, censurando indiretamente o Estado, bradando, não houvera "contingencias ou causas naturais, mãs são unicamente os nossos intoleraveis pecados" (2). Simultaneamente tomou corpo um conluio de vários personagens para afastar do poder o ministro, atribuindo-lhe, junto a el-rei, muitos desatinos puniveis. Mas o monarca lhe relatou o ocorrido, e deixou que prendesse ou desterrasse os desafetos, tirando do cargo, igualmente, a Diogo de Mendonça Corte Real, até aí secretário de ultramar. Não perdeu mais de vista os jesuitas, a quem considerava a alma da opposição.

### GUERRA DOS JESUITAS

.Pelo alvará de 8 de Maio de 57 mandou Sebastião José estender a todo o Brasil a lei de liberdade dos indios, que não mais dependeriam de seus missionários. Como os confessôres do Paço quizessem pedir a D. José I que reconsiderasse o ato, foram, em 19 de Setembro, despedidos os jesuitas que tinham ali entrada (3). Não deviam aparecer a el-rei!

Já a 1.º de Maio requerera o ministro à Santa Sé a reforma da Companhia de Jesus, alegando que se

(1) Bahia, 26 de Março de 1756, *Invent. dos Docs.*, I, 138.

(2) Vd. CAMILLO, *História de Gabriel Malagrida* (de Mury), p. IX, Lisbôa 1875. — Allás, já em 1687, se publicava no Perú, *Relacionon del Exemplar castigo que envió Dios a la ciudad de LIma... con los espantosos tembores del dia 20 de Octubre...* VOLTAIRE, *Candide ou l'optimisme*, descreveu o terremoto de Lisbôa (ps. 28-9) e o auto-de-fé de 20 de Junho de 1756. (Ed. Zuetzal, Mexico 1942, p. 11).

(3) O P. JOSÉ CAIEIRO, *A Expulsão dos Jesuítas no tempo de Pombal*, trad. do P. Julio Moraes, *Ocidente*, n. 32, p. 439, nega que os padres tivessem falado ao rei antes do alvará que os expulsou do Paço.

desviára das diretivas de Santo Inácio, dando-se ao commercio, à exploração do braço indigena, ao poder temporal, e outras atividades contrarias a seu estatuto. O Papa deferiu a reclamação, e nomeou reformador o cardeal Saldanha, que estréou nas funções com uma pastoral desabrida (1). A este tempo designava o Pontifice, para atender a um voto de D. José I, padroeiro contra os terremotos São Francisco de Borja, que fôra jesuita, dos maiores... (2). Se era o resto de influencia que tinham na côrte, combateu-a a mais pezada acusação que até aí sofreram, a "*Relação Abreviada da Republica que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal e Espanha estabeleceram nos Dominios Ultramarinos*", surgida em 3 de Dezembro de 57, e de cunho official, pois "formada pelos registos das Secretarias dos dous respectivos Commissários e Plenipotenciarios" (3).

## O ATENTADO CONTRA O REI

Na noite de 3 de Setembro de 1757, indo de carro D. José I por Belem, alguns fascinosas lhe dispararam as escopêtas na escuridão. O cocheiro, dando as rédes, evitou que se approximassem, para concluir a obra; e em segrêdo levou para o paço o soberano com a espadua trespassada de bala, que, por pouco, não o prostrára morto. Soube Sebastião José guardar reserva do atentado, emquanto averiguava as cumplicidades possiveis; e tão

---

(1) *Invent., dos Docs.*, I. 296-7. Os ministros Mascarenhas e Barberino foram os portadores da Carta do cardeal e do alvará de 8 de Maio de 1757 sobre os indios.

(2) Já em 1754 o arcebispo da Bahia tornára claro que S. Francisco Xavier (outro jesuita) era o padroeiro da cidade, como se declarou em 1686, *Invent. dos Docs.*, I, 95.

(3) O governo espanhol retirou depois a sua responsabilidade na publicação, mandando queimá-la por mão de carrasco em Madrid, cf. *decr.* de 4 de Abril de 1759.

habilmente, que em 13 de Dezembro, de surpresa, mandou prender os marquêzes de Távora, o duque de Aveiro e outros fidalgos com eles aparentados, que se julgavam seguros na côrte, lançando a essa gente sobre a acusação de se terem querido livrar del-rei, abatendo-o numa emboscada a tiros de clavina. O processo correu ao sabor do ministro, não faltando referencias aos jesuitas, até a confissão do duque de Aveiro, de envolta com a denuncia, de que quatro padres concordavam no terrível proposito... (1). Tais cousas disse o duque, ou lhe captaram os juizes, que em 12 de Janeiro de 59 safu a sentença, d'um rigôr sem precedentes: a marquesa de Tavora seria decapitada, rodados em vida (isto é, triturados sobre uma roda, com golpes de macête) — o marquês e o duque; morreriam tambem no patibulo o conde de Atouguia, José Maria e o marquês de Tavora, filhos do primeiro, e quatro criados. Escapára José Policarpo de Azevedo, um dos delinquentes: foi queimado em estátua (2). A medonha execução realizou-se em Belem na manhã seguinte, e foi um dos espetaculos mais abominaveis de que se tem memoria, pela selvageria dos suplicios, pelo numero de réos, pela sua importancia social (1).

---

(1) J. LUCIO, *O Marquês de Pombal*, p. 221.

(2) CAMILLO CASTELO BRANCO dá-nos a versão de que Policarpo ficou no Reino e morreu velho, com nome suposto, em Traz-os-montes, sem nunca ter sido apanhado, *Perfil do Marquês de Pombal*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 65.

Segundo a indiscreção do ministro inglês Hay, o atentado originara-se da vingança da família Tavora, melindrada pelos amôres clandestinos do rei com a marquêsa Jôven, nora do vice-rei de India, CAMILLO, *ibid.*, p. 2.

CAETANO BEIRÃO publicou (*O Jornal*, Rio, 3 de Maio de 1942) a carta da rainha D. Mariana Vitoria para a mãe, em Madrid, no dia seguinte ao atentado, em que dizia estava el-rei de cama, duma quéda de escada, em que se machucára...

(3) CAMILLO, *op. cit.*, p. 49, reproduz a gravura do tempo, descritiva da execução e de sua ferocidade incrível. O processo guarda-se no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, para onde veiu com os pais da familia real. Vd. tambem visc. de Carnaxide, *op. cit.*, ps. 23-4.

Dir-se-ia que Sebastião José abatia a nobreza, castigando-a nas suas cabeças dominantes; e, com a morte de uns poucos, humilhava o resto, pois déra àquilo a expressão d'um holocausto dos principais opositôres à corôa, dos grão-senhôres que tinham ousado afrontá-la. Estabelecia de súbito a sua politica, sobre a base do governo forte, eliminando a influencia dos fidalgos, arredando os descontentes, isolando o rei. E não satisfeito com a matança de 13 de Janeiro, descarregou sobre os jesuitas a sua cólera, aproveitando-se, para expulsá-los do país. da perplexidade, do horrôr causado pelo justicamento dos Távoras.

## XVI

# A EXPULSAO DOS JESUITAS

### JOSE' MASCARENHAS

Explodira no Porto, em 1757, um motim, provocado pela criação da Companhia de Vinhas do Alto Douro, iniciativa de Sebastião José no ano anterior. O povo recebêra mal o monopólio dos vinhos e tentára expulsar os seus administradores. Para reprimí-lo mandou o ministro processar e executar numerosos culpados, que, de fáto, sofreram morte cruel.

Distinguiu-se na devassa por sua conduta implacável o escrivão, desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, homem de notável intelligencia, sem duvida um dos grandes espiritos da epoca (1). Utilizou-o em seguida o conde de Oeiras (em 1758 Sebastião José tinha esse titulo) para vir ao Brasil aplicar as ultimas leis sobre os jesuitas, em companhia de dous outros magistrados severos, Manuel Estevão de Almeida Vasconcelos Barberino e Antonio de Azevedo Coutinho. Com a nomeação de conselheiros ultramarinos em comissão especial, chegaram à Baía em 27 de Agosto de 58 (2). Formaram com o arcebispo, o tribunal de Consciencia e Ordens, para

---

(1) CAMILLO, *Perfil do Marquês de Pombal*, p. 131.

(2) Of. do conde dos Arcos, 19 de Setembro de 58, *Invent. dos Docs.*, I, 306. Fala da agitada viagem da não S. José, em que vieram os conselheiros, justificativa da versão do voto que teriam feito, de não acusar injustamente os padres...

cumprir as decisões adotadas contra os jesuítas, que, logo a 7 de Setembro, foram disto notificados (1).

Diz o cronista da Companhia, que, a seguir, compareceram incorporados os padres ao Palacio arqui-épiscopal, a manifestarem a sua obediencia ao que lhes mandava o venerando prelado (2). A cêna que então se viu foi patética e simples: choraram todos, sem que se articulasse palavra: bastou a eloquencia da emoção; resignada e pungente... (3). Essa mansidão — em vez de protestos, recursos e brados — adiou de algum tempo o desfêcho. Começou por desagregar-se o tribunal com a attitude reservada do arcebispo e os divertimentos d'outra espécie, a que se entregou José Mascarenhas.

Excusou-se o arcebispo, em 12 de Setembro, que a avançada idade lhe dava direito de renunciar a Mitra, e pediu para recolher-se à ermida de sua devoção na Penha (4). O proprio Mascarenhas, em 20 do mesmo mez, escrevendo ao ministro, arriscou a opinião, de que era necessário ponderar, ácerca da conversão das aldeias dos padres em administrações civis, pela po-

---

(1) JOSÉ CAIEIRO, *De Exillio Provinciae Brasiliensis Societatis Jesu (Desterro dos Jesuítas da Provincia do Brasil)*, edição da Academia Brasileira, revista pelo P. Luiz Gonzaga Cabral, p. 37, Bahia 1936.

(2) Cf. of. do conde dos Arcos, 19 de Setembro de 58, *Invent. dos Docs.*, I, 306.

(3) JOSÉ CAIEIRO, *op. cit.*, p. 37. Al se informa detidamente sobre a relutancia do arcebispo em prestar-se ao processo contra os jesuítas, de quem era afeiçoado, o que explica a demissão, pedida e concedida, e o exillio depois, na pobre ermida da Penha onde acabou dignamente os seus dias.

(4) O arcebispo fez construir a capela e uma residencia. Naquela, a "Sepultura do Exm. e Revm. Snr. D. José Botelho de Mattos, arcebispo metropolitano da Bahia que chegou a ella aos 3 de Maio de 1741 e faleceu a 22 de Novembro de 1767". Vd. CARLOS ALBERTO DE CARVALHO, *Tradições e Milagres do Bomfim*, p. 5, Bahia 1915. Foi a capela elevada a Matriz em 1760. O documento da renuncia do arcebispo, *Invent. dos Docs.*, I, 288; comunicação de sua morte, *Invent. dos Docs.*, II, 185.

breza dos índios, e gênio dos brancos... (1). Mas, se o animo se lhe quebrantava, acirrava-se Barberino, que, a 28 de Maio de 59 (depois de chegadas as noticias sobre a execução dos Távoras) deu "princípio à sua diligencia para averiguação dos bens dos Padres da Companhia de Jesus, possuidos pelos Collegios e Casas", afim de apurar a legitimidade deles — o que prenunciava o confisco, iminente (2). Mascarenhas, ao contrário, em 19 de Maio fundava, em sua casa, a *Academia Brasilica dos Renascidos*, com quarenta acadêmicos de numero, a elite intelectual da terra, e, a despeito de não ter para isto licença régia (como prudentemente objetaram vários convidados) (3). A primeira fundação do grêmio consistiu na parte lírica que tomou nas festas de 23 de Maio, celebradas na cidade em regozijo por ter el-rei escapado ao atentado. Circumstancia expressiva: não havia jesuitas na Academia, senão frades bentos, carmelitas, franciscanos, e conegos da Sé (4). Também durou pouco. Em carta de 14 de Agosto de 59 para Gomes Freire, mandou el-rei que chamasse ao Rio José Mas-

---

(1) *Invent. dos Docs.*, 1, 308. Vóz corrente, foi que, sobrévindo uma tempestade furiosa durante a viagem, os tres conselheiros fizeram o voto de não mais perseguir os jesuitas, ao qual Mascarenhas foi fiel... JOSÉ CAIEIRO, *Desterro dos Jesuitas da Provincia do Brasil*, ed. da Acad. Bras., p. 31, Bahia 1936.

(2) *Invent. dos Docs.*, 1, 330.

(3) ALBERTO LAMEGO, *A Academia Brazilica dos Renascidos*, p. 14, Paris 1923. Os objetantes eram o chanceler Tomaz Ruby, o procurador da Corôa Luiz Quintella, o provedor da fazenda Pegado Serpa e o sargento-mór Ferrão Castelo Branco.

(4) Veja-se o cap. XXII deste volume. Graças ao livro citado, de A. Lamego, temos várias amostras da litteratura dessa Academia de grandes pretensões e curta vida. E' curioso notar que a 21 de Julho de 59 foi Mascarenhas eleito diretor perpetuo. Realizára-se a sessão inaugural a 6 de Junho, precedida de ato religioso na igreja dos Carmelitas Calçados, cujo convento abrigou a sociedade.



carenhas e o incumbisse d'uma missão qualquer na ilha de Santa Catarina, onde ficaria prêso e incomunicavel (1).

### UM CASTIGO MISTERIOSO

E' preciso dizer que o degrêdo, imposto ao homem de confiança, que ferozmente se distinguira na alçada do Porto, só indiretamente se relacionava com o processo dos jesuitas, em cujo favôr poderia interpretar-se a sua carta de 20 de Setembro de 58 para o ministro iracundo. Ocorrêra um extraordinário acontecimento: abrigaram-se na Baía dous barcos inglêses, e logo em seguida, uma fragata e dous corsários franceses que lhes tinham dado caça (2). Já em Maio quatro navios da Companhia inglesa das Indias aí haviam ancorado, contra o costume, e para se acautelarem do inimigo, que rondava o seu itinerário. Em tal situação, as simpatias da cidade deviam ser para os "velhos aliados". Assim entendeu o vice-rei, não Mascarenhas. Em 23 de Julho queixou-se o conde dos Arcos da "parcialidade do conselheiro José Mascarenhas" favoravel ao comandante Marnier, chefe da esquadriha francesa, que procurava abastecer-se na Baía (3). Se bem o disse por officio, melhor o representou um navio britânico, que foi a Lisboa apresentar as reclamações e denuncias do Almirantado ante a boa acolhida que lá se dispensava à

---

(1) "...Usando dos especiosos pretextos da indispensavel necessidade de se promoverem por pessoa habil os utilissimos estabelecimentos das novas colonias mandadas fazer na ilha de Santa Catarina...", vd. Henrique Fontes, *O Conselheiro José Mascarenhas*, p. 28, Florianópolis, 1938.

(2) Doc. in *Invent. dos Docs.*, I, 347.

(3) Doc. in *Invent. dos Docs.*, I, 365.

bandeira adversária (1). Chegou Mascarenhas ao extremo de incluir como supranumerário de sua Academia um dos oficiais franceses, Mr. Disiers, “tão ilustre como sábio” (2). Empossou-se em 15 de Setembro. Mas é de 14 de Agosto a carta que mandava confiná-lo em Santa Catarina. Descontados os dous mezes gastos na travessia do Brasil a Portugal, se tinha que fora el-rei informado dos seus entusiasmos anti-ingleses em Junho, o que coincide com a data da aportagem, na Baía, dos corsários de Luiz XV (3). O marquês de Pombal declarou lisamente, quando arguido sobre a prisão do seu protegido, vinte anos depois: “Que... se arruinou a si mesmo naquela cidade sem que alguém lhe pudesse valer, pois achando-se no porto dela em conjunção duas esquadras (então inimigas) uma inglesa, outra francesa, se deixou o mesmo arrebatado de uma paixão tal tão forte a favor dos franceses que, escandalizando publicamente os ingleses, lhes deu motivo para se queixar acremente, ao Senhor D. José, el-rei britânico das distinções com que se tinha tratado o inimigo e nenhum caso se tinha feito dos ingleses naquele Porto, acrescentando que se lhes impedira que expedissem a embarcação que transportasse as ditas queixas de sorte que lhe foi preciso faze-la sair com disfarce a seu destino”. Tivera el-rei necessidade de “contentar e satisfazer a côrte de Londres, como sua unica aliada, e mandou-se expedir ao vice-rei as ordens em cuja execução foi o dito conselheiro preso e recluso por satisfação publica à corte de Londres e isto em benignidade de se lhe gozar particularmente os seus ordenados. Se houvesse recorrido, deixaria passar o tempo necessário para a corte de Londres se esquecer

---

(1) LÚCIO D'AZEVEDO, *op. cit.*,

(2) A. LAMEGO, *op. cit.*, p. 62.

(3) Chegaram a 9 de Junho, doc. In *Invent. dos Docs.*, 1, 348.

e seria solto há muitos anos. Não praticara outro crime mas porfiára em ficar esquecido sem apresentar recurso algum" (1).

## O GRANDE GOLPE

Afastado Mascarenhas, por esse tempo cuidou Oeiras desfechar o golpe mortal na Companhia de Jesus. A carta regia de 23 de Agosto de 59 mandou sequestrar-lhe os bens moveis e de raiz, e recolher ao Colégio da Bahia os padres que andavam por fóra — o que era prevenção contra possíveis resistencias ou destruição de propriedades. Chegou a ordem em 27 de Dezembro. Fez o conde dos Arcos recolher ao

---

(1) Doc. in ROCHA MARTINS, *O Marquês de Pombal Desterrado*, p. 182-3, Lisboa 1929. O depoimento citado (a que antes se referiram J. Lúcio, R. Garcia e Henrique Fontes) destróe a suposição de ser uma vingança de Pombal, o desterro do valido, porque não atenuou os jesuitas com peiores crueldades. Mas é ver-se que a sua atitude complacente, ao chegar á Bahia, influenciou o rigor da punição, aumentando as culpas do conselheiro aos olhos do ministro suspicaz. A tolerancia de Mascarenhas com os padres agravou a sua parceria com os franceses. Perdeu a cabeça, diria Pombal, e de fato lhe chama de louco, na ordem para que fosse recluso incomunicavel, na fortaleza da ilha... Foram suspensos os seus ordenados por portaria de 20 de Fevereiro de 1760, *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 220.

Mascarenhas chegou ao Rio de Janeiro, chamado por Gomes Freire, em 28 de Dezembro de 59. Em Janeiro foi para Santa Catarina. Conservou-se em prisão até a queda de Pombal. Mas não a rigorosa ou triste prisão que se imagina: com a regalia de muito consultado do governador, ouvido ácerca dos assuntos de vulto, tratado com respeito, e mesmo por vezes elevado á categoria de assessor, confidente e secretário... Vd. HENRIQUE FONTES, *op. cit.*, p. 45 e segs. Jactou-se de ter governado a ilha sete anos. FONRES, *ibid.*, p. 50.

Educou al o filho. Elias Alexandre da Silva, rapaz de viva intelligencia, autor da "*Relação ou noticia particular da infeliz viagem da não de S. M. F. Nossa Senhora da Ajuda*", em 1778, em que se reparou Mascarenhas, e tambem d'uma "*História de Angola*", que Manuel Murias publicou recentemente, 2 vols., Lisboa 1937. Que era filho seu Elias Alexandre, disse em carta para fr. MANUEL DO CENACULO, CAMILLO, *Perfil do Marquês de Pombal*, ps. 137 e 141. "...E' alferes do regimento de Santa Catarina, o qual eu criei de novo...", disse o desembargador (Magalhães Basto, *Congresso do Mundo Português, Memórias*, X, 520-528, Lisboa 1940).

Por of. de 15 de Julho de 1774 foi transferido de carcere, de Santa Catarina para o Rio (*Pub. do Arq. Nac.*, III, 35), pois era iminente um ataque espanhol; e mandado voltar para o Reino em 25 de Abril de 1777, *ibid.*, III, 48.

Colégio os jesuitas do interior, de modo que a frota, que lhe traía successor, o novo vice-rei, marquês de Lavradio, com instruções terminantes para a expulsão daqueles, e o confisco de seus pertences, encontrou em andamento a violenta medida. Com Lavradio vinha o coronel Gonçalo Xavier de Barros e Alvim, para presidir em pessoa à deportação dos religiosos. Desembarcou em 7 de Janeiro de 60, reuniu os soldados, a pretexto das honras que seriam prestadas ao vice-rei, e, na mesma noite, conduziu os jesuitas do Colégio para o Noviciado da praia da Jequitaia, onde ficaram custodiados até o seu embarque para o Reino (1). O Arcebispo, resignatário, retirou-se para a ermida da Penha (2), investindo-se no governo ecclesiastico o Cabido, em "Sé vacante".

### REFORMA DO ENSINO

Como a "reforma" devia ser fundamental — despididos os jesuitas e eliminada a sua influencia — o alvará de 28 de Julho de 1759 mandou acabar com o sistema de ensino que, há duos seculos, usava a Companhia. Por essa lei, primeira das transformações do ensino que se faziam em Portugal no seculo XVIII, eram proscritos os métodos antigos, prohibido o estudo de lingua e gramatica latina pela "Arte do Padre Manuel Alvares", cujas regras prolixas passavam por dificultar e confundir a materia, imposto o "Novo Metodo da Gramatica Latina" do padre Antonio Pereira de Figueiredo (3), oratoriano, considerado simples e racional. Iriam ministrá-lo opositôres aprovados

(1) *Invent. dos Docs.*, 1, 370.

(2) Carta de Lavradio, *Invent. dos Docs.*, 1, 372.

(3) A Congregação do Oratorio teve a propriedade de seu livro, por privilegio de 1747. Publicou-se o resumo do *Novo Método* por decr. de 28 de Junho de 59, THEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de*

por uma junta (que logo se formou, com dous carmelitas e um franciscano) (1): equivalia à "secularização" do ensino que pedia de Paris e Dr. Antonio Ribeiro Sanches! (2).

Prevalencia de golpe o alvitre de Luiz Antonio de Verney, que vinha de 1747 (3), o seu combate às tradições jesuíticas, para que se "iluminasse" o Reino com as "novas idéas", correntes em França. Comple-

Colmbra, III, 281. O P. Pereira lisonjeou várias vezes Pombal, como no *Discurso Gratulatorio*, de 1776. E' interessante a critica que ao seu método fez FRANCISCO MANUEL TRIGOSO DE ARAGÃO MORATO, *Memórias*, rev. por E. de Campos Andrade, p. 8, Colmbra 1933.

A pastoral do Cabido da Bahia, de 5 de Fevereiro de 1760, *Invent. dos Docs.*, I, 385, mandou aplicar a reforma. Somente em Março de 1798 os professores de latim tiveram liberdade de adotar a gramática que lhes aprouvesse, *Invent. dos Docs.*, IV, 2.

(1) Vd. *Invent. dos Docs.*, I, 376. Apareceram na Bahia 18 candidatos. Veremos que essa affluencia não impediria a pronta decadencia das aulas régias ou seculares abertas após a expulsão dos jesuitas.

(2) TEÓFILO BRAGA, *op. cit.*, III, 351.

(3) Tres illustres cabeças inspiraram a reforma do ensino de 1759 por diante: o Dr. Jacob de Castro Sarmento, 1737, Verney, 1747, Antonio Nunes Ribeiro Sanches, 1760. O primeiro influu sobretudo na critica ao Aristotelismo e ás discussões teóricas sem a experiencia, a observação, os estudos realistas indispensaveis á medicina. Escrevia de Londres (HERNANI CIDADE, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, II, 44). Já desbravado o terreno, em 1760 o P. Manuel Alvares, do Oratorio, publicou a sua *Lógica*, destinada a desbancar a conimbricense, ou aristotélica, aproveitando as conquistas de Port Royal, as idéas de Bacon, Descartes, Locke... A *Lógica* do P. Alvares corresponde ao dissidio filosófico que estava na raiz da perseguição aos jesuitas: as novas doutrinas contra os dogmas que se lhes opunham, o pensamento em franca evolução para a revolta moral e politica contra a barreira conservadora e imóvel da Universidade...

Verney mandou de Roma as suas maximas racionalistas, adotando os principios de Port Royal, o cartesianismo, o chamado "espírito novo". Com o pseudônimo de "frade barbadinho" reuniu-as em 1747 no "Verdadeiro método de estudar", que repercutiu intensamente em Portugal. Fez aí a mesma censura á Gramática do P. Alvares que vemos na Pastoral do Cabido da Bahia, de 5 de Fevereiro de 1760... (Vd. TEÓFILO BRAGA, *Os Arcades*, p. 31, Porto, 1918). Saíram os jesuitas em defesa do seu sistema. Travou-se polémica agitada, que passou as fronteiras, entrando os dominios espanhóis. Verney começou a vencer em 1760, quando os oratorianos (Congregação de S. Felipe Neri) ganharam o direito de ter collegio, como os jesuitas, ponto de partida para a substituição destes. O alvará de 1759 é o transunto do programa de Luis Antonio de Verney. Principia com ele a "instrução publica", isto é, não religiosa ou particular, na metropole e no Brasil.

Preconizou Ribeiro Sanches a reforma da Universidade, especialmente da Medicina, querendo-a experimental, e inspirou a criação do Collegio dos Nobres, 1761 (Vd. ANTONIO FERRÃO, *Ribeiro Sanches e Soares de Barros*, p. 35, Lisboa, 1936).

taria o “Verdadeiro método de ensinar” um programa de reforma total da Universidade — com as ciências, liberdade de pesquisa, a imitação do que se fazia nos grandes centros... (1). O conde de Oeiras pôz-se à frente do movimento. Os jesuitas eram a barreira; abateu-a. Sem eles, introduzia em Portugal, o alento “revolucionário”, que havia de derrubar, por toda parte, a monarquia absoluta. Em nome desta, acabou com a ordem tradicional da cultura; anunciou o advento do “espírito novo”, que quiz utilizar, como um instrumento, mas que o destruiria afinal, se antes disto a propria monarquia não o esmagasse!

## OS COLÉGIOS FECHADOS

Os jesuitas no Brasil submeteram-se, resignados e silenciosos. 124 embarcaram na Bahia em duas náos de guerra (2); 53 em Pernambuco (3), 199 no Rio de Janeiro (4), 133 no Pará (5).

Deixavam imenso espólio. A sua rêde de colégios, seminários, residencias, missões e fazendas estendia-se ao país inteiro, de Paranaguá, ao sul, aos confins do Amazonas. O ról desses estabelecimentos basta para que tenhamos a impressão de sua influencia, a noticia de sua distribuição, a consciencia do seu esforço, da repercussão do seu exterminio.

---

(1) Verney pedia tambem a abolição dos conventos de freiras no Brasil, vd. L. CABRAL DE MONCADA, *Um Iluminista Português do século XVIII: Lulz Antonio Verney*, p. 208, S. Paulo (Coleção Studium 1941).

(2) *Invent. dos Docs.*, 1, 398.

(3) JOSÉ CAIEIRO, *Desterro dos Jesuitas*, p. 167. Embarcaram na náao que tinha sido deles, a que aludiu José Basilio em nota ao seu poema, e a propósito da qual corriam versões exageradas.

(4) Destes, 11 de Santos, 23 de S. Paulo, 5 de Paranaguá, 17 do Espírito Santo, 4 de Campos (VARNHAGEN, e nota de R. GARCIA, *Hist. Geral*, IV, 178).

(5) Bispo do Pará, *Memórias Inéditas*, p. 156.

Na Baía tinham o seu primeiro Colégio, anexo ao templo admiravel logo adaptado para Catedral (1), o Noviciado, que para eles fizera Domingos Afonso Sertão (2), o Seminário da Conceição fundado em 1757 (3), o de Belem, que o Padre Alexandre de Gusmão creára no seculo anterior, e nove aldeias (4). No Rio de Janeiro, o Colégio, do Castelo (5), cuja igreja começava a ser reconstruida em maiores proporções, os engenhos velho e novo, cinco aldeias, sobretudo as fazendas de Santa Cruz (5), a melhor do Brasil, e de Campos de Goitacazes (6). Os Colégios de São Paulo e São Vicente, e sete aldeias. O Colégio de S. Miguel, de Santos, data de 1652. O de Sant'Iago, do Espirito Santo, de 1654. Em Recife, o Colégio da Senhora do O. Em Olinda, uma residencia. Duas aldeias em Pernambuco, cinco no Ceará (7). Na Paraíba, Colégio, de 1683, e Seminário, de 1745. No Rio Grande do Norte, duas aldeias (1). Colégio e Seminario em Paranaguá, de

---

(1) No Colégio da Bahia esteve em seguida a biblioteca publica. Foi aí instalado o hospital da misericordia. Funciona aí desde o seu inicio a secular Faculdade de Medicina da Bahia.

(2) Adaptado mais tarde para Colégio dos Orãos de S. Joaquim, continua o grande edificio do Noviciado a servir á educação da juventude segudo os piedosos propósitos de frei Miguel do Livramento.

(3) Atual séde do Centro Operário, apesar de deformado por uma infeliz "restauração", o prédio é um dos mais imponentes da velha Bahia.

(4) Espirito Santo, com 49 familias, chamou-se Nova Abrantes. Por ter sido delegado por essa vila ao primeiro governo da Independencia, Miguel Calmon a evocou no seu título de visconde e marquês de Abrantes. Cerimbá é Nova Santarein, Greio, Nova Aimada; Saco, Mirandela; Mairais, Barcelos; Canabrava, Pombal; Juru, Nova Tomar e Natuba Soure.

(5) Incorporada aos bens da corôa, tornou-se fazenda real e imperial, com a importancia de hospedar a familia reinante no verão: reinado de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. A primitiva casa conventual foi adaptada para palacio de vilegiatura.

(6) A casa dos jesuitas de Campos é uma das mais interessantes pelo tipo, de convento rural, ao mesmo tempo casa-forte, que apresenta. Conserva-se sem alterações substanciais desde que a comprou Joaquim Vicente dos Reis em 1784.

(7) P. CAIEIRO, *op. cit.*, p. 143. No Ceará — Ibiapaba, Caocala (Nova Soure), Paupina (Nova Mecejana), Paragamba (Nova Arronches), Paiaçú (Nova Montemór).

1738 e 1754, e ermida em Santa Catarina, de 1747. Esta, a extrema do sul. No norte, a provincia do Maranhão: 51 aldeias, 56 fazendas! (2). Colégio de São Luiz, de 1652; do Pará, da mesma epoca; respectivos Seminários, de 1751 e de 1749... (3).

### AS ALDEIAS

As aldeias foram geralmente erigidas em vilas, que receberam nomes portuguezes, dest'arte elevados a "homens bons", governados por seus concêlhos, os gentios, até aí "administrados" pelos padres... (4) Floresceram apenas as que tinham affluencia de brancos, commercio proprio, e a sua lavoura: porque, sem a tutela dos missionários, os indios difficilmente se conservavam nas povoações ou nas rôças, trabalhando. Metiam-se pelos matos; e procuravam na selva melhor vida... O jeito foi submete-los a directôres, civis, num regime de transição, para a liberdade (ou o abandono), que sobreveiu sem difficuldade.

Quanto ao espólio dos jesuitas, carta-regia de 19 de Abril de 1761 o incorporou aos bens da corôa (5). Foi em seguida pôsto em leilão, que rendeu pouco. Na Baía e em Sergipe, apenas 547 contos (6).

(1) Guarairás e Guajurú, CAIEIRO, *ibid.*, p. 149. Na primeira havia um pequeno Seminário.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 181.

(3) Vd. P. J. M. MADUREIRA, A. *Liberdade dos Indios, a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados*, II, 402, Rio 1929.

(4) Vd. capitulo referente á História regional.

(5) ACCIOLI, *op. cit.*, II, 207-9. Em 16 de Outubro de 1761 autoriza-se o governador do Rio de Janeiro a retalhar as grandes propriedades dos Jesuitas, *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 163.

(6) Cf. carta régia de 28 de Agosto de 1770, fez-se a avallação depois a venda em hasta publica, que rendeu na Bahia e Sergipe 547:896\$005, ACCIOLI, II, 207.

O padre Gabriel Malagrida foi sentenciado e morto no ultimo auto-de-fé, de 20 de Setembro de 1761. Vd. J. LUCIO, *Os Jesuitas no Grão Pará*, p. 363.



Mais sensível prejuízo, o que sofreu o ensino público.

### OBSCURANTISMO

O “iluminismo” restringiu-se à metropole. No Brasil, desorganizou o ensino existente, sem o melhorar, sequer substitui-lo por outro sistema que o suprisse. Fechados os Colégios dos jesuitas, as aulas de gramática e filosofia, em grande numero ainda em 1760, logo decaíram, e se encerraram.

Em 1764 notou, na Baía, a viajante Mrs. Kindersley: “Este lugar abastado e populoso não possui entretanto nenhuma escola publica alem das primarias” (1). E acusava o governo, de “manter os povos na ignorancia”, por malicia e politica. O arcebispo da Baía, em 2 de Junho de 1777, alvitrava a instalação do Seminário no velho Colégio “afim de renovar o amor das letras, quasi extinto nesta Cidade por falta de estudos publicos há quasi vinte anos...” (2). Que ao menos se desse aos oratorianos, pedira o marquês de Valença, lembrando o abandono da mocidade (3).

Creada em 1767, a Mesa Censoria, para tirar da Igreja o encargo de examinar os livros e vigiar a produção intelectual, a ela foi emfim cometida, em 1771, a direção geral dos estudos (4). Em 1779 organizou-se o quadro dos professores de gramatica, filosofia, retórica, desenho, e primeiras letras (5). Muitos mes-

---

(1) *An. do Mus. Paul.*, 1, 2.<sup>a</sup> parte, p. 21.

(2) *Invent. dos Docs.*, 11, 368.

(3) *Invent. dos Docs.*, 11, 364.

(4) Foi estabelecido, 6 de Novembro de 1772, o *Subsidio Literário*, que em 1795 rendia na Bahia 9:328\$452.

(5) CAETANO BEIRÃO, *D. Maria I*, p. 234.

tres de bôa reputação viéram do Reino para ocupar as suas cadeias no Brasil (1).

Em 1794 (2), finalmente, as salas menores ficaram a cargo dos Governadores e Bispos, nisto independentes da metropole.

Na Baía houve de começo quatro, de retorica, filosofia, lingua grega e gramatica latina, frequentadas porem por 43 estudantes apenas, como em 1798 se queixou o professor Luiz dos Santos Vilhena (3). Nesse ano foi creada a cadeira de aritmetica e geometria (dada ao Dr. Antonio. Ferreira França) (4).

Espalhadas pelas vilas populosas essas cadeiras esporádicas, ali e acolá congregadas em seminários (Mariana, S. Joaquim no Rio de Janeiro (5), Belem do Pará, Olinda em 1798), davam instrução, mas sem continuidade e sem plano de conjunto. Desarticularam-se a pedagogia jesuitica; e a sua falta continuou reparada e lamentada na colonia, enquanto em Portugal

(1) D. Rodrigo José de Menezes, em 1787, comunicava a instalação, numa das salas do Colégio dos padres, da escola de Francisco Ferreira Paes da Silveira, com 28 alunos: e acusava o progresso da "ignorância e preguiça...", *Invent. dos Docs.*, III, 43.

2) Carta régia de 17 de Dez. de 1794. Continuava sem execução em 1799, *Invent. dos Docs.*, IV, 127. Presidia á organização a junta da diretoria geral dos estudos e escolas (1794-1835).

(3) *Cartas Soteropolitanas*, I, 288, ed. de B. do Amaral. Outros professores (1787), Paes da Silveira, "homem de conhecida verdade e instrução", José da Silva Lisboa (nomeado em 1786, o bacharel mais erudito da terra), José Francisco Cardoso de Moraes, cujo poema latino "do cerco de Argel" mereceu tradução de Bocage (1802).

(4) *Invent. dos Docs.*, IV, 98. Ferreira França foi professor notavel da Faculdade de Medicina da Baía, desde a Aula Cirurgica, 1816; deputado geral, medico, filôsofo, humanista. Aliás, em 1799 o cirurgião mór José Xavier de Oliveira Dantas pedia fosse considerada aula régia o curso que professava na Baía de cirurgia e anatomia", *Invent. dos Docs.*, IV, 100.

(5) Primeiramente Seminario de S. Pedro, 1739, depois de S. Joaquim, 1766, MACEDO, *Um Passelo*, II, 10, extinto em 1818, foi convertido em 1837 no Colégio de D. Pedro II, *ibid.*, 43. Outro seminário no Rio era o episcopal, de S. José, fundado tambem pelo bispo Fr. Antonio de Guadalupe, e cujo sistema de ensino comenta o visconde de Nogueira da Gama, *Minhas Memórias*, p. 114 e segs., Rio 1893. Os seminaristas dos dous institutos eram antagonistas nas lides escolares.

muito se esperava da profunda reforma da Universidade. Não beneficiava o Brasil!

As "luzes" metiam medo, na America. Em 1795 o governador do Maranhão, D. Fernando Antonio de Noronha: não era conveniente houvesse mais do que a cadeira de gramatica latina, e ler e escrever, " porque o abuso dos estudos superiores só serve para nutrir o orgulho proprio dos habitantes..." (1) A Camara de Sabará pedira (1768) uma aula cirurgia. E o procurador da corôa, negando-a: "Que se lembrava ter lido que algumas das Nações européas se arrependaram mais de uma vez de artes estabelecidas nas suas colonias da America" (2).

## A UNIVERSIDADE

Culminou a reforma da instrução em Portugal a da Universidade de Coimbra, em que se distinguiram dous brasileiros, o desembargador João Pereira Ramos e seu irmão D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, naturais ambos do Rio de Janeiro (3). Corresponhia a um reajuste. Portugal inteirava-se do movimento científico, das tentativas de reconstrução cultural dos grandes centros; e largando o massiço conservantismo, aceitava com alvoroço mais aparente do que sincero os programas de Paris, de Viena, de Londres. Gabinetes de fisica e astronomia; horto botanico;

---

(1) J. F. LISBÔA, *Obras*, II, 201.

(2) *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, XV, 461.

(3) TEÓFILO BRAGA, *Hist. da Universidade de Coimbra*, III, 392. O desembargador começou a trabalhar na reforma em 1765. Em 1767 o conde de Oeiras recusou a nomeação de D. Francisco para Deão no Rio de Janeiro, pois queria aproveitá-lo em cargo maior: fê-lo Reitor da Universidade em 8 de Maio de 1770. Este recomendou ao ministro o ex-jesuita José Monteiro da Rocha "que regressara do Brasil em 1767" (T. BRAGA, *ibid.*, III, 394): este foi o reformador da secção de matemáticas.

anfiteatro de anatomia; laboratorio de quimica. No dominio do direito, passava a ensinar-se o pátrio (Leis pátrias e Observancias) em vez do excesso de direito romano, afnal subsidiário (1). A de Artes tomou o nome de Faculdade de Filosofia, abrangendo Logica, metafisica e etica, e tambem as ciências exátas. Antes — resumiu o reitor D. Francisco de Lemos, deixára-se, “na Teologia, de consultar a Escritura e a Tradição; no Direito a Razão e a História; e nas Ciências Naturais a observação e a experiencia, para envolver-se tudo em especulações arbitrarías” (2).

Agora, campeava o “espírito do seculo”...

---

(1) TEÓFILO BRAGA, *ibid.*, III, 472.

(2) ANTONIO FERRÃO, *A 1.ª Invasão Francesa*, LXXVI, Coimbra 1925.

## PERDA E RETOMADA DO RIO GRANDE

## O TRATADO DE 1762

A subida ao trono de Carlos III de Espanha — que não aprovára, quando ainda rei de Nápoles, o tratado de 1750 e a ação conjunta para a expulsão dos missionários do Uruguai — modificou, por esse tempo, as expectativas de paz que, na península e na América, tinham sido laboriosamente arquitetadas.

Lavrava a guerra dos “sete anos”. Portugal mantinha-se neutro, apesar de inclinado à causa inglesa, que lhe garantia a navegação do Brasil, a liberdade marítima. O rei espanhol tendia para a aliança francesa, contra a Gran-Bretanha. Em Agosto de 59 um incidente grave irritou de súbito, contra Portugal, o governo de Paris. Foi o ataque d’uma esquadra inglesa a outra inimiga à vista do Algarve, com a subsequente apreensão de dous barcos. Choiseul, ministro de Luiz XV, reclamou contra a violação da neutralidade portuguesa e quiz que D. José I aderisse com veemência ao protesto. Não convinha, à côrte de Lisboa, largar a velha amizade, até aí tão útil, em benefício d’uma situação duvidosa: preferiu pedir a proteção da Inglaterra contra possíveis represálias de França. Na iminencia, o gabinete de Madrid, de ligar-se a Luiz XV pelo “pacto de familia” (realmente assinado em 15 de Agosto de 1762, pelos reis da casa de Bourbon, França, Espanha, Nápoles, Parma) foi que se achou de bom

aviso interromper os trabalhos de limites na America e dar por nulo e insubsistente o tratado de 1750. Subcreveram os plenipotenciarios outro tratado em El Pardo (1), em 12 de Fevereiro de 61. Era um simples distrato: mas com a clausula insidiosa, da immediata evacuação dos "terrenos que foram ocupados a titulo da mesma execução, ou com o motivo do referido Tratado, demolindo as habitações, casas ou fortalezas, que em consideração do sobredito Tratado abolido se houverem feito ou levantado por uma e outra parte. . . (2).

### RESTITUIÇÃO DOS "7 PÓVOS"

Não se falava mais na Colonia do Sacramento, que continuaria portuguesa: tambem era automática a restituição dos "sete póvos", que Gomes Freire deixára com os espanhóis. E o forte do Rio Pardo, ou melhor, o Rio Grande, cujo povoamento coincidira com a guerra das *missões*? Os castelhanos tinham na letra do tratado de El Pardo estímulo bastante para uma luta ampla. E general, que os comandasse, havia o astuto Cevallos, que soubéra aconselhar a Carlos III o repúdio do convênio de 1750 (3), a recuperação da banda oriental do Uruguai e a conquista dos territorios abaixo de Santa Catarina.

Os acontecimentos propiciaram essas intenções, porque ao "pacto de familia" se seguiu a entrada da Espanha na guerra aos ingleses; e, em Março de 62, enviou o governo de Madrid um "ultimatum" ao de

(1) Já em 24 de Junho de 1760 o governo de Madrid comunicava a Ceballos e Valdellirios a intenção de anular o tratado anterior, ENRIQUE M. BARBA, *Humanidades*, XXIV, 297. Mas que o primeiro não recebeu ordem para atacar a Colonia, documenta o mesmo autor, *ibid.*, p. 299.

(2) Vd. JOSÉ CARLOS MACEDO SOARES, *Fronteiras do Brasil*, p. 150.

(3) E' a tésede ENRIQUE M. BARBA: "Creo haber demostrado como fué don Pedro de Cevallos el principal gestor de la anulacion del Tratado de Madrid".

Lisbôa: para que o acompanhasse no rompimento; permitisse que fôrças espanholas guarnecessem os fortes portugueses; e em quatro dias se definisse. Era a guerra na península! De fâto,, o conde de Oeiras respondeu com firmeza, que não deixaria a Inglaterra, e tratou de pôr na fronteira os soldados que havia, certo de que a aliada de sempre não lhe faltaria com navios e gente. Não lhe faltou. Uma armada de treze barcos velejou para Lisbôa e em seguida desembarcou, para enfrentar os espanhóis, seis mil homens ao mando de lord Abermale (1). Na hipótese de invasão irresistível algumas daquelas náos, fundeadas em frente aos paços da Ajuda, trariam a familia real para o Rio de Janeiro (2).

A campanha no Reino foi débil e inconsequente, pois se limitou à tomada de Miranda e Bragança, sem passar o Douro, e à investida sobre Castelo Rodrigo e Almeida, suspensa pelo armistício de 1 de Dezembro de 62.

Serviú, entretanto, para reorganizar o exercíto português (e logo, como veremos, as tropas do Brasil): esse encargo teve um antigo oficial de Frederico da Prussia, admiravel disciplinador, o conde reinante de Schaumburg-Lippe (3).

---

(1) Vd. EDUARDO BRAZÃO, *Relance de História Diplomática de Portugal*, p. 170, Porto 1940.

(2) O proprio Pombal escreveu, em 1779: fizera armar "a brilhante esquadra que se viu então no rio de Lisbôa, com o oculto fim de que, logo que o exercíto espanhol chegar á sua referida fronteira, se embarcariam em uma noite Suas Majestades... a demandar o porto do Rio de Janeiro". *Memórias do Conde do Lavradio*, I, 98, nota. Coimbra 1932.

(3) Indicado pelo rei de Inglaterra, chegou o conde de Lippe a Lisbôa em 3 de Julho de 1762, com o duque de Mecklemburgo, irmão da rainha, e vários oficiais alemães, o primeiro dos quais figura distintamente na história do Brasil, o então coronel Bôhm.. Vd. Pe. ERNESTO AUGUSTO PEREIRA SALES, *O Conde de Lippe em Portugal*, ps. 8-9, Vila Nova de Famalicão 1937. Assumiu no mesmo dia o comando do exercíto português. Parte do seu arquivo está no Palácio Itamaraty, e dele informa LUIS NORTON, *Notícia sobre o Arquivo Militar de Lisbôa*, Rio 1938. Sobre a sua carreira militar ANTONIO DINIZ DA CRUZ E SILVA, *Poestas*, ode IV, vol. V, Lisbôa 1815.

## CAE A COLONIA

Ciente da guerra na Europa, antes mesmo de ter ordem para isto tratou D. Pedro de Cevalos de atacar a Colonia do Sacramento — governada, desde o ano anterior, pelo brigadeiro Vicente da Silva da Fonseca. Apertou-lhe o bloqueio por terra, reuniu força consideravel, desembarcou junto à praça, em 7 de Setembro de 1762, 4 mil homens (e muitos Tapes das Missões) e a 5 de Outubro rompeu o fogo. O conde de Bobadela previra a luta. A Colonia era o ponto fraco, a fronteira precária, o seu pesadêlo: e para defendê-la mandara munições, farinhas e gente, em quantidade suficiente para um sitio demorado (1). Com muito menos, dizia-se, Antonio Pedro de Vasconcelos a sustentára ano e meio. Mas, sem uma armada, teria de cair: e Cevalos a investia tambem com vários navios. Rolou, incessante, o canhoneio, entre 5 e 26 de Outubro. Então, parte dos muros desmoronados, sem reservas para descansar a guarnição, obrigado a distribuir pelas bréchas os tripulantes de seus pequenos barcos — Vicente da Silva aceitou a rendição que o general espanhol lhe ofereceu (2).

## A MORTE DE BOBADELA

A guarnição rendida foi pósta nos seus proprios barcos e seguiu para o Rio de Janeiro. Dias depois —

---

(1) Bobadela pensou em invadir o Paraguai a título de diversão, para aliviar a guarnição sitiada na Colonia, disse em 1772 JOSÉ CUSTÓDIO, vd. *Doc. Inter.*, XXXV, 44-5. Este plano se renovou com a criação de Iguatemi, em 1767.

(2) VARNHAGEN, seguindo documentos officiais do Rio e da Bahia, de 1763, disse que Vicente da Silva capitulou "sem ter havido assalto, sem brécha aberta, esquecido dos exemplos...", *Hist. Ger.*, IV, 229. R. GARCIA, em nota ao mesmo volume, transcreve a *Breve Notícia*, donde



em 6 de Janeiro de 63 — duas fragatas inglêsas e uma portugueza romperam pelo rio da Prata e canhonearam a Colonia. Mas a “Lord Clive”, do comandante Macnamara, se incendiou; e os outros navios, sem terem mais que fazer ali, retornaram para o norte (1). Cevalos mandou demolir as obras militares de Colonia; no caso de devolve-la, entregaria ruinas imprestáveis. . .

Ninguem sentiu mais o desastre do que Bobadela. Recebeu a noticia em 5 de Dezembro, e caiu logo em abatimento profundo, inconsolavel, que lhe apressou a morte. (2). Finou-se de dor — compungido pela rãpida destruição de sua obra naquela fronteira fúnesta (3).

se vê que a luta durou vinte dias, trocando-se milhares de tiros de canhão, e os officiais, em conselho, convieram que as bréchas estavam trataveis e a praça á mercê de assalto, *ibid.*, IV, 283. O autor espanhol da *Relación Exata del Sitio* diz que o comandante português se portou com dignidade, e, em sinal de pesar, não mais se barbeou ou lavou as mãos e o rosto, causando admiração essa conduta, *ibid.*, IV., 288. Rendeu-se em 29 de Outubro de 1762. Os proprios castelhanos: que em 22 dias e meio os seus tiros chegaram a 15 mil, e os contrarios a 9 mil (*El Triunfo de las armas, 1762*, in F. CAPURRO, *La Colonia del Sacramento*, p. 51). E' espantoso, porém, que tendo Vicente da Silva, em 17 de Outubro, mandado certificar a Bobadela que resistiria tres meses, logo suspendesse a batalha, of. do governo do Rio, 8 de Janeiro de 63, *Invent. dos Docs.*, II, 4.

(1) Vd. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 231. Documentos espanhóis dizem que os tres navios grandes e vários pequenos levavam 1.300 soldados de desembarque, FERNANDO CAPURRO, *op. cit.*, p. 52. Morreu Macnamara no naufrágio de sua fragata, a Lord Clive, de 64 peças. Que eram 200 homens em socorro da Colonia, com os dous navios ingleses, diz o tenente coronel José Monteiro de Macedo Ramos, *Autos da Devassa da Inconfidencia Mineira*, VI, 288.

(2) “Esta não esperada noticia triste abreviou os dias da vida do dito conde defunto... Aquele inconsiderado governador que foi da Colonia se acha preso em uma fortaleza...”, officio do governo interino da Bahía, 16 de Fevereiro de 63, *Invent. dos Docs.*, II, 3. CLAUDIO MANUEL DA COSTA pranteou:

“Ah! Se o viras no susto intercadente  
Do imortal desalentol...  
.....

(*Obras*, I, 163, Rio 1908).

(3) VARNHAGEN, *op. cit.*, IV., 231. Foi sepultado no convento que fundára, de Santa Teresa, onde houve epitafio, com a data da morte:

## INVASÃO DO RIO GRANDE

Se sobrevivesse Bobadela mais alguns mezes peor lhe seria o tormento: porque Cevallos não se satisfez com a fácil prêsa, e entrou o Rio Grande com o seu exercito, a marchas forçadas, para ocupá-lo todo.

Prevendo a invasão, mandára o governo interino do Rio de Janeiro ao governador Inácio Eloí de Madureira, que estava na vila de S. Pedro, e ao coronel Tomaz Luis Osorio, que acabava de fazer o forte de Santa Tereza (1), resistissem emquanto possivel, e, à vista de fôrças superiores, retirassem para o norte do Rio Grande, pondo entre eles e os espanhóis o canal, fácil de defender (2). Não cumpriram as instruções. Capitularam os fortes de S. Miguel e Santa Tereza apenas investidos (o coronel Tomaz Luis pagaria com a vida o infortunio) e, no mesmo impeto, caíram os in-

---

1 de Janeiro de 1763. O poeta Claudio Manuel da Costa intitula-se o autor do epitafio:

“...a cifra escrevo;

Porque o mundo jamais de ti se esqueça”.

*Obras*, 1, 164.

Abertas as vias de sucessão, foram proclamados governadores (até a vinda do efetivo) o bispo D. Antonio do Desterro, o chanceler da Relação e o brigadeiro Alpoim.

Do chanceler, João Alberto de Castelo Branco, diz a “Gazeta de Lisboa”, de 4 de Janeiro de 1782: “J. A. C. Branco, desembargador da India, oito anos chanceler do Rio de Janeiro, havendo perdido todos os dentes, tendo de idade 72 para 75 anos, sem fazer remedio algum lhe nasceram outros novos, dos quais 15 são já visiveis...” MOREIRA DE AZEVEDO, *Curiosidades*, p. 170, Rio 1973.

(1) Foi construido em 1762 de fachina e areia, pelo coronel Tomaz Luis Osorio, que teve aí 700 homens. Na vespera da batalha parte da tropa desertou. Sendo “raso o baluarte”, sem meios de resistir, o coronel o entregou a 19 de Fevereiro de 63, vd. FERNANDO LUIS OSORIO, *História do General Osorio*, 1, 61, Rio 1894. (O coronel foi tio-avô do marquês de Herval). Preso depois, processado, acusado de entendimentos com jesuitas, esse official foi recolhido ao Limoeiro, em Lisboa, condenado á morte e enforcado a 21 de Abril de 1768. Dous meses depois, outra devassa, vinda do Brasil, provou a sua inocencia; e o conde de Oeiras mandou afixar editais, declarando-o sem culpa...

(2) Vd. doc. in REGO MONTEIRO, *op. cit.* 11, 156, e *Rev. do Inst. Hist.*, XXXI, P. 1, ps. 274-6.

vasôres sobre a vila, que se lhes entregou em 12 de Maio de 63. Só não puderam tomar o forte do Rio Pardo (1). Inácio Elói, em vez de fortificar-se em São José do Norte, se foi abrigar no arraial de Viamão, donde se comunicou com a ilha de Santa Catarina e as praças do litoral. Cortou-lhe os preparativos de desfôrra a paz que sobreveiu — assinada em Paris a 10 de Fevereiro de 63, à base do “statu quo, ante”, devendo ambas as corôas devolverem as terras tomadas durante as ultimas operações. Em 6 de Agosto foi firmado, na povoação da barra, o armistício, entre Cevallos e Inácio Eloi, pelo qual castelhanos e portuguezes se comprometiam a respeitar a posse territorial que tinham naquelle momento (2).

Na Europa, queria-se a restituição equitativa; mas no Rio Grande prevalecia a fôrça obstinada. Para dizer que acatára as ordens da metropole, largou Cevallos a Colonia do Sacramento. Porém somente a fortaleza, sem um palmo de chão fóra do seu perimetro, a guarnição obrigada a alimentar-se apenas com os viveres que lhe mandassem do Rio de Janeiro (3) Não permitiu que os seus soldados abandonassem a barra do Rio Grande, dest’arte anexado ao patrimonio espanhol, como inabalavel conquista (4).

---

(1) Em 1 de Junho de 1763, Rafael Pinto Bandeira derrotou, no Rio Pardo, uma coluna de correntinos e 2.000 indios auxiliares.

(2) No dia immediato ao armistício o comandante do Rio Pardo teve ordem para suspender a marcha sobre o Rio Grande, *Publ. do Arq. Nac.*, VIII, 331.

(3) Vd. AZAROLA GIL, *História de Colonia del Sacramento*, p. 113, Na vespera da Natividade de 1763 celebrou-se a entrega ao governador, coronel Pedro José Soares de Figueiredo, que se fazia acompanhar do brigadeiro José Pinto de Alpoim.

(4) O arraial de Viamão hospedou a Camara — sem por isto ser elevado a vila ou séde de município — desde a retrada de Inácio Eloi até a transferencia do governo para Porto dos Casais, como diremos. Vd. vereações de 1768 em diante, *Boletim Municipal, Porto Alegre*, vol. 4.º, 8 e 9.

## EM MATO GROSSO

As hostilidades estenderam-se a Mato Grosso. D. Antonio Rolim de Moura, governador da capitania, tomou, no baixo Guaporé, os povoados de Santa Rosa (denominou-o Conceição) e Itines de Moxos, e assim definiu a fronteira. Também a defendeu. A isto se deve "não terem ficado os contrários na posse das duas margens do baixo Guaporé" (1). Para consolidar a linha limitrofe era necessário fortificá-la, contra os espanhóis de Santa Cruz de la Sierra, e do Paraguai. Daí as fortalezas, do Príncipe da Beira (1775-76), a uma milha de Conceição, e Nova Coimbra (1775), sobre o rio Paraguai (2). Aquela, barrava-lhes o caminho de leste; esta, o do norte. Tinham, pela sua solidez, de baluartes poderosos, o caracter de posições definitivas; marcavam a ocupação legítima.

## O ERRO DE POMBAL

A côrte de Lisbôa não soube tirar da paz de 1763 as suas consequências (3). Agiu com fraqueza e hesitação, que o odio de Pombal aos jesuitas explica: com os padres, sacrificau-lhe, em 1765, o interesse do Brasil. Logo após a suspensão de hostilidades do Reino deixou cair na decadencia anterior o exercito, esque-

---

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 237.

(2) De Mato Grosso, mandou o governador Luiz Pinto a Matias Ribeiro da Costa para ocupar, sobre o rio Paraguai, o Fecho dos Morros; por engano, fundou ele n'outra paragem Nova Coimbra, de que se lavrou auto em 13 de Setembro de 75, GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.*, §V, 242.

(3) O embaixador Aires de Sá e Melo foi a Madrid, em 1765, pedir, entre outras cousas, a restituição do Rio Grande, Ilhas Martim Garcia, Duas Irmãs, etc., cf. of. de Oeiras a Lavradio, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 5.

cendo as recomendações do conde de Lippe. Censura-se com razão o ministro de não ter dado a devida importância às cousas militares, estimando de preferencia os objetivos imediatos, da destruição da nobreza, que o ameaçava, e dos jesuitas, que reputava “inimigos públicos”: sobrepoz o fortalecimento do seu poder (o absolutismo real) às outras preocupações, relegadas a plano secundário; e, porque desafeito à guerra, quiz conservar de qualquer modo a paz com Espanha, explorando-a em proveito de sua idéa fixa— que era a extinção da Companhia de Jesus na Europa. Empeñando nisto a sua diplomacia, venceu a cartada, contra os missionários; mas deixou ocupado o Rio Grande dez anos, como se não houvesse um tratado que mandava reintegrá-lo no Brasil. Essa nefasta orientação de Oeiras teve grave ressonancia na história americana.

### OBCESSÃO ANTI-JESUITICA

O ministro declarou com ênfase: “Esta côrte reputa o exterminio da mesma Sociedade (de Jesus) por mais util que o descobrimento da India...” (1).

E’ facil perceber a sua obstinação, em capitanear a campanha européa contra ela, a aliança natural com os gabinetes inclinados a essa politica, o afastamento dos que se lhe opunham e o choque, inevitavel, com a Santa Sé, que estranhava tal odio, e não o compreendia.

Em 1764 a França expulsou os jesuitas. Em 27 de Fevereiro de 67 o mesmo decretou Carlos III de Espanha — imputando-lhes a responsabilidade do “motim de Esquilache”, que rebentara no ano anterior

---

(1) Carta de 22 de Abril de 1767, in *Publicações do Arquivo Nacional*, IV, 22.

em Madrid, contra o imprudente ministro desse nome (1). Nápoles e Parma, satélites de Espanha, seguiram o seu exemplo. Clemente XIII resistiu-lhes à pressão. O conde de Oeiras, enfurecido, pensou então em mudar completamente de rumo, rompendo com a Inglaterra, aderindo ao “pacto de família”, de que se afastara em 1761, e subordinando a sorte dessa liga à extinção da Companhia de Jesus pelo Papa. Acusava-o de jesuíta (2). Chegou a propôr a junção de forças de França, Espanha e Portugal para a invasão de Roma e o “ultimatum” ao Pontífice — obrigando-o a eliminar a Ordem de Santo Inácio (3). Seria uma revolução, o ataque diréto ao Pontificado: não a temeu. Contanto que esmagasse os jesuitas! Que o abandono da aliança inglêsa estava nos seus projéto, prova-o essa arriscada negociação tramada entre Lisboa, Madrid, Nápoles e Paris. Em 13 de Junho de 67 avisava para o Rio de Janeiro: que se precavesse o vice-rei como “se já estivesse em guerra com a Inglaterra, porque tudo demonstra que os jesuitas estão patrocinados pelos ingleses e estes ou abrirão luta franca ou disfarçada” (4). Atribuía-lhe uma próxima agressão: “a ambição e o orgulho das armas convenceram a Inglaterra da possibilidade de conquista de qualquer domínio ultramarino...” (5). Voltava aos receios de

---

(1) Esquilache proibira ao povo o uso dos chapéus largos e das capas. Indignados, os madrilenhos revoltaram-se. Vd. PIO ZABALA y LERA, *Espanha bajo los Borbones*, p. 51.

(2) Carta do conde Oeiras, 27 de Agosto de 1767, *Publ. do Arq. Nac.*, IV, 29.

(3) Carta de 27 de Agosto de 67, *Publ. do Arq. Nac.*, IV, 24 e 35. Em 1760, tomando por pretexto não ter o Nuncio iluminado o seu palácio por ocasião do casamento da princesa do Brasil, o governo de Portugal rompera relações com o Vaticano, vd. P. JOSÉ DE CASTRO, *Portugal em Roma*, I, 302, Lisboa 1939. Diz-se que Pombal gastou 9 milhões de cruzados nos subornos para a coacção de Roma, LUZ SORIANO, *Hist. do Reinado de El-Rei D. José*, I, 439, Lisboa 1867.

(4) Índice da correspondência da corte de Portugal com os vice-reis, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 19.

(5) *Publ. do Arq. Nac.*, III, 19.

1741, quando o almirante Vernon saíra ao mar; realmente, para coagir o Pontificado estava disposto a unir-se à França, virtual inimiga da Inglaterra. A esta irritava a série de atos do governo português tendentes a proteger as industrias e o commercio (as companhias e monopólios, como a dos vinhos do Porto, do Pará, de Pernambuco...) (1). E parecia resolvida a usar represalias e violencias — que os fatos subsequentes desvaneceram. Esses fatos foram: a prudencia de França, (2), a morte de Clemente XIII em 1769, o conflito luso-espanhol no Rio Grande de que trataremos, a necessidade em que se viu Portugal de abrigar-se novamente à sombra de sua diplomacia tradicional.

Emquanto lhe durou a intimidade com a politica espanhola, contra os jesuitas, determinou Oeiras que nada se fizesse no Brasil que os melindrasse. Adotou outro sistêma: das surpresas sem responsabilidade do governo. Que não o compromettessem! Mandou um official de confiança, o coronel José Marcelino de Figueiredo (3), para entender-se com o brigadeiro José Custodio de Sá e Faria (que sucedera no governo do Rio

---

(1) Vd. A. MARQUES GUEDES, *Alliança Inglesa*, p. 239.

(2) A marquesa de Pompadour recebeu ricos presentes, (diamantes do Brasil) para ajudar em Paris a combinação anti-pontificia. Mas Choiseul achou que se poderia trazer á razão a côrte de Roma, sem lançar mão dos meios violentos que o governo português havia proposto", 31 de Maio de 1769, of. visc. de Santarem, *Quadro Elementar*, VII, 297, Lisboa 1865, e visc. de Carnaxide, *op. cit.*, p. 37. A França influenciou a eleição do cardeal Ganganelli, 1769, e este extinguiu a Companhia de Jesus.

(3) Aliás coronel Manuel Jorge Gomes de Sepulveda, excelente official, que, por ter morto numa pendencia um colega inglês, foi condemnado á morte, de que o livrou o governo, mandando-o, com o nome trocado, para o Brasil, cf. *of. do ministro para Lavradio*, I de Março de 1765, e visc. de S. Leopoldo, *An. da Prov. de S. Pedro*, p. 177. Recuperou mais tarde o seu verdadeiro nome, cf. of. de 28 de Novembro de 1783, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 56. Depois de longo e proficuo exercicio de suas funções militares e administrativas no Rio Grande, voltou ao Reino, onde era tenente general de Traz os Montes em 1807. Foi o primeiro comandante da rebelião portuguesa contra os invasores francezes, em 1808, vd. ANTONIO FERRÃO, *A 1.ª Invasão Francesa*, CCXXVII, Coimbra 1925.

Grande ao desastrado Inácio Elói) (1) e combinarem a recuperação desse território, como fosse possível. Queria o "fato consumado". E' o que revela a sua carta de 30 de Setembro de 1767. Logo enviou tres regimentos de tropas regulares (de Antonio Carlos Furtado de Mendonça, José Raimundo Chichorro da Gamma Lobo e Francisco de Lima e Silva), para comandante geral de "todas as tropas do Brasil" o tenente general João Enrique de Bôhm (2), o brigadeiro Jacques Funck por inspetor das fortificações e artilharia (3), submetido o exercito colonial, "sem diferença alguma", ao regulamento do conde de Lippe (carta regia de 22 de Junho de 67). Ao vice-rei, falava Oeiras do seu temor d'algum ataque inglêz: explicava, para Madrid, que apenas prevenia possível invasão... de jesuitas do Paraguai (4). Não sabia ao certo com quem teriam de brigar os reforços que por esse tempo despachou para o Rio de Janeiro, a ilha de Santa Catarina e a fronteira do Rio Grande.

---

(1) José Custodio teve ajuda de custo para governar interinamente o Rio Grande, por of. de 4 de Fev. de 65, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 8. Mas, coronel d'um dos regimentos de infantaria do Rio de Janeiro, só saiu dali para o governo em 7 de Março de 67, *Rev. do Inst. Hist.*, XXXI, P. 1.<sup>a</sup>, p. 280. Havia falecido Inacio Eloi de Madureira e estava "tudo na maior confusão e desordem".

(2) Carta de Bohm, 26 de Junho de 67, Pe. PEREIRA SALES, *O Conde de Lippe*, p. 162: "... Um alemão chamado Bohm, creatura do conde de Lippe..." (Inform. do ministro francês em Lisboa).

(3) Vd. P. SALES, *op. cit.*, p. 163. Engenheiro suéco, entrou no serviço de Portugal em 1764, depois de ter participado, com os ingleses, da expedição de Havana. Merecia o elogio de Pombal, "profundissimo na ciencia do ataque e defesa das praças", GARCIA, nota a VARNHAGEN, III, 245. Da importancia de seus mapas do Rio Grande diz JOSÉ AGUIAR, *El Sistema Lacustre Sud-Riograndense Oriental*, p. 64, Montevideo 1933. Guardam-se na Biblioteca Nacional do Rio, "vários planos de fortificações no Rio de Janeiro e no sul devidos a Funck" (GARCIA). Orientou-se ele de inicio pelas cartas de Blasco, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 36.

(4) Carta para o embaixador em Madrid, 27 de Agosto de 67, *Publ. do Arq. Nac.*, IV, 30. Vieram 2800 homens da ilha de S. Miguel, cf. of. de 15 de Nov. de 65, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 11, outros 200 em 1767, uma brigada na mesma ocasião, *Publ. cit.*, III, 19, o regimento de Bragança. Vd. *Rev. do Inst. Ist.*, XXXI, P. 1.<sup>a</sup>, p. 292.



## RECONQUISTA DE S. JOSE' DO NORTE

Figueiredo e José Custodio procederam com rapidez. Como ponto de apoio para o ataque à barra do Rio Grande, fizeram o forte de S. Caetano, no istmo, entre a lagôa dos Patos e o mar. Tentou então o coronel apoderar-se da margem sul do canal mediante um desembarque de 500 homens em pequenas lanchas, enquanto do Rio Pardo e de S. Caetano duas colunas de (200 e de 50 soldados, ao mando do coronel José Casemiro Roncalli e do capitão Manuel Marques de Souza) saíam a inquietar a vila de S. Pedro e as trincheiras de S. José do Norte. Na madrugada de 29 de Maio (1767) as embarcações de fato se acercaram da barra, mas foram pressentidas, rechassadas com vivo fogo e dispersadas. Voltou José Marcelino com a sua gente para o forte de S. Caetano, e desceu por terra, desta vez dirétamente sobre S. José. A guarnição espanhola da margem norte do Rio Grande abandonou as suas baterias e passou o braço de mar, recolhendo-se ao outro lado. Os portuguezes estabeleceram-se na praia, fortificaram-se ali, mostraram-se resoltivos a não mais desamparar essa ribeira, donde vigiavam os adversários, dividindo com eles o dominio da barra. Era meio caminho andado (1).

## DUPLICIDADE

O governo de Madrid indignou-se, com a noticia do revéz do Rio Grande. O conde de Aranda — que

---

(1) José Custodio deu ordem a Figueiredo para o ataque em 28 de Maio de 1767, dele assumindo a responsabilidade, e justificando-se pelas queixas que tinha do comandante espanhol José de Molina, que faltava ao ajuste de 1763, etc., vd. VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 239.

Aliás o conde de Oeiras, of. para o vice-rei, 23 de Março de 1767, insistia: não hostilisassem os castelhanos, mas se aproveitassem das occasiões para dilatar o dominio portuguez... *Publ. do Arq. Nac.*, III, 18.

mandara dizer a Oeiras, “a expulsão dos jesuitas não seria indiferente para os bons vizinhos em sincera paz” (1), se julgou enganado. Que não, replicou o ministro português; o incidente não devia quebrar as relações existentes para o fim comum, da extinção da Companhia; e ofereceu satisfações imediatas. Demitiu o conde da Cunha (substituído, no Rio de Janeiro, pelo conde de Azambuja). Destituiu o governador José Custódio de Sá e Faria, e quiz fosse preso para o Reino (2), ficando no seu lugar o coronel José Marcelino (3). Enviou a Buenos Aires um oficial do Rio de Janeiro, para apresentar escusas e cortezias, que cortassem o mal-entendido antes do formal rompimento (4). Avisou para o vice-rei: estava de aliança feita com Espanha e França para acabar com os jesuitas; não queria conflitos na America; mas... conservasse a margem norte do Rio Grande (5).

A linguagem, pois, era dupla: na Europa, de amizade interesseira — contra o Papa e mesmo os ingleses, contra todos os suspeitados de amigos dos jesuitas; no Brasil, de prevenções militares ativas e energicas.

Foi sobretudo infatigável, nesse periodo de espectativas alarmantes, o governador de S. Paulo, D.

---

(1) Carta de Oeiras, 22 de Abril de 1767, *Publ. do Arq. Nac.*, IV, 23.

(2) Of. de 30 de Março de 1768, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 23.

(3) José Marcelino tomou posse em Viamão, 23 de Abril de 69, *Boletim Municipal*, Porto Alegre, n.º 9 p. 486 (1941). Só em 24 de Julho de 73 mudou a sede do governo de Viamão para Porto dos Casais.

(4) Visc. de S. Leopoldo, *op. cit.*, p. 123; VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 241.

(5) Of. de 28 de Janeiro de 1768, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 22. Ms. no Museu Britânico, O. LIMA, *Relação*, p. 132: “Resumo de uma carta do vice-rei do Brasil, conde de Azambuja, declarando ter recebido ordens do Rei de Portugal para repôr as cousas no Rio Grande no estado anterior á invasão de 28 de Maio” (30 de Novembro de 1767).

Luiz Antonio de Souza (1), inteligente, querendo ligar o nome à expansão territorial de sua capitania, autoritário e imaginoso.

## VANTAGENS DA SITUAÇÃO

O governador de S. Paulo preocupou-se com as comunicações sertanejas, os caminhos, as atalaias que pudessem conter, na fronteira, o invasor. Mandou descobrir os sertões de Tibagi, o vale do Ivaí, os campos de Guarapuava (2). Levantou o presidio de Iguatemi, em direção à zona "missionera" do Paraguai, separando-a das terras desertas do Brasil. Poz nessa obra arrojada o melhor de suas esperanças. Contava conjurar as esperadas invasões com a sua fortaleza soli-

---

(1) D. Luiz Antonio foi escolhido para esse governo tendo-se em vista a importancia estratégica e o estauo de abatimento, de penuria, de S. Paulo.

Trouxe mulher e filhos, entre estes o futuro morgado de Mateus, D. Jose Maria de Souza Mourão e Vasconcelos, nascido em 1758, no Porto (vd. AF. ANIO PEIXOTO, *Estudos Camonianos, O Morgado de Mateus editor dos Lusitadas*, p. 345, Coimbra 1932), diplomata, homem de letras e fino artista, marido da famosa Madame de Sousa, uma das mulheres mais illustres da Revolução Francesa, do Consulado e do Imperio, amiga de Talleyrand, mãe do conde de Flahaut, portanto avô do duque de Aornay, o irmão bastardo de Napoleão III...

(2) Vd. carta de D. Luiz Antonio para o conde de Oeiras, em que resume essas providencias, *Documentos Interessantes*, XXXIV, 360-1. Temia que os espanhóes, para se vingarem do estabelecimento de Iguatemi, atacassem os ignotos sertões e o canilho de Viamão para S. Paulo. Mandou o seu ajudante Afonso Botelho de Sam Paio levantar na comarca de Paranaguá, as bandeiras necessarias para a exploração (1769). (As informações do ajudante, in *Doc. Inter.*, vol. citado, ps. 85-8). Comandaram as bandeiras do Tibagi Estevão Ribeiro Baião, de S. José dos Pinhais, Francisco Nunes Pereira, do Iguape, e Antonio da Silveira Peixoto, de Paranaguá. Entrou pela Iguassú-Paraná Bruno da Costa Filgueira. (Vd. tambem ROMARIO MARTINS, *História do Paraná*, p. 222). Sobre a sorte dos tres cabos, vd. a carta do governador, de 13 de Novembro de 1770, *Doc. Inter.*, vol. cit., ps. 333-5. O tenente Candido Xavier de Almeida e Souza em 10 de Setembro do mesmo ano achou os risonhos campos de Guarapuava, cf. officio, in *Doc. Interessantes*, vol. cit., p. 526.

tária, perdida no sertão remoto, a dous mezes de viagem de São Paulo (1).

O braço direito do governador para os grandes trabalhos que promoveu na comarca de Paranaguá, foi o seu ajudante e primo, Afonso Botelho de Sam Paio e Souza. Graças às ordens do primeiro e às diligências do segundo (2) foram fundados, na estrada de Viamão a Sorocaba, os povoados de Lages, Santo Antonio do Registo da Lapa, (3), Sant'Ana do Yapó (Castro). Aquele roteiro de tropeiros transformou-se n'uma "estrada estrategica", guardada pelos póstos de fiscalização e policiamento, futuras cidades. A necessidade de chamar às armas os habitantes, ao primeiro rebate de inimigos na costa, induziu-os a melhorarem os caminhos, pôr o mais perto possivel da fronteira fortes destacamentos e vigiar o litoral. Foram creadas as vilas de S. Francisco do Sul e Guaratuba (de 1770 são os limites daquela com Paranaguá), e construida, na barra desta ultima, uma fortaleza de cinco baluartes (1767) (4). Dez anos depois, ao se apoderarem de

(1) Viera D. Luiz Antonio de Souza com instruções para aumentar a occupação portuguesa ao oeste, em 1765. Deu-lhe mão forte o conde da Cunha. Aproveitou-se de dous irmãos espanhóes, os Vilalbas, fugitivos de Coruguati, no Paraguai, onde tinham encabeçado uma revolta, para informar-se dos movimentos e intenções da gente de Assunção. Mandou então fundar o povoado de Prazeres de Iguatemi pelo paulista João Martins de Barros, em 1767. Era a "chave da serra de Maracajú...". *An. da Bibl. Nac.*, IX, doc. 6495. Do itinerario temos o excelente diario de Teotonio José Juzarte, que lá esteve em 1769-71, *An. do Mus. Paul.*, I, 2.<sup>a</sup> parte, ps. 43-118. Sobre Iguatemi, *Documentos Interessantes para a Hist. e Costumes de S. Paulo*, VI-IX, S. Paulo, 1901-2.

(2) Vaidoso, D. Luiz Antonio quiz que os lugares descobertos tivessem "os nomes das nossas casas e apelidos mais conhecidos, de sorte que fique bem estampada a memoria dos autores deste descobrimento..." carta de 4 de Outubro de 1769, *Doc. Inter.*, VI, 36 (S. Paulo 1902).

(3) Já em 1752 havia "uma passagem chamada a Lapa, no caminho do sertão, que ia para as campanhas do Rio Grande...", *Rev. do Arg. Publ. Min.*, XXIII, 455. A matriz da Lapa conserva a data de 1786.

(4) Foi em 28 de Dezembro de 1765 que se tratou, em vereança, da construção, ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS, *Memória Histórica de Paranaguá*, p. 141, Curitiba 1922, iniciada, sob as vistas do Ajudante Afonso Botelho, em 19 de Janeiro de 67.

Santa Catarina os espanhóes, a vida de Paranaguá e seu vasto porto receberam tais obras de defêsa — trincheiras e fortins — que, por esse lado, nada receiaram os moradores da marinha e do planalto curitibano.

### A INCURSÃO DE VERTIZ

Interrompeu a trégoa o governador de Buenos Aires que succedeu a Bucarelli, o mexicano D. Juan José de Vertiz. Certo de que, sem tomar Rio Pardo, deixaria em continuo desassocego o Rio Grande, entrou pelos campos de Montevidéo, cortou os de Bagé, fundou, nas nascentes de Camaquan, o forte de Santa Tecla, e esperando que o ajudassem contingentes tanto da vila de S. Pedro como das aldeias paraguaias, avançou sobre o arraial. Mas, ao contornar a serra do Herval, topou, no passo do Pequiri, com a vanguarda que aí puzera José Marcelino (5 de Janeiro de 74). Comandava-a o capitão Rafael Pinto Bandeira. Este retirou-se, porém para cair sobre a coluna de 500 correntinos que vinham do oeste ao encontro de Vertiz — completamente destroçada em 14 de Janeiro (1). Sem essa força, não se animou o invasor a atacar o Rio Pardo. Limitou-se a acampar à vista das baterias portuguezas. José Marcelino, para atemorizá-lo, mandou que canhões salvassem, ao tempo em que o forte se embandeirava, fazendo constar que a demonstração festiva era pela sua chegada, naquele mesmo momento. Acabava de ser recebido na praça, assim poderosa, disposta a resistir, e tranquila... Convenceu-se Vertiz de que não poderia

---

(1) O admiravel guerrilheiro Pinto Bandeira comandou, com cento e poucos homens, a escaramuça do Pequiri, e, com a dispersão dos correntinos, desencorajou a investida de Vertiz, cf. Martinho de Mello e Castro, Instrução militar para o gov. de S. Paulo, 1775, *Rev. do Inst. Hist.*, IV, 361. Tornou-se, depois desse triunfo, o maior dos cabos de tropa do Rio Grande.

levá-la de vencida — com Pinto Bandeira a patrulhar a planície e a artilharia do Rio Pardo pronta para metralhá-lo — e comunicou a José Marcelino que se retirava, pois cumprira a diligencia a que viéra... De fáto, sem mais um tiro, contra-marchou para o Rio da Prata.

Malográra-se a maior tentativa até aí feita de conquista do “continente” (1).

Governava o Brasil o vice-rei marquês de Lavradio. Recebeu nóvas ordens para defender e recuperar a margem meridional do Rio Grande. O fracasso de Vertiz por certo induziria Espanha a operações mais amplas. O exito de José Marcelino de Figueiredo e Pinto Bandeira estava a aconselhar uma ação imediata, que o aproveitasse, antes da intervenção d'outros elementos esperados, como a esquadra espanhola (que faltara a Vertiz), novo exercito... O tenente general João Enrique de Bohm, no Rio desde 1769, onde se empregara em instruir a guarnição pelos métodos de seu mestre, o conde de Lippe (2), foi assumir o comando geral, em Santa Catarina e no Rio Grande, acompanhado do engenheiro sueco, marechal Jaques Funck, nomeado inspetor geral da artilharia e tres regimentos europeus, de Moura, Estremós e Bragança.

---

(1) O fracasso do governador portenho deu ensejo á ordem de seu governo, de 5 de Agosto de 1774, seguida de instruções, de 18 de Novembro, para recuperar o territorio retomado em 1767 pelos portuguezes, VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 244. — O exercito de Vertiz era de 1.914 homens e quatro peças. Sobre o episodio, EMILIO RAVIGNANI, *História de la Nación Argentina*, IV, 78. O governo portuguez estranhou que a guarnição do Rio Pardo não inquietasse a retirada de Vertiz; e, fingindo que as tropas iam para a India, remeteu urgentes socorros, cf. of. de 21 de Abril de 74, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 33.

(2) Bohm teve soldo mensal de 200\$ a contar do embarque, 24 de Abril de 1769, *Invent. dos Docs.*, II, 235.

## ORGANIZAÇÃO MILITAR

Entre o revés de 1762 e 1774 medeiou a reorganização das forças coloniais, de acôrdo com os métodos e principios do conde de Lippe.

Depois da guerra holandêsa os regimentos de ordenanças, comandados por seus capitães-móres, tinham adquirido o character de povo armado (1), adstrito às suas circunscrições, interessado apenas no seu policiamento. As patentes de comando premiavam a influencia, prestígio, nobreza: correspondiam a um feudalismo rudimentar, providencial nos dous primeiros seculos da formação brasileira, já ineficaz e inconveniente quando se tratava de opôr a exercitos disciplinados uma resistencia orgânica (2). A ordem régia de 21 de Abril de 1739 acentuou o sentido territorial da milicia, extinguindo os primitivos regimentos de *ordenanças* e restabelecendo os capitães-móres de cidades e vilas, e *terços de auxiliares* nas zonas de beira-mar (3). Melhorias accidentais nesse obsoleto sistêma foram os corpos de Dragões, à semelhança do que veiu do Reino em 1719 para Minas Gerais (4) e as nóvas armas, in-

---

(1) No Reino, antes da reforma de 1762, constituíam os pés de castelo, de cujas tradições pitorescas fala JOSÉ CALDAS, *História de um fogo-morto*, ps. 138-9, Porto 1903.

(2) Diz-nos MIRALLES, *Hist. Mil.*, p. 36, do "exquisito modo de guerra, no estrago e temor dos holandeses", com ignorancia "das regras militares científicas" das antigas guerrilhas.

(3) MIRALLES, *op. cit.*, ps. 67 e 173. Os Terços de Auxiliares foram creados em 28 de Agosto de 43, MIRALLES, *ibid.*, p. 77.

(4) A' imagem dos de Vila Rica, houve os *dragões* de S. Paulo, do Rio Grande (1741), de Pernambuco, MIRALLES, *op. cit.*, p. 67, de Mato Grosso (1752), da Paraíba, os do vice-rei no Rio de Janeiro (1767). Sobre a transformação dos Dragões de Minas em cavalaria ligeira, vd. *Rev. do Arq. Publ. Min.*, IX, 354.

trozidas no país em 1751, para a “guerra das missões”: artilharia de “amiudar”, sapadões, cavalaria ligeira, etc. (1). O conde da Cunha, ao chegar ao Rio de Janeiro, pediu tropas portuguesas, considerando as da terra impróprias para as futuras lutas. Mandou-lhe o ministro — com o tenente general Bohm e o engenheiro Funck — “três bons e disciplinados regimentos”, duas companhias de cavalaria e “o trem de artilharia de campanha competente a esse terreno...” (2). Foi este alojado na Casa começada por Bobadela, inaugurada pelo conde da Cunha, em cujas vizinhanças aquartelaram os soldados reinóis. Em 1769, quando aí chegou o 2.º marquês de Lavradio, a guarnição (3 regimentos de infantaria de Portugal e tres do Rio e mais o de artilheiros) apresentava um conjunto harmonioso, analogo ao dos desfiles de Lisboa, quando os inspecionava o inexoravel conde de Lippe. Obedeciam ao regulamento de 1763, como o exercito da metropole: mostravam afinal a mesma uniformidade, igual pericia de movimentos.

Para completar efetivos, indispensaveis à defesa geral, a carta regia de 22 de Março de 1766 mandou levantar *terços de auxiliares* ou *ordenanças* em todas as capitancias, comandado cada um por sargento-mór pago. Seria este o instrutor e fiscal, responsavel pela organização daquela milicia bisonha.

---

(1) Houve igualmente uniformidade de armamento, a começar pelas espingardas, substituidas as varetas de páu pelas de ferro, *Rev. do Inst. Hist.*, XXXI, P. 1.ª, p. 297.

(2) Vd. CARLOS CARNEIRO, *Hist. Mil.*, in *Diccionario do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, 1, 1197, Rio 1922.

Em 24 de Dezembro de 1754 embarcaram para o Brasil 70 officiais, vd. *Os Portugueses na Europa, Africa, Asia*, etc., VII, 235, incumbidos das primeiras reformas.

Os tres regimentos europeus eram de Maura, Estremós e Bragança. O nome de “quartel de Moura” ficou, no Rio, dado a caserna junto da casa do Trem.



Na Baía, o mesmo Lavradio constituiu a primeira brigada em 1768 (dando o posto de brigadeiro ao coronel mais velho). Encontrara os dous regimentos tradicionais, “com os olhos tão fechados como se achavam as nossas tropas antes da guerra...” (1). Em 29 de Maio de 69, gabava-se de os ter “já disciplinados e instruidos, segundo o que determina o novo regulamento; não digo a V. Ex. que estão em toda a perfeição, porém é certo que já não tenho vergonha de os apresentar aos professores da nossa arte” (2). Alí, o maior obstaculo para o recrutamento — por vezes indispensavel — eram os multiplos privilegios, de classes, officios, dispensas e mercês especiais, que isentavam do serviço os moços. O capitão general Manuel da Cunha Menezes contornou a dificuldade em 1774, creando, com a gente do comércio, o regimento dos *Uteis*, do qual quiz ser coronel (3). Formava uma força de elite, orgulhosa das fardas brilhantes e da consideração que lhe merecia. Graças a esse contingente de voluntarios poude o governador enviar para o Rio de Janeiro (Setembro de 74) os dous regimentos da praça, adextra-dos e louvados pelo marquês de Lavradio, que, com o de Pernambuco e o da Ilha Terceira, foram guarnecer a capital da colonia, já agora diretamente visada pelas ameaças estrangeiras (4).

---

(1) *Invent. dos Docs.*, II, 196-7.

(2) *Invent. dos Docs.*, II, 217; e marquês de LAVRADIO, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal*, p. 10.

(3) *Invent. dos Docs.*, II, 282.

(4) *Invent. dos Docs.*, II, 283. O 1.º regimento tinha 498 praças, o outro, 481. O mesmo governador falára da impopularidade do serviço militar na Bahia, *Invent. cit.*, II, 301, mas reconheceu, depois de sua iniciativa creando o *regimento de Uteis*, “a melhor gente se tem oferecido...”, *op. cit.*, II, 284. O elogio de suas patrióticas atividades vem in *op. cit.*, II, 333. Os regimentos da Bahia levaram dous anos ausentes de sua séde, para onde voltaram com a noticia de que o ataque espanhol seria contra esta cidade ou Santa Catarina, não mais o Rio.

A paz, subsequente, deixou que decaísse a promessa organização militar, que em 1787 afligia o governador D. Fernando José de Portugal, por ineficaz e desleixada (1).

## O EXERCITO DO GENERAL BÖHM

Uma esquadra de nove navios de guerra, ao mando do irlandês almirante Robert Mac-Donall, transportou o tenente-general Böhm e a sua tropa para Santa Catarina, em seguida para o Rio Grande, onde tomou ela posição em Janeiro de 76, pronta para atravessar o canal e assaltar os fortins da outra margem. O efetivo português elevava-se a 3.952 homens (2) — contra 3.165 hespanhões, distribuídos pelo Rio Grande (1.450), quartéis de Santa Tecla, Santa Tereza e S. Miguel. Fazia--lhe a vanguarda o indômito Pinto Bandeira, que em 31 de Outubro de 75 conquistou a posição de S. Martinho, no caminho do Rio Pardo para o Paraguai, e marchou, em Fevereiro seguinte, sobre Santa Tecla.

## AÇÃO DECISIVA

Os planos da ação em conjunto tinham sido dados pelo vice-rei Lavradio. Em primeiro lugar, o tenente

(1) *Invent. dos Docs.*, III, 220. O regimento dos Uteis tinha então 416 praças. A Cavalaria auxiliar foi dissolvida, por ser apenas nominal. Na cidade havia os terços de ordenança de José Pires e Cristovão da Rocha Pitta, dous de infantaria de auxiliares, um de Henriques (pretos), duas companhias, de moedeiros e familiares; e fóra, infantaria de Pirajá, da Torre, de Itaparica, de Santo Amaro, de vila de S. Francisco, de Maragogipe, de Cachoeira etc. Os uniformes d'alguns desses corpos podem ser vistos no códice de desenhos de fardamentos, ms. doado ao *Museu Histórico Nacional* pelo ministro Jerônimo de Avelar Figueira de Mello, e nas *Cartas Soteropolitanas*, de Vilhena.

(2) "...Formava-se deste modo um exército de 5.394 homens, o qual devia ir comandar o tenente general João Henrique Böhm..." Lavradio, relatório datado de 20 de Julho de 77, marquês de LAVRADIO, *Vice-Reinado de D. Lutz d'Almeida Portugal*, p. 59.

general intimaria a devolução da margem sul do Rio Grande, por ser legitimo dominio portuguez; em segundo, ajudado da esquadra, faria à viva força a passagem, utilizando para tanto jangadas (1) e barças. Como o ataque pudesse prejudicar as conversações que rolavam na Europa e provocar a guerra, Lavradio assumia a responsabilidade pessoal de tudo (2), apesar das ordens do seu governo que se limitou a cumprir: oferecia-se em holocausto à paz... (3). Fracassou a grande investida por falta de combinação entre os movimentos da esquadra e do exercito. Mac Donall de fato desembarcou em 15 de Fevereiro (1776) para ajustar o assalto com o tenente-general, que disse "tinha tres divisões prontas para passarem o rio". Voltou a conferenciar no dia 19. Böhm declarou-lhe ser necessário, antes de arriscar a sua gente, destruir primeiro os cinco barcos espanhões ancorados ao abrigo das baterias da barra, e que poderiam frustrar a manobra. Isto tentou Mac-Donall na tarde daquele dia 19, sem sucesso, pois os canhões de terra e daqueles navios lhe puzeram uma

---

(1) Lavradio dá-se como autor da idéa de passar a tropa em jangadas como se usavam em Pernambuco. Para esse efeito mandou vir de Recife os páos necessários.

Escreveu em 19 de Abril de 76: "Tudo o que se empregou nesta ação, foi segundo as providencias que eu del. O plano dela foi meu, ainda que um pouco desfigurado e praticado em diferente tempo; e de tudo quanto eu fiz, etc.", Marquês de LAVRADIO, *ibid.*, ps. 241-2.

(2) NICOLÁU TOLENTINO aludiu a essa bela atitude nas Quintilhas oferecidas ao Ilmo. e Exmo. Snr. Marquês de Lavradio, *Obras Poéticas* de NICOLÁU TOLENTINO DE ALMEIDA, II, 13, Lisboa 1801:

Que oferecis a vida então  
 Para a palavra salvar-se,  
 Que os bons reis não dão em vão;  
 Ação digna de contar-se  
 Entre as de Mario, ou Catão.

(3) *Officio* a Pombal, 22 de Fevereiro de 1776: "...Me resolvi a dirigir a v. ex. um officio, que vai fechado com esta, em que dou a v. ex. conta, por modo do manifesto do procedimento que pratiquei e dos justos motivos que me obrigaram a romper aquela resolução. Desta forma, sendo preciso, ficará a culpa recaindo toda sobre mim, e com a minha modesta pessoa poderá ficar resalvado o Estado, se assim for conveniente...", Marquês de LAVRADIO, *op. cit.*, p. 222.

corveta fóra de combate, e o forçaram a retroceder (1). Na sua opinião, só um desembarque resolveria o problema: achava que 500 homens bastavam (2). Os espanhóis é que se regozijaram, batisando de "bateria do Triunfo" a que levantaram, então, entre Santa Barbara e Trindade... Não durou. Na madrugada de 1 de Abril o tenente-general saíu de sua imobilidade, e com duas colunas (a 1.<sup>a</sup>, regimentos de Estremós e do Rio de Janeiro, comandante Manuel Soares Coimbra, a 2.<sup>a</sup>, regimentos de Moura e Bragança, comandante José Manuel Carneiro), embarcadas em "quatro jangadas feitas pelos soldados de Pernambuco" (3) e várias lanchas, se lançou sobre os redutos da outra banda. A surpresa favoreceu o golpe. O primeiro destacamento investiu, com a perda apenas de dous mortos, o forte de Santa Barbara, e o tomou com rapidez. O segundo apoderou-se logo de Santa Barbara, quasi sem gastar polvora, (4) e à vista disto a guarnição dos outros fortes os desamparou, tocando fogo aos paíões e encravando artilharia, ao tempo em que os barcos, para não caírem em poder dos portugueses que rondavam a barra, encalhavam ou ardiam. O comandante espanhol da vila de S. Pedro não esperou pelo cêrco: com os soldados que aí se recolheram, civís e o material que pode levar, a abandonou, retirando-se para o sul.

---

(1) *Relatorio* de MAC DONALL, de 29 de Fevereiro de 1776, LAVRADIO, *op. cit.*, p. 226. Aí a culpa do revez recai sobre Bôhm, que não se valeu da oportunidade para atacar, passando o canal. Mac-Donall perdeu a corveta Penha e a sumaca Bom Jesus, que encalharam. Ha um diário espanhol de ação, O. LIMA, *Relação dos man.*, p. 80.

(2) MAC-DONALL, *ofício* citado, *op. cit.*, p. 228.

(3) *Ofício* de Bôhm a Lavradio, em francês, do Rio Grande, 3 de Abril de 77, *op. cit.*, p. 246.

(4) Goulo o ataque o ajudante Manuel Marques de Souza, "née dans la même Ville", de S. Pedro: "servit de conducteur aux grenadiers sous les ordres du Major Carneiro". *Ofício* de Bôhm, *op. cit.*, p. 251.

Seis dias antes, Rafael Pinto Bandeira obrigava a render-se o forte de Santa Tecla, “posto nesta fôrça depois que o general Vértiz veio à testa do seu exercito no ano de 1773. A tomada deste Posto foi feita e defendida por modos bem extraordinarios...” (1). Pinto Bandeira informou, “nesta mesma ocasião em que eu pretendia descampar e levantar o sitio”, chegou o emissario a “solicitar capitulação”, largando-lhe o comandante de Santa Tecla a fortaleza e o que nela havia... (2).

### SUSPENSÃO DE HOSTILIDADES

A 1 de Abril recebeu o vice-rei cartas do seu governo para suspender quaisquer operações de guerra. Não podia avisar a tempo o exercito. Daí a impressão de má fé, (3) que os espanhóis tiveram, e a extrema irritação da côrte de Madrid ao saber do victorioso avanço dos portuguezes pelo Rio Grande. Lamentou Lavradio: “esta era a ocasião de ficarmos por sua vez senhores de tudo o que nos pertence até Montevideo, porém segundo as ultimas ordens que recebi logo que elas chegaram ao tenente general, tudo se suspenderá na conformidade do que se me ordena, apesar do ardôr e bôa vontade com que toda a Tropa se achava para fazer os maiores esforços...” (4).

(1) Carta de Lavradio a Martinho de Melo, 30 de Abril de 1776, *op. cit.*, p. 253.

(2) *Comunicação* de Pinto Bandeira ao General em Chefe, 26 de Março de 76, *op. cit.*, p. 259. Ai confessa que levantaria o cerco. Tinhamos já noticia disto pelo Diário do sargento-mór José Corrêa da Camara, pub. por AURELIO PORTO, *Anals do Itamarati*, II, XIX-XXVI.

(3) Reparou VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, IV, 248; “Os documentos que a tal respeito não tardarão a aparecer descobrirão se houve nisso intento ou se o retardamento foi accidental” — da comunicação da côrte para que se suspendessem as hostilidades. Os documentos apareceram. Provam que o vice-rei recebeu aquella ordem a 1 de Abril, no mesmo dia em que Bôhm reconquistava a barra do Rio Grande. Chegaram tarde, ou melhor, o general se atrazara muito...

(4) Carta de 30 de Abril de 76, *ibid.*, p. 253.

## XVIII

# REPRESALIAS DE ESPANHA

### TEMPO PERDIDO

A roda da fortuna desajudava o marquês de Pombal.

Até 1776 contava com a armada inglesa, que não permitiria a saída, para a America do Sul, de importantes reforços espanhóis. Em 9 de Julho de 1774, avisou, soubera por lord Walpole da concentração, em Ferrol, d'uma poderosa esquadra, mas que a Inglaterra tinha interesse em não a deixar partir (1). Apellou, em 1774 e 75, para o governo de Londres, que lhe mandasse os socórros de que necessitava (2). A sublevação da America do Norte, e a guerra subsequente, difficil, mesmo, de inicio, desastrosa para os ingleses, fizeram que sentisse afinal o perigo da situação. Enfrentaria isolado a vizinha indignada. Antes da revolução norte-americana, isto é, em 74, lhe convinha expulsar o invasôr do Rio Grande; mas, em 76, seria uma temeridade. O marquês de Lavradio, bem instruido para executar a manobra de limpêza no ano anterior, tivêra de protelá-la pelas indecisões de Bôhm, pela imprevidencia de Mac-Donall. Perdeu

---

(1) *Publicações do Arquivo Nacional*, III, 34.

(2) VISCONDE DE CARNAXIDE, *O Brasil na administração pombalina*, p. 40. Das ansiedades do ministro disse ele mesmo: "...extraordinárias vigílias, os mortificantes cuidados e as excessivas fadigas (superiores ás forças de um homem aos 80 anos) a que desde o mês de Junho de 1774 me tinham obrigado os difficilimos e escabrosissimos despachos, que tenho dirigido ao Rio de Janeiro e ás prepotentes e mal intencionadas côrtes de Madrid, de Londres e de Paris".

nisso um ano, da maior importância para a politica exterior do Reino. Ganhou a partida, recuperando a margem sul do Rio Grande; mas pagou o alto preço do revêz que se seguiu. A esmagadora represália de D. Pedro de Cevallos.

## A EXPEDIÇÃO DE CEVALLOS

Fez Carlos III armar em Cadiz uma formidável expedição, cujo comando confiou a D. Pedro de Cevallos, desta vez com o titulo de vice-rei: compunha-se de 10 mil soldados, 500 operarios ou sapadores, 8.500 tripulantes, num total de 19 mil homens, 97 navios mercantes e 19 de guerra, montando 632 canhões! O objetivo da imensa frota: "conquistar toda la isla de Santa Catarina", depois o Rio Grande e a Colonia do Sacramento. (1). Largou ferros em 13 de Novembro de 1776. A 20 de Fevereiro apparecia em frente a Santa Catarina.

Soube o marquês de Lavradio com sufficiente antecedencia dos preparativos espanhóis. Advertiu por carta a Vertiz, em Buenos Aires, de que esperava a qualquer momento a aggressão, injustificavel dada a paz que unia as duas corôas; e pôz em estado de defêsa todos os núcleos militares do litoral — a começar pela Baía, por onde começaria o ataque, segundo certos avisos de Lisbôa (2) . . . Fez o que podia. Mandou Mac Donall com a esquadra (4 náos, 3 fragatas,

---

(1) Vd. EMILIO RAVIGNANI, *História de la Nación Argentina*, IV, 118 (aí a sintese da documentação espanhola). As instruções do rei para Cevallos são de 15 de Agosto de 1776, O. LIMA, *Relação dos Man.*, p. 133.

(2) "Eles (os espanhóis) trazlam diferentes ordens, para se abrirem em diferentes alturas: A 1.<sup>a</sup>, para irem atacar a Bahia; a 2.<sup>a</sup>, para virem atacar o Rio de Janeiro; e a 3.<sup>a</sup>, para a Ilha de Santa Catarina, Rio Grande de S. Pedro, e arrasar a Colonia". LAVRADIO, of. de 24 de Março de 77, para o cap. gen. da Bahia, *ms. do arq. de Lavradio*. Pombal escreveu ao vice-rei para que, fracassando os espa-

4 navios pequenos) (1) patrulhar o golfo de Santa Catarina, e confiou a defêsa da ilha ao governador, Coronel Pedro Antonio da Gama e Freitas, ao general Antonio Carlos Furtado de Mendonça, ao brigadeiro José Custodio de Sá e Faria. De dous anos a esta parte o engenheiro (capitão de mineiros) Eusebio Antonio de Ribeiros melhorára as suas fortificações (2). Compunha-se a guarnição do regimento de Pernambuco (Coronel Pedro de Moraes Magalhães), Ordenanças e Auxiliares da Ilha, e os seus pretos armados: ao todo, 2 mil homens. O tenente general Böhm conservava no Rio Grande o seu exercito, de observação à fronteira, (3), e tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, se

---

nhões no ataque á Bahia, fizesse tomar Montevidéu e, se possível, Buenos Aires... *Of. de 11 de Agosto*, no cit. *aquivo*. E' o doc. em parte transcrito no *Invent. dos Docs.*, II, 362. O governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, chamou ás armas toda a gente apta para servir, *Invent. dos Docs.*, II, 322, que "a melhor gente se tem oferecido..." O estado de alarme na Bahia, provocado pelo of. da côrte, de 3 de Março de 1776, *Invent. dos Docs.*, II, 333, durou até o final de 1776, quando, por carta régia de 9 de Outubro, *ibid.*, II, 331, o brigadeiro José Custodio foi mandado recolher-se ao Rio, pois o 'inimigo' vai atacar-nos no sul do Brasil..." Dos efficientes esforços de Menezes nos dá noticia a carta in *Invent. dos Docs.*, II, 334. Em 1780 ainda se viam na Bahia "pãos que tapavam as entradas das ruas...", e que, na opinião de José da Silva Lisboa, carta a Vandelli, *Invent. cit.*, II, 497, seriam de pouco resultado.

(1) *Oficio de Mac-Donall*, a Lavradio, 17 de Fevereiro de 1777, ms. do *arquivo do marquês de Lavradio*, que nos facultou a consulta do seu rico espolio documental. A primeira parte desse arquivos publicou-a o marquês de Lavradio na sua obra sobre o vice-reinado daquele titular, seu antepassado. Da seguinte, ainda inédita, nos valemos para este capitulo, refazendo assim várias informações essenciais para a compreensão do lamentavel episodio da perda de Santa Catarina e da guerra de Cavallos.

Em 17 de Dezembro de 76 propuzera Mac-Donall a Bohm uma diversão sobre Montevidéu, *Invent. dos Docs.*, II, 361.

(2) "...E' o official que por mim foi encarregado de fazer as defesas da Ilha, que trabalhou nela ha dous anos..." *oficio de Lavradio para Lisboa*, 3 de Abril de 1777, ms. do arq. cit. Viera em 1767 para lente do regimento, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 19. Depois da queda de Santa Catarina, foi para o Pará, onde, em 1780, fez o mapa da capitania do Rio Negro.

(3) Os regimentos de Moura e Estremós, o de Santos, os Dragões do Rio Grande, o de Voluntarios de S. Paulo, constituíam o melhor desse exercito. (Vd. of. Bohm a Lavradio, 9 de Novembro de 1777, ms. no arq. cit.). O of. do conde de Oeiras mandando defender a ilha e designando para a chefia o marechal Antonio Carlos, é de 18 de Setembro de 74, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 36.



adextravam novos batalhões para o socôrro das praças atacadas. Achava o vice-rei que os navios de guerra e os fortes catarinenses podiam opôr eficaz resistencia, e não admitia a hipotese d'uma rendição preliminar... Iludiu-se com a fraqueza dos animos, a confusão dos chefes assombrados pelo numero dos barcos, pelo volume da expedição de Cevallos.

### OCUPAÇÃO DE SANTA CATARINA

Começou o desastre pela timidez de Mac Donall, que não tentou engajar batalha com as náos inimigas para não perder a sua frota. Em 1765 Portugal tinha dezoito navios de guerra; em 1772, doze... (1). Destruídos aqueles, ficaria praticamente sem esquadra. Velejou tres dias (19 a 21 de Fevereiro) para avaliar o poder e a direção da armada espanhola, e depois, desamparando a ilha, que devia proteger, zarpou para o Rio de Janeiro.

Descoroçados pelo abandono da marinha, os comandantes de terra deixaram impressionar-se pela mesma superioridade; e, ouvindo em conselho os officiais, preferiram largar a ilha, para irem acomodar-se no continente antes que os navios de Cevallos lhes cortassem a retirada. Alguns se opuzeram, vencidos, arrastados pela maioria, debilitados todos pela idéa de que, sitiados, sem salvação possivel, mais cedo ou mais tarde teriam de render-se, com armas e bagagens. Abandonaram pois, a 24 de Fevereiro, os baluartes, e, nas pequenas embarcações disponiveis, atravessaram desordenadamente o braço de mar, de modo que o emissário de Cevallos, que ia intimar-lhes a capitulação, já não encontrou na vila do Desterro a quem apresentar

---

(1) C. BEIRÃO, *D. Maria I*, p. 21, Lisboa 1934.

a nota. Podia ser hábil manobra, se, uma vez em terra firme, os retirantes se reagrupassem para defende-la. Contra toda expectativa, desanimaram antecipadamente; julgaram muito aspera, mesmo inutil a marcha para Laguna ou o Rio Grande, através de serras e florestas; e preferiram humilhar-se (1), oferecendo ao castelhano a rendição completa, mediante o seu transporte para o Rio de Janeiro, em segurança... Para propôr o deplorável ajuste foi escolhido o brigadeiro José Custodio, alegando-se que conhecia pessoalmente Cevallos, do tempo da campanha das Missões. "Desgraçada e infame ação" — qualificou-a Lavradio (2), completou-se com a benevolencia de Cevallos, que facultou a viagem, para o Rio, dos que lhe pediram. José Custodio de Sá e Faria preferiu ficar; acabou em Buenos Aires, empregado no serviço de Espanha... (3).

### AS HESITAÇÕES DO INVASOR

A vergonhosa transação encheu de justa colera os governos da colonia e da metropole. Parecia irremediavel, de funestas consequencias, capaz de desintegrar o Brasil. Não foi assim. Faltou a Cevallos a visão, propria dos capitães afortunados, para tirar

(1) *Ofício* de 3 de Abril de 1777, citado.

(2) "...Isto sem se ter dado um tiro, nem se ter visto a cara aos castelhanos, e estando ainda com todos os seus mantimentos", Lavradio, of. de 24 de Março de 1777, para o capitão general da Bahia, arq. cit. Também *Invent. dos Docs.*, II, 349.

(3) A capitulação foi pactuada na fortaleza de Ponta Grossa, a 5 de Março de 1777, cf. *cópia no arq. de Lavradio*, em português e espanhol (proposta e réplica), donde se vê que o general vitorioso exigiu a rendição "proposta" por José Custodio, de ordem do general Antonio Carlos. Este dizia: "Que poderão passar os officiaes e tropa portuguesa que se acha neste Continente á cidade do Rio de Janeiro..." E Cevallos: "Todos los officiales y tropa portuguesa se rendieram prisioneros de guerra, entregando de buena fe las banderas, cajas, artilleria, armas...".

"Os soldados, informou Lavradio em *ofício* de 3 de Abril de 77, *ms. do mesmo arq.*, os soldados com a noticia de se entregarem, uns

do seu triunfo as vantagens imediatas, os resultados lógicos. Tendo à sua mercê a costa de Laguna a Santos, mesmo o Rio de Janeiro e a Baía, demandou a enseada de Castilhos, com a dupla intenção, de retomar o Rio Grande — emprêsa que bem lhe dispensava a esquadra — e a Colonia do Sacramento — incapaz de defender-se d'um assédio formal. Ainda nessa operação de breve alcance foi infeliz. Uma tempestade dispersou-lhe a armada antes de atingir aquele porto. Dirigiu-se então para Montevidéo, e daí para a conquista da Colonia, governada pelo coronel Francisco José da Rocha (1).

## O FIM DA COLONIA

Com 7 mil homens desembarcou nas imediações da praça e logo a sitiou (29 de Maio), com trincheiras, baterias e guerrilhas. Intimado para entregá-la, o governador expoz as suas condições. Recusou-lhas Ce-

---

quebraram as armas, outros atiraram com elas fóra e outros fugiram para o mesmo continente...”

Foi admiravel o caso do alferes do regimento de Pernambuco, José Corrêa da Silva, que quebrou a haste da bandeira, guardou a insignia, e a pé atravessou o país, até achar condução para Recife, onde chegou, inesperado, para apresentar o sagrado troféu! Vd. JOSÉ BOITEUX, *Arcaz de um barriga verde*, p. 12, Florianopolis, 1930.

Quanto a José Custodio, “solian los Virreyes del Rio de la Plata consultar los asuntos de Limites con el Brigadier Portugués Dn. Joseph Custodio de Sá y Faria... Los Planos que se dieran a las divisiones a su salida de la Capital... fueron todos obras de sus manos”. (Diario de Alvear, in BACÚ e REVELLO, *La Col. de Doc. de Pedro de Angells*, p. X, cap. XIV do Diário).

(1) Disse Lavradio, “dispoz (Cevallos) as suas tropas tão empiricamente que se a praça fizesse a defesa que devia, lhe faríamos a destruição de toda a sua tropa; os poucos tiros que lhe fez uma bateria nossa bastaram para lhe fazer entre mortos e feridos para cima de oitenta pessoas, das quais fugiram infinitos...” (*Ms. no arq. citado*).

Os papeis do *arq. de Lavradio* mostram que, ouvidos os oficiais da praça em conselho, reconheceram a impossibilidade de resistir dada a falta de munições de bôca: render-se-iam pela fome.

Aliás o coronel Francisco José da Rocha gozava de boa reputação militar.

vallos: queria a rendição incondicional, sem delongas, pura e simples. Interceptára os mensageiros da Colonia para o marquês de Lavradio, que deviam informá-lo da escassez de alimentos, da impossibilidade em que estava ela para suportar um cêrco, mesmo um ataque frontal: e ciênte do que ocorria lá dentro, exigia e impnhha, certo de que lhe não resistiriam. Assim succedeu. A guarnição rendeu-se — na iminencia de morrer de fome — com a compensação apenas do seu transporte para o Rio de Janeiro (1). Esvaziada a praça, apressou-se Cevallos em mandar destruí-la, desta vez arrazando a muralha, destroçando quantas obras militares achou, enviando as pedras para Buenos Aires e Montevidéo, de modo a ficar de pé apenas um quarteirão de residencias com alguns estabelecimentos necessários para as turmas demolidoras. A Colonia do Sacramento deixou de existir.

## EPILOGO

Perdeu, todavia, tempo precioso, a atirar-se sobre aquela posição de débil estrutura, quando o exercito portugêns se conservava intacto nos limites do Rio Grande. Marchou em seguida para Santa Tereza, a encontrar Vertiz, afim de cuidarem da expugnação de Santa Tecla, do Rio Pardo, da vila de S. Pedro, talvez

---

(1) Vd. descrição em nota de GARCIA a VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 295. O governador da Colonia, em of. de 22 de Maio de 1777, cientificou ao marquês de Lavradio (ms. no arq. deste) não ter mantimentos para resistir. Informava tambem haver sido apresado o barco que levava a sua correspondencia. Os inimigos, portanto, sabiam daquelas aperturas. Ouvidos em conselho os officiais (cf. peças do mesmo arq.), convieram que, pelo menos, não faltavam munições. Destaca-se o altivo e patriótico parecer do auditor José Teixeira de Lacerda. Mas, a 27 de Maio, concordaram em capitular. O governador pediu a Cevallos o prazo de vinte dias e outras concessões, a 1 de Junho. No dia seguinte respondeu-lhe o general dando 48 horas para a rendição. Recusou. (Of. deste, a Lavradio, 8 de Junho de 1777, ms. no dito arq.).

do “continente” até as estancias de Viamão, quando o surpreendeu o acôrdo a que tinham chegado as cortes de Madrid e Lisbôa, a ordem de suspensão de hostilidades, o tratado de fronteiras que dirimia em caracter decisivo a contenda, e forçava D. Pedro de Cevallos a recolher-se — satisfeito de suas suaves vitórias, exangues e breves — à séde do seu vice-reinado. Esse enérgico soldado viu dissipar-se de repente a oportunidade, que nunca mais se renovaria, de arrebatara Portugal o sul do Brasil, até Paranaguá, quem sabe? — n’uma guerra fácil, protegida por dous fatôres, a falta d’uma bôa esquadra (1) e a impossibilidade de socôrro inglês naqueles transe da guerra norte-americano, que absorvia as melhores atenções do governo de Londres.

Desta vez ainda a diplomacia de Lisbôa jogou a sua cartada em honra oportuna. As honras do sucesso politico — o tratado de Santo Ildefonso — pertencem sobretudo à rainha mãe D. Mariana Vitória. O tratado de 1750 devia-se à influencia da portuguesa D. Maria Barbara, esposa de Fernando VI. O amôr conjugal pacificou os dous reinos. O de 1777 resultou do prestigio que tinha a espanhola D. Mariana Vitoria sobre o espirito de Carlos III, seu irmão: o amor fraternal apaziguou de novo as duas corôas. Propiciou a acomodação a morte del-rei D. José I. Desapareceu com ele a politica instalada pelo marquês de Pombal. No mes-

---

(1) Lavradio mandou novamente Mac-Donall, com tres nãos e tres fragatas, fazer o curso na altura de Santa Catarina, par perturbar as comunicações do inimigo, of. de 31 de Março de 77, *ms. no arq. citado*. Aprisionou um navio espanhol de 70 peças, cf. of. de Lavradio, de 20 de Maio seguinte. Durante a viagem, duas nãos portuguesas trocaram tiros, por equívoco, e sucedeu morrer D. Francisco Xavier Telles, comandante de uma delas. Mac-Donall, acremente censurado pelo vice-rei, que o acusava de desidiioso e tímido, foi demittido do comando da esquadra,, cf. of. de 22 de Dezembro de 77, e submettido a processo para justificar-se. Vd. tambem comunicações de Mac-Donall, *Invent. dos Docs*, II, 352-7.

mo instante a “viradeira” (como se chamou a queda do ministério) mudou a fisionomia da situação, inverteu a cena, eclipsou as figuras que até aí a dominavam (1), e inaugurou, com o reinado de D. Maria I, uma outra era.

---

(1) Cevallos — “la ultima llamarada de la grandeza española en America” — voltou á Espanha, descontente, pela hostilidade que encontrou na cêrte (acusado de partidario dos jesuitas), e faleceu,, num convento de capuchinhos, em 26 de Dezembro de 1778.

## XIX

### A PAZ DE 1777

#### D. MARIA I

Faleceu D. José I em 24 de Fevereiro de 1777 (no mesmo dia da quédá de Santa Catarina). Assumiu o governo a princêsa herdeira, D. Maria, casada com o infante seu tio D. Pedro, e logo (1 de Março) aceita a demissão que lhe pediu o marquês de Pombal, nomeia ministros em lugar dele o marquês de Angeja e o visconde de Vila Nova de Cerveira (14 de Março), despede também o Cardeal da Cunha (5 de Maio) e mantém nas suas secretarias Aires de Sá e Melo e Martinho de Melo e Castro. Pombal tem ordens para retirar-se da côrte, recolhe-se à sua quinta de Oeiras e, em seguida, responde a processo, para defender-se das numerosas acusações que lhe fazem as suas antigas vitimas, os seus adversarios. A rainha-mãe, por sua vez, põe todos os seus esforços para aproximar Portugal de Espanha, e selar com a paz duradoura (ou perpetua, como pensára D. Maria Barbara) os desentendimentos coloniais. Sucedêra a Grimaldi, no gabinete de Madrid, o marquês de Florida Blanca. Com ele negociou o embaixador D. Francisco Inocencio de Souza Coutinho o tratado, que foi assinado em Santo Ildefonso, a 1.º de Outubro de 1777. Precedeu-o uma mensagem reciproca para o Rio de Janeiro e Bue-

nos Aires, mandando ambas as côrtes que cessassem imediatamente as hostilidades até ser firmado o instrumento de conciliação definitiva (1).

### TAMBEM IGUATEMI

Antes de conhecido aqui o tratado de Santo Ildefonso, os espanhóis tomaram Iguatemi, a 27 de Outubro de 1777.

Esse remoto presidio não podia manter-se, a dous mezes de viagem fluvial de S. Paulo, n'uma zona doentia, infestado de febres intermitentes que lhe dizimavam a população, inicialmente de 1.227 colonos, tres anos depois reduzida a 556... (2). Em 1775 fôra inspecioná-lo o brigadeiro José Custodio de Sá e Faria. Disse-se que, ligado este a Cevallos, foi quem o aconselhou a salvar a pobre gente de Iguatemi, destruindo o arraial, inviável (3). Guarneciam-no 50 a 60 soldados, sob o comando do tenente Jeronimo da Costa Tavares e do vigario Ramos Louzada. Quando o governador do Paraguai, Agostinho Fernando de Pinedo, lá se apresentou, com 3 mil homens, capitularam, com a condição de serem transportados em canôas para S. Paulo. Terminou sem efusão de sangue o episodio triste da atalaia de D. Luiz Antonio de Souza, perdida no sertão. Mais o impaludismo do que o invasor, aniquilou-a o clima enfermiço. Fôra um erro, que custára centenas de vidas.

---

(1) Lavradio recebeu em 10 de Agosto a carta da rainha, de 16 de Junho de 1777, mandando suspender quaisquer operações militares, *ms. no mesmo arq.*

(2) Brigadeiro MACHADO D'OLIVEIRA, *Quadro Histórico da Província de S. Paulo até o ano de 1822*, p. 152, S. Paulo 1887.

(3) Cf. officio de Lavradio de 5 de Janeiro de 1778, *ms. no seu arquivo*. Vd. os termos da capitulação, a 27 de Outubro de 77, *Documentos Interessantes*, IX, 155-7. No mesmo vol., p. 161, se diz que o vigario Louzada trouxe o sino da Igreja, aliás de proveniência jesuítica, hoje em Bom Jesus, de Itú. Esse padre sofreu 18 anos de reclusão no forte da barra de Santos. Justificou-se em officio no *vol. cit.*, p. 154.



## O TRATADO DE SANTO ILDEFONSO

Correspondia o tratado à idéa principal de Carlos III, que era conservar Espanha as missões do Uruguai e a Colonia do Sacramento. Cedia Portugal as suas posições no Rio da Prata — encerrando para sempre a série de acontecimentos relacionados com essa aspiração, de ter defronte de Buenos Aires um baluarte — e abandonava as suas pretensões sobre o territorio a oeste do Jacuí e ao sul da lagôa Mirim. Corria a nova linha divisória do arroio Chuí (o forte de S. Miguel ficava com os espanhóis) para as cabeceiras do rio Negro, contornando a lagôa Mirim, e, deixando de um lado as missões, ia encontrar o Pequirí, na sua confluencia do Uruguai, para seguir até o Iguassú, ao norte, e daí declinar para a Paraná, onde os limites de 1777 se confundiam com os de 1750 (1). Em compensação, os espanhóis restituíam Santa Catarina, renunciaram à barra do Rio Grande (cujas margens, norte e sul, se incluíam, sem mais opposição, no patrimonio português) e prometiam respeitar a delimitação anteriormente contratada. Em síntese: sobre o tratado de 1750, o de Santo Ildefonso tinha a vantagem, para Espanha, de entregar-lhe a região “missionera”, do Ibiçuí ao Pequirí (“sete povos”) e mais a Colonia do Sacramento, em vez de contentar-se com um desses peñhões, como estabelecera Alexandre de Gusmão. Significava o reconhecimento, por Portugal, dos insuces-

---

(1) Vd. gráfico in JOSÉ CARLOS MACEDO SOARES, *Fronteiras do Brasil*, p. 161. Desvantajoso para a Espanha e Portugal, é o comentario de BAUZÁ, *História de la Dominación Española en el Uruguay*, p. 323, Montevideo 1920. Certo a linha de Santo Ildefonso não podia prevalecer, e não prevaleceu, ao oeste de Mato Grosso, pelas supervenientes razões de povoamento e delimitação, vd. EUCLIDES DA CUNHA, *Perú versus Bolivia*, p. 5, Rio 1939.

sos militares do ano, a coacção em que se achava, e o proposito de restringir quanto antes as ambições do vizinho. Diminuia territorialmente o Brasil em duas ricas faixas: a de Castilhos-Chuí (com o consequente condômino da lagôa Mirim), e a da colonização jesuítica entre S. Borja e Candelaria. A primeira, não mais recobriria. A segunda, foi retomada no primeiro ensejo que se apresentou aos "gaúchos" do Rio Pardo, em 1802. Ainda a este respeito o character irrevogavel do tratado de Santo Idefonso foi, como os precedentes, provisorio. Podia mais do que a diplomacia, a eclosão das forças locais; as realidades, desconhecidas na Europa, rebentavam, irreprimiveis, na zona "contestada". Alexandre de Gusmão seria justificado pelos guerrilheiros da planicie, ao começar o seculo seguinte.

### DEVOLUÇÃO DA ILHA

A ilha de Santa Catarina foi restituída a Portugal sem mais delongas. O marquês de Lavradio deu ordem ao coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral para reocupá-la (23 de Abril de 1778). Como governador, e em nome da Rainha, tomou ele posse no Desterro, a 31 de Julho do mesmo ano (1).

### A DEMARCAÇÃO

A demarcação de fronteiras segundo o tratado de 1777, exigiu — como em 1751 — o comissionamento

---

(1) *Ofícios* ms. no arq. Lavradio. — Aliás Cevallos e o governo de Madrid convinhã na inutilidade de conservarem a ilha, que os portuguezes tratariam de retomar na primeira oportunidade. Vd. tambem *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal*, p. 125. Contra o voto de Yriarte, OLIVEIRA LIMA, *Relação dos Manuscritos... no Museu Britânico*, p. 44, Rio 1903.

Francisco Antonio da Veiga Cabral foi depols governador da India, 1794-1807. ARAGÃO, *Descr. das Moedas*, p. 340.

de engenheiros e cartografos de ambas as nações, que também formaram quatro partidas.

Para a 1.<sup>a</sup>, no sul, designou o vice-rei o governador do Rio Grande, Sebastião Xavier da Veiga Cabral (foi seu parceiro castelhano D. José Varela y Ulloa), (1) com quem iam servir o coronel Francisco João Roscio (2), o capitão ajudante de Santa Catarina Domingos da Ponte Cabral, o capitão engenheiro Alexandre Elói Portelli (3), o ajudante engenheiro Francisco das Chagas Santos (4), os matematicos capitão Joaquim Felix da Fonseca Manso e Dr. José de Saldanha... (5). A 1.<sup>a</sup> Divisão devia ficar os limites do Chui ao Pepirí-Guassú. Os comissários (da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>) encontraram-se no litoral, a 6 de Fevereiro de 1784 (6). Depois de arduos trabalhos, sempre bateram cinco estacas divisorias.

A 2.<sup>a</sup> (para delimitar até o Jaurú) foi dirigida pelo engenheiro Roscio (que viera com o brigadeiro Funck

---

(1) A nomeação de Veiga Cabral para governador do Rio Grande e 1.<sup>o</sup> comissario é de 17 de Fev. de 1781, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 49. Os primeiros nomeados, em 1779, tinham sido o governador José Marcelino, coronel Rafael Pinto Bandeira e capitão engenheiro Alexandre José Montanha.

(2) Of. de Lavradio, in *arq. cit.*, diz que Roscio conhecia o Rio Grande desde 1774. Excelente architecto, é o autor do projeto da Igreja da Candelaria, a maior do Rio de Janeiro, em 1775. T. B. MARQUES PINHEIRO, *Irmandade do S. S. da Freguezia de Nossa Senhora da Candelaria*, p. 106, Rio 1931. Viéra para o Brasil em 1767, cf. officio de Oeiras, 20 de Junho *Publ. do Arq. Nac.*, III, 20. Em 4 de Março de 1782 teve instruções para renovar o exame do Iguaré, *Publ. cit.*, p. 51. Continuou no Rio Grande, onde o reencontraremos em 1802.

(3) Chegou a marechal de campo. Radicou-se no Rio Grande, AURELIO PORTO, *An. da Bibl. Nacional*, LI, 142.

(4) Chegou a marechal do exército, comandante das armas, presidente da provincia. Vd. Coronel LAURENIO LAGO, *Brigadelros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*, ps. 32-3, Rio 198. Foi o terceiro comandante da fronteira por ocasião da guerra de Artigas, e cuja fortuna, em várias estancias, despertou a Saint-Hilaire comentários amargos.

(5) O *Diario Resumido* do Dr. JOSÉ SALDANHA vem in *An. da Bibl. Nac.*, LI, e constitue insuperavel documento para a geografia, usos e costumes do Rio Grande, cujo mapa, aproveitado por S. Leopoldo para os seus Anals, honra a pericia do engenheiro.

(6) VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 350. E notas de R. GARCIA, com a bibliografia deixada pelos demarcadores, Dr. Saldanha, capitão Portelli.

em 1767) — a quem já Lavradio encomendara, em 1778, os primeiros mapas demonstrativos do tratado — e do lado espanhol por D. Diogo de Alvear, auxiliado por José Maria Cabrer (1).

Os trabalhos da 2.<sup>a</sup> partida começaram apenas em 1788, com o reconhecimento do Paraná, em busca do Igureí, que não foi achado; e continuaram com a pesquisa do Pepirí-gussú, no que também divergiram os comissários (2). Fôra as observações geográficas e o material de estudo, de ambas as partes recolhidos naquelas morosas viagens, nada acrescentaram à marcação da fronteira.

As duas outras partidas ocuparam-se do Mato Grosso e Amazonas (3). Para a 3.<sup>a</sup>, o governador da-

(1) Em Santo Angel de la Guarda, Misiones, nasceu seu filho, o futuro general Carlos Maria de Alvear, heróe argentino em 1789. JOSÉ PACIFICO OTERO, *Historia del Libertador, Don José de San Martín*, I, 446, Buenos Aires 1932.

De D. Diogo de Alvear, *Relación geográfica y histórica de la provincia de Misiones*, in *Colección de Documentos de Pedro de Angelis*, por TEODORO BECU e TORRE REVELLO, p. 45, Buenos Aires 1941. Escreveu em 5 volumes *Diario de la segunda partida de demarcación*, vd. TORRE REVELLO *Historia de la Nación Argentina*, IV, 585. Também *Descripción del Virreynato de Buenos Aires*. Vd. *Coll. de Doc. de Pedro de Angelis*, p. 109 e segs.; e OLIVEIRA LIMA, *Relação dos manuscritos etc.*, p. 83.

O governo brasileiro adquiriu os manuscritos de CABRER, *Diario* (1783-91) publicados aliás in *Anales de la Bibl. de Buenos Aires*, vol. 1.<sup>o</sup>. Também o piloto Oyárvide deixou *Memoria geográfica dos serviços da 2.<sup>a</sup> partida*. Cabrer e o coronel Joaquim Felix da Fonseca Manso reconheceram os saltos de Iguaçu, cf. ms. na Bibl. Nac., GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.* IV, 352. Sobre CABRER, *Coll. de Doc. de P. de Angelis*, p. 131. Faleceu em Buenos Aires em 1836, Vd. O. LIMA, *Relação dos manuscritos*, p. 86.

(2) A doença do coronel Roscio retardou os trabalhos, que deviam começar ainda em 1784, vd. *Diario* de ALVEAR, e documentos resumidos na obra de BECU e REVELLO, *La Col. de doc. de Pedro de Angelis*, p. 116 e seqs. Al o cap. XIV do *Diario* de ALVEAR, que não figura no *código* sobre as duas divergencias essenciais. Aliás Alvear reconhecia que o mentor das instruções de 1784 tinha sido José Custodio de Sá e Faria (cap. XIV, citado), radicado em Buenos Aires depois da rendição de Santa Catarina, e já de idade avançada. — O reconhecimento de Pepirí-guassú fez-se entre Nov. de 1790 e Agosto de 91, chefiando os espanhóis Andrés de Oyarvide, O. LIMA, *Relação dos man. no Museu Britânico*, p. 81.

(3) D. Felix de Azara fixou as coordenadas dos rios Paraná e Paraguai (cartas de 1796); D. José Varela, da costa do sul do Brasil (1793), O. LIMA, *Relação dos man.*, p. 101.

quela capitania, Luiz de Albuquerque, nomeou o tenente coronel Antonio Felipe da Cunha Ponte e o sargento-mór João Manuel Cardoso da Cunha. Em seguida, veio da côrte o capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra para a comissão portuguesa (1). O 1.º comissário espanhol era o ilustre D. Felix de Azara. Auxiliava-o o tenente de marinha Juan Francisco de Aguirre. (2). Serviram a essa partida os atronomos brasileiros Antonio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida, jôvens de notavel saber e autoridade (3).

A 4.ª compoz-se, sucessivamente, dos tenentes-coroneis Chermont, Wilkins e Mardel (4), sob a chefia do capitão general do Rio Negro, primeiro João Pereira Caldas, depois Manuel Gama Lobo d'Almada. O 1.º comissário espanhol foi D. Francisco de Requena. Como o caso do vale do Rio Branco era premente,

(1) São notaveis o *Diario das viagens de Almeida Serra* e as suas monografias, muitas inéditas, na Bibl. Nac., cf. R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.* IV, 352.

(2) D. Felix de Azara é o nome mais em evidencia entre os espanhóes que então se occuparam da história natural do rio da Prata. Os seus trabalhos foram traduzidos em várias linguas. Estudou quadrupedes e passaros do Paraguaí. Deixou copiosa correspondencia. Vd. a sintese bio-bibliografica de TORRE REVELLO, *Hist. de la Nación Argentina*, IV, 574.

De AGUIRRE: *Diario e Descripción de Buenos Aires*, esta de 1783, vd. TORRE REVELLO, *obd.*, IV, 756, e VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 352.

(3) Silva Pontes era de Minas Gerais 1749-1805. Foi o 1.º governador da capitania do Espirito Santo, 1800-1804. Faleceu no Rio de Janeiro no ano seguinte, VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 353. Em 1797 fez na Bahia a planta da barra, recôncavo e sul da capitania, *Invent. dos Docs.*, IV, 157. Vd. mais informações, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, IX, 98 e segs.

O paulista Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida deixou *Memória a respeito dos rios Baurês, Branco etc.*, *Diario da viagem feita de Vila Bela até a cidade de S. Paulo* (publ. em 1899 e reimpresso pela Agencia Geral das Colonias, Lisboa 1936, com prefacio de Manuel Múrias). O governador Luiz de Albuquerque desgostou-se, razão por que, em 1789, retornou Lacerda para o Reino, *Travessia da Africa*, p. 37. Morreu em 1798, tentando varar o continente negro, de Moçambique para Angola, numa das mais famosas viagens da história colonial portuguesa.

(4) Trabalharam nesta partida o cap. Felipe Sturm, que desalojou em 1777 o grupo invasor do rio Branco, João André Shwebel, Adão Leopoldo de Breuning, padre Inácio Swemartoni, astronos e engenheiros, ARTUR FERREIRA REIS, *Lobo d'Almada*, p. 10, Manaos, 1940. O tenente Inácio de Moraes Bittencourt, a mandado do eng. ten. cel. Teodosio Constantino de Chermont, explorou o rio Urubu em 1787, *ms. na Bibl. Nac.*

em virtude da invasão de 1777, Almeida Serra e Pontes se desviaram da demarcação de Mato Grosso para reconhecer aquela zona, trabalho que em 1786 continuou Lobo d'Almada. A este se deve o levantamento das serras do Parú e do divisor d'águas dos rios Branco e Orenoco, por onde se estenderia a fronteira (1). Empenhou-se a 4.<sup>a</sup> partida em procurar as nascentes do Javari; fixou no povoado de Tabatinga (onde, desde 1759, havia destacamento de vigilância) um de seus marcos; percorreu o Japurá, e em seguida o Apoporis e o rio dos Enganos (2). Lobo d'Almada resolveu em 1785 o problema essencial, da junção do Japurá com o Negro, descobrindo rios e igarapés que levam de um ao outro caudal (3).

No governo da capitania do Rio Negro e na chefia da comissão de limites, Lobo d'Almada substituiu Pereira Caldas. Esbarrou o serviço conjunto, luso-espanhol, em irritantes incidentes, a respeito dos arraiais fronteiriços. Em 1791 estavam praticamente em armas os demarcadores. Retirou-se Requena para a Europa. Cessou com isto a árdua tarefa, que tantos encargos atribuíra às duas corôas, sem outra vantagem além da exploração minuciosa e científica daquelas terras extremas.

---

(1) Vd. JOAQUIM NABUCO, *O Direito do Brasil*, p. 136, mostrando que desde 1776 "o sistema fluvial do rio Branco ficava todo ele defendido..."

(2) FERREIRA REIS, *op. cit.*, p. 14. Lobo d'Almada viára de Mazagão em 1769. Comandou primeiro o forte de Gurupá. Hábíl cartógrafo e explorador, descobriu a passagem do Uaupés para o Japurá, parte por terra, e levantou os primeiros mapas dessa região. Escreveu *Descrição relativa ao Rio Branco e seu território*, *Rev. do Inst. Hist.*, XXIV, (comentada por NABUCO, *op. cit.*).

(3) Documentos subsidiários: "*Plano general de las montañas orientales del Reyno del Perú...*" por fr. Joaquim Soler, que 15 anos missionou no Alto Amazonas, *ms.* no Museu Britânico, OLIVEIRA LIMA, *Relação*, p. 77. Para uma visão de conjunto: J. BARBOSA RODRIGUES, *Exploração e estudo do vale do Amazonas*, Rio 1875.

## EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS

Com as viagens, as observações e as discussões dos comissários, engenheiros e astrônomos, tanto se adiantou no conhecimento dos terrenos fronteiros, “que ainda hoje são talvez eles do Brasil o que ha de mais conhecido...” (1). Numerosos mapas passaram a enriquecer os arquivos de Lisboa e de Madrid. Farta documentação esclareceu a geografia obscura das zonas disputadas. Cálculos astronômicos, coordenadas, roteiros exatos, informaram e completaram as cartas desenhadas sob a direção dos comissários. Diários de viagem, observações curiosas, a análise da flora, da fauna, da etnologia dos sertões percorridos, acrescentaram-se ao acervo de papéis oficiais — sobre os traçados, a confrontação, as linhas divisórias. Bastaria essa indagação dos recursos naturais do país para que fosse benemerito o ajuste diplomático, que a determinára. O governo português fez mais: enviou, em 1783, uma *expedição científica*, presidida pelo jovem naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (nascido na Baía), para ver todo o vale do Amazonas (2).

Os aspectos mais interessantes dessa exploração (3) foram a descrição do rio Negro (1786), com detidos informes etnográficos, e a “viagem filosófica” pelo Ma-

(1) VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 353.

(2) O naturalista, acompanhado de dous desenhistas, Freire e Codina, e de um jardineiro, Agostinho Joaquim do Cabo, chegou ao Pará em 21 de Outubro de 83, vd. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.* IV, 355. A biografia do grande explorador foi feita por VIRGILIO CORRÊA FILHO, *Alexandre Rodrigues Ferreira*, S. Paulo 1940. Aí a notícia de seus trabalhos, e bibliografia (na maior parte inédita), e o episódio do museu de história natural que organizou em Lisboa, e foi pilhado pelos naturalistas franceses que acompanharam a Junot, em 1807. O roubo dispersou a melhor parte dos pacientes esforços de Ferreira. Mas os seus escritos apresentam enorme interesse para a cultura nacional.

Em 1783, famosa *Comissão Botânica* saíra a explorar os sertões de Nova Granada. FLORENTINO VEZZA, *La expedicion botanica*, p. 31, Bogotá 1936. Este esforço espanhol teve, do lado brasileiro, a correspondência da expedição de 1783.

(3) Vd. ROQUETTE PINTO, *Seixos Rolaaos*, p. 127 e segs., Rio 1927.

deira, para Mato Grosso (1788), sem originalidade, porém rica de notícias e pormenores que os viajantes já mencionados não tinham sabido relatar.

### DUAS ILHAS DISTANTES

As ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade foram retomadas ao estrangeiro, que se julgára seu dono, respectivamente em 1737 e em 1782. Ciênte el-rei de que alguns francêses se tinham estabelecido em Fernando de Noronha, com rôças de mantimentos, alguma criação e o proposito de ali ficarem, mandou que o governador de Pernambuco, Henrique Luiz Freire de Andrade, os desalojasse e, ato continuo, fortificasse o lugar. Cumpriu este com presteza a ordem (que era de 26 de Maio de 1737), confiando a expedição ao tenente-coronel João Lobo de Lacerda. Constava de uma fragata real, com 250 soldados e abundantes recursos de guerra. Os intrusos não resistiram. Lobo de Lacerda imediatamente deu começo a tres fortalezas, que estavam aptas para rechassar um ataque oito mezes depois, e regressou para Pernambuco em 11 de Julho de 1738. "Daí por diante começaram os destacamentos regulares de Fernando" (1), cuja despesa corria pelo cofre do Reino de Angola; e tiveram preferencia para guarnecer a ilha degredados ou sentenciados por graves delitos, que lhe deram o renome, de prisão célebre, conservado até os nossos dias (2).

Em 1782 os inglêses apoderaram-se da ilha de Trindade. Foi reocupá-la uma força embarcada na

---

(1) FERNANDES GAMA, *Memórias Hstóricas da Provincia de Pernambuco*, IV, 350.

(2) Informações de D. Fernando José de Portugal e outros documentos de 1798, *Invent. dos Docs.*, IV, 134. Em Abril de 1942 a ilha de Fernando de Noronha foi por decreto federal erigida em territorio nacional, para o efeito de ser administrada diretamente pela União; perdeu o carater de presidio, e recebeu guarnição do exército, para a sua eficiente defesa.



não *Nossa Senhora dos Prazeres*, do comando de José de Melo. Ao mesmo tempo a diplomacia portugueza obtinha em Londres ordem do almirantado, para ser devolvida a ilha (1). A rapidez das providencias e a energia das reclamações reintegraram no dominio portuguez aquelles rochêdos. Ficariam sendo a posição mais avançada do Brasil no Atlantico.

---

(1) *Publ. do Arq. Nac.*, III, 52-4. Quando, em 1896, se renovou a questão da Trindade, occupada pela Inglaterra, foi aceito o laudo arbitral do Rei D. Carlos, de Portugal, que, juridica e historicamente, demonstrou o direito certo do Brasil — como em 1782 fora patente em Londres.

## VICE-REIS NO RIO DE JANEIRO

## A MUDANÇA DA CAPITAL

Vago o vice-reinado com a morte, na Baía, do marquês de Lavradio, para substituí-lo, e ao mesmo tempo a Bobadela, foi nomeado o conde da Cunha, sobrinho de D. Luiz da Cunha, com a novidade de vir exercer o cargo no Rio de Janeiro (1). Sem ordem régia especial, que mudasse da Baía para o Rio a séde do governo, a capital foi transferida. De 1763 por diante ficou o Rio de Janeiro cabeça do Brasil: porque atendia mais proximamente à guerra da fronteira, aos negocios das Minas, à defesa do sul da colonia. Talvez em 1763 não fosse proposito definitivo a mudança, senão pelo tempo que durasse o conflito com os espanhóes. Demorou este, como veremos; e não mais se cogitou de restituir à Baía o titulo perdido.

## CONDE DA CUNHA

O vice-rei continuou as obras iniciadas por Bobadela.

---

(1) D. Antonio Alvares da Cunha, conde da Cunha, era mestre de campo general, conselheiro de guerra, chefe da artilharia em 1762, "l'homme le plus insupportable du monde", segundo Bôhm, vd. P. PE-REIRA SALES, *O Conde de Lippe em Portugal*, p. 50. Governara Angola de 1753 a 58, ELIAS ALEXANDRE, *Hist. de Angola*, II, 12. Veiu nomeado vice-rei por patente de 27 de Junho de 1763. *Publ. do Arq. Nac.*, II, 3-6. Faleceu, nonagenario, em Lisboa, em 9 de julho de 1791, GARCIA, nota a VARNHAGEN, V, 323.

Construiu a casa do Trem — origem do Arsenal de Guerra (1); creou, na fortaleza da Conceição, uma fábrica de armas; junto ao morro de S. Bento instalou o arsenal de marinha (2); situou numa ilha (Santa Barbara) dous armazens para a polvora, organizou uma companhia de Dragões de sua guarda (31 de Janeiro de 1765), (3), transformou em lazareto as casas dos jesuitas em S. Cristovão. No seu governo foi feita a famosa não Serpente (ou S. Sebastião) na ribeira da cidade (4).

### D. ANTONIO ROLIM

Para substituir o conde da Cunha foi nomeado D. Antonio Rolim de Moura, então no governo da Baía

(1) Vd. Coronel LAURENIO LAGO, *Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro*, Rio 1942. O Arsenal foi creado pelo alv. de 1 de Março de 1811. Aproveitou a casa do Trem, a cuja porta, em 1897, soffreu o presidente Prudente de Moraes o atentado célebre. Melhoradas em 1922, as instalações devidas ao arquiteto Alpoim conservam ainda hoje as suas linhas típicas. Como eram em 1821, Vd. Marechal CUNHA MATOS, *Mem. Económico-Económica-Administrativa sobre o Arsenal*, publ. pelo Cel. Ferreira Lima, Vila Nova de Famalicão 1939.

(2) Vd. MOREIRA DE AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, 1, 32, Rio 1877.

(3) *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 51.

(4) A não foi lançada ao mar em 8 de Fevereiro de 1767 e sobreviveu em Lisboa em 1817, R. GARCIA, nota a *Urugual*, ed. da Acad. Bras., p. 141.

José Basilio cantou-a:

A pintada Serpe, obra e trabalho  
Do Novo Mundo, que de longe vinha...

(*O Urugual*, p. 63).

Dedicou-lhe o mesmo poeta, "por ocasião de cair ao mar", belo soneto, *Obras Poéticas* de J. B. da G., edição de José Verissimo, p. 214, Rio-Paris. E elogiou o vice-rei n'uma Ode, em que lhe citava os benefícios:

Admira o caminhante  
Nos logares vizinhos  
Os vistosos caminhos,  
Os jardins odoríferos e belos  
E os montes coroados de castelos.

(*Obras*, p. 172).

(31 de Agosto de 1767). Empossou-se em 17 de Novembro de 67, e governou até 4 de Novembro de 69. Nada fez de notavel no breve prazo de sua administração (1).

## LAVRADIO

A nomeação do marquês de Lavradio — transferido de capitão general da Baía para vice-rei do Brasil — correspondia à necessidade de organizar a defesa do Rio de Janeiro e a resistencia do Rio Grande em face do conflito com a Espanha, praticamente reaberto. Precisava-se à frente da colonia de um general inteligente e ativo (2). Lavradio no seu governo de onze anos foi outro Bobadela: está na linha dos maiores administradores da America portuguesa. Em boa parte a ele se deve o êxito da campanha do sul; e foi iniciativa sua o reaparelhamento das fortalezas do Rio de Janeiro, que transformou n'uma praça inexpugnável. Fortificou-a por um seculo.

---

(1) A má saúde e a quasi completa surdez de D. Antonio Rolim o impediram de fazer na Bahia boa administração, vd. 6.º marquês de Lavradio, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida Portugal*, p. 7, S. Paulo 1942. Faleceu octogenario, em Lisboa, em 1791, MOREIRA DE AZEVEDO, *op. cit.*, 1, 35.

(2) O 2.º marquês de Lavradio, D. Luiz d'Almeida Portugal, nasceu em 27 de Junho de 1729, primogénito do 1.º marquês; visitou Madrid e Paris; em 1761 foi coronel comandante do regimento de Cascais, considerado, graças á disciplina que lhe deu, um "exemplo"; e logo, brigadeiro, por proposta do conde de Lippe. Ia ser preceptor do príncipe D. José, filho de D. Maria, princesa do Brasil, mas Pombal preferiu nomeá-lo capitão general da Bahia, em 26 de Agosto de 1767. Talvez Pombal o aborrecesse: Lavradio era sobrinho do ultimo duque de Aveiro e parente de Távora e Atouguias, executados como réus de lesa-majestade... (Vd. 6.º marquês de Lavradio, *op. cit.*, p. 6, S. Paulo 1942. Neste livro, parte da documentação referente aos governos da Bahia e do Rio de Janeiro, exercidos pelo illustre titular). Esgotou a saúde no Brasil. Faleceu em 1790. Fizeram-lhe solenes exequias a Irmandade da Cruz dos Militares e os seus antigos subordinados do Rio de Janeiro, em 18 de Agosto daquele ano. Cf. *Oração fúnebre*, mencionada na mesma obra do seu descendente e biógrafo.

A fortaleza de Santa Cruz de pouco serviria, se flanqueada por terra: para obviar a esse embaraço, mandou fazer a do Pico, a cavaleiro daquela. Completou o cinto de baluartes construindo o do Leme, tambem no topo do morro, e reparando ou edificando de novo os de S. Tiago (na ponta do Calabouço), Castello, S. Bento, Praia Vermelha, S. Clemente, Vinagagnon, e, na Praia Grande, Gragoatá e Boa Viagem.

Levantou segunda companhia dos Dragões de sua guarda, tres terços de brancos e quatro de pardos, comandados por officiaes instrutores, e a par dessas medidas militares cuidou com interesse sem exemplo da agricultura e da industria. Valeu-se de João Hopman, veio holandês, para crear uma fabrica de couros de guaxima em Mataporcos (1); quiz iniciar a industria da seda, promoveu a cultura de anil, arroz, linho, coxoniha, mesmo do café (2), a cuja eclosao nao uevia assistir. E nao se descuidou das obras urbanas, que estavam na moda depois do terremoto, da reconstrução de Lisboa. O conde da Cunha abriu uma rua entre o largo da Carioca e a lagôa da Sentinela. Lavradio deu o nome a outra, de Matacavalos a Lampadosa, réta e larga, destinada a ser a primeira rua residencial da cidade — fóra do mesquinho traçado das do centro commercial, apertadas e tristes (3). Providencias complementares: localizou em Santa Luzia o matadouro, fez os chafarizes da Gloria e de Matacavalos, sitiou no Valongo os depositos de escravos, retirando-se do meio da cidade, onde atentavam contra a saúde do povo, o seu

---

(1) LAVRADO, *Vice-Reinado de D. Luiz d'Almeida*, ps. 138-9.

(2) O café do Rio foi logo considerado superior ao de Mõca, disse o bispo de AZEREDO COUTINHO, *Memória sobre o preço do café*, 2.a ed., p. 201.

(3) MOREIRA DE AZEVEDO, *O Rio de Janeiro*, I, 37.

recato e a sua civilização. E mandou retirar das casas as orupêmas ou peneiras de palha cujo aspecto lúgubre enchia de surpresa os viajantes. A queda dessas telas indígenas como que arejava a cidade, renovando-a, nas suas pretensões de terra culta, diferente da grande aldeia do passado.

A “academia ciêntifica”, que o marquês vice-rei fundou com o seu medico, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, e outras pessoas eruditas — em 18 de Fevereiro de 1772 — correspondia ao seu desejo de incentivar o trabalho nacional, melhorar a lavoura, divulgar a historia natural do país e, no estrangeiro, as suas curiosidades. Não tinha a fórmula d’um instituto; contentava-se com o agrupamento de alguns homens de saber em torno de Lavradio, para a discussão de certos problemas que ele propunha e debatia.

### LUIZ DE VASCONCELOS

O sucessor de Lavradio foi Luiz de Vasconcelos e Souza, de quem disse o marquês: “Foi nomeado para este lugar de vice-rei um dos meus parentes mais chegados. . . (1). Jôven e ambicioso, concentrou na transformação do Rio de Janeiro a atenção inteligente: nenhum governo o excedeu no seculo XVIII quanto a esse

---

(1) *Ofício ms.* no seu arquivo. Nomeado por decr. de 30 de Abril de 1778, *Publ. do Arq. Nac.*, III, 45. Mas só tomou posse a 5 de Abril de 79. Ainda vice-rei foi nomeado, em 1785, conselheiro da Fazenda, para empossar-se depois de terminada a comissão no Brasil. Voltou para o Reino em 18 de Setembro de 1790, R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.*, V, 323. Foi presidente do Erario, teve o titulo de conde de Figueiró, e viveu mais de setenta anos, “ralhando com todos que dele se aproximavam; apesar disso, fez um belo governo no Rio de Janeiro...”, *Memórias do Marquês de Fronteira e d’Alorna*, rev. por Ernesto de Campos de Andrada, I, 24, Coimbra, 1928. Este seu sobrinho e tutelado nos diz dos seus sentimentos anti-franceses e correção, em 1808, quando o país foi invadido. Vd. também *Obras Poéticas* de M. J. DA SILVA ALVARENGA, I, 342, Rio 1864.

*urbanismo* de bom gosto, do qual se conservam vestígios relevantes. Assim o largo do Paço. Deu-lhe o cães de desembarque (1), tirou o chafariz central, substituindo-o por outro, perto do mar, que o mestre Valentim — seu artista predilêto — construiu em excelente estilo barôco (2), sem duvida o primeiro monumento público que a cidade ganhava. Lavradio notabilizara-se com a sua “rua”. Vasconcelos fez o *Passeio Público* (1779-83) e, ao lado, a rua das Belas Noites (ou Marrecas). Para dotar o Rio com um Passeio de amena vegetação, varanda sobre o mar, e alamedas que induzissem a reuniões sociais, contrárias aos usos acanhados da colonia, encomendou a mestre Valentim apreciaveis obras d’arte, mandou secar a lagôa que ali se espraiava, desdobrando do Ribeirão, entre a igreja da Lapa do Desterro e a cêrca do convento d’Ajuda, e entregou ao povo o frondoso jardim em 1783 (3).

Outras inciativas desse vice-rei: amparou as pesquisas botanicas de frei José Mariano da Conceição Veloso; creou a casa dos Pássaros (fundada por Xavier dos Passaros) origem do Museu Nacional; reedificou prontamente a igreja e recolhimento da Senhora do Parto (4), destruidos por um incendio em 1789 (5).

---

(1) JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *Um Passelo pela Cidade do Rio de Janeiro*, II, 7, nova edição, Rio.

(2) MARIANNO FILHO, *Os tres chafarizes de Mestre Valentim*, cit.

(3) Vd. MACEDO, *op. cit.*, I, 109, nova edição, Rio de Janeiro. (Al as plantas do Passeio e a tradição corrente sobre as obras).

(4) A inauguração, em 1788, 12 de Outubro, foi cantada por SILVA ALVARENGA, *Obras*, I, 259. O incendio foi a 24 de Agosto de 1789, e a reconstrução, entre 25 de Agosto e 8 de Dezembro do mesmo ano, MACEDO, *op. cit.*, LL, 189. O vice-rei ofereceu á mitra o que gastára nas obras. Em 1812, porem, já não havia mais o Recolhimento, *op. cit.*, II, 191.

(5) Curioso documento iconográfico, guardam-se na igreja do Parto dous quadros elípticos que representam o incendio e a reconstrução, aparecendo em ambos o vice-rei, mestre Valentim, seu braço direito, e um aspecto da cidade. O dr. Raimundo Castro Maia acaba de adquirir em Portugal o que se presume serem os originais dos dous quadros, com a assinatura do artista, legível: Muzl, seja JOÃO FRANCISCO MUZI, MARQUES DOS SANTOS, *Anais do 3.º Congresso de Historia Nacional*, VIII, 464, Rio 1942.

Olhou igualmente a zona da baixada, outr'ora dos jesuitas, elevando Magé a vila (1789), criando 14 companhias de milícias...

Teve razão o poeta (1):

“Vasconcelos, que ainda  
Na dilatada America opulenta  
Pela intacta Justiça,  
Pela terna Saudade é suspirada...”

### CONDE DE REZENDE

D. José Luiz de Castro, 2.º conde de Rezende, que em 9 de Junho de 1790 sucedeu a Vasconcelos, era áspero, quasi intratavel, mas ativo e diligente como os dous antecessores (2). Fez tambem *urbanismo*: a rua dos Invalidos (nome tirado da casa para os soldados invalidos que ali mandára preparar), o calçamento das melhores arterias, a cobertura do aqueduto da Carioca, o chafariz do quartel do Moura. Falhou o seu intento de prolongar o cães do largo do Paço até a praia de D. Manuel (3). Cuidou, porém, das fortalezas, que o

(1) BOCAGE, *Poesias*, II, 42. Lembrava: “Lá na tépida margem — Do límpido Janeiro...”, “honrou teu canto”, pois o vice-rei o acolhêra benignamente, na sua triste viagem para a Índia. Dedicou-lhe Bocage outra poesia, *ibid.*, II, 149-154. Das experiencias de porcelana feitas pelo químico João Manso, estimulado pelo vice-rei, diz AZEREDO COUTINHO, *Ensaio sobre o commercio*, etc., p. 117.

(2) Governou até 14 de Outubro de 1801. Descreveu-o o primo marquês de Fronteira, “alto, muito empoado e a cabeça muito cheia de pomada, grande rabicho e cara comprida”. “Entretanto passava por ter sido um excelente vice-rei no Rio de Janeiro. Não largava o uniforme de Tenente General, mesmo em casa, e por cima do uniforme trazia um grande capote com um belo bordado na gola...”, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, I, 71. O Reitor da Universidade, Principal Castro, era seu irmão. Faleceu em 1819, e a condessa de Rezende em 1822, *Mem.*, *ibid.*, I, 474. A dignidade do seu comportamento quando da invasão francesa, 1808, diz bem do seu carater austêro. O conde de Lavradio revela: “me chamavam *Conde de Rezende*, nome dum tio de minha avó, notavel pela sua seriedade e respeito”, *Memórias*, I, 5.

(3) MOREIRA DE AZEVEDO, *op. cit.* I, 41.



exigia o novo periodo de conflitos na Europa; fez construir, na Prainha, a fragata "Princêsa do Brasil" (1798), impediu, com brutal eficiencia, os abusos do comercio, e fez valer por toda parte a sua autoridade forte. Ao contrário de Lavradio e Vasconcelos, desconfiou dos homens de inteligencia. Reprimiu tudo o que parecia suspeito à corôa portugûesa. No seu governo a Inconfidencia Mineira terminou com a execução de Tiradentes, e foram perseguidos os sócios da academia fundada no periodo anterior. Nada de "idéas francêsas"!

## A CRESCENTE RIQUEZA

## RENDAS DO BRASIL

As rendas do Brasil pagaram, no seculo XVIII, as suas despesas, a defesa, a administração, o clero; e ainda meteram muitos milhões nas arcas reais.

## ALFANDEGA

Começava pela dizima da alfandega, oferecida pelos negociantes do Rio de Janeiro e mandada cobrar, neste porto somente, pela carta régia de 18 de Outubro de 1699. A primeira pauta (10 % sobre as mercadorias entradas) foi aprovada em 27 de Outubro de 1700 (1). Em 1700 esse imposto deu apenas 1:496\$. Mas em 1705 se elevava a 32 contos (2). O precedente e a conveniencia de custear a frota de guarda-costas com os recursos locais, levaram el-rei a estabelecer a mesma dizima, em 1711, para os outros portos. Vimos como foi recebida na Baía: a insurreição contra o monopolio do sal a atingiu; e apenas em 1714 o vice-

---

(1) Informação do requerimento de José Bezerra Seixas, 1754, *An. da Bibl. Nac.*, I, 490. Em 1729, por ex. foram incluídos na pauta os couros da Nova Colonia; em 1739, louças de Pernambuco e Bahia, *An. cit.*, p. 491.

(2) LÚCIO D'AZEVEDO, *Epocas de Portugal Económico*, ps. 350-2.

rei Angeja logrou regularizar o serviço da alfandega, cuja pauta, então organizada, se conservava inalterada em 1798 (1).

Até aí os *dizimos* (10 % da produção) constituíam a melhor fonte de receita. Sobrepujou-os logo a arrecadação aduaneira. Regozijou-se D. João V em 1723:” por ter mostrado a experiencia na arrematação dos contratos das dizimas das Alfandegas da cidade da Baía, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba que se fez nesta Côrte, o grande aumento que teve neles a minha Real Fazenda, pois andando o do Rio de Janeiro em 166.500 cruzados (2) subiu ao preço de 243 mil cruzados e o da Baía em 253 mil, que apenas rendia 130 mil cruzados, e o de Pernambuco e Paraíba em 82 mil cruzados que importaria o que se cobrava destes dous direitos 50 mil cruzados...” (3). Mandava, em consequencia, que se fizessem em Lisbõa os respectivos contratos.

A dizima do Rio (e Santos) foi adjudicada em 1731 a Gregorio de Caldas Barbosa por 269 mil cruzados (4). Chegou a 524 mil, e de subito, em 1747, baixou para 262 mil cruzados. A da Baía, em 1759, montava em 82:666\$ (5); saltava em 1774 para 250 contos.

---

(1) *Invent. dos Docs.*, VII, 467. A alfandega da Bahia só teve regimento em 1715, *Docs. Hist.*, LIII, 321. Déram-lhe, por analogia, o da alfandega do Porto.

(2) Arrebatada por José Ramos da Silva, pae de Matias Aires, *Invent. dos Docs.*, VII, 41. Em 1724-26, José Rodrigues obteve o contrato, por 243 mil cruzados anuaes, *Docs. Hist.*, I, 96.

(3) *Docs. Hist.*, I, 92.

(4) *Invent. dos Docs.*, VII, 119. A dizima de Santos era de 302\$990 em 1745, *Doc. Hist.*, II,, 21.

(5) JOSÉ ANTONIO CALDAS, Noticia Geral desta Capitania da Bahla, *Rev. do Inst. Hist. da Bahla*, n. 57, p. 279. Em 1751 a dizima da Bahia era de 60 mil cruzados, B. DO AMARAL, nota a ACCIOLI, II, 402.

## CONTRATOS

Os outros contratos, que a corôa arrendava aos arrematantes, constituíam mais variável quinhão: mas subiam a somas consideráveis. Os principais, das entradas (ou registros, que eram as "alfandegas sêcas", recaíndo nas mercadorias que passavam para as capitâneas do centro) iam a 755:900\$ em 1753-55. (1). O das baleias, do Rio de Janeiro para o sul, 48 mil cruzados. Dos gados de Viamão para Curitiba, 34 mil. Saída de escravos do Rio para as Minas (em 1728), 26 mil (2)... Do sal (odioso monopólio), 48 contos. Diz o bispo Azeredo Coutinho que o contratante, pagando ao erário régio 48, recebia do povo 96 contos: uma extorsão (3).

## DIZIMOS

O aumento dos dizimos reproduz, por outro lado, a curva da prosperidade colonial. E' um índice variável e compreensivo: ressentem-se da animação ou do pessimismo das previsões, pois a cobrança era contratada por triênios, adiantando o arrematante a quantia que teria de arrecadar do contribuinte.

Vejamos o Rio de Janeiro. Lançados os dizimos em 19 contos em 1700, valiam 25 em 1705 (4), 190

---

(1) *Docs. Hist.* 11, 154.

(2) *Invent. dos Docs.*, VII, 305.

(3) *Ensalo Econômico* etc., p. 15.

(4) J. LÚCIO, *op. cit.*, p. 351. Allás 18:666\$600 por ano, ou 141.500 cruzados, *Doc. Hist.*, VI, 261.

mil cruzados trienalmente, segundo Antonil (1), no periodo das minas de ouro, do grosso negocio que se fazia por aquele porto.

Na Baía: ao começar o seculo, foram arrematados os dizimos por 200 mil cruzados (Antonil). Passado o entusiasmo das minas, em 1740 estavam em 131 mil (2), em 1765 em 125 mil, em 1769, em 133 mil (3).

Em S. Paulo, de 60 mil (Antonil), 56 mil em 1722, mesmo 80 mil em 1726 (4), quando a mineração de Cuiabá tanto prometia, parou essa receita em 7:005\$ em 1731 (4). Em 1744 eram contratados os dizimos de S. Paulo, Santos e Rio Grande de S. Pedro, por 30 mil cruzados anuais (5). Baixaram para 26.500 em 1747 (6). Em 1749 andavam por 26.500 os de Santos e S. Paulo, e apenas 8 mil cruzados de Santa Catarina e Rio Grande (7). Voltaram a oferecer-se em conjunto, em 1753, por 27 mil cruzados (8). A decadencia do comercio em S. Paulo acentuou-se então: em 1757 os dizimos da capitania não passavam de 19 mil cruzados (e 8 mil de Santa Catarina e Rio Grande). Estabilizavam-se

---

(1) *Cultura e Opulencia*, p. 271. Em 1704 os dizimos rendiam no Rio 191 mil cruzados, *Doc. Hist.*, XI, 369. Receita do Rio, em 1700: 57:304\$769; despesa, 65:477\$490, da qual só a militar era de 39:308\$800, *Doc. Hist.*, VI, 261. Comparemos: em 1734, para a receita de 257:959\$004, a despesa de 173:520\$119 (VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, IV, 27). A receita continuou a subir: em 1759, 338:836\$, em 1763, 402:931\$...

(2) *Invent. dos Docs.*, VII, 274.

(3) *Invent. dos Docs.*, II, 200 e 216. Rendiam os dizimos da Bahia em 1759, 63:200\$ (JOSÉ ANTONIO CALDAS). O saldo liquido dessa capitania que la para el-rei era de 82:545\$151, CALDAS, *ibid.*, p. 219. Em 1769, receita 162:956\$021, despesa 191:843:313, Marquês de Lavradio, *Vice-Reinado etc.*, p. 11.

(4) *Doc. Hist.*, I, 116. Vd. tambem W. LUIS, *op. cit.*, p. 245.

(4) *Doc. Hist.*, I, 172.

(5) *Doc. Hist.*, II, 7.

(6) *Doc. Hist.*, II, 63.

(7) *Doc. Hist.*, II, 98.

(8) *Doc. Hist.*, II, 151.

em 7:625\$ em 1766 (1). Pelo triênio, abrangendo a povoação de Lages, subiam a 26:440\$ em 1774 (2).

Os dizimos de Cuiabá foram de 41 mil cruzados em 1723, alcançaram 40 mil em 1726, em 1728 não tinham arrematante (3), correspondiam a 6:120\$ em 1740 (4).

Em Pernambuco e Paraíba orçavam eles em 97 mil (Antonil).

Em Minas Gerais: já em 1712 foram os dizimos arrematados por 100 mil cruzados. Em 1767 estimavam-se em 98 contos; em 1768 caíam em 62 (5). Estavam em 194 contos, pelo triênio em 1778 (6).

## COMERCIO

A produção e o comercio no seculo XVIII podem ser apreciadas em tres fases: 1700-39, prospera, estável; 1740-75, de depressão e crise; 1775-1800, de animação e solidez.

## AÇUCAR

Serve de prumo para o estudo dessas oscilações o açúcar, principal mercadoria de exportação, assim de Pernambuco e capitánias anexas como da Baía e do Rio de Janeiro. A evasão de escravos para as minas,

(1) *Doc. Hist.*, II, 237.

(2) *Doc. Hist.*, II, 507. Em 1776, a receita de S. Paulo era de 47:900\$599, e a despesa de 49:420\$869, VARNHAGEN, *Hist. Geral*, IV, 331.

(3) *Doc. Hist.*, I, 394.

(4) *Doc. Hist.*, II, 28.

(5) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XX, 467.

(6) *Rev. do Arq.*, ano II, 507.

a concorrência estrangeira (1) (das plantações da América central, inspiradas nos métodos de trabalho do Brasil) (2), a escassez e o regime das frotas de transporte, até 1765, a carestia dos gêneros de consumo e a valorização da mão de obra — em consequência do “rush” mineiro — desorientaram algum tempo os senhores de engenho, obrigados a vender o produto a 1\$200 a arrôba, o que era quasi perder dinheiro (3).

Contavam-se na Baía (Rocha Pitta), 150 engenhos (4), que faziam 15 mil caixas de 35 arrobas (5). No Rio de Janeiro, 136, com 10.220 caixas (6). Em Pernambuco, 246, com 12.300 (7).

A Baía, em 1798, continuava a exportar de 14 a 18 mil caixas (8).

(1) Em 1800 Havana exportou 20 mil toneladas; em 1825, 50 mil. O Brasil, em 1828, 28 mil e já a Luisiana 20 mil, GEORGE THOMAS SURFACE, *The Story of Sugar*, p. 28, New York, 1910.

(2) Bispo AZEREDO COUTINHO, *Memória sobre o preço do açúcar*, 1791, (p. 195, da 2.ª ed., 1816).

(3) Na base de 1\$200, quem produzisse 3 mil arrobas, media d'um engenho na Bahia, auferia 200\$ de lucro por safra, MANUEL FERREIRA DA CAMARA, *Ensaio de descrição física e económica da comarca de Ilhéus*, p. 24, Lisboa, 1789. Vendido a 13 tostões, seria a ruína, *An. da Bibl. Nac.*, 1, 68.

(4) De 1728 a 1827 foram levantados mais 312 engenhos, MIGUEL CALMON (Abrantes), *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, p. 174, Bahia, 1834. Em 27 anos, a produção foi de 173 mil caixas, ou 7.727 contos; nos 12 anos seguintes (depois de 1770), 144 mil, ou 8.500 contos. O privilegio que gozavam os senhores de engenho do Maranhão, de Pernambuco, da Bahia, do Rio de Janeiro, de não poderem ser executados nas suas fábricas pelos credores, lhes serviu para atravessarem a crise sem as perder. Vd. *An. da Bibl. Nac.*, 1, 68.

(5) *Descrição econ. do Brasil*, *An. da Bibl. Nac.*, XXVII, 189. Eram 146 engenhos no tempo de Antonil, *op. cit.*, p. 170. Sobre a crise de 1739-75, nossa *Hist. da Civ. Brasil.*, 4.ª ed., p. 121. Do movimento de exportação e preços comparados com o estalão ouro R. SIMONSEN, *Hist. Econ. do Brasil*, 1, 170.

Ao começar o século XVIII, valia o commercio: açúcar 2.536:142\$800; tabaco, 344:650\$; ouro (cem arrôbas), 614:400\$; couros, 201:800\$ pão brasil, 48 contos, ANTONIL, *ibid.* p. 271.

(6) ANTONIL, *op. cit.*, p. 171.

(7) Vd. PEREIRA DA COSTA, in *Trabalhos do Congresso Açucareiro*, Recife 1905.

(8) *Invent. dos Doc.*, IV, 29.

Duplicados os preços em consequencia da guerra de independencia da America do Norte, a 2\$ e 2\$400 a arrôba, renovaram-se as velhas fabricas do Reconcavo, aumentou consideravelmente a produção no vale do Paraíba (Campos) e na várzea pernambucana. Aqui, porém, o mesmo estímulo, das altas cotações, animou a lavoura algodoeira, que dividiu com a da cana d'açúcar as pingues promessas.

### AS FROTAS

Para atender à situação creada pelo desânimo do commercio, nos dias de abatimento, o governo da metropole estabeleceu uma Mesa de inspeção para o embarque. Extinguiu as frotas (que vinham da guerra holandêsa), dando com isto liberdade aos navios, para poderem sair e entrar fóra dos comboios, lentos e inúteis (alvarás de 10 de 27 de Setembro de 1765) (1). Reduziu os direitos de entrada (2), os fretes marítimos de 300 e 400 réis para 250 a arrôba. . . Creou as Companhias, de que já tratamos (1755-59).

### EXTINÇÃO DAS INDUSTRIAS

Industrias de pouco pôrte começavam a desenvolver-se no Brasil (provocadas pela argucia de bons go-

---

(1) *Alv.* de 8 de Fevereiro de 1711 exigira só fossem recebidos no Brasil navios estrangeiros se incorporados á frota, no Tejo, e o de 18 de Abril de 1739 só permitia o despacho de Lisboa de mercadorias entradas de barcos portugueses (DAMIÃO PERES, *Hist. de Portugal*, IV, 410). Obrigados estes a navegarem em comboio, a demora, nos portos, tinha de pesar sobre o preço do transporte, donde o alto frete, de um lado, e os largos periodos sem fornecimento dos generos necessarios, do outro lado. Em pouco tempo, depois da abolição das frotas pelo marquês de Pombal, em 1765, o numero de embarcações na linha da Bahia a Lisboa aumentou de 20 para 50.

(2) Vd. *História de Portugal* (dirigida por DAMIÃO PERES), VI, 408.



vernos, como os de Lavradio e Luiz de Vasconcelos), quando achou a côrte de Lisbôa inconveniente esse surto de riqueza — que o era tambem de emancipação — e o proibiu com um sentencioso alvará. O texto do alvará — de 5 de Janeiro de 1785 — e as instruções que a respeito expediu o ministro Martinho de Melo e Castro, denunciam a existencia na colonia de “grande numero de fabricas e manufaturas...” Estas, já concorriam com os produtos do Reino, ou disfarçavam o contrabando inglês, que encorpára ultimamente, a ponto de exigir providencias drasticas do intendente geral de policia, Pina Manique. Ordenou a Rainha: “que todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, de tecidos, ou de bordados de ouro e prata; de veludos, brilhantes, setins...” ou fazendas de algodão, excetuando apenas as grossas, de uso dos negros, fossem “extintas e abolidas em qualquer parte” onde se achassem no Brasil. Queria que os colonos se déssem apenas à agricultura, desistindo de ser “artistas e fabricantes...” (1).

Teve immediato cumprimento a lei implacavel, que só foi revogada em 1808 (2).

Esmagou as primeiras florações da iniciativa industrial, “protegendo” as do Reino, hesitantes e escasas. Mas não impedia o robusto enriquecimento do país — porque as suas materias primas ganhavam na Europa preços excepcionais.

A necessidade de comprar negros na Africa para lá desviou o melhor quinhão dos tabacais da Baía, lavoura que teve o seu largo periodo prospero coinci-

---

(1) *Rev. do Inst. Hist.*, X, 214 e segs.

(2) Luiz de Vasconcelos informou, no Rio de Janeiro cinco pessoas tinham teares de ouro e prata, e onze outras, de lã, linho e algodão, o que mostra o incremento da pequena industria de tecelagem, prohibida em 1785.

dente com o crescimento do comercio de Guiné e Angola, e a despeito das plantações tambem grangeadas nesses dominios portugueses (1).

## ESCRAVOS

O comercio negreiro tomou novo aspecto com a exploração do ouro, e avultou, em cifras crescentes, a partir de 1702, quando o governador Geral expunha as angustias dos fluminenses, sem escravos que atendessem aos seus trabalhos do sertão.

Quantos negros foram introduzidos no Brasil durante o seculo XVIII? Quantos brigues "tumbeiros" faziam a navegação cruel?

Podemos generalizar, à falta de dados completos, partindo d'algumas cifras conhecidas. Na década de 1750 entravam todos os anos na Baía 3 mil africanos (2). Por esse tempo recebia Pernambuco, em média, 2.600 anualmente (3). O Rio de Janeiro (entreposto das Minas Gerais) uns oito mil; e o resto do Brasil mais 2 mil (4). A Baía importava em 1798 (diz Vilhena) 7.054; mas José da Silva Lisbôa, em 1784, para um total de 25 mil, atribuido a todo o Brasil, indicava, para o mesmo porto, a quota de 15 mil (5). Compreende-se a discordancia de numeros, com a lembrança de que os negreiros da Baía revendiam as "peças" para ou-

(1) Exemplo: exportação de fumo da Bahia antes da abolição do tráfico, 1826, 561.294 arrobas, 1828, 414.922... Depois: 1831, 165.854; 1833, 148.156...

(2) JOSÉ ANTONIO CALDAS, *Noticia, Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, cit., p. 42.

(3) Cf. CALÓGERAS; e exposição detalhada do problema estatístico pelo mestre AFONSO D'E. TAUNAY, *Subsidios para a História do Tráfico Africano no Brasil*, p. 249, S. Paulo 1941. Resume os cálculos apresentados pelos vários ensaístas. Note-se que o direito de entrada dos escravos por 3 anos, para Pernambuco, Bahia e Rio, foi arremetado em 1749 por 30:050\$, *An. da Bibl. Nac.*; L, 259.

(4) TAUNAY, *op. cit.*, loc. cit.

(5) *Invent. dos Docs.*, II, 505.

tros mercados da costa. Mas retinham as melhores para o uso domestico naquela cidade, de 50 mil habitantes em 1781, dos quais a quarta parte apenas de brancos (1).

Um detalhe: de Benguela para o Brasil havia por ano, em trafico certo, 15 navios. Em 1762 dali saíram, com esse destino, 3.924 "peças"; em 1779, 7.065; em 1793, 11.172, caindo em 1799 para a mesma quantidade de 1762 (2). Em 1800 elevava-se a vinte a frota negreira da Baía (estimada em 1781 em 50 corvetas e sumacas, das quais oito a dez dedicadas exclusivamente ao comercio de Angola, (3). Em 1821 parava em 76 (4).

### ALGODÃO

A crise economica cessou em 1775.

Fechados para a Inglaterra os centros produtores da America septentrional, procurou nos fornecimentos que a antiga aliada podia dar-lhe as compensações que urgiam: valeu-se de Portugal e do Brasil. A imediata elevação dos preços repercutiu beneficentemente na agricultura colonial; sacudiu-a do seu torpôr, animou-a em todos os seus climas. E descobriu ou incentivou riquezas até aí omitidas das listas da exportação. A principal foi o algodão, reclamado pelas industrias de Manchester, como uma consequencia da invasão dos maquinismos de tecelagem, ponto de partida para a revolução fabril do mundo moderno. Wiatt (1730), Perry (1761), Heargraves (1764) funda-

(1) JOSÉ DA SILVA LISBÔA, *ibid.*, corroborado por abundante documentação.

(2) Ms. na Bibl. Nac., 1, 31, 30, 96.

(3) Carta de JOSÉ DA SILVA LISBÔA, *cit.*

(4) Vd. nossa *Hist. Soc. do Brasil*, 1, 180-1 (2.<sup>a</sup> ed.). Vinte navios, com duas viagens anuais, transportando em cada uma quinhentos negros, descarregariam na Bahia 20 mil por ano.

ram, com as suas máquinas, o parque industrial inglês. Em 1744 o consumo de algodão na Inglaterra fôra de 976.359 libras; em 1764, de 3.870.392; em 1786, de 19.900.000. Já aí o Brasil figurava com 2 milhões. (1). Em quasi todas as capitâneas floresceu esa lavoura, antes de âmbito local, restrita a um commercio diminuto, agora necessária e expansiva. "A primeira remessa ida de Lisbôa, em 1767, fôra no valor de 6 libras. A começar de 1786, as exportações variam de 150 a 200 mil libras por ano." (2).

### COLONIA E METROPOLE

Segundo Antonil, em 1711 exportava o Brasil 3.743:992\$ (3). Pelo quadro das receitas gerais, de 1716, temos que, para 3.942 contos, a colonia figurava (contrato do tabaco, quintos do ouro, etc.) com 1.305, sem incluir no calculo os direitos aduaneiros cobrados em Lisbôa e no Porto sobre a importação americana (4). Em 1796 aquela exportação valia 11.474:863\$, em 1800 12.528:146\$ (5). Em 1806 (cifras apresentadas por Balbi), das exportações portuguezas (23.255 contos), 15 mil perteciam ao Brasil; e das importações (16.440), 8 mil contos (6).

(1) GINA LOMBROSO, *La Rançon du Machinisme*, ps. 188 e segs., Paris 1931. E ARRUDA CAMARA, *O Patriota*, Rio, 1814 (expansão da cultura algodoeira).

(2) J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Epocas de Port. Econ.*, p. 456, Então a balança comercial se declara a favor dos portuguezes, e sobe o cambio, de 65 a 72 1/2.

(3) ANTONIL, *op. cit.*, p. 271.

(4) SANTAREM, *Quadro elementar*, t. 5.º *Intr.* e J. LÚCIO, *op. cit.*, p. 481. As receitas públicas andavam em 6 mil contos de 1762 a 76, J. LÚCIO, *ibid.*, p. 39.

(5) R. SIMONSEN, *op. cit.*, II, 221.

(6) Em 1796 distribuia-se a exportação: Bahia, 3.960:500\$, Rio de Janeiro, 3.702:181\$, Pernambuco, 2.250:368\$, Maranhão, 1.056:355\$, Pará, 297:429\$... (Dados de BALBI). Em 1806, a Bahia 3.284:684\$, Rio de Janeiro, 4.670:310\$, Pernambuco, 3.817:755\$... (Vd. quadros in R. SIMONSEN, *ibid.*).

## LETRAS, ARTES E CIENCIAS

## CULTURA

A cultura brasileira no seculo XVIII apresenta a sua primeira manifestação humanista, de caracter orgânico, com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Baía*, elaborados pelo Sinodo que, em 1707, aí reuniu o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, cercado-se de doutôres em cânones, teólogos, juriconsultos e gramáticos. Essa lei vigorou quasi dous seculos, extensiva às demais dioceses pela sabedoria de suas normas (1). Foi o primeiro codigo emanado de assembléa colonial, sem a audiencia e a consulta dos mestres do Reino. A esse tempo, florescia na Baía os poétas que tinham convivido com Gregorio de Mattos e Tomaz Pinto Brandão, em numero, aliás, que impressionou o "Peregrino da America" (2) e avulta na *Academia Brasilica dos Esquecidos* — espécie de recrutamento dos talentos locais para várias emprêsas urgentes de inteligencia e pesquisa, que afinal se reduziu a um "outeiro" inconsequente.

---

(1) Publ. em Lisbôa, 1719, Coimbra 1720; em resumo, na Bahia, 1847, sendo editor o conego Joaquim Cajueiro de Campos; em S. Paulo, 1853, pela conego Ildefonso Xavier Ferreira — pois as *Constituições* de 1707 continuavam vigentes.

(2) Vd. edição da Acad. Bras., II, 53.

Creada em 1720 a Academia Real de Historia, quiz D. João V que se entendesse com os dominios de ultramar, pedindo-lhes os informes e dados para a crônica da monarquia (1). O vice-rei Vasco Fernandes Cesar cumpriu gostosamente a ordem, de colaborar com os acadêmicos de Lisbôa, convocando por sua vez um comicio análogo para o seu proprio palacio e segundo as regras e estilos das Academias clássicas. Foi fundada em 7 de Março de 1724 (2). Funcionou até 4 de Fevereiro do ano seguinte. Os principais oradores: chanceler da Relação Catano de Brito e Figueiredo (3), Dr. Inácio Barbosa Machado, irmão do autor da "Bibliotéca Lusitana" (4), Padre Gonçalo Soares de Franca (5), Sebastião da Rocha Pitta (6), João de

(1) Vd. BRAZ DO AMARAL, nota a ACCIOLI, *Memórias Históricas e Políticas da Provincia da Bahia*, II, 375.

(2) Os *Códices*, ms. da Acad. Bras. dos Esquecidos, estão no Inst. Hist. e Geogr. Bras. julgou VILHENA, *Cartas Soteropolitanas*, II, 383, se tenham perdido. São três tomos que permitem julgar a notavel fertilidade dos poetas e oradores da instituição.

(3) BARBOSA MACHADO, *Bibl. Lus.*, I, 555. Desembargador da Relação da Bahia, membro do triunvirato por morte do vice-rei conde de Vimieiro, faleceu em Lisbôa em 1732. Vd. GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade*, II, 31, Lisbôa 1939.

(4) Juiz de Fóra na Bahia, 1720, aí se casou com D. Mariana Francisca de Menezes e Aragão, viuva do Dr. Pedro Baldes, JABOATÃO, *Catálogo Genealógico*, in *Rev. do Inst. Hist.*, LII, 164-5. É autor duma obra de tomo, *Fastos Políticos e militares da antiga e nova Lusitania*, 1745, que ticou no 1.º volume. Talvez fosse o inlormante de seu irmão sobre os nomes brasileiros que aparecem na *Bibl. Lus.* Fal. em 23 de Março de 1765, acadêmico em Lisbôa.

(5) Admirou-o GREGORIO DE MATTOS, *Obras*, II, 82, ed. da Acad., louvando "Gonçalo Soares da França, que sendo ainda estudante respondeu de repente, e pelas mesmas consoantes..." Dele nos diz BARBOSA MACHADO, *Bibl. Lus.*, II, 406. Incumbido de redigir a História Eclesiástica, não levou por diante o encargo.

(6) De todos grangeou maior reputação graças à *Historia da América Portuguesa*, Lisbôa 1730, que fez cumprindo uma das sugestões da novel Academia, e em agradecimento á nomeação para a de Lisbôa, como insinúa no prólogo. Nasceu na Bahia, 1660-38, e era sobrinho do desembargador João da Rocha Pitta, *Doc. Hist.*, XXVII, 107; bacharelou-se em canones e chegou a coronel de ordenanças (1694). Foi fraco mas insistente poeta. A sua *História da Amér. Port.* é, a despeito do estilo campanudo e florido, de obrigatoria leitura.

Britto e Lima (1), José de Oliveira Serpa (2), André de Figueiredo Mascarenhas (3), Salvador e José Pires de Carvalho (4), Antonio Dias da Franca...

### IMPrensa

O impressor Antonio Izidoro da Fonseca tentou crear, no Rio de Janeiro, a industria do livro, e publicou alguns folhêtos, como a "Relação da Entrada" do bispo D. Fr. Antonio do Desterro, composta pelo juiz de fóra Luiz Antonio Rosado da Cunha, em 1747. Obteve para isto licença especial do prelado. A proibição real não tardou "por constar que deste Reino tem ido para o Estado do Brasil quantidade de letras de imprensa" (5), — datada de 6 de Julho daquele ano (a "Entrada" do bispo foi em 1 de Agosto) (6). O ousado tipografo suspendeu o seu trabalho. Só se voltou a fazer imprensa no Brasil em 1808.

### ACADEMIAS DO RIO

De Academias têm apenas o nome a do Rio de Janeiro, de 1736, com o dr. Mateus Saraiva (7) e o

(1) Nasceu na Bahia, 1671-1747. Vd. PEDRO CALMON, nota a NUNO MARQUES PEREIRA, *O Peregrino da América*, ed. da Acad. Bras., II, 63.

(2) Bahiano, 1696, pregador, publicou vários sermões estimaveis. Dedicou-lhe NUNO MARQUES PEREIRA um soneto, *O Peregrino da Amér.*, II, 11. Vd. tambem BARBOSA MACHADO, *Bibl. Lus.*

(3) JABOATÃO, *Cat. Gen.*, tit. Caramurú. Era filho do "emboaba" Manuel de Figueiredo Mascarenhas, morto em Pitangui, 1719.

(4) Vd. nossa *História da Casa da Torre*, ps. 135-6.

(5) *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 47, p 167.

(6) Vd. FELIX PACHECO, *Duas Charadas Bibliográficas*, p.; 67, Rio 1931.

(7) Vd. R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 73. BARBOSA MACHADO indica, de Saraiva, "*Epitome histórico-acadêmico*: Foi assunto a América Portuguesa mais ilustrada que outro algum dominio deste Continente Americano. O titulo revela o conteudo ditirâmico, no feltio "cultista" de Rocha Pitta.

bacharel Simão Pereira de Sá (1), que funcionou esporadicamente naquele ano, sob os auspícios do governador interino José da Silva Pais e do efetivo Gomes Freire; e a de 1752. Chamou-se “dos Seletos”, e se reuniu para festejar... “Júbilos da America na gloriosa exaltação, e promoção do Ilm. e Exc. Senhor Gomes Freire de Andrada” (2). Já em 1772 o marquês de Lavradio, deixando de lado a poesia, cuidou de estudos práticos: promoveu a “Ciêntifica”, com vários curiosos da história natural, agricultura, quimica, medicina: os medicos José Henrique Ferreira, Gonçalo José Muzi e Antonio Freire Ribeiro; os cirurgiões Luiz Borges Salgado, Mauricio da Costa, Ildefonso José da Costa Abreu e Antonio Mestre; os medicos Manuel Joaquim Henriques de Paiva e Antonio Ribeiro de Paiva.. As sessões celebraram-se em palacio, presididas pelo vice-rei, interessado em propágar o gosto das lavouras nóvas, o amôr da terra. Não se limitou a esse programa a sua academia de naturalistas: propiciou diversos trabalhos uteis, que repercutiram nos meios ciêntificos da Europa (3). Valia como um consêlho de Es-

---

(1) Autor da *História Topográfica e Bêllica da nova Colonia do Sacramento*, publ. em 1900 por CAPISTRANO DE ABREU, era fluminense, nasc. em 1701. Formou-se em cânones em Coimbra, em 1729, R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 73. Aí a bibliografia, segundo BARBOSA MACHADO, acrescida da notícia do exemplar da *História Topográfica*, que possuiu Felix Pacheco.

(2) O secretario foi o ex-ouvidor de Paranaguá, Manuel Tavares de Sequeira e Sá. O opúsculo, *Júbilos da América*, pelo mesmo dedicado a José Antonio Freire de Andrada, fol publ. em Lisboa em 1754. O presidente, P. Francisco de Faria, de Olinda, Jesuita, teólogo, LORETO COUTO, A. da B. N., XXV, 17. Colaboradores: ainda Simão Pereira de Sá, Majeus Saraiva, des. Roberto Car Ribeiro, Dr. Tomaz Rubi de Barros Barreto, o velho deão Dr. Gaspar Gonçalves de Araujo... Vd. *Rev. do Arq. Publ. Mtn.*, XXI, 518-9.

(3) Dos académicos da “Ciêntifica”, cita R. Garcia dous trabalhos, *Sumário da História do descobrimento da cochonilha no Brasil*, de JOSÉ HENRIQUE FERREIRA, pbl. no Patriota, Rio 1814, e *Memórias de História Natural, de Quimica, de Agricultura, Artes e Medicina*, de MANUEL JOAQUIM HENRIQUES DE PAIVA, Lisboa 1790 (com a notícia de várias plantas medicinais do Brasil) (VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, IV, 343). Lavradio comunicou a Pombal a criação da “sociedade” em carta



tado — para os assuntos econômicos. Caracter mais liberal teve a Sociedade Literaria do Rio de Janeiro, sob a proteção do vice-rei Luiz de Vasconcelos, em 1786.

## RENASCIDOS

Na Baía, a Academia dos *Renascidos* não poudo vingar, porque desde o inicio lhe faltou a confiança official. Fundou-a o desembargador Mascarenhas em ocasião difficil, a cidade amedrontada pela perseguição aos jesuitas; e além de irritar o governo de Lisboa com essa iniciativa, cometeu a imprudencia de “afrancesá-la”, já se declarando contrário aos ingleses, já aceitando como sócio um official francês da frota então no porto. Essa atração de França, irresistivel áquele tempo para os homens de pensamento, pela primeira vez era manifesta na colonia (1). As consequencias politicas, implicitas, não se fariam esperar: em 1759 se esboçou a tendencia que em 1798 teria o volume d’uma revolta.

Em 19 de Maio, em casa de Mascarenhas, se reuniram 39 intellectuais — clérigos, fidalgos, magistrados, militares, a elite da terra (2) para constituir, sob a presidencia do anfitrião, a Academia Brasilica dos Renascidos.

---

de 14 de Abril de 72, Marquês de LAVRADIO, *Vice-Reinado de D Luiz a’Almeida Portugal*, p. 39. “Esta sociedade continuou os seus trabalhos debaixo da proteção do Marquês até o fim do seu vice-reinado e foi muito animada pelo célebre Dr. Sanches, que já então residia em Paris”. Sobre o Dr. Paiva, que em 1801 preconizou o uso das vacinas, R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.*, V, 91.

(1) Vd. cap. XV Mascarenhas cultivava o francês, que ensinou em Santa Catarina ao filho, Elias Alexandre. Este, “instruido no idioma francês”, como o louva um documento militar, *História de Angola*, I, XI, fôra discipulo eximio.

(2) Foram: 1. Rev. Dr. Amaro Ferrelra Paiva; 2. sargento-mór Antonio Gomes Ferrão Castelo Branco; 3. Rev. Antonio Gonçalves Pereira, que pertencera á Academia dos Esquecidos; 4. sargento-mór Antonio José de Souza Portugal; 5. Rev. Antonio de Oliveira, tambem

Foi admirável a animação dos trabalhos nesse grêmio, instalado no convento dos carmelitas descalços. Sessão houve, aberta às 3 da tarde, que se encerrou às 4 da madrugada. Poetas fizeram os seus sonetos em cinco linguas. Os têmeas nativistas irromperam, cheios de novidade sentimental: os índios que se compraziam com a saúde del-rei, problemas historicos, como a fundação da Baía, bibliografia brasiliense (1) o caso da doação das terras baianas por Paraguassú

---

da Academia anterior; 6. Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão; 7. Bernardino Marques de Almeida e Arnisau; 8. Rev. Dr. Bernardo Germano de Almeida; 9. Cap. engenheiro Bernardo José Jordão; 10. Dr. Francisco Xavier d'Araujo Lasso; 11. Rev. Fr. Inácio de Sá e Nazareth; 12. Rev. José Borges de Barros; 13. juiz de Fóra, Dr. João Ferreira de Bittencourt e Sá; 14. Des. João Pedro Henriques da Silva; 15. negociante José Alvares da Silva Lisbôa; 16. Capitão engenheiro José Antonio Caldas; 17. Rev. Dr. José Antonio Sarre; 18. Dr. José Felix de Moraes, médico; 19. tenente coronel José de Miralles, igualmente da Academia dos Esquecidos; 20. Fr. José da Natividade Figueiredo; 21. Dr. José Pires de Carvalho e Albuquerque, secretario do Estado; 22. Rev. Fr. José dos Santos Cosme e Damião; 23. Dr. José Luiz de Chaves, médico; 24. Des. Luiz Rebello Quintela; 25. Rev. P. Manuel Ferreira Neves; 26. Rev. fr. Manuel de Jesus Maria Pereira de Souza; 27. Rev. fr. Manuel Pinto de Jesus Maria; 28. Rev. fr. Pascoal da Ressureição; 29. coronel Rodrigo de Argollo Vargas Cirne de Menezes; 30. Provedor da fazenda Manuel Mattos Pegado Serpa; 31. Provedor da alfandega Rodrigo da Costa Almeida; 32. Des. Tomaz Ruby de Barros Barreto, chanceler da Relação; 33. Rev. Dr. Venceslau Pinto de Magalhães Fontoura; 34. Rev. Lopo Gomes de Abreu Lima; 35. Rev. fr. Calixto de S. Caetano; 36. Francisco Gomes de Abreu Lima; 37. Rev. fr. Frutuoso Pereira do Rosario; 38. Des. Antonio Ferreira Gil; 39. Antonio Joaquim de Araujo Velasco Leite Molina.

Logo na primeira sessão se patenteou a temeridade da iniciativa. O chanceler Tomaz Ruby, o procurador da corôa Luiz Quintela e o sargento-mór Ferrão Castelo Branco achavam que se devia pedir antes decreto real que a aprovasse. Venceu a maioria, e se retiraram do recinto, abandonando a instituição, os três primeiros, ALBERTO LAMEGO, *A Academia Brasílica dos Esquecidos*, p. 14. Na mesma reunião Mascarenhas foi aclamado presidente. E apresentou o programa das festas que fariam dias depois pelo restabelecimento del-rei. Escreveu um poemeto camoniano descrevendo esses júbilos o capitão, natural da Bahia, Manuel Carvalho Lasso. Compunha-se de 110 oitavas.

Na sessão seguinte foram eleitos mais 8 acadêmicos, Fr. Antonio de Santa Engracia Barbosa, João de Couros Carneiro, Fr. João de S. Bento, Rev. Dr. José Corrêa da Costa, José Lopes Ferreira, Rev. Dr. José de Oliveira Beça, Rev. José Telles de Menezes, Silvestre de Oliveira Serpa.

(1) Vd. trabalho de JOSÉ DE OLIVEIRA BEÇA, transcrito por A. LAMEGO, *op. cit.*, ps. 67-8.

a el-rei, à luz da história e do direito... Um academico apresentou a lista de indios benemeritos, espécie de galeria de honra da raça aborigene. Essa glorificação da origem indigena — com a consequente exaltação do Brasil — podia ser idéa hostile aos portugueses natos, indicio de separação moral. A insistencia nos discursos de forte acento brasileiro confirma essa politica literária. Tornava-se mais ampla com a admisión de membros correspondentes: Claudio Manuel da Costa, Fr. Gaspar de Madre de Deus, D. Domingos Loreto Couto, Borges da Fonseca.

A Academia nacionalizava-se (1). Não podia durar. Com a prisão de Mascarenhas, dissolveu-se. Não voltaram a cotejar as suas letras os “quarenta” da Baía, tão afoitos em estilizá-las nas suas assembléas interminaveis. Mas, dezanove anos depois, quando Mascarenhas passou pela Baía, restituído à liberdade e à pátria, lhe tributaram grandes homenagens: “incriveis as demonstrações publicas de alegrias que fizeram o clero, nobreza e povo pela sua justissima restituição, todo o tempo que ali se demorou, dando a conhecer que ou aqueles moradores são os mais afetosos e benignos que tem o mundo novo, ou o dito conselheiro tinha sido o ministro mais bemquisto que passou à nossa America” (2).

A Academia dos *Esquecidos* justificar-se-ia com a publicação da “Historia”, de Rocha Pitta (1730). A dos *Renascidos*, com a “Historia Militar do Brasil”, de D.

---

(1) Vd. A. LAMEGO, *ibid.* p. 98; e J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Novas Epanáforas*, relação quinta. (São os melhores estudos sobre a efêmera instituição).

(2) *Relação ou noticia particular da infeliz viagem da não de S. M. F. Nossa Senhora da Ajuda e S. Pedro de Alcantara, do Rio de Janeiro para a cidade de Lisboa, neste presente ano*, dedicada ao Ilm. e Exc. Senhor José de Seabra da Silva, por Elias Alexandre e Silva, alferes da infantaria da Companhia de Major do Regimento de Santa Catarina, ano 1778 (In *Viagens e Naufragios célebres*, IV, 69, coleção dirigida por DAMIÃO PERES, Porto 1938).

José de Miralles (1). Informou este: "Poucos anos ha que nesta Capital do Brasil se estabeleceu uma Academia, cujo instituto era escrever a historia universal da America Portuguesa. Fui eu eleito Socio numerario deste congresso e incumbiu-se-me escrever a historia do estabelecimento, aumento e estado presente de todos os Corpos Militares..." (2). Fê-la revolvendo arquivos, honesta e inteligentemente, e a completou com um catalogo de governadores, igualmente exáto e copioso. Essa útil atividade já não se parecia com os excessos verbais de Rocha Pitta, que fugira às pesquisas pacientes, preferindo soltar as rédeas à imaginação. Corresponde à moda dos estudos históricos, representada contemporaneamente pelos genealógicos Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (3), em Pernambuco Borges da Fonseca (4), em S. Paulo Pedro Taques (5),

(1) *História Militar do Brasil. Desde o ano de 1549 em que teve principio a fundação da Cidade de S. Salvador Bahia de todos os Santos até 1752.* — Inédita até 1900, foi publ. nos *An. da Bibl. Nac.*, vol. XXII. — Que o autor era espanhol, nunca ele mesmo o negou, mas o comprovamos descobrindo o assento de irmão da Misericórdia da Bahia; nasceu em Xatira, Valencia, cf. registo de 6 de Abril de 1727, *Livr. de Irm.*, n. 2, ms. Viera para a Bahia em 1717, *Hist. Milit.*, p. 57. Tinha 82 anos em 1768, e continuava no seu posto de coronel, com "juizo e instrução na nossa arte", como reconheceu o marquês de Lavradio. Faleceu em 1 de Janeiro de 1777, *Livr. de Irm.*, n. 3 ms.

(2) *Hist. Mil.*, p. 5.

(3) Pernambucano, de Jaboatão, muitos anos no convento franciscano da Bahia, escreveu, em dous tomos, o *Novo Orbe Seráfico*, e *Catálogo Genealógico das principais famílias da Bahia*, vol. LII, *Rev. do Inst. Hist.* Esse precioso trabalho é notavel pela exatidão, embora sem as generalizações que enriquecem a *Nobiliarquia de PEDRO TAQUES*.

(4) De Recife, 1718-1786 esteve na Colonia do Sacramento, 1736, comandou, em 1741, a guarnição de Fernando de Noronha, governou o Ceará, em 1766-1780, e escreveu *Estatística*, 1768, *Crônica da capitania do Ceará*, 1778, e densa *Nobiliarquia pernambucana* pbl. em 2 volumes, *An. da Bibl. Nac.*, XLVII, Rio 1936. Vimos no mosteiro beneditino de Olinda a sua pedra sepulcral, cujo epitáfio copiamos: "Sa. do cel. de infantaria paga e gov. que foi da cap. de Ceará Grande Antonio José Vitorino Borges da Fonseca, cav. professo na Ordem de Cristo, etc., fal. em 9 de Abril de 1786".

(5) De S. Paulo, 1714-1777, fez-lhe a biografia AFONSO D'E. TAUNAY, *Pedro Taques, História da Capitania de S. Vicente*, ps. 9-49, S. Paulo. A Taunay devemos por igual a publicação de suas obras: aquela *História*, *Informação sobre as Minas de S. Paulo*, A *Expui-*

e pelos cronistas como frei Gaspar da Madre de Deus (1), D. Domingos de Loreto Couto (2). A ufania de suas tradições e de sua gente estampa-se nessas apolo-gias regionais (nobreza da Baía, glórias pernambuca-nas, orgulho dos heróis sertanistas computados entre varões insignes), que encontraram éco nas Minas Gerais e inspiraram a poesia do mesmo caracter "americano".

### O SIMBOLO INDIANISTA

A suprema invenção da lírica por essa epoca foi o simbolo indianista, a encarnar as "diferenças" bra-sileiras: o mito do "bom selvagem". Aliou-se ao "sen-timento da terra" para valorizá-la como uma realidade oposta à Europa — embora os poetas continuassem a misturar a vaidade brasileira à saudade portuguêsa. Vaidade brasileira é o nome que damos ao "ditirambo" (florete e ramalhudo no seculo anterior) embelezado agora pela convergencia de vistas, dos poetas nossos, e dos reinões, seduzidos pelo interesse forte da colo-nia, que equivalia á metropole, rica, populosa, desbra-vada. O seculo XVII fôra o da absorção, pela colonia, da cultura coimbrã. O XVIII propiciou a reciproca: vigorosa influencia brasileira nos costumes, nas letras, na expressão portuguêsa. Neologismos ou brasileiris-mos aligeiram o vernáculo; o gosto das palavras indi-

---

*são dos Jesuitas do Colégio de S. Paulo*, e, afóra outros trabalhos, a monumental Nobiliarquia Paulistana, base de todos os estudos genea-lógicos dessa provincia.

(1) Graças a Afonso d'E. Taunay temos não só a biografia, como as obras completas de frei Gaspar, autor das *Memórias para a His-tória da Capitania de S. Vicente* (3.<sup>a</sup> ed., S. Paulo 1920). Nasceu em S. Vicente, 1715, ingressou na Ordem beneditina, fez estudos na Bahia, onde conheceu, em 1731-2, algumas pessoas illustres, A. Taunay, pref. às *Memórias*, p. 20, esteve em Portugal, veiu ensinar teologia no mosteiro do Rio de Janeiro, onde foi abade austero e respeitado; retirou-se depois para o mosteiro de Santos, onde morreu a 28 de Janeiro de 1800, TAUNAY, *ibid.*, p. 69.

(2) Autor de "*Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco*", publ. in *An. da Bibl. Nac.*, XXIV e XXV (1901-2).

genas entra a Arcadia, alastra-se na sua poesia de afetada simplicidade; e as nossas paisagens deslumbram os espíritos fatigados de falsos cenários pastorís e hêlênicos, descolorido artifício de que abusou o "parnaso" de 1750 a 80. Claudio Manuel da Costa, "com o poemêto Ribeirão do Carmo precede, e com brilhantismo, o poema nativista de Basilio da Gama" (1). Lastima a perda do Mondego, a separação daqueles suaves climas, perfumados de lirismo culto, mas sabe imitar Ovidio na "fabula do Ribeirão do Carmo" (2), primeira das "metamorfôses" que transportam para as selvas fluminenses e mineiras a fantasia clássica. Antonio Diniz da Cruz e Silva deu-nos doze composições desse tipo (*A Tijuca, O Cristal e o Topazio, O Cauhy, O Manacá e o beija-flôr, O Bem-te-vi e Macahé*, etc.).

Tijuca, do Brasil formosa Ninfa.

Desde a primeira idade desprezando

De Minerva os estudos... (3).

## URAGUAI

José Basilio da Gama n' "O Uruguai" creou o modelo humano ajustado ao meio físico: o indio-cavalei-

(1) JOÃO RIBEIRO, pref. a *Obras Poéticas* de CLAUDIO MANUEL DA COSTA, I, 30.

(2) Nasceu Claudio em Ribeirão do Carmo (Mariana) em 1729 e morreu na prisão em Vila Rica, suicidando-se para não arrostar a crueldade duma devassa, que daria com ele no patíbulo ou no degredo em África, como os outros "inconfidentes" — em 1789. Os seus dados biográficos aparecem, verídicos, in A. LAMEGO, *A Acad. Bras. dos Renasc.*, p. 101, completando os informes coligidos por Xaxier da Veiga, João Ribeiro, etc. As suas "*Obras*" foram pbl. em Coimbra, 1768. Hábil cartógrafo, fez em 1758 uma planta de Vila Rica, ROQUETTE PINTO, *Ensaio Brasileiro*, p. 102, S. Paulo 1940. Não faltam opiniões, embora faltem documentos, que asseguram ter sido assassinado no cárcere. Bibliografia in A. LAMEGO, *Mentiras Históricas*, ps. 117-9.

(3) *Poesias* de ANTONIO DINIZ DA CRUZ E SILVA, IV, 90, Lisboa 1814.

ro, o esplêndido guerreiro agreste e nobre, que, esboçado nesse poêma, seria aprimorado pelo romantismo do seculo seguinte como um "antepassado nacional" e uma alma sublime. Egresso da Companhia de Jesus e seu acusador, deu José Basilio ao "Uruguai" o sentido d'um libelo. Mas certas passagens nos fazem crer que a sua intenção original fora, ao contrário, a glorificação da resistencia guaraní-jesuítica. Pelo menos confessa, que o pensou em Roma (ainda amigo dos padres), para atender à enorme curiosidade que havia das noticias daquela guerra; e exalta os indios "missioneros", Sepé, o leal Cacambo, sua noiva Lindóia (1).

O resultado tem uma apparencia contraditória: louva o general:

Musa, honremos o Heroe, que o povo rude  
 Subjugou do Uruguai, e no seu sangue  
 Dos decretos reais lavou a afronta.  
 Ai tanto custas, ambição de império! (2)

Cantava a força portugueza, Gomes Freire como  
 outro Gama, dos "Lusiadas", a derrota dos cabôclos.

Aos pés do General as toscas armas  
 Já tem deposto o rude Americano,  
 Que reconhece as ordens, e se humilha,  
 E a imagem do seu Rei prostrado adora (3).

---

(1) Nasceu perto de S. José do Rio das Mortes, em 9 de Abril de 1741. Estudou no Colégio da Companhia no Rio de Janeiro e fez-se jesuíta, 2 de Maio de 1757; expulsos os padres foi com eles para Roma, separou-se depois, voltou ao Brasil, 1767, e de novo a Portugal, 68, onde gozou da protecção de Pombal. Pbl. *O Uruguai*, Lisboa, 1769, sua obra-prima. (Vd. ed. da Acad. Bras., pref. de AFRANIO PEIXOTO, notas de R. GARCIA, Rio 1941). Faleceu obscuramente em Lisboa em 31 de Julho de 1795. O seu poemeto africanista *Quitúbla* é inferior ao primeiro. Vd. *Obras Poéticas* de JOSÉ BASILIO DA GAMA, ed. de José Verissimo, Rio, 1915. Aqueles dados biográficos, in P. FRANCISCO RODRIGUES, *Broteria*, Março de 1940 (Lisboa). A *Resposta Apologética ao Poema intitulado "O Uruguai"*, Lugano 1786,, deve ser do P. Lourenço Kaulen.

(2) *O Uruguai*, ed. fac-similar, da Acad. Bras., p. 1.

(3) *O Uruguai*, p. 101.

Mas era uma confissão, um grito de vanglória, a sua adivinhação das energias novas e instintivas do seu povo:

Genio da inculca America, que inspiras  
 A meu peito o furor, que me transporta,  
 Tu me levantas nas seguras azas.  
 Serás em paga ouvido no meu canto (1).

### CARAMURU'

• Outro filho das Minas Gerais, Fr. José de Santa Rita Durão, em versos camonianos invocou Caramurú, dando ao patriarca do I seculo a importancia dos heróes universais. "Os sucessos do Brasil não mereciam menos um Poema, que os da India. Incitou-me a escrever este o amor da Pátria". E a justificar-se dos nomes tupís: "os alemães, ingleses e semelhantes, não parecem menos duros aos nossos ouvidos; e os nossos aos seus" (2).

A poesia é aí descritiva, e socorrida de vocabulário, erudição da flora e fauna do país, raças, costumes, lendas (o dilúvio, mitologías, superstições dos indios de lingua geral). Preocupa-se em demonstrar que eles tinham o sentimento da Divindade e hábitos heroicos, susceptíveis de virtude e filosofia, com "o bom Guepeva" (canto IV, XLV), a honesta Paraguassú, o vilão

---

(1) *O Urugual*, p. 86. Insistimos (como fizeram Clovis Monteiro e Afranio Peixoto) na influencia canoniana, que José Basilio não repudiou, aliás como todos os árcades, que ora escreviam em versos brancos, ora reproduziam os ritmos d' "*Os Lusíadas*", modelo comum e perene. Camões pdeia ás Tágides: "Dai-me uma fúria grande e sonora", c. I. V. E o nosso: "A meu peito o furor...". Quer dizer que a inspiração que o primeiro solicitava ao Tejo, isto é, a Portugal, tirava o outro do "genio da inculca América...", do Brasil.

(2) *Caramurú, Poema épico do Descobrimento da Bahia*, composto por Fr. JOSÉ DE SANTA RITA DURÃO, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, natural da Cata-Preta nas Minas Gerais, 2.a ed., Lisboa 1836, p. 2.



Jararaca, a amorosa Moema, que tambem se mata, como Lindóia, porém no mar... E insistindo na profecia (ao gosto de Camões, repetido por José Basilio) faz síntese enfática da história: expulsão dos francêses, guerras holandêsas, os vários reis de Portugal... Termina politicamente: Paraguassú cede a terra a Tomé de Souza, dando-a a el-Rei, segundo a interpretação corrente da Baía (1).

O "nosso bom Durão" — como dizia o seu copista, padre José Agostinho de Macedo (2) — alistase entre os grandes informantes da America, a par de Gabriel Soares, Simão de Vasconcelos, Rocha Pitta ou seu conterraneo Claudio Manuel da Costa no poema "Vila Rica" (elogio dos pioneiros das Minas), que lhe ficou inédito (3). Teve, sobre eles, a vantagem d'uma ciência e d'um entusiasmo, póstos a serviço do seu "brasileirismo", inexcitáveis àquele tempo (4). Menos feliz foi o fluminense Feliciano Joaquim de Souza Nunes (1734-1808), retórico de "Discursos politico-mo-

---

(1) Nos debates da *Academia dos Renascidos* o têmea, da doação de Catarina como base do direito português no país, teve o sufrágio da maioria dos sócios. Falava ao orgulho nativista; e tinha a sua ponta de verdade. *Caramurú* dominou os tupinambás, casando com a gentil cabocla...

(2) No Colégio da Graça, em Coimbra, estudando teologia, José Agostinho serviu de secretario a Durão, CARLOS OLAVO, *A Vida Turbulenta do P. José Agostinho de Macedo*, p. 23, Lisboa 1939.

(3) Pbl. na *Rev. do Inst. Hist.*, e afinal nas *Obras*, compiladas por JOÃO RIBEIRO, vol. 2.º, ed. citada.

(4) O poema foi impresso em Lisboa em 1781, e nessa cidade faleceu o poeta em 24 de Janeiro de 84. Vd. ARTUR VIEGAS, *O Poeta Santa Rita Durão*, p. LVII, Bruxelles 1914. E' a definitiva biografia, que faltou a outros árcades. De José Agostinho temos a confidencia, como ele trabalhava: ditava-lhe, no banho diário, as estrófes, espontaneas, "com facilidade pasmosa..."

Nasceu Durão em Cata-Preta (que hoje tem o seu nome) em 1722. Agostiniano, desde 1737, estudou em Coimbra, ligou-se ao cardeal da Cunha, ajudou a acusar os jesuitas, mais tarde foi a Roma, onde se retratou, perante Clemente XIII, de seu libelo, entrou para bibliotecario da Lancislana, onde serviu nove anos, tornou a Portugal por morte de D. José I, em 78 recitou a oração de sapiencia na abertura das aulas em Coimbra, e tratou de dar a lume "*O Caramurú*", seu melhor trabalho. Faleceu em 1784.

rais”, Lisbôa 1758, 1.º tomo, dedicado a Pombal, que além de não os aceitar, mandou suprimir a obra (a exemplo do que se fizera à de Antonil) (1). Não se atina com a causa da penalidade. O livro é respeitoso e vago. Não comete indiscreções sobre o Brasil. Não mereceu o benefício da imprensa, do mesmo autor, uma “Politica brasilica dirigida aos venturosos indios da vila de Lavradio novamente fundada pelo Ilm. sr. Marquês de Lavradio” — que se guarda na Biblioteca Publica do Porto (2).

O “sentido da terra” volta a inspirar oitavas camonianas a um poeta de éstro fácil, frei Manuel de Santa Maria Itaparica (1704-1769), autor de “Eustáquidos”, Lisbôa 1769, tragi-sacro-cômico poema de Santo Eustáquio, e de um canto heroico sobre a ilha natal. Louva os praianos rijos, os pescadôres, a sua gente mestiça e tenaz, e é magistral no quadro da pesca da baleia (3). A apologia do trabalho ou da riqueza — outra fôrma de “ditirambo” — produziu numerosa poesia: dos jesuitas Prudencio do Amaral (do Rio de Janeiro, 1675-1715) (4) e José Rodrigues de Melo (portuense, 1764-1783), “De rusticis brasiliae rebus” e “De Sacchari opificio” (5) de José Basilio da Gama,

---

(1) Um dos poucos exemplares, de bibliófilo Inocencio, serviu para a reedição da Academia Brasileira, com prefacio de Alberto de Oliveira, que a promoveu, Rio 1931.

(2) Ms. n. 660, inéd. Ai diz: “Apenas contava eu 20 anos de idade, quando completei 57 *Discursos Morais-Políticos*, que davam corpo a oito volumes...”

(3) A imitação camonianiana — elevando o assunto bárbaro á esfêra dos têmeas clássicos — aponta, v. g., na imprecação do frade: “Como pequeno bicho és atrevido”, tirada do verso célebre, *Lus.*, c. I, “Contra um bicho da terra tão pequeno...”

(4) REGINA PIRAJÁ DA SILVA, pref. a *Geórgicas Brasileiras*, ed. da Acad. Bras., p. XIX, Rio 1941.

(5) Em latim, as duas “geórgicas” foram traduzidas por JOÃO QUALBERTO FERREIRA DOS SANTOS REIS: e, com pref. de REGINA PIRAJÁ DA SILVA, pb. pela Academia Brasileira, Rio, 1941.

descrição das minas de ouro (1)... A "Gruta Americana", "que habita o forte e adusto Americano..." (2).

## OS MINEIROS

Os poetas da chamada "escola mineira" envolvidos na "inconfidencia" podiam ser chefiados por Claudio Manuel da Costa: era o portuense desembargador Tomaz Antonio Gonzaga (3), Manuel Inácio da Silva Alvarenga (4), Inácio José de Alvarenga Peixoto (5), Domingos Vidal Barbosa Lage (6)... Bastariam as "*Cartas Chilenas*" para dar-lhes especial destaque, no conjunto das forças revolucionarias que se aglutinavam e definiam na colonia. Quem as escreveu. E teriam um só autor? (7). A modo das *Cartas Persas*, de Montesquieu o seu fim satírico era uma pintura grotesca e flagelante dos costumes corruptos de Vila Rica, governada pelo brutal *Fanfarrão Minesio*, ou seja

(1) O códice de JOSÉ BASILIO sobre as Minas, em latim, pertence ao consul Ivan Galvão, que não-lo comunicou. Adquiriu-o na Itália. Continua inédito. No poema *Vila Rica*, Claudio Manuel da Costa também descreveu a mineração.

(2) SILVA ALVARENGA, *Obras Poéticas*, 1, 280.

(3) A vida de Gonzaga já poucos mistérios tem, estudada miudamente por muitos críticos. Assim TOMAZ BRANDÃO, *Marília de Dirceu*, Belo Horizonte 1932.

Nasceu no Porto, 1744, filho do desembargador João Bernardo Gonzaga, fluminense, que o trouxe pequeno para a Bahia. Estudou em Coimbra, e veio em 1782 como ouvidor para Vila Rica, onde o colheu o infortunio. O amor de sua musa inspirou-lhe a admirável lirica, de beleza inextinguível dentro nos moldes da Arcadia: sagra-o "princeps inter pares". Morreu no desterro, em Moçambique em 1797, casado ai, infeliz e esquecido. O conde DE LAVRADIO, *Memórias*, 1, 11, diz que teve um mestre, em 1796, Luiz Antonio Gonzaga, que, segundo ouvíra, "era filho natural do célebre juiz e poeta Gonzaga".

(4) Vd. ABILIO BARRETO, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XXI, 81.

(5) Vd. *Obras Poéticas*, ed. Garnier, 1865.

(6) Domingos Vidal, Rio 1761, Cabo Verde, 1793, é "poeta menor" nor".

(7) Vd. o cotejo estilístico de MANUEL BANDEIRA, *A Autoria das "Cartas Chilenas"*, Rio, 1940.

Luiz da Cunha Menezes (1). Não exploram o nativismo como idéia. Podiam ser de um português, embora desdenhassem dos adventícios, dos aventureiros. Censuram os desmandos da autoridade áspera e caprichosa; ridicularizam-na; e a combatem. Como literatura política, o século não criou nada melhor no Brasil: reivindicando a causa do povo, contra o opressor, a equidade, contra o arbitrio, a decência, contra os desatinos do tiranete.

“...Um louco chefe  
O poder exercita do monarca  
E os súditos não devem nem fugir-lhe.  
Mas, caro Doroteu, um chefe destes  
Só vem para castigo de pecados” (2).

(1) Vd. AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO, *Cartas Chilenas*, ed. do Min. da Educação, Rio 1940. As “*Cartas*” são de 1788-89. Caio de Mello Franco chegara à conclusão de que o autor foi CLAUDIO MANUEL DA COSTA, livro pbl. em 1931. Retomando antiga tradição, Afonso Arinos, Luiz Camillo, Manuel Bandeira, defendem a autoria de Gonzaga. Aceitamos a tese quanto à demonstração de que Gonzaga escreveu algumas das “*Cartas*”. Mas teria escrito todas? Mais fácil é supor que Gonzaga e Claudio colaboraram na sátira, cuja índole, aliás, de obra descontinua, construída por lanços, informada desigualmente, longe de repelir, presupõe o conchavo, a liga dos poetas a conspirarem contra o régulo. (Opina pela colaboração SUD MENUCCI, *A' margem das "Cartas Chilenas"*, S. Paulo 1942). Os dous eram amigos confidentes e... inconfidentes. “...Sempre estavam familiarmente um em casa do outro, comunicando-se com a lição dos seus versos e do que mais ocorria...” (*Auto de perguntas* in JOÃO RIBEIRO, *Obras Poéticas* de CLAUDIO, I, 66). Claudio confessa-se: “a sua libertinagem, os seus mãos costumes, a sua perversa maledicencia, o conduzem finalmente a este evidentissimo castigo...” “só pelo gênio gracejador que tinha poderia deslizar-se em algum dito menos decoroso...” (*Ibd.*, I, 73). Atribuir-lhe o poema agressivo, ou parte deste, parece natural, vista a confissão. (*O auto de perguntas* a Claudio, de 2 Julho de 1789, falta aos *Autos da Devassa*, pbl. pelo Ministerio da Educação, em 7 tomos. Ha um lapso no processo, proveniente, por certo, de desentranhamento, para a cópia a que aludimos). Foi a opinião de VARNHAGEN, (*Hist. Ger.*, IV, 422), impressionado tambem com a declaração excessiva dos *Anais Fluminenses*, 1822, que as *Cartas* eram “De C. M. da C.”.

(2) *Cartas Chilenas*, p. 264. O poeta ironiza os europeus:  
Neste agradável sitio vão sentar-se  
Os principais marotos e, com eles,  
A brejeira familia de palacio.

*Ibd.*, p. 267.

No final da *carta* 10.<sup>a</sup> alega o castigo divino, a recair sobre os “descendentes de uns tiranos”, isto é, os mineiros netos dos “emboa-

Nem tirar-lhe da mão a injusta espada.  
Há aí clara ameaça:  
Virá dia em que mão robusta e santa,  
Depois de castigar-nos se condôa  
E lance na fogueira as varas tôrpes (1).

### GONZAGA

Tomaz Antonio Gonzaga, embora tenha declarado, nos depoimentos de *inconfidente*, completo desinteresse pelo país, cuja liberdade andára maquinando — perence de direito à Arcadia “mineira”, isto é, ao grupo literário que girava em torno de Claudio. Entre 1782 e 89 participou da vida da capitania. Conferia com o colêga as suas produções. Nas “Cartas Chilenas” deixou (provavelmente ambos deixaram) a marca de sua indignação contra os disparates de máo governador. Quantos testemunharam no processo da *Inconfidencia* o indicam por influente e capaz. Ha por fim em “Marilia de Dirceo” muitas passagens de deliciosa poesia “brasileira”, que trãem o amôr da terra, comprensivel no magistrado filho de brasileiro, que estivera pequeno na Baía (2), que volvêra ouvidor e cheio de ambições, e dêra o coração a uma linda filha do logar.

---

bas que se divertiam, no principio da conquista, “á caça dos gentios”. (*Op. cit.*, p. 265). Parecem estes, mais nitidamente, versos de Claudio, de familia bandeirante, e amigo dos indios como se vê no seu poema “Vila Rica”, canto II.

(1) Pôde ser a invocação da justiça régia, de D. Maria I; tambem um apêlo ao futuro, quando “ririo aqueles que choraram...” (*Cartas*, p. 223). Este descontentamento palpita nos depoimentos da *Inconfidencia*. Tanto pôde ser de Gonzaga como de Claudio e dos outros letrados da conjura.

(2) No processo, Gonzaga não disse a verdade a este respeito. Contestado, “ainda que seja filho de Portugal é oriundo desta América, sendo seu pae filho desta Cidade do Rio de Janeiro, e tendo aqui parentes”, respondeu: “é verdade ser seu pae filho do Rio de Janeiro;

Não verás derrubar as virgens matas  
 Queimar as capoeiras inda novas,  
 Servir de adubo á terra a fertil cinza  
 Lançar os grãos nas covas (1).

## BRASILEIROS NO REINO

Brasileiros, no Reino, distinguiram-se os irmãos Bartolomeu e Alexandre de Gusão, os irmãos Matias Aires e Tereza Margarida da Silva e Horta (2), o teatro-  
 logo Antonio José...

## O JUDEU

António José da Silva (nascido no Rio de Janeiro, 8 de Maio de 1705, queimado pela Inquisição em Lisboa, em 18 de Outubro de 1739) foi o maior teatrólogo da lingua portugueza no seculo XVIII. A popularidade distanciou-o dos outros escritôres do gênero; e o martírio mais lhe acentuou a influencia. Resente-se o seu teatro de plebeismo, licenciosidade, male-

---

mas que casou em Portugal, *nunca mais veiu á sua patria*, anda no Serviço Real...”, *Autos de Devassa*, IV, 252-3. Quem o diz que veiu é ele proprio:

Pintam que os mares sulco da Bahia,  
 Onde passel a flor da minha idade,  
 Que descubro as palmeiras, e em dous bairros  
 Partida a gran cidade...

(Lyra VII, 2.<sup>a</sup> parte, p. 83 de *Marilla de Dirceo*, pref. de José Veríssimo, Rio 1910). O pae, des. Bernardo Gonzaga, nasc. no Rio em 1710, vd. LORETO COUTO, *Desagravos etc.*, A. da B. N., XXIV, 230, foi ouvidor em Pernambuco, 1753 e inspetor presidente da Mesa de Inspeção da Bahia, 1759, *Invent. dos Docs.*, I, 351, 489.

(1) *Marilla de Dirceo*, Lyra XXVI, 1.a parte.

(2) Nasceram ambos em S. Paulo e moraram sempre em Portugal, muito ricos, pela herança do pae, José Ramos da Silva. Matias Aires estudou em Coimbra e na França, e publicou *Lettres Bohemiennes*, 1759, *Problema de arquitetura civil*, 1770, *Reflexões sobre a valdade dos homens*, com várias edições, 1761, 78, 86 (a 5.<sup>a</sup>, fac-similar, de Soli-

dicencia comum às sátiras de costumes (1): abusando dos assuntos mitológicos, não perdia o ensêjo de ridicularizar a universidade (2), os vícios (3), a medicina (4), a justiça, o clero (5), caricaturando-os ao gosto dos pasquins. Mas clarões de gênio o iluminam. E' admiravel, sobretudo nos efeitos cômicos que ajunta ao enrêdo clássico de Don Quixote (6), na farsa do Alecrim e da Mangerona, soberbos exemplares de comédia com canto e música, então na móda. Poucos brasileiroismos acharêmos nelas, mas, numerosos adágios populares, que ainda hoje persistem na Baía, no Rio de Janeiro... (7)...

Bôa fortuna desfrutaram os fluminenses irmãos Francisco de Lemos e João Pereira Ramos de Azeredo

donlo Leite, Rio, 1921 e 1942). A sua illustre rimã é autora do "primeiro romance brasileiro", *Aventuras de Diofanes imitando o sapientissimo Fenelon na sua vlgem de Telemaco*, por DOROTEA ENGRASIA DALMIRA, Lisbôa 1752. A Ernesto Ennes e Ruy Bloem (*Rev. do Arq. Publ. de S. Paulo*, LI, 1938) devemos a indentificação da autora, pois o romance fôra indevidamente atribuido a Alexandre de Gusmão. E' 1.º romance brasileiro, pois até então se considerava assim o *Filho do Pescador*, de TEIXEIRA e SOUZA, 1843, ou *Jeronimo Corte-Real*, de PEREIRA DA SILVA, 1839.

Matias Aires era dotado de eloquencia natural e vasta cultura. Ha na sua prosa marchetada de citações erudltas, como então se costumava, traços de Vieira. Mas não conseguu impressionar os contemporancos, ao contrario de Antonio José, que os divertiu com as comédias, e os comoveu, com o martírio. (Vd. prefacio de ALCEU AMOROSO LIMA, á edição de "*Reflexões sobre a Vontade*", Livraria Martins, S. Paulo, 1942.

(1) Vd. *Teatro*, de ANTONIO JOSÉ, ed. de João Ribeiro, 4 tomos, Rio 1910.

(2) ANTONIO JOSÉ, *Vida de Ezopo*, *Teatro*, I, 250-1.

(3) *Teatro*, cit., II, 312.

(4) *Teatro*, III, 331.

(5) *Teatro*, III, 303 e segs.

(6) *Teatro*, I, 87.

(7) Vale dizer que o *Teatro* de ANTONIO JOSÉ é uma fonte indispensavel para o estudo da "língua falada" em Portugal-Brasil ao seu tempo. A maioria dos refrões que o enriquecem é corrente entre nós, embora desusados em Portugal.

CAMILLO romanceou em *O Judeu*, dous tomos, 5.ª ed., Lisbôa 1927, a desdita do genial teatrólogo, queimado por judeu, vd. ANTONIO BAIÃO, *Epsódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*, II, 206, Rio 1924; e J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Novas Epanóforas*, p. 212.

Coutinho, homens de confiança de Pombal e, no seu valimento, protetores dos brasileiros moços. O segundo (1722-1799) foi lente de Coimbra, 1749-54, desembargador do Porto e da casa de Suplicação, membro da junta reformadora da Universidade (1771), desembargador do Paço... O primeiro, 1735-1822, reitor e reformador da Universidade, 1772-79, bispo coadjutor, depois efetivo de Coimbra, reitor de 1779 a 1821. Favoreceu a numerosos patricios pobres (1), que, graças a esse amparo, completaram os estudos, como José e Baltazar da Silva Lishôa, Manuel Jacinto Nogueira da Gama (marquês de Baependi)... Era seu parente o bispo de Pernambuco, José Joaquim, que maior espaço ocupou na historia do Brasil.

A poesia brasileira na expressão popular do "lundú", da modinha ou da canção amorosa, precedeu ao "fado" (posterior a 1820) no dominio dos salões e das ruas, com a "turba americana", de que se queixou Bocage (2). Queixou-se atacando-a, ofendido pelo êxito, pela sua petulante invasão.

O padre Domingos Caldas Barbosa é o principal da "turba": "trovista Caldas, pardo de feições, e gre-

(1) Em 1794, para 186 alunos de Coimbra, 24 eram brasileiros. VILHENA DE MORAES, *Arquivo Nacional, Universidade de Coimbra*, fasc. 1, XXV, Rio 1941.

(2) "Turba americana" era do verso do "Caramurú", I, XIV:  
 "Já estava em terra o infausto naufragante,  
 Rodeado da turba americana..."

E Bocage:

"Vem pão, manteiga, e chá, tudo á catínga;  
 Masca farinha a turba americana..."

(*Poesias*, I, 341)

Chamou-se "Nova Arcadia o grupo de poetas que, ás quarta-feiras, se reuniam em casa do conde de Pombeiro, sob a presidencia do P. Domingos Caldas Barbosa, "sócios vãos da magra Academia...", Vd. GOMES MONTEIRO, *Bocage, esse desconhecido...*, p. 105, Lisboa 1942. Insurgia-se Filinto Elísio, contra a sua novidade verbal, os termos populares, "co ele verseja o Matos, canta o Caldas..." *Poesias*, seleção de José Pereira Tavares, p. 16, Lisboa, 1941.



na crespa e revolta”, na sátira de Bocage (1), autor de inúmeros “lundús chorados”... (2), que tanto irritaram o impiedoso Elmano (3). Era da laia do “celebre mulato Joaquim Manuel, grande tocador de viola e improvisador de modinhas”, “cabra, ou cabrão, que anda na berra”:

Insípido lundum, ou vil fandango

.....

com faro de chulice americana... (4).

### A “SOCIEDADE LITERARIA”

A *Sociedade Literária*, que Luiz de Vasconcelos aprovou, no Rio de Janeiro, em 1786, devia reunir-se uma vez por semana em casa propria, regia-se por Estatutos (5) que nada tinham de intolerantes, ou fechados às inspirações da epoca (proibidos os debates religiosos e politicos, mas preocupada com o “sistêma científico”) — e funcionou até 1790, voltando a celebrar as suas sessões em 1794, quando a extinguiu o conde de Rezende. Os acadêmicos foram então presos

(1) *Sonetos*, XXXVI (*Poestas*, I, 350). Não confundir com outro poeta brasileiro, Padre Antonio Pereira Souza Caldas, “Dos versistas se diz modelo, e cabo...” 1762-1814.

(2) Vd. nossa *Hist. Social do Brasil*, I, 274 (2.ª ed.). Proveiu o “fado” do Brasil? Pelo menos o visconde de Pedra Branca ainda em 1825 dava a palavra — na acção que tinha — por desconhecida em Portugal. JOÃO RIBEIRO, *A Língua Nacional*, p. 32, S. Paulo 1933. Verdade, falou o cavaleiro d’Oliveira (1751) na mania portuguesa de attribuir ao “fado, quer dizer, destino inevitavel”, lastimaveis transformações... (*Recreação Periodica*, pref. e trad. de Aquilino Ribeiro, I, 77). A música pezarosa e popular do século XIX inspirou-se nesse fatalismo, tão familiar a poesia de Bocage.

(3) BOCAGE. *Sonetos* XXXIV e XXXV. “All Que bicho tão feio!...” Sobre Caldas Barbosa, 1740-1800, SILVIO ROMERO, *Hist. da Literatura Brasileira*, 2.ª ed. I, 261.

(4) BOCAGE. *Sonetos*, L e LI. Os brasileiros amigos de Bocage eram José Francisco Cardoso de Moraes, Paulo José de Melo de Azevedo e Brito, Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, José Elol Ottoni, Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, Fr. Veloso, vd. P. CALMON, *Figuras de Azulejo*, p. 90, Rio 1939.

(5) *An. da Bibl. Nac.*, LXI, 517-23.

(assim o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1), Mariano José Pereira da Fonseca, o medico Jacinto José da Silva), responderam a processo, como “inconfidentes”, e só se libertaram tres anos depois.

O “clima” do fim do seculo era nefasto aos congressos intellectuais. Nem estes eram apenas intellectuais. A maçonaria repontára, instalava-se, estendia-se. “Não seria de admirar que as exdruxulas Academias... fossem... conventiculos de pedreiros livres...” (2).

## TEATRO

Musica, teatro, cantigas, não faltaram a este Brasil setecentista. Cantigas d’um novo tom, que tanto successo tiveram em Lisbôa com o mulato Caldas; teatro ao jeito dos jesuitas (3) (os “autos” de antigo feito, exaltando a religião, a virtude, os altos assuntos) ou de recente tradução, representado sofrivelmente nas “casas de opera”; e musica cultivada um pouco por toda parte.

---

(1) O poeta (natural de Vila Rica, 1749, formado em Direito, em Coimbra, em 1776, *An. da Bibl. Nac.*, XLII, 147. esteve dous anos preso na fortaleza da Conceção. Faleceu obscuramente, em 1 de Novembro de 1814, ABILIO BARRETO, *Rev. do Arq. Publ. Mine.*, XXI, 91. Vd. *Obras Poéticas*, de MANUEL INÁCIO DA SILVA ALVARENGA, ed. de Joaquim Norberto, 2 vols., Rio 1864.

(2) MARIO BHERING, in *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, IV. Da “seita maçônica” na ilha da Madeira falou em 1792 o gov. Diogo Pereira Forjaz, *Arg. de Mar. e Ultr.*, v. 1.º, p. II, p. 87, doc. n. 912. Em Pernambuco, teria sido estabelecida em 1796, na Bahia em 1797... BORGES DE BARROS, *An. do Arq. Publ. da Bahia*, XV, 45. Mas, com certeza, a maçonaria só aparece na Bahia em 1803, enquanto já era perseguida no Reino em 1791, TEÓFILO BRAGA, *Bocage*, p. 432, Lisbôa 1902. Que existia Niterói em 1801, diz um Manifesto de 1832, in *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, V.

(3) Leia-se P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Companhia de Jesus no Brasil*, IV, 298, Rio 1943.

No Rio de Janeiro houve duas "casas de opera". A primeira foi do padre Ventura; funcionou talvez de 1747 até 1776; e aí Bougainville se admirou de achar Metastasio interpretado por uma companhia de mulattos. Incendiou-se em 1776, quando se representava "Encantos de Medéia", de Antonio José. O português Manuel Luis fundou a segunda, em 1776, de melhor fortuna (1). Na Baía os "especulos" se faziam em teatrinho armado na Praça (2), ou na propria Camara — o que foi proibido pela carta régia de 9 de Outubro de 1733. A Opera Velha localizou-se na rua do Saldanha. Os "inconfidentes" de 1798 prometiam, se vencessem, solene festêjo nesse teatro, a que succedeu o de Guadalupe (3). Em Ouro Preto, Cuiabá, S. Paulo, Campos, a arte dramatica floresceu por vezes, no tôsko ambiente que é de supôr (4).

Do teatro publico de Recife há noticia, ligada à comedia ali encenada por 1783, "O Amôr mal correspondido", do pardo Luiz Alves Pinto, eximio musico, talvez o primeiro autor brasileiro do genero, se exce-tuarmos Antonio José, que viveu no Reino (5).

---

(1) RENATO ALMEIDA, *História da Música Brasileira*, ps. 297-8, Rio 1942.

(2) NUNO MARQUES PEREIRA, *O Peregrino da América*, II, 108 (ed. da Acad.).

(3) SILIO BOCANERA JUNIOR, *O Teatro na Bahia*, ps. 6-7, Bahia 1942.

(4) Devemos a Saint-Hilaire a descrição da "casa de ópera" de Ouro Preto, pela qual podemos avaliar as outras: quatro ordens de camarotes em sala pequena e estreita, os bancos da platea reservados para os homens, a iluminação de vélas, a cortina figurando as quatro partes do mundo... Os atores, geralmente mulattos, pintavam o rosto de branco e vermelho... *Viagem pelas provincias do Rio de Janeiro e Minas*, trad. de CLADO R. LESSA, I, 139, S. Paulo 1938.

(5) ANTONIO JOAQUIM DE MELLO, *Biografias de Joaquim Inácio de Lima* etc., p. 12, Recife 1895. Quanto à música na capitania, LORETO COUTO, op. cit., *An. da B. N.*, XXV, 367. A primeira aula pública de música na Bahia data de 1818.

## NATURALISTAS

Naturalistas não faltaram ao Brasil, por esse tempo. Os estrangeiros que viriam, em série, depois de 1808, encontraram o terreno preparado ou desbravado pela geração do final do século XVIII: Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem ajudamos a propósito da "viagem filosofica", frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811), cujos 11 tomos da *Flora Fluminense* só foram impressos em 1825-27 (1), especie de chefe de escola, pela proteção que dispensou, na sua tipografia do Arco do Cégo, em Lisbôa, a ióvens de talento (a par de Bocage, Antonio Carlos, Fernandes Pinheiro, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Hipolito da Costa) (2); Frei Leandro do Sacramento (3). Joaquim de Amorim e Castro (1750-1817) estudou a botânica do distrito de Cachoeira, na Bahia (4); Baltazar da Silva Lisbôa, a de Ilhéos; os mineiros Joaquim Velloso de Miranda, discipulo de Vandelli, José Alves Maciel, José Vieira Couto, plantas e terras minerais de sua capitania (5), José de Sá Bittencourt, sertões mineiros e baianos (6), João da Silva Feijó, o Ceará (7), Dias

(1) Determinou definitivamente 392 espécies. Vd. SILVIO ROMERO, *Hist. da Literatura Brasileira*, I, 347, Rio 1902. Em 1824, D. Pedro I, ao receber a *Nova Genera et Specie*, de Martius, exclamou: Naturalistas brasileiros fariam isso. E mandou imprimir a obra de Velloso, J. BARBOSA RODRIGUES, *Palma Nova Paraguolensis*, n. IX, Rio 1899.

(2) ARTUR MOTTA, *Hist. da Literatura Brasileira*, II, 385, S. Paulo 1930.

(3) Vd. ROUQUETTE PINTO, *Ensaio Brasiliano*, ps. 43 e segs., S. Paulo 1940. Discipulo de Brotero, professor de botânica, dirigiu o Jardim Botânico do Rio, 1824-29.

(4) Cel. LAURENIO LAGO, *Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro*, p. 9. Em 1789 juiz de fora de Cachoeira, dedicou á Academia Real o 1.º tomo duma História Natural do Brasil, com 41 estampas, *Invent. dos Docs.*, III, 117. A sua Memória sobre a cochonilha, *op. cit.*, III, 118-21.

(5) Vd. *Itinerario de Tijuco a Villa Rica*, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano X. Perseguido por maçon, morreu desterrado na ilha Terceira em 1811.

(6) GARCIA, nota a VARNHAGEN, *op. cit.*, V, 14.

(7) Vd. *Rev. do Inst. do Ceará*, XXIV, 361.

Cabral o Maranhão (1). Mineralogistas, Manuel Ferreira da Camara (1762-1835) (2) e José Bonifácio de Andrada e Silva, realizaram em 1790-98 famosa viagem de instrução pela Europa, conforme programa que lhes deu o ministro Luiz Pinto de Souza. Merecem especial menção Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, Silva Pontes, Lacerda e Almeida (já estudados), frei José da Costa Azevedo, depois diretor do Museu Nacional, Manuel de Arruda Camara (1752-1811) (3).

O pernambucano, Dr. José Corrêa Picanço, lente de Coimbra, foi "o primeiro a ensinar anatomia sobre cadaver humano (4). Já em 1789 era professor abalizado; jubilando-se, acompanhou a familia real ao Brasil e inspirou a criação da escola de cirurgia da Baía, núcleo da Faculdade de Medicina, em 1808 (5). Francisco de Melo Franco (1757-1823), poeta satirico e higienista distinto, foi precursôr da puericultura (6).

## ECONOMISTAS

O dicionarista Antonio de Moraes Silva, em 1796 comunicou a José da Silva Lisbôa, na Bahia, a sua tradução do "Ensaio sobre a riqueza das nações", de Adam

---

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, V, 78,

(2) Vd. MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA, *O Intendente Camara*, p. 21, Rio 1933.

(3) Vd. o seu *Discurso sobre a utilidade da Instituição de jardins*, 1810, pbl. novamente por Antonio Joaquim de Mello, Recife 1895.

(4) ANTONIO JOAQUIM DE MELLO, *Biografias de Joaquim Inácio de Lima*, etc., p. 18, Recife 1895. Natural de Golana, estudou em Lisbôa e Paris, entrando para demonstrador na Universidade de Coimbra em 1772 e lente em 79. Jubilou-se em 1790, foi elevado a cirurgião-mór do Reino, e fal. em 1823. Dele diremos no volume seguinte, a proposito da fundação do ensino medico no Brasil.

(5) ANTONIO PACIFICO PEREIRA, *Memória sobre a Medicina na Bahia*, ps. 3-5, Bahia 1923.

(6) Vd. LUIZ DE PINA, *Histoire de la Médecine Portugaise*, ps. 79-80, Porto, 1934.

Smith (1). Enciclopédico, humanista, jurisconsulto, o futuro visconde de Cairú cêdo se interessou pelos estudos economicos, e tinha sufficiente autoridade para elaborar o seu Direito Mercantil (primeiro tratado da especialidade em português) e quatro anos depois; para aconselhar ao Príncipe Regente a abertura dos portos do Brasil ao commercio internacional (2). E' possível que mais variados conhecimentos tivesse o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, (1743-1821), que aliava à intensa cultura filosófica um bom estilo.

Bispo de Olinda, afinal de Elvas, e Inquisidormór, a vida desse prelado notavel se divide em duas partes: a sua profunda influencia no Brasil; a sua dedicação aos interesses portugueses. Pôz o ideal "cientifico" nos Estatutos do Seminario, que fundou em 1798, incluindo, entre as materias do curso, história natural, geografia, ciências, com a observação da natureza, o estudo objetivo e dirêto... (3). "A America é o tesouro do mundo; o Brasil é o tesouro da America..." (4). Batera-se pela agricultura racional, contra a ilusão das minas, pelas "luzes do seculo", pelas reformas liberaes. Anglófilo, no bispado de Elvas defendeu com vigor a monarquia, opôz-se aos francêses, incitou à reação armada o Reino em 1810, louvou Wellington, proclamando: "Eu sou portu-

---

(1) PEREIRA DA COSTA, *Noticia biogr. do Dr. Antonio de Moraes e Silva*, Recife 1910; R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.*, V. 15.

(2) Já em 1779, ao voltar de Coimbra, formado, Silva Lisboa queria aplicar-se à agricultura, como avisara ao governador da Baía Martinho de Mello, GARCIA, *ibid.*, V. 16.

Fez-lhe a biografia o filho, barão de Cairú, *Rev. do Inst. Hist.*, I, 238-46. Adquiriu maior relevo em 1808, com a abertura dos portos, que equivalia à independencia econômica, comemorada, cem anos depois com a Exposição Nacional e o monumento (ministro da Viação: Miguel Calmon) na Gloria, Rio de Janeiro. Cairú tem condigno monumento na cidade-baixa, Bahia, mandado levantar pelo governador Góes Calmon. A sua ação pertence à historia do seculo seguinte.

(3) *Discurso sobre o estado atual das Minas do Brasil*, p. 40, Lisboa 1804.

(4) Bispo AZEREDO COUTINHO, *op. cit.*, p. 42.

guês...” (1). Culminou os seus sonhos de sábio com a solução, que entreviu, do problema da dirigibilidade dos aerostatos, definindo-o em termos claros. O balão a navegar, com azas e leme, pelos céos propícios, seria “o pássaro do Brasil...” Ainda nisto, foi precursôr (2).

No seu melhor trabalho, *Ensaio Economico sobre o commercio de Portugal e suas Colonias* (1794) (3), pleiteou a extinção dos monopólios nefastos, como o do sal, e o incentivo da produção, combatendo as idéas de Montesquieu sobre o clima, e nos seus efeitos sociais (4), na formação dos povos. Lembrou que Montesquieu jamais vira a America, que em Pernambuco brancos, negros e índios expulsaram os holandêses, que o gentio “brasiliense” era digno de admiração, comparavel aos melhores tipos humanos... (5). Não admitia o preconceito da superioridade dos nórdicos, das raças creadas nos climas frios: e opunha-lhes o orgulho de sua linhagem americana!

## ARTES PLASTICAS

As artes plasticas no Brasil começaram a adquirir caracter proprio — nas inevitaveis diferenciações que marcam uma autonomia instintiva — em Minas Gerais, em 1766 (6).

(1) AZEREDO COUTINHO, *Carta aos generals Ingleses*, 1511, in *Coleção de alguns manuscritos curiosos do Exm. Bispo d'Elvas*, p. 1, Londres 1819. “Brasileiros meus patricios...”, disse na *Copla da Carta que a Sua Magestade escreveu o Bispo d'Elvas*, p. 15, Londres 1817.

(2) *Coleção de alguns manuscritos*, etc., ps. 75-6.

O Pássaro do Brasil  
Voando em giro rotundo  
Levará riquezas mil  
As gentes de todo o mundo.

(3) 2.a edição, Lisboa 1816 (foi a que lêmos).

(4) SILVIO ROMERO, *op. cit.*, 1, 451.

(5) *Ensaio Economico etc.*, p. 4 e 63. Acusou Montesquieu de ter copiado Bodin e Charron...

(6) RODRIGO M. F. DE ANDRADE, prelácio a *Em torno da História do Sabará*, de Zoroastro Vianna Passos, Rio 1940.

A engenhosa “maneira” do Aleijadinho absorve, exemplifica essa tendencia. De resto, o desenvolvimento artistico, trairia a existencia d’uma “cultura”, mesmo sem originalidade substancial: bastava então a “execução”, para distinguir numeroso núcleo de arquitetos, escultôres e pintôres, na Baía, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, nas Minas. A todos sobrelevou em novidade o genial mestre de risco e estatuário de Vila Rica.

Na Baía, os grandes edificios têm traça portugêsa ou — como sucedeu à fachada da igreja do Colégio, dos Terceiros de S. Francisco, da Conceição da Praia — viéram, com as pedras numeradas, de Lisboa. Mas, a par dos construtores reinôes, alguns se fizeram na terra, na *Aula de fortificações*, que, pouco laboriosa, porém continuamente, funcionou durante todo o seculo.

### AULA MILITAR

Na Baía e no Rio de Janeiro, a Aula de fortificação e arquitetura militar — tambem chamada Academia Militar — descobriu vocações, estreteve talentos de escól. Datava, no Reino, de 1647. Em 1701 mandára D. Pedro II crear aulas de engenheiros nas várias provincias (1). A da Baía já o fôra em 15 de Janeiro de 1699, primeiramente com três alunos. O plano era estender-se tal ensino ao Maranhão e a Pernambuco (onde o primeiro “partidista” foi Francisco Mendes Paes) (2). Na Baía, parece que o primeiro lente foi o engenheiro João Rodrigues Ribeiro. Obteve, pelo menos, os livros

---

(1) ANTONIO FERRÃO, *O Tenente-coronel de cavalaria João de Almeida Gorgel*, p. 7, Coimbra 1924.

(2) LORETO COUTO, *Grandezas do Brasil e Desagravos de Pernambuco*, *An. da Bibl. Nac.*, XXV, 29.



necessarios, em 1 de Fevereiro de 1707 (1). Substituiu-o em 1709 Miguel Pereira da Costa (2) (que viéra com seu coléga de profissão, Pedro Gomes Chaves). Foi seu discipulo o capitão João Batista Barreto (3). Outro professor, o sargento-mór Manuel Cardoso de Saldanha, formou excelentes desenhistas, como se vangloriou em 1761: o capitão engenheiro José Antonio Caldas (4), que “ainda que bem instruido na teoria, principia a praticar só”, e Manuel de Oliveira Mendes, “depois de graduado em filosofia”, “risca sofrivelmente as plantas” e merecera o emprego de medidor das obras da cidade (5). O primeiro obrigou-se a reger a Aula, em 1761 (6). Sucedeu-lhe o sargento-mór José Gonçalves Galeão, 1777-1793 (7). Guardam-se no Arquivo Historico Colonial (Lisbôa) excelentes desenhos clássicos dos alunos dessa academia, referentes a 1778-79 (8). O baiano Jeronimo da Rocha e Souza tambem concorreu para tal ensino, em 1778 (9). De vários en-

(1) *Doc. Hist.*, XXXIV, 279. Removido em 1709: “...E o sargento-mór Antonio Rodrigues Ribeiro não ser de conveniencia ao meu serviço nessa Praça pelas suas extravagancias e pouca ciencia...”, *Doc. Hist.*, vol. cit., p. 313. Faleceu logo em seguida, *ibid.*, p. 314.

(2) Invalido em 1724, depois de bons serviços, como já se disse, B. DO AMARAL, nota a ACCIOLI, *Mem. Hist.*, II, 365.

(3) Nomeado capitão ajudante em 1714, ACCIOLI, *op. cit.*, II, 323.

(4) Autor da *Descrição narrativa da Capitania da Bahia*, 1759, que temos citado, nasceu nessa cidade, como vimos no *Livr. de Irm.*, da *Misericórdia*, ns. 3, ms., inéd.: inscreveu-se em 1762, natural da Bahia, filho de Pedro da Silva Caldas e D. Maria da Natividade Cavalcanti, solteiro. Faleceu em 31 de Outubro de 1782. Esta nota completa a de R. GARCIA, *op. cit.*, IV, 344. Com o mestre Saldanha fez em 1756 a planta da estrada de Montes Altos a Cachoeira, ms., no *Arq. Hist. Col.*, Lisbôa, e em 1758 a carta da serra de Montes Altos. Exerceu importantes comissões.

(5) Autor de *Estatística da Bahia*, 1787, já referida por VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 331, capitão agregado de artilharia em 1773, faleceu em 1796, quando o filho, Lutz Manuel de Oliveira Mendes, pediu justificação de seus serviços, R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.* IV, 343.

(6) *Invent. dos Docs.*, III, 284.

(7) *Invent. dos Docs.*, III, 89.

(8) Provas de aproveitamento dos estudantes de Geometria prática e arquitetura, docs. no *Arq. Hist. Col.* Ensinava em 1798 JOÃO DA SILVA LEAL, *Invent. dos Docs.*, IV, 33.

(9) *Invent. dos Docs.*, III, 240.

genheiros habilitados então perdemos os traços. No Rio de Janeiro, porém, a Aula, fundada pelo coronel José Fernandes Pinto Alpoim, que para ela escreveu dous compendios (de Artilheiros, 1744, e de Bombeiros (1748), produziu discipulos como Manuel Vieira Leão (autor do “mapa do caminho novo do passo de Turi-tama ao de Santo Antonio, na capitania do Rio Grande de S. Pedro”, 1753 (1).

### NAS MINAS

As artes acharam nas Minas Gerais ambiente proprio, tanto pela riqueza, que as encorajou, como pela série de construções religiosas a que se applicaram, de acôrdo com as melhores normas do barôco italiano, então em moda. A simples nominata de arquitetos e es-cultôres que trabalharam nas igrejas mineiras, de 1720 por diante, indica a importancia desse movimento. Atri-büe-se a planta da matriz de Ouro Preto ao engenheiro Pedro Gomes; mas a talha é de Antonio Francisco Pombal. Manuel Francisco Lisbôa fez a da Conceição de Antonio Dias. Antonio Coelho da Fonseca desenhou a planta da matriz de Ribeirão do Carmo (1734), José Ferreira dos Santos trabalhou nas igrejas do Rosario de Mariana e Ouro Preto (2), cuja fôrma redonda, imi-tação da rotunda de Roma, se deve a Antonio Pereira de Souza Calheiros. Discipulo deste, José Pereira Arouca é autor do Aljube de Mariana. Antonio Gon-çalves Barcarena fez a matriz de Caeté. Trabalhou em Vila Rica o mestre-gravador João Gomes Batista, discipulo de Vieira Lusitano. O Palacio do governo, de-

---

(1) *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, I, 55, Lisbôa 1937. Foi lente da Aula em sucessão de Alpoim, o capitão Eusebio Antonio de Ribeiros, 1768, *Publ. do Arq. Nac.*, XXI, 391, o mesmo que me-lhorou as fortificações de Santa Catarina e serviu na comissão demar-cadora do Norte.

(2) DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. da Civ. Min.*, p. 80.

lineado por Alpoim, foi edificado por Alexandre Alves Moreira. Maior de todos, o Aleijadinho (Antonio Francisco Lisbôa) ultrapassou os antecessôres, encheu com a sua arte numerosos templos da capitania (1).

### O ALEIJADINHO

Filho do mestre Manuel Francisco Lisbôa, português, bom arquiteto, e de uma negra, Antonio Francisco Lisbôa, o "Aleijadinho", nasceu em 1738 em Vila Rica. Aprendeu a sua arte — de arquitetura, escultura em pedra e madeira e decoração — na oficina paterna (da qual há noticias até 1758) (2). Conhecem-se trabalhos seus a partir de 1766 (o risco da igreja S. Francisco de Assis de Ouro Preto) (3). Documentos ultimamente rastreados dão noticia das seguintes obras do seu cinzel: Carmo do Sabará (1770-71, 1773-74, 1778-83), S. Francisco de Assis de Ouro Preto (1771-74, 1774-75), Morro Grande (1785), Congonhas do Campo (os famosos "passos" e "profétas", 1796-1802) (4). Há mais: em S. João del-Rei, talvez em Mariana... No Rio de Janeiro: Conceição da Boa Morte. Imputaram-lhe, aliás, as melhores cousas do seu officio que se fizeram em Minas na segunda metade do seculo. Fachadas, pulpitos, imagens, altares, gradís,

---

(1) Informação prestada em 1790 pelo vereador de Mariana, Joaquim José da Silva, vd. *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, 1, 169, Ouro Preto 1896.

(2) RODRIGO M. F. DE ANDRADE, pref. a *Em torno da Hist. de Sabará*, p. VI.

(3) Teria sido arquiteto o "Aleijadinho"? José Marianno Filho contestou. Mas consta do Livr. de S. Francisco de Assis, de Ouro Preto, 1774-75, a Antonio Francisco Lisbôa, "do risco da nova portada 14.600". 22 de Junho de 1775. "6 oitavas para determinar um risco para a fatura da nova capela mór que se ha de fazer". (Códice in *Serviço do Patrimônio Histórico*, cm. por Rodrigo M. F. de Andrade).

(4) ZORASTRO VIANNA PASSOS, *Em torno da História de Sabará*, p. 139.

mesmo quadros (1). Atribuíram-lhe tudo: o que é uma fôrma de julgamento. Porque foi o principal. Já o consideravam assim em 1781 — ocasião em que florescia em Ouro Preto as artes plasticas.

“...tanto ao destro estudo  
De Praxiteles não devera a idade” (2).

### ESCULTÔRES E PINTORES

Na Baía, foram escultôres apreciáveis Chagas o cabra, Felix Pereira, Bento Sabino dos Reis; e na pintura religiosa se notabilizaram José Joaquim da Rocha, depois Teófilo de Jesus e, superior aos demais, na linha dos mestres do seu tempo, Antonio Joaquim Franco Velasco (3).

A pintura em Pernambuco teve nomes grandes: José Pinhão de Matos (4), João de Deus Sepulveda, que pintou os tectos da igreja da Conceição dos Militares, de S. Pedro do Recife (5), Luiz Alves Pinto (6), Francisco Alves Xavier (7)... No Rio de Janeiro, José de Oliveira, o mais antigo dos ilustres pintores fluminenses, Leandro Joaquim, João de Souza, Manuel Dias de Oliveira, Manuel da Cunha, que retratou o conde de Bobadela e pintou o tecto da capela do Se-

(1) ZOROASTRO VIANNA PASSOS, *Aleijadinho pintor?* p. 17, Belo Horizonte 1941. O A. possui uma tela, datada de 1773, com as iniciais A. F. I.. Em 1860 o Aleijadinho executou para o Carmo de Sabará o risco do retábulo do altar-mór. Seria pintura ou apenas talha? Que era forte em desenho, no-lo diz o seu primeiro biógrafo, Rodrigo Bretas.

(2) CLAUDIO, *Vila Rica, Obras*, IV, 257.

(3) MANUEL QUIRINO, *As Artes na Bahia*, p. 19, Bahia 1913.

(4) MANUEL QUIRINO, *Artistas Bahianos*, ps. 43-46, Rio 1909.

(5) LORETO COUTO, *Des. de Pern., An. da Bibl. Nac.*, XXV, 36-7.

(6) Conego CARMO BARATA, *Rev. do Inst. Arqueol*, XXIX, 143.

(7) Em 1791 pintou os painéis da sacristia de S. Bento de Olinda, obra mandada fazer por D. fr. Miguel Arcangelo da Anunciação. Cobrou 19\$ por painel.

nhor dos Passos, na capela Real (1), João Francisco, Muzi, José Leandro de Carvalho (2). Escultôres: o mestre Valentim da Fonseca e Silva, chefe da escola, o fluminense Gaspar Antonio Ribeiro (3)...

---

(1) MARQUES DOS SANTOS, *Anais do 3.º Congr. de Historia Natural*, VIII, 450.

(2) MACEDO, *Um passeio no Rio de Janeiro*, II 197; Marques dos Santos, *op. cit.*, VIII, 458. Manuel da Cunha foi escravo e elevou-se a mestre pintor pelo talento espontaneo, que desenvolveu em inúmeros trabalhos estimaveis. Distinguiu-se como excelente retratista.

(3) VARNHAGEN, *op. cit.*, V, 72-3. Mestre Inácio fez a talha do Carmo (Catedral, 1785); Antonio Francisco Soares foi hábil cenografo; Frei Francisco Solano, magistral decorador...

## ORGANIZAÇÃO DA COLONIA

## CÓDIGOS E LEIS

A organização do “Estado do Brasil” não obedecia — no seculo XVIII — a normas prefixadas, ou ao sistêma de forais (ou cartas) que a regulassem. Não se tratou nunca, depois dos *Regimentos* anteriormente referidos, o ultimo o de Roque da Costa Barreto, em 1677 — da codificação daqueles dispositivos, que dariam, se coligidos e metodizados, um corpo de doutrina, comparavel a uma Constituição. Já o bacharel de Coimbra, Antonio Barnabé Elescano Barreto e Aragão, escrevera a “*Instituta do Direito Público da Nação, e Monarquia Portuguesa. Deduzida das Leis Constitutivas e Fundamentais do seu Estado: Usos, Costumes Legitimos, Artigos de Côrtes, e outros Autenticos Monumentos, que constituem, e organizam o Corpo Sistemático dos seus elementares Principios...*” (1). No reinado de D. Maria I se cuidou dessa “consolidação” (Decr. de 31 de Março de 1778), que, em “novo Código”, feito por uma comissão de juristas, recopilasse as leis “dispersas e extravagantes”. Esbarrou o trabalho no desinteresse do governo e acabou arquivado entre os papeis inúteis, embora, em 1789, estivessem prontas as partes de Direito Publico, Co-

---

(1) *Catálogo de Manuscritos*, Cod. 556-630, Bol. da Univ. de Coimbra, p. 116.

mercial e Testamentário (1). Mello Freire apresentou um projeto de Direito Público. Fez melhor o governador da Baía, D. Fernando José de Portugal, limitando-se a anotar, com a legislação flutuante, o primoroso Regimento de Roque da Costa (2). As pesquisas do governador, inclinado a escrever a história de sua capitania, se reportou elogiosamente Luiz dos Santos Vilhena (3). Talvez quizesse pôr ordem àquele material fragmentário, antecipando-se ao Código, de que tanto se falava. Mas a falta do sistema rígido, ou classificado, não importa a ausencia d'uma orgnização de linhas nitidas. Fizêra-se por uma evolução rápida, em que primava o espirito português de vida municipal, harmonizado com as conveniencias coloniais da descentralização, do quasi-feudalismo militar, da minuciosa distribuição da justiça.

## REGIMENTOS

Os Regimentos, certo, valiam por uma Constituição regional, que limitava, em proveito da eficiencia do governo, o poder pessoal — e despótico — dos capitães-generais. Tinham, porém, o caracter d'uma Carta passada ao destinatário e adstrita à sua jurisdição (4).

---

(1) CANDIDO MENDES DE ALMEIDA, *Código Filipino*, I, XXXIII, Rio 1870. Depois, o primeiro ensaio de codificação administrativa em Portugal foi em 1836, MARCELLO CAETANO, *A codificação Administrativa*, p. 5, Lisboa, 1935. As várias coleções de leis se refere Candido Mendes, na bibli. que abre o *Cód. Filipino*. — Que os códigos portugueses (as tres *Ordenações*) eram os mais velhos da Europa, mostrara Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, contestando BENTHAM (*Que he o Código Civil.*, IV, Lisboa 1822).

(2) Vd. *Documentos Históricos* (Bibl. Nac.), vol. 6.º, "in line".

(3) *Cartas Soteropolitanas*, II, 446.

(4) Dos regimentos dos governadores de Pernambuco e do Rio de Janeiro, trata J. F. LISBOA, *Obras*, II, 151. André Vidal levou regimento para o Maranhão, 1655. Para a Bahia, foi o ultimo o de Roque da Costa, como tal anotado por D. Fernando José de Portugal, a que aludimos no 2.º tomo desta *História*, p. 345.

Tomaram depois o nome de *Instruções* (1).

Por esse tempo nada restava do primitivo sistema das capitâneas hereditárias.

### FIM DAS CAPITANIAS

Caducára de fato — no seculo anterior, o velho tipo de capitâneas particulares, sem razão de ser com a defesa da terra pela corôa, a colonização intensiva e os seus aumentos. D. João V e seu sucessor, D. José I, souberam liquidar uma situação incômoda, que vinha do passado — os titulares das capitâneas a quererem governá-las de longe — comprando-as por dinheiro e honras. Foi-lhes fácil a reincorporação.

Pernambuco desde a restauração, em 1654, pertencia à corôa, que acusára o donatário, Duarte de Albuquerque, de a ter abandonado na guerra aos holandêses. Tanto este como os herdeiros (o conde de Vimioso e seu filho natural, o ilustre D. Francisco de Portugal e Castro) se opuzeram, nos tribunais, à expropriação. Embora com sentenças a eles contrárias, entendeu D. João V de completar a “compra”, conferindo a D. Francisco, em 10 de Março de 1716, o titulo de marquês de Valença, com 80 mil cruzados de indenização pagos em dez anuidades (2). Esse beneficio punha ponto final ao litigio quasi secular.

---

(1) Assim: *Instruções* a José d'Almeida Vasconcelos, governador de Goiaz, 1 de Outubro de 1771; a Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso, 1772, Virgilio Correa Filho, Luiz de Albuquerque, in *Anais do 3.º Congresso de Hist. Nac.*, V, 172; ao governador do Maranhão, 1775. (VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 310); a D. Antonio de Noronha, governador das Minas, 1775, *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, XVI, 464-71; ao marquês de Valença, governador da Bahia, 10 de Setembro de 1779, *Invent. dos Docs.*, II, 437; ao 1.º governador de Paraiíba, 23 de Outubro de 1797, VARNHAGEN, *ibid.*, V, 80.

(2) *Rev. do Inst. Arqueol. Pernambucano*, n. 48, p. 26 (Recife 1896).



O marquês de Cascais, donatario de S. Vicente e Santos, pediu licença, em 1709, para vender a sua propriedade a José de Góes de Moraes, opulento paulista, por 40 mil cruzados (1). Falou-se numa contra-offerta, dos moradores de S. Paulo, para terem a preferencia, que o rei tomou para si, mandando, em 4 de Abril de 1709, fosse adquirida para a corôa pelo mesmo preço.

O donatario da capitania do Espirito Santo (Manuel Garcia Pimentel) morrêra sem filhos. O herdeiro, seu primo Cosme Rolim de Moura, vendeu-a a el-rei por 40 mil cruzados, em 6 de Abril de 1718 (2).

Parece que D. João V mudou de politica em 1728, reconhecendo de novo o direito do visconde de Asseca à Paraíba do Sul, onde floresciaam as vilas de S. Salvador dos Campos e S. João da Barra. Os municipes não concordaram com a submissão ao senhorio, de que se julgavam fôrros; e de tal sorte pugnaram pelas suas prerogativas, que achou preferivel D. José I ficar com a capitania, e não sómente esta, como as que ainda estavam no dominio particular. O bispo Azeredo Coutinho attribuiu à intervenção do pae, Sebastião da Cunha Coutinho Rangel (1750), essa prudente orientação: "Não só a dita Donataria (Campos), mas tambem todas as outras..." (3).

A cronologia das anexações confirma o depoimento.

---

(1) *Invent. dos Docs.* VI, 319.. Finalizou-se a transação em 1753, recebendo o 5.º conde da Ilha do Príncipe o título de conde de Lumiares com diversos privilegios e mercês, R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 305.

(2) Manuel Garcia era filho de Francisco Gil de Araujo, vd. *Rev. do Inst. Hist.*, XIX, 340; VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 29.

(3) *Ensaio Económico sobre o commercio de Portugal e suas colonias*, p. 65, Lisboa, 1816.

Absorveu a corôa as capitanias de Cameté (1), Marajó (2), Caité (3), Cumá (4), Itamaracá (5), Paraguassú (6), Itaparica (7), Ilhéos (8), Porto Seguro (9), Campos de Goitacazes (10).

## O GOVERNADOR GERAL

A organização administrativa afrouxou, em seguida, os laços "nacionais", consolidados no seculo precedente: o absolutismo significava unidade em Portugal (contra a nobreza privilegiada, contra as ordens religiosas, contra os competidôres da autoridade real); quiz ser "provincialista" no Brasil québrando a antiga estrutura do governo. De certo o da Baía nunca fôra, de 1549 a 1700, centralizante ou absorvente: mas até aí não se lhe discutira a primazia no "Estado do Brasil".

(1) A capitania dos Coelho de Carvalho foi incorporada á corôa pela c. r. de 1 de Junho de 1752. Custou 1:200\$. VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 303.

(2) Em Maio de 1754 a Ilha de Joanes (Marajó) foi comprada pelo título de visconde de Mesquitela e 60 mil cruzados que recebeu Luiz de Souza de Macedo, ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, in *Rev. do Inst. Hist.*, III, 413. Vd. também R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, IV, 304; retifica a quantia indicada.

(3) 15 de Novembro de 1753, R. GARCIA, *op. cit.*, IV, 304.

(4) Estava unida á de Cameté, lembra VARNHAGEN, *ibid.*

(5) Vendida pelos marqueses de Lourical, herdeiros do de Cascais, VARNHAGEN, *op. cit.*, *loc. cit.*

(6) Trata-se da capitania de D. Alvaro da Costa, da bôca do Paraguassú á do Jaguaribe. O ultimo donatario, D. José da Costa, morreu sem successão em 1766.

(7) E' a sesmaria do conde de Castanheira, de 1552, que passou á casa de Cascais, R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.*

(8) Em 10 de Junho de 1754 vendeu-a D. Antonio José de Castro pelo título de conde de Rezende e pensão de dous contos de réis, VARNHAGEN, *op. cit.*

(9) Pertencia ao marquês de Gouvêia, executado como regicida em 1759. Em cumprimento da sentença, os seus bens foram confiscados pela corôa.

(10) Aos viscondes de Asséca, pelo padrão de 1:600\$, diz VARNHAGEN, *ibid.* Da venda trata ALBERTO LAMEGO, *A Terra Goitacá*, II, 455-7. Os Assécas, note-se, foram dos poucos donatarios que cometeram atos diréto de posse e administração, como diremos no capitulo proprio.

Em 19 de Janeiro de 1702 decidiu o Conselho Ultramarino, em carta para D. João de Lencastro: "...Ainda que se uniram ao governo de Pernambuco as capitãncias do Assú e Rio Grande, sempre estas ficam subordinadas a esse Governo Geral da Baía, assim como as mais, que são do Governo de Pernambuco..." (1). Subordinação, no caso confirmava a preeminência de sempre, recomendada, acentuada em provisões de 1716, de 1724, que mandavam depender do governador geral os capitães generais (2). A metropole mudou de doutrina em 1729, no periodo do vice-rei conde de Sabugosa. Esclareceu em 1765 Pombal, escrevendo ao marquês de Lavradio: "não proviam (os vice-reis) os postos nem governavam nas outras capitãncias, as quais tinham governadores immediatos da S. M., pratica em que se fundou a provisão de 29 de Janeiro de 1729, expedida a Vasco Fernandes Cesar; devendo no Rio de Janeiro proceder-se do mesmo modo em relação a Baía e Pernambuco" (3). Portanto, ainda no reinado de D. João V, perdeu o centro politico, que era a capital, a Baía, a função unificadora que já não convinha ao regime dos "delegados de confiança", expedidos para as capitãncias, praticamente separadas umas das outras, para se entenderem diretamente com o governo de Lisboa. Vimos que Gomes Freire, a governar o Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Gerais, regia o sul — como outr'ora, no tempo da divisão do Brasil em duas secções — independente do vice-rei. Este, chefe nominal da colonia, e sómente isto, limitava o seu poder às capitãncias da

---

(1) *Doc. Hist.*, XXXIV, 204.

(2) Cf. JOÃO FRANCISCO LISBÔA, *Obras*, II, 151. Também ordem de 12 de Dez. de 1717, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVI, 338. Outra, de 26 de Outubro de 1722: que o governador de Minas Gerais sempre desse conta do seu governo ao vice-rei, mesmo quando nada houvesse de importante, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVI, 339.

(3) *Publ. do Arq. Nac.*, III, 6-7.

Baía e adjacentes (até 1763, quando a séde do governo foi transferida para o Rio), tendo com as demais relações de correspondencia que as não vinculavam à sua autoridade. No Rio o vice-rei é mais capitão general da parte do sul do que representante da corôa para todo o territorio (1763-1808).

### AS CAMARAS

Os capitães generais, de começo com poderes adstritos à ordem militar, à vigilancia da tranquillidade geral, passaram a intervir em todos os assuntos, de commercio, navegação, produção, municipio, justiça, à imitação do governo real no apogeu do absolutismo. A incorporação à corôa das capitánias era um detalhe (1). Importava mais a supressão dos velhos privilegios comunais. No dia em que os governadores puzessem mão neles — livre escôlha de vereadôres, resistencia, em nome das respectivas populaçôes, às ordens abusivas, direito de petição a el-rei, contra elas — estaria extinta uma das conquistas essenciaes dos colonos, em bem de sua sociedade, de seus interesses: a autonomia dos municipios tradicionais. Dificilmente subsistiria, no seculo da concentração monárquica, da maxima autoridade atribuida, pratica e teóricamente, ao soberano e seus prepostos.

A reforma do tempo de D. João de Lencastro já reduzira a Camara da Baía a um grêmio de estricta colaboração com o governador geral, formado com os personagens que o tribunal da Relação indicava ao

---

(1) Aliás bem fraco poder retinham os donatarios. O de Santos, por exemplo, ficava apenas com o direito de nomear capitão-mór, carta régia de 29 de Setembro de 1699, *Doc. Hist.*, VI, 298. Nenhum capitão-mór podia servir mais de tres anos, c. régia de 1712, *Doc. Hist.*, XLIII, 33.

Desembargo do Paço — alheios à cabala, às correntes combativas de opinião. Daí o conflito de 1711, do juiz do povo (e dos mistéres) contra os vereadores, espécie de rompimento, do grupo autonomo com a secção burocratica do governo municipal, de que resultou a eliminação do primeiro. De então por diante, o representante régio reprime, domina as Camaras, ao sabôr das conveniencias do Estado, das necessidades que só ele interpreta e define. Assim em 1737, na Baía (1). Luiz Vahia Monteiro, no Rio de Janeiro, em 1728, positivou a doutrina da supremacia dos capitães generais. “Tenho observado (escreveu) que tudo quanto dizem e fazem as Camaras é inutil, e o mais das vezes prejudicial ao serviço de Deus e de V. Maj., e bem publico. Elas se compõem de quatro homens, que nenhum deles pensa em outra cousa mais que em possuir aquela autoridade, e depois de a terem, em a desautorizar...” (2). E Gomes Freire, em 1752: “...As Camaras quasi sempre seguem, aprovam e fazem o que lhe influem os Ouvidores...” (3).

### CORREGEDORES

Os Provimentos dos ouvidôres (o primeiro, de 1548) suprimam por vezes a ignorancia do Direito portuguez e dos estilos municipais, tomando a feição de códigos... “com que se dá a forma do Governo economico desta Vila e seu termo, e por se acharem confirmados por Sua Majestade servindo-lhe por isso de Lei”, notou, em 1797, o escrivão da Camara de Paranaçuá, a proposito dos *Provimentos* de Rafael Pires

---

(1) ACCIOLI, *Mem. Hist.*, II, 176.

(2) *Publ. do Arq. Nac.*, XV, 253.

(3) *Rev. do Arq. Publ. Mtn.*, XXI, 527.

Pardinho, em 1721, lançados aliás em livro próprio (1). Em correição pelas Vilas da Comarca, observava o magistrado a “legalidade” daquele governo local: “Há alguma postura ou posturas perniciosas à Republica, que seja preciso revogar? ou querem fazer alguma nova para o bem comum?” (2).

### ALTERNATIVA...

Mas os progressos visíveis do nativismo — como oposição de filhos da terra aos “reinões” — rolaram dos conventos para as ruas, na evolução logica desse dissentimento, latente. As querelas de frades, proseguíam. O padre geral da ordem franciscana, por exemplo, determinou, em 1719, a “alternativa”, na entrada de noviços, brasileiros e portugueses (3). Com isto restabeleceu a paz na provincia do Rio de Janeiro. Recrudescceu a discórdia em 1738 (4). Atenuou-se em seguida, sem acabar nunca.

A representação “alternativa”, dos conventos, exprimia a mesma necessidade de compensação imposta às Camaras, com a “paridade” — como depois das lutas de Pires e Camargo, em S. Paulo (5). Em 1718, insistia o capitão general das Minas, D. Pedro de

---

(1) MOISÉS MARCONDES, *Documentos para a História do Paraná*, ps. 8-9, Rio 1923. Era o direito administrativo adstrito à vila, regulando-lhe os serviços, competência de autoridades, interesses comuns, o princípio do bem geral... Estabelecia a solução dos problemas mais frequentes do município e da usual interpretação do direito aplicável.

(2) Visita do corregedor em 1756, cf. JULIO FEYDIT, *Subsidios para a História dos Campos de Gottacazes*, p. 258, Campos 1900.

(3) Frei JOÃO JOSÉ PEDREIRA DE CASTRO, *Vida e Virtudes de fr. Fabiano de Cristo*, p. 69, Petrópolis 1930.

(4) Fr. JOÃO JOSÉ, *op. cit.*, p. 69.

(5) Vd. 2.º tomo desta obra ,p. 137.

Almeida: “nas eleições da Camara haja numero igual de uns e de outros”, paulistas e reinóis, por que se conciliassem... (1).

### MISTÉRES

Os quatro mistéres ainda aparecem nas Camaras do seculo XVIII. Assim em Vila Rica, vereação de 28 de Janeiro de 1716: “Fizeram eleições dos juizes e dos officiais de carpinteiro, sapateiro, ferreiro e alfaiates, em cujas eleições viéram votar todos os officiais cada um no seu officio, e saíu para juiz dos carpinteiros Manuel Ferreira da Fonseca...” (2).

Caíra em desuso no seculo anterior — como por vezes repararam os vereadores da Baía (3) — a instituição das corporações (4). Dela persistiu o juiz do povo e mistéres, heróe da resistencia popular de 1710, e a quem Saint-Hilaire ainda encontrou nas Miras Gerais, “simples titulo...” (5).

(1) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, II vol., p. 468.

(2) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, p. 12. Repetiu-se a mesma eleição em 1717, *ibid.*, p. 27, em 1718, *ib.*, p. 60, parece que a ultima, pois não mais consta das *atas* de Vila Rica. — Do regimento dos preços, da comarca de Icó, Ceará, em 1739, se deduz que os officios eram vigiados, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXV, 223.. — Em Vião, no Rio Grande, por não haver juiz de officios, foi mandado eleger em 1770, *Boletim Municipal*, vol. 4, n.º 9, p. 505. Foram creados juizes de carpinteiro, alfaiate, sapateiro.

(3) *Livr. de Atas da Camara da Bahia*, ms. séc. XVII. Em 1656, v. g. os ainda havia o juiz do povo e “os dous 15 misteres...”, *Atas*, ms. inéd.

(4) Vd. a minuciosa regulamentação tipica, in *Livro dos Regimentos dos Officiais mecânicos da mul. nobre...* Lisboa, publ. por Vergilio Correia, Coimbra 1926.

O nome que ficou, “rua dos Ourives”, por exemplo, não é uma sugestão daquele corporativismo, porém consequência da ordem que se deu aos ourives (assim na Bahia em 1751) para usarem uma mesma rua, o que facilitava a fiscalização. O mesmo em Lisboa: rua do Ouro, rua da Prata. No Rio de Janeiro, em 1624 pedira a Camara licença para eleger dous misteres. Havia quatro em 1661. Cada um tinha a sua bandeira, consagrada ao santo do seu “officio”, costume que persistiu. VIEIRA FAZENDA. *Rev. do Inst. Hist.*, v. 86, ps. 152-8.

(5) *Vlagem pelas provincias de Rio de Janeiro e Minas*, I, 315, trad. de Clado Lessa.

## A JUSTIÇA

Até 1812 houve dous tribunais de Relação, na Baía (creado de novo em 1652) e no Rio de Janeiro (em 1753). Compunham-se de dez desembargadores, sendo cinco agravistas, dous ouvidores gerais (civil e crime), um juiz e um procurador da corôa e fazenda, o chanceler, e, para presidí-los, o governador. Se as causas valiam mais de 1:200\$, cabiã apelação para a Casa da Suplicação de Lisbôa (neste caso tribunal Supremo). Representavam a primeira instancia os vários juizes singulares: ouvidôres gerais, nas comarcas, juizes de fóra, nos termos, ouvidôres de capitania, juizes de orfãos trienais nas vilas populosas, etc. A criação das *varas* inspirava-se no desenvolvimento local. À medida que prosperavam as vilas, depois de 1696, tinham o seu juiz de fóra, bacharel, em inicio de carreira. A Baía teve juiz do crime em 1742, juiz de orfãos em 1727 (1). Depois de 1696, o ouvidor geral se tornou tambem provedor da comarca, emquanto aqueles juizes se limitavam ao termo da cidade (2).

A inconveniencia de apelações demoradas e a necessidade de pronta justiça aconselharam a nomeação de “juntas” que, em diversas capitanias, funcionaram como tribunal irrecorrivel — na hipotese de crimes contra a “paz pública”. Em Minas Gerais (C. R. de 24 de Janeiro de 1775) julgava “observados somente os termos do Direito Natural”, em “tão abominaveis crimes”: constituia-se a junta com cinco

---

(1) Alv. de 2 de Maio de 1731 creou juizes de orfãos trienais nas vilas de mais de 400 vizinhos. Sobre a distribuição de funções, Vd. SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Prov. de Rio de Janeiro e Minas*, trad. de CLADO LESSA, I, 306. O primeiro juiz de fora do Rio de Janeiro foi, em 1703, Francisco Leitão de Carvalho, *An. da Bibl. Nac.*, L, 97.

(2) Vd. VILHENA, *Cartas*, II, 331.



ministros letrados da vila-capital ou das mais proximas, e na sua falta, de "quaisquer advogados de bõa nota" escolhidos pelo governador (1)

## DIREITOS

O absolutismo ampliára o arbitrio judiciario, restringindo o direito velho, de que havia grandes documentos. Já não se tratava do direito comum. "Honras, privilegios, isenções e liberdades de cidadãos da cidade do Porto" (de 1490) — por que fossem amparados, contra os desatinos de autoridades desrespeitosas (2) — tinham sido sucessivamente conferidos ao Rio de Janeiro (10 de Fevereiro de 1642) (3), Maranhão (1645), Baía (1646), Pernambuco, Pará (1655), S. Paulo (1715) (4). Cartas regias de 1709 e 1715 proibiam que os governadores se imiscuissem nos processos judiciaes. Não podia ter ninguem preso mais de oito dias sem o comunicar ao ouvidor (C. R. de 1 de Dezembro de 1721, advertindo ao governa-

---

(1) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVI, 472.

(2) Pelos privilegios dos cidadãos do Porto, ficavam isentos os colonos de dar aposentadoria, ceder gados e criados para a guerra, e só podiam ser presos nos castelos ou em suas casas, sem poder ser postos a tormento, VARNHAGEN, *ibid.*, III, 167. No século anterior, antes de 1646, muito se queixaram os habitantes da Bahia da occupação de suas moradas pelos soldados e marinheiros da armada, que frequentavam o porto. A concessão daqueles privilegios obviou a tais abusos.

(3) Doc. in R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.*, III, 177.

(4) VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, IV, 24. Uma velha paulista em Pitangui — 1750 — reclamando contra a prisão do filho, invocou: "Em S. Paulo me lembro e melhor o ha-de Você saber que logramos o privilegio de Pires e Camargos não poderem ser presos em cadeias públicas sem terem crimes de môr ou contra lesa-majestade e não serem obrigados para soldados senão para defenderem a vila de Santos e recentemente este nosso Rei o tem confirmado..." Doc. in *Rev. do Arq. Publ. Min.*, IX, 98

Quanto ao recrutamento, o vice-rei pedia, para um dos capitães do Reconcavo da Bahia, 24 de Set. de 1718: "pegue geralmente com todos os moradores que tiverem 2 a 3 filhos e m'os remeta para haver de assentar praça", *Doc. Hist.*, XLIII, 135.

dor Berredo, do Maranhão...) Agora, mandariam para Lisbôa, a explicações, o ministro letrado que lhes incomodasse a administração (Aviso de 7 de Julho de 1757), presidiam às Juntas de Justiça (C.R. de 20 de Outubro de 1753, 1758, 1775, 1777...) e Fazenda (C.R. de 24 de Outubro de 1761, 7 de Setembro de 71, 7 de Julho de 74)...

As leis severas de repressão à rebeldia ou resistência dos súditos, agravadas no período pombalino, sacrificaram o melhor daquelas "liberdades" individuais. Poderia dizer um político da primeira geração do Império: "A propriedade no antigo governo despótico era um direito tão precário como todos os outros direitos do Cidadão brasileiro; sua existência dependia do arbitrio dos Empregados públicos, arbitrio então ordinariamente desregrado, e exercido em prejuízo do Povo. Ai do desgraçado que nesses calamitosos tempos ousava levantar a sua voz, e reclamar contra a violação de seus direitos!" (1).

## AS JUNTAS

Os antigos provedores da fazenda (coêvos do primeiro governo geral) foram substituídos pela Junta da fazenda, composta do ouvidor, d'um procurador letrado, do tesoureiro geral e do escrivão, e diretamente dependente do Real Erario (2). "Estabelecerá igualmente a Junta uma Contadoria a cargo da Fazenda, onde se guardem todos os papeis e contas..."

(1) BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELOS, *Carta aos Eleitores*, *Rev. do Arq. Publ., Min.*, IX, 215.

(2) O Real Erario data de 22 de Dezembro de 1762. Em 1767 vieram ao Brasil dous funcionarios pôr em arrematação os rendimentos e ensinar a escrituração para conformidade do que se pratica no Erario Régio...", Carnaxide, *O Brasil na administração pombalina*, p. 109.

A Junta era presidida pelo governador (C. R. de 24 de Outubro de 1761, de 7 de Setembro de 71, de 7 de Julho de 74...).

(1). O cargo de Provedor-mór da fazenda foi extinto na Bahia em 1770, e creado o de Intendente da Marinha e Armazens Reais (2). Outros tribunais surgiram: Mesa de Inspeção do Açucar e tabaco, Intendencia geral do ouro, tribunal da alfandega, tribunal da arrecadação do subsidio voluntário, com um funcionalismo, na Baía, de 500 pessoas... (3).

Organizava-se o Estado.

---

(1) *Doc. Inter. para a Hist. de S. Paulo*, XLIII, 11. Foi creada em S. Paulo, C. R. de 7 de Julho de 1774, como fora no Rio, 24 de Out. de 61, em Minas, 6 de Março de 65, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVI, 417, A da Bahia, como explicam as Instr. que trouxe o marquês de Valença, 1779, compunha-se do governador, do chanceler, do procurador da corôa, do intendente de marinha, um tesoureiro e um escrivão.

(2) Observ. de D. Fernando José de Portugal ao Regimento de Roque da Costa, *Doc. Hist.*, VI, 334.

(3) Instr. do marq. de Valença, *Invent. dos Docs.* II, 441.

## HISTORIA REGIONAL: O NORTE

## O PARA'

O Pará, até o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1753-69, teve vida tranquila e modesta. Era mais territorio de missões religiosas do que capitania real. Os jesuitas administravam 10 aldeias, 15 os carmelitas, os franciscanos 9, os da provincia da Conceição 7, os da Piedade 10, os mercedarios 3. Cada um desses povoados era uma cidade em miniatura, onde os indios conservavam a sua raça, a sua lingua, os costumes adoçados pela catequese, e produziam abundante riqueza agricola e extrativa: fumo, cacão, açúcar, especiarias. Creado o bispado de Belem do Pará, pela Bula de 4 de Março de 1719, o primeiro prelado, D. fr. Bartolomeu do Pilar, lá chegou em 1724 (1). A cidade era pobre e acanhada. Em 1756 a Camara Municipal arrecadava apenas 763\$780; gastava 215\$000 (2). A sua imponente catedral é de 1748-70. Tres navios por ano bastavam para a exportação — até 1749. Com o aumento do

---

(1) D. João V pedira a criação da diocese do Pará nas instruções que deu ao embaixador André de Melo e Castro — o da triunfal embaixada — em 1709, portanto dez anos antes da Bula, EDUARDO BRAZÃO, *D. João V e a Santa Sé*, p. 14, Coimbra 1937.

(2) TEODORO BRAGA, *História do Pará*, p. 97, ed. da Comp. Melhor. de S. Paulo. A população de Belem por 1750 era de mil chefes de familia e 6.574 vizinhos. BAENA, *Compendio das Eras*, e JORGE HURLEY, *Noções de História do Brasil e do Pará*, p. 375. Descreve o Pará de 1761 o bispo D. fr. JOÃO DE S. JOSEPH nas *Memórias Inéditas*, ed. de Camillo Castello Branco (viagem de Belem a Ourém e Bragança).

comercio, o problema da moéda se lhe tornou premente. Já por Bando de 28 de Junho de 1726 se cominára pena de degredo para quem recusasse a moéda matelica, mandada correr em substituição dos novelos e rôlos de pano, que mais de um seculo foram aí os instrumentos de troca. Custou o povo a acostumar-se com a moéda de verdade. Mas prevaleceu a circulação metalica. De acôrdo com as idéas do irmão, marquês de Pombal, alvitrou Mendonça Furtado a fundação da companhia mercantil, que durou de 1755 a 78. Meteu ela no Pará 12.587 escravos negros, empregados nas plantações de cacáo e café, desenvolvidas com a alta crescente dos preços (1), depois de 1775; e animou de inicio a praça de Belem, onde construções vastas se ergueram a esse tempo. Assim o palacio do governo (arquiteto Landi), 1761-71; as igrejas cathedral, do Carmo, de N. S. de Nazareth (2), o seminário, que o padre Malagrida creou em 1749, com vinte alunos (3), e que o bispo frei Miguel de Bulhões (tão infenso aos jesuitas) transformou em diocesano, para a formação de sacerdotes (4).

Expulsos os jesuitas, a tarefa, que ao governo competia, de continuar-lhes as "missões", pondo ordem às aldeias, foi superior às forças de Mendonça

---

(1) Domingos Barbosa Bacellar colhia 1.500 arrôbas de cacáo, que vendia no Pará a 4\$800 a arrôba, *Memórias Inéditas* de Fr. JOÃO DE S. JOSEPH, p. 197. Havia no Pará em 1730 cerca de milhão e meio de pés de cacau, subindo a exportação, em 1750, a 64.427 arrobas (27.181 em 1800, a 2\$400). MIGUEL CALMON, *Notas acerca da produção e comercio do Cacau*, p. 11, Rio 1917.

(2) As romarias famosas á ermida da Senhora de Nazareth datam desse tempo. Em 1793, determinou o capitão general que se fizesse uma feira anual no largo da igreja, por ocasião da festa. Quanto á igreja do Colegio em Belem (S. Francisco Xavier), primôr da arte jesuítica, inaugurara-se em 1718 ou 19, P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, III, 217. Este sábio autor nos diz como se formavam esculptores e pintores nos Colegios da Companhia, "incipientes Academias de Belas Artes".

(3) Vd. P. PAULO MURY, *História de Gabriel Matagrida*, ed. de Camillo, p. 110. Abriu-se em 1749, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, III, 225.

(4) FERREIRA REIS, *A Política de Portugal no Vale amazônico*, p. 75, Belem 1940. Aí a síntese dos atos relativos á instrução na capitania.

Furtado e de seus sucessôres. A população ressentia-se da barbárie em que andava envôlta, longe dos centros civilizados, aliás escassos e humildes; e ainda a lingua tupí sobrepujava a portugueza, na vida comum (1).

O governador D. Francisco Mauricio de Souza Coutinho (irmão de D. Rodrigo) levou no cargo treze anos (1790-1803). Cumprindo carta-régia de 1796, creou em 1798 um jardim botânico, cuja direção confiou a um francês emigrado da Guiana (2). Teve aí 2.362 plantas! Propoz a supressão do regime do Directorio dos índios, por que não sofressem estes nenhuma restrição mais à sua liberdade (do que resultou a carta-régia de 12 de Maio de 1798), e promoveu a intensa importação de negros escravos para as novas lavouras do Pará.

Constou que o marquês de Pombal imaginára mudar a séde da monarquia de Lisboa para o Pará. E não faltou quem apontasse as suntuosas construções do seu tempo como um testemunho do projecto (3). Mas não há documentos que o mencionem. Indubitavel é a importancia que assumira o vale do Amazonas na economia e na politica de Portugal. Destacada a capitania do Rio Negro, em 1755, Maranhão e Piauí foram tambem apartadas do Pará em 1774 (Alvará de 9 de Julho).

---

(1) FERREIRA REIS, *op. cit.*, ps. 78-9.

(2) O director foi o emigrado Michel du Grenouiller, que morreu no Pará pouco depois, sucedendo-lhe outro francês de Caiena, Jacques Sahut, M. BARATA, *Apont. para as Efem. Paraenses*, 106, e R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *op. cit.*, V, 74.

As ordens régias para a fundação de hortos do mesmo tipo foram cumpridas sucessivamente em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro. *do Arq. Pub. Min.*, IV, 215.

(3) A suposição provem de uma *biografia* de Pombal, feita por seus inimigos, e foi acolhida, entre outros, por VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, p. 967 da 2.<sup>a</sup> ed. Não lhe dá crédito J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Novas Epanáforas*, p. 24, Lisboa 1932. D. Luiz da Cunha, sim, na *Instrução* a Marco Antonio de Azevedo Coutinho para quando fosse ministro de Estado,

## RIO NEGRO

Por sugestão de Mendonça Furtado, a carta régia de 3 de Março de 1755 creou a capitania de S. José do Rio Negro. Mendonça cumpriu a ordem em 1757, instalando o novo governo na aldeia de Mariuá (em lugar de S. José do Javari, a que se referira a carta-régia), onde ficou até 1791 (1). Marcou-lhe os limites o seu primeiro administrador, o coronel Mello Povoas (2). E — com a expulsão dos jesuitas — elevou à categoria de vila, com nomes portugueses, várias aldeias: Serpa, Silves, Teffé, S. Paulo de Olivença... O 1.º ouvidor da capitania, bacharel Lourenço Pereira da Costa, veio em 1760. Em 1771 teve o seu tribunal de fazenda. Em 73 era ouvidor, provedor da fazenda e intendente de agricultura o Dr. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que escreveu os primeiros informes estatísticos e científicos sobre essa parte da Amazonia (3). Não havia aí uma só escola. A população não passava de 936 brancos, 193 africa-

---

sugeriu se mudasse o rei para o Brasil "e nele tomasse o título de imperador do Ocidente..." Mas indicava o Rio de Janeiro para cabeça do imperio. J. LÚCIO D'AZEVEDO, *op. cit.*, p. 25. Em 1762, em todo caso, não dez anos antes, a ameaça de guerra na península atualizou o alvitre, vagamente recordado por ocasião do terremoto de 1755... O proprio Pombal revelou que então pensara armar uma frota, e embarcar "em uma noite Sua Majestade com toda sua Real familia e saírem na primeira maré pela barra fóra, na dita esquadra, a demandarem o porto do Rio de Janeiro". (*Carta de 1779*, in ROCHA MARTINS, *O Marquês de Pombal Desterrado*, p. 18, Lisboa 1939).

(1) FERREIRA REIS, *História do Amazonas*, ps. 107-8. Mariuá foi elevada a vila, com o nome de Barcelos, em 6 de Maio de 1758. O 1.º governador do Pará foi sobrinho alim de Mendonça, coronel Joaquim de Mello e Póvoas. A criação da capitania servia de "base para a defesa da comunicação fluvial de Mato Grosso", J. LÚCIO D'AZEVEDO, *Novas Epanúforas*, p. 14.

(2) Limitava a oeste com as possessões espanholas; com Mato Grosso pela cachoeira de Araraguari, hoje Santo Antonio; com o Pará pelo Nhamundá até sua foz no Amazonas. FERREIRA REIS, *ibid.*, p. 109.

(3) O recenseamento de Sampaio é de 1775. A capitania produzia então 12.086 arrobas de cacau, apenas 470 de café (do qual havia 220.920 pés, e 90.950 de cacau, 47.700 de tabaco, 870 de algodão). FERREIRA REIS, *ibid.*, p. 117.

nos, 10. 620 índios mansos (1). Mesquinha a capital: 161 brancos, 59 negros, 725 cabôçlos... Transferiu-a o governador Lobo d'Almada, em 1791, para o Logar da Barra, junto ao fortim de S. José, mais populoso e sadio do que Barcelos. A carta régia de 2 de Agosto de 98 mandou que voltasse à antiga capital, onde em 1799 faleceu aquele abnegado militar, depois de treze anos de bom governo. Mas o Logar de Barra foi novamente preferido (29 de Março de 1808): chamar-se-ia Manáos em 1833 (2).

As comissões demarcadôras da fronteira espalharam-se largo tempo pelos afluentes do Amazonas, observando os rios lindeiros, a orientação das serras que os dividem, os indígenas que vivem nesses vales remotos. Resultára de tal estudo — a que os choques armados, entre patrulhas portuguesas, espanholas e francêsas dêram crescente interesse — o conhecimento da terra e da gente, a confirmar as velhas noticias dos jesuitas e o seu assombro: “a maior emprêsa que tem a Companhia e porventura a mesma Igreja...” (3).

## MARANHÃO

S. Luiz cresceu devagar: 500 vizinhos que teria em 1685, não passavam de mil em 1723, segundo Berredo.

---

(1) Houve notavel mortandade de índios tempos antes, em virtude do sarampo, que lavrou entre eles. Fr. JOÃO DE S. JOSEPH, estima em 600.600(1) as vítimas, *Memórias Inéditas*, p. 198.

(2) Com a Independencia, em 1822, succedeu o imprevisto: foi omitida a capitania do Rio Negro, esqueceram-na, e a do Pará, que a absorvia, correspondeu a toda a Amazonia. Somente em 1853 a injustiça foi reparada, sendo nesse ano creadas as provincias do Amazonas (separada do Pará) e do Paraná (desligada de S. Paulo).

(3) P. Antonio Vieira, Carta de 1 de Junho de 1656, in P. SERAFIM LEITE, *Novas Cartas Jesuíticas*, p. 254, S. Paulo, 1941.



Entre 1655 e 1751, o Maranhão foi governo geral (Estado do Maranhão), condição que perdeu com a vinda de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que residiu no Pará. Deixou, porém, de ser capitania subalterná em 1775, quando passou á categoria das demais: Pará, Maranhão e Piauí (1).

O primeiro quartel do seculo XVIII foi infausto para a gente do litoral, entre S. Luiz e o Rio Grande do Norte. A revolta generalizada do gentio de "corso" obrigou-a a defender muito tempo as lavouras e as vilas. O governador Cristovão da Costa Freire pediu ao Ceará o socorro de 400 índios. Não chegou a tempo, pois os rebeldes mataram o mestre de campo Antonio da Cunha (1715) (2). Expediu o governador um pequeno exercito, comandado por Francisco Cavalcanti de Albuquerque, que se juntou à gente do mestre de campo do Piauí, Bernardo de Carvalho d'Aguiar, e castigou duramente os tapuios (3). "Bandeiras" expedidas pela casa da Torre — do rio de S. Francisco — em combinação com outras guerrilhas despachadas para o apresamento desses índios, completaram a grande destruição.

A Costa Freire sucedeu Bernardo Pereira de Berredo, que depois escreveu *Anais do Estado do Maranhão*, recopilando informações e dados que pode achar.

Os jesuitas tinham ali seára abundante. Por ultimo, fundára o padre Malagrida em S. Luiz o recolhimento da Anunciação (1752) e um seminario (1753).

---

(1) JOÃO FRANCISCO LISBÔA, *Obras*, II, 159; ANTONIO BATISTA BARBOSA GODOI, *História do Maranhão*, I, 190, Maranhão 1904.

(2) Carta do marquês de Angêja, *Doc. Hist.*, XI, 43; BERREDO, *Anais Históricos*, II, 317 (3.a ed.).

(3) Frei FRANCISCO DE N. S. DOS PRAZERES, *Poranduba Maranhense*, *Rev. do Inst. Hist.*, LIV, parte 1.<sup>a</sup>, p. 100.

Expulsos os missionários, o seu colégio passou a palacio do bispo, e a sua igreja a Catedral, como na Baía (1).

A Companhia Geral do Pará e Maranhão incentivou em seguida a cultura do algodoeiro, despejou em S. Luiz e Alcantara milhares de escravos negros, melhorou o comercio da capitania, enriqueceu-a, ajudada pelo progressivo interesse dos mercados europeus. O sobrinho de Pombal, Joaquim de Melo Povoas, foi o primeiro governador geral do Maranhão separado do Pará (1775). Erigiu o palacio dos governadores, pacificou o sertão, infestado de bandoleiros, indo para isto residir algum tempo na vila de Mõcha, no Piauí (que teve o nome de Oeiras), inaugurou nòvos povoados... "Finalmente o estado de opulencia, em que se acha hoje o Maranhão deve-se a Melo Povoas, e à companhia geral do comercio" (2).

Em 1797 exportava mercadorias no valor de mais de mil contos, recebia 1854 escravos e a sua dizima da alfandega subia a 37 contos (3).

(1) "...Até então servia de Sê uma igreja de taipa, que existia pouco mais ou menos 40 passos a sudoeste da porta principal da presente catedral", *Poranduba Maranhense*, Rev. cit., p. 105. A grande igreja de N. S. da Luz inaugurara-se em 1699, P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, III, 121. Com a fundação do Seminário de S. Luiz, ensina o P. Serafim Leite, coincidia a fundação de mais dous: de Parnaíba, dedicado a Santa Ursula, 1749, e de Guanaré, *ibid.*, p. 123. Sobre os estudos no Maranhão; o mesmo autor, *op. cit.*, IV, 265.

(2) *Poranduba Maranhense*, *ibid.*, p. 108. A opulencia devia-se sobretudo ao algodão. Em 1808 iam do Maranhão 402.000 arrobas de algodão e 376 mil de arroz, *Poranduba*, *ibid.*, p. 119.

Sobre Alcantara, antiga vila de Taquitapera, ("o esplendor do patriarcado rural") e S. Luiz, vd. JOSUÉ MONTELLO, *Gonçalves-Dias*, Publ. da Acad. Bras., p. 17, Rio 1942. Em 1760, quando os jesuítas a deixaram, era a "melhor vila de todo o Estado", P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, III, 199. Al tiveram Casa-colegio (1716) .

(3) VARNHAGEN, *op. cit.*, V, 77.

## PIAUI

As pastagens do Piauí foram invadidas a partir de 1674 pelos pioneiros que subiam o vale do S. Francisco. Domingos Afonso Sertão fundára a povoação de Mõcha, a meio caminho do Canindé para o Parnaíba. Pouco mais que um arraial de vaqueiros e indios, teria sempre vida mediocre. Carta-régia de 30 de Junho de 1712 elevou-o a vila; e como fosse mandado incorporar o territorio ao governo do Maranhão, em 1715 (1), coube ao ouvidor dessa capitania, Vicente Leite Ripado, inaugurar a vila, em 1718. Circumstancia rara: dependia no judiciario da Relação da Baía, no espirital do bispo de Pernambuco, que desistiu em favor da diocese do Maranhão (2), e no temporal deste ultimo. Mas somente em 1725 se fez ali a primeira distribuição de sesmarias. Dividiu-se a região, entre o Canindé (por onde avançou a gente da Casa da Torre) e o Parnaíba-Itapicurú, em duas zonas de influencia: baiana e maranhense (3). A guerra ao gentio rebelde (autorizada pela c.r. de 20 de Abril de 1708) desbravou-as suficientemente (4). O coronel Alexandre Rebello de Sepulveda abriu melhor caminho para as boiadas, de 1718 (5) a 22. E o alto preço

---

(1) *Doc. Hist.*, XLII, 247; VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, IV, 33. Provisão de 18 de Março de 1722 deu ao ouvidor da vila 300\$ anuais, GARCIA, nota in VARNHAGEN, *ibid.*

(2) LORETO COUTO, *Grandezas, etc.*, *An. Bibl. Nac.*, XXIV, 168.

(3) AGENOR AUGUSTO DE MIRANDA, *Estudos Plautenses*, p. 142, S. Paulo 1938.

(4) Garcia d'Avila, "atendendo ao irreparavel prejuizo que se lhe seguia de se despovoar a capitania do Piaul onde tem várias e importantes fazendas" (C. de Angéja, 1 de Junho de 1715, *Doc. Hist.*, XLIII, 251) tomou a si as despesas da guerra.

(5) *Doc. Hist.*, XLIII, 167 e XLIV, 363.

que elas obtinham nas Minas (do Piauí, em 1718, “todos os gados que servem para a sua subsistencia...”) (1) déram grande prosperidade às fazendas piauienses.

A capitania do Piauí foi creada por provisão régia de 29 de Julho de 1758, e o seu primeiro governador, João Pereira Caldas, se empossou em 20 de Setembro de 1759 (2).

### CEARA'

O moroso povoamento do Ceará explica-se pelas correrias dos tapuias, no sertão, e pela pobreza dos ralos nucleos coloniais da costa.

Mandou el-rei elevar a vila o lugar do Forte, a exemplo de “muitas terras do Sertão da Baía, para por este meio se evitarem muitos prejuizos que até agora se experimentaram por falta de terem em seu governo aqueles moradores do Ceará modo de justiça” (3). O pelourinho municipal foi transferido, em 1701, para a barra do rio Ceará. Ordem régia de 30 de Janeiro de 1711 deslocou a vila para Aquiraz, perto da barra do Iguape (4). Sobreveiu a guerra ao gentio de “corso” (5). Expôsta aos ataques a planície de Aquiraz, foi que se viu que Fortaleza se defenderia melhor. Os moradores pediam que voltasse a povoação a ter a dignidade de vila. Foi aí creada, por Ordem régia de 11 de Março de 1725, e inaugurada a 13 de

(1) *Rev do Arq. Publ. Min.*, XXIV, vol. 2.º p. 502.

(2) Vd. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 348 A figura dominante do Piauí ao começar o século XIX foi Simplicio Dias da Silva, R. GARCIA, nota a VARNHAGEN, *ibid.* V, 78.

(3) C. R. de 13 de Fevereiro de 1699, in GUILHERME STUDART, *Notas para a História do Ceará*, p. 146, Lisboa 1892.

(4) O vigario de Mattos Serra tentou opôr-se á mudança, STUDART, *op. cit.*, p. 150. Mas a vila foi instalada em Aquiraz em 27 de Junho de 1713.

(5) Vd. docs. in *Rev. do Inst. do Ceará*, XXVII, 171 e segs.

Abril do ano imediato (1). Pouca cousa era, ainda em 1751: "...presidio de Infantaria e um casebre a que chamam armazem em que se recolhem algumas poucas munições de guerra que se conservam a titulo de Fortaleza do que não há senão a memoria gravada em os bronzes de umas peças de artilharia desmontadas", e a residencia do capitão-mór (2).

A comarca do Ceará, com o provimento do respectivo ouvidor, data de 7 de Janeiro de 1723.

Chegava oportunamente o juiz: porque é do mesmo periodo a turbulencia sertaneja de que se originaria o "camargo" (3). Por uma questão de terras desavieram-se as familias Feitosa e Montes (1724), e por muito tempo levaram a sua luta armada ao alto e baixo Jaguaribe.

Em contraste com a humildade de Fortaleza, florescia os estabelecimentos dos jesuitas, de Ibiapaba (4)

---

(1) STUDART, *ibid.*, p. 151. As vilas de S. José de Ribamar do Aquiraz e de Fortaleza passaram a disputar a séde da ouvidoria. Mandou cl-rei, em 14 de Dezembro de 1754, que coubesse á mais antiga. Venceu no pleito a primeira. Aliás constituíam ambas uma só freguesia, cuja matriz estava no Aquiraz (1751). O primeiro estabelecimento dos jesuitas em Fortaleza é de 1723, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, III, 75 (com o mapa que o comprova). Foi o Hospicio Real do Ceará.

(2) Doc. in STUDART, *op. cit.*, p. 163. Foi o cap.-mór Borges da Fonseca (o linhagista pernambucano) que fez de pedra e cal o presidio, 1767,, "unico que então se conhecia nesta dilatada costa", cujo arquiteto foi o P. José Rodrigues, STUDART, *ibid.*, p. 311. Reparou tambem a igrejainha construida no século anterior por Domingos Ferreira Chaves, anexando-lhe pequena enfermaria.

(3) Vd. CRUZ FILHO, in *O Ceará*, de RAIMUNDO GIRÃO<sup>1</sup> e ANTONIO MARTINS, p. 37, Fortaleza 1939. A palavra "cangaceiro", popular no nordeste, e o fenómeno do "cangaço", têm sido copiosamente estudados. Dos Montes e Feitosa ainda nos fala Koster, (no primeiro quartel do século XIX, vd. GUSTAVO BARROSO, *Atlas de lama e de aço*, p. 37, S. Paulo 1930, e VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 34.

(4) Mandado crear em 1697, o hospicio de Ibiapaba foi dotado, em 1721, de 6.000 cruzados por tres anos, podendo ter dez missionarios, inclusive alguns alemães, STUDART, *Notas para a Hist. do Ceará*, p. 220. Mas se fundou definitivamente no Aquinaz, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, III, 80. Era Ibiapaba uma especie de capital da catequese das capitancias do Ceará e Piauí: "cabeça principal da dita missão..." (*Carta-régia* de 8 de Jan. de 1697).

e Aquiraz (1), e as suas missões. Expulsos os padres em 1759, foram erigidas em municípios: Vila Viçosa Real (Ibiapaba), Soure (Caucaia), Arronches (Porangaba), Mecejana (Paupina). A do Piaçacú teve o nome de Montemór-o-Novo d'America e, como não contasse com o minimo de 150 casais, que se exigia para a fundação das vilas, ficou sendo, Logar. Aliás a maior parte do gentio aldeiado desertou, fugindo aos administradores civis, e decaíram os antigos povoados, enquanto surgiam outros, vivazes e opulentos. Depois das vilas de Icó e Aracatí, Sobral (1773), Granja (1776)...

Vinte anos depois, a economia local apresentava um quadro nitido (1799): "a primeira preferencia é a vila de S. Cruz de Aracatí, situada nas margens do rio Jaguaribe, aonde a oportunidade da Barra estabelece a principal feitoria das carnes secas e morrem todos os anos para cima de cincoenta mil rezes, e se embarcam mais de 20 mil arrôbas de algodão; a segunda grandeza é a de Sobral assentada nas margens do rio Acaraú, de igual feitoria e comercio para muitas embarcações e especuladores das capitancias de Pernambuco e Baía; a que entra na terceira ordem é a vila de Icó, estabelecida no centro da capitania na distancia de mais de sessenta legoas do porto do mar, que serve de unico deposito das produções do interior do País para serem conduzidas às vilas maritimas no

---

(1) "Pode-se concluir que o Colégio do Aquiraz data de 1727". STUART, *ibid.*, p. 223. Em 1757, LORETO COUTO, *Desagravos*, etc., A. da B. N., XXIV, 169: "A vila dos Aquiraz muito povoada, com um Seminário..." Sobre a fundação: STUART, *Rev. do Inst. do Ceará*, XLVI; o P. João Guedes merece o título de fundador da Residência do Ceará, P. J. FOULQUIER, *Jesuitas no Norte*, p. 136. Bahia 1940. A igreja é de 1748. Vd. P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, III, 82, que acentua: "Mas o Real Hospício ficou na historia da instrução e educação publica, como o da primeira instituição cearense onde se ensinaram Humanidades; e tambem na historia eclesíastica do Ceará, por ter sido, de-fato, o seu primeiro Seminário", *ibid.*, III, 83. Em 1927 os jesuitas restauraram o seu seminário de Baturité.

tempo oportuno da navegação. A vila de Granja que domina a foz do rio Camocí, tem em si um grande commercio de carnes, e algodão, que atráe pelo seu cómodo muitas embarcações e traficantes das capitánias circunvizinhas, Vila tão celebrada na história do Padre Vieira pela pesca, que nela havia, do coral e ambar-gris. E' de menor extensão a vila da Fortaleza onde reside o governador e se acha acantonada uma única companhia de tropa paga, que guarnece a Fortaleza da Assunção estabelecida nas praias do Oceano. O mesmo se observa na Vila do Aquiraz, Cabeça de Comarca, e residencia do Ouvidor Geral, aonde os jesuitas tinham o seu Colégio" (1).

No longo e proficuo governo de Borges da Fonseca (pernambucano illustre) — 1765 a 1781 — sobreveiu um dos piores periodos da pecuaria cearense: a sêca de 1777 (2).

Da estatística que organizou em 1768 o diligente capitão-mór, consta a estimativa da população da capitania: 34.181 pessôas (Ribeira do Ceará, 7.600, Acaraú 11.220, Jaguaribe, 5.449, Icó, 9.912). Havia então 10 vilas, 19 freguezias, 41 capelas, e quasi mil fazendas de criar — o que demonstra a rápida expansão dos gados, subequente ao destrôço dos indios hostís e à abertura dos caminhos para Pernambuco, Baía, Piauí e Maranhão. Mas ao de 77, ruinoso, se

(1) Officio de Bernardo Manuel de Vasconcelos, 1799, in STUDART, *op. cit.*, p. 499.

(2) A sêca como flagelo periódico, em ciclos de nove ou dez anos, historicamente começa então. O documento literario mais antigo que dá á sêca uma data, é o romance "O Rabicho da Geralda":

Chega enfim noventa e dous  
Aquele sêca comprida;  
Logo vi que era a causa  
De eu perder a minha vida.

(Vd. LUIS DA CAMARA CASCUDO, *Vaqueiros e Cantadores*, p. 80, Porto Alegre 1939). Sobre a periodicidade do flagêlo, A. TAVARES DE LYRA, *Corografia do Rio Grande do Norte*, p. 49, Rio 1928.

seguiram outros verões rudes, e, por fim, a sêca memorável de 1792, a “comprida”, que deixou na poesia sertaneja o vestígio triste (1). Complicou-se com a epidemia de sezões, que em 1791 se alastrou pelos Cariris. Como para compensar-lhe as perdas, o preço alto do algodão e dos couros animou fortemente a vida da região agrícola, do Jaguaribe, do Quixeramobim, de Ibiapaba. Ao tempo da sêca de 1777, “mandou aos portos do seu consumo para cima de 30 mil arrôbas de algodão, 40 mil arrôbas de carne sêca e cem mil couros salgados e outros muitos generos” (2). Os dizimos andavam então arremetados por 80 contos em cada triênio. Um saldo anual de 15 contos era remetido para o cofre geral de Pernambuco. “O Pará não tem este residuo e absorve alem do subsidio que lhe envia a capital todas as sobras do Maranhão” — comentou o ouvidor Bernardo de Vasconcelos em 1799. A criação intensiva produzia os seus resultados: a courama abundante e aquela carne sêca que ia alimentar a “maior parte da escravatura das capitânicas do Brasil...” (3). Habitado a esse sistema de conservação, salga e comércio de carnes, o cearense José Pínto Martins, desgostoso na terra natal, em virtude da estiada de 1777, se passou ao Rio Grande do Sul e, em

---

(1) Na versão d’*O Rabicho da Geralda*, que transcreve SILVIO ROMERO, *Cantos Populares do Brasil*, p. 71, Rio 1897, não ha referencia á data. Esse romance e o do “Boi Espacio”, posterior, talvez contemporâneo da Independencia, constituem os primeiros documentos poéticos do ciclo pastoril do Norte. “Ainda hoje, os vaqueiros cantam numa toada plangente as façanhas do Boi Espaço, do Rabicho da Geralda, do Boi Adão...” GUSTAVO BARROSO, *A Terra do Sol*, 3.a ed., p. 248. Sobre o flagélo, TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, *Hist. da Prov. do Ceará desde os tempos primitivos até 1850*.

(2) STUDART, *op. cit.*, p. 500. Pleiteava o Ceará navegação direta para Lisbôa.

(3) Doc. in STUDART, *op. cit.*, p. 500. Das *xarqueadas* de Mossoró temos noticia, VINGT-UN ROSADO, *Mossoró*, p. 21, Rio 1940. Foi prohibido esse comercio nos demais portos do norte, para ficar exclusivo do Aracati.



1780, fundou a primeira “xarqueada” de Pelotas (1), raiz d’uma grande industria.

A capitania do Ceará foi desligada de Pernambuco por carta-régia de 17 de Janeiro de 1799 (juntamente com a Paraíba). Cessou “a obrigação de virem os seus generos de exportação para a Alfandega de Pernambuco, porque em cada uma das referidas Capitánias foram efetivamente instaladas as respectivas mesas de arrecadação de direitos” (2).

### RIO GRANDE DO NORTE

A criação de gado, que culminou, no Aracatí, com a industria de carnes salgadas, estimulou a colonização das terras do Rio Grande do Norte, cortadas, ao findar do seculo XVII, pelos indios do Assú e do Apodi e pelos bandos punitivos que os perseguiam e debelavam. Ainda hoje moram no “territorio banhado pelo rio Seridó e seus afluentes”, os sucessôres dos pioneiros de 1700 (3).

---

(1) FERNANDO OSORIO, *A Cidade de Pelotas*, p. 29, Pelotas 1922. “José Pinto Martins com a sua xarqueala creou a industria saladeril no Rio Grande do Sul”. *Ibd.*, p. 31. Resta dizer, que o cearense levou ao Rio Grande, com os métodos de trabalho de sua capitania natal, a noticia dos mercados que ela atendia, sobretudo a Bahia e Pernambuco, que depois passaram a ser servidos pela exploração sulina, mais barata, abundante e regular do que a do Ceará, assim desbancada. Em 1798, já a Bahia importava do Rio Grande 345:250\$, seja mais de 10 % de sua importação global, *Invent. dos Docs.*, IV, 29.

(2) FERNANDES GAMA, *Mem. Hist. da Prov de Pernambuco*, IV, 370-1. Tambem, J. BRIGIDO, *Rev. do Inst. do Ceará*, XXIV, 172-3. Apesar disto, o governo de Pernambuco (Caetano Pinto de Miranda Montenegro), manteve a exigencia de serem os produtos do Rio Grande do Norte exportados pelo porto de Recife, uma das razes do descontentamento em 1817. Vd. *Secretaria do Governo de Pernambuco*, Documentos do r-  
olvo, v. 1, Recife 1941.

(3) Esta zona constituiu o município de Caicó, creado em 31 de julho de 1788, vd. JOSÉ AUGUSTO, *Familias Seridoenses*, p. 14, Rio 1940. Aí os troncos genealógicos desse povoamento sistemático.

A cidade do Rio Grande (Natal) “suposto que não seja em si populosa”, em 1757 era freguezia, com 4.500 almas de confissão (1).

A principal propriedade da capitania continuava a ser o engenho de Cunhaú, dos Albuquerque Maranhão (2).

## PARAÍBA

A penetração sertaneja na Paraíba participa do mesmo caracter pastoril que lhe vimos no Ceará e no Rio Grande do Norte: e dependeu da mesma vitória, dos fazendeiros, premiados com vastas sesmarias, sobre os tapuias da “confederação do Assú” (Cariris, Piranhas e Piancó) (3). De modo geral, a prosperidade da capitania foi lenta. Rendia 27:931\$943 em 1706; e em 1774, seja meio seculo depois, ainda . . . . 45:755\$78 (4). Assinala-se antes pela fundação de povoados e vilas sempre para o oeste. Em 1718 o capitão Hieronimo de Tovar sae a combater os indios sublevados. Em 1723, Constantino de Oliveira Ledo é nomeado capitão de cavalaria dos sertões de Piranhas. Capitão de Piranhas e Piancó, outro Ledo, Francisco, estabelece a aldeia dos Icó, no sitio onde Bento Freire de Souza, em 1741, creou a freguezia, depois vila de Souza. Aquem do planalto da Borborema o baiano Antonio de Oliveira fundou Cabaceiras (1751); além dele, Francisco da Costa Teixeira deu o nome à

---

(1) LORETO COUTO, *Desagravos*, etc., *A. da B. N.*, XXIV, 168.

(2) KOSTER, *Viagens ao nordeste do Brasil*, trad. da Camara Cascudo, p. 101. Vd. a sua descrição de Natal, p. 110.

(3) O coronel Manuel de Araujo de Carvalho, cabo principal da debelação dos indios, foi nove anos juiz com alçada nos sertões, LORETO COUTO, *A. da B. N.*, XXIV, 33.

(4) LUIZ PINTO, *Síntese Histórica da Paraíba*, ps. 39-46, Paraíba 1939.

vila de Teixeira (1761). Misericórdia é de 1765, Pombal é de 1772, Alagoa Grande de 1757, Catolé do Rocha de 1774, S. João do Cariri de 1782, Ingá de 1776... (1).

Por decisão do Conselho Ultramarino, de 29 de Dezembro de 1755, foi a capitania da Paraíba anexada à de Pernambuco. Durou esse regime até 1799 (2).

A cidade da Paraíba cresceu em importantes construções religiosas: igreja de S. Francisco (sagrada pelo bispo de Pernambuco D. José Fialho, em 1734), matriz da Senhora das Neves (reconstruída em 1741), o Seminário (1745), Santa Rita (1776).

## PERNAMBUCO

Os acontecimentos de 1710-14 prejudicaram gravemente a economia pernambucana. Foi um longo período anormal, esse começo do século, para a capitania até aí opulenta e poderosa. A retirada de muitos escravos, vendidos para as Minas, a luta de Olinda e Recife, o cruel procedimento do governador Felix José Machado, espalharam a confusão e a tristeza pela Várzea, pelas terras açucareiras antes florescentes e invejáveis. Em seguida, o preço baixo do produto retardou a volta à prosperidade, apesar dos governos benéficos que se seguiram ao nobre D. Lourenço de Almeida. A cidadela, que em 1715-17 planejou o brigadeiro João Massé, destinada a transformar o

---

(1) A cidade da Paraíba em 1757 teria quasi 3 mil vizinhos, Igreja maior, sete menores, conventos de S. Bento, S. Francisco, Carmo e Colégio com o Seminário anexo, LORETO COUTO, *Desagravos etc.*, A. da B. N., XXIV, 168.

(2) Carta-régia de 17 de Janeiro de 1799. O 1.º governador independente foi Fernando Delgado Freire de Carvalho. FERNANDES GAMA, *Mem. Hist. da Prov. de Pernambuco*, IV, 370.

As rendas da Paraíba em 1806 subiam a 27:931\$943, e o saldo, descontada a despesa, a 6:740\$864.

bairro de Recife numa praça forte, não chegou a ser feita, e ainda a recomendou el-rei em 1740, como solução necessária para a defesa do porto (1). Os melhoramentos materiais começaram na administração de Henrique Luis Pereira Freire, irmão do conde de Bobadela (1737-46). Restaurou as pontes que vinham da ocupação holandêsa, enchendo-as de armazens, cuja renda devia pagar as despesas da obra; e fez concertar o aterro de Afogados, completado e arborizado por D. Tomaz José de Mello meio seculo depois. Foi esse laborioso governador que organizou a expedição de 1737, que reincorporou a ilha de Fernando de Noronha à corôa, e a fortificou devidamente (2).

Na cronica de Loreto Couto, melhor governo fez Luiz José Corrêa de Sá (filho segundo do 3.º visconde de Assêca e sobrinho de Sabugosa): 1749-56. Fez "tres pontes com dilatadas calçadas e cães de caitaria. As fortalezas de Tamandaré, Brum e Buraco foram reedificadas, mudada a casa da polvora... Reedificou os palacios de Olinda e Recife, e quartéis dos soldados..." (3).

Luiz Diogo Lobo da Silva (1756-63) governou em epoca difficil. Deportados os jesuitas, creada a Companhia geral de Pernambuco e Paraíba, reforma-

(1) FERNANDES GAMA, *Mem. Hist. da Prov. de Pernambuco*, IV, 335-6. Massé foi a Pernambuco por ordem régia, 5 de Maio de 1716, *Docs. Hist.*, LIV, 172-4. Levou instruções do vice-rei para estender a viagem a Paraíba e Sergipe.

(2) FERNANDES GAMA, *op. cit.*, p. 348;; *Invent. dos Docs.*, IV, 133 (ofício de D. Fernando José de Portugal, 9 de Abril de 1799). O governador Henrique Luiz cumpria ordem de 26 de Maio de 37, para fundar o presidio, expulsando os franceses.

Olinda em 1757 (LORETO COUTO, *A. da B. N.*, XXIV, 147) tinha 3.272 vizinhos em quasi mil moradas, catedral, cinco conventos, sendo que, em tres, estudos de filosofia e teologia; um regimento de Infantaria paga. E Recife, mais de duas mil casas, quatro conventos, dez igrejas grandes, *ibid.*, p. 156.

(3) *Desagravos etc.*, A. da B. N., XXIV, 216.

dos os métodos até então seguidos pelos homens de negocio de Recife, subordinados estes ao novo monopólio, tinha de enfrentar crescentes dificuldades. Que se houve com acerto para os interesses da metropole, diz a sua nomeação subseqüente para governador das Minas Gerais. Mas succedeu em Pernambuco o que vimos no Maranhão. Aquela emprêsa privilegiada atrofiou o comércio, descontentou o povo, encareceu os generos e agravou o mal estar resultante da desvalorização das mercadorias do Recife. Isto cessou em 1775, com a súbita alta do açúcar e o inicio das exportações de algodão, que os inglêses encorajavam à falta de suas provincias da America do Norte, revoltadas e inimigas. A Companhia extinguiu-se, insolvente, por decreto de 8 de Maio de 1780. Animou-se a lavoura de fortes estimulos, estendeu-se às zonas sertanejas, perdeu o aspecto tradicional, de monocultura imobilizada na várzea, perto do mar, desde os seus heroicos principios, e abrangeu rapidamente outros climas. Internou-se; com os algodoais da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, entreteve os braços até aí ocupados no trato dos gados, onde não havia canas d'açúcar e moendas que as espremessem; e levou a civilização para os sertões semi-áridos. Foi como se um cinto de ferro se partisse. Afinal os sucessos internacionais repercutiam na tranqüila vida nordestina!

D. Tomaz José de Mello (1) foi o governador mais operoso depois de Henrique Luiz: esteve no cargo entre 1787 e 1798. A sua extensa administração assinalou-se pelos trabalhos de interesse geral: Casa dos

---

(1) O governo de Pernambuco tornara-se escala para o governo da Bahia, Assim o conde de Povolide, 1768-69, Manuel da Cunha Menezes, 1769-74, ambos jovens e destinados a brilhante carreira. D. Tomaz José de Mello era coronel da Armada Real. FERNANDES GAMA, *op. cit.*, IV, 360.

Expostos, Lazareto, Aterro de Afogados, praças de mercado, a igreja de S. José... preocupou-se com a cidade.

Um poeta contemporaneo exaltou-o:

Se entre nós se celebra o grande Henrique,  
 Porque fez este Aterro, e a crer me movo,  
 Que ainda a sua memoria eterna fique;  
 Que dirá de Tomaz o grato povo?  
 De Tomaz, que não só renova o dique,  
 Mas que todo o Recife fez de novo? (1).

Realmente, fez calçar as ruas e levantar os passeios, arrancou as orupêmas às casas, para que as substituíssem rótulas de madeira ou gelosias, concertou os arcos da ponte do Recife... E exerceu severamente a sua autoridade, para castigar os bandoleiros do sertão e impôr se mcontradita as suas ordens rudes. Misturou a inteligencia, d'um governo ativo, à prepotencia e à brutalidade. Eram então qualidades apreciadas. Correspondiam à fase de vigilancia e aspereza, de desconfiança e ação, dos representantes régios.

Tais, porém, as repetidas queixas, que D. Tomaz José de Mello foi chamado ao Reino (2), e o poder entregue ao triunvirato composto do bispo. D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, do intendente

---

(1) Soneto do pernambucano Francisco José de Salles, FERNANDES GAMA, *ibid.*, IV, 365. As orupêmas das casas foram sucessivamente suprimidas no Rio de Janeiro, em 1775; em Recife em 1787... As rótulas por sua vez, desapareceram em 1810, já por determinação do governo central (ACCIOLI, *Mem. Hist. e Pol. da Prov. da Bahia*, III, 58).

(2) Pela carta de 20 de Agosto de 1799, *Invent. dos Docs.*, IV, 173, A junta (empossada em 29 de Dez. de 1798) entregou o poder a um novo governador — Caetano Pinto de Miranda Montenegro — em 24 de Maio de 1804, cf. *Livr. 1.º em que se lanção os termos da posse etc.*, ms. na secretaria do Palacio do Governo de Pernambuco.

de marinha, chefe de esquadra Pedro Sheverin (todas as capitanias tiveram o seu intendente de marinha, alvará de 12 de Agosto de 1797) e ouvidor geral, Antonio Luiz Pereira da Cunha (1).

A grande figura desse periodo é o bispo de Olinda (2).

Dele próprio, a informação: "...Eu criei um Seminario no meu Bispado de Pernambuco para a educação da mocidade, eu lhe dei Estatutos, que me pareceram necessarios para formar homens dignos de servir à Igreja e ao Estado: eu estabeleci ali um Seminario de Meninas; eu lhe dei Estatutos proprios para a educação de Mães de familias, e para aquelas, que um dia hão de ser as primeiras Mestras de homens..." (3). Instituiu a mais de 30 curatos e igrejas matrizes, abriu nova estrada geral para os gados do sertão, devolveu a Olinda o seu regimento, que estava no sul desde a guerra de Santa Catarina, e de prevenção contra os corsarios de bandeira francêsa, fez armar à custa dos mercadôres uma fragatinha guarda-costa, que os intimidou, e estabeleceu o telegrafo semafórico no litoral, auxiliar daquela vigilancia (4).

---

(1) Pereira da Cunha, no Imperio visconde de Inhambupe. Em 19 de Out. de 1799 substituiu-o na junta o ouvidor José Joaquim Nabuco de Araujo, e a Sheverin, em 1 de Fev. de 1803, o brigadeiro D. Jorge Eugenio de Locio e Seibly, *Livr. 1.º em que se lanção os termos da posse* etc.

(2) VERNHAGEN, *Hist. Ger.*, V, 17, AUGUSTO DE CARVALHO, *Apostamentos para a História da Capitania de S. Tomé*, p. 322, Campos, 1888.

(3) D. JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO, *Discurso sobre o estado atual das Minas do Brasil*, p. 10, Lisboa 1804. O Seminario tinha 50 alunos internos e cem de fóra, segundo o seu fundador. Como se dirá, dali saiu o influxo espirital para a revolução de 1817: era a academia da terra.

(4) *Copia da Carta que a Sua Majestade escreven o Bispô d'Elvas*, p. 9 e segs., Londres 1817.

## ALAGOAS

A comarca de Alagoas foi creada em 1710. Sucessivamente, as freguezias de Traipú, no S. Francisco, acima de Penedo, Atalaia e Cabrobó (1762), no limite do sertão, Palmeira (1789) e Anadia (1801), arredondaram a área povoada (1). Em 1810 seria afinal creada a comarca do Sertão, com séde na vila de Cimbres, limitando a oeste pelo rio Moxotó e abrangendo o alto S. Francisco. A capitania, desligada de Pernambuco, é de 1817.

Nesse território havia 47 engenhos em 1730, 61 em 1749 (18 em Porto Calvo, 33 na vila de Alagoas, 10 em Penedo) (2).

## SERGIPE

Da capitania de Sergipe pouco se sabe. Tinha ao findar o seculo XVIII entre 50 e 60 mil habitantes, mais de trinta engenhos de açúcar, uma vintena de alambiques; e exportava algodão, couros e gado. Ao começar o seculo seguinte valia essa exportação, encaminhada para a Baía, 860 mil cruzados. A capital, S. Cristovão (3), sete vilas e quarto povoados, antigas missões do gentio, fixavam aquela laboriosa população, propensa à pequena propriedade, à lavoura e à vida pastoril (4).

(1) CRAVEIRO COSTA, *História das Alagoas*, p. 64, ed. da Comp. Melhor de S. Paulo.

(2) HUMBERTO BASTOS, *Açúcar & Algodão*, ps. 21-2, Maceió 1938.

(3) Em 1711, o capitão-mór tivera de mudar-se para a roça do vigário, por ter o senhorio tomado a casa que ele alugava..., *Doc. Hist.*, XLI, 328.

(4) Vd. FELISBERTO FREIRE, *História de Sergipe*. Ha no Museu Britânico, *Memória sobre a Capitania de Sergipe*, sua fundação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz, oferecida ao II. e Ex. Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho... por Marcos Antonio de Souza, Presbítero secular, Bahia, 1808. (O. LIMA, *Relação*, p. 96).



## BAÍA

Transferida para o Rio de Janeiro a capital do Estado do Brasil, voltou o governador da Baía a ter o titulo de capitão-general da capitania: o primeiro foi o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim de Moura, 1766-67, que viéra de Mato Grosso, pelos sertões, e logo se passou ao Rio de Janeiro, para suceder ao conde da Cunha no vice-reinado. Executou a ordem régia para que se extinguisse na Baía o officio de ourives — prejudicial aos interesses fiscaes da corôa — fechando 180 oficinas e mandando assentar praça na 1.<sup>a</sup> linha a todos os officiaes e aprendizes da mesma arte.

O 2.<sup>o</sup> marquês de Lavradio tambem governou um ano só, pois foi substituir o conde de Azambuja na chefia da colonia. Primou pelos exercicios militares, pela regularização da contabilidade pública, pela melhoria dos serviços de justiça e fazenda.

O conde de Povolide dirigiu a capitania entre Outubro de 1769 e Abril de 1774. Mandou alistar nos corpos auxiliares de infantaria e cavalaria todas as pessoas válidas, para prevenir uma possivel invasão espanhola. Cuidou sobretudo da defêsa da terra, exemplo que lhe seguiu Manuel da Cunha Menezes, seu successor (1774-79), energico e incançavel. Coube-lhe enviar os dous regimentos que foram ajudar a defêsa do Rio de Janeiro, e, à noticia da expedição de Cevallos, que se preparava em Cadiz, levantou trincheiras em volta da cidade e a pôz em pé de guerra (1).

---

(1) Vd. VILHENA, *Cartas*, II, 432. Depois conde de Lumiares, falleceu Manuel da Cunha Menezes em 18 de Set. de 1791, aos 49 anos de idade, GARCIA, nota a VARNHAGEN, *op. cit.*, V, 309. Era irmão de Francisco da Cunha Menezes, governador de 1800 a 1805.

A sua esplêndida atividade surpreenderia o inimigo, se ousasse atacá-la. Foi desfechar o golpe em Santa Catarina e na Colônia do Sacramento. Logo, o Tratado de 1777 trouxe a paz ao Brasil. Dela se beneficiou a Baía no quadriênio do marquês de Valença (D. Afonso Miguel de Portugal), brando e modesto governador, que nada tinha da arrogância dos antecessores. Por esse tempo João Gonçalves da Costa, natural de Chaves, no Reino, descobriu os campos de Conquista, ligando-os a Ilhéos (1782) (1).

Caíra a mineração de ouro por toda parte, também em Jacobina. Daí tinham saído em 1759 13.437 oitavas. Em 1769, apenas 500. Em 1780, 744. Em 1784, 590... (2). O açúcar e o gado mantinham a prosperidade do Reconcavo e do sertão. Depois de 1775, o algodão se somou à produção habitual, e novos caminhos surgiram, para o norte e o oeste. Tais crescimentos, porém, não corrigiam a escassez de farinhas, de que se queixava a capital. Foi D. Rodrigo José de Menezes (1784-88) — um dos bons administradores coloniais (3) — que remediou a crise, instituindo o “celeiro público”, para regularizar as vendas a preço razoável, concentrando os fornecimentos (4). Embelezou igualmente a cidade, dotando-a de cães de desembarque, d’uma praça adjacente, a do Comércio, do largo da Piedade, em frente ao convento dos capuchi-

---

(1) Vd. P. CALMON, *Hist. das Bandeiras Bahianas*, Rio 1929.

(2) P. CALMON, *História da Bahia*, p. 104, 2.a ed. (Comp. Melh. de S. Paulo).

(3) Depois conde de Cavaleiros. Filho do marquês de Marilva, foi capitão de cavalos em Traz os Montes, governador de Minas Gerais, VILHENA, *op. cit.*, II, 435.

(4) No mesmo propósito de regularizar a distribuição, mandou construir o curral do Retiro (ainda hoje o matadouro local) para os gados descidos de Feira de Sant’Ana, corrigindo com isto os abusos dos marchantes.

nhos (1), ruas pavimentadas, muralhas de sustentação (entre a Misericórdia e o Taboão); e na antiga Quinta dos jesuitas localizou o Lazareto, que lhe conserva o nome. Exigiu que as novas construções urbanas obedecessem a conveniente alinhamento, e para mostrar sentimentos superiores matriculou numa aula pública os filhos, equiparando-os aos demais, que as cursavam (2). Deixou tradição de honestidade e trabalho, que o seu sucessor, D. Fernando José de Portugal e Castro, irmão do marquês de Valença (e futuro marquês de Aguiar) continuou dignamente. Governou este de 1788 a 1800. Sem a *conjuração dos Alfaiates*, que terminou com a execução de quatro "inconfidentes", sua larga administração seria das mais serenas e fecundas da capitania (3).

Teve de prêmio o vice-reinado, no Rio de Janeiro, (para onde partiu em 23 de Setembro de 1801, entregando o governo da Baía ao triunvirato do chanceler Firmino de Magalhães Sequeira da Fonseca, do marechal de campo Florencio José Corrêa de Melo e do arcebispo D. fr. Antonio Corrêa), enquanto não vinha desempenhá-lo Francisco da Cunha e Menezes (que governou de 5 de Abril de 1802 a 14 de Dezembro de 1805) (4).

---

(1) O engenheiro destas obras devia ser Manuel Rodrigues Teixeira, que assina uma planta da cidade, 1786, *Invent. dos Docs.* III, 6.

(2) A Camara da Bahia pediu que continuasse no governo, 8 de Setembro de 1787, *Invent. dos Docs.*, III, 60-61. O lazareto foi inaugurado em 21 de Agosto desse ano. Na representação da Camara, citada, se resume a benéfica atividade de D. Rodrigo. O ex-jesuita, P. Cipriano Lobato Mendes, em 31 de Julho de 1788 escreveu curioso memorial a D. Pedro III sobre as queixas e aspirações da Bahia, *Invent.*, III, 91-3.

(3) A população da capitania elevava-se a 347 mil almas, em 1799 (VILHENA, *Cartas*, II, 481). A cidade: de 6 freguezias, com 21.601 almas de confissão em 1706, subira a 9 freguezias com 37.543 em 1755.

(4) Governara S. Paulo, 1782, depois a Índia, 1786-94 (TEIXEIRA DE ARAÇÃO, *Descrição Geral* etc., III, 338), a Bahia, e voltando ao Reino foi tenente general e presidente da mesa do desembargo do Paço. Nasce,

## ILHÉOS E PORTO SEGURO

Ilhéos e Porto Seguro perderam a sua razão de ser como capitánias particulares. Vendida a primeira, em 1715, por 9.360 cruzados, a D. João de Castro, o modesto preço lhe dizia do abandono, da pobreza — com que a reivindicou a corôa. Uma residencia dos jesuitas (1723) era o que de melhor aí havia. Pouco açúcar, farinhas, madeiras de lei, sem interesse para um comércio intenso, muito a prejudicava a correria dos tapuias, que molestavam periodicamente as fazendas das cercanias. As madeiras de Porto Seguro e Ilhéos decerto mereciam nóvos cuidados. Veiu em 1715 do Reino o carpinteiro Manuel Fernandes da Costa, para marcá-las em Jaguaripe, Camamú, Cairú, Boipeba, reservando-as para a corôa (1). Ilhéos e Porto Seguro tiveram ouvidor privativo, em 1768 e 1766 (2). Baltazar da Silva Lisboa foi o 4.º ouvidor de Ilhéos, e inspetor do córte das madeiras (empossou-se em 4 de Novembro de 1797). Graças às suas eruditas memorias conhecemos a situação da comarca ao findar o seculo (3).

O primeiro cacauero plantado às margens do rio Pardo data de 1746, constando que o recebeu Antonio Dias Ribeiro d'um colono francês, Varneaux. Podia provir d'alguma das arvores importadas no seculo anterior pelo conde de Obidos, que as fizera procurar no

---

em 10 de Abril de 1741; 1al. em 12 de Junho de 1812. Governando a India, mandou para a Bahia muitas mudas de pimenteira, cuja cultura estimulou em 1801, cf. ARRUDA CAMARA, *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins*, etc.

(1) *Doc. Hist.*, LIV, 40-1. Carta régia de 2 de Março de 1715.

(2) VILHENA, *Cartas Soteropolitanas*, II, 341... "Pobre aldeia", diz ele, *ibid.*, II, 315.

(3) Porto Seguro tinha capitão mór com regimento passado pelo vice-rei, *Doc. Hist.*, LIV, 288.

Maranhão, para aclimatá-las na Baía. Experiencia humilde então, como d'outras especiarias "de quintal", que ninguém julgaria tomassem corpo, pezando um dia na balança comercial do país — lá ficou, na fazenda "Cubiculo", à espera do desenvolvimento que começou a ter em 1834 (1). Daria riqueza, população, prosperidade crescente, cidades e cultura: mas depois de 1889.

---

(1) A primeira exportação de cacau da Bahia aparece em 1834, 447 sacas de 60 kilos, TEÓFILO BORGES FALCÃO, *A Atividade Comercial da Bahia*, in *O Estado de S. Paulo*, 21 de Janeiro de 1925. O informe sobre o primeiro cacauero é do P. Joaquim da Silva Tavares. A Bahia havia de ser o segundo centro produtor do mundo — com 2 milhões de sacas!

## HISTORIA REGIONAL: CENTRO E SUL

## ESPIRITO SANTO

A capitania do Espirito Santo, adquirida pela corôa em 1718, não prosperara. Dos seus cinco engenhos de açúcar já não havia traço (1). Continuava com quatro vilas, Vitoria, Espirito Santo, Nova Almeida, Benevente. Elevada a comarca em 1732 (por sugestão do ouvidor do Rio de Janeiro e do vice-rei Sabugosa) (2), abrangeu S. Salvador de Campos e S. João da Barra, assim desligadas da comarca do Rio de Janeiro (3). De Vitória (que em 1752 tinha 1.390 fôgos), temos este quadro, de 1747: "Aqui não há cadeia, nem Casa da Camara, por terem caído de todo e não cuidarem os meus antecessores na sua reedificação... pois a Camara não tem rendimento algum..." (4) A população da capitania orçava em 7.733 almas em 1774.

Razão havia para que escrevesse o Príncipe regente em 1800: "Tendo-me devido um particular cuidado o reanimar a quasi extinta Capitania do Espirito Santo, confiada até agora a ignorantes e pouco zelosos capitães-môres, fui servido nomear para a mesma um

---

(1) Instruções do marquês de Angeja, 1715, cf. *Doc. Hist.*, LIV, 54.

(2) ALBERTO LAMEGO, *A Terra Goltacá*, II, 184 e 314.

(3) O 1.º ouvidor foi o Dr. Pascoal Ferreira Veras, que entrou em exercício a 3 de Outubro de 1741, A. LAMEGO, *op. cit.*, II, 316.

O 1.º capitão mór nomeado por El-Rei, em 1715, *Doc. Hist.*, LIV, 156.

(4) A. LAMEGO, *ibid.*, II, 324-5.

Governador particular, que vos fica sempre subalterno (do governador da Baía) e escolher um homem de conhecidas luzes e prestimo na pessoa do capitão de fragata Antonio Pires da Silva Pontes... o que tem por objéto: 1.º, abrir uma mais fácil comunicação com a capitania do Espirito Santo, particularmente ao longo do rio Doce...; aumentar as culturas; civilizar os indios" (1).

### CAMPOS DE GOITACAZES

A capitania da Paraíba do Sul reverteu ao donatario (anulada a venda feita pelo visconde de Asséca a Duarte Teixeira Chaves) em 1727. Era rica e cobçada: o primogenito do Visconde, Martim Corrêa de Sá, aí se instalou, para exercer pessoalmente os seus direitos — hostilizado pela Camara de S. Salvador de Campos, que defendeu como pode os interesses dos moradores. Para desconhecer a autoridade da casa de Asséca se firmavam os vereadôres no fáto de terem sido fundadas à custa deles mesmos as vilas de Campos e de S. João da Praia. Mandaram a Lisbôa um emissario, Francisco Manhães Barreto, do que resultou a designação do ouvidor do Rio de Janeiro, Fernando Leite Lobo, para ver as razões dos reclamantes (1733). Apurou-as, fez-lhes justiça, e foi a capitania sequestrada, até 1738, quando de novo restituída ao donatario, representado por seus filhos Martim e Luiz José, arrogantes e rancorosos. A Camara não quiz dar posse ao capitão-mór nomeado pelo governador do Rio de Janeiro (1739), e foi por este encarcerada. Atenuou a crise a criação da comarca do Espirito Santo

---

(1) Instrução para o governador Francisco da Cunha Menezes, *Invent. dos Docs.*, IV, 238.

e Campos, a que se seguiu a correição empreendida pelo novo ouvidor. A morte do visconde reavivou o conflito, pois a Camara se opôz à posse que em nome de seu sucessor foi tomar Martim Corrêa de Sá. Os seus partidarios e a tropa de que dispunha prepararam-se para reagir, mas o povo se lhes antecipou, revoltando-se, chefiado por Benta Pereira de Souza, seu filho Manuel Manhães Barreto, sua filha Mariana de Souza Barreto. ..(1) Investidos pelos rebeldes, foram desarmados os homens da casa do Visconde, aprisionadas as suas autoridades; e ficou a vila independente, em pé de guerra, triunfante da senhoriagem intoleravel. Prevalecia o seu espirito municipal. Vencia a sua teimosa resistencia. Ganhára por suas armas a autonomia. Por pouco tempo, é certo — porque Gomes Freire de Andrada, no Rio, temeu o precedente, temerário, e expediu prontamente 200 soldados, com o tenente do mestre de campo general João de Almeida e Souza, para repôr o capitão-mór destituído e restaurar o dominio do visconde. Pelo mar até Macaé, daí por terra, a fôrça marchou sobre a vila de Campos e a encontrou abandonada pelos insurrectos, que acharam preferivel retirar-se para os matos enquanto os seus procuradores iam requerer a el-rei o remedio de suas penas. O tenente do mestre de campo cumpriu as ordens recebidas, prendeu os revoltosos que pôde apanhar, mandou-os para a Baía, e aguardou que se fizesse contra os demais o devido processo. Foi feito pelo ouvidor Mateus de Macedo e enviado para a Relação da Baía. Interrompeu-lhe as consequencias o procurador dos campistas, que em Lisbôa se bateu pela extinção dos poderes do visconde de Asséca —o alferes Sebastião da Cunha Coutinho Rangel, pae do bispo Azeredo Cou-

---

(1) ALBERTO LAMEGO, *A Terra Goltacá*, II, cap. XXVI.



tinho (1). Diz-nos este, em 1750 se trasladou Sebastião para a côrte, expôz a D. José I a aflitiva situação da capitania, cuja riqueza encareceu (2), e tão persuasivamente que obteve — em 1754 — perdão geral, para os levantados de 1748, e mais a compra definitiva, para a qual os moradores entravam com 20 mil cruzados: “não só a dita Donataria, mas também todas as outras, que ainda havia no Brasil” (3). No Conselho Ultramarino apoiou a idéa da compra — e incorporação à corôa — da capitania de Campos o Dr. Rafael Pires Pardiniho (1751), com trinta e poucos anos de experiencia dos assuntos do Brasil. Em 26 de Agosto de 52 resolveu El-rei naquele sentido, e a capitania foi adquirida pela corôa, pelo baixo preço d’uma anuidade de 4 mil cruzados (1 de Junho de 53) (4).

Livre da opressão do donatario, dependente do governo do Rio de Janeiro, Campos entrou n’uma fase próspera, graças à multiplicação dos engenhos de açúcar, ao crescimento constante de seus rebanhos, à pacificação dos indios goitacazes (ou “coroados”), que tanto tempo lhe tinham perturbado a vida rural.

Em 1797 havia aí mais de 30 mil almas e 300 “fabricas de Engenhos” (5).

---

(1) A. LAMEGO, *op. cit.*, II, 387 e segs.

(2) “Exportava para o Rio de Janeiro e Bahia, só em gado vacum 15.000 cabeças, em cavalar, 3.000, em mantimentos, 85.000 alqueires de farinha e algumas centenas de caixas de açúcar, no valor de cerca de 400.000 cruzados”. LAMEGO, *ibid.*, II, 386. Os dizimos, em 1748, iam a 36 mil cruzados, *ibid.*, II, 443.

(3) J. J. DA C. DE AZEREDO COUTINHO, *Ensaio Económico sobre o Comercio de Portugal e de suas colonias*, p. 65, Lisboa 1816. O mesmo bispo se refere aos fatos de 1748 ufano da boa tradição municipal de sua gente e do exemplo paterno. O perdão e a compra foram resolvidos por D. José I em 26 de Agosto de 1752, LAMEGO, *ibid.*, ps. 433-4.

(4) A vila de Campos passou á jurisdição real em 30 de Nov. e S. João da Barra em 2 de Dez. de 1753.

(5) JULIO FEYDIT, *Subsidios para a História dos Campos dos Goitacazes*, p. 275, Campos 1900.

## MINAS GERAIS

Depois da pacificação promovida por Antonio de Albuquerque, das vilas fundadas por ele e seus imediatos sucessores, e da criação da capitania das Minas Gerais, o povoamento, na terra do ouro, perdeu as características tumultuárias do período "emboaba". E distingue-se do que observamos nas outras paragens do Brasil, por seu espírito fortemente português. Compreende-se isto. A atração das ricas lavras continuava a exercer-se (somada à do Distrito Diamantino, depois de 1729), e para aquelas montanhas afluíam colonos ambiciosos, clérigos, artistas, operários, bôa gente, militares e aventureiros, capazes de improvisar em Vila Rica, Sabará, S. João e S. José del-Rei, cidades iguais às da metropole, o culto divino com o mesmo esplendôr, ou ainda melhores galas, a vida social calcada nos mesmos tipos de convivência, costumes e sentimentos. Daí a impressão que conservam várias dessas localidades: revelam o século XVIII na pureza das linhas, nas suas fórmulas próprias. Por outro lado a formação municipal, eclesiástica, descentralizada, da capitania, apresenta um ritmo que se não descontinuou no tempo. Primeiro os arraiais, depois a freguezia, por fim a vila... (1).

## IGREJAS E CONFRARIAS

Depois da capela do padre Faria, a mais antiga "da vila e de todas as minas", a da Conceição do

---

(1) Monografias que devem ser consultadas sobre a historia das cidades mineiras, ALFREDO VALLADÃO, *Campanha da Princeza*, 3 vols., Rio 1937-42; GERALDO DUTRA DE MORAES, *Historia da Conceição de Mato Dentro*, Belo Horizonte 1942; AURELIANO LEITE, *S. Francisco de Paula de Ouro Fino*, São Paulo 1941; JOSÉ ALBERTO PELUCIO, *Baependi*, São Paulo 1942...

arraial de Antonio Dias (Ouro Preto), teve logo vigario colado, o Reverendo Dr. Felix Simões de Paiva (1). Mas em 1715, creada a vigararia da Senhora do Pilar de Vila Rica, se lhe deu a categoria de primaz, e aí tomaram posse os governadores que sucederam ao conde de Assumar (1721) (2).

A organização ecclesiastica precedeu e acompanhou a municipal, mais lenta. Capélas curadas e missões de religiosos itinerantes, entre 1709 e 1715 espalharam pelas minas o devido respeito aos preceitos da fé, que podiam cristalizar-se, em 1716, na fundação das primeiras Irmandades, antes até das freguezias, com os párocos colados, e das visitas pastorais do bispo distante. Assim a do Santissimo Sacramento, de Cachoeira do Campo, com cincoenta irmãos, já em 1716 (3). Dous anos depois, havia nas Minas 50 paróquias, com 2 mil freguezes em média cada uma (4).

## FREGUEZIAS DAS MINAS

Propuzera o conde de Assumar a criação de treze Igrejas para "vigararias coladas". Mandou el-rei crear vinte (16 de Fevereiro de 1724): duas em Ouro Preto (Conceição de Antonio Dias e Matriz), e Ribeirão do Carmo, S. João del-Rei, S. José do Rio das Mortes,

---

(1) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XVII, p. 356.

(2) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XVII, p. 357 e segs. A rivalidade entre os dous bairros de Ouro Preto ficou, tradicional, como um dos persistentes problemas locais. Tomou a fórma dum processo, perante el-rei, cada uma das freguezias a querer ser a primaz, em 1744, vd. *Rev. cit.*, vol. cit., ps. 356-364. Chegou até quasi os nossos dias.

(3) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XIII, p. 99. Sobre o desenvolvimento rápido da capitania, vd. AUGUSTO DE LIMA JUNIOR, *A Capitania das Minas Gerais*, p. 38, Lisboa 1940.

(4) Carta de D. Pedro de Almeida, 18 de Setembro de 1718, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 2.º, p. 477.

Caeté, Catas Altas, Serro do Frio, Cachoeira, Pitangui, Guarapiranga, Forquim, Ouro Branco, Rio das Pedras, Sabará, S. Sebastião, Santa Barbara, S. Bartolomeu, Raposos e Bom Retiro (1). O Bispado de Mariana ao fundar-se abrangia apenas 16 paróquias. O 1.º bispo creou 14 (2). Eram ao todo 65 na capitania, em 1778 (3).

A população escrava ascendia a 34.939 almas em 1718. Havia então 969 lojas nas Minas. Em 1734, o numero de negros cativos se elevava a 70 mil, talvez 90 mil... (4).

### FALTA DE COLÉGIOS

Até 1721 não havia mestre-escolas nas Minas, como a D. Lourenço de Almeida estranhou el-rei, mandando, em carta de 22 de Março daquele ano, "sejam obrigados em cada Vila a ter um Mestre que ensine a ler, e escrever, contar, que ensine latim, e os pais mandem seus filhos a estas escolas..." (5). Não deu resultado o alvitre. Muita falta os jesuitas fizeram, não entrando esse territorio com os seus Colégios, as missões, a cultura. Até 1773, quando foram fundadas as primeiras cadeiras régias em Vila Rica (uma de latinidade, uma de filosofia e duas de instrução primária) não houve colégio ali, exceção do Seminário de Mariana, de 1750, de que falaremos. A ausencia de aulas leigas, ou civis, e a atração exercida pelo Semi-

(1) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XVII, 333-4.

(2) DIOGO DE VASCONCELOS, *História da Civilização Mineira*, p. 73.

(3) *Memória Histórica da Cap. de Minas.*, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano II, fasc. 3.º, p. 439.

(4) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XII, 608.

(5) FEO DE CARVALHO, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, vol. 1.º, p. 347. Curiosa é a resposta do governador: "receio muito que estes (os rapazes) tomem pouca doutrina por serem todos filhos de negras...", *Rev. cit.*, p. 348.

nário para os j6vens inteligentes, que, d'outro modo, tinham de ir estudar ao Rio de Janeiro (1), explicam a difus6o, das letras latinas, o carater cl6ssico de seus primeiros documentos liter6rios, a predominancia dos padres, em numero e fortuna, na grande capitania.

De f6to, s6 depois do pr6vido governo de D. Lourenço de Almeida (1721-1732) e do brilhante periodo do conde das Galv6as, 1732-1735, as vilas mineiras completaram o aspecto urbano, de que iriam ufanar-se. Foi D. Lourenço que — replicando a D. Jo6o V, que queria acabasse nas Minas as mancebias, as uni6es ilicitas — informou cr6amente: "...E impossivel... porque em todas estas Minas n6o ha mulheres que hajam de casar, e quando ha algumas, que viessem em companhia de seus pais (que s6o raras) s6o tantos casamentos que lhe s6em que v6 o pai da noiva grande embaraço sobre a esc6lha..." (2).

## BISPO DE MARIANA

Pedindo a fundaço6o das primeiras Diocesses do interior do Brasil, D. Jo6o V elevou a cidade, com o nome de Mariana — em homenagem 6 rainha, D. Mariana d'Austria — a vila de Ribeir6o do Carmo (23 de Abril de 1745). S6 com esta condiço6o podia ser s6de de bispado. O Papa Benedito XVI, pela Bula, de 6 de Dezembro de mesmo ano ("Condor Lucis Eternae") instituiu as Dioceses de Minas Gerais e S. Paulo, e a prelazia de Goiaz.

Porque Mariana? O voto vencedor, no Conselho Ultramarino, para que a6 se instalasse o bispo, f6ra do

---

(1) Assim Jos6 Basilio da Gama, Claudio Manuel da Costa, Santa Rita Dur6o.

(2) FEO DE CARVALHO, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano XXIV, p. 360.

desembargador Rafael Pires Pardiniho. Obedeceu-lhe Gomes Freire, mandando fazer a planta do cidade nova, mas informando, que era sitio decadente, a matriz ameaçando ruina, parte do povoado destruida pelo rio... (1). Sem mudar de decisão, ordenou El-rei que se fizessem "casas conforme a planta", "elegendo-se sitio para praça espaçosa, demarcando-se ruas, que fiquem direitas, com bastante largura sem atenção a conveniencias particulares..." Pela primeira vez, a que parece, se traçava a cordél, com escrúpulos de simetria, uma cidade brasileira. O engenheiro foi ainda José Fernandes Pinto de Alpoim (2) — que havia de riscar com o mesmo critério o largo do Paço, no Rio de Janeiro. Nomeado bispo de Mariana o do Maranhão, o velho D. Manuel da Cruz, partiu de S. Luiz a 3 de Agosto de 1747, atravessou os sertões, sem prèssa de chegar, e a 28 de Novembro (do ano immediato) tomou posse solène de sua Cathedral (3). Logo constituiu o cabido, com os conegos de sua livre escõlha (4). E fundou o Seminário, que daria à vasta Diocese um clero nacional, instruido e numeroso: "com aulas de gramática, filosofia e moral, aonde concorrem imensos estudantes, a cultivarem as ciências..." (5).

Faleceu o bom prelado em 1764. Somente em 1771 foi nomeado para suceder-lhe D. Joaquim Borges de Figueirôa, que não chegou a tomar posse, por ter

---

(1) DIOGO DE VASCONCELOS, *História da Civillzação Mineira*, p. 26, Belo Horizonte 1935.

(2) DIOGO DE VASCONCELOS, *op. cit.*, p. 27.

(3) Itinerario do bispo: Pelo Itapicurú, Aldeias Altas, Canavieiras, no Piaul, onde se demorou sete meses, Brejo do Lucas, Barra do Rio Preto, rio de S. Francisco, Barra do Rio das Velhas, Itabira, Villa Rica, Mariana, vd. DIOGO DE VASCONCELOS, *op. cit.*

(4) Os conegos de Mariana foram por muito tempo sério motivo de preocupações para o prelado, a quem contrariavam, fundados na importancia de suas prebendas, o que resume Diogo de Vasconcelos, no seu citado livro.

(5) *Mem. Hist. da Cap. de Minas, Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano II, fasc. III, p. 439.

sido transferido para a arquidiocese da Baía. O seguinte nomeado foi o bispo de Macau D. Bartolomeu Mendes dos Reis, que também não se investiu no cargo, vago até 1778, quando coube a Frei Domingos de Encarnação Pontevel. Governou este o seu rebanho de 1780 a 93, preferindo porém morar em Vila Rica, onde morreu. “Frei Domingos restabeleceu as aulas do Seminário, nas quais lacionaram latim o celebre P. Antonio Rodrigues Dantas, autor de compendios até hoje inexcedíveis, e filosofia o conego Luiz Vieira da Silva”, implicado na Inconfidencia (1).

#### EM 1752

Das Minas em 1752 nos diz Gomes Freire, nas Instruções que deixou ao irmão: as vilas eram então a capital, Mariana, que se ressentia da decadencia das lavras, apesar de sua recente dignidade diocesana, Caeté, Sabará, cabeça de comarca, Pitanguí, “a onde ha alguma sombra da forma antiga das Minas”, vila do Príncipe, também ouvidoria, junto ao Tijuco, onde governava o intendente de diamates, S. João del-Rei, “uma das primeiras”, com “muita gente de distinção”, S. José do Rio das Mortas (2).

#### A SUNTUOSA VILA RICA

A capital das Minas fôra até 1726 tanto Ribeirão do Carmo (onde o governador tinha residencia) como Vila Rica (onde D. Lourenço de Almeida tomou posse do cargo). Este, em 18 de Junho de 1726, estabeleceu:

---

(1) DIOGO DE VASCONCELOS, *Hist. da Civ. Min.*, p. 81.

(2) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano IV, fasc. III e IV, ps. 732-4.

“Porquanto tenho assentado comigo o fazer maior assistência nesta Vila Rica, por ser assim mais conveniente ao Governo de S. Maj. que Deus guarde, por ser este povo muito numeroso, e estarem nela os membros todos, e as Casas da Moeda e Fundação; e porque a Vila de N.S. do Carmo é também numerosa, e é preciso que haja nela pessoa que a reja e governe, por que se conserve em paz... ordeno ao dº Cap. mór Rafael da Silva e Souza que governe a dita Vila enquanto eu não estiver nela...” (1).

Vila Rica transformou-se no governo do conde de Galvêas: foi o seu periodo de fausto celebre.

“..... Da maior riqueza  
Presentes tem talvez os santuarios  
Em que hão de esgõtar tantos erarios:  
Onde Roma há de ver em gloria rara,  
Que debalde aos seus templos disputara  
A grandeza, o valor e a preminencia (2).

## GOVERNADORES

Ao conde das Galveias sucedeu Gomes Freire de Andrada (26 de Março de 1736), governador do Rio de Janeiro, encarregado de administrar também as Minas, deixando na sua ausencia, n'um ou n'outro lugar, um governador interino. Este foi ali Martinho de Mendonça Pina e Proença (15 de Maio de 36 a De-

(1) *Rev. do Arq. Publ. Min.*, IX, 348.

(2) CLAUDIO MANUEL DA COSTA, *Vila Rica, Obras*, II,, 258. Justificava-se: 14 fontes “todas de maravilhosa e cristalina agua” (*Mem. Hist.*, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, II, 445), duas igrejas paroquiais, duas ordens tercelras, várias igrejas opulentas, e as suas pontes de traço artistico. E' ver a receita: Vila Rica, em 1778, rendia 5:960\$536.



zembro de 37) (1) e mais tarde, quando Gomes Freire teve de chefiar a comissão delimitadôra do sul, seu irmão José Antonio Freire de Andrada (Fevereiro de 52 a Abril de 58). Voltou a capitania a ter governador exclusivo em 28 de Dezembro de 1763, com Luiz Diogo Lobo da Silva, que entregou o cargo em 16 de Julho de 68 ao conde de Valadares (D. José Luiz de Menezes Abranches de Castelo Branco). Governou este até 22 de Maio de 73, quando foi substituído por Antonio Carlos Furtado de Mendonça. Nomeado para comandar a defêsa da ilha de Santa Catarina (2), Antonio Carlos passou o governo ao coronel Pedro Antonio da Gama Freitas (13 de Janeiro de 75), que o transmitiu a D. Antonio de Noronha (1775-1780). Foi seu sucessor D. Rodrigo José de Menezes (20 de Fevereiro de 1780-10 de Outubro de 83), a quem se seguiu Luiz da Cunha Menezes (o "Fanfarrão Minesio" das "Cartas Chilenas", que construiu o magnifico edificio da Cadeia de Ouro Preto), 20 de Outubro de 83 a 11 de Julho de 88. O visconde de Barbacena (Luiz Antonio Furtado de Mendonça), governou de 11 de Julho de 88 a 9 de Agosto de 97: no seu periodo houve a "Inconfidencia Mineira". Bernardo José de Lorena exerceu o governo entre 9 de Agosto de 1797 e 21 de Julho de 1803.

## SÃO PAULO

A Carta régia de 9 de Maio de 1748 submeteu a capitania de S. Paulo ao governo do Rio de Janeiro

---

(1) Vd. posse dos governadores, *Rev. dos Arq. Publ. Min.*, IX, 309 e segs.

(2) De caracter violento e despótico, os magistrados de Ouro Preto representaram contra os seus excessos, 16 de Dez. de 1774, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, VI, 188.

(1), do qual só foi apartada, retomando a antiga autonomia, com a nomeação do morgado de Mateus para capitão-general, em 1765.

Dos governadores da primeira metade do século já tratamos, a propósito de S. Paulo e Minas Geraes (1709-1720), e de Rodrigo Cesar, Silva Caldeira, conde de Sarzedas, D. Luiz de Mascarenhas. Vimos as providencias de guerra e expansão territorial tomadas por Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, morgado de Mateus, no seu operoso periodo, assinalado pela fundação do presidio de Iguatemi, pelo descobrimento de Guarapuava, pela exploração do vale do Tibagi, pela fundação de vários estabelecimentos na linha de comunicações do Rio Grande com a feira de Sorocaba. Governou entre 7 de Abril de 65 e 14 de Junho de 75, quando foi substituído por Martim Lopes Lobo de Saldanha (daquella data a 16 de Março de 82). Successivamente governaram, em carater interino, o brigadeiro José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, comandante do regimento de Estremós instalado no Rio de Janeiro; Bernardo José de Lorena (2), 1788-1797; Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça, 1797-1802; Antonio José da Fonseca e Horta, 1802-1811.

A ouvidoria de S. Paulo datava de 1700, quando veiu com regimento minucioso o ouvidor Antônio Luiz Peleja (3).

---

(1) Por terem sido creados os governos de Goiaz e Mato Grosso, o de S. Paulo foi entregue ao capitão general do Rio de Janeiro e Minas Geraes, Gomes Freire, ficando o governador de Santos com a parte militar de S. Paulo e Paranaguá, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, XVI, 336.

(2) Conserva-lhe o nome a cidade de Lorena. Sobrinho do marquês de Tavora, depois de governar S. Paulo e Minas Geraes, foi 5.º conde de Sarzedas, 1805, e governador da India, 1807 a 1816. Faleceu no Rio de Janeiro, onde residia a Côrte, em 1818, TEIXEIRA DE ARAGÃO, *Descrição Geral etc.*, III, 345.

(3) *Documentos Interessantes para a Hist. de S. Paulo*, LIII, 62.

Em 1717 foi nomeado ouvidor geral de S. Paulo Rafael Pires Pardini (1), um dos mais sagazes juizes que à colonia mandou Portugal, destinado a grande e notavel carreira. O seu primeiro exito foi a diligencia de que resultou a prisão do "maior regulo que houve na dita capitania", Bartolomeu Fernandes de Faria (2). Viajou toda a comarca em correição memoravel. Viu os campos de Curitiba e o porto de Paranaguá. Tão extensa era a sua jurisdição, que logo em 1724 se dividiu em duas comarcas, ficando a de Paranaguá com as vilas de Iguape ao rio da Prata (10 de Fevereiro de 1725 (3)).

Sem as terras do ouro que tinham descoberto (Minas, Goiaz, Cuiabá), sem o descimento de indios, sem fáceis communicações entre o interior e o litoral, viviam os paulistas com pobreza e retraimento nas vilas modestas, "a maior parte miseraveis porque os seus efeitos, que são os mantimentos, apenas dão para vestirem e comerem o sal..." (Manuel Cardoso de Abreu, "*Divertimento Admiravel*", 1780) (4). Haja vista a comparação de suas rendas municipais. Enquanto a cidade de S. Paulo arrecadava 660\$511, Paranaguá recebia 450\$570, Santos 311\$966... A receita da capitania, de 21:277\$271 em 1732, em 1735

(1) Prov. régia de 7 de Abril de 1717, concedendo-lhe ajuda de custo, *Doc. Interessantes*, XLIX, 222. Depois de sua proficua ouvidoria, Pardini exerceu altos postos, como integro juiz que era. Vê-lo-emos na inspeção dos diamantes. Terminou desembargador e conselheiro do Conselho Ultramarino, a par de Alexandre de Gusmão.

(2) Carta régia de 25 de Dezembro de 1718, *Doc. Inter.*, XLIX, 250.

(3) ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS, *Mem. Hist.*, p. 116. O 1.º ouvidor foi Antonio Alves Lanhas Peixoto, vítima dos *pataguás* quando voltava de Cuiabá.

O principal commercio de Paranaguá seria o de *herba mate*, ou *congonha*, cuja exportação para Buenos Aires já era aconselhada em 1722.

(4) ROBERTO SIMONSEN, *Historia Economica*, I, 355. Subira a população de 117 mil, em 1777, para 170 mil habitantes, em 1801, MACHADO DE OLIVEIRA, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, tomo 18.

paráva em 31 contos, e estava ainda em 47 contos em 1775. Em 1802 orçava-se em 77:673\$000 (1).

Assim os direitos de entrada em 1776: Minas, 754:953\$; Goiaz, 154:324\$; Cuiabá, 27:006\$; São Paulo, 7:716\$000 (2).

## GOIAZ

O 1.º governador de Goiaz, conde dos Arcos, fundou as casas de fundição de Vila Bôa e S. Felix. Rendeu esta, em quatro anos, 45 arrôbas para el-rei. Mandou tambem fazer o mapa da capitania, por Francisco Tossi Columbina (3). O governador José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho fez explorar, em 1773, o Tocantins, abrindo as comunicações comerciais com Belem do Pará, por Antonio Luiz Tavares Lisbôa (4). Contra os desejos da Côrte, os caminhos de muito batidos pelos tropeiros e contrabandistas de ouro, de Paracatú, para as Minas, e do rio de São Francisco, para a Baía, nunca mais se fecharam. Decafu a produção aurifera de Goiaz mesmo antes do declínio que empobreceu as Minas Gerais. Basta vêr-se a arrematação dos direitos de entrada. Antes de 1738, andavam em 8 arrobas de ouro. De 1762 a 65, valiam 40:400\$. De 1765 a 74, 96:760\$. De 1774 a 82, passara a 26:529\$, e de 1782 a 88, apenas a 22:624\$... (5). Transitória fôra igualmente a pros-

(1) *Inv. dos Docs.*, VI, 235.

(2) VILHENA, *Cartas*, II, 425. Em 1753, o quinto rendeu em Vila Boa 169.080 oitavas, em S. Felix, em 1755, 59.569.

(3) Doc. in ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Históricas*, ps. 55-60.

(4) A população de Goiaz orçava em 50.135 individuos em 1804, dos quais 7.273 brancos, SAINT-HILAIRE, *Viagem ás nascentes do Rio S. Francisco*, I, 294, trad. de Clado R. Lessa, S. Paulo, 1937.

(5) Vd. Memória sobre o melhoramento da Prov. de S. Paulo, 1810, de ANTONIO RODRIGUES VELLOSO DE OLIVEIRA, *R. do I. H.*, XXI, parte 1.ª.

peridade da zona diamantifera de Pilões, para a qual o contratador Felisberto Caldeira distraíra duas centenas de escravos, sem os lucros que previra. Compensou tal ruina a criação de gado, a que se dêram os habitantes, desocupados com o esgotamento das lavras.

## MATO GROSSO

Desmembrada de S. Paulo as duas novas capitâneas, de Mato Grosso e Goiaz, em 1749, vieram governá-las D. Antonio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja (1) e D. Marcos de Noronha, 5.º conde dos Arcos.

O primeiro tomou posse em Cuiabá a 17. de Janeiro de 1752: porem não ficou na vila decadente. Levava ordem para fundar outra, que fosse a capital, o mais perto possivel dos espanhões e de modo a vigiar a indispensavel comunicação fluvial com o Pará (Guaporé, Mamoré, Madeira). Escolheu, à beira do Guaporé, Pouso Alegre, onde creou — a 19 de Março daquele ano — Vila Bela. A idéa a que obedecia era simples: fortificar a fronteira, cobrindo o territorio entre Vacaria de Mato Grosso e a bacia amazônica; e fazer do Pará o escoadouro de seus produtos. Azambuja, imaginoso e entusiasta, quiz dar a Vila Bela os

---

(1) Afonso Taunay publicou extratos do seu interessante diário de viagem, *An do Mus. Paul.* III, 207-12. O conde de Azambuja foi o 2.º vice-rei do Brasil, domiciliado no Rio de Janeiro. Sobre a sua linnhagem, vd. JULIO DE CASTILHO, *Lisbõa Antiga*, III, 77 (2.ª edição). Foi seu sobrinho neto o 1.º duque de Loulé, casado com a infanta D. Ana de Jesus Maria, filha de D. João VI.

Veiu com a companhia de dragões e o 1.º juiz de fóra de Mato Grosso, Dr. Teotonio da Silva Gusmão, doc. in A. TAUNAY, *Rev. do Inst. Hist.*, LIV, 47. Vd. carta do conde de Atouguia, *Invent. dos Doc.*, I, 50. Descreveu em curiosas páginas as ruínas atuais de Vila Bela, Mme. R. COURTEVILLE, *De L'Argentine a l'Amazonie*, ps. 104-41, Paris 1931. A partir de 1825, ficou sendo Cuiabá a capital de Mato Gosso.

ornamentos de cidade grande. São os monumentos dessa iniciativa as ruínas que dela restam.

Grande governo fez Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1771-1791), sucessor de Luiz Pinto de Souza Coutinho (1). Preocupou-se sobretudo com a demarcação prática da fronteira, não por meio de postos provisórios, senão de fortalezas e de povoados, que a segurassem definitivamente. Em 1775, mandou levantar no Fêcho dos Morros o baluarte que, à margem direita do rio Paraguai, e com o nome de forte de Coimbra, seria como a porta de acêso do Brasil meridional, fechada aos ribeirinhos do curso inferior. No ano imediato fez construir, com igual intenção, a porta de oeste, isto é, a fortaleza do Príncipe da Beira, na confluência do Mamoré e do Madeira, destinada a vigiar a comunicação entre as bacias do Amazonas e do Paraguai-Paraná, e a impedir que os espanhóis utilizassem aquele caminho entre as missões de Mochos e Chiquitos e o vale do Solimões. Não se limitou, nessas duas obras, às estacadas e modestas casernas que a pobreza do sertão estava a aconselhar: fez pezadas e vastas fortificações que enfrentariam os séculos. A do Príncipe da Beira (desenhada por Domingos Sambocetti) tinha quatro baluartes e quartéis para grande guarnição: isolada à beira do Guaporé, com o mato à volta, imensa e geométrica, representa o mais consi-

---

(1) Luiz Pinto foi depois visconde de Balsemão (1801), ministro em Londres (1774), secretário da guerra (1778) e daí por diante ministro, a quem o Príncipe Regente D. João deu a sua confiança, apesar de suas indecisões e de sua timidez... ou por isso mesmo. Casou-se por procuração, ainda em Mato Grosso, com D. Catarina de Lencastre, notável poetisa (Tereza Leitão de Barros, *Escritoras de Portugal*, II, 103, Lisboa 1924), que não veio ao Brasil, e foi rival da marquesa de Alorna, *Memórias do Marquês da Fronteira*, I, 212, a inquieta Alcipe, aliás desenganada adversária do visconde (Vd. *Inéditos da Marquesa de Alorna*, seleção de Hernani Cidade, p. 179. Lisboa 1941). Governou Luiz Pinto de 1769 a 72. Tivera ordem de Pombal para auxiliar os vizinhos castelhanos na expulsão dos jesuítas, Vd. Virgílio Correa Filho, *As Ratas de Mato Grosso*, IV, 61, S. Paulo 1926 .

deravel esforço da engenharia portugueza no Brasil central (1). Fundou tambem Luiz de Albuquerque o logar a que deu o nome (1778), mais tarde Corumbá, Vila Maria do Paraguai (1778), depois São Luiz de Cáceres, em sua homenagem, e afirmou com isto as divisas territoriais, que prevaleceram. Continuou eses plano de delimitação real Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que em 1797 fez edificar o presidio que lhe levou o apelido (Miranda) (2).

### SANTA CATARINA

A ilha de Santa Catarina, que Frézier descreveu, em 1711, com uma centena de portugueses espalhados pela costa n'um isolamento pobre (3), subitamente valorizada, pela resoluta marcha para o sul da colonização, que a tomou como escala e apoio — elevada a capitania em 1738 e povoada de casais ilhéos, prosperou devagar. A ocupação espanhola, e vae-e-vem dos colonos, principalmente o recrutamento de numerosos açorianos, obrigados a largar as lavouras para seguir, no “continente”, a sorte das armas, impediram que a ilha se transformasse em poucos anos no jardim ou no pomar, que idealizára Silva Paes. Em 1763 (ao

---

(1) E' de 1776, 20 de Junho, a data que se lê na pedra existente sobre o portão do forte do Principe da Beira. Vd. Virgilio Corrêa Filho, *Luiz de Albuquerque*, p. 198 (*An. do 3.º Congr. de Hist. Nac.*, Rio 1942).

(2) De Miranda saiu em 1802 uma força que destruiu o fortim de S. José, que os castelhanos tinham levantado á margem do rio Apa. Vd. V. CORREIA FILHO, *Mato Grosso*, p. 168, Rio 1939). Caetano Pinto foi mais tempo capitão general de Pernambuco (1804-1817).

(3) LUCAS BOITEUX, in *Rev. Trimensal do Inst. Hist. e Geogr. de Santa Catarina*, 3.º e 4.º, p. 129 (1914). Outros informes, in SAINT-HILAIRE, *Viagem á Província de Santa Catarina*, p. 30 e segs., trad. de C. da Costa Pereira, S. Paulo 1936.

visitá-la Bougainville) a vila tinha umas 150 casas terreas; e a ilha, em 1783 (quando a viu La Pérouse) 3 mil habitantes (1).

A comarca é de 1749 (2).

Formou o núcleo da guarnição o regimento que Silva Paes creára ao findar a capitania — alcunhado mais tarde, pelo colete verde do uniforme, de “Barriga verde” (3).

A história desse batalhão é quasi a da fronteira meridional, de 1753 por diante (4).

A pesca da baleia animou o litoral depois de 1746 (armação da Piedade, no continente fronteiro à ilha), principalmente quando a contratou, em 1765, Inácio Pedro Quintela. N’um só ano aquele estabelecimento desmanchou 520 baleias (5).

(1) A vila do Desterro, que datava de 1726, quando a erigiu o ouvidor de Paranaguá, tinha mil habitantes, em 1783, segundo La Pérouse. Krusenstern, em 1803, reparou no progresso da ilha, que muito diferia das descrições anteriores. (Vd. TAUNAY, *Santa Catarina nos anos primeiros*, An. do Mus. Paul. IV, 201-320. Sobre a sua estatística, SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, ps. 48-9. Desterro possuía 5 a 6 mil almas em 1808, OSVALDO CABRAL, *Santa Catarina*, p. 103.

(2) Separada em 1738 da capitania de S. Paulo, Santa Catarina foi submetida ao Rio de Janeiro, e teve os limites fixados em 1747 (do S. Francisco do sul ao Rio Grande).

(3) LUCAS BOITEUX, *Notas para a Hist. Catarinense*.

(4) E’ compreensível o orgulho catarinense pelos “barrigas-verdes”, apelido extensivo aos habitantes da provincia. Ficou no populario:

Tantos quantos somos  
Lá havemos de chegar,  
Arredem! abram alas!  
Qu’os Barrigas Verdes vão passar.

(Cantiga marcial, cf. LUCAS BOITEUX, Campanha de Missões, in *Jornal do Comercio*, Rio, 21 de Março de 1937).

Depois de ter figurado honrosamente em inúmeros combates, o esplendido batalhão foi dissolvido em 1832.

(5) A empresa teve de lucro 4 milhões de cruzados. As armações principais foram Lagoinha, 1772, Itajai, S. João de Itapocoroi, Garopaba e Imbituba. Em 1801 as armações passaram à administração régia, decaindo logo a industria, quasi extinta em 1816. (Vd. OSVALDO R. CABRAL, *Santa Catarina*, ps. 90-1).



## RIO GRANDE DO SUL

A fronteira do Rio Grande conservou, pelo resto do século XVIII, o seu aspecto militar, acentuado pela oscilação dos limites e as incursões violentas, que finalizaram com a ocupação das Missões em 1802.

O estabelecimento do Rio Grande, em 1737, precedeu a colonização da zona do norte, entre a Vacaria e o Jacuí, pela necessidade de fechar aos espanhóis a barra da Lagoa dos Patos. Mas vários lagunenses tinham as suas estancias pela Vacaria, quando se instalaram no Viamão, em 1742, os primeiros casais açorianos, donde se chamam Porto dos Casais (1), em 3 de Dezembro de 1747, e até 1773, o lugar que foi elevado à freguezia e séde do governo, com a designação de Porto Alegre, vila, capital da capitania em 1808.

Tres foram, pois, os núcleos de irradiação do povoamento riograndense: de Viamão (apoiado ao Porto dos Casais), unindo a Santa Catarina e a São Paulo, pelo "caminho dos conventos", os campos e as imensas reservas pastorís da região; do Rio Pardo, sobre as Missões, ao oeste, e a fronteira meridional, posto avançado que servia de quebra-mar, em face da penetração guaraní-hispânica; e de S. Pedro do Rio Grande, sobre a costa de albardão, o velho itinerário da Colonia do Sacramento.

Nessa fixação avultaram duas forças conexas: os Dragões, como base da organização militar, à cuja volta se agrupavam os aguerridos "vaqueanos" da planície; e os colonos açorianos, admiravelmente adaptados desde logo à vida rude do pastoreio, "de a ca-

---

(1) O fundador de Porto Alegre foi Jeronimo Dorneles, da Madeira, casado com paulista (1723), e fal. em 1771, *Boletim Municipal*, vol. 3.º, p. 100, Porto Alegre 1941.

valo”, nas vastas estancias recheiadas de gados “cimarrões” ou chucros. A aliança dos ilhéos e dos Dragões creou um espirito diferente, uma população de inconfundíveis qualidades próprias; creou o “gaúcho” (1). Os Dragões do Rio Grande foram aí localizados por Silva Paes. Os do Rio Pardo foram ali deixados por Gomes Freire em 1752 (2). Pioneiros brancos disseminaram-se pelas cercanias dos fortes, que assinalavam a linha contínua da dominação portuguesa. Em 1774 havia nesse territorio 17.923 almas, sendo 2.421 no Rio Grande, 2.377 no Rio Pardo, 1.512 em Porto Alegre e 1.254 no Estreito (3). A criação era a riqueza comum e áspera dessa gente predisposta à existencia sóbria, aguerrida e livre dos campos sem fim. A criação dispersiva, faminta de espaço, exigindo um constante avanço, aliada às conveniencias militares da colonização expansiva, unindo soldados e vaqueiros n’um esforço harmônico e heroico de defesa e de conquista. Depois, as xarqueadas, ensejando a fundação de vilas prósperas, encorajaram o comércio, valorizaram a pecuaria, dêram estabilidade e esplendôr a uma classe sedentária de industriais e exportadores. Graças a essa densidade economica o Rio Grande do Sul re-

---

(1) Do “Diario Resumido”, do Dr. José de Saldanha: “Gauches (sic.), palavra espanhola usada neste País para expressar aos Vagabundos ou Ladrões do Campo, quais Vaqueiros, costumados a matar os Touros chimarrões, a secar-lhes os couros e a levá-los occultamente às Povoações, para a sua venda ou troca por outros gêneros”. (*An. da Bibl. Nac.*, LI, 181). Como *tantos vocábulos de origem depreciativa* transformados em orgulhosa definição de gente e estirpe — este se tornaria um designativo comum, dos rio-grandenses ufanos de sua cavalheiresca tradição: os “de a cavalo”, gauchos (nome reservado aos vaqueanos nos países vizinhos de lingua castenhana). E o étimo?

(2) O povoamento de mais de dous terços do Rio Grande é obra dos Dragões do Rio Pardo” FERNANDO LUIS OSORIO, *Sangue e Alma do Rio Grande*, p. 195, Porto Alegre 1937. Em 1833 passaram a ser o 5.º regimento da Cavalaria.

(3) Valoriza a vantagem do maior contingente branco, JORGE SALIS GOULART, *A Formação do Rio Grande do Sul*, p. 127., Porto Alegre 1933. Em 1814: 35.991 brancos, 20.661 negros, 8.655 indios, apenas 5.399 mestiços.

forçou rapidamente — entre o tratado de Santo Ildefonso e a anexação das Missões — a sua estrutura e a sua resistencia.

Dependia do ouvidor de Santa Catarina e do bispo do Rio de Janeiro (1).

Mereceu ser elevado a capitania real (Carta-régia de 19 de Setembro de 1807).

---

(1) Creado o bispado de S. Paulo, 1745, Santa Catarina e o Rio Grande passaram á sua jurisdição, mas, restaurada a capitania de S. Paulo em 1765, ficaram dependentes da diocese do Rio de Janeiro. Esta situação permaneceu para o Rio Grande até 1853, quando tomou posse o seu primeiro bispo, *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul*, XII, 4.º trim., p. 238.

Da ouvidoria de Santa Catarina se emancipou por alv. de 16 de Dezembro de 1812, que creou a comarca de Porto Alegre, *Boletim Municipal*, vol. 4.º, n. 8, p. 271, Porto Alegre 1941.

## INCONFIDENCIA MINEIRA

## O AMBIENTE

A Independencia da America inglêsa foi o grande acontecimento de 1774-81.

As idéas do seculo — a literatura liberal, a filosofia racionalista, o sentimento revolucionário — rolando da Inglaterra para a França, e daí para o Novo Mundo, coroadavam-se com uma geral transformação politica. Não era somente uma colonia, ou um grupo de colonias, que se separava — com a força irresistivel do seu “patriotismo” recente — da metropole intolerante. Era a melhoria das condições de vida pelo repúdio das leis opressivas, dos monopolios detestaveis, dos impóstos esmagadôres; os póvos que se “libertavam” d’um poder asfixiante; a consciência de sua jóvem nação descoberta por uma elite de pensadôres e soldados, que se sentiam capazes de refazer o governo dando-lhe a fórma elegante e justa dos regimes que Locke e Montesquieu tinham considerado exemplares!

Poder-se-ia evitar o contágio desses principios? Seria imaginavel a indiferença das outras regiões americanas pelo que sucedera em Boston e em Philadelphia? Porventura não havia fátos subseqüentes, que faziam imensamente popular a revolução? As publicações francêsas, a crise que se declarára em Paris, com a decadencia da monarchia absoluta, o predominio dos

agitadores burgueses, logo os motins de 1789. Tudo isso creava uma atmosfera de rebelião latente e natural, a que o Brasil não se eximiria. A Inconfidencia Mineira corresponde a um reflexo desse estado geral do espirito na Europa. O seu ambiente, na capitania do ouro, era o mais proprio para um choque imediato: tal o desgosto que ali havia, com o empobrecimento das lavras, o arbitrio dos governadores, a ameaça da cobrança violenta dos “quintos del-rei”, ou fosse a “derrama”, execução esta que arruinaria a quasi todos os mineiros. Em Vila Rica os animos começavam a exaltar-se. Certo, ao despótico D. Luiz da Cunha Menezes (o “Fanfarrão”, das “Cartas Chilenas”) succedêra o 6.º visconde de Barbacena, homem culto e moderado (1). Mas estava no seu programa a “derrama”, e a “conspiração” ia alta quando dela teve conhecimento.

A Inconfidencia não saiu do circulo confidencial onde a tramaram poetas e eclesiasticos, envolvidos depois no processo; não se objetivou em atos de rebeldia; nem passou de intenções mais ou menos definidas nos depoimentos tomados aos presos.

Traduzia uma atitude mental. Equivalia a uma confissão de nacionalismo, a amadurecer em impaciencia e autonomia, e de incompatibilidades nitidas. Servia de indice à evolução intelectual do Brasil. Os conjurados trocavam impressões d’um nativismo extremo; lembravam o succedido nos Estados Unidos; julgavam-

---

(1) Luiz Antonio Furtado de Castro do Rio de Mendonça, 6.º visconde e 1.º conde de Barbacena, nasc. em Lisboa, 1754, e fal. em 1830. Desde cedo revelou talento e gosto pelas ciências naturais. Formou-se em Coimbra, foi um dos fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, com Lafões e o abade Serra, e seu secretario, 1780-88; governou as Minas de 88-97, e, no Reino, exerceu os altos postos de presidente da mesa de consciencia e ordens, conselheiro de Estado, secretario da mesa da Santa Casa.... Em 1808 esteve entre os que foram oferecer a corôa a Napoleão, *Mem. do Marq. de Fronteira* 1, 42. Mas combateu os franceses, *ibid.*, ps. 85 e 92, e teve boa parte nos sucessos posteriores á revolução de 1820.

-se também aptos para a independência, a república; e conferiam os seus argumentos “brasileiros”. Se não fosse uma tentativa de ordem política — qual o rompimento com o governo del-dei, poderia ser um levante de índole cultural — na emancipação de sentimentos que assinála a maioria das colônias a vésperas do desafio, da luta, da soberania.

Começou por uma denúncia e acabou no martírio d’um réo modesto e altivo, o “Tiradentes”.

### JOAQUIM SILVERIO

Em 14 de Março de 1789, intempestivamente, o visconde de Barbacena suspendeu a “derrama” que devia ser lançada, e declarou que o assunto seria melhor estudado. Soubéra da conspiração, em marcha, por varias pessôas, a quem mandou escrevessem o que lhes constára desses projéto sediciosos. O primeiro, o coronel de cavalaria dos Campos Gerais Joaquim Silverio dos Reis — aliás antigo arrematante do Contrato das Estradas, premido pelas dividas que o arruinavam (1) — escreveu em 11 de Abril: Que em Fevereiro fôra ao arraial de Lage ver o seu Regimento, e entristecido pela noticia de que seria dissolvido, segundo os planos do capitão-general, proferiu palavras

---

(1) “...Sendo um dos mais descontentes daquela capitania pela grande soma que deve á Fazenda Real procedida do tempo em que foi Contratador do Contrato das Entradas, pela qual se via muito apertado... carater disposto para qualquer maldade...”, carta de Luiz de Vasconcelos, 16 de Julho de 1789, *Autos da Devassa* VI, 188. Rio 1936. Teve de premio a pensão de 400\$000 anuais, 4 de Agosto de 1808, quando já a côrte no Brasil, fôra o foro de fidalgo e o habito de Cristo, 20 de Outubro de 1794, ALBERTO LAMEGO, *Mentiras Históricas*, p. 17. Viveu depois, em Campos, 1795-97, onde cometeu muitas arbitrariedades, e no Maranhão. Faleceu aí em 1819.

Filho do delator, foi o homônimo, Joaquim Silverio dos Reis Monte Negro, natural de Campos, capitão de fuzileiros no Rio, que viera do Reino com a corte, doc. in *Autos da Devassa*, VI, 335, cavalheiro fidalgo em 1813, e faleceu em 1855, A LAMEGO, *op. cit.*, p. 36.

amargas, que induziram ao sargento mór Luiz Vaz de Toledo confiar-lhe o grande segredo. Haveria sublevação do povo; o ouvidor Tomaz Antonio Gonzaga, removido para a Relação da Baía, mas retido em Vila Rica a pretexto do casamento tratado com D. Maria Dorôtéa Joaquina de Seixas, já preparava as leis do "novo regime", ligado ao coronel "Inácio José de Alvarenga e o P. José da Silva de Oliveira e outros mais, todos filhos d'America, valendo-se para reduzir a outros do alferes, pago, Joaquim José da Silva Xavier", "60 dos principais destas Minas", incluindo o tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, comandante da tropa paga. Atacariam o governador e seus auxiliares, matando-os, levantariam os tributos para socegar o povo... (1).

Logo a 15 de Abril o tenente coronel Basilio de Brito Malheiro completou o informe: que ouvira declarações sediciosas do mesmo alferes Xavier, por alcunha o Tiradentes; que falava de "Republica livre, assim como fizeram os Americanos inglêses, em cuja materia já conversam com muito pouca cautela algumas pessôas mal intencionadas" (2); que as reuniões deviam ser em casa do Dr. Claudio Manuel da Costa e do ouvidor Gonzaga; que o primeiro lhe confirmara, "os Americanos inglêses foram bem sucedidos porque acharam só tres homens para a campanha e que nas Minas não havia um só e que só o Tiradentes andava feito corta-vento, mas que inda lhe haviam de cortar a cabeça..."; ao contrario do conego Luiz Vieira, que o considerava animoso ("se houvessem muitos como ele, que o Brasil era uma Republica florente, e que um principe europeu não podia ter nada com America,

---

(1) Carta in *Autos da Devassa*, I, 6-10, Rio 1936 (Publ. do Ministerio da Educação, a que seguimos neste retrospecto).

(2) As demais referencias ao modelo vem nos depoimentos de Claudio, Alvarenga, Maciel, Tiradentes...

que é um país livre, e que o rei de Portugal nada gastou nesta conquista..." (1). O mestre de campo Inácio Corrêa Pamplona reiterou a acusação, em 20 de Abril.

### A PRISÃO DOS CONSPIRADORES

O visconde de Barbacena agiu prudentemente. Ao mesmo passo que pediu ao vice-rei prendesse no Rio de Janeiro o Tiradentes, que lá estava, ao que diziam para propagar a revolta, inquiriu o tenente-coronel Francisco de Paula (2), que, com a responsabilidade do seu comando, não podia faltar à verdade. Confessou que em Janeiro fôra procurado pelo coronel Inácio José de Alvarenga, alferes Xavier e vigário de S. José del Rei Carlos Corrêa de Toledo, que começaram a "tratar do estado atual deste País, das suas produções e motivo da total decadencia". Mais tarde o padre José da Silva Rolim lhe disse que os povos se achavam consternados com a noticia da Derrama "e por este motivo dispostos para qualquer ação..." A outros ouviu conceitos parecidos. A carta do coronel é de 17 de Maio. Francisco Antonio de Oliveira Lopes, no dia 19 do mesmo mez, contando que Joaquim Silverio dissêra, "esta terra podia ser um imperio", ajuntou, que por uma carta de Coimbra se verificava que até lá chegara o boato, da próxima insurreição (3).

---

(1) *Autos da Devassa*, I, 28.

(2) O tenente coronel, filho natural do capitão general José Antonio Freire de Andrada, 2.º conde de Bobadela, e de D. Maria do Bom Sucesso Corrêa de Sá, nasceu no Rio e tinha 33 anos, *Autos*, IV, 206. Casára-se com D. Isabel Alves Maciel, irmã de José Alves Maciel, e a ele mais particularmente alude o visconde de Nogueira da Gama — a propósito da passagem dos presos por Mattias Barbosa, fazenda de seu avô, o coronel Manuel do Valle Amado: *Minhas Memórias*, 192-3, Rio 1893.

(3) *Autos da Devassa*, I, 58.



Tinha pois o governador elementos suficientes para deter os implicados. Na madrugada de 23 de Maio o tenente coronel Francisco Antonio Rebello prendeu Gonzaga, logo enviado para o Rio de Janeiro (1), assim como Inácio José de Alvarenga e o vigário Carlos de Toledo (2).

Para ouvir os demais detidos em Vila Rica foram designados, por portaria de 12 de Junho, o corregedor da comarca, desembargador Pedro José Araujo de Saldanha, e o ouvidor de Sabará, José Caetano Cesar Manitti (3). Mas o primeiro interrogatorio — coronel Domingos de Abreu Vieira — foi tomado em 27 de Maio (4). A partir de 16 de Junho depuzeram réos e testemunhas: o mesmo Abreu Vieira, que contou o projéto dos rebeldes de mudar a capitã para S. João del-Rei e aí instalarem “estudos como em Coimbra em que tambem se aprendessem as leis”; o tenente coronel Basilio de Brito, que insistiu na primitiva denuncia, esclarecendo que Tiradentes exhibia o “Mapa de todos os habitantes desta Capitania”, para mostrar que eram 400 mil; o sargento-mór de Minas Novas, José Joaquim da Rocha, que assistira a uma pateada na Opera do Rio de Janeiro ao entrar Tiradentes, “porque andava espalhando por aquela cidade que ele ainda

---

(1) TOMAZ BRANDÃO, *Marilla de Dircão*, p. 181.

(2) Alvarenga foi preso em 19 de Maio, em S. João del-Rei, e o vigário Toledo nas vizinhanças de S. José del-Rei. Gonzaga seguiu só para o Rio, T. BRANDÃO, *ibid.* 186. Para prevenir um possível motim, o vice-rei mandou para Minas duas companhias de infantaria e uma companhia da sua guarda, *Autos*, VI, 190.

(3) Tambem poeta, fizera versos, em 1775, comemorando a inauguração do monumento de D. José I, TOMAZ BRANDÃO, *op. cit.*, p. 182.

(4) *Autos*, I, 59 e 61. A ordem do governador, para prender Gonzaga e o tenente coronel Domingos de Abreu Vieira, fora de 21 de Maio, *Autos*, I, 69. O tenente coronel fora o ultimo administrador do contrato dos dizimos. Denunciou o vigário Toledo e Alvarenga como “os mais fortes Partidaristas da rebelião, sendo o primeiro cabeça dela o dito alferes Joaquim José”, que a capital seria S. João del-Rei, onde fariam estudos como em Coimbra, *Autos*, I, 95. No Rio de Janeiro, considerava o vice-rel “a principal cabeça” Gonzaga, *Autos*, VI, 189.

havia de fazer feliz a America". O capitão João Dias da Mota acrescentou ter ouvido de Tiradentes que o levante se estenderia a Rio, Baía, Pernambuco, Pará, etc., e tinham já a favor França e Inglaterra... Francisco Xavier Machado confessou que traduzira um capítulo d'um livro francês sobre as "leis constitutivas dos Estados Unidos", a pedido do mesmo alferes, que procurára o sargento-mór Simão Pires Sardinha para que lhe lesse "uns livros ingleses" de igual assunto. O mestre de campo Pamplona falou da distribuição de cargos, pitorêscas ou irônicas (1). O Dr. Domingos Vidal de Barbosa, formado em Bordeaux, foi adiante, e descobriu a ponta da meada, dos passos dados na Europa por alguns estudantes. Que em Montpellier, onde estudava, um condiscipulo, natural do Rio de Janeiro, José Joaquim da Maia, "fingindo-se enviado da sua nação se atreveu a falar ao ministro da America inglesa, que, observando a sua proposição e ridicula figura, totalmente o desprezou..." (2). E meteu na denuncia José Alves Maciel, filho do capitão-mór de Vila Rica, jóven naturalista, orgulhoso dos recursos da terra em

---

(1) "...Que esta Capitania era um formidavel imperio; ao que saiu aquele vigario (Toledo) dizendo — Eu sou o Pontífice, ou o bispo, — de que ele testemunha não tem boa lembrança; e que o coronel Alvarenga ao mesmo tempo acrescentara — Pois eu serêi o Rei, e Dona Barbara a Rainha — e mais não disse...". *Autos*, I, 153. O professor da filha de Alvarenga, Maria Efigenia, ouvira a José Manuel Vieira, D. Barbara "lhe costumava chamar — a Princesa do Brasil...". *Autos*, I, 125. A testemunha Salvador Carvalho de Amaral Gurgel disse que o Tiradentes e os cúmplices "queriam nestas Minas uma testa coroadada...". *Autos*, I, 163. Confessou o vigario, *ibid.* 171, que os Dizimos seriam dos vigarios.

(2) *Autos*, I, 169. Foi seu primo, o coronel Oliveira Lopes, que em 15 de Junho falou primeiro no caso de Montpellier, *Autos*, II, 55, e envolveu José Alves Maciel, transformado, no depoimento de Tiradentes, em "mentor" da conspiração pelo que vira na Inglaterra.

O estudante era filho de um carpinteiro do Rio de Janeiro e morrera pouco antes, *Autos*, IV; e chamava-se José Joaquim da Maia Montenegro, José Feliciano, art. in *O Estado de S. Paulo*, 7 de Maio de 1922, e fizera em Coimbra o curso de matematica, terminando em 1783. (Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, *An. da Bibl. Nac.*, LXII, 174).

minérios úteis, e a repetir, tinha o que bastasse para ser independente. Mais: que o Tiradentes se encarregaria de ir a Cachoeira dar cabo do governador...

### O CASO DE NIMES

A alegação do médico diplomado em França não era infundada, mas desastrosa, pois condenava d'ante-mão José Alves Maciel.

Thomas Jefferson, ministro norte-americano em França, de fáto comunicára ao Secretário de Estado Jay a sua conversa com o brasileiro, em Nimes (1786), considerando-a sintomática da intranquilidade que havia na America latina; referira os seus cálculos optimistas sobre as possibilidades do Brasil e concluíra sem propôr nenhuma ajuda imediata aos conspiradores (1).

A primeira alusão aos francêses foi do padre José Lopes de Oliveira, a quem se teria proposto a dúvida: se o Rio fosse invadido, de que lado ficaria, daqueles, ou do seu Rei? (2).

Inqueridos os réos, em regra juraram inocencia, mas confirmando as testemunhas na referencia aos outros. O coronel Oliveira Lopes: que o vigário Toledo lhe dissêra, "quem havia de fazer a polvora e levantar as fabricas havia de ser o Dr. José Alves Maciel" (3).

(1) Correspondencia de Jefferson, *Rev. do Inst. Hist.*, XLVII, parte 1.<sup>a</sup>, e *Rev. do Inst. Hist.*, III, 208-216. Em carta de 1789, Jefferson dizia convir aos Estados Unidos negociar com Portugal, ameaçando-o de interessar-se pelo Brasil, caso o governo de Lisboa se mostrasse hostil, *Rev.*, III, 213. Em 1791 pedia informes sobre os recursos do Brasil. Somente em 1817 voltou a predizer a sua independencia, a propósito da revolução de Pernambuco. Em 1820, preconizava a união dos povos americanos, incluindo o Brasil, *Rev. cit.*, III, 215. A conversa de José Joaquim da Maia, em 1786, deixara-lhe no espirito um traço indelevel. Vd. carta deste, original francês, *Autos da Devassa*, II, pref. de Rodolfo Garcia.

(2) *Autos*, I, 208. Foi o padre Silvestre Dias de Sá, que fez a pergunta; aliás era inimigo do depoente...

(3) *Autos*, II, 55.

Claudio Manuel da Costa conveiu, que em casa de Gonzaga, por vezes, “hipoteticamente”, se debatera o projecto, contra a sua opinião; como novidade, disse fôra Maciel, cunhado do tenente coronel Francisco de Paula, “o primeiro que suscitou essa especie como lembrança de Inglaterra, dizendo em uma ocasião que ele faria a polvora, e que a primeira cousa era tomar-se a caixa real, bem que isso era tambem hipoteticamente”; que se lhe afigurava tudo “brinco de palavras”, mas Alvarenga arranjára a “letra”, “*Libertas quae sera tamen*” (1). O poeta não defendeu bastante os comparsas; tambem não lhes fez acusações especiais. Tomára-se de vivo terror. Em 4 de Julho acharam-no morto na prisão de Vila Rica, enforcado na grade do cubiculo com um cadarço, sem deixar papel que explicasse o desvario (2).

José Alves Maciel explicou, que se limitára a elogiar a abundancia do sub?solo em ferro e cobre, mas, em casa do cunhado, se falára “hipoteticamente” no levante, correndo a conversa por conta de Alvarenga e Toledo. Realmente trouxéra livros sobre a revolução americana da Inglaterra (3), porem tinham ficado no Rio...

---

(1) O depoimento de Claudio, como se disse, falta aos *Autos da Devassa*, publ. pelo Ministerio da Educação, do qual foram desentranhados, ignora-se por quem. Tiramo-lo ao pref. de JOÃO RIBEIRO, *Obras de C. M. da C.*, I, 72, Rio 1903.

O lema, *Libertas quae sera tamen*, é de Virgilio, *Bucolica*, 9.a, Tambem *Autos*, II, 376, e IV, 55 e 147.

(2) Vd. doc. in J. RIBEIRO, *ibid.*, I, 74-6. Teria sido assassinado na prisão? Teixeira de Mello, Xavier da Veiga, *Rev. do Arq. Publ. Min.*, ano 1.º, fasc. 2.º, p. 383, disseram que sim; Mello Moraes, que não. Faltam documentos que desmintam a versão oficial, e, publicada, do suicidio, aliás explicado pelo terror que se apossara do poeta veltudinario.

(3) José Alves Maciel estivera em Birmingham, *Autos*, II, 251. Tinha 29 anos, nascera em Vila Rica e era filho do capitão mór do mesmo nome. Fôra aluno distinto, em Ciombra, de Vandelli, que o dá como descobridor duma mina de arsénico na Serra da Estrêla, *Mem. Econ. da Acad. Real das Ciências*, I, 186. Figurou entre os estudantes de química que fizeram a primeira experiencia aerostática, em 1784. Dos

O vice-rei mandára instaurar analoga devassa no Rio de Janeiro em 7 de Maio (procedendo assim à das Minas), presidida pelo desembargador José Pedro Machado Coelho Torres e ouvidor Marcelino Pereira Cleto. Na noite do dia 10 foi preso na rua dos Latoeiros, em casa do torneiro Domingos Fernandes da Cruz, onde se homiziária, o alferes Joaquim José da Silva Xavier (1). Certo da importancia do caso, despachou o vice-rei para as Minas os dous juizes, afim de lá prosseguirem o sumário iniciado por ordem de Barbacena. Não sofreu solução de continuidade a audiência de testemunhas, entre Junho e Outubro de 89. Concentrados no Rio de Janeiro os presos (2), avultou aí a figura inquiéta de Tiradentes. Foi o primeiro a descobrir-se, aceitando — no terceiro interrogatório — a culpa que lhe atribuiam, e mais a dos outros, e portanto oferecendo ao carrasco a cabeça: “que é verdade que se premeditava o levante, que ele respondente confessa ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse, nem lhe inspirasse cousa alguma, e que

---

seus trabalhos em Angola, diz o P. Manuel Aruela Pombo, *Os Inconfidentes em Angola*, p. 28, Loanda 1932. Fundou aí a industria do ferro. De suas descobertas em Minas falou o governador de Angola em of. de 19 de Setembro de 1799.

(1) *Autos da Devassa*, III, 276. O Tiradentes estivera antes em Palacio, dizendo-lhe o vice-rei que, se gostava do Rio, podia ficar... Tomou isto como sinal de que aí o queria, para prendê-lo, *Autos*, III, 281. Interrogado na fortaleza da Ilha das Cobras, *Autos*, IV, 29, disse ser de Pombal, termo de S. João del-Rei, com 41 anos, solteiro, filho de Domingos da Silva dos Santos e Antonia da Encarnação Xavier. A testemunha Vicente da Mota contou que o governador Luiz da Cunha Menezes lhe chamava “louco e que lhe dêssem com um chicote”. *Autos*, V, 11.

(2) Tiradentes, Alvarenga, Gonzaga, vigario Toledo, padre Oliveira Rolim, Abreu Vieira, conego Luiz Vieira, coronel Oliveira Lopes, Luiz de Toledo, padre José Lopes de Oliveira, José Alves Maciel, Manuel José de Miranda, Domingos Vidal de Barbosa. (*Autos*, IV, 25).

Compreendido na devassa, José de Sá Bethencourt Accioli (irmão do Intendente Camara, recém-formado) fugiu para a Bahia. Mas o tio, de sembargador João de Sá Bithencourt Camara, o recambiou para o Rio, onde provou a sua inocencia (consta que a peso de duas arrôbas de ouro)... Em 1798 foi nomeado inspetor das minas de salitre de Montes Altos, *Invent. dos Docs.*, IV, 14.

tendo projetado o dito levante, o que fizera desesperado, por ter sido preterido quatro vezes... A primeira pessoa a quem falou, propondo-lhe o intento de sublevação e motim foi nesta cidade a José Alves Maciel... o qual aprovou o projéto..." Comunicara-o sucessivamente a José Aires Gomes, que não déra ouvidos, ao padre Manuel Rodrigues da Costa, que se mostrou pessimista, a Francisco de Paula, hesitante, ao padre Toledo, resolutivo, ao padre Rolim, aderente à trama, que então tomou fôrma, com o plano, proposto pelo tenente coronel, de ir Tiradentes ao Rio buscar os seus prosélitos, aos quais se uniria a tropa de Vila Rica. Alvarenga sugeriu que se começasse em Minas. O alferes Xavier prenderia em Cachoeira o governador e o poria fóra da capitania. A bandeira alvitada por Tiradentes, seria "um triangulo, significando as tres pessoas da Santissima Trindade"; mas Alvarenga lembrava "um Indio desatando as correntes com uma letra latina..." Disse que terminou a discussão ao chegar Gonzaga. Perguntado sobre este e Claudio, exculpou-os, como estrahos à conspiração (1).

O vigário Carlos de Toledo reconheceu-se culpado (2), pormenorizando o conluio.

Insosfismavel, pois, a gravidade do processo, pela carta-regia de 17 de Agosto de 1790 foi nomeada Alçada para revê-lo e concluí-lo, no Rio de Janeiro, com-

(1) Depoimento de 18 de Janeiro de 1790, *Autos*, IV, 55. No depoimento de 14 de Abril negou que tivesse falado a José Alves Maciel no Rio, sim em casa do cunhado Francisco de Paula, quando pela primeira vez tratou de república, *ibid.*, IV, 63. Maciel, porem, confirmou o primeiro dito, *Autos*, IV, 396. Alvarenga explicou, *Autos*, IV, 147, que Claudio lembrára a bandeira norte-americana, "Genio da America quebrando as cadeias com a inscrição — Libertas aquo Spiritus — e que podia servir a mesma, e o respondente lhe disse que seria pobreza, ao que ele respondeu que podia servir a letra — *Aut libertas aut nihil* —, ao que o respondente se lembrou do versinho de Vergilio — *Libertas quae sera tamen*, que ele achou, e todos os que estavam presentes muito bonito; mas tudo foi sem animo..."

(2) Depoimento de 27 de Novembro de 1789, *Autos*, IV, 169. Disse que poria pronta a gente de S. José, e o padre Rolim a de Minas Novas.

posta do conselheiro Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho e dos Drs. Antonio Gomes Ribeiro e Antonio Diniz de Cruz e Silva, o poeta da Arcadia, que já estivera dez anos no Brasil (1778-87). (1). Chegaram esses magistrados em 24 de Dezembro, receberam os autos das duas devassas (de Vila Rica e do Rio) em 26 de Janeiro de 91. Já a Relação local havia pronunciado os réos, nomeando advogado, para a defesa, o da Santa Casa, José de Oliveira Fagundes, que aliás cumpriu plenamente o seu dever. A ultima reunião da Alçada, sob a presidencia do vice-rei, foi em 18 de Abril. Proferiu o acordão final (2), condenando à morte na forca onze inconfidentes (Tiradentes, Francisco de Paula, Maciel, Alvarenga, Abreu Vieira, Lopes, Luiz de Toledo, Amaral Gurgel, José da Costa Rezende, pae e filho e Domingos Vidal de Barbosa). Seriam desterados para a Africa Gonzaga, José Aires, Vicente Vieira da Mota, João da Costa Rodrigues, Vitoriano Gonçalves Veloso, João Dias da Mota, Fernando José Ribeiro. Foi a sentença intimada aos presos na casa do Oratorio da Cadeia. Mas a intimação tinha o proposito apenas de mais os atormentar (3), porque a 20 de Abril, em mesa da Relação, o Desembargador Chanceler leu a carta regia de 15 de Outubro que perdoava a pena máxima a todos os réos, exceção feita dos que delas "agravantes circumstancias" não merecessem comiserção — comutando-a em degredo perpetuo para a Africa, com a ameaça de morte para os que de lá voltassem ao Brasil. A Alçada confirmou a sentença ex-

---

(1) Vd. R. GARCIA, pref. ao vol. VII, *Autos da Devassa da Inconf. Min.* Barbacena mandou a Lisbôa o seu ajudante de ordens Francisco Antonio Rebelo, levar pessoalmente o resultado dos inqueritos, P. MANUEL ARUELA POMBO, *Os Inconfidentes em Angola*, fasc. 1.º, p. 12, Loanda 1932.

(2) *Autos da Devassa*, VII, 145 e segs.

(3) Vd. LÚCIO JOSÉ DOS SANTOS, *A Inconfidencia Mineira*; e docs. na *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 44, 1.ª parte (memória de fr. Raimundo de Penaforte e *Memória do exito que teve a Conjuração*, etc., transcritos tambem in A. CINTRA, *Tiradentes perante a Historia*, S. Paulo 1922).

trema para Tiradentes. Francisco de Paula iria para Pedras de Angoche, Maciel para Monsango, Alvarenga para Dande, Luiz de Toledo para Cambambe, Oliveira Lopes para Bié, Abreu Vieira para Machimba, Gurgel para Catala, Rezende pae para Bissau, Rezende filho para Cabo Verde, Vidal de Barbosa para a ilha de São Tiago, os tres ultimos pelo prazo de dez anos e os outros pelo resto da vida (1). No dia seguinte, 21 de Abril, foi executado o alferes Joaquim José da Silva Xavier, na forca para isto armada no campo de S. Domingos.

As 6 da manhã formaram as forças da guarnição desde a Cadeia até o local do suplicio, para darem ao espetaculo a maior retumbancia possivel, como determinou o conde de Rezende (2).

O povo acorreu ao lugar do patibulo

Formaram os regimentos da Praça com os uniformes de gala, desde a Cadeia até o largo de S. Domingos, onde fôra levantada sobre alto estrado a fôrca. A cavalo, passaram em revista as alas de soldados o brigadeiro comandante e D. Luiz de Castro Benedito, co-

(1) Os réos eclesiasticos foram remetidos para Lisbôa onde seriam condenados separadamente.

O prazo do desterro foi reduzido a dez anos para Gonzaga, em Moçambique e Vicente Vieira no Rio de Senado, a oito anos para José Aires em Inhauma, para João da Costa a 10 anos em Mosoril, para Oliveira Lopes a 10 em Macau... (*Autos*, VII, 7).

(2) Repercutiu no Reino. Domingos Alves Branco Muniz Barreto escreveu, Lisbôa, 16 de Novembro de 1793: "Observações que mostram não só o crime de rebelião, que temeraria e sacrilegamente intentaram alguns moradores da capitania de Minas no Brasil, mas a legitima posse que têm os Srs. reis de Portugal daquelas conquistas" (*Ms. no Arquivo Historico Colonial, Lisbôa, inéd.*). O autor era da Bahia e capitão do regimento de Estremóz. Vê-lo-emos com grande importancia no movimento da Independencia.

Os Inconfidentes tiveram desigual sorte no seu duro degredo. Gonzaga casou-se em Moçambique, em 1793, com Juliana de Souza Mascarenhas, filha de um português e de uma mulher do lugar, e que assinava de cruz, talvez analfabeta e mestiça. (TOMAZ BRANDÃO, *op. cit.*, p. 250, duvida de ambas as hipoteses). Esqueceu a sua Marília? Caiu em irremediavel melancolia e morreu demente ou louco em 1807.

Alves Maciel descobriu, em Angola minas de ferro, fundou em 1799-1800 a fabrica de Trômbeta, P. MANUEL ARUELA POMBO, *Os In-*



mo ajudante de ordens do vice-rei seu pae. Tiradentes seguiu em procissão atraz d'uma companhia de dragões, entre a colegiada da Misericordia, com irmandades e frades entoando psalmos pelo comprido caminho. Não faltavam ao cerimonial o juiz de fóra no seu corsel ajaezado de prata, a par dos dous ouvidôres, montados com luxo equivalente. Às 11 horas subiu Tiradentes os degrãos da escada e apresentou-se à massa de espectadores, que mantinha um silêncio tímido. Vestia a alva, que lhe cobria os pés, a sua fisionomia era serena e grave, e não afetava a arrogancia dos impenitentes. Dissêra com firmeza, ao conhecer a condenação definitiva, que se regozijava, por ser o único. Porque o carrasco lhe pediu perdão, quizera beijar-lhe as mãos. E lembrára o Redentor, que morrera por ele. Acolhêra, com vizível emoção, os conselhos dos confessôres. Ainda o guardião do convento de Santo Antonio dirigiu breve fala ao povo, exaltando a clemencia da Rainha (1). Logo, rapidamente, o algoz finalizou a cêna, suspendendo o réo da corda que o enforcou (2). Em seguida, outro religioso proferiu um sermão, alusivo à obediencia que se deve aos reis. E por tres dias houve luminárias no Rio, a que se seguiu o Te Deum na igreja dos terceiros do Carmo...

---

*confidentes em Angola*, fasc. 1.º, com a documentação comprovadora, mas faleceu pouco depois, em 1803, *ibid.*, p. 81. A sua morte foi lamentada como a de um benemérito, insubstituível.

Francisco de Paula foi mandado socorrer com estipêndio consideravel, como escreveu o governador de Angola em 2 de Abril de 1801, P. POMBO, *ibid.*, p. 75.

Alvarenga morreu de "meliva" ao chegar a Ambaca, como noticiou em 15 de Setembro de 1792 o governador de Angola, P. MANUEL DE ARUELA POMBO, *op. cit.*, fasc. 1.º, p. 19.

(1) Fr. José Carlos de Jesus Maria Desterro, portuense, mas de formação brasileira, franciscano desde 1761, faleceu octogenario em 1825, Fr. BASILIO ROWER, *O Convento de Santo Antonio*, p. 194.

(2) Compare-se com a descrição d'um enforcamento, em 1797, nos dous sonetos de BOCAGE, *Poesias*, I, 242-3.

## INQUIETAÇÕES NATIVISTAS

## LITERATOS PERSEGUIDOS

Sufocada a Inconfidencia, não sobreveiu uma tranquilidade douradura. Os sucessos da Europa não o permitiram. A Revolução francesa e as suas guerras impressionaram os espiritos curiosos, atemorizavam conservadores, incitaram os impacientes. O caso d'uma carta anonima, que recebeu o juiz de fóra do Rio, Baltazar da Silva Lisbôa (1), valia por outro sintôma. Levada a 10 de Janeiro 1793, pelo magistrado, ao conhecimento da Relação e do vice-rei — falava da “liberdade da Pátria”, da marcha vitoriosa dos republicanos francêses, da conveniencia de tomar o Senado da Camara a chefia do povo e proclamar a “liberdade do Brasil... Quem escrevêra tal papel? Viêra talvez do Reino, pois o trouxera o capitão do navio “Pedra”; mas os sindicantes achavam o juiz de fóra assás trêfego para ser ele mesmo autor da burla,\* para recomendar-se... (2).

---

(1) Irmão de José da Silva Lisbôa (Cairú), também natural da Bahia, 1761, formado em Coimbra, foi removido, em seguida ao episodio da carta anonima, para a ouvidoria de Ilhéos, e encarregado da conservatoria das matas, por *carta regia* de 11 de Julho de 1799. Escreveu monografias botânicas sobre aquela comarca, e mais tarde a obra que lhe perpetuou o nome, *Anais do Rio de Janeiro*, 7 vols., Rio 1834. Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, socio da Academia Real das Ciencias de Lisbôa e do Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, conselheiro aposentado no Conselho da Fazenda, faleceu nesta Capital em 14 de Agosto de 1840. (A Prefeitura Municipal começou a receditar os *Anais* em 1941. Publicou o 1.º vol.).

(2) R. GARCIA, *An. da Bibl. Nac.*, LX, 262 (publicando os docs. da devassa, cujas primicias vêm na *Rev. do Inst. Hist.*, XXXII, 286-7).

O que ocorreu na Baía, em 1798, mostra que o rastilho continuava a queimar.

O proprio conde de Rezende consentira no prosseguimento das atividades da Sociedade Literária, creada pelo Luiz de Vasconcelos, (1), que as interrompera desde 1790. Em Junho de 94 voltaram os "acadêmicos" a reunir-se num sobrado da rua do Cano, em casa do poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga (2), advogado e professor de retórica. Os outros eram o professor de grego João Marques Pinto, o medico Jacinto José da Silva, o professor de gramatica latina João Manso Pereira, o medico Vicente Gomes, o bacharel Mariano José Pereira da Fonseca (que teria maior nomeada com o titulo de marquês de Maricá) (3), o mestre de meninos Manuel Ferreira. Quatro mezes correu normalmente a occupação dessa gente ilustrada. Sobre vindo uma desavença entre sócios mandou o vice-rei fechar a Sociedade; porem logo teve denuncia (do rabula José Bernardo da Silveira Frade) de que ela se tornára sediciosa, divulgando os principios "francêses", contra a religião e a corôa ("com louvor e aprovação do sistema actual da França"). Mandou que os desembarcadores Antonio Diniz da Cruz e Silva e João Manuel Guerreiro de Amorim Pereira instaurassem rigorosa devassa (entre 11 de Dezembro de 94 e 13 de Fevereiro de 95), prendeu os acusados, inventariou-lhes os livros,

---

(1) Manuel Inácio de Alvarenga disse, "no tempo em que governava este Estado o Ill. e Exm. Vice-rei Lutz de Vasconcellos e Souza debaixo de sua protecção principiara e houvera uma sociedade de gentes de letras a qual era composta principalmente de professores de Medicina...". *An. da Bibl. Nac.*, LXI, 379. O projeto de Estatutos, da letra do mesmo Alvarenga, falava em segredo, o que dá idéa de estilo maçônico... *An. cit.*, LXI, 395.

(2) De Vila Rica, com 46 anos, solteiro, como declarou na Devassa, *An. da Bibl. Nac.*, LXI, 378.

(3) Do Rio de Janeiro, tinha apenas 22 anos, e era recém-formado pela Universidade de Coimbra em matematica, 1788, e filosofia, 1792, *An. da Bibl. Nac.*, LXII, 188. Foi, no Imperio, ministro da fazenda, 1823, visconde e marquês de Maricá, senador, conselheiro de Estado, autor de "*Maximas*", publ. em 1837.

fez ouvir mais de sessenta testemunhas, e deixou que se arrastasse o processo, sem solução, até ordem régia (1 de Fevereiro de 1797) para soltar os réos ou remetê-los para a côrte (1). Soltou-os então.

### JACOBINOS...

O governador da Baía D. Fernando José de Portugal não se mostrou surpreendido com o officio de 2 de Março de 1798, em que D. Rodrigo de Souza Coutinho pediu a sua atenção para certas pessôas suspeitadas de jacobinas. Com "as circumstancias do seculo e lição dos papeis publicos, como, por exemplo, correios da Europa, gazetas inglêsas que não são proibidas e outros que excitam a curiosidade, em que se descrevem os sucessos do mundo", "um ou outro mancebo" revelava a sua inquietação, e para advertí-los do perigo que corriam os chamava a palacio, e repreendia (2)...

### INCONFIDENCIA

Na Baía, em 12 de Agosto de 1798 — governava D. Fernando José de Portugal — apareceram em algumas igrejas, colocados à parede, papeis sediciosos, que alarmaram as autoridades e motivaram logo a devassa de que foi incumbido o desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto (20 do mesmo mez). Tratava-se, ao que parecia, d'"um levante, com saque e as-

(1) R. GARCIA, in *An. da Bibl. Nac.*, LXI, 245 (docs. da Devassa).

(2) Of. de 17 de Junho de 1798, *Invent. dos Docs.*, IV, 35. No ano seguinte foi acusado o P. Francisco Agostinho Gomes, negociante e letrado, de idéa jacobina, mas provou a sua inocencia, *Invent.*, IV, 99. Este Padre foi o introdutor na Baía do gado de raça turina, MIGUEL CALMON (Abrantes), *Ensalto sobre o Fabrico do Açucar*, p. 86, Baía 1834.

sassinio das pessoas mais graduadas, até do Ilmo. e Exm. Governador”, falando-se em “Governo Democrático livre e independente...” (1). Os autores das proclamações não tardaram a surgir através de denúncias publicas: os pardos alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas, Luiz Gonzaga das Virgens, (2). A origem humilde dos indiciados denotava, em primeiro lugar, que a insurreição teria a fôrma d’um motim de homens de côm, escravos e soldados, contra as pessoas abastadas; e afinal, que esse movimento se inspirava nas idéas mais populares da Revolução francesa, que tinham então chegado à Baía: republica, igualdade, liberdade. Um Antonio Joaquim de Oliveira, porque andasse de cadeirinha, ouvira ao alfaiate João de Deus, tempo viria em que marcharia a pé, e ele carregado (3). Acabaria a pobreza; inverter-se-iam os papéis...

A devassa abrangeu alguns sujeitos de conhecida ilustração, como o cirurgião Cipriano José Barata d’Al-

---

(1) *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, 7 (A Inconfidencia da Bahia, Rio 1931). O Joaquim Silverio dessa Inconfidencia foi o ferrador, pardo, Joaquim José da Veiga. “... Tais foram a de Tiradentes em Minas, a de Francezia na Bahia...”, SIERRA Y MARISCAL, *Idéas Gerais sobre a Revolução do Brasil*, *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, 38.

(2) “...Foram uns poucos de mulatos pobres e animosos, entre os quais foram os primeiros Luiz Gonzaga das Virgens, soldado do 1.º Regimento, que dizem espalhou pouco antes uns papeis sediciosos e libertinos...” Seguiam-se João de Deus, Lucas Dantas, depoimento do negociante Manuel José Vilela de Carvalho, contando o que ouvira a seu escravo, *An. cit.*, p. 29.

(3) *An.*, cit., p. 55. Bernardo José de Lorena escreveu em 1788, para Martinho de Melo: “A Bahia é uma cidade grande e bonita, mas a povoação pelo que vejo compõe-se de 2 partes de negros e mulatos, coisa bem triste certamente e dá logo nos olhos, a quem não está acostumado a ver colonias”. *Invent. dos Docs.*, III, 80. O governador e o arcebispo estranharam ao capuchinho fr. José de Bolonha, em 1794, idéas abolicionistas, dizendo que os escravos não obtidos em guerra justa, deviam ser libertados. Era um prenúncio dos novos sentimentos! *Invent.*, III, p. 318.

meida (1) e seu irmão José Raimundo Barata, o tenente Hermogenes Francisco d'Aguilar (2), Francisco Moniz Barreto de Aragão, professor de gramática latina na vila do Rio das Contas (3).

Nomeado pela Alçada defensor dos réos o advogado José Barbosa de Oliveira (4), tentou excusá-los, mostrando que a linguagem dos panfletos — base do libelo — era superior às poucas luzes de alfaiates e soldados, (5), apesar do confronto de letras traír a de Luiz Gonzaga das Virgens. Este negou. Denunciou-o o soldado Lucas Dantas, como principal culpado. O alfaiate João de Deus fingiu-se demente (simulando loucura, atestou uma junta médica) e depois, forçado a falar, acusou também Lucas Dantas, Faustino dos Santos Lira...

(1) Vd. sequestro de seus livros, *An. da Bibl. Nac.*, XLII, 107. Filho do tenente Raimundo Nunes Barata e D. Luiza Josefa Xavier, nasceu na Bahia, 1762. Não é verdade que interrompesse os estudos em Coimbra, pois aí tomou o grão de bacharel em filosofia, 1790, *An. da Bibl. Nac.*, LXII, 181. Voltou, pois, bacharel em filosofia e cirurgia aprovado. Foi envolvido na devassa de 1798 pelo padre José da Fonseca Neves, como incrédulo e sedicioso. Era então lavrador de canas nos engenhos de Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, (BRAZ DO AMARAL, *Rev. do Inst. Hist. da Bahia*, n. 54, p. 90. Foi deputado às Cortes de 1821. Patriota extremado. Revolucionária irredutível. LUIS DA CAMARA CASCUDO, *O Doutor Barata*, Bahia 1938.

(2) Este oficial era da Bahia, filho do sargento-mór da Torre Francisco de Aguilar Pantoja, e tinha 29 anos, *An. cit.*, XLIV, 15. Major em 1821, comandou uma das colunas, ás ordens do marechal Felisberto Caldeira, que em 10 de Fevereiro desse ano tentaram opôr-se á adesão da provincia ao sistema constitucional, e caiu morto de uma bala na Piedada (B. DO AMARAL, *Hist. da Independencia na Bahia*, p. 12, Bahia 1923).

(3) Da Bahia, filho de Antonio Felix de Aragão e Souza e D. Bernarda de Assunção Moniz Barreto, com 32 anos, *An. cit.*, pertencia a uma das familias principais, e vem indicado no *Cat. Geneal.*, de fr. JABOATÃO, p. 212. Nasceu em 1762, segundo este. Teve provisão para advogar em 1801, em Cachoeira, em 1807 na Bahia, *An. Bibl. Nac.*, *Arq. Ultr.*, doc. 30.145-6.

(4) Vd. AMERICO JACOBINA LACOMBE, *Mocidade e Exílio de Ruy Barbosa*, 2.<sup>a</sup> edição, p. 23, S. Paulo 1940. Bahiano, 1775-1824, formou-se em Coimbra em 1776, fez fortuna, como advogado na sua terra, mas, viuvo, ingressou no clero e morreu vigário capitular. Avô do cons. Albino José Barbosa de Oliveira, tio bisavô de Ruy Barbosa.

(5) *An. da Bibl. Nac.*, LXI, 169 (o acordão condenatório deu por provada a autoria).

Em consequencia, foram condenados a morrer na forca, Luiz Gonzaga das Virgens (1), Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus do Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira: e logo — a 8 de Novembro de 1799 — executados no largo da Piedade (2).

Outros réos foram desterrados (os pardos Inácio da Silva Pimentel, Romão Pinheiro, José Felix, Luiz de França Pires, Manuel José, Inácio Pires) e absolvidos (assim, em 1800, Cipriano Barata, tenente Hermogenes, Francisco Moniz).

Tem analogia com a das Minas a Inconfidencia baiana. Foi mais feroz o castigo, no suplicio de quatro implicados, entre os quais um rapaz de 17 anos. Importava a mesma inquietação, que vinha do estrangeiro, que despertava os sentimentos nativistas irritados e vigilantes, sempre prontos a reagir contra a “inferioridade colonial”, a opressão dos filhos da terra (3). E embora traduzisse uma crise local, peculiar à Baía de 1798, da incompatibilidade dos pardos fôrros com as autoridades portuguezas e a gente poderosa (4), revelava a força suggestiva das doutrinas francêsas, prenuncios viziveis d’uma revolução que tinha de vir, e já se entremostrava nos seus grosseiros avisos. Tiradentes, o autor anônimo da carta ao juiz de fora do Rio, os aca-

---

(1) Rejeitados os embargos ao acordão que o condenou separadamente, foi executado com os demais, *An. da Bibl. Nac.*, XLIII, 181.

(2) *An. cit.*, XLIV, 20-1. Lucas era pardo liberto, da Bahia, artilheiro, solteiro, 24 anos; João de Deus, casado, de Cachoeira, cabo de milicias e alfaiate, tambem pardo, 27 anos; Manuel Faustino, pardo, de Santo Amaro, alfaiate, solteiro e menor, pois tinha apenas 17 anos.

(3) Exemplo: “... Os mesmos brasileiros, com a inata opposição que têm aos Europeus, cuja opposição labora não só dentro, mas ainda fóra do claustro...”, dizia fr. Antonio da Encarnação, Bahia, 12 de Julho de 1797, *Invent. dos Docs.*, III, 460.

(4) Carta de José Venancio de Seixas, 20 de Outubro de 1798: “Uma das novidades inesperadas que aqui achei foi a do perigo em que estiveram os habitantes desta cidade com uma associação sediciosa de mulatos. E sem embargo de ser projetada por pessoas insignificantes; porque... lhes bastavam os escravos domesticos irreconciliaveis, com seus senhores...”, *Invent. dos Docs.*, IV, 42.

dêmicos da *Sociedade Literária*, fechada pelo conde de Rezende, os alfaiates da Baía, n'um só decênio, de 1789 a 1799, confessavam que a colonia se predispunha para separar-se da metropole, tomar nas mãos livres o seu destino, crear o seu governo.

Afigurava-se lógica a evolução, aos espiritos lúcidos, daquele tempo de devassas severas e pênas atrózes.

Ministro da corôa, o sagaz D. Rodrigo de Souza Coutinho apresentou em 1798 o seu projéto: "Sistêma Político que mais convem que a nossa corôa abrace para a conservação dos seus vastos Dominios, particularmente dos da America, que fazem propriamente a base da grandeza do Nosso Augusto Trono". Estabelecia, que metropole e colonias formavam uma unidade; não havia diferença perante o soberano entre portugueses da Europa e do ultramar; mereciam estes justiça e quantas os europeus estabeleceram fóra do seu Continente. . . ." N'uma palavra: pregava uma profunda reforma administrativa e politica, que equiparasse às provincias portuguesas os dominios distantes (1).

---

(1) MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA, *O Intendente Camara*, p. 37, Rio 1933.



## XXVIII

# A REGENCIA DE D. JOÃO

“Jacobinos”, influencia francêsa, idéas liberais, leituras sediciosas, philosophia racionalista, perseguida, castigada, “inconfidentes” e mártires — indicavam que o seculo XVIII se encerrava sob os auspícios d’uma transformação universal.

## CRISE GERAL

Jamais, desde a Restauração, se achara Portugal em situação mais difficil, de que lhe resultariam a guerra inconsequente, de 1793, a guerra desmoralizante, de 1802, a guerra devastadora, de 1807-12. As vicissitudes da familia reinante concorriam para agravar à crise nacional, determinada pela Revolução francêsa. Epoca de infortunios em série, caracterizou-se pela melancolia, pelo terror dos principes, que não pareciam talhados para tais distúrbios. A diplomacia foi hábil nas relações com a Espanha, consolidando-as pelos casamentos, simultaneos, do segundo filho de D. Maria I, o principe D. João, com a infanta Carlota Joaquina, e do irmão desta, o infante D. Gabriel, com a princêsa D. Mariana, irmão daquele (1785). Mas no ano seguinte faleceu D. Pedro III e em 1788 o principe herdeiro D. José (aos 27 anos de idade), de cuja intelligencia muito esperavam os espiritos adiantados, os que sonhavam com a volta d’uma politica forte, a modo de Pombal.

O temperamento místico, os escrúpulos religiosos da rainha complicaram-se em seguida com o pavor que lhe causavam as notícias de Paris — onde a rebelião se alastrára, ímpia e feroz. Em Outubro de 1791 mostrou a inquietação nervosa que, em 1 de Fevereiro de 1792, ao sair do teatro em Salvaterra, tomou a forma vizível de loucura, já sem remédio possível. Mesmo sem ouvir as Côrtes, como fôra do estilo, assumiu a regencia em nome de sua mãe enferma o príncipe D. João, de natureza dócil, coração brando, propenso à vida repousada, astuto mas sem energia aparente, bondoso e sagaz (1). A partir de 10 de Fevereiro de 1792, governou o Reino e as colônias de “motu proprio”, sem invocar o título de Príncipe Regente, que adotou em 15 de Julho de 1799, quando — dir-se-ia — perdeu a esperança de restabelecimento da saúde da soberana. Continuou Príncipe Regente até o falecimento desta, a 20 de Março de 1816.

## GUERRA COM A FRANÇA

Fiel à aliança inglesa, aderiu Portugal à coalisção contra a França revolucionária e celebrou, em 15 de

---

(1) Nasceu D. João em Queluz, a 13 de Março de 1767, 3.º filho (o 2.º morreu ao nascer) de D. Maria I e de D. Pedro III. Casou-se a 8 de Maio de 1785 com Carlota Joaquina de Bourbon, 1.ª filha de Carlos IV. (Vd. P. CALMON, *O Rei do Brasil, A Vida de D. João VI*, Rio 1935, onde resumimos a sua densa biografia, cujas passagens principais irão expostas no tomo seguinte desta História). Investiu-se na regencia após terem os médicos em junta declarado, na ata lavrada em 10 de Fevereiro de 92, a incapacidade da Rainha para continuar governando. Sobre a doença incurável, por vezes exaltada, afinal mansa e pacientemente tolerada de D. Maria I, ha copiosas notícias. “Teofobia” (como lhe chamou Cairú na *Memoria dos beneficios politicos do Governo de El-Rei N. S. D. João VI*, p., Rio 1819, 2.ª ed., do Arq. Nac., Rio 1940), caracterizou-se pelos pavôres místicos, em que havia boa parte das emoções acumuladas desde a execução dos Tavoras e a politica inclemente de Pombal. Honra a D. João o seu escrúpulo: “Até 1799 Sua Majestade considerou prudente governar só em nome de Sua Augusta Mãe, sem fazer Declaração da Regencia, sempre esperando o restabelecimento da saúde da Soberana”. CAIRÚ, *op. cit.*, p. 22.

Julho de 1793, uma Convenção com Espanha, em virtude da qual enviou perto de 5 mil homens (comandados pelo marechal João Forbes Skellater) (1), para invadirem o territorio francês juntamente com o exercito caselhano. A campanha do Roussillon transcorreu bem sucedida para as armas luso-espanholas, que re-chassaram os franceses da região; mas, no ano seguinte, voltarem estes à carga, e os invasôres tiveram de retirar-se, mesmo porque já eram diferentes os planos da côrte de Madrid (dominada pelo ministro Manuel de Godoy). Preferiu este fazer pazes com o governo de Paris (27 de Junho de 1796), abandonando Portugal à propria sorte. Na certeza de que a França se apresentava para maiores emprêsas, o principe D. João quiz a todo custo congraçar-se com ela, saindo da situação em que se metêra em 93: conseguiu o Tratado de 10 de Agosto de 97, que lhe custou muito dinheiro, dado aos corruptos membros do Directório, e nunca foi efetivado. Vetou-o D. João: “não ratificou o ignominioso artigo, categoricamente proposto, de se desligar da Avíta Aliança do Governo Britanico. Contemporizou entretanto com negociações prudentes” (2). Seguia

---

(1) O velho marechal acompanhou D. João ao Brasil e jaz no convento de Santo Antonio, do Rio de Janeiro, em cuja portaria se lê a sua bela pedra sepulcral, vd. Frei BASILIO ROWER, *O Convento de Santo Antonio*, p. 211.

(2) CAIRÚ, *Memória dos Benefícios*, p. 28. O ministro português em Haia, Antonio de Araujo de Azevedo (futuro conde da Barca) recebeu instruções, em Setembro de 1796, para “negociar a Paz em Paris”. O artigo secreto seria o pagamento, feito por Portugal, de 2 ou 3 milhões de cruzados. Araujo gastou em subôrno cerca de 160 contos. “Em Paris não se dá passo algum sem dinheiro...” Gastou sabiamente manchetas de diamantes do Brasil. O Tratado de 10 de Agosto de 97 custava uma indenização de 10 milhões de libras tornezas e mais a clausula de que Portugal não auxiliaria a Inglaterra contra a França,

o que, pode-se dizer, foi um brocardo na casa de Bragança: “guerra com todo mundo, paz com Inglaterra” (frase velha D. João V). (1). Garantia, com essa política indispensável, a livre comunicação com o Brasil — sem a qual o Reino já não poderia manter-se — e ficava de mãos livres nas colônias; mas não impedia com ela a dupla agressão, de Espanha (agora aliada de França) e das idéas liberais, que cedo ou tarde lhe investiriam o trôno.

Já na esfera de Lisia a tua aurora?  
 Liberdade, onde estás? Quem te demora?  
 Quem fez que o teu influxo em nós caia?  
 Porque (triste de mim!) porque não raia  
 Já na esfera de Lisia a tua aurora?  
 Da santa redenção é vinda a hora  
 A esta parte do mundo, que desmaia:  
 Oh! Venha... Oh! Venha, e trêmulo descaia  
 Despotismo feroz, que nos devora! (2).

### O IMPERIO, COMO CONSEQUENCIA!

As vitórias de Bonaparte, a transformação em Consulado — ou forte governo militar — do mole Dire-

---

fechando-lhe mesmo os portos a mais de seis navios... (Vd. ARTUR DA CUNHA ARAUJO, *Perfil do Conde da Barca*, ps. 38-9, Porto 1940; EDUARDO BRAZÃO, *Relance da História Diplomática de Portugal*, ps. 184-5, Porto 1940; P. CALMON, *O Rei do Brasil*, p. 60. Aliás a marquesa de Alorna, *Inéditos* seleção de ERNANI CIDADE, p. 119, Lisboa 1941, advogara a concessão aos revolucionários de Vendéa de larga verba secreta, lembrando o precedente do rei da Inglaterra, que em 1789 animara com subsídios invizíveis a revolução francesa.

(1) CAIRÔ, *Memória dos Benefícios*, p. 32. Brocardo, dizemos, comparando o lêma de D. João V com a frase de D. Carlos, que o completa: "...Poderemos estar mal com todo mundo, menos com o Brasil e a Inglaterra", JOÃO FRANCO, *Cartas del-rei D. Carlos I*, p. 41, Lisboa 1924.

(2) BOCAGE, *Poesias*, I, 273 (Soneto datado de 1797).

tório francês, a certeza de que não haveria força terrestre que se lhe opuzesse, unida à verdade, dos ingleses invencíveis no mar (1), animaram a Espanha a uma diplomacia imprevista. Dela resultou a breve campanha de 1801. Com que fim? Limitava-se a França a exigir que Portugal, largando os compromissos com a Inglaterra, lhe fechasse os portos, permitindo outrossim que os espanhóis ficassem com território português representado por um quarto da população do país, em penhor da restituição de Malta, Trindade e Mahon... (2). Com quinze dias para decidir-se, o governo de Lisboa procurou tergiversar; mas Carlos IV firmou a declaração de guerra em 27 de Fevereiro de 1801 (respondida por igual declaração portuguesa, em 24 de Maio) e mandou assaltar Olivença, Campo Maior, Portalegre... A guerra não foi de morte, nem sequer sincera, porque ambos os exercitos pareciam dispostos a não se baterem. O comandante em chefe das forças portuguesas era o velho duque de Lafões, cujo ceticismo ia ao extremo de dizer: "Somos duas bestas que os outros picam; agitemos as campainhas mas não nos façamos mal, que seria ridiculo!" As relações de parentesco entre as

(1) .....

No continente o galo é deus da guerra;  
O anglo audaz sobre o pelago iracundo  
Da vitoria os pendões, troando, aferra:  
.....  
Um triunfa no mar, outro na terra;

(BOCAGE, *Poesias*, I, 265).

Comentário SILVIO ROMERO, "Durão já presentia nossa monomania pela França naquele seu verso: "Tome o Brasil a França por mandrinha", *Historia da Literatura Brasileira*, I, 199, da 2.ª ed. Antecipou-se á era dos "francêlhos" que tanto horror faziam a Filinto Elisio... (*Obras*, V, 137-147), que celebrou, durante a paz de 1795:

De mãos dadas co' a sã Filosofia,  
a meiga Humanidade...

(Vd. ERNANI CIDADE, *Ensaio sobre a crise mental do seculo XVIII*, p. 173, Coimbra 1929).

(2) ALFREDO PIMENTA, *Elem. de História de Portugal*, p. 438.

duas côrtes acabaram vencendo esses interesses alheios. A paz foi pactuada em Badajoz, a 6 de Junho de 1801, prometendo Portugal fechar os portos aos ingleses, e ficando Espanha com a praça de Olivença, que anexou para sempre. Como a Inglaterra pensasse então em conciliar-se com a França (paz de Amiens, de 25 de Março de 1802), permitiu esse "modus vivendi". Simultaneamente, no Brasil repercutia o conflito, como uma oportunidade para a conquista das Missões do rio Uruguai. No Reino, a violencia privava Portugal d'uma cidade fronteiriça; na America, dava-lhe ricas planicies. Humilhação na Europa, a lamentavel campanha de 1801 foi na colonia proveitosa e memoravel: porque um grupo de homens decididos incorporou ao Brasil uma região indispensavel à firmeza de seus limites, à nitidez de sua demarcação, à clareza dos confins meridionais dependente do rio largo que os assinalasse. Nessa compensação havia uma advertencia, quasi um convite. Que os perigos da Europa ameaçavam a corôa portuguesa, a dignidade da monarchia; e no império que quizesse fundar na America (como de fátó o creou D. João em 1808!) encontraria espaço, riqueza, povo, necessários para a sua restauração e desforra (1).

(1) A America portuguesa não deixaria morrer Portugal, se de novo atraído e ferido... Era e seria imperio! Camões lançara a palavra.

"Quando um teu ramo, ó Gama, se exprimenta

No governo do Imperio, cujo zelo... (*Lus.*, c. X, LXII).

Ao Brasil chamára Pombal, "esse vasto Imperio...", carta de 1751, VARNHAGEN, *op. cit.*, IV, 191. "Dilatar aquele Imperio", dizia antiga Informação das Minas, *An. da Bibl. Nac.*, LII, 166. Vocabulo usado por D. Luiz da Cunha, pelo marquês de Alorna em 1802, equivalente ao sonho de "Imperador do Occidente", que nutrira aquele diplomata, VARNHAGEN, *ibid.*, IV, 13, a poesia o perfilhára. Lá dissera Diniz:

"Num dos largos sertões, que em si encerra

Do Brasil o opulento e vasto Imperio". (*Poesias*, IV, 112).

Claudio Manuel da Costa, *Obras*, I, 157:

"Este das Minas, este o aureo hemisferio

Nobre porção do Lusitano Imperio".

E no *Caramuru*, Santa Rita Durão:

"Da Brasileira gente o invicto pulso

Antecipára o poema brasileiro:

Que o antigo Portugal vos apresento

No Brasil renascido, como em novo (1).

As pátrias não morrem. Portugal sobreviveu à crise com a sua independencia intacta e desagravada. Mas, ao cabo das terriveis dificuldades que o molestaram, continuava Reino; e o Brasil era império.

---

Que aumenta tanto Imperio ao vosso ceptro". (*Car.*, I, VIII).

O naturalista Arruda Camara confirmou: "Entre os estabelecimentos uteis a este novo Imperio que V. A. R. veiu bemaventurar com a sua assistencia..." (*Discurso sobre a utilidade... dos jardins*, etc.).

(1) *Caramurú*, c. I, VII.

— Do marquês de Alorna ao Principe, 10 de Maio de 1801: "V.A.R. tem um grande imperio no Brasil e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem talvez que trema e muda de projêto se V.A.R. o ameaçar de que dispõe a ir a ser imperador naquele vasto territorio..." (O. LIMA, *D. João VI no Brasil*, I, 40, Rio 1908. Vd. principalmente AURELIO PORTO, *História das Missões Orientais do Uruguai*, p. 463, Rio 1943.





# INDICE ONOMASTICO

- Abad (Francisco Martinez) 125  
 Abreu (Bartolomeu Paes de) 147, 181  
 Abreu (Capistrano de) 19, 164, 312  
 Abreu (Ildefonso José da Costa) 312  
 Abreu (Manuel Cardoso) 395  
 Abreu e Lima (Francisco Gomes) 314  
 Abreu e Lima (Lopo Gomes) 314  
 Accioli (Hildebrando) 208  
 Accioli (Inácio) 110-1, 138, 225, 240, 349, 374  
 Afonso VI 198  
 Afonso (Tomé) 86  
 Aguiar (José) 256  
 Aguiar (Manuel Gonçalves) 180  
 Aguilár (Hermoneges Francisco) 422  
 Aguilár (Sebastião Ferreira) 77  
 Aguirre 156  
 Aguirre (Juan Francisco) 285  
 Aires (Matias) 299, 325-7  
 Ajuricaba 167  
 Albuquerque (Antonio de) 24, 31-2, 34-5, 43, 46, 51-2, 75-6, 112-3, 150, 386  
 Albuquerque (Duarte de) 344  
 Albuquerque (José Pires de C. e) 61  
 Albuquerque (Luiz de) 173, 285, 344, 398-9  
 Aleijadinho (Antonio Francisco Lisboa) 336, 339, 340  
 Alencastro (D. Francisco Naper de) 131  
 Alcantara Machado 139  
 Alencar (Antonio Ferrão) 84  
 Alegrete (marquês de) 80  
 Almada (D. Antão de) 55  
 Almada (Conde de) 55  
 Almada (D. Lourenço de) 54-5, 66, 68-9  
 Almeida (Antonio Borralho de) 152  
 Almeida (Bernardo Germano de) 314, 371  
 Almeida (D. Lourenço de), 74, 86-8, 93-4, 388-9, 391  
 Almeida (Rodrigo da Costa) 314  
 Almeida (D. Tomaz de) 74, 111  
 Almeida e Arnisau (Bernardino) 314  
 Almeida Mar (Manuel) 54  
 Almeida Serra (Ricardo Franco de) 285-6  
 Almeida e Souza (Candido Xavier de) 259  
 Alorna (2.º marquês de) 80  
 Alorna (4.º marquês de) 80, 430  
 Alorna (marquês de) 80, 398, 428  
 Alpoim (Brigadeiro) 122-6, 207-8, 250-1, 291, 338-9, 390  
 Alpoim (Vasco) 125  
 Altamirano (P. Luiz) 208, 211-2  
 Alvarenga (Manuel Inácio da Silva) 294-5  
 Alvarenga Peixoto (Inácio José) 323, 407-410, 413-7  
 Alvares (P. Manuel) 236-7  
 Alvear (Carlos Maria de) 284  
 Alvear (Diego de) 284  
 Alzaybar (Francisco de) 175  
 Amado (Manuel do Vale) 408  
 Amaral (Braz do) 58, 101, 105-6, 112, 242, 299, 310, 337, 422  
 Amaral (João Paes) 167  
 Amaral (P. Prudencio) 322  
 Amaral Coutinho (Bento do) 28-30, 42, 44-5  
 Amaral Gurgel (Bento do) 30, 42  
 Amaral Gurgel (Francisco do) 28, 30, 42-3, 112  
 Amaral Gurgel (Salvador) 410, 415  
 Amaral da Silva (Bento d.º) 42  
 Ameal (João) 199, 200-1  
 Americano do Brasil 148  
 Amorim (Manuel da Costa) 77  
 Amorim e Castro (Joaquim) 332

- Amorim Pereira (João Manuel Guerreiro) 419  
 Amoroso Lima (Alceu) 327  
 D. Ana de Jesus Maria 397  
 Anchicta 205  
 Andrada (Ambrosio Freire) 119  
 Andrada (Bernardim Freire de) 119  
 Andrada (Antonio Carlos Ribeiro de) 332  
 Andrada (Gomes Freire de) 43, 91, 118-125, 177-8, 183-4, 186, 206, 208-216, 232, 235, 248-9, 312, 340, 347, 349, 384, 391-3, 402  
 Andrada (José Antonio Freire de) 119, 120, 206-7, 312, 393, 408  
 Andrada (José Bonifacio de) 333  
 Andrada (Henrique Luiz) 119  
 Andrada (Ernesto Campos) 294  
 Andrade (Francisco Xavier) 166  
 Andrade (José de Carvalho) 111  
 Andrade (Rodrigo Melo Franco de) 339  
 Angeja (marquês de) 32, 61-2, 73-4, 99, 100-1, 279, 361, 382  
 Angelis (Pedro de) 284  
 Anson (George) 187  
 Antoletz (Daniel) 195  
 Antonil 18, 20-1, 24, 26, 301, 303, 308  
 Antunes Maciel (Antonio) 143, 156  
 Antunes Maciel (Gabriel) 156  
 Antunes Maciel (Miguel) 151  
 Anunciação (Fr. Manuel Arcangelo) 340  
 Aracati (marquês de) 80  
 Aragão (Teixeira) 284  
 Aragão Morato (M. T.) 227  
 Aragão e Souza (A. F.) 422  
 Aranda (Conde de) 257  
 Aranha (Pedro Fernandes) 61  
 Araripe (Tristão Alencar) 51, 368  
 Araujo (Artur da Cunha) 428  
 Araujo (Domingos F.) 113  
 Araujo (P. Gaspar Gonçalves) 312  
 Araujo (Francisco Gil de) 345  
 Araujo de Azevedo (Antonio de) 427  
 Araujo Lasso (Francisco Xavier) 314  
 Arcos (5.º conde dos) 225, 230-1, 233-4, 396-7  
 Arcos (5.º conde) 110-1  
 Arcos (7.º conde) 110  
 Arcos (8.º conde) 110  
 Arouca (José Pereira) 338  
 Arouche (José Inácio) 64-5  
 Arruda (Pascoal de) 159  
 Arruda Camara 308, 333, 380, 431  
 Artigas 283  
 Aruela Pombo (P. Manuel), 413-7  
 Asseca (Viscondes de) 118, 345-6, 372, 383-4  
 Assumar (Conde de) 25-6, 32, 79, 80-6, 131, 150, 199, 351, 387  
 Ataíde (Gaspar de) 49, 50-3, 59  
 Ataíde (D. Jerônimo de) 110  
 Atalaia (conde de) 48  
 Atougua (conde de) 109, 110, 228, 397  
 Augusto (José) 369  
 Avila (Garcia d') 363  
 Aveiro (Duque de) 228, 292  
 Avintes (conde de) 74  
 Azambuja (conde de) 258, 291-2, 397  
 Azara (D. Felix de) 209, 284-5  
 Azarola Gil (Luiz Enrique) 132-3, 134, 175  
 Azeredo (João Pereira de Ramos) 327-8  
 Azevedo Coutinho (Bispo) 50, 91, 293, 296, 300, 303, 328, 334-5, 345, 374-5, 384-5  
 Azevedo (Antonio de Pinho e) 149  
 Azevedo (João de Araujo) 103  
 Azevedo (João de Souza) 161  
 Azevedo (J. Lucio d') 91-2, 97, 107, 114-5, 191, 193, 204, 219, 220-1, 223, 228, 234, 240, 298, 300, 308, 315  
 Azevedo (Moreira de) 122  
 Azevedo (Fr. José da Costa) 333  
 Azevedo e Brito (Paulo José de Melo) 329  
 Azevedo Coutinho (Antonio) 230  
 Azevedo Coutinho (Marco Antonio) 203  
 Bacalhão (João Marques) 72-3  
 Baccellar (Domingos Barbosa) 357  
 Bacon 237  
 Baena 356  
 Baião (Antonio) 115, 327  
 Baião (Estevão Ribeiro) 259  
 Balbi 308  
 Balda (P. Lourenço) 214  
 Baldes (Pedro) 310  
 Balsemão (Viscondessa de) 398

- Baltazar da Silveira (D. Braz) 20, 26, 77-9  
 Bandeira (Manuel) 323-4  
 Baracho (Gonçalo de Freitas) 77  
 Barata (Manuel) 164, 217, 358  
 Barata (Cipriano) 421-2  
 Barata (Francisco Nunes) 422  
 Barata (Con. Gomes) 340  
 Barata (José Raimundo) 422  
 Barba (Enrique M.) 192-3, 204, 215, 246  
 Barbacena (Visconde de) 393, 405-6, 408, 413  
 Barbacena (Marquês de) 96  
 Barbara Heliodora 410  
 Barbosa (Domingos Vidal de) 323, 410, 413, 415-6  
 Barbosa (Francisco Antonio de Sta. Engracia) 314  
 Barbosa (Gregorio de Caldas) 299  
 Barbosa (José Luiz Soares) 50  
 Barbosa (Manuel Gomes) 132  
 Barbosa (Ruy) 221, 422  
 Barbosa Leal (Pedro) 109  
 Barbosa Machado (Diogo) 310  
 Barbosa Machado (Inácio) 310  
 Barbosa de Oliveira (Albino José) 422  
 Barbosa de Oliveira (José) 422  
 Barbosa Rodrigues (J.) 286  
 Barbosa de Sá (José) 19, 140  
 Barberino (Manuel Estevão) 227, 230, 232  
 La Barbinnais (L. G.) 92, 102  
 Barcarena (Antonio Gonçalves) 338  
 Barreto (Mario) 202  
 Barreto (Mariana de Souza) 384  
 Barreto (Abilio) 223, 230  
 Barreto (João Batista) 337  
 Barreto de Aragão (Francisco Moniz) 422  
 Barreto e Arazão (Antonio Barnabé) 342  
 Barreto Feio 201  
 Barros (João Martins de) 260  
 Barros (Tereza Leitão de) 398  
 Barros Alvim (J.) 111, 236  
 Barroso (Gustavo) 365, 368  
 Bastos (Fernandes) 130, 179  
 Bastos (Humberto) 376  
 Batista (João Gomes) 338  
 Bauzá (Francisco) 210, 281  
 Bazines 207-8  
 Beça (José de Oliveira) 314  
 Becu (Teodoro) 284  
 Beckiman 119, 220  
 Beirão (Caetano) 172, 174, 177, 193, 199, 223, 225, 228, 241, 273  
 Belles (Leonel da Gama) 131  
 Benedito XIV 192, 389  
 Bentham 343  
 Berredo (Bernardo Pereira) 165, 354, 361  
 Bevilaqua (Clovis) 195  
 Bezzi (Giovanni) 205  
 Bhering (Mario) 330  
 Bittencourt (Inácio de Moraes) 285  
 Bittencourt (José de Sá) 332, 413  
 Bivar (Luiz Garcia de) 215  
 Biasco (Miguel Angelo) 207-8  
 Bloem (Ruy) 327  
 Bluteau (P. Rafael) 169  
 Bobadela (3.º conde de) 119  
 Bocage (M. M. B. de) 50, 242, 296, 328-9, 417, 429  
 Bocage (Gil le Doux) 50, 59  
 Bocanera Junior (Silio) 331  
 Bohm (General) 247, 262, 264, 266-7, 270, 272-3, 290  
 Boiteux (José) 275  
 Boiteux (Lucas) 399, 400  
 Bolonha (Fr. José) 421  
 Borba Gato (Manuel) 21, 25, 29, 77  
 Borges de Barros (Francisco) 330  
 Borges de Barros (José) 314  
 Borges da Fonseca 73, 315-6, 365, 367  
 Borges Fortes 183, 188  
 Bose (Walter B. L.) 215  
 Botelho (Antonio de Figueiredo) 165  
 Botelho (Cristovão Aires) 166  
 Bougainville 331, 400  
 Byron (John) 187  
 Branco (Antonio da Rocha) 60  
 Braga (Manuel) 167  
 Braga (Teodoro) 168, 356  
 Braga (Teófilo) 207, 236, 243-4, 330  
 Bragança (D. Antonio de) 117  
 Bragança (D. José de) 117, 201  
 Brandão (Mario) 201  
 Brandão (Tomaz) 323, 409, 416  
 Brandão (Tomaz Pinto) 309  
 Brazão (Eduardo) 38, 40-1, 46, 108, 128, 145, 172, 247, 356  
 Breuning (Adão Leopoldo) 285  
 Brito e Lima (João) 311  
 Brochado (Cunha) 172, 193  
 Brotero 332  
 Brunelli (Angelo) 207-8, 217

- Bueno (Bartolomeu) 82, 147-9, 181  
 Bueno (Domingos da Silva) 25, 34, 75-6  
 Bueno (Manuel Carvalho da Silva) 76  
 Bulcão (Joaquim Inácio de Siqueira) 422  
 Bulkeley (I.) 187  
 Buñhães (Fr. Miguel de) 357  
 Bustamante (Luiz Fortes) 53  
 Cabo (Agostinho Joaquim) 287  
 Caetano (Fr. Calixto S.) 314  
 Caetano (Marcelo) 343  
 Caetano (P. José) 204, 218, 226, 231-2, 238-240  
 Cairú (Barão de) 334  
 Cabanês (Dr.) 192  
 Cabral (Domingos da Ponte) 283  
 Cabral (Osvaldo R.) 186, 188, 410  
 Cabral Leme (Pascoal Moreira) 140-1, 164  
 Cabrer (José Maria) 284  
 Caldas (P. Antonio Pereira de Souza) 329  
 Caldas (José) 263  
 Caldas (José Antonio) 286, 299, 301, 306, 314, 337, 364  
 Caldas (Pedro da Silva) 337  
 Caldas Barbosa (Domingos) 328-9, 330  
 Caldeira Brant (Ambrosio) 35, 95  
 Caldeira Brant (Felisberto) 95-6, 397, 422  
 Caldeira Brant (Gregorio) 96  
 Caldeira Pimentel 148, 153-4, 181  
 Calheiros (Antonio Pereira de Souza) 338  
 Calmon (Góes) 334  
 Calmon (Miguel) (M. de Abrantes) 303, 339, 420  
 Calmon (Miguel) 166, 334, 357  
 Calogeras (J. P.) 90, 306  
 Camacho (Gregorio Rebelo Guerreiro) 217  
 Candido (Domingos Gonçalves) 35  
 Camara (Manuel Ferreira da) 303, 333, 413  
 Camara (Manuel de Moura da) 130  
 Camarão (Diogo) 71  
 Camarão (Sebastião Pinheiro) 69, 71  
 Camaride (Condessa de) 119  
 Camillo Castelo Branco 48, 55, 80, 104, 115, 131, 150, 226, 228, 230, 235, 327, 356  
 Camillo de Oliveira Neto (Luiz) 25, 81  
 Caminha (Antonio de) 121  
 Camões (Luís de) 320-2, 430  
 Campos (Antonio Pires) 140-1, 147  
 Campos (Con. Joaquim Cajueiro de) 309  
 Capacci (P. Domingo) 173-4, 178  
 Capurro (Francisco) 135, 174, 249  
 Car Ribeiro (Roberto) 53, 312  
 Caramurú 320-1  
 Carbone (P. João Batista) 173  
 Cardoso (Manuel Silveira) 18  
 Cardoso (Diogo Osorio) 183, 187  
 Cardoso da Costa (José Ferreira) 329, 343  
 Cardoso de Moraes (José Francisco) 329  
 Carlota Joaquina (Rainha D.) 425-6  
 Carlos I 248, 289  
 Carlos III 216, 245-6, 256, 271, 281  
 Carlos IV 426, 429  
 Carnaxide (Visconde de) 224, 228, 255, 270, 354  
 Carneiro (David) 19  
 Carneiro (Antonio Pinto) 207  
 Carneiro (Carlos) 264  
 Carneiro (José Manuel) 268  
 Carneiro de Mendonça (Marcos) 324, 333  
 Carvalho (Augusto de) 375  
 Carvalho (Carlos Alberto) 231  
 Carvalho Costa (P. Antonio de) 55, 78, 104  
 Carvalho Franco 151, 157  
 Carvalho (Francisco Leitão de) 352  
 Carvalho (Feo de) 388-9  
 Carvalho (J. de) 187  
 Carvalho (Manuel de Araujo) 370  
 Carvalho (Manuel José Vilela) 421  
 Carvalho (Manuel Lopes de) 421  
 Carvalho (Manuel Rodrigues) 155-6  
 Carvalho (Mario Teixeira de) 180  
 Carvalho (Paulo de) 72  
 Cascais (Marquês de) 344, 346  
 Cascudo (Luiz da Camara) 387, 370, 422

Castanheira (Conde de) 346  
 Castel Melhor (Conde de) 56  
 Castelo Branco (D. Rodrigo de) 20  
 Castelo Branco (Manuel de Almeida) 113  
 Castelo Branco (Antonio Gomes) 313  
 Castelo Branco (João Alberto) 250  
 Castilho (Júlio de) 48, 102, 397  
 Castro (Francisco de) 200  
 Castro (D. João de) 380  
 Castro (P. José de) 108, 254  
 Castro (Principal) 296  
 Castro Benedito (D. Luiz) 416  
 Castro Caldas (Sebastião de) 64-9, 70, 73  
 Castro Maia (Raimundo de) 295  
 Castro e Mendonça (Antonio Manuel de Melo) 394  
 Castro Moraes (Francisco de) 34, 40-1, 43, 46, 51-3, 64  
 Castro Moraes (Francisco Xavier de) 53  
 Castro Moraes (Gregorio) 34, 43-4, 207  
 Cavalcanti (Leandro Bezerra) 65, 73  
 Cavalcanti de Albuquerque (Francisco) 361  
 Cavalcanti Uchoa (Lourenço) 65  
 Cavalheiro (Rodrigues) 199, 200-1, 203-4, 225  
 Caviglia (H). Buenaventura 185  
 Cenaculo (Fr. Manuel do) 235  
 Cesar de Menezes (Luiz) 55, 103, 104, 145  
 Cesar de Menezes (Rodrigo) 144-9, 150-4, 157, 160, 394  
 Céspedes (P.) 215  
 Cevallos (D. Pedro de) 215-6, 248-9, 250, 251, 271-8, 280, 282  
 Chafet (Luiz) 59, 60  
 Chagas Santos (Francisco) 283  
 Chagas o Cabra 340  
 Chateaubriand 205  
 Chaves (Domingos Ferreira) 365  
 Chaves (Duarte) 118, 283  
 Chaves (Joaquim Ferreira) 162  
 Chaves (José Luiz de) 314  
 Chaves (Pedro Gomes) 112, 337  
 Chevalier (Miguel) 90  
 Choiseul 245, 255  
 Cidade (Ernani) 207, 237, 398, 428-9  
 Ciera (Francisco) 208, 217  
 Cintra (Assis) 415

Clemente XIII 254-5, 321  
 Cleto (Marcelino Pereira) 413  
 Clócleo (P. Jacob) 173  
 Codeceira (José Domingues) 63  
 Codina 287  
 Coelho Torres (José Pedro) 413  
 Coimbra (Manuel Soares) 268  
 Collor (Lindolfo) 181  
 Columbina (Francisco Tossi) 396  
 Conceição (Fr. Claudio da) 396  
 Corrêa (D. Francisco Antonio) 379  
 Corrêa (Joseph) 22  
 Corrêa (Salvador) 120  
 Corrêa da Camara (José) 269  
 Corrêa da Costa (José) 314  
 Corrêa Filho (Virgílio) 141, 209, 287, 344, 398-9  
 Corrêa Luna (Carlos) 128, 133-4, 185  
 Corrêa de Melo (Fiorencio) 379  
 Corrêa de Sá (Luiz José) 372  
 Costa (Claudio Manuel da) 76, 85, 87, 108, 207, 248, 315, 318, 321, 323-5, 389, 392, 407-8, 412, 414, 430  
 Costa (Craveiro) 376  
 Costa (Hipolito da) 332  
 Costa (João de Araujo) 22  
 Costa (João de Figueiredo) 57  
 Costa (João Gonçalves da) 378  
 Costa (Manuel Fernandes) 380  
 Costa (P. Manuel Rodrigues) 414-5  
 Costa (Matias Ribeiro) 252  
 Costa (Mauricio da) 312  
 Costa (Miguel Pereira da) 55, 337  
 Costa (D. Rodrigo da) 21-3, 55, 138, 173  
 Costa de Ataíde (Gaspar) 47  
 Costa Barreto (Roque da) 342-3  
 Costa Freire (Cristovão) 167, 361  
 Costa Pereira (C.) 18, 399  
 Costa Pinto (Francisco Sabino) 420  
 Costa e Silva (José da) 207  
 Cosme e Damião (Fr. José) 314  
 Corte Real 172  
 Courteville (Mme. R.) 397  
 Coutinho (André Ribeiro) 119, 183-185  
 Coutinho (Baltazar Rodrigues) 115  
 Coutinho (Bento do Amaral) 50-1  
 Coutinho (Lourença) 115  
 Coutinho (Sebastião da Cunha) 345, 384-5, 415  
 Couto (José Vieira) 90, 332

- Cruz (Domingos Fernandes) 413  
 Cruz (D. fr. João da) 122  
 Cruz (D. Manuel da) 390  
 Cruz Filho 365  
 Cruz e Silva (Antonio Diniz)  
   247, 318, 415, 419, 430  
 Cunha (Cardeal da) 279, 321  
 Cunha (Conde da) 258, 260, 264,  
   290-1, 293, 377  
 Cunha (Euclides da) 281  
 Cunha (D. Luiz da) 114, 127,  
   203, 358, 430  
 Cunha (Luiz Antonio Rosado)  
   311  
 Cunha (D. Manuel Alvares da)  
   65-9, 70-1, 72, 73  
 Cunha (Manuel da) 340-I  
 Cunha (Matias da) 56  
 Cunha Matos 291  
 Cunha Menezes (Francisco da)  
   377-379, 383  
 Cunha Menezes (Luiz da) 324,  
   393, 405, 413  
 Cunha Menezes (Manuel da)  
   265, 272, 345, 373, 377  
 Cuatiguassú 156  
 Cummings (J.) 187  
 Dampier 102  
 Daniel (P. João) 165, 221  
 Dantas (P. Antonio Rodrigues)  
   391  
 Dantas (José Xavier de Olivei-  
   ra) 242  
 Dantas (Lucas) 421-3  
 Descartes 237  
 Desterro (D. Antonio do) 250,  
   311  
 Deus (João de) 421-3  
 Dias (João Ribeiro) 84  
 Dias Cabral 333  
 Dias da Silva (Simplicio) 364  
 Diniz (João Ferreira) 84  
 Disiers 234  
 Docca (Sousa) 179  
 Dornelles (Jerônimo) 401  
 Dornellas (Afonso) 55, 104  
 Duclerc 39, 40-8, 115  
 Duguay-Trouin 39, 44-9, 50-1, 59,  
   61, 112  
 Dultra (Cap. Antonio) 44  
 Durão (Santa Rita) 19, 320-1,  
   429-31  
 Duro (Antonio Rodovalho) 55  
 Ega (1.º conde da) 113  
 Encarnação (Fr. Antonio) 423  
 Encarnação (Soror Vitória da)  
   58  
 Ennes (Ernesto) 327  
 Erceira (Conde de) 69, 71, 80,  
   87-8, 94  
 Esquillache 253-4  
 Espalter (Falcão) 134  
 Espinha (Salvador) 158  
 Falcão (Fernando Dias) 142, 146,  
   152, 154, 381  
 Falcão (Antonio de Almeida) 209  
 Faria (Antonio Pinheiro de) 159  
 Faria (Bartolomeu Fernandes)  
   395  
 Faria (Francisco de Souza) 181  
 Faria (P. Francisco) 312  
 Faria (P. Gonçalo Soares de)  
   106  
 Fazenda (Vieira) 125, 351  
 Feijó (João da Silva) 332  
 Feliciano (José) 410  
 Felipe V 37, 174  
 Felix (José) 423  
 Feo de Carvalho 26, 77-8, 82-3,  
   288-9  
 Fernandes (Domingos Vaz) 56  
 Fernandes (Manuel) 125  
 Fernandes Gama 69 71-4, 288,  
   369, 371-4  
 Fernando VI 174, 192, 216, 277  
 Ferrão (Antonio) 237, 244, 255,  
   336  
 Ferreira (Alexandre Rodrigues)  
   287-8, 332, 346  
 Ferreira (André Vaz) 186  
 Ferreira (Antonio Soares) 138  
 Ferreira (Antonio de Souza) 88  
 Ferreira (Estevão) 22  
 Ferreira (Con. Hldefonso Xavier)  
   209  
 Ferreira (Inácio de Souza) 88-9  
 Ferreira (João Alves) 209  
 Ferreira (José Henrique) 312  
 Ferreira (Manuel) 419  
 Ferreira Gil (Antonio) 314  
 Ferreira Lima (Cor.) 291  
 Ferreira Reis (A. C.) 162-3, 165-  
   6, 285-6, 357-9  
 Ferrer (Vicente... de Barros  
   Wanderley) 67  
 Feydit (Julio) 350, 385  
 Fialho (D. José) 371  
 Figueira (P. Luiz) 129  
 Figueiro de Melo (Jerônimo de  
   Aveiar) 266  
 Figueiredo (André Dias de) 65,  
   67  
 Figueiredo (Antero de) 190  
 Figueiredo (Caetano de Brito e)  
   103, 310  
 Figueiredo (Fidelino de) 173, 207  
 Figueiredo (Fr. José da Nativ-  
   dade) 314  
   62

Figueiredo (José Marcelino) 255, 257, 261-2, 283  
 Figueiredo (Patrício Manuel de) 120  
 Figueiredo (Pedro Soares) 251  
 Figueirôa (D. Joaquim Borges) 390  
 Figueira (Bruno da Costa) 259  
 Figueiras (Manuel Dias) 56-7,  
 Fiiinto Elísio 328, 429  
 Fiúza (João Lopes) 58  
 Fiúza (Nicoláo Gonçalves) 93  
 Fiahaut (Conde de) 259  
 Flores (Manuel Antonio) 156, 208  
 Florida Blanca (Marquês de) 279  
 Flotte (M. de la) 125  
 Fonseca (Antonio Coelho) 338  
 Fonseca (Antonio Isidoro) 125, 311  
 Fonseca (P. Bento) 220  
 Fonseca (José Gonçalves) 143-4, 146-7, 158, 161-2, 217  
 Fonseca (P. Manuel da) 35, 76, 84, 85  
 Fonseca (Manuel Bueno da) 33  
 Fonseca (Manuel Ferreira) 351  
 Fonseca (Manuel de Freitas da) 118, 133-4  
 Fonseca (Marlano José Pereira) 330, 419  
 Fonseca (Vicente da Silva) 428-9  
 Fonseca e Horta (Antonio José) 394  
 Fontes (Henrique) 233, 235  
 Fontoura (Edgar) 177, 183-4  
 Fontoura (Vencesião Pinto de Magalhães) 314  
 Forjaz (Diogo Pereira) 330  
 Fortes (Azevedo) 177  
 Fortes (Manuel de Azevedo) 112, 125  
 Fortes (Manuel João) 427  
 Foulquier (P. J.) 366  
 Fourbin (De) 48  
 Franca (Antonio Dias da) 311  
 Franca (Gonçalo Soares da) 310  
 Franca (João Alvares Soares da) 61  
 França (Antonio Ferreira) 242  
 Franco (João) 428  
 Frederico II 247  
 Freire (Felisberto) 376  
 Freire de Andrada (Francisco de Freire de Andrade (Francisco de Paula) 407-8, 409-10, 412, 414-7  
 Freire de Andrade (Henrique Luiz) 288, 372-4  
 Freire de Carvalho (Fernando Delgado) 371

Freitas (Antonio de) 176  
 Frézier 399  
 Fritz (P. Samuel) 163  
 Fronteira (marquês de) 80, 196, 294, 398, 405  
 Furlong (P. G.) 174, 212  
 Funck (J.) 256, 262, 264, 283  
 Furtado (Salvador Fernandes) 77  
 Furtado de Mendonça (Antonio Carlos) 256, 272, 274, 393  
 Gabriel (Infante D.) 425  
 Gago (Tristão da Cunha) 162  
 Gago da Camara (Pedro) 30  
 Galeão (José Gonçalves) 337  
 Galluzzi 207, 217  
 Galvão (Ivan) 323  
 Galvões (Conde das) 33, 89, 100, 104, 108-9, 184, 186, 389, 392  
 Gama (João da Maia) 69, 70, 164, 168-9, 170  
 Gama (José Basílio da) 125, 131, 207, 210, 212-4, 222, 265, 291, 318-9, 320, 322-3, 389  
 Gama (Luiz Siqueira da) 53  
 Gama e Freitas (Pedro Antonio da) 272, 393  
 Gama Lobo (Raimundo Chichorro) 256, 394  
 Gandia (Enrique de) 140, 163, 265  
 Ganganeli 255  
 Garcia (Rodolfo) 33-4, 47, 52, 66, 71, 87, 104, 113, 120, 125, 169, 176-8, 195-6, 206-7, 208, 214, 217, 235, 238, 249, 252, 276, 283-5, 290-1, 311-2, 332, 334, 337, 345-6, 353, 358, 333-4, 411, 415, 418  
 Garcia Pimentel (Manuel) 345  
 Garcia (Rós (Baltazar) 132  
 Gaspar (Padre) 192  
 Girão (Raimundo) 365  
 Godoi (Baltazar de) 21  
 Góes de Almeida (José) 21  
 Góes e Moraes (José) 21, 42, 345  
 Gomes (Domingos) 59, 60  
 Gomes (P. Francisco Agostinho) 420  
 Gomes (Hernan F.) 210  
 Gomes (José Aires) 414-6  
 Gomes (Vicente) 419  
 Gomes Montelro 328  
 Gonzaga (João Bernardo) 323, 325-6  
 Gonzaga (Luiz Antonio) 323  
 Gonzaga (Tomaz Antonio) 323-6, 407, 409, 412-7  
 Gonzaga das Virgens (Luiz) 421-3

- Gonzalez (Julio Cesar) 212  
 Gorani (Giuseppe) 224  
 Gorjão (Francisco Pedro de Mendonça) 162  
 Gouliart (Jorge Salis) 402  
 Gouvêa (Marquês de) 346  
 Grenoullier (Michel) 358  
 Grimaldi 279  
 Gronfeld 217  
 Guadalupe (Fr. Antonio de) 121, 242  
 Gualberto dos Santos Reis (J.) 322  
 Guedes (P. João) 366  
 Guedes de Brito (Antonio) 27, 138  
 Guedes de Brito (Isabel Marla) 27, 32  
 Guedes de Brito (Joana) 27  
 Guimarães (Domingos das Costa) 59, 60-1  
 Guimarães (José da Silva) 83  
 Guimarães (Pascoal da Silva) 25, 29, 76-7, 83-5  
 Gusmão (Alexandre de) 90, 135, 180, 185, 189, 192, 194-5, 204, 216, 281-2, 324-7  
 Gusmão (P. Alexandre de) 190, 239  
 Gusmão (Bartolomeu de) 72, 190, 326  
 Havelli (Cap.) 207  
 Hay 228  
 Herval (Marquês de) 250  
 Henis (P.) 210, 214  
 Holanda (Luiz de) 55  
 Holanda Cavalcanti (Cristovão) 71  
 Hophman (João) 293  
 Hurley (Jorge) 356  
 Inácio (Mesire) 341  
 Itaparica (Fr. Manuel de Santa Maria) 322  
 Iturriaga (D. José de) 217  
 Jaboatão (Fr.) 27, 93, 310-1, 314, 316, 422  
 Jacob (H. E.) 168  
 Jay 411  
 Jefferson 411  
 Jesus (Teófilo) 340  
 Jesus Maria (Francisca) 122  
 Jesus Maria (P. José Carlos) 417  
 João (D.) 198  
 João V (D.) 38, 48, 79-80, 91-4, 103, 105, 107, 114, 117, 122, 171-5, 179, 190, 192-3, 198-9, 200-3, 299, 344-5, 347, 356, 389, 428  
 João VI (D.) 97, 122, 174, 397-8, 425-8, 430  
 Jordão (Bernardo José) 314  
 José (Manuel) 423  
 José (Príncipe D.) 292, 425  
 D. José I 93, 116, 174, 203, 223, 227-8, 277-8, 344-5, 385  
 José (Jacinta de S.) 122  
 José (D. fr. João de S.) 55  
 Joseph (Fr. João de S.) 72, 101, 150, 170, 201, 238, 356-7, 360  
 Junot 287  
 Junot (Laura) 225  
 Julian (J. B.) 166  
 Juzarte (Teotônio José) 260  
 Kaulen (P. Lourenço) 319  
 Kindersley (Mrs.) 241  
 Kinnoul (Lord) 223  
 Koster 365, 370  
 La Condamine 164-6, 219  
 La Pérouse 400  
 Lara (Antonio de Almeida) 143, 155  
 Lara Ordonhes (Diogo de Toledo) 333  
 Lacerda e Almeida (Francisco José) 285, 333  
 Lacerda (João Lobo) 288  
 Lacerda (José Teixeira) 276  
 Lacombe (Americo) 422  
 Lafões (Duque de) 405, 429  
 Lago (Loureiro) 283, 291, 332  
 Lamego (Alberto) 42, 53, 57-9, 61, 121, 208, 215, 232, 234, 314-5, 318, 346, 382, 383-6, 406  
 Lanhas Peixoto (Antonio Alves) 150, 152, 154, 395  
 Lanore (Jean) 46  
 Landi 217, 357  
 Laval (Pyrard de) 102  
 Lavradio (1.º marquês de) 111, 236, 290  
 Lavradio (2.º marquês de) 252, 264-7, 269, 270-2, 274-7, 280, 282-4, 292-5, 297, 312, 316, 322, 347, 377  
 Lavradio (6.º marquês de) 194, 265-7, 272, 292, 293, 301, 313  
 Lavradio (Conde de) 224, 247, 296, 323  
 Leandro de Carvalho (José) 341  
 Leandro Joaquim 340  
 Leão (Manuel Vieira) 339  
 Leite (Aureliano) 386  
 Leite (P. Serafim) 109, 163, 165,



- 167, 174, 221, 330, 357, 360, 362, 365-6
- Leme (João) 142, 145-6, 154
- Leme (Lourenço) 142, 145-6, 151
- Lemos de Faria Pereira Coutinho (D. Francisco) 243-4, 327-8
- Lencastro (D. João de) 99, 104-5, 347-8
- Leonhardt (P. Carlos) 212
- Leopoldina (Imperatriz) 122
- Leopoldo (Visconde de S.) 225, 283, 332
- Lessa (Clado Ribeiro) 18, 331, 351-2, 376, 396
- Lessa (Vicente Themudo) 66
- Levene (Ricardo) 191
- Locke 237
- Lima (Oliveira) 258, 268, 271, 282, 284, 286
- Lima Junior (Augusto) 82, 387
- Lima (Manuel Antunes de) 108
- Lima (Manuel Felix de) 162
- Lima e Silva (Francisco de) 256
- Lisbôa (João Francisco) 221, 243, 343, 347
- Lisbôa (Manuel Francisco) 338
- Lippe (Conde de) 247, 253, 256, 263-4, 292
- Livramento (Fr. Miguel) 239
- Lobo (Antonio Antunes) 151
- Lobo (Bernardo da Fonseca) 93
- Lobo (Fernando Leite) 383
- Lobo (Francisco da Cunha) 150
- Lobo (D. Manuel) 134
- Lobo d'Almeida 283
- Lobo de Saldanha (Martim Lopes) 394
- Lobo da Silva (Lutz Diogo) 372, 393
- Locio e Leibly (D. Jorge) 375
- Lombroso (Gina) 308
- Lopes d'Almeida (M.) 201
- Lopes Ferreira (José) 314
- Lopes (Jacinto Barbosa) 153-4
- Lopes de Lima (João) 21
- Lorena (Bernardo José) 393, 421
- Loreto Couto (Domingos) 53, 66, 71, 73, 77, 110, 114, 222, 315, 317, 326, 331, 333, 363, 366, 370-2
- Loulé (Duque de) 397
- Lourenço (Conde de S.) 117
- Lourenço (Francisco) 190
- Lourical (marquês de) 346
- Louzada (Ramos) 280
- Luiz XIV 37, 40, 48, 127, 198
- Luiz XV 174, 234, 245
- Luis (Washington) 142, 145-6, 148, 151, 153, 301
- Luiz (Manuel) 331
- Luiz (Manuel Ferreira da) 61
- Luiz Soriano 254
- Macedo (Joaquim Manuel de) 121, 123, 242, 295
- Macedo (Jorge Soares de) 131
- Macedo (P. José Agostinho de) 321
- Macedo (Mateus de) 384,
- Macedo Soares (José Carlos de) 139, 197, 246, 281, 341
- Machado (Cirillo Wolkmar) 207
- Machado (Felix José) 71-4, 371
- Machado (Francisco Xavier) 410
- Machado (Luiz Fagundes) 162
- Machado de Assis 205
- Machado d'Oliveira 280
- Maciel (José Alves) 96, 332, 407-8, 410-7
- Maciel Parente (João Amaro) 77
- Mac Donail (Robert) 266-8, 270-3, 277
- Macnamara 249
- Madre de Deus (Fr. Gaspar) 315, 317
- Madureira (Inácio Eloi) 250-1, 256
- Madureira (P. J. M.) 240
- Magalhães (Basílio de) 162, 164
- Magalhães (Pedro de Moraes) 272
- Magalhães Basto 235
- Maia (José Joaquim da) 410-1
- Malagrida (P. Gabriel) 109, 110, 116, 240, 357, 361-2
- Malheiro (Basílio de Brito) 407, 409
- Malo (Henri) 40
- Manhiães Barreto (Francisco) 383-4
- Manitti (José Caetano Cesar) 409
- Manso (Godinho) 146
- Manso (João) 296
- Manso (Joaquim Felix da Fonseca) 283
- Manuel (Joaquim) 329
- Marcondes (Moisés) 350
- Mardel (Carlos) 123
- Maria 1 (D.) 111, 112, 174, 278-9, 325, 342, 425-6
- Maria Barbara (D.) 174, 192, 277, 279
- Mariana (Infanta D.) 122
- Marialva (marquês de) 110, 378
- Mariana (Princesa D.) 425
- Mariana d'Austria (D.) 203-4, 389
- Mariana Vitória (D.) 174, 228, 277, 279

- Marianno Filho (José) 124, 295, 339  
 Marília de Dirceu 325, 407, 409, 416  
 Maris (Pedro Leolino) 19  
 Marques (A.) 143  
 Marques Guedes (A.) 255  
 Marques Pereira (Nuno) 33, 47, 102, 104, 105, 107, 168-9, 309, 311, 331  
 Marques Pinheiro (T. B.) 123, 177, 283  
 Marques dos Santos (F.) 295, 341  
 Marques de Souza (Manuel) 257, 268  
 Martins (Antonio) 365  
 Martins (Romario) 182  
 Mascarenhas (D. Ana) 104  
 Mascarenhas (André de Figueiredo) 311  
 Mascarenhas (D. Fernando Martins) 30-2, 104  
 Mascarenhas (Des. José) 227, 230, 232-3, 235, 313-4  
 Mascarenhas (Juliana de Souza) 416  
 Mascarenhas (D. Luiz de) 120, 149, 160, 394  
 Mascarenhas (Manuel de Figueiredo) 83, 311  
 Massé (João) 99, 100, 112, 121, 371  
 Mateus (Morgado de) 120, 259, 260, 280, 394  
 Mateus (2.º morgado de) 259  
 Matos (Gregorio de) 63, 309-310  
 Matos (João de) 101  
 Matos (D. José Botelho de) 108, 110, 227, 231-2, 236  
 Matos (José Pinhão) 340  
 Matos (Serra) 364  
 Mecklemburgo (Duque de) 247  
 Medina (José Toribio de) 205  
 Melo (André Leitão de) 53  
 Melo (Antonio Joaquim de) 331, 333  
 Melo (José de) 289  
 Melo (P. José Rodrigues) 322  
 Melo e Silva (Luiz) 53  
 Melo (Mário) 64-5, 67-8  
 Melo e Castro (Martinho de) 261, 269, 279, 334, 385, 421  
 Melo (D. Tomaz José de) 272-3  
 Melo Franco (Afonso Arinos de) 324  
 Melo Franco (Caio de) 324  
 Melo Franco (Francisco de) 333  
 Melo Franco de Andrade (Rodrigo) 335  
 Melo Freire 343  
 Melo Moraes 412  
 Melo Povoas 359, 362  
 Mendes (Cândido) 343  
 Mendes (P. Cipriano Lopes) 379  
 Mendonça (D. Diogo de) 55, 80, 119, 188, 226  
 Mendonça (Francisco Xavier Teixeira) 194  
 Mendonça (Francisco Xavier) 217-9, 221  
 Mendonça (Martinho) 184  
 Mendonça Arraes (Cristovão de) 70-1  
 Mendonça Furtado (Francisco Xavier de) 356-8, 361  
 Menezes (Antonio de Brito de) 113  
 Menezes (Fr. Francisco de) 26, 28, 29, 35, 42-3  
 Menezes (Manuel Dias de) 43  
 Menezes (D. Rodrigo José de) 242, 378-9 393  
 Menucci (Sud) 324  
 Merveilleux (Ch. F. de) 80  
 Mesquitela (Visconde de) 346  
 Mestre (Antonio) 312  
 Metwen (John) 38  
 Minas (Marquês das) 61  
 Miralles (José de) 61, 101-2, 104-5, 106, 110, 130, 263, 314-6  
 Miranda (Agenor Augusto de) 363  
 Miranda (Joaquim Veioso de) 332  
 Miranda Montenegro (Caetano Pinto) 369, 374, 399  
 Miranda (Madalena Maxima) 201  
 Miranda (Manuel José) 413  
 Moncada (B. Cabral de) 238  
 Monferini (Juan P.) 175  
 Molina (Antonio Joaquim Velasco) 314  
 Molina (Luiz Tenorio) 130  
 Moniz (Egas) 101  
 Moniz Barreto (Domingos Alves Branco) 416  
 Monroe (James) 194  
 Monserrate (Úrsula Luiza de) 109  
 Montalvão (Marquês de) 99  
 Monteiro (Clóvis) 320  
 Monteiro (Domingos da Silva) 28  
 Monteiro (Cipriano Mateus) 176  
 Monteiro (Lourenço) 180  
 Monteiro da Vide (D. Sebastião) 58, 103, 309

Montelo (Josué) 362  
 Montenegro (Joaquim Silverio dos Reis) 406  
 Montesquieu 90, 202, 335  
 Moraes (Belchior Mendes) 166  
 Moraes (Francisco Xavier de) 165  
 Moraes ((Geraldo Dutra de) 386  
 Moraes (João de) 77  
 Moraes (José Felix) 314  
 Moraes (José Francisco Cardoso de) 242  
 Moraes (P. Julio) 218  
 Moraes Navarro (Manuel Alves) 76  
 Moraes e Silva (Antonio) 333  
 Morales de los Rios Filho (Adolfo) 209  
 Moreira (Alexandre Alves) 339  
 Moreira (Tomé Gomes) 90  
 Moreira de Azevedo 250, 291, 293, 296  
 Moreno Quintana 195  
 Mornet (Daniel) 205  
 Morny (Duque de) 209  
 Mota (Artur) 332  
 Mota (Cardeal) 192  
 Mota (João Dias) 410, 415  
 Mota (João da) 65, 70-1, 74  
 Mota (Luiz) 44  
 Mota (Vicente) 413, 415  
 Moura (Felipe de) 65  
 Muller (Cristiano) 108-9  
 Muratori 205  
 Muriás (Manuel) 199, 285  
 Mury (P. Paulo) 109, 226, 357  
 Mussara (P. Francisco) 173  
 Muzi (Gonçalo José) 312  
 Muzi (João Francisco) 295, 341  
 Nabuco (Joaquim) 165, 195, 286  
 Napoleão III 259  
 Nascentes (Francisco Antonio) 157  
 Nenguirú (Nicoláo) 212, 214  
 Neves (P. Manuel Ferreira) 314  
 Nogueira da Gama (Visconde de) 96, 242, 328, 408  
 Norberto (Joaquim) 330  
 Noronha (D. Antonio de) 82, 344, 393  
 Noronha (D. Fernando Antonio) 243  
 Noronha Santos 122  
 Noronha (D. Joaquim de) 150  
 Norton (Luiz) 247  
 Nunes Viana (Manuel) 21, 25, 27-9, 30-2, 43, 137  
 Obidos (Conde de) 380  
 Olavo (Carlos) 321  
 Oldenberg (Feliciano Velho) 220

Oliveira (Alberto de) 322  
 Oliveira (Antonio) 313, 370  
 Oliveira (Joaquim Antonio) 421  
 Oliveira (Cavaleiro de) 48, 116, 329  
 Oliveira (João Fernandes) 95-7  
 Oliveira (P. José Lopes) 411, 413  
 Oliveira (José Rodrigues) 82  
 Peixoto (Francisco de Brito) 180  
 Oliveira (P. José de Souza) 407  
 Oliveira (Manuel Dias) 340  
 Oliveira Ledo (Constantino) 370  
 Oliveira Lopes (Francisco Antonio) 408, 410-1, 413, 415-6  
 Oliveira Martins 199  
 Oliveira Mendes (L. M.) 337  
 Oliveira (Miguel Sutil) 142  
 Oliveira Serpa (Silvestre) 314  
 Ortiz (João Leite da Silva) 147-9, 181  
 Ortiz (Luiz Valenzuela) 64  
 Orvilliers (Claude d') 167  
 Osorio (Fernando) 250, 369, 402  
 Osorio (Tomaz Luiz) 183, 210, 250  
 Otero (José Pacifico) 284  
 Ottoni (José Elói) 329  
 Oyaroico (André) 284  
 Pacheco (Felix) 119, 125, 186, 311  
 Paes (Fernando) 29  
 Paes (Francisco Mendes) 336  
 Paes (de Barros Fernando) 143  
 Paes Leme (Fernão Dias) 148  
 Paes Leme (Pedro Dias) 126  
 Paes de Sande (Antonio) 61  
 Paiva (Amaro Ferreira) 313  
 Paiva (Felix Simões) 387  
 Paiva (Manuel Joaquim Henriques) 294, 312  
 Paiva (Antonio Ribeiro) 312  
 Palheta (Melo) 161-2, 164-5, 168-9, 170  
 Pamplona (Inacio Corrêa) 408, 410  
 Panijai (P.) 207-8  
 Paraguassú (Catarina) 314, 321  
 Pardino (Rafael Pires) 86, 95, 188, 350, 385, 390, 395  
 Partnoy (Antonio) 155  
 Passaros (Xavier dos) 295  
 Passos (Carlos de) 201  
 Passos (Manuel Nogueira) 93  
 Passos (Zoroastro Viana) 335, 339  
 Payró (Júlio E.) 212  
 Pedra Branca (Visconde de) 329  
 Pedreira de Castro (Fr. João José) 350

- Pedro I (D.) 123, 331  
 Pedro II (D.) 38-9, 55, 198, 336  
 Pedro III (D.) 111, 279, 379, 425-6  
 Pedroso de Barros (Valentim) 291  
 Pegado Serpa (Manuel de Matos) 314  
 Peixoto (Afranjo) 33, 91, 107, 162, 205, 259, 319-20  
 Peixoto (Francisco Brito) 180  
 Peleja (Antonio Luiz) 394  
 Peiucio (José Alberto) 386  
 Penaforte (Fr. Raimundo) 415  
 Pereira (Felipe de Barros) 18  
 Pereira (Antonio) 88  
 Pereira (Antonio Pacifico) 333  
 Pereira (Antonio Gonçalves) 313  
 Pereira (Benta) 384  
 Pereira (Diogo Rodrigues) 165  
 Pereira (Felix) 340  
 Pereira (Francisco) 165  
 Pereira (Francisco Nunes) 259  
 Pereira (João Manso) 419  
 Pereira (Vicente) 162  
 Pereira da Costa 93, 203, 334  
 Pereira da Costa (Lourenço) 359  
 Pereira da Costa (Miguel) 100  
 Pereira da Cunha (S. L.) 375  
 Pereira Pinto 134  
 Pereira do Rosario (Fr. Frutuoso) 314  
 Pereira Sales 290  
 Pereira da Silva 327  
 Pereira de Souza (Fr. Manuel de Jesus Maria) 314  
 Peres (Damião) 39, 208, 304, 315  
 Phillips (John) 187  
 Picanço (José Corrêa) 333  
 Pilar (D. fr. Bartolomeu do) 356  
 Pimenta (Alfredo) 192, 199, 201, 223, 429  
 Pimentel (Antonio da Silva) 27  
 Pimentel (Inácio da Silva) 423  
 Pimentel (Manuel) 112  
 Pimentel (Miguel) 100  
 Pina (Luiz de) 333  
 Pina Manique 305  
 Pinceti (P.) 207  
 Pinheiro (Romão) 423  
 Pinedo (Agostinho Fernando) 280  
 Pinto (Domingos Fernandes) 76  
 Pinto (João Marques) 419  
 Pinto (Luiz) 370  
 Pinto (Luiz) (V. de Balsemão) 252, 333, 398  
 Pinto (Luiz Alves) 331, 340  
 Pinto Bandeira (Francisco) 183, 210  
 Pinto Bandeira (José) 180  
 Pinto Bandeira (Rafael) 180, 251, 261-2, 266, 269, 283  
 Pinto Brandão (Tomaz) 44-5, 55  
 Pinto da França (Luiz Paulino) 329  
 Pinto Martins (José) 368-9  
 Pirajá da Silva (Regina) 322  
 Pires (Inácio) 423  
 Pires (José) 266  
 Pires (Luiz da França) 423  
 Pires Campos (Antonio) 156  
 Pires de Carvalho (José) 311, 314  
 Pires de Carvalho (Salvador) 311  
 Piton 207  
 Pizarro (Mons.) 42, 52-3, 94, 115  
 Plates (José Antonio) 125  
 Pléssis-Parseau (De) 49  
 Pombal (Antonio Francisco) 338  
 Pombal (Marquês de) 91, 117, 191, 194, 203-4, 217-9, 220-5, 227-9, 230-1, 235, 243, 247-9, 251-4, 256, 259-9, 267, 271-2, 277-8, 292, 312, 322, 347, 357, 358, 430  
 Pombeiro (Conde de) 328  
 Pompador (Marquês de) 255  
 Ponte (Antonio Felipe da Cunha) 285  
 Pontes (Antonio Pires da Silva) 285-6, 333, 383  
 Pontes (P. Belchior) 84-5  
 Pontevel (Dr. Domingos) 391  
 Ponzone 207  
 Portelli (Alexandre Elói) 283  
 Porto (Aurelio) 210, 269, 283, 431  
 Porto Alegre (Augusto) 130  
 Portugal (D. Fernando José de) 266, 288, 343, 355, 379, 420  
 Portugal (Antonio José de Souza) 313  
 Portugal (D. Luiz Clara) 201  
 Prado (Conde do) 48-9  
 Portugal e Castro (D. Francisco) 344  
 Pvoas (Joaquim de Melo) 221  
 Povolide (Conde de) 373, 377  
 Prado (Conde do) 48-9  
 Prado (Domingos Rodrigues do) 82-3, 147  
 Prado (Francisco Rodrigues do) 155  
 Prado (João Leme do) 161  
 Prado (Manuel Rodrigues do) 157  
 Prazeres (Fr. Francisco de N. S.) 361-2  
 Preto (Antonio) 152  
 Probst (Juan) 205

- Proença (Martinho de Mendonça de Pina) 94-5, 120, 392  
 Prudente de Moraes 291  
 Queiroz (André dos Santos) 153  
 Quesada (Vicente G.) 195  
 Quintela (Inácio Pedro) 400  
 Quintela (Luiz) 232, 314  
 Quirino (Manuel) 340  
 Rábago (P.) 214  
 Rabelo (P. Manuel) 152  
 Ramos (João Pereira) 243  
 Ramos (José Monteiro de Macedo) 249  
 Raposo (Pedro de Moraes) 25  
 Raposo (Sebastião Pinheiro) 143  
 Rasquinho (Sebastião Galvão) 53  
 Ravignani (Emílio) 262, 271  
 Rebelo (Francisco Antonio) 409, 415  
 Rebelo (Gervasio Leite) 150  
 Rebelo da Silva (L. A.) 50, 110  
 Rechsteiner (Adalberto) 49  
 Redslobo (Robert) 195  
 Rego (Belchior do) 89  
 Rego (Sebastião Fernandes do) 154  
 Rego Monteiro (Jonatas do) 130, 210, 250  
 Reimão (Cristovão Soares) 73  
 Reis (D. Bartolomeu Mendes dos) 391  
 Reis (Joaquim Vicente dos) 239  
 Reis (Bento Sabino dos) 340  
 Reis (Quita) 220, 222  
 Reparaz (Gonzalo de) hijo 192  
 Resurreição (Fr. Pascoal da) 314  
 Revello (José Torre) 196, 207, 208, 284-5  
 Reverend (Carlos Inácio) 207-8  
 Rezende (Conde de) 123, 296-7, 346, 419  
 Rezende (José da Costa) 415-8  
 Ribeira (Fr. Miguel da) 34  
 Ribeiro (Antonio Dias) 380  
 Ribeiro (Antonio Freire) 312  
 Ribeiro (Antonio Gomes) 415  
 Ribeiro (Antonio Rodrigues) 173  
 Ribeiro (Aquilino) 116, 329  
 Ribeiro (Eugenio) 165  
 Ribeiro (Fernando José) 415  
 Ribeiro (Gabriel) 101  
 Ribeiro (Gaspar Antonio) 341  
 Ribeiro (João) 207, 318, 321, 324, 327, 329, 412  
 Ribeiro (João de Miranda) 108  
 Ribeiro (João Rodrigues) 336  
 Ribeiro (Manuel Gonçalves) 179  
 Ribeiro (Pedro) 65  
 Ribeiro (Eusebio Antonio) 272, 338  
 Rio Branco (Barão de) 44, 168  
 Ripado (Vicente Leite) 363  
 Rivasseau (Emilio) 155  
 Rocha (Francisco José) 275  
 Rocha (José Joaquim da) 340, 409  
 Rocha (José Monteiro) 243  
 Rocha Martins 235, 359  
 Rocha Pitta (Cristovão da) 266  
 Rocha Pitta (João) 310  
 Rocha Pitta (Sebastião da) 22, 29, 30, 42-3, 53, 57-8, 61, 64, 68, 81, 84, 100-1, 104-5, 106-7, 130, 138, 142, 146, 303, 310, 311, 316, 321  
 Rodrigo Otávio 194  
 Rodrigues (Antonio) 84  
 Rodrigues (P. Francisco) 319  
 Rodrigues (José) 299  
 Rodrigues (P. José) 365  
 Rodrigues (José Maria Antonio) 117  
 Rodrigues Ferreira (Alexandre) 167  
 Rodrigues Paes (Garcla) 18, 21, 23-4, 42, 137  
 Rogers (Woods) 37  
 Rolim (P. José da Silva) 408  
 Rolim (Oliveira) 413-4  
 Rolim de Moura (D. Antonio) 262  
 Rolim de Moura (Cosme) 345  
 Román (P. Manuel) 165  
 Romero (Silvio) 329, 335, 368, 429  
 Roncalli (José Casimiro) 257  
 Ronciere (Ch. de la) 48  
 Roquete Pinto (E.) 287, 318, 332  
 Rosa (Manuel Mosqueira da) 77, 84  
 Rosado (Vingt-un) 368  
 Roscio (João) 283  
 Rousseau (J. J.) 187  
 Rower (Fr. Basilio) 122, 417, 427  
 Ruby (Tomaz... de Barros Barreto) 111, 207, 232, 312, 314  
 Sá (Cristovão de) 56  
 Sá (Silvestre Dias de) 411  
 Sá (Simão Pereira de) 178, 312  
 Sá Carvalho 155  
 Sá e Faria (José Custodio de) 123, 207-9, 216, 248, 255, 257, 272, 274-5, 280  
 Sá e Melo (Alres) 252, 279  
 Sá e Menezes (Artur de) 18-9, 20, 22, 24  
 Sá e Nazareth (Fr. Inácio de) 314

- Sabugosa (1.º conde de) 33, 55,  
 94, 100, 103-7, 145, 199, 310,  
 347, 372, 382  
 Sacramento (Fr. Leandro do)  
 332  
 Sahut (Jacques) 358  
 Saint-Hilaire (A.) 18-9, 94, 283,  
 331, 351-2, 396, 399  
 Saint-Pierre (Abade) 195  
 Salcedo (D. Miguel de) 175-6  
 Saldanha (Aires de) 86, 113, 134  
 Saldanha (José de) 283, 402  
 Saldanha (Manuel Cardoso) 337  
 Saldanha (Pedro José de Araujo)  
 409  
 Saldanha da Gama (Manuel) 27  
 Sales (P. Ernesto Augusto Pe-  
 reira) 247  
 Sales (Francisco José) 374  
 Sales (P. Pereira) 256  
 Salgado (José de Souza) 88  
 Salgado (Luiz Borges) 312  
 Sambocetti (Domingos) 217, 398  
 Sampaio (Francisco Xavier Ri-  
 beiro) 359  
 Sana (P. João Batista) 163  
 Sanches (Antonio Ribeiro) 237,  
 313  
 Sanches de Baena 110, 119  
 Santa Clara (Fr. Antonio) 42  
 Santa Maria (Fr. Agostinho de)  
 121  
 Santarem (Visconde de) 255, 308  
 Santos (Antonio Vieira) 260, 395  
 Santos (Domingos da Silva) 413  
 Santos (Eugenio dos) 225  
 Santos (Felipe dos) 84-5  
 Santos (João Inácio Ferreira)  
 117  
 Santos (J. Lúcio dos) 327, 358-9  
 415  
 Santos (Joaquim Felício) 81, 90,  
 95, 97, 98  
 Santos (José Ferreira) 338  
 Santos (Manuel dos) 67  
 Santos (Reynaldo dos) 201  
 Santos Lira (Manuel Faustino)  
 421-3  
 Saraiva (Mateus) 178, 311-2  
 Sardinha (Simão Pires) 97, 410  
 Sarmento (Jacob de Castro) 237  
 Sarmiento (Domingo F.) 139  
 Sarre (José Antonio) 314  
 Sarzedas (Conde de) 120, 149,  
 155, 157, 160, 394  
 Schwebel (João André) 207, 285  
 Seixas (José Venancio) 423  
 Seixas (José Bezerra) 298,  
 Sequeira (Gustavo de Matos)  
 111, 223, 225, 310
- Sepé 213-4, 319  
 Sepuvelda (Alexandre Rebelo)  
 363  
 Sepulveda (João de Deus) 340  
 Sepulveda (Jorge Gomes) 255  
 Serpa (José de Oliveira) 311  
 Serra (Abade) 405  
 Sertão (Domingos Afonso) 363  
 Setubal (Paulo) 146  
 Sheverin (Pedro) 375  
 Sierra y Mariscal 421  
 Silva (Antonio Francisco da) 35  
 Silva (Antonio José da) 115, 326-7  
 Silva (Chica da) 97  
 Silva (Domingos Ferreira da)  
 101  
 Silva (Francisco Ferreira da) 95  
 Silva (Francisco Xavier da) 173  
 Silva (Gregorio Dias da) 149  
 Silva (Jacinto José da) 330, 419  
 Silva (João Pedro Henriques)  
 314  
 Silva (João Leite da) 76  
 Silva (João Mendes da) 115  
 Silva (José Gomes) 88  
 Silva (Joaquim José) 339  
 Silva (José Corrêa da) 275  
 Silva (José Ramos) 299, 326  
 Silva (José Peixoto da) 84  
 Silva (Luiz Vieira) 391  
 Silva (Manuel Dias da) 182  
 Silva (Manuel Moreira da) 84  
 Silva (Sebastião José) 217  
 Silva (Teodoro José da) 74  
 Silva (Tomaz Gomes da) 47, 176  
 Silva Alvarenga (Manuel Inácio  
 da) 323, 330, 419  
 Silva Caldeira 394  
 Silva Campos (João) 101, 104  
 Silva Corrêa (Elias Alexandre)  
 111, 113, 145, 235, 290, 313,  
 315  
 Silva e Horta (Tereza Margari-  
 da) 326  
 Silva Leme 42, 83, 209  
 Silva Lisboa (Baltazar da) 328,  
 332, 380, 418  
 Silva Lisboa (José da) (V. de  
 Cairú) 242, 272, 306-7, 238,  
 333, 418, 426-7  
 Silva (Lisboa José Alvares) 314  
 Silva Paes (José da) 120, 176-9,  
 180, 182-8, 193, 312, 399,  
 400, 402  
 Silva Paes (Roque da) 186  
 Silveira (Antonio Francisco) 158  
 Silveira (Carlos Pedroso da) 24  
 Silveira (Francisco Ferreira  
 Paes) 242

Silveira Frade (José Bernardo) 419  
 Silveira Peixoto (Antonio) 259  
 Silverio (Joaquim) 406-7  
 Simões Lopes Neto (J.) 213  
 Siqueira (Bartolomeu Bueno de) 157  
 Siqueira (Pedro de Moraes) 157  
 Simonsen (Roberto) 20, 90, 98, 147, 303, 308, 395  
 Smlth (Adam) 333  
 Smith (Robert) 82, 217  
 Soares (Antonio) 53  
 Soares (Antonio Francisco) 341  
 Soares (P. Diego) 135, 173-4, 179, 181  
 Soares (Qabrlrel) 321  
 Soares de Melo (J.) 27-9, 30  
 Soares (Manuel de Azevedo) 53  
 Solano (Fr. Francisco) 341  
 Soler (Fr. Joaquim) 286  
 Sombra (Severino) 81, 87  
 Soto (M. Miguel de) 214  
 Sotto Maior (Manuel Antonio da Cunha) 110  
 Southey (Robert) 162  
 Souza (Madame de) 259  
 Souza (Afonso Botelho de Sam Paio e) 260  
 Souza (Antonio Nunes de) 162, 217  
 Souza (Antonio Xavier de) 94  
 Souza (Bento Freire de) 370  
 Souza (Candido Xavier de Almeida) 209  
 Souza (D. Francisco de) 120  
 Souza (Diogo de) 151  
 Souza (Jeronimo da Rocha) 340  
 Souza (João de) 340  
 Souza (João de Almeida e) 334  
 Souza (Cap. José de) 35  
 Souza (Manuel Escudeiro Ferreira) 188  
 Souza (Marcos Antonio de) 376  
 Souza (Martim Afonso de) 102  
 Souza (Matias Coelho de) 120, 207  
 Souza (Miguel Nunes de) 33  
 Souza (Rafael da Silva e) 35, 392  
 Souza (Serafina de) 27  
 Souza Coutinho (D. Francisco) 161  
 Souza Coutinho (D. Francisco Innocentio) 279  
 Souza Coutinho (D. Francisco Mauricio) 358  
 Souza Coutinho (Julião Rangel) 31

Souza Coutinho (D. Rodrigo de) (Conde de Linhares) 321, 358, 376, 420, 424  
 Soveral e Carvalho (José de Almeida) 396  
 Spalding (Walter) 179  
 Studart (Guilherme) 364-5  
 Sturm (Felipe) 285  
 Sturz! (Luigi) 205  
 Surface (George Thomas) 303  
 Swemartoni (P. Inácio) 285  
 Talleyrand 259  
 Taques de Almeida (Pedro) 33, 42, 153-157, 181-2, 316  
 Tarouca (Conde de) 126  
 Tavares (Jeronimo da Costa) 280  
 Tavares (P. Joaquim da Silva) 381  
 Tavares (José Pereira) 328  
 Tavares (Manuel de Souza) 74  
 Tavares de Lira (Augusto) 367  
 Tavares Lisboa (Luiz) 396  
 Tavora (Francisco de) 113  
 Tavora (marquês de) 80, 113, 228  
 Tavora (marquês de) 228  
 Taunay (Afonso d'E.) 18, 21, 25, 36, 72, 88, 102, 125, 140, 143, 149, 154, 156, 158, 159, 161-2, 164, 169, 170, 180-1, 190, 208, 306, 316-7, 397, 400  
 Teixeira (Francisco da Costa) 370  
 Teixeira (Lutz) 88  
 Teixeira (Manuel Rodrigues) 379  
 Teixeira de Aragão 80, 104, 113, 150, 379  
 Teixeira Chaves (Duarte) 40  
 Teixeira de Melo 412  
 Teixeira de Mendonça 224  
 Teixeira e Souza 327  
 Telles (Agostinho Pacheco) 277  
 Telles (D. Francisco Xavier) 277  
 Telles de Menezes (José) 314  
 Teschauer (P.) 183, 206  
 Tinoco (Sebastião) 88  
 Toledo (Carlos Correa) 408, 410-1, 413-5  
 Toledo (Luiz Vaz) 407, 409, 413-6  
 Tolentino (Nicoláo) 267  
 Torquemada (D. Luiz de) 156  
 Tovar (Hieronimo) 370  
 Trindade (Fr. Agostinho da) 179  
 Tiradentes 67, 297, 406-9, 410-7  
 Torres (Miguel) 88  
 Ulloa (D. José Varela y) 283

- Vahia Monteiro (Gov.) 37, 112-3, 118, 124, 146, 151, 172, 174, 177, 179, 349  
 Valadares (Conde de) 393  
 Valdelirios (Marquês de) 195, 204, 208-9, 210, 213, 216, 246  
 Valdés Inclán 130-1  
 Valença (Marquês de) 241, 344, 355, 378-9  
 Valentim (Mestrê) 123-4, 295, 341  
 Valladão (Alfredo) 386  
 Valle (Antonio Ferreira do) 94  
 Valle (Damião Gomes do) 88  
 Valle (João Rodrigues do) 150  
 Vandelli 332, 412  
 Varela (José) 284-5  
 Vargas Cirne (Rodrigo de Agolo) 314  
 Varnhagen (V. de Porto Seguro) 47, 52, 64, 71, 115-6, 208, 216, 238, 240, 248, 249, 252, 258, 269, 283, 285, 287, 301, 324, 333, 344-5, 346, 353, 358, 362, 365, 375, 377, 430  
 Vasconcelos (Antonio Pedro de) 135, 175-6, 204, 248  
 Vasconcelos (Bernardo Manuel de) 367-8  
 Vasconcelos (Bernardo Pereira de) 354  
 Vasconcelos (Diogo de) 29, 76, 82-3, 85, 338, 388, 390-2  
 Vasconcelos (Diogo Pereira Ribeiro de 7.º gov.) 53, 57-9, 60-1, 68-70, 73  
 Vasconcelos (João Francisco Pereira de) 126  
 Vasconcelos (José d'Almeida) 344  
 Vasconcelos (Luiz de) 294-5, 305, 313, 329, 406, 413, 419  
 Vasconcelos (Simão) 321  
 Varneaux 380  
 Vaz de Carvalho (Maria Amalia) 80  
 Velho (Manuel de Vasconcelos) 53, 115  
 Velasco (Antonio Joaquim Franco) 340  
 Veiga (Bartolomeu Bueno da) 33, 35  
 Veiga (Joaquim José) 421  
 Veiga (Xavier da) 318, 412  
 Veiga Cabral (Francisco Antonio) 282  
 Veiga Cabral (Francisco Xavier) 130-1  
 Veiga Cabral (Sebastião da) 83-4, 129, 130-2, 283  
 Veloso (Fr. José Mariano da Conceição) 295, 329  
 Veloso (Vitoriano Gonçalves) 415  
 Veloso de Oliveira (Antonio Rodrigues) 396  
 Ventura (Padre) 331  
 Veras (Pascoal Ferreira) 382  
 Verissimo (José) 319  
 Verney (Luiz Antonio) 237-8  
 Vernon (Alm.) 191, 255  
 Vertiz (D. Juan José) 261-2, 269, 271, 276  
 Vezza (Florentino) 287  
 Vidal (André) 343  
 Vidal de Negreiros 63  
 Vidal de Negreiros (Matias) 73  
 Viegas (Artur) 321  
 Viana (D. José Joaquim) 213  
 Vieira (André) 66  
 Vieira (P. Antonio) 61, 114, 129, 360, 367  
 Vieira (Domingos de Abreu) 407, 415  
 Vieira (José Manuel) 410  
 Vieira (Luiz) 407, 414-5  
 Vieira (Martinho) 77, 83  
 Vieira Lusitano 338  
 Vieira de Melo (Bernardo) 61, 67, 69, 70  
 Vila Nova da Cerveira (Visconde de) 117, 279  
 Vilaibas (irmãos) 260  
 Vilas Boas (D. Antonia Basilia) 118  
 Vilhena (Luiz dos Santos) 100, 173, 242, 266, 306, 310, 343, 352, 377-8, 380, 396  
 Vilhena de Moraes (E.) 328  
 Villar (Luiz Rodrigues) 158  
 Villars (Marechal de) 80  
 Vimieiro (Conde de) 32, 102-3, 310  
 Vimioso (Conde de) 344  
 Virgilio 413-4  
 Voltaire 226  
 Walpole (Lord) 270  
 Wellington 334  
 Xavier (Antonio da Encarnação) 413  
 Zabala (Don Bruno de) 133-4  
 Zabala (D. Francisco Bruno de) 206  
 Zabala y Lera (Pio) 192, 254